



História Agrária Migrações e Escravidão

Mário Martins Viana Júnior (Org.)



COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA

Organizadoras
Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

História Agrária, Migrações e Escravidão

Mário Martins Viana Júnior(Org.)

Sobral/CE
2020



História Agrária, migrações e escravidão

© 2020 copyright by Mário Martins Viana Júnior (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

COLEÇÃO
HISTÓRIA
E HISTORIOGRAFIA



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte

Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)

Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)

Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)

João Paulo Rodrigues (UFMT)

James Green (Brown University)

Kênia Sousa Rios (UFC)

Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaoocult.com

sertaoocult@gmail.com

www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jersson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

H673 História agrária, migrações e escravidão / Mário Martins
Viana Júnior. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

569p. (Coleção História e Historiografia)

ISBN: 978-65-87429-54-0 - papel

ISBN: 978-65-87429-55-7 - e-book - pdf

Doi: 10.35260/87429557-2020

1. História agrária. 2. Migrações. 3. Escravidão. 4. Territorialização. 5. Agricultura- História. I. Viana Júnior, Mário Martins. II. Título.

CDD 338.1
326



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Coleção História e Historiografia

Esta coleção de livros que apresentamos para vocês é mais um produto de parceria iniciada em 2006, entre programas de pós-graduação em História das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2020, com uma rede de colaboração e intercâmbio ampliada, formada por UFC, UFPE, UFPA, UFMT, UFPI, UFRN, UFBA, UFRPE, UFAM e Unifap, realizamos, entre 04 e 06 de novembro, o VI Seminário Internacional História e Historiografia. O evento, que deveria ter ocorrido presencialmente, em Fortaleza, no Campus do Benfica, na Universidade Federal do Ceará, acabou acontecendo de forma remota, por conta da pandemia de Covid 19. A manutenção do Seminário diz não somente de nosso esforço e ousadia em realizar um trabalho conjunto, descobrindo e aprofundando temas, debatendo e cruzando abordagens plurais, mas endossa nossa capacidade de resistência.

Os últimos anos trouxeram profundas dificuldades para a sobrevivência e realização das atividades das universidades públicas brasileiras, com abruptos cortes de recursos, redução da autonomia universitária e negação da ciência. Mas, especialmente, para os que produzem conhecimento na área de Humanas, os desafios são ainda maiores. Passam por campanhas que envolvem o desprestígio, acusações e perseguição. Para os historiadores brasileiros há um explícita tentativa de descredenciamento do saber produzido e acumulado em diferentes âmbitos de sua produção, especialmente em temas do tempo presente, indiferença por métodos de pesquisa e construção

de narrativas, além da banalização da verdade histórica, reduzida a versões interessadas sobre o passado.

Os ataques aos historiadores estão diretamente articulados a um cenário de intensa disputa política em que passados que não passaram são apropriados como instrumentos de mobilização política e conquista de fiéis. A produção histórica é relativizada por narrativas que mesclam notícias falsas e manipulação de dados e fatos, capazes de alimentar afetos e ressentimentos, no retrocesso de direitos e ameaças ao ambiente democrático.

Diante desse cenário, nossa rede de pesquisa sentiu a imperiosa necessidade de reflexão sobre a conjuntura social e política e, também, sobre as possibilidades da História em suas dimensões crítica e ética. Pesquisadores de várias universidades do Brasil e do mundo reuniram-se para discutir, sob a luz do tema *Os Usos Políticos do Passado* em conferências, mesas e simpósios temáticos, os desafios e possibilidades de nosso ofício num mundo em turbulência.

A Coleção História e Historiografia traz um panorama atualizado sobre alguns dos principais temas e áreas de preocupação dos historiadores brasileiros na atualidade. Os textos foram organizados em 10 livros temáticos — 1) Ditadura, fontes históricas e usos do passado; 2) História, Literatura e Historiografia; 3) História, memória e Historiografia; 4) História Agrária, migrações e escravidão; 5) História, espaços e sensibilidades; 6) Experiências atlânticas e História Ambiental; 7) Intelectuais, usos do passado e ensino de História; 8) Patrimônio, memória e historiografia; 9) Culturas políticas e usos do passado e 10) História da saúde e das religiões.

Esperamos que a coleção possa dar visibilidade a trabalhos produzidos em diálogos, trocas entre pesquisadores dos mais diferentes lugares e das mais distintas abordagens historiográficas, fortalecendo o trabalho conjunto entre grupos de pesquisa das instituições envolvidas. Desejamos, ainda, que

os textos aqui reunidos possam ajudar a renovar saberes históricos, estimulando historiadores em suas tarefas de construção de novos objetos de pesquisa ou em suas atividades de ensino nas universidades ou redes básicas de ensino, além de possibilitar, a partir da reflexão crítica, novos futuros possíveis.

Ana Rita Fonteles Duarte

Profa. do Departamento de História e Coordenadora do PPGH - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É membro do corpo docente do Prohstoria (UFC). Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG/UFC/CNPq).

Ana Sara Cortez Irffi

Profa. do Departamento de História e Vice-coordenadora PPGH - UFC

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora do Departamento de História da UFC. É vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em História Econômica e Social - LAPHES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando, principalmente, nos temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, História do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Apresentação

A questão agrária não constitui um problema novo no país. No campo da escrita da história, estudiosos como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior apresentaram reflexões inaugurais e singulares para pensarmos aspectos concernentes à temática, desde a década de 1930. Para Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936, tornou-se imprescindível analisar a agricultura predatória e suas relações concernentes, praticada desde os tempos coloniais. Já Caio Prado (1963), no trabalho ensaístico *Evolução Política do Brasil*, de 1933, observou a necessidade de os historiadores/as estudarem o latifúndio para além de uma simples questão métrica. Era preciso dar ênfase às relações de poder correlatas destas formas de explorar a terra desde o período colonial.

Diante da constatação de longo histórico tão problemático, violento, desigual e excludente no âmbito agrário do Brasil de base escravocrata, ambos os historiadores, inclusive, assumiram posturas de olharem para o futuro, de projetarem saídas reais para aquilo que investigavam em tempos pretérito e presente. De um lado, a racionalização das atividades agrícolas apareceu no horizonte de expectativas de Holanda para dirimir as práticas de agricultura predatória. Por outro lado, já nos anos 1960 em um conjunto de artigos compilados e publicados na década de 1970, em *A Questão Agrária*, Prado (1979) punha em tela o desafio de pensar uma reforma agrária que colocasse como central a elevação do nível de vida do homem do campo, através de uma modificação das suas condições de trabalho e do avanço de uma legislação trabalhista. Esses trabalhos foram ger-

minais para a configuração de várias e inúmeras pesquisas e estudos, inclusive, para além do campo historiográfico.

Como sabemos, entretanto, a história é caprichosa e imprevisível. A racionalização pensada por Holanda chegou ao Brasil, mas foi materializada em modernização agrícola conservadora. Iniciado a partir dos 1960 e expandida nas décadas posteriores, tal processo não resolveu os problemas sociais no campo. Muito pelo contrário. Como vários pesquisadores/as já demonstraram, ele não apenas ampliou contradições como gerou novos problemas: intensificação das desigualdades e do êxodo rural; apropriação dos créditos agrícolas e das redes públicas pelos grandes proprietários rurais; uso massivo de agrotóxicos projetando o país, desde 2012, como o maior consumidor de venenos do mundo, entre outros aspectos. E nesse contexto, o Estado, que deveria assegurar os direitos básicos dos cidadãos/ãs brasileiros/as, sobressaiu como agente transformador do campo mediante ações programadas que garantiram a expansão do capitalismo no campo e a piora das condições de trabalho.

Ainda assim, mesmo diante da profusão e diversidade de formas de tratar historicamente a questão agrária no Brasil, a temática não se exaure, bem como as maneiras de abordar o objeto. Dada sua atualidade em um país eminentemente agrário e que ocupa a décima posição entre os países mais desiguais no mundo, inclusive, sempre podem nos surpreender, como apontam os vários relatórios da OXFAM Brasil. Foram justamente esses aspectos plurais e multifacetados do tema que possibilitaram, ao lançarmos olhar para tempos pretéritos, as descobertas, conexões e reflexões que foram comunicadas neste simpósio temático.

História agrária e deslocamentos: terra, trabalho e migrações, coordenado pelos professores Francivaldo Nunes (UFPA) e Cristiana Rocha (UESPI), reúne trabalhos que atualizam os debates promovidos por Prado Júnior, Holanda e vários outros/as estudiosos/as com os quais os apresentadores dialogaram e que foram cuidadosa-

mente incorporados ao longo dos artigos aqui agrupados. A história no âmbito rural, ou simplesmente História Rural, ganha fôlego e se expande a partir desta iniciativa.

Através dos textos aqui reunidos, o/a leitor/a poderá fazer uma longa imersão temporal e espacial, com foco nas regiões Norte e Nordeste do país. Perscrutando os séculos XIX , XX e XXI, há estudos que contemplam as diferentes formas de acesso e uso da terra, bem como a variedade de tipos de trabalhos e conflitos no meio rural. É assim, por exemplo, que a temática da agricultura através da colonização e dos aldeamentos é analisada no Amazonas novecentista.

Acompanhando o caminho trilhado pelos/as pesquisadores/as, o/a leitor/a adentrará o século XX guiado pelos sertões potiguares, piauienses, pernambucanos, maranhenses, paraenses e mato-grossenses para perceber as redes migratórias, as políticas públicas, as questões jurídicas, as diferentes formas de trabalho, entre outros aspectos voltados à terra e aos camponeses.

Esses caminhos também projetam o leitor para fora das regiões Norte e Nordeste, e mesmo do Brasil, dada a análise da inserção da Aliança para o Progresso e mecanismos, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no Cariri cearense na época da ditadura civil-militar.

O desafio de compreender questões contemporâneas no campo também é enfrentado pelas historiadoras e historiadores. Assim, o final do século XX e início do XXI são postos sob análise para compreensão do avanço do agronegócio nas regiões supracitadas. Nestes ensaios são desveladas nuances de conflitos agrários e caracterizadas formas de trabalho, inclusive, de atividades escravas.

Como se verá através dos textos, de fato a questão agrária não é temática fácil de ser trabalhada. A diversidade de temporalidades, espacialidades, referenciais teóricos abre um leque demasiado gran-

de. Contudo, há aqui essa consciência e vontade de enfrentar o tema. Convidamos a leitora e o leitor para partilhar deste desafio e que ele nos motive para a luta e transformação social urgentes no âmbito rural brasileiro. Boa leitura!

Mário Martins Viana Júnior

Profa do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História - UFC

Tem doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e realizou estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa. É professor do Programa de Pós-Graduação em História, do ProfHistória da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do curso de graduação em História da UFC. É líder do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER).

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

PRADO JR., Caio. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRADO JR., Caio. Evolução política no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Sumário

História agrária e deslocamentos: terra, trabalho e migrações

Projeto Rita e a “aliança para o progresso” no nordeste brasileiro (1945-1973) / 17

Do sertão potiguar aos seringais amazônicos: seca, estado e migração / 31

O Agro entre a Cultura e o Negócio: Embates camponeses do século XXI, Apodi - RN /47

“Reforma agrária se faz com homens, não com a terra”: a “lei do boi” como estratégia de reprodução social dos grupos dominantes agrários (1968-1985) /63

Terras de aldeamentos na Amazônia do século XIX /77

De cativo da terra a trabalhador escravizado na Amazônia (1970-2000) /97

Terra, deslocamentos e trabalho escravo (Miguel Alves, Piauí 1980-2020) /109

Trabalho, cultura e migrações (Norte, Nordeste e Centro-Oeste)

A reinvenção do trabalho infantil no século XIX na região do Cariri /123

A saúde dos operários no projeto da Legião Cearense do Trabalho: Fortaleza: 1931-1934 /137

A construção do vazio demográfico e o apagamento dos povos indígenas / 153

Retirantes do norte, migração e colônia agrícola Socorro (PE) na seca de 1877-79 / 171

“Deslocados da Seca” na Hospedaria Getúlio Vargas: trajetórias de migração para diversas paragens (Fortaleza/CE, década de 1950) / 187

Cotidiano das trabalhadoras domésticas em Fortaleza (1920 -1940) 203

“Quem faz a limpeza das cidades? Trabalhadores pobres e cotidiano em Fortaleza (1900 - 1930) / 215

Camponeses-operários: trabalho e identidade social de sertanejos migrantes na construção do Açude Araras (1951-1958) / 227

Movimentos populares nas secas do Ceará (1979-1993) / 243

Joaquim Antonio de Amorim / 257

Vizinhança, sociabilidade e festa: os trabalhadores de Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930 / 273

Amazônia, migrações e trabalho

Imperialismo, povos nativos e violência nas narrativas de viagem de Roger Casement / 291

Deitado em berço esplêndido. O sonho de Brasil potência, os projetos governamentais de desenvolvimento / 309

História e Historiografia dos Sertões em múltiplas leituras

Des (costurando) sentidos: o vaqueiro do sertão nordestino no espaço discursivo da moda brasileira / 343

Territórios de papel: a modernização do território cearense nas Cartografias históricas da segunda metade do século XIX / 359

O sertão na perspectiva de Ademar Vidal e a escrita de um roteiro sobre a Paraíba / 377

O Alto Sertão do Cariri: o Império do Brasil e a revolta do Pinto Madeira com seu exército de ‘cabras’ / 387

Cartas, memórias e representações dos sertões do Seridó / 407

O sertão como espaço de interesses: expansão territorial na Guerra dos Bárbaros (Rio Grande, segunda metade do séc. XVII) / 421

Narrativas do Cangaço e (re)vivências do passado: Os Cangaceiros de Paulo Afonso / 435

O sertão na arte: representações e contrastes na série Retirantes de Cândido Portinari (século XX) e Thales Kelven (século XXI) / 449

Ação da Inquisição, da igreja e da sociedade nos processos de inquisição nos sertões do Siará Grande (1750-1790) / 465

Gênero e Prostituição: história e memória no sertão da Paraíba / 481

O sertão em fontes administrativas e judiciais (Seridó, século XVIII) / 497

Mal-estar no sertão: entre letrados e políticos, Eloy de Souza contra as secas (1925-1940) / 515

Escravidão negra de origem africana no Brasil setentrional

Caridade, humanitarismo e liberdade: a retórica feminina do abolicionismo belenense (1882-1888) / 533

Literatura de viagem / 549

Índice remissivo

História agrária e deslocamentos: terra, trabalho e migrações

Projeto Rita e a “aliança para o progresso” no nordeste brasileiro (1945-1973)

Assis Daniel Gomes¹

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tencionamos tratar as relações entre a “Aliança para o Progresso” e o projeto RITA, também chamado de *projeto Asimow*, que ocorreram no Nordeste brasileiro nos anos 1960. Para isso, abordamos as relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos da América por meio do que denominamos de uma história social da ciência, da técnica e do trabalho².

Antes de falarmos sobre a relação entre esses dois projetos, nesta introdução, clarificaremos em linhas gerais quando foi criada a “Aliança para o Progresso” e o projeto RITA, territorializando-os e buscando, de uma forma simples, dar ao leitor informações pontuais que ajudem a compreender o que desenvolveremos no tópico “relações mútuas”.

1 Historiador e Filósofo. Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará e Editor Chefe do Boletim Zumé. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7165519531747735>; E-mail: historiaassis47@yahoo.com.

2 Aos que desejarem saber mais sobre a formulação teórico-metodológica do que chamamos de uma história da ciência, da técnica e do trabalho, recomendamos a leitura da minha tese de doutoramento: “Cotejos da ciência: o projeto norte-americano R.I.T.A no Nordeste brasileiro (Brasil e EUA, anos 1960)”.

O programa *Aliança para o Progresso* foi lançado oficialmente em 13 de março de 1961, era um plano de cooperação internacional entre os EUA e os países latino-americanos, a princípio se colocava que seria uma ajuda técnica e econômica, cujo fluxo de investimento seria dado pelos *yankees* para os países que o integrariam. Essa ajuda externa, enquanto assistência internacional, usava como sustentação e propagação a teoria da modernização e do liberalismo internacionalista. Segundo Ribeiro (2006), a sua criação era uma tentativa de responder as críticas e ao clima de descontentamento que pairava nos países latino-americanos que se viam sem apoio para o seu crescimento econômico e a estruturação dos equipamentos básicos para sua modernização.

Conforme Oliveira (2020), a fundação desse programa em 1961 se alicerçava na ideia consolidada nos EUA que Rússia e China tinham interesses de expandir seus domínios e seu sistema político-econômico para a América Latina. Isso representava uma nova posição dos chamados países desenvolvidos que passaram a verificar que a pobreza poderia favorecer um terreno fértil para a socialização da América. Conforme o referido autor, essa “tomada de consciência por parte dos países desenvolvidos sobre a pobreza estrutural que assolava os países de terceiro mundo” (OLIVEIRA, 2020, p. 131).

O projeto RITA, chamado também de Asimow, foi um plano criado pelo professor estadunidense Morris Asimow ligada ao departamento de engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA). No Brasil se realizou, primeiramente, no Cariri cearense mediante o convênio entre a UCLA e a Universidade do Ceará. A sua finalidade era criar pequenas e médias fábricas em regiões subdesenvolvidas a fim de promover o seu desenvolvimento, com o fomento tanto do crescimento econômico como também afetar a mentalidade local, por meio da incorporação dos valores defendidos pelo capitalismo.

Para isso, para a instalação no Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, municípios localizados no sul do Ceará, fomentou-se a criação

de fábricas que buscavam em primeiro plano industrializar os produtos rurais e, posteriormente, adentrar a outros tipos de empresas. Antes da conclusão desse projeto-piloto no Cariri, foi incorporado pela USAID, tornando-se, assim, o programa de maior visibilidade da Aliança para o Progresso no Nordeste e se espalhando para os outros estados, por exemplo, Bahia e Paraíba.

Enfim, neste artigo, buscaremos olhar as relações entre esse projeto, isso especificamente com a transformação do Projeto Asimow em RITA, ou seja, sua elevação como principal programa dos EUA em sua atividade de cooperação internacional com os países latino-americanos. Essas relações são mútuas, pois existiam outros projetos pertencentes a Aliança no Nordeste, mas o investimento e a visibilidade que teve o RITA se ligava as suas particularidades de constituição.

RELAÇÕES MÚTUAS

Com a implantação do projeto Morris Asimow no Cariri em 1962 e posteriormente a isso, o desejo de modernização que esse plano causava atraiu os olhares dos vários políticos e investidores internos que sonhavam também industrializar sua região. Para isso, um movimento de sua divulgação se impulsionou e se ligava ao objetivo da Aliança para o Progresso em proteger a América Latina da influência chinesa e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para essa expansão se defendia que deveriam levar em consideração as particularidades locais e as necessidades pertinentes as localidades onde se instalaria. A construção dessa indústria se fez no Nordeste brasileiro, cujo fator econômico que o movia nos anos 1960 era o setor primário. Dessa forma, o tipo de indústria escolhida para sua fundação fora o rural.

Em prol desse intuito se congregaram em Recife o professor Morris Asimow, os professores e técnicos da Universidade da Bahia, Alagoas,

Paraíba e Pernambuco. Nessa reunião, realizada na sede da USAID-Recife, expuseram para os presentes os estudos que se fizeram para iniciar a sua instalação em Pernambuco; logo depois de sua instalação no Cariri cearense. Para isso, fez-se necessário os estudos da SUDENE/USAID a fim de viabilizar o empreendimento. O referido professor da UCLA defendeu a seguinte ideia: a ação da ciência em projetos efetivos de modificação social e econômica nos territórios atingidos. O Antônio Martins Filho, na época reitor da Universidade do Ceará, completava dizendo que a educação, compreendida por ele como técnica e especializada, deveria ser promovida em projetos que levassem, aos territórios atingidos, o desenvolvimento econômico e social.

A mudança do nome do projeto naquele momento representava a sua expansão, como também demonstrava a sua pujança dentro e fora do Brasil, de Projeto Asimow se transformou para *Rural Industrial Technical Assistance* (RITA). Com essa ampliação, estudos econômicos iniciaram para sua implantação também na Bahia, Alagoas e Paraíba, bem como os recursos internos passaram a ser arrecadados não apenas das regiões contempladas, mas de todo o Brasil, buscando uma corrida de venda desses espaços como importante *locus* de investimento e lucratividade para os brasileiros. Além disso, continuam projetando as empresas e capacitando os técnicos e gerentes que as administrariam e as manteriam. Essa busca do investimento do capital local que foi intensificado com a sua transformação e ampliação era alicerçada pelo “espírito de autoajuda preconizado na Carta de Punta del Este, a bíblia da Aliança para o Progresso” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 4 de agosto de 1964, p. 01). Contudo, esse nome generalista do projeto não pegou e acabou sendo regionalizado em cada estado. Por exemplo, no Ceará não se conhecia a experiência que ocorreu no Cariri como projeto RITA, mas Asimow, por exemplo.

Essa ampliação para o Nordeste visava resolver um problema que estava incomodando tanto os grupos econômicos do Nordeste,

como também causava medo aos representantes no Brasil da política da Aliança para o Progresso. Esse medo impulsionou a sua rápida expansão, colocando-o como salvação desses locais de sua condição de pobreza, bem como uma maneira de conter possíveis revoluções sociais que se estenderiam por todo o país mediante a incorporação das ideias socialistas.

Existe atualmente constante migração de operários, especialmente os qualificados, para os centros desenvolvidos do Sul do país, onde as oportunidades de emprego são maiores do que no Nordeste. Paralelamente a esse movimento, há permanente fuga de capitais do Nordeste para os centros sulistas, onde os investimentos industriais oferecem melhores lucros. Para impedir o empobrecimento dos Estados do Nordeste, e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, esforço está sendo executado pela SUDENE para encorajar o desenvolvimento industrial. Ao esforço do órgão planejador e executivo brasileiro unem-se agora os norte-americanos com o Projeto RITA, dentro da Aliança para o Progresso, para que esse problema deixe de existir no Nordeste (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 4 de agosto de 1964, p. 05).

Para conseguir realizar esse projeto no estado de Pernambuco, buscaram unir todas as forças possíveis. Para isso, o engenheiro Telmo Maciel, secretário da CODEPE, buscou o apoio tanto da Igreja Católica local na figura do bispo de Petrolina, Dom Tomás, bem como da Comissão para o Desenvolvimento Econômico do São Francisco (CODESF). Nesse momento, a CODEPE estava com um projeto de fomento, de aumento das indústrias rurais no estado e a sua ligação com o RITA a fim de impulsionar sua atuação no território a margem do rio São Francisco.

Para informar de como seria esse convênio Gregory, Abrahams e Alberto Figueiredo — representantes do centro produtividade da indústria, uniram-se com a Comissão para o Desenvolvimento Econômico do Estado, destacando que o crescimento seria nos “recur-

“... e humanos”. Nessa conversa colocaram três regiões para escolher uma em prol da atuação do projeto. Elas foram: Palmares, Petrolina e Caruaru. Essa última foi a escolhida, levando em consideração um discurso técnico que viabilizava o seu desenvolvimento em uma curta duração, bem como uma infraestrutura que possibilitaria sua implantação, por exemplo, a energia elétrica e as estradas.

Depois disso, as negociações começaram a serem feitas com a Universidade de Pernambuco, a Polytechnic Institute of Brooklyn, a USAID, a SUDENE e a Federação das Indústrias de Pernambuco para a assinatura do convênio. Para o industrial pernambucano Renato Bezerra de Mello, “o objetivo da cooperação é promover o desenvolvimento industrial de uma área geográfica do Estado de Pernambuco” que, para isso, se tencionava aproveitar racionalmente as “potencialidades humanas e naturais, a ser levado a efeito por meio de um esforço concentrado de técnicos e de recursos financeiros, nacionais e norte-americanos” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, domingo, 30 de agosto de 1964, p. 05).

Nesse processo, buscaram integrar a Universidade de Pernambuco como uma instituição importante a fim de modificar a vida socioeconômica do pernambucano. Essa ideia da atuação intervencionista das Instituições de Ensino Superior como aquela que não podia construir um saber retórico, mas um conhecimento científico que levasse um dado desenvolvimento a sua sociedade, misturando, assim, teoria e prática, ciência e técnica. Essa posição, contudo, tomava-se naquele momento por aquela IES, mesmo considerando os seus princípios fundacionistas eram outros. Isso foi uma tentativa de uma reforma da posição dessa instituição em relação a uma nova realidade no Brasil promovida pela construção de uma nova relação entre as Universidades públicas e a sociedade. Para Renato Bezerra de Mello, a “integração da Universidade do Recife no processo de desenvolvimento econômico-social do Estado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, domingo, 30 de agosto de 1964, p. 05), a desta-

caria no Estado como promotora do bem-estar social e do desenvolvimento estadual. Esse convênio proporcionaria, para ele, além de seu crescimento econômico, um impulso criador na universidade, por exemplo, com a ampliação das unidades de ensino e pesquisa, a sua atuação extensionista, ou seja, aliando pesquisa e prática a fim de melhorar "o bem-estar da região" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, domingo, 30 de agosto de 1964, p. 05).

O embate local para o conseguir ficou entre Caruaru e Petrolina. O local escolhido para essa atuação foi Caruaru, mais próximo da capital que aquela, para isso a Comissão de Planejamento Econômico de Caruaru verificou a viabilidade financeira dessa intervenção com a sua implantação. Na festa do comércio, nesse município, divulgou e convocou os seus possíveis financiadores internos por meio de reuniões e da presença em momentos importantes para sua vida econômica. Para o correspondente do Diário de Pernambuco Edecio Lopes,

No próximo dia 24, estará em Caruaru o professor Alberto de Figueiredo, representante do Projeto Asimow e da Rita junto à Universidade do Recife. Entre nós, o ilustre visitante conferenciará com os integrantes da Associação Comercial e mui especialmente com o general Aguiinaldo de Oliveira Almeida, responsável pelo setor Empresarial da ACC, cujos trabalhos sob planejamento industrial já foram traduzidos em inglês e francês pelo mesmo professor Alberto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, quinta-feira, 12 de novembro de 1964, p. 05).

Para Costa Porto, poder-se-ia correr o risco desse projeto não dar certo, tendo em vista que para ele os principais acionista deveriam ser os pernambucanos, pois se assim não fosse a sua construção perderia a finalidade e força. Essa defesa se fazia por meio do caráter de autonomia vinculada ao financiamento interno do Estado, como também a sobrevivência da identidade local na criação dessas fábricas e do retorno do possível lucro para o espaço em que se localizava. Foi este caráter sedutor que estava movendo grupos econômicos e intelectuais no Recife, por exemplo, "criar a mentalidade empreen-

dedora dos habitantes de pequenos núcleos do interior, democratizando o capital das empresas, arrastando a comunidade a processar o próprio soerguimento” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, quarta-feira, 2 de dezembro de 1964, p. 04).

Ao destacar essa perspectiva o jornalista refletiu sobre a pobreza da população pernambucana existente em seus municípios e as dificuldades existentes em levantar esse capital interno. Portanto, o poder de convencimento dessas pessoas que deveriam utilizar um dado “dinheiro ocioso”, que o autor defendeu, mas se sabia que esse era usado como capital de giro pelos que a tinha, haja vista os períodos de estiagem recorrentes no Nordeste brasileiro. Dispor desse capital seria colocar em uma zona de risco a produção ou manutenção da agricultura de subsistência e venda, das indústrias artesanais e do comércio. Para defender tal atitude reforçaram a participação externa do Projeto RITA, destacando as verbas vindas da USAID e da SUDENE, por exemplo, como um elemento impulsionador de um “ritmo de progresso” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, quarta-feira, 2 de dezembro de 1964, p. 04).

Para defender esse “ritmo do progresso” que viria com a construção dessas fábricas em uma primeira experiência em Caruaru, não era renegar a cultura agrícola que ali movia a economia local, pautada pela monocultura, dos cereais e do algodão, pois era tal grupo que deveria financiar a sua efetivação. Nesse embate, entre o novo e o tradição, entre a carga simbólica vinda dos costumes campestres, das experiências que provém dos agricultores do agreste pernambucano e o conhecimento científico do projeto RITA, Costa defendeu a destruição desses processos culturais ditos atrasados. Para isso, destacou as dificuldades que se passavam nesse sertão em relação a atividade primária, a saber, “o clima não ajuda, ora as safras se perdem pelo sol, ora pelo excesso de chuvas, como este ano” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, domingo, 4 de dezembro de 1964, p. 04). E que o RITA iria ajudar no processo de progresso econômico local ao quebrar com essa cultura. Dessa forma, colocou-o como força salvadora desses locais, que não conseguiriam entrar

nesse ritmo sem essa ajuda externa. Por exemplo, isso fez com que o referido autor defendesse uma “revolução renovadora” no Nordeste por meio de seu intermédio.

Pegue-se uma comunidade modesta — como Bom Conselho, Taquaratinga, Agrestina, Madre Deus, Palmeirinha, João Alfredo, etc — onde o cidadão, encarado individualmente, sozinho sem ajuda de fora, não tem condições de instalar uma indústria, mesmo pequena. Ficará, eternamente, condenada ao círculo vicioso de produzir matéria-prima para vender ganhando nada e, desta sorte, não saindo nunca da situação miserável da estagnação e do marasmo. [...] A mentalidade de que a salvação das comunidades do Interior, seu progresso, a recuperação dos meios atrasados e pobres, pode resultar — e resultará fatalmente — do esforço dos homens do local. Um desafio às comunidades. A porta aberta à sua redenção (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, domingo, 4 de dezembro de 1964, p. 04).

Em Rio Grande do Norte, o município que buscou ter para si a primeira experiência do Projeto RITA foi Mossoró. Nesse intuito, as suas características foram realçadas tanto relativas aos seus recursos naturais, como também a sua importância econômica para o Estado. Por exemplo, fazendo parte da bacia cretácea do Nordeste, esses municípios formavam o centro urbano de influência que possuía a quantidade de 600 mil pessoas aproximadamente, o seu crescimento demográfico era outro fator que poderia favorecer o aumento da mão de obra que seria utilizada nas fábricas que ali iriam ser criadas nos anos 1960. Para Calazans Fernandes,

Mais de 300 pequenas, médias e grandes indústrias, faculdades, uma Escola de treinamento profissional, ginásios, clubes recreativos e um comércio florescente, constituem a “mola mestra” do desenvolvimento da cidade, além do fato de ela possuir um vale que é o maior produtor de sal do país e para onde convergem as atenções do mundo salineiro nacional e internacional. Como sede do projeto ASIMOW (Fomento à pequena e média indústria), Mossoró tem possibilidades de, dentro de pouco tempo, ver o seu

crescimento industrial ampliado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, sexta-feira, 2 de dezembro de 1966, p. 05).

Na Paraíba o projeto foi reorientado em Campina Grande e inaugurado no dia 27 de agosto de 1967. Para isso, também o renomearam de Centro de Treinamento e Assistência (CTA) do Centro de Desenvolvimento Industrial, “CEDI — antigo Projeto Rita” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, sábado, 26 de agosto de 1967, p. 05), essa instituição ficou com o mesmo objetivo anterior, mas passou a compor o quadro de projetos oficiais financiados pela Universidade Federal da Paraíba.

Para sua institucionalização, aliou-se a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba e o Centro de Produtividade da Federação da Indústria do Estado da Paraíba, dando os recursos humanos e matérias necessárias para sua continuidade, como “salas de aula, laboratórios, departamentos técnicos, publicações, filmes, professores e técnicos” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, sábado, 26 de agosto de 1967, p. 05). Além disso, a permanência do convênio com a SUDENE, o Governo do Estado da Paraíba e USAID — ficando como responsável por executar o programa a UFPB. A universidade norte-americana conveniada com essa IES brasileira foi a *California State College de Los Angeles*, que, para isso, construiu-se uma equipe técnica mista para atuar em sua elaboração e na docência superior.

Segundo Calazans Fernandes, no ano de 1967 se percebia uma morte lenta do projeto RITA no Nordeste. Em Pernambuco foi assimilado pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal. Isso fora feito na tentativa de institucionalizá-lo em prol de sua sobrevivência. Nesse processo era preciso legitimar sua importância dentro do Centro, ou seja, o que proporcionaria para os estudantes e pesquisadores dessa IES. Buscou-se, então, “transformá-lo em ins-

trumento de pessoal de nível universitária” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p. 05).

A rapidez com que se espalhou pelo Nordeste também foi a sua causa de destruição. No início atingiu Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia. Essa expansão se deu mediante convênio entre as universidades brasileiras e as norte-americanas, um dos elementos alimentadores dessa relação eram as bolsas de estudos fornecidas pela USAID para que houvesse um intercâmbio de estudantes entre os países. O Professor estruturou o projeto piloto no Cariri que em poucos tempo se ampliou tomando outras formas mediante o aprofundamento das relações entre a USAID, SUDENE, as Federações das Indústrias Nacionais e as Universidades do Nordeste. O projeto no Cariri já estava passando dificuldades, contudo, o Professor Asimow não estava mais no Brasil; o que levou a isso foi uma experiência frustrada no espaço caririense que afetou o seu horizonte de expectativa, acarretando uma diminuição gradativa de seus investidores que não a viam mais como empreendimento viável e que pudesse gerar lucros.

A SUDENE propôs fazer uma série de avaliações sobre o projeto a fim de poder salvá-lo, mas não a realizaram a contento. Em Pernambuco o Alberto Figueiredo mantinha-se informado sobre os fatos e iniciou um processo de sua salvaguarda por meio da Universidade Federal, nos outros territórios, exceto o Ceará, o entusiasmo existia, o sonho ainda o movia, ou seja, “o programa andava ao sabor do entusiasmo e da euforia” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p. 05).

Para a SUDENE, uma das causas de seu estrangulamento era esta: como o capital interno seria o seu principal alimentador devido as tecnologias sofisticadas e um cronograma a longo prazo, as fábricas demoraram a serem feitas, bem como o lucro dos investimentos nesse projeto tardaram a serem colhidos pelos sócios bra-

sileiros. Esses começaram a desistir de seu investimento, pois viam suas rendas se esvaindo e não possuíam uma previsão efetiva de um possível retorno desse investimento: “Com isso, a ideia ficava prejudicada na essência e na prática: 1- pela falência do princípio do capital associativo; 2- pela falta de dinheiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p. 05).

Além disso, os estudantes e técnicos que receberam as bolsas de estudos nos EUA por meio do projeto, ao voltarem para o Brasil devido as condições precárias de trabalho do programa foram assimilados pela iniciativa privada e não pelas fábricas do RITA. Por exemplo, dois jovens economistas de Mossoró que fizeram cursos em Utah, José Rodrigues e Gilson Fernandes. Por isso, o setor de bolsas de estudos permaneceu e serviu de motivação para lutar em prol de sua permanência: “A USAID cumpre rigorosamente a sua parte no programa, que é o de dar condições para que bolsistas nordestinos vão estudar nos Estados Unidos. Essa, por sinal, é responsabilidade principal da USAID” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p. 05).

O não cumprimento do acordo entre as entidades que o compunha foi um dos fatores que gerou sua crise. Para resolver os problemas alguns intelectuais ligados ao programa em Pernambuco começaram pensar em possíveis soluções. Por exemplo, Vicente Silva propôs que não se mandasse mais os bolsistas estudarem nos EUA, entretanto, trazer os professores norte-americanos para ministrarem esses cursos no Brasil: “será trazer professores americanos até o Recife (ou o Nordeste), falando português ou espanhol, para que aqui, na vivência prática dos problemas, façam cursos que se adaptem à realidade” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, terça-feira, 21 de março de 1967, p. 05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, averiguamos o processo de criação do Projeto Asimow na Paraíba e em Pernambuco, momento esse de sua expansão e de sua nova denominação, a partir de sua incorporação dentro dos planos de auxílio internacional da “Aliança para o Progresso”: RITA.

O RITA figurou-se como um programa de ajuda técnica e econômica para a construção de pequenas e médias fábricas no Nordeste brasileiro. O seu amplo e rápido crescimento foi motivo também para a construção de tensões nas regiões escolhidas, isto é: Em que município se instalaria essas fábricas? Essa pergunta não era retórica e serviu como fio condutor de disputas políticas internas dentro dos estados.

Enfim, a relação Brasil e Estados Unidos da América se constituiu nos anos 1960 em dois momentos distintos e singulares, primeiramente o que delimitamos no recorte de 1960-1964 (momento onde as políticas de desenvolvimento do Nordeste tinha como entidade norteadora a SUDENE que olhava com muitas ressalvas os projetos e intervenções empreendidas pela “Aliança para o Progresso” e USAID), por outro lado, temos o de 1965-1970 (o sucateamento da SUDENE e seu tutelamento pela USAID, ou seja, esse órgão norte-americano impõe a sua política e o modelo econômico para o Nordeste, tendo assim a chance e o apoio do governo federal brasileiro de então).

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 30, p. 151-175, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra Seca, Guerra Fria**: as forças políticas nordestinas sob A Aliança para o Progresso (1961-1964), 2020. 323 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

Do sertão potiguar aos seringais amazônicos: seca, estado e migração

Tuylla R. T. da Cunha¹

INTRODUÇÃO

O imaginário e os discursos construídos acerca do sertão nordestino geralmente envolvem imagens bem específicas e já bastante cristalizadas, recorrendo a elementos como a seca, a fome, a miséria, o atraso e a corrupção. Em grande parte, são elementos que procuram tornar evidentes a situação de “inferioridade” dessa região em relação às demais, na tentativa de se sobressair enquanto região desenvolvida e moderna, e neste caso, o discurso que procura inferiorizar o Nordeste brasileiro parte principalmente do Sul e Sudeste do país, uma vez que num determinado período da história do Brasil essas regiões se transformaram no centro político e econômico, enquanto o Nordeste vivenciava um período de decadência econômica e, conseqüentemente, perdia espaço no cenário econômico e político nacional, como explica Albuquerque Júnior (2019, p. 22),

A produção açucareira, prejudicada por sua obsolescência tecnológica, não conseguia fazer frente à concorrência do açúcar antilhano e àquele produzido a partir da beterraba, perdendo parcela do mercado internacional e tendo que concorrer com a crescente produção açucareira das províncias do Sul.

¹ Mestranda em História dos Sertões, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó. <http://lattes.cnpq.br/6473344235356612>. E-mail: tuyllarayane@gmail.com.

Em meio a toda essa problemática, aqueles que mais eram atingidos por todo esse discurso de desqualificação era a população carente do Nordeste brasileiro, uma vez que, além de serem considerados atrasados e “matutos”, ainda sofriam com a falta de políticas eficientes que os atendessem em períodos de escassez de chuvas. Desse modo, o presente artigo tem como tema a seca de 1942 e suas consequências sobre a população sertaneja do Rio Grande do Norte. O trabalho busca ainda compreender quais foram as iniciativas tomadas pelas autoridades municipais, estaduais e federais diante desse quadro de dificuldades que afetou de maneira profunda as populações do interior do Rio Grande do Norte, bem como mostra as matérias publicadas no jornal potiguar *A Ordem*, no decorrer do ano de 1942.

Além disso, o trabalho procura entender de que forma a seca de 1942 no Nordeste brasileiro contribuiu para a composição do chamado Exército da Borracha, no âmbito da Segunda Guerra Mundial, através dos Acordos de Washington assinados entre Brasil e Estados Unidos, e contribuiu também para a concretização do projeto do governo federal de ocupação do Vale Amazônico, inserido na campanha da “Marcha para o Oeste”. O propósito dessa campanha era promover a ocupação dos “espaços vazios” do território nacional, de modo a garantir a unidade nacional e eliminar qualquer discrepância que pudesse colocar em risco a ideia de uma nação homogênea, além, inclusive, de amenizar as tensões que permeavam algumas áreas no Nordeste brasileiro, vindas à tona principalmente em períodos de escassez de chuvas e de alimentos, diante do qual os maiores prejudicados eram, sem dúvida, os trabalhadores rurais, para os quais muitas vezes restavam apenas deslocar-se para as zonas urbanas em busca de auxílios, promover saques a feiras, integrar-se às obras públicas ou aceitar a proposta de migrar para a Amazônia.

A REPERCUSSÃO DA SECA DE 1942 EM MUNICÍPIOS POTIGUARES E O JORNAL A ORDEM

Em 1942 uma seca atingiu diversos municípios potiguares e provocou efeitos desoladores para muitas famílias sertanejas. Até então, o Nordeste já sofria com períodos de falta de chuvas, ao que as autoridades sempre clamavam por recursos financeiros com o propósito de realizar ações que minimizassem os efeitos das secas nessa região. Entretanto, boa parte desses recursos acabavam não sendo devidamente investidos em seus projetos de origem, fazendo com que a população nordestina continuasse a amargar os efeitos da ausência de chuvas, que comprometia indiscutivelmente sua sobrevivência no meio rural. Como consequência disso, as populações rurais e as camadas mais carentes da sociedade das diversas áreas do Nordeste brasileiro eram as que mais sofriam, continuamente, com a falta de água, de alimentos, e de projetos eficazes que garantissem sua permanência no campo mesmo em períodos de secas.

Assim vinha sendo esse quadro até 1942, quando mais um período de seca atingiu de modo contundente as populações do interior potiguar. Os meios de comunicação, mais frequentemente os jornais, publicavam em suas edições a situação de dificuldades que afetava muitas famílias pelo interior potiguar, recebendo, inclusive, apelos dos próprios municípios, que utilizavam os jornais como uma espécie de porta-voz de suas súplicas, fazendo conhecer, dessa forma, o que se passava entre suas populações.

No que diz respeito a essa relação entre imprensa e população, Rios afirma que “tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois entre o flagelado e o jornalista havia uma relação imediata. Afinal, uma audiência entre uma família de flagelados e governantes era algo quase impossível de acontecer” (RIOS, 2014, p. 27). Além disso, não só os flagelados procuravam fazer-se ouvir por meio dos jornais, como também

os próprios prefeitos e autoridades eclesiásticas, com o propósito de conseguir visibilidade para a situação de seus municípios como também para conseguir ajuda (fosse ela material ou financeira) por parte das autoridades estaduais e federais.

Sendo assim, em inúmeras edições do jornal potiguar *A Ordem* notícias sobre os acontecimentos envolvendo as populações interioranas atingidas pela seca eram constantes, mostrando quase diariamente as dificuldades enfrentadas pelos sertanejos e trazendo a público os apelos oriundos dos prefeitos dos municípios atingidos e das autoridades eclesiásticas, que utilizavam do discurso cristão para incentivar os atos de caridade dos setores mais abastados da sociedade potiguar e das autoridades desse Estado.

Em algumas edições, noticia-se a morte de crianças e idosos nas ruas das cidades, morte essa provocada pela fome (*A Ordem*, 1942, p. 1), além do estado de mendicância em que muitos sertanejos acabaram se encontrando em virtude das dificuldades enfrentadas no campo devido à falta de água e de alimentos. Outras edições, por sua vez, chamam atenção para a quantidade de pessoas oriundas das zonas rurais que se dirigem continuamente para os centros urbanos (*A Ordem*, 1942, p. 1), fazendo crescer a quantidade de mendicantes — que também foram chamados de flagelados —, os quais passavam a circular pelas ruas das cidades, inclusive da própria capital potiguar. Em grande medida, esses flagelados seguiam em direção às zonas urbanas em busca de trabalho, uma vez que o seu trabalho no campo se encontrava completamente comprometido — assim como a sobrevivência de sua família — em razão da falta de chuvas, prejudicando a lavoura e comprometendo a criação de rebanhos.

Em outra edição noticia-se um saque realizado a uma feira na cidade de Jucurutu (*A Ordem*, 1942, p. 1), onde os famintos se lançaram em busca de alimentos para aplacar sua fome, enquanto que a presença do bispo de Caicó na referida feira — segundo a matéria

do jornal — teria evitado consequências mais desastrosas. Também é comum encontrar edições que relatam o baixo nível dos reservatórios de água em vários municípios (*A Ordem*, 1942, p. 1), assim como a carestia de alguns produtos essenciais para o trabalho nas áreas agrícolas, como enxadas (*A Ordem*, 1942, p. 2).

Outro elemento que pode ser observado a partir das edições do já referido jornal no contexto da seca de 1942 é o apelo pela realização de obras públicas, as quais poderiam receber grande quantidade de trabalhadores em condições de miséria, tais como abertura de estradas, construção de açudes, entre outras (*A Ordem*, 1942, p. 1), o que também evitaria que muitos trabalhadores migrassem para outras regiões, podendo acarretar dificuldades em se conseguir mão de obra quando o período das chuvas chegassem no sertão. Portanto, o apelo de prefeitos e de alguns redatores do próprio jornal também se fazem presente em várias edições.

Além disso, também é possível registrar as ações do governo federal frente à situação de calamidade dos municípios potiguares. Em muitas edições, as matérias noticiam autorização para liberação de verbas destinadas à realização de obras públicas (*A Ordem*, 1942, p. 1), tendo a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) a dianteira de muitos desses projetos. Também se observa as ações de outros Estados brasileiros no sentido de ajudar as populações dos Estados nordestinos atingidos pela seca, com a doação de alimentos a serem distribuídos entre as famílias flageladas e somas de dinheiro para serem investidas na tentativa de amenizar a situação de necessidade entre as populações sertanejas (*A Ordem*, 1942, p. 1).

Outra iniciativa que também pode ser notada entre as edições do jornal *A Ordem* foi a criação da Comissão de Assistência aos Flagelados (*A Ordem*, 1942, p. 1), cuja função seria arrecadar doações entre os setores abastados de Natal e dos estabelecimentos comerciais doações que eram direcionadas aos flagelados da seca. Essa Comissão,

inclusive, realizava reuniões frequentemente para fazer uma espécie de levantamento das quantias já arrecadadas e dos valores a serem destinados aos municípios atingidos pela seca.

A Comissão de Assistência aos Flagelados se destinou também a construir abrigos com o propósito de receber os flagelados que se dirigiam para a capital, com o intuito de evitar que os mesmos perambulassem pelas ruas, o que provocava um certo “mal-estar” na população urbana, uma vez que esses flagelados eram encarados como ameaça à ordem pública e à segurança da população, não diferente do que acontecia na cidade de Fortaleza, em períodos de seca anteriores, quando os cidadãos temiam a presença dos flagelados, que eram levados para os Campos de Concentração exatamente para evitar que circulassem pelas ruas da capital cearense, comprometendo a ordem e a beleza da cidade.

Outra iniciativa tomada pelo governo federal, e que remete a períodos anteriores a este, era oferta de passagens e transporte gratuito para aqueles que optassem por migrar para a Amazônia². Essa iniciativa, inclusive, pode ser entendida como uma estratégia para minimizar as tensões em áreas bastante populosas, que tendiam a vivenciar períodos de instabilidade frente a situações específicas, como era o caso das secas. Assim, enviar populações flageladas ansiosas por trabalho e terra era uma alternativa para fazer, senão cessar, ao menos diminuir, os conflitos em áreas urbanas e rurais pelo sertão do Nordeste brasileiro.

Nesse ínterim, é interessante observar que a seca de 1942 coincidiu com a Segunda Guerra Mundial e o ingresso do Brasil nesse conflito, o que acabou por gerar a necessidade de criação do Exército da Borracha para trabalhar no esforço de guerra, e cuja composição seria, em grande parte, de nordestinos.

2 Três importantes decretos do Presidente da República, abrindo créditos para minorar os efeitos da seca no Nordeste. A Ordem, Natal, nº 1951, 17 abr. 1942, p. 1.

TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA: O ESFORÇO DE GUERRA COM MAIS BORRACHA PARA A VITÓRIA

Ao declarar seu ingresso definitivo na Segunda Guerra Mundial, o Brasil assinou juntamente ao governo norte-americano acordos que estabeleciam cooperação entre ambos os governos para a vitória dos Aliados. Nesse contexto, uma matéria prima tornou-se primordial para a indústria bélica: a borracha. Entretanto, o suprimento das indústrias com esse produto viu-se comprometido mediante a ocupação das áreas produtoras pelas forças do Eixo, o que fez com que as atenções se voltassem, agora, para o Brasil, mais especificamente para as antigas áreas produtoras de látex no Norte do país.

Nesse momento entram em ação os Acordos de Washington, de acordo com os quais o Brasil se comprometeria a fornecer a matéria prima (látex) para a indústria bélica, enquanto o governo dos Estados Unidos forneceria recursos financeiros necessários para a concretização de tal empreendimento. Para tanto, seria também imprescindível a criação de um exército cuja função seria se dedicar ao esforço de guerra, ou seja, se dirigir para as áreas dos seringais e trabalhar incessantemente na extração do látex. Nesse momento, novos seringais deveriam ser abertos e os antigos, reativados.

Iniciava-se, então, um período de cooperação com os países Aliados, e o cotidiano da população brasileira mudaria de maneira perceptível, como apontam Ariadne Araújo e Marcos Vinícius Neves (2015, p. 23-25)

[...] Racionamentos de gasolina, exercícios de blecautes, eventuais sustos com sirenes acionadas, a mobilização de soldados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o vaivém de navios da marinha brasileira que protegiam o litoral brasileiro e, nos céus, a visão de pequenos dirigíveis, os *blimps* da marinha dos Estados Unidos, que faziam também patrulhas antissubmarinas ao longo da nossa costa. Além disso, havia o burburinho

de centenas de militares americanos que chegaram para as novas bases militares instaladas no Norte e no Nordeste do Brasil, em cidades como Recife, Natal, Belém e Fernando de Noronha. Com eles, a cultura norte-americana e sua ‘política de boa vizinhança’. O jazz também fazia sua entrada na vida dos brasileiros, bem como o rosto dos célebres astros americanos em filmes de Hollywood, personagens da Disney e ainda as primeiras garrafas de Coca-Cola, que aqui instalou uma fábrica.

Outro ponto que deveria ser levado em consideração no contexto da batalha da borracha era a mão de obra a ser utilizada nos seringais. Foi então que o governo Vargas sugeriu incontestavelmente o emprego da mão de obra nordestina no esforço de guerra, mais especificamente os cearenses, que haviam sido transformados em flagelados. Na visão do presidente, nenhuma mão de obra seria mais conveniente para ser encaminhada para os seringais amazônicos, uma vez que seria uma oferta de trabalho para aqueles sertanejos atingidos pelos efeitos da seca de 1942 e também uma forma de aliviar as tensões que aconteciam nas áreas de predomínio das secas, transferindo populações para as áreas menos “povoadas” do país.

Para promover o recrutamento dessa mão de obra e seu deslocamento para a Amazônia foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), cuja sede estaria localizada em Fortaleza. O SEMTA teria como missão promover, além do recrutamento, a realização dos exames médicos junto àqueles que se alistassem no exército da Borracha, garantir sua alimentação e remuneração durante o período de “espera”, no qual ficariam estabelecidos nos pousos aguardando seu envio para os futuros locais de trabalho, e garantir também a sobrevivência das famílias desses trabalhadores — agora chamados de soldados da borracha — em suas cidades de origem ou nos nucleamentos — locais onde as famílias dos trabalhadores selecionados ficavam instaladas, recebendo atendimento médico, auxílio no desen-

volvimento de atividades econômicas e auxílio religioso — enquanto não fossem encaminhadas para junto de seus maridos na Amazônia.

Muitos desses trabalhadores que ingressaram no Exército da Borracha foram motivados pela situação de necessidade na qual se encontravam inseridos e também motivados pela propaganda empregada para atrair mão de obra em grande quantidade para o esforço de guerra. Entre os elementos dessa propaganda estavam os próprios discursos provenientes do chefe da Nação, as edições jornalísticas, que colocavam em foco a importância da extração do látex para a vitória na guerra, e os cartazes produzidos e distribuídos pelo SEMTA, cujas imagens e frases de efeito visavam provocar um impacto emocional no público, de modo que este se sentisse no dever patriótico de contribuir para a vitória dos países Aliados nesse conflito mundial.

Não só os soldados da borracha foram alvo dessa propaganda, mas toda a sociedade brasileira, que acabou sendo inserida no contexto da campanha pela borracha usada e incitada a participar desse gesto patriótico. A própria presença da campanha em diversas edições dos meios jornalísticos fazia dela quase como uma ação obrigatória por parte da população, e sua constante repetição a transformava numa ação necessária para a vitória dos Aliados.

Nesse momento em que os meios de comunicação estavam de certa maneira subordinados aos ditames do regime do Estado Novo de Vargas, a propaganda produzida tinha como missão e desafio despertar as emoções da população para o contexto em que o mundo encontrava-se inserido: numa cruenta guerra contra um inimigo que ameaçava constantemente a paz e a ordem dos demais países. Para combater esse inimigo, portanto, toda a população precisava empenhar-se completa e incondicionalmente nos projetos advindos do chefe da Nação, o líder que guiaria o país para a vitória, juntamente com aqueles que se propusessem a abdicar de suas próprias vidas e do conforto do seu lar para

travar uma cruenta batalha em outra frente: a batalha da borracha, produzindo cada vez mais borracha para a vitória.

Sobre a intensificação das emoções, Capelato (2009, p. 75) explica que isso ocorre

[...] por meio dos meios de comunicação, responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades. Mas os sinais emotivos são captados e intensificados também mediante outros instrumentos: literatura, teatro, pintura, arquitetura, ritos, festas, comemorações, manifestações cívicas e esportivas. Todos esses elementos podem entrar em múltiplas combinações e provocar resultados diversos.

Uma vez alistados e passados todos os “trâmites” até o seu deslocamento, os trabalhadores eram distribuídos pelos seringais que estivessem necessitando de mão de obra. Após a chegada aos seringais, transcorrido um longo e desgastante percurso, os soldados da borracha se submetiam às regras estabelecidas no contrato de trabalho, assim como seus patrões, o que nem sempre era colocado em prática. Além da questão do não cumprimento das normas do contrato de trabalho por parte de alguns dos donos dos seringais, os soldados da borracha também precisavam enfrentar o desconhecido. Adaptar-se a um novo ambiente não se mostrava uma tarefa fácil nos primeiros meses, sem falar em outros desafios pelos quais precisariam passar, como o cotidiano solitário na floresta e a convivência com doenças e animais selvagens.

Mesmo assim, esses trabalhadores se dedicavam à sua função cotidianamente, na esperança de alcançar uma vida melhor para si e seus familiares, conquistar o reconhecimento de herói prometido àqueles que se dispuseram a participar do esforço de guerra, e contribuir para o soerguimento do Vale Amazônico, outro projeto empreendido pelo governo federal e que teria como protagonistas, mais uma vez, os trabalhadores nordestinos.

AMAZÔNIA: O “VALE DA PROMISSÃO”

Na década de 1940, antes mesmo do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, um projeto se fazia urgente e grandioso: a ocupação do chamado Vale Amazônico. A ordem da vez era promover a ocupação dos “espaços vazios”, termo utilizado para se referir àquelas áreas com baixa densidade demográfica, e que, na ótica do governo federal, representava um grande potencial econômico que o Brasil tinha a seu dispor. Outro discurso até então presente era o de que estes “espaços vazios” — que correspondiam às atuais regiões Norte e Centro-Oeste — eram espaços de predomínio da barbárie, aqueles em que os sinais da civilização ainda não haviam chegado.

Os relatos de viajantes que percorreram as áreas já referidas retratam esses locais como “paradisiacos”, como intocados, preservando a natureza ao mesmo tempo selvagem e pura, uma espécie de “Éden”. No entanto, para estudiosos europeus, cujas ideias acabaram por influenciar muitos intelectuais brasileiros, essa natureza “selvagem” e intocada era exatamente a representação que se fazia da barbárie, o limite que separava o espaço do atraso do espaço da civilização. E por isso mesmo esse espaço precisava ser alterado, receber a interferência humana com apoio do governo. A barbárie deveria ser “empurrada” cada vez mais para longe, dando lugar ao progresso.

Além disso, o sertão — assim também eram chamados os “espaços vazios”, localizados nas áreas interiores do território brasileiro —, tido como o espaço da barbárie, onde a civilização ainda não havia chegado, era visto como um problema para a nacionalidade. Para solucionar esse problema incômodo, seria necessário realizar uma interferência duradoura e eficaz nesse espaço, introduzindo-o definitivamente na vida do restante do país. A partir desse momento, essa árdua tarefa passa a ser o centro das atenções, e transforma-se em ato heroico e de verdadeiro sentido da nacionalidade.

Investir no desenvolvimento dos sertões passa a ser uma ação de patriotismo e que contribuiria para o engrandecimento do país.

Outra questão que se coloca nesse contexto é a construção de uma identidade nacional, que se daria mediante a eliminação de qualquer vestígio que pudesse colocar em risco a tentativa de homogeneizar a nação. Esse risco estaria presente exatamente nas áreas onde a presença do Estado ainda não se fazia uma constante, onde as populações ali existentes viveriam de acordo com hábitos primitivos e ultrapassados, tornando ainda mais marcante a fronteira entre o espaço do primitivo e da modernidade. Essa fronteira, portanto, deveria ser transposta, ultrapassada, para que ali chegasse a interferência necessária capaz de levar a esses sertões a marcha da civilização.

Nesse caso, fronteira pode ser entendida como “ir aplainando, pela civilização, a superfície do mapa nacional: transformando sem cessar espaços e população para se ter ao fim um horizonte homogêneo e livre de discrepâncias” (SOUZA, 2015, p. 151).

Uma vez “tocadas” pelas forças da civilização, esses espaços deveriam se encaixar nos projetos para eles direcionados: o de produzir riquezas. Sob o gerenciamento do Estado brasileiro, essa ocupação contaria com grandes investimentos financeiros e com projetos de infraestrutura, cujo propósito seria o de promover modificações no espaço natural e possibilitar a permanência humana nessas localidades, ocupando de maneira sistemática e eficiente esses chamados “espaços vazios”, diferentemente do que havia acontecido em épocas passadas, quando uma grande leva de migrantes se dirigiram para essas regiões e acabaram ocupando-as de modo esparso, como chegou a afirmar Euclides da Cunha. Na perspectiva de Euclides da Cunha, “O sertão é um espaço em branco a ser ainda preenchido, cravado no território onde deveria figurar uma nação imaginada como unidade” (MURARI, 2007, p. 48).

O próprio Euclides da Cunha, em sua obra *À margem da História*, descreve esses sertões como sendo lugares inóspitos, onde a natureza impõe suas leis e não permite a permanência do homem. Ao descrever o que viu em sua expedição ao alto do rio Purus no Amazonas, Euclides da Cunha não poupa desagradados: para ele, o Amazonas se mostrou um lugar completamente desprovido de beleza, monótono, esquecido no tempo, inapropriado para a permanência humana; um lugar no qual o homem é um intruso, onde o tempo parece não passar, onde as energias humanas são postas à prova e, como resultado, acabam desfalecendo diante do clima e da paisagem reinantes. Por outro lado, o autor ressalva que a única forma de fazer com que o homem permanecesse ali e dali conseguisse obter as riquezas existentes seria através da utilização de recursos tecnológicos e projetos de engenharia capazes de promover mudanças profundas na região.

Dessa forma, fazia-se urgente povoar esses espaços, e o governo Vargas não mediria esforços para concretizar tal projeto. Para tanto, em seu discurso do rio Amazonas, realizado por ocasião de uma visita ao Estado, o presidente enfatiza a necessidade de promover investimentos maciços na região a fim de extrair dali as riquezas naturais e tão essenciais ao desenvolvimento econômico da nação, a nação que agora se pretendia homogênea, na qual todos deveriam trabalhar em prol de um objetivo único: o crescimento nacional, a construção da identidade. E assim, ao passar pela capital cearense após a visita ao Amazonas, o presidente lança o apelo aos cearenses, para que estes se empenhem nesta nova jornada que se inicia: a ocupação do Vale Amazônico.

O Vale Amazônico que agora será transformado no “Vale do Promissão” para os flagelados da seca, a saída encontrada para inúmeras famílias castigadas pelos efeitos da seca no sertão nordestino e pela ausência de políticas capazes de garantir sua sobrevivência em seus locais de origem. Nesse ínterim, quando o Brasil se envolve no conflito mundial e o esforço de guerra se faz necessário, o governo brasileiro vislumbra a chance de concretizar o projeto de ocupação do

Vale Amazônico, ao direcionar a composição do Exército da Borracha para os nordestinos, que incentivados pela promessa de riqueza e de prosperidade, e impulsionados pela situação de necessidade na qual se encontravam, partirão rumo ao Norte do país para assumir a tarefa de herói, ao contribuir no esforço de guerra nos seringais amazônicos, e assumir o papel de “bandeirante”, promovendo a ocupação do Vale Amazônico, em nome do crescimento nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, de maneira geral, as soluções oferecidas pelas autoridades — tanto as autoridades nacionais como estaduais — para as populações sertanejas atingidas pelos efeitos da seca, e que uma delas era a migração para a Amazônia, e que no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se envolveu no conflito, o incentivo à migração de nordestinos se fez mais intenso, mediante a necessidade de mão de obra para trabalhar no esforço de guerra nos seringais amazônicos. Diante dessa mobilização, alguns órgãos foram criados, como o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA, cuja função seria arregimentar trabalhadores para compor o Exército da Borracha, assim como promover seu deslocamento até os pontos de onde seriam encaminhados aos seringais, além de providenciar os recursos necessários para a sobrevivência das famílias desses trabalhadores que ficavam em seus estados de origem, fossem por meio da transferência dessas famílias para os nucleamentos, ou através do envio de uma quantia em dinheiro distribuída para essas famílias até o seu encaminhamento para os seringais, onde iriam estabelecer moradia fixa.

Também foi possível perceber que o incentivo à migração de nordestinos tinha o propósito de realizar o povoamento dos até então chamados “espaços vazios”, que se localizavam no atual

Norte e Oeste do país. Incentivando a ida de trabalhadores nordestinos para a Amazônia o Brasil não estaria apenas executando o esforço de guerra, mas atenuando as tensões que vez por outra se faziam visíveis no Nordeste — principalmente nos períodos de escassez de chuvas, de trabalho e de alimentos — e promovendo a sonhada ocupação do vale Amazônico, o que por sua vez contribuiria não somente para a manutenção da unidade nacional, mas para o desenvolvimento econômico da região e o crescimento da nação como um todo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 25, p. 21-35, mai./nov. 2019. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-25-serto-es-imagina-rios-memorias-e-politicas>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ARAÚJO, Ariadne; NEVES, Marcos Vinícius. **Soldados da borracha: os heróis esquecidos**. Fortaleza: Irê Brasil, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 73-95.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MURARI, Luciana. O deserto e as distâncias: cultura e natureza nas representações da nacionalidade brasileira. In: MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007, p. 45-97.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SOUZA, Candice Vidal e. A fronteira no Brasil: desdobramentos do imaginário sobre o vazio-sertão. In: SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 135-158.

Jornal (A Ordem, 1942-1943. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

As repercussões da crise em Caraúbas. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1903, 18 fev. 1942, p. 1.

A aflição dos nossos sertanejos em face da seca: depoimento do vigário de Currais Novos. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1933, 25 mar. 1942, p. 1.

Esgotadas completamente as fontes de abastecimento d'água em Angicos: urgentes providências pede a população daquela cidade às autoridades competentes. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1889, 29 jan. 1942, p. 1.

Enxadas. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1964, 5 mai. 1942, p. 2.

A seca e a fome no sertão: apelos veementes do governo do Estado ao presidente da República e altas autoridades do país. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1943, 8 abr. 1942, p. 1.

Três importantes decretos do Presidente da República, abrindo créditos para minorar os efeitos da seca no Nordeste. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1951, 17 abr. 1942, p. 1.

Socorro aos flagelados. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1973, 16 maio 1942, p. 1.

Socorro aos flagelados. A Ordem, Natal, ano VII, nº 1949, 15 abr. 1942, p. 1.

O Agro entre a Cultura e o Negócio: Embates camponeses do século XXI, Apodi - RN

Sarah Campelo Cruz Gois¹

INTRODUÇÃO

A chegada de grandes empresas da fruticultura irrigada na região vem provocando uma série de impactos na vida e nos modos de fazer e saber dos agricultores. Esse artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla realizada a partir de um trabalho com fontes orais. O nosso objetivo, nesse recorte, é compreender a disputa dos modelos de desenvolvimento agrícola na região de Apodi. Problematizar o choque entre as visões de produção camponesa e empresarial, bem como os discursos que são criados a partir dessa oposição. A visão produtiva do Agronegócio, tida como avançada, moderna e inexorável e a visão da produção camponesa, tida como atrasada e arcaica, mas que funciona como uma forma de resistência encontrada por eles para combater a chegada do agronegócio à região. Para tanto, aqui trabalharemos com fontes produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Ministério da Economia, além da entrevista realizada com Agnaldo Fernandes, atual diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, em Setembro de 2017.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em história social pela Universidade Federal do Ceará. Doutoranda em História social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Campus Apodi. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9702791146937148>.

Apodi é uma cidade situada ao sul do estado do Rio Grande do Norte, já bem próxima da fronteira com o Ceará. O município está localizado na microrregião da Chapada do Apodi, na Mesorregião do Oeste Potiguar, com uma área de 1.602,66 km². A zona rural tem uma grande importância para o município, não apenas pela produção de alimentos, bem como pelo fato de quase 50% da população do município residir nesta área. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (CENSO, 2000), a zona rural do município apresenta uma população de aproximadamente 10 mil pessoas.

A região é reconhecida nacionalmente como um polo de produção agrícola, agroecológica e possui mais de 100 comunidades rurais. O município é dividido em quatro regiões: Pedras, Chapada, Vale e Areia. Cada uma delas enfrenta a chegada do agronegócio e da modernização agrícola de formas diferentes. Desde o início do século XXI, Apodi tem se tornado destino de uma série de obras governamentais com o intuito de atrair grandes empresas do Agronegócio para a região. No discurso oficial, essas transformações são defendidas como uma forma de retirar a cidade do atraso e inseri-la no modo de produção empresarial capitalista. A racionalização do uso da terra com técnicas modernas (pivôs centrais, agrotóxicos), a lógica empresarial capitalista e a mecanização da agricultura por meio da introdução de máquinas colocariam o Rio Grande do Norte no mercado do agronegócio. O saber técnico agrícola seria responsável pela produção industrial em Apodi, em contraposição ao modo de produção camponesa. Para tanto, era necessário racionalizar a produção e colocá-la nas mãos das grandes empresas. Isso acontece de acordo com Jan Douwe Van der Ploeg, sociólogo holandês estudioso do campesinato, por que: “embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele” (PLOEG, 2016, p. 9).

A construção que inaugura o “Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi” é a Barragem Santa Cruz, em 2002, na região das Pedras. De acordo com as informações do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte — IGARN, ela é o segundo maior reservatório de água do estado, com capacidade de armazenamento de 599.712.000 m³. Havia inclusive, por parte do governador do Estado à época, Garibaldi Filho, a expectativa de que a Barragem fosse receptora para as águas da transposição do Rio São Francisco. Hoje essa é a região que mais sofre com a falta de acesso à água e os moradores de comunidades ao lado da Barragem são abastecidos via carros pipas.

A Barragem Santa Cruz foi a primeira obra pensada para viabilizar a construção do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi - PISCA, esse na região da Chapada. O PISCA foi projetado a partir de 2008, através dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento PAC2 e nunca foi concluído. As desapropriações se realizaram através do decreto nº 0-001 da Presidência da República, do dia 10 de junho de 2011, que declarou de “utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Combate as Secas — DNOCS, a área de terra e respectivas benfeitorias de 13.855,13 hectares, localizados no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte” (BRASIL, 2018). De acordo com a advogada e pesquisadora Maiana Maia Teixeira, os Perímetros Irrigados são uma forma de rerepresentar a região Nordeste de maneira mais moderna e rentável, numa tentativa de “reformulação discursiva que pretende se adequar às novas demandas de inserção do capital na região” (TEIXEIRA, p. 39). Neste embate social e discursivo, encontramos o agro do negócio e o agro da cultura.

O AGRO DO NÉGOCIO

O problema das secas é pautado por governos no Brasil desde o século XIX e institucionalizado com a criação de órgãos específicos para tal fim. Instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra

a Seca (DNOCS), que já foi chamado de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e de Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) passam a desenvolver projetos em todo o Nordeste. De acordo com Marcel Bursztyrn (2008) as políticas de combate às secas podem ser divididas em três etapas gerais, com diversas formas de execução, desde a construção de açudes até as suntuosas obras de irrigação. Antes de 1959, com ações mais assistenciais e localizadas em respostas aos problemas imediatos; entre 1960 e 1970, já com a criação da SUDENE, que além das ações assistenciais realizava ações programadas; e após 1970, com todas as características dos períodos anteriores somada a modernização conservadora na qual o Estado assume o papel mais forte de “maestro” das transformações na paisagem.

Nesse sentido, o objetivo das políticas públicas era organizar um plano de ação que gerasse emprego nas localidades próximas das moradias da população evitando processos migratórios. Logo se iniciaram frentes de obras públicas para empregar para a construção de pequenos açudes que contavam com o financiamento do governo federal e cooperação de grandes fazendeiros da região do Nordeste Brasileiro. Esses açudes eram, geralmente, construídos por grandes frentes de trabalho² que funcionavam como uma forma de contenção da migração para as cidades no esforço de dissociar o binômio seca/migração³. Adotada desde o período do império, a construção de açudes era também uma moeda política na troca de favores entre governos e grandes proprietários de terras.

2 Essas frentes se caracterizavam por empregarem pessoas na construção de obras como meio de fixar homens e mulheres no campo em períodos de extrema estiagem. Com a chegada das chuvas, as frentes deixavam de existir e as pessoas eram dispensadas dos trabalhos. Geralmente essas obras eram realizadas em parcerias entre os governos e os grandes e médios proprietários, que se aproveitavam do período para conseguir melhorias em suas propriedades. Nos períodos de seca, mais especificamente nos anos de 1932, 1958, e nos períodos de 1970-73 e 1979-83, são muito lembradas essas formas de trabalho.

3 Sobre as diferentes experiências vivenciadas pelos sertanejos migrantes durante os períodos de secas ver NEVES, 2000).

Dessa forma, a partir dos anos 1960 surgem no Nordeste brasileiro os Perímetros Irrigados, que além da utilização da mão de obra local, do financiamento de construções de açudes particulares e da contenção da migração, tinham como objetivo o desenvolvimento socioeconômico e a industrialização para o Nordeste. De acordo com as conclusões do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste — GTDN, coordenado por Celso Furtado e que deu embasamento para a criação da SUDENE, a construção dos açudes não seria mais suficiente para resolver os problemas gerados pela seca. De acordo com o relatório:

Na medida em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter uma maior massa populacional na região. Mas, como quase não teve consequência no aumento da oferta de alimentos, o resultado paradoxal é que, também, essas medidas de longo prazo contribuíram para agravar os efeitos da seca. Não há como escapar à conclusão de que toda e qualquer medida que concorra para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável a seca (Relatório GTDN, 1967, p. 70).

O aumento da produção de alimentos, segundo o GTDN, poderia resolver os problemas causados pela migração intensa. Segundo Ana Maria de Fátima Afonso Braga (2009, p. 31), as obras públicas contra a seca tinham duas finalidades, a primeira era a criação de frentes de serviços para evitar as migrações e a “segunda era construir açudes e estradas, equipamentos imprescindíveis para manter o complexo algodoeiro-pecuário, principal atividade do semiárido nordestino”.

O diagnóstico realizado pelo GTDN afirmou que as ações do DNOCS⁴ realizadas até então não tinham solucionado os problemas

4 No site oficial do DNOCS há um histórico da atuação do departamento desde a sua fundação como Inspeção no início do século XX até os dias atuais. O texto que conta com 10 páginas é todo construído como uma carta de defesa, principalmente contra as avaliações feitas pela SUDENE e pelo grande idealizador da Superintendência, Celso Furtado. No texto, que não tem a autoria definida, há a citação desse relatório do GTDN e uma crítica à forma como a SUDENE

trazidos pela seca na região nordestina. É nesse contexto que surge a discussão sobre a irrigação. A irrigação seria responsável pelo aumento da produção, pela inserção efetiva das regiões no mercado, pela chegada do progresso e para isso, seria necessário transpor quaisquer obstáculos impostos seja pela natureza, seja pelas comunidades que habitavam a região.

Mesmo que o debate sobre a “solução moderna” para o problema da seca seja bastante antigo⁵, o final do século XX inaugura a construção das obras suntuosas e a chegada efetiva do agronegócio na região da Chapada do Apodi. Com o redirecionamento político-econômico e social, após os anos de 1990, a orientação da política de irrigação fundamentou o projeto “Novo Modelo de Irrigação”⁶. Seus objetivos se circunscreveram em apresentar estratégias que estimulassem o investimento privado em todas as fases da irrigação⁷. A expansão da agricultura irrigada, sob o domínio dos grandes negócios, na Chapada do Apodi, vem deixando marcas profundas no território, materializando um quadro de destrutivismo⁸ socioambiental.

avaliou a atuação do DNOCS. De acordo com o site: “Os mentores da Superintendência não deram o devido valor ao que havia sido feito pela Inspeção, estabelecendo-se nos primeiros dias da SUDENE, forte animadversão entre ela e o DNOCS, com prejuízos para ambos e, para o Nordeste. A SUDENE divulga uma versão desfavorável ao DNOCS ao veicular que o órgão descuidara da agricultura nordestina que, como se mostrou linhas acima, não era atribuição do Departamento, se não e parcialmente, depois de 1934. Foi obstaculada a política de açudagem até que as secas ocorridas nos primeiros anos da década de 80, demonstraram o erro dessa obstaculização. A SUDENE inicialmente preconizava o emprego das águas açudadas na irrigação, pensando até em ser a agência executora da implantação das obras primárias do comprometimento, entretanto, prevalecendo o bom senso, as mesmas continuaram a cargo do Departamento”. É interessante notar um choque institucional entre o DNOCS e a SUDENE, além da imprecisão entre as atribuições de cada um. In: <https://www2.dnocs.gov.br/historia> acessado em setembro de 2019. No texto ainda há uma forte crítica ao modelo de irrigação assumido e à gestão de recursos, que priorizava o investimento na SUDENE ao invés do DNOCS.

- 5 Ver os discursos para a solução dos problemas da seca de Tomaz Pompeu em: (BASTOS, 2013).
- 6 Durante o início do século XXI também há ainda a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e a Lei institui a Política Nacional de Irrigação, a ser executada em todo o território nacional, de 2013.
- 7 Orientar a produção para as oportunidades de mercado e redirecionar a participação do governo na atividade, gerar sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais, dentre outros (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008).
- 8 Segundo Berman (2007, p. 69), para que o personagem Fausto de Goethe não sentisse tanta culpa pela destruição provocada pelo avanço frenético da modernidade era necessário aceitar a destrutividade como elemento integrante da criatividade divina.

A advogada e pesquisadora da área de justiça ambiental, Maiana Teixeira, explicou em sua dissertação a diferença na ideia de irrigação para grandes e pequenos produtores:

Quando um *pequeno* fala do sonho da irrigação, ele fala de uma *pequena irrigação*, tal como já realizada em algumas comunidades, onde os agricultores e agricultoras através de sua engenhosidade montam sistemas de irrigação e tecnologias sociais de captação e distribuição da água para irrigar parte de suas terras, apenas naquelas áreas a que se destinam cultivos que se beneficiariam de ter garantido o acesso à água na medida em que a particularidade de cada cultivo demanda (TEIXEIRA, 2016, p. 150).

Esse choque entre os projetos de desenvolvimento agrícola é perceptível na região camponesa de Apodi, que desde o início da década dos anos 2010 enfrenta graves problemas de desapropriação de terras e dificuldades de acesso à água. Como já dissemos no início deste artigo, a interrupção nas obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi não representou um empecilho para a chegada de grandes empresas do Agronegócio à região. A própria imagem do agronegócio moderno e tecnológico é uma tentativa de renovar a reputação atrasada e imóvel do latifúndio. O agronegócio além de concentrar a terra, domina as tecnologias de produção e as políticas públicas. Desse modo, a técnica e a tecnologia agrícolas estão em conformidade com a construção desse ideal modernizador da grande agricultura de exportação. A partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o pesquisador Leandro Cavalcante⁹, fez um levantamento da produção agrícola do município entre os anos de 2010 e 2018, conforme a tabela abaixo:

⁹ Leandro Vieira Cavalcante, geógrafo, doutor em Geografia e professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Tabela 1 - Área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação

Área plantada e quantidade produzida com frutas tipo exportação* em Apodi (RN), de 2010 a 2018									
Área plantada (hectares)									
Fruta/Ano	010	011	012	013	014	015	2016	2017	2018
Melão	10	0	0	0	8	50	1.000	1.090	700
Melancia	20	0	0	0	6	0	850	865	865
Mamão	0	0	0	0	0	0	300	300	320
TOTAL	30	0	0	00	14	230	2.150	2.255	1.885
Quantidade produzida (toneladas)									
Fruta/Ano	010	011	012	013	2014	2015	2016	2017	2018
Melão	.300	0	50	.133	1.350	4.665	40.000	40.671	32.800
Melancia	.600	.200	.100	.560	1.716	2.062	34.500	35.108	31.500
Mamão	0	0	0	0	0	0	30.000	30.000	19.500
TOTAL	.900	.200	.950	.693	3.066	6.727	104.500	105.779	83.800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Levantamento realizado por Leandro Cavalcante dia 01/04/2020¹⁰

Analisando os dados é possível perceber que o ano de 2016 marca a chegada mais intensa das empresas da fruticultura irrigada (melão, melancia e mamão) ao município. A área plantada tem um aumento de quase dez vezes e a quantidade produzida é quinze vezes maior do que no ano anterior. A chegada desse tipo de produção se choca diretamente com os modos de vida e produção dos pequenos agricultores. A lógica de produção monocultora envenena os solos, retira a terra, dificulta o acesso à água e invisibiliza o pequeno produtor.

A proposta do Agronegócio difere não apenas na forma de produção, bem como nos alimentos que são cultivados. Enquanto a produção dos pequenos prioriza o arroz, o milho, o feijão, o Agronegócio prioriza a fruticultura que é majoritariamente voltada para a exportação. Ao detalhar o avanço da Revolução Verde pela Índia a pesquisadora Vanadana Shiva, no livro *Monoculturas da Mente*, destaca que os tipos de produção monocultores e agroexportadores “além de substituir as alternativas, destroem até mesmo sua base. Não toleram outros sistemas e não são capazes de se reproduzir de maneira sustentável” (2003, p. 68).

10 Foram consideradas as somas dos cultivos apenas de melão, melancia e mamão.

Nesse aspecto ela compara a monocultura agrícola às monoculturas ideológicas das formas de pensamento que também não toleram concorrências aos seus saberes técnicos e modernos. Para ela:

O saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante a das monoculturas de variedades de plantas importadas, o que leva a substituição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (SHIVA, 2003. p. 25).

Uma das grandes promessas feitas pelo discurso oficial relacionado à chegada das empresas é a geração de emprego e de renda. Entretanto, para os camponeses, essa promessa está associada à destruição de seus saberes e modos de vida. O avanço da produção capitalista pelo território e da ideologia da produção capitalista, está associado à expropriação de terras dos pequenos produtores. A proletarianização do agricultor pode significar o seu empobrecimento. Se analisarmos o levantamento feito pelo pesquisador Leandro Cavalcante a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Economia é possível também perceber o salto no número de trabalhadores de carteira assinada no setor da agropecuária:

Tabela 2 - Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi

Número de trabalhadores formais por grandes setores da economia em Apodi (RN), de 2010 a 2018									
Setores/Ano	2010	011	012	013	014	015	016	017	018
Indústria	238	85	62	39	84	84	72	66	86
Construção Civil	22	4	8	3	1	0	4	3	8
Comércio	473	32	72	18	46	91	77	68	79
Serviços	1.260	.406	.228	.367	.373	.370	.234	.380	.608
Agropecuária	104	22	80	71	36	29	.176	.440	.563
TOTAL	2.097	.379	.280	.438	.570	.104	.273	.687	.054

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia. Levantamento realizado por Leandro Cavalcante dia 03/04/202011.

11 Refere-se aos vínculos ativos dos trabalhadores formais (com carteira assinada). Em “Serviços” também estão inseridos os trabalhadores da Administração Pública.

Em 2010, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária representava menos de 5% do total de trabalhadores de carteira assinada no município. Já em 2016, esse valor passa a cerca de 40%. Em uma análise puramente objetiva poderíamos concluir que a promessa de geração de emprego foi cumprida. Entretanto, esse trabalho formal, muitas vezes, não representa uma melhora na qualidade de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, a grande maioria deles se candidata a estas vagas justamente por terem sido expulsos de suas terras, ou por terem perdido condições mínimas para sua produção. Sobre o trabalho nas empresas, Agnaldo Fernandes, 34 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTRA), pontua que:

É incrível, incrível mesmo, não tem, modifica a paisagem, coloca a desunião entre a comunidade né, agora o agrogêcio chegou aqui. E as pessoas não têm mais tempo pra discutir os problemas da comunidade, porque passa a semana todinha trabalhando na empresa, a reunião da Associação coloca num domingo que você ta descansando, ta com a família (FERNANDES, 2017).

Ele ainda relata que recebe várias denúncias das esposas dos trabalhadores sobre o trabalho excessivo e em horários desgastantes. Ele relata que algumas esposas denunciam: “Agnaldo, meu esposo ta saindo de 4 horas da manha e saindo a meia noite. Ele trabalha no PEC” (Setembro de 2017). A empresa chega à região trazendo a desarticulação das comunidades, a concentração de terra, a desestruturação do modo de produção dos pequenos, e cria uma dependência entre os trabalhadores de tal forma que a sua chegada representa empobrecimento e a sua saída representa ainda mais miséria.

O AGRO DA CULTURA

Sempre que vai falar sobre a sua comunidade, Agnaldo Fernandes se refere ao Bamburral, comunidade da região do Vale, como “o melhor lugar do mundo”. É importante ressaltar que essa afirmação não

é feita de forma abstrata e idílica. Esse lugar existe justamente por que é nele onde o agricultor pode trabalhar com autonomia e dignidade. Não há que se romantizar o trabalho no campo, segundo Ploeg, “a dinâmica da unidade camponesa é caracterizada e governada por uma busca por equilíbrios internos que seguem outra lógica” (PLEG, 2016, p. 30). Uma lógica baseada na Utilidade (benefícios proporcionados pelo aumento da produção) e na Penosidade do trabalho. Para Ploeg:

O trabalho agrícola pode muito bem ser vivenciado como uma atividade alegre e recompensadora. No entanto, ele também envolve esforço físico e quando o trabalho a ser realizado aumenta, sua natureza extenuante será sentida com mais intensidade. É isso que a noção analítica de penosidade tenta captar. Utilidade é o oposto de penosidade — os benefícios extras (sejam eles de qualquer natureza) proporcionados pelos aumentos da produção (PLOEG, 2016, p. 47).

Nesse sentido, o que Ploeg busca destacar é que o modo de vida e produção camponesa se relaciona diretamente com a busca pelo equilíbrio entre Utilidade e Penosidade. Entretanto, ainda é na forma da pequena produção agrícola que o camponês consegue ter domínio e autonomia sobre o seu processo produtivo. Sobre a sua produção, Agnaldo destaca:

Lá no Bamburral a gente cria animais de pequeno e médio porte que é a vaca pra o leite, tem a cabra, a ovelha e planta, sumo né, ração para os animais, milho, feijão, é basicamente isso. Tem também algumas frutíferas né, mas é nesse sentido (FERNANDES, 2017).

O município de Apodi, historicamente, tem articulado sua economia na produção agrícola tradicional, de sequeiro, com fortes experiências agroecológicas e sustentáveis, bem como na pecuária de ovinos e caprinos. Outro elemento que se destaca na economia rural de Apodi é a produção de mel, sem utilização de agrotóxicos. Além disso, grande parte da organização das vendas da produção é feita por cooperativas de pequenos produtores.

Nas regiões do Vale e da Chapada está concentrada uma das mais fortes e organizadas cadeias produtivas do território potiguar¹²; destacando-se a produção de arroz, frutas, hortaliças, mel de abelha, castanha de caju, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, criação de galinhas e várias outras atividades. Há uma incompatibilidade de modelos de produção, onde se sobressaem a agroindústria e o agronegócio sobre a agricultura familiar e os modos de vida e produção tradicionais das comunidades.

As formas de produção camponesa e familiar são apontadas como representação do atraso e da falta de desenvolvimento. Existe um mito progressista de que a grande lavoura monocultora levaria automaticamente a riqueza aos territórios de produção camponesa. Como destaca o pesquisador Roberto Marinho da Silva¹³ ao analisar o progresso como vetor do desenvolvimento:

O mito do crescimento da riqueza, centrado na ideia de que, maximizando a produtividade da mão de obra e do capital, chegar-se-ia à generalização do progresso e da riqueza, que seria distribuída automaticamente pela mão invisível do mercado (2006, p. 113).

Entretanto, ao longo desses últimos dois séculos de políticas públicas voltadas para a região Nordeste o padrão de desenvolvimento capitalista só foi capaz de gerar mais desigualdades e concentração de renda. O mito do progresso, da técnica e do crescimento econômico se realizou apenas para alguns e provocou mais miséria. Como ressaltou Francisco de Oliveira, as políticas de combate as secas são historicamente capturadas pelas elites locais (1981, p. 55).

12 Apodi lidera a produção estadual de feijão, milho, mel e ovinos e figura ainda como o segundo maior na criação de caprinos. É o único do estado a produzir quantidades relevantes de produtos extrativistas como a cera de carnaúba e sementes de oiticica.

13 Roberto Marinho da Silva estuda as propostas de desenvolvimento destinadas à região do semiárido, principalmente, a partir do século XX. Nesse sentido, ele aborda as diferenças paradigmáticas entre as políticas de combate à seca e a convivência como semiárido. Além de se debruçar sobre a construção do pensamento (conhecimento, análises, políticas e proposições) sobre o desenvolvimento no semiárido brasileiro.

E se até hoje a ideologia e o progresso técnico prometem que a produção no sentido industrial levará ao bem estar social da população, há mais de 70 anos, Josué de Castro já escancarava a dubiedade dessa promessa no subtítulo de sua obra *Geografia da Fome* (1946). Para ele, dentro dos moldes de desenvolvimento constituídos, havia um dilema entre “o pão e o aço”. Ou seja, o desenvolvimento capitalista industrial em voga trazia consigo o aprofundamento da fome.

Mais recentemente, essas tecnologias alternativas, ou contextualizadas, vêm sendo chamadas de tecnologias sociais, por considerarem fundamentalmente as demandas sociais das comunidades. Algumas dessas técnicas já eram utilizadas tradicionalmente pelos agricultores e outras são o resultado de parcerias entre eles e instituições de produção de conhecimento, como universidades e institutos. Em Apodi, podemos observar uma gama dessas tecnologias sociais que legitimam outro tipo de desenvolvimento. Para o pequeno produtor, a preservação de sua terra é a garantia da sucessão de suas experiências. Sobre a utilização das tecnologias sociais, Agnaldo, que é geógrafo, ressalta que na sua comunidade,

Tem a cisterna de placa que serve pra captar a água para o consumo da casa né. Tem também a cisterna calçadão que também sedenta os animais e agoa o quintal, e tem barragem subterrânea também. Lá dá pra ver essas tecnologias, são bem visíveis. Tem a maior diversidade de tecnologias sociais que deu certo né? Com a questão talvez de que vão lá e tem o solo e o firmamento de areia com cristalino e deu certo. Então, isso, isso é interessante, porque a água que às vezes não é tratada, mesmo a da encanação, mas você tem uma água potável que cai da telha e que você pode beber e que não tem problema mais de menino com diarréia, essas coisas (FERNANDES, 2017).

Desse modo, a convivência é uma forma mais efetiva de planejar seu futuro. Terra e água são elementos fundamentais para a garantia da produção e reprodução da vida camponesa. Para as em-

presas, abandonar um território devastado ou improdutivo é um mecanismo comum, basta observamos todas aquelas que saíram do Vale do Jaguaribe no Ceará e foram se instalar em Apodi¹. Mas para o agricultor manter as suas terras é um processo de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a região camponesa de Apodi se encontra ameaçada. A disputa por água e terra provocada pela chegada das empresas representa uma batalha desleal desigual entre os grandes e os pequenos produtores. Os projetos do Agronegócio se baseiam na monocultura, na concentração de terras e nas privatizações de acesso à água. Enquanto a pequena produção agrícola se relaciona diretamente com as diversidades do cultivo, pequenos lotes, tecnologias sociais e mais coletivas de armazenamento de água e controle sobre os processos produtivos.

Desde o início do século XXI, muitas pesquisas estão sendo realizadas em Apodi. As pesquisadoras Andrezza Pontes (2012) e Magda Pereira (2013) produziram dois trabalhos de fôlego sobre saúde pública, o modo de vida camponês e a chegada das obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz Apodi. Elas realizaram uma série de entrevistas a partir de grupos de discussões com profissionais da saúde, agricultores, pesquisadores. Ambas avaliam que a chegada do Agronegócio tem graves impactos também na saúde dos camponeses.

Entretanto, mesmo que os sistemas de saber e de poder baseados no discurso da técnica e da produção agroexportadora tentem subjugar os agricultores, as suas formas de produção e os seus saberes também configuram resistências. As comunidades rurais resistem e fundam espaços de lutas. Como Agnaldo ressaltou ao final de sua entrevista: “eu acho que apesar dos pesares, apesar do agronegócio,

1 Sobre esse assunto, ver: CAVALCANTE, Leandro Vieira. **AS FIRMAS TOMARAM CONTA DE TUDO**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019, 398 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia) Universidade Estadual do Ceará — UECE, 2019.

de destruir as comunidades, acho que a gente tem que acreditar na comunidade” (2017). A comunidade camponesa não é apenas o lugar de residência, mas também das vivências e afetividades.

REFERÊNCIAS

BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, tempo e técnica**: Tomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX, 2013. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História Social) Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização**: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova — CE. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETE NE, 2009.

BRASIL — **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **AS FIRMAS TOMARAM CONTA DE TUDO**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019, 398 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia) Universidade Estadual do Ceará — UECE, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. História do DNOCS. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referentes à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte**. [Fortaleza]: DNOCS, 2009, 189p.

FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. Francisco Agnaldo de Oliveira Fernandes. Entrevista [Setembro de 2017]. Entrevistadora: Sarah Campelo Cruz Gois. Apodi: Entrevista concedida para pesquisa (metodologia história de vida), 2017. 3 arquivos. MP3 (30 minutos).

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2 ed. Recife: SUDENE, 1967.

IDEMA. **Perfil do Seu Município Apodi**. v. 10, p. 1-23 Natal, RN 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PEREIRA, M. F. A. **Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN na perspectiva dos atingidos**. 2013. 177 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora UFRGS, 2016.

PONTES. Andrezza Graziella Veríssimo. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: Articulando Universidade, SUS e Movimentos Sociais em Território Rural**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2012.

SILVA. Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e convivência com o semi-árido**: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de doutorado — entro de desenvolvimento sustentável — Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 298 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003 (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo).

TEIXEIRA. Maiana Maia. **Da Recusa ao Cativo às (R)existências de Agricultores e Agricultoras no Chão e nos Tempos do APODI/RN**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, 2016.

“Reforma agrária se faz com homens, não com a terra”: a “lei do boi” como estratégia de reprodução social dos grupos dominantes agrários (1968-1985)

Wallace Lucas Magalhães¹

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre a Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida popularmente como “Lei do Boi”, são ainda incipientes. Criando um mecanismo de acesso diferenciado às instituições de ensino médio e superior, mantidas pela União, nos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, a candidatos que comprovassem relação com a agropecuária, a referida lei é muitas vezes tratada de forma superficial. Revogada em 1985, a lei permanece no imaginário e nos debates acadêmicos (desprovidos de profundidade quanto às experiências sociais da lei) como um caso de “cota para ricos”. Por outro lado, remonta a propostas que, sob a tutela do regime empresarial-militar² instituído em 1964, conformariam o processo de modernização conservadora da agropecuária.

1 Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2 A categoria regime empresarial-militar aqui empregada tem como referência a desenvolvida por Dreifuss. Para mais, ver: (DREIFUSS, 1981).

Proposta e promulgada sob o argumento de levar o homem do campo às escolas agrícolas, sua efetividade, contudo, ainda padece de estudos concretos que tragam os aspectos vivenciados em cada instituição destinatária da lei, e com mais destaque, quem seriam os seus principais beneficiários.

Uma afirmativa, porém, deve ser exposta. A promulgação da “Lei do Boi” se enquadra em um processo mais amplo, o do avanço do capitalismo no campo brasileiro, ou que se denomina modernização da agropecuária. O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária redefiniu o papel de diversas instâncias da vida social, como a educação, o trabalho e a tecnologia, por exemplo. Elevada a instrumento direto do aumento da produtividade, a educação, tanto a geral quanto especificamente a rural, recebeu especial tratamento de diversos organismos internacionais e agências privadas, além de setores do Estado, como o Ministério da Agricultura.

Os projetos educativos voltados para o campo no transcorrer do século XX, deve-se destacar, não foram ideologicamente construídos e muito menos operacionalizados de forma homogênea. Tal condição se deu a partir de aspectos da realidade brasileira, tal como sua base produtiva marcada pela escravidão e pelo latifúndio, passando pela imigração e avançando até o desenvolvimento do capitalismo industrial, que redefine aspectos importantes do setor agropecuário; e também pela dinâmica do capitalismo global, cujo movimento passa pela filantropia, pelos acordos culturais e, por fim, pela transferência de tecnologia para os países da periferia, momento em que nos deparamos com o processo de industrialização da agricultura nacional.

Pelo exposto, defendemos que, com o avanço do capitalismo na agropecuária nacional, a modernização do setor, como ideologia e política do Estado, foi determinante para instaurar uma visão de reforma do mundo rural. Nesse sentido, a *reforma* defendida pelos setores dominantes da sociedade atribuíu sua efetividade ao crédito rural, aos incentivos para o aumento da produção e à qualificação da força de trabalho pela educação. O lema do *modernizar para conservar* ganhou

adeptos em diversos segmentos, desde latifundiários até industriais, de empresários rurais a profissionais liberais, tendo como elemento aglutinador de tais alianças a propriedade privada da terra.

O período que antecede ao golpe de 1964 foi marcado por um amplo debate sobre a reforma agrária, cuja base era a democratização da estrutura fundiária no Brasil. Nesse período, a *contrarreforma* agrária, ancorada no *sagrado* direito de propriedade, articulou seus interesses em diversas instâncias da sociedade, tais como entidades de classe, órgãos do Executivo, comissões consultivas, setores ligados à produção intelectual e, com destaque, a organização dos defensores da propriedade privada junto ao Poder Legislativo. *Lócus* da instituição de medidas gerais e abstratas, a organização destes segmentos junto ao Poder Legislativo, denominados *bloco ruralista*³, levaria à implantação de políticas estatais sob o viés da universalidade. Nesse cenário, a terra deixa de ser o principal elemento da reforma agrária, que passa a ter no homem seu protagonista. Logo, a reforma agrária, defendida como processo político, passa a ser definida como um processo técnico, articulada em torno de medidas como a mecanização, a tecnologia, o crédito e a qualificação da força de trabalho. É preciso transformar os homens, para que estes transformem a terra, pregavam os grupos dominantes.

Pelo exposto, empregamos a expressão *grupos dominantes agrários* como uma categoria analítica que contemple aspectos relacionados à ação de segmentos que tenham na agropecuária interesses comuns, capazes de mobilizá-los politicamente. Importa ressaltar que nossa proposta é apresentar a ação destes grupos a partir de elementos comuns, e não daqueles que os diferenciam, tendo em vista que fenômenos como modernização da agricultura, qualificação e

3 A expressão bloco ruralista foi encontrada na revista Gleba, Ano II, nº 9, Setembro de 1956. O periódico, publicado pela Confederação Rural Brasileira, entidade patronal fundada em 26 de setembro de 1951 e constituída pelas federações de associações rurais, de base estadual, territorial e do Distrito Federal, cuja finalidade era, como órgão nacional, a representação e defesa da classe rural. Para mais, ver: CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA. Gleba. Rio de Janeiro. Ano II, nº 9, Setembro de 1956.

educação foram elementos aglutinadores, estrategicamente construídos, da ação política dos grupos ligados à agropecuária.

O referencial teórico para a construção dessa categoria é Pierre Bourdieu e suas exposições sobre *espaço social* e *estratégias de reprodução social*.

Abordados nesta introdução os recortes histórico e teórico, apresentamos a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, a “Lei do Boi”. Proposta e promulgada naquele ano, a lei, de autoria de um dos maiores opositores da reforma agrária, o parlamentar mineiro Ultimo de Carvalho (ARENA-MG), previa que:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

§ 1º A preferência de que trata este artigo se estenderá os portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União (BRASIL, 1968a).

Regulamentada em dezembro do mesmo ano pelo Decreto nº 63.788, as provas de vinculação para direito à “Lei do Boi” deveriam ser fornecidas pela “Confederação Nacional de Agricultura, através das Associações Rurais, ou pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário ou ainda por entidades filiadas ao sistema da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural” (BRASIL, 1968b).

De forma a conjugar os aspectos teóricos à análise empírica, apresentamos o levantamento dos alunos que fizeram uso da “Lei do Boi” no curso de Agronomia em uma das instituições destinatária da lei: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A partir de

uma análise quantitativa e qualitativa, contemplando ampla documentação emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sindicatos patronais, títulos de propriedade, bem como a análise da profissão dos pais, foi possível definir como a “Lei do Boi” foi empregada como mecanismo de reprodução social de grupos ligados à grande propriedade fundiária.

ESPAÇO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL: DA CLASSE PROVÁVEL À CLASSE REAL

Quando nos propomos a analisar qualquer grupo social, devemos atentar para um conjunto de fatores que não se limitam a sua configuração como categoria ou conceito analítico, mas aqueles que lhe atribuem efeitos reais ou ações concretas. Um passo importante nessa direção é observar a dinâmica e a diversidade de práticas sociais pertencentes a um grupo sob análise. Ou seja, a heterogeneidade do grupo social analisado, suas fragmentações, bem como os elementos aglutinadores das tomadas de posição, ou aqueles que atribuem ao grupo identidade e força social.

No plano concreto, isso significa que um grupo social, os proprietários rurais, por exemplo, comporta elementos de identidade coletiva capazes de produzir significados simbólicos e materiais, bem como traços de fragmentação, tais como pecuaristas, latifundiários, empresários rurais, que moldam ações mais específicas, como as direcionadas às políticas de Estado que têm como objetivo atender os interesses dessas frações.

Embora fragmentação e unidade sejam elementos observáveis nas realidades dos grupos sociais, nosso foco será no segundo, ou seja, nos elementos que constituem a identidade coletiva dos grupos sociais que empregavam a educação como instrumento de reprodução social.

Para que possamos compreender tal processo, nos pautamos nas análises de Pierre Bourdieu e suas noções de espaço social, posições e estratégias de reprodução.

Bourdieu (2008) nos fornece o conceito de espaço social, cuja compreensão nos remete à análise da relação entre posições sociais, as disposições e as tomadas de posição, ou a direção e escolhas que os agentes e grupos sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, inclusive a ação e mobilização política, bem como o emprego de estratégias na manutenção de tais posições.

Nesse sentido, compreender o espaço social é analisar o processo histórico de definição das posições sociais. É a análise destas posições na estrutura social tomada como objeto de análise.

Por sua vez, a noção de estrutura social supõe a conjugação de alguns elementos, como a posição de um grupo em uma determinada estrutura, bem como as relações com os demais grupos constitutivos, de forma que as propriedades de posição, entendidas como uma prática profissional ou as condições materiais e simbólicas de existência, ganham destaque (BOURDIEU, 2007, p. 3).

Pelo exposto, a compreensão das disputas e dos conflitos entre os diversos grupos que compõem o espaço social passa, necessariamente, pela tradução simbólica do sistema social, abordagem que interage as dimensões estrutural (objetiva) e simbólica como mecanismos de diferenciação social. Tomando a reflexão sobre classes e suas posições no espaço social, Bourdieu destacou que:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes* (BOURDIEU, 2007, p. 14).

É a partir dessa abordagem preliminar sobre espaço social que nos interessa a compreensão dos grupos dominantes agrários, aqui entendidos como aqueles historicamente ligados à concentração fundiária. Como instrumento de manutenção das posições sociais, a educação ganha destaque e nesse sentido, as políticas educacionais direcionadas para o mundo rural, tal como a “Lei do Boi”.

Porém, para que possamos avançar na operacionalização das estratégias de reprodução social no mundo real, apresentamos como a “Lei do Boi”, ao estabelecer um sistema de reserva de vagas no curso de Agronomia da UFRRJ⁴, funcionou como mecanismo de reprodução de grupos ligados ao processo de modernização da agropecuária⁵.

A RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E A “LEI DO BOI”: O CASO DO CURSO DE AGRONOMIA DA UFRRJ

Como exposto, apresentaremos o levantamento dos alunos que fizeram uso da “Lei do Boi” no curso de Agronomia da UFRRJ de forma a equacionar nossa questão: a relação entre a referida lei e a reprodução social dos grupos ligados ao processo de modernização da agropecuária nacional.

Tomando como base o ano de conclusão dos discentes, tendo em vista a organização dos arquivos pesquisados, vamos apresentar alguns dados quantitativos e a seguir, problematizá-los à luz de nossa questão central.

Nos anos iniciais de vigência da lei, observamos sua maior utilização por alunos provenientes do ensino técnico agrícola, Vejamos: entre os

4 Dado o quantitativo da documentação e os limites deste trabalho, o curso de Medicina Veterinária, também pesquisado junto à UFRRJ, não será abordado. Todavia, cabe ressaltar que os resultados não diferem muito dos que serão apresentados através do curso de Agronomia.

5 Quando empregamos a expressão grupos ligados ao processo de modernização da agropecuária, cabe ressaltar o caráter heterogêneo dos mesmos, contemplando latifundiários, empresários rurais, profissionais liberais, dentre outros. Como afirma Mendonça (2010, p. 50), o processo de modernização do campo brasileiro redefiniu “conceitos profundamente arraigados em nossa história”, como o de “latifúndio”, que passaria a definir não mais o tradicional coronel, mas especialmente a burguesia financeira, demonstrando o complexo quadro de relações que passou a se desenvolver no mundo rural brasileiro.

concluintes de 1973 e 1979, ingressantes entre 1969 (primeiro ano de aplicação da lei) e 1975, do total de 397 casos pesquisados, tivemos 57 alunos que fizeram uso da “Lei do Boi”, o que corresponde a 14% do total, sendo que destes, apenas dois alunos não eram provenientes do ensino técnico, fazendo uso das relações sindicais ou apresentado título de propriedade (UFRRJ. Pastas C-E, E-I, I-J, J-K, O-R, R-V. 1973, A-B, C-E, E-I, I-J, J-K, O-R, R-V. 1974 “formandos A”, “formandos A-D”, “D-E”, “E-F”, “F-J”, “J”, “J a JU” de 1975; 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de 1978; 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de 1979).

Embora os dados acima não permitam qualquer ilação sobre o perfil socioeconômico dos beneficiários da lei junto à universidade, eles são fundamentais para analisarmos a eficácia da lei junto às frações da classe dominante agrária, cuja conclusão nesse sentido se torna impossível nesse primeiro recorte. Todavia, em anos posteriores a documentação analisada se tornou mais complexa, permitindo uma nova reflexão sobre o papel da “Lei do Boi” na reprodução social dos grupos agrários.

A partir do acervo pertinente aos anos de 1976 a 1985, observamos uma ruptura com os padrões de ingresso pela “Lei do Boi” no curso de Agronomia da UFRRJ. Mantivemos como principal fonte a documentação dos alunos “concluintes” do curso, embora neste segundo recorte com uma documentação muito mais conclusiva quanto aos beneficiários. Porém, como as formas de comprovação do direito à “Lei do Boi” se tornaram mais abrangentes e diferenciadas, tomamos como base o ano de ingresso.

Questão que não deve ser desconsiderada na mudança de perfil dos ingressantes pela “Lei do Boi” na UFRRJ foi a “nacionalização” da UFRRJ a partir de sua inclusão no vestibular unificado de 1974, ampliando a divulgação da instituição no cenário nacional. E, assim, aumentando a relação de interessados nas Ciências Agrárias que passaram a buscar na UFRRJ uma forma de aquisição de capital cultural.

Entre 1968 e 1976, encontramos uma documentação muito escassa, que foi definida como “documentação padrão”, uma vez que constitui um conjunto de documentos que foram mantidos como forma de

comprovação dos requisitos mínimos para acesso a universidades de uma forma geral. A partir dos anos que se seguem, além do aumento do quantitativo de ingressantes pela “Lei do Boi”, a documentação de diversos alunos tornou-se mais complexa e conclusiva, destacando-se a apresentação de variados documentos relativos à posse e propriedade de imóveis rurais, tidos não como uma documentação meramente comprobatória dos requisitos mínimos, mas que buscavam comprovar uma relação, mesmo que por vezes questionável, entre candidato e propriedade rural. Encontramos também documentos emitidos por sindicatos patronais rurais e de trabalhadores rurais, certificados de cadastro de imóveis rurais emitidos pelo INCRA, contratos de arrendamento e trabalho e atestados emitidos por prefeituras municipais ou delegacias de política comprovando residência em áreas rurais do Brasil.

Nesse sentido, as tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, o quantitativo de concluintes e ingressantes pela “Lei do Boi” no curso de Agronomia a partir de 1977 (concluintes de 1982 em diante), e a documentação apresentada por tais candidatos.

Tabela 1 — Concluintes do curso de Agronomia da UFRRJ beneficiados da “Lei do Boi”: ano, total, porcentagem (1982-1989)

ANO	TOTAL DE CONCLUINTE	ACESSO PELA “LEI DO BOI”	PORCENTAGEM
1982	67	8	11,9
1983	114	33	28,9
1984	112	67	59,8
1985	116	78	67,2
1986	121	47	38,8
1987	86	47	54,6
1988	81	38	46,9
1989	61	28	45,9
TOTAL		758	346,46

Fontes: UFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988, caixas 08 e 09 de 1989.

Tabela 2 — Documentação apresentada pelos candidatos como forma de acesso ao curso de Agronomia da UFRRJ pela “Lei do Boi” (1977-85)

DOCUMENTOS APRESENTADOS	QUANTIDADE	
Certificado de cadastro ou declaração emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA)	167	1
Declaração emitida por sindicatos patronais rurais	117	1
Certidão expedida por prefeituras municipais atestando residência ou exploração em áreas rurais	76	4
Certidão expedida por autoridade policial ou secretarias de segurança pública atestando residência em áreas rurais	57	0
Habilitação básica em agropecuária	38	7
Declaração emitida pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)	25	5
Contrato de arrendamento rural, contrato de trabalho, locação ou parceria agrícola	21	4
Escritura de compra e venda, certidão de registro de imóvel rural ou título definitivo de propriedade rural	21	4
Pedido judicial para requerimento de certidão de herança, formal de partilha ou inventário e declaração de herança beneficiando o aluno ou direito de usufruto	12	2
Declaração emitida por Sindicato de Trabalhadores Rurais	10	2
TOTAL: 545 100		

Fontes: UFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988, caixas 08 e 09 de 1989.

Como pode ser observado, os principais documentos apresentados pelos ingressantes via “Lei do Boi” no período analisado foram as declarações emitidas pelos sindicatos patronais e os certificados do INCRA. Em relação a estes, cabe ressaltar as classificações jurídicas dos imóveis que foram utilizados como comprovação de propriedade, na maioria dos casos, dos pais dos ingressantes. As referidas classificações estão na tabela 3, na qual podemos observar a predominância de grupos ligados ao processo de modernização do campo brasileiro, como o latifúndio e a empresa rural.

Tabela 3 — Classificação jurídica dos imóveis rurais utilizados como forma de acesso pela “Lei do Boi” no curso de Agronomia da UFRRJ. Análise por aluno (1977-85)

CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS IMÓVEIS RURAIS N° DE ALUNOS %		
Latifúndio por exploração	83	61
Empresa rural	34	25
Minifúndio	17	13
Projeto fundiário	2	1
TOTAL	136	100

Fontes: UFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989.

Por fim, achamos fundamental apresentar outro elemento definidor dos grupos sociais que fizeram uso da “Lei do Boi” na UFRRJ: o capital econômico e cultural de origem familiar.

Para que possamos compreender a relação entre cultura e reprodução social, retomamos as análises de Bourdieu (2007), que expôs a contribuição do sistema de ensino para a reprodução das estruturas e relações de força entre os grupos sociais, pautando-se, principalmente, na distribuição de capital cultural, levando-nos a pensar sua relação concomitante com a distribuição do capital econômico. Nesse sentido, seus referenciais nos permitem pensar a relação entre o êxito escolar e as posições sociais. Essa relação entre capital econômico e capital cultural nos ajuda a entender como as estruturas tendem a se reproduzir mediante a formação de agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar ações e representações adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas (BOURDIEU, 2007, p. 296).

Nesse cenário, as instituições escolares, com maior ênfase as instituições referências de uma determinada área do saber científico, assumem importante papel na reprodução das estruturas sociais, como explicou Bourdieu:

Na verdade, dentre as soluções historicamente conhecidas quanto ao problema da transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isto mesmo a mais adequada a sociedades tendentes a recusar as formas mais patentes da transmissão hereditária do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando, sob as aparências da neutralidade, o cumprimento desta função (2007, p. 296).

Assim, buscamos analisar também a profissão dos pais dos ingressantes, o que nos permitiu inferir suas ligações com o capital econômico e cultural, passíveis de transmissão familiar (capital cultural incorporado). Para tal fim, compilamos as informações referentes aos 346 ingressantes pela “Lei do Boi” para o curso de Agronomia. Deste total, 187 (54%) eram compostos por denominações como médico veterinário, produtor rural, agricultor, fazendeiro, fazendeiro-pecuarista, agropecuarista, lavrador, proprietário rural, agricultor-pecuarista, engenheiro-agrônomo e mesmo sitiante. Do grupo restante, 87 pesquisados (25%) tinham como profissão atividades típicas de possuidores de capital econômico e/ou cultural, tais como industrial, advogado, professor, comerciante, funcionário público, bancário, médico, contador e engenheiro. Os demais 72 pesquisados (21%) possuíam outras profissões (motorista, vigilante, segurança), cujo enquadramento se pautou na inferência sobre suas posições no espaço social ou pela impossibilidade de averiguação, por contar as informações “aposentado” ou “falecido” (UFRRJ. Formandos agronomia: caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982; 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983; caixas 07, 08 e 09 de 1984; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985; caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986, caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987; caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 e caixas 08 e 09 de 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental mostrou que o perfil majoritário de beneficiados pela “Lei do Boi” foi aquele que matinha relações com os

grupos privilegiados pelo processo de modernização da agropecuária brasileira, o latifúndio e a empresa rural, bem como da trajetória familiar daquele grupo, ligados ao capital econômico (propriedade da terra) e cultural (formação profissional ligada às classes médias).

Por fim, concluímos com as reflexões de Bourdieu sobre as estratégias de reprodução social dos grupos dominantes, em que o sistema de ensino assume um papel fundamental, destacando-se o sistema de incorporação do capital cultural pela trajetória e incentivo familiar. Para ele, “os investimentos aplicados na carreira escolar dos filhos viam integrar-se no *sistema das estratégias de reprodução*, estratégias mais ou menos compatíveis e mais ou menos rentáveis conforme o tipo de capital a transmitir, e pelas quais cada geração esforça-se por transmitir à seguinte os privilégios que detém” (BOURDIEU, 2007, p. 311. grifo no original).

FONTES E REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968. **Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out 2020 (1968a).

BRASIL. **Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968**. Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63788-12-dezembro-1968-405039-norma-pe.html>. Acesso em: 22 out 2020 (1968b).

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA. **Gleba**. Rio de Janeiro. Ano II, nº 9, Setembro de 1956.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Vozes: Petrópolis, 1981.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964 — 1993)**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Arquivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (AUFRRJ). **Pastas C-E, E-I, I-J, J-K, O-R, R-V. 1974 (Agronomia)**.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Pastas “formandos A”, “formandos A-D”, “D-E”, “E-F”, “F-J”, “J”, “J a JU” de 1975 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Pastas 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de 1978 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). Pastas 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de 1979 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 10, 11, 12 e 13 de 1982 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 09, 10, 11, 12 e 13 de 1983 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 07, 08 e 09 de 1984 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 07, 08, 09 e 10 de 1985 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 07, 08, 09 e 10 de 1986 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 07, 08, 09 e 10 de 1987 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 10, 11, 12 e 13 de 1988 (Agronomia).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). caixas 08 e 09 de 1989 (Agronomia).

Terras de aldeamentos na Amazônia do século XIX: agricultura e as dimensões de propriedade em discursos de agentes públicos¹

Fracivaldo Alves Nunes²

APRESENTANDO O TEMA

Os estudos sobre as formas de utilização da terra e os programas de colonização da segunda metade do século XIX têm apontado o surgimento de aldeamentos como consequência da decadência do trabalho escravo no Brasil e a necessidade do melhor aproveitamento dos braços indígenas para a lavoura. Sobre o tema destacam-se os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 133), ao analisar a questão indígena, no que chama de “regiões de povoamento antigo”. Em uma referência ao litoral brasileiro, principalmente ao atual Nordeste e Sudeste do país, esta situação teria transpassado de uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras. Nestas regiões de colonização mais antiga e intensa, os conflitos com

1 Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto “Cartografia da colonização: Ocupação da terra, paisagem e produção rural no interior de aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880”, financiado pelo CNPq.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Universidade Federal do Pará, atuando no curso de História do Campus Universitário de Ananindeua e nos programas de pós-graduação em Ensino de História (Campus Ananindeua), História Social (Campus Belém) e Educação e Cultura (Campus Cametá).

os grupos indígenas estariam relacionados às ações “mesquinhas dos colonos em se apropriar das terras dos aldeamentos”.

John Monteiro (2001, p. 172), ao analisar o pensamento sobre os indígenas durante o Império para as regiões ao Norte do Brasil, destaca que os programas de catequese e civilização, pela via do aldeamento, estavam associados ao aproveitamento de mão de obra e fomento a produção agrícola e extrativa. Esta questão, principalmente quanto à composição de trabalhadores, é também apontada por Kaori Kadoma (2001, p. 199), ao destacar que os debates sobre a criação de políticas específicas para a população indígena no parlamento brasileiro vinha ao encontro das medidas a serem tomadas devido à pressão inglesa para que findassem o tráfico de escravos.

Na Amazônia destacaram-se abordagens que associam a implantação de aldeamentos como consequência do desenvolvimento da produção extrativa da borracha. Roberto Santos (1980), estudando a economia da Amazônia ao longo do século XIX, atribui à criação dos programas de colonização como resultado da crise da agricultura na região, visto que parcelas significativas de trabalhadores agrícolas haviam se deslocado para as áreas de extração da borracha pelos fáceis lucros conseguidos com a sua comercialização em consequência dos preços elevados do produto no mercado internacional. Esta posição é também compartilhada por Bárbara Weinstein (1993). Ambos identificam uma carência de trabalhadores agrícolas e, nesse sentido, as políticas de colonização estariam condicionadas às demandas da economia extrativa.

Nossa preocupação pauta-se por entender os debates sobre a criação dos aldeamentos, principalmente quanto aos discursos das autoridades brasileiras e as estratégias de implantação, de forma a incluir os aspectos econômicos como já vem apontando a historiografia, mas também compreendendo estas ações públicas como estratégia política de dominação sobre extensas áreas de florestas e da população que vivia “dispersa” nestes espaços, sem que isto alterasse a tradicional estru-

tura da grande propriedade no Pará e Amazonas. Entendemos que o instituto da pequena propriedade demarcada e distribuída em espaços específicos de colonização, como instituiu a Lei de Terras de 1850, e ainda o estágio que antecipava esta pequena propriedade, no caso dos aldeamentos, previsto no Regimento das Missões de 1845, são construídos para a Amazônica como forma de controle das populações indígenas. A ideia é propor um debate para além de uma questão ou fenômeno econômico capaz de produzir riquezas e aumento das rendas públicas, embora esta questão também seja observada.

Esta faceta das ações colonizadoras na Amazônia como propulsora de medidas moralizadoras, no caso das províncias do Pará e do Amazonas, fica mais bem evidenciada quando se analisa a atividade econômica defendida para esses espaços, no caso, a agricultura. Trata-se de pensar a instituição do direito de propriedade nos aldeamentos, a partir do desenvolvimento da agricultura não apenas como resultante do aumento das riquezas materiais que isto poderia gerar, mas principalmente, da capacidade de introdução de novos valores, como o apego a terra e a valorização do trabalho regular, por exemplo. Como ações justapostas, uso da terra e agricultura, devia convergir para a constituição de propriedades, ou seja, significa compreender a aquisição de um direito sobre a utilização da terra e sua legitimação pela autoridade pública pela via de uma atividade econômica (a agricultura), justificada muito mais pela sua capacidade disciplinadora.

Considerando como direito de propriedade “os direitos socialmente reconhecidos a uma pessoa de realizar ações com um recurso, de extrair rendimentos dele e de autorizar ou proibir a terceiros o seu uso [em parcela(s) de terra]” (SANTOS, 2012, p. 282), a proposta é analisar a propriedade da terra nos espaços de colonização não apenas nos seus condicionantes legais ou normatizações, mas como “*el conjunto de elementos relacionados com las formas diárias de acceder a los recursos, com las prácticas diárias de la distribución social de la renda*” (CONGOST, 2007, p. 15) e ainda as interpretações que são

construídas para este conjunto de relações. São estes elementos relacionados que definem as condições para as formas de desfrutar os chamados direitos de propriedade.

Ao que se observa, assegurar a propriedade da terra através do trabalho agrícola significava estratificar socialmente estes indivíduos (índios), dar uma posição de agricultores, sendo isto possível, não pelos recursos que podiam ser investidos, mas dos novos valores que adotariam, que como registramos, estavam associados à terra e ao trabalho. Neste aspecto, os espaços amazônicos anteriores a introdução de projetos colonizadores vinculados aos aldeamentos aparecem como locais de não existência de uma indústria agrícola, o que era explicado pela facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência dos homens, sem que houvesse a transformação desse espaço natural. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que a floresta disponibilizava. A superação do atraso passava a ser a criação de uma agricultura científica, pois se acreditava que a modernização do cultivo viria da pesquisa, da intensificação dos processos produtivos, da adoção de técnicas modernas, de cultivo e tratamento do solo, do ensino técnico agrícola, de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização. Ações possíveis quando estes valores estivessem incorporados pelas populações indígenas locais.

Para compreender estas questões faremos uma leitura sobre as percepções de aldeamentos, presentes nos relatórios e pronunciamentos das autoridades provinciais, pois permitiram, além de outras discussões, investigar os debates e os resultados da política de implantação dos programas agrícolas e que teria nas províncias o seu espaço de execução. Importante destacar que esta documentação se caracteriza quase sempre como um balanço anual ou de governo, feito no término de um mandato e no início de outro. Não resta dúvida de que expressa a imagem que cada governante teve de seu mandato, e conseqüentemente de si mesmo (MACHADO, 2011). Nesse

sentido, não se analisou essa documentação como descrição fiel dos problemas e das realizações governamentais, mas como textos que evidenciam, entre outras coisas, embates entre grupos políticos.

Consideramos as décadas de 1840a 1850 como período a ser analisado. Isto por que entendemos que se trata de um momento marcado pelos debates em torno dos projetos de defesa do aproveitamento da mão de obra indígena. Nos dizeres de Ilmar Mattos é o espaço de uma acirrada discussão que refletia a necessidade de se garantir um amplo contingente de trabalhadores para a grande lavoura, uma vez que a pressão inglesa e as insurreições negras ameaçavam de colapso o fornecimento de mão de obra escrava (MATTOS, 2004, p. 258). Do ponto de vista dos interesses das autoridades locais, o período é também marcado pela intervenção junto às populações “espalhadas” pelo interior do Pará, não mais recorrendo ao uso das forças policiais, uma característica comum da atuação do governo provincial nos últimos anos da década de 1830, o que era justificado por um discurso de manutenção da ordem através da repressão aos revoltosos cabanos. A partir da década de 1840, os discursos são revestidos da defesa da moralização dos hábitos, o que seria alcançado com a implantação de programas que fortalecesse a atividade agrícola. Estes discursos são acompanhados por várias ações colonizadoras, a exemplo da implantação de aldeamentos.

OS ALDEAMENTOS ENTRE REGISTROS, OBSERVAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Sobre a criação de alguns trabalhos missionários no Grão-Pará, no início da década de 1840, que deviam posteriormente resultar na implantação de aldeamentos, registrava-se a missão de São Joaquim do Rio Branco, que teria disciplinado perto de mil índios. As informações das autoridades provinciais apontavam ainda que estes gentios “não só tinha abandonado as fileiras da heresia, mas ainda

prestado obediência à religião e as leis do Império, ouvindo e [anunciando] as persuasões dos missionários” (PARÁ, 1840, p. 62-63). Para Antônio de Miranda, presidente do Pará em 1840, estes relatos se mostravam como suficiente para justificar a ampliação e novos investimentos no processo de arregimentação de mão de obra nativa através da catequese. Para este presidente, tratava-se de um passo importante para que fossem instituídos os primeiros aldeamentos indígenas na região sob a administração das autoridades imperiais, pois, conforme destacava, já era possível reunir esses índios em grupamentos sobre o comando de um missionário ou de um agente público, direcionando-os ao trabalho de construção de pequenas cabanas e atividade de plantios.

Para assegurar o trabalho de arregimentação dos indígenas, através da implantação de aldeamentos, havia a presidência do Pará encaminhado alguns objetos para com eles “mimosear os índios”, uma prática comum de aproximação, sendo ainda remetido um fardamento completo para fazer presente ao Tuxaua (liderança) desses índios. Com essas medidas entendia-se que era estrategicamente sedutora a voz de um sacerdote, pois era capaz de “arrancar os índios do erro e da brutalidade, vindo a engrossar a massa prática”, aumentando a população e dispondo, conseqüentemente “de colonos filhos da terra, educados na religião, com os nossos costumes e capazes de aumentar as rendas da agricultura”. No entanto, destacava como importante a presença de um representante da administração, pois, se “a voz do evangelho deveria abrandar a brutalidade”, a “voz da autoridade deveria conduzir ao apego pela terra e ao trabalho” (PARÁ, 1840, p. 63).

Para além de custear as despesas com a manutenção dos aldeamentos missionários, ao governo provincial estava também a definição dos espaços mais convenientes para fundação dessas missões. Parecia ser acertado lançar vistas para o forte de São Gabriel da Cachoeira, localizado na margem esquerda do Alto Rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Amazonas. As missões estabelecidas nesses pontos deviam abranger toda a circunvizinhança, ou seja, o rio Issana, no caso dos índios Uaupés e outros considerados facilmente domesticá-

veis, oferecendo mais a vantagem da possibilidade de se levantar uma povoação em um dos pontos de fronteira. Para Antônio de Miranda, portanto, a fronteira ou os espaços de limites territoriais com outras nações, ou ainda não ocupados com a presença mais intensa de não índios, deviam se constituir como locais privilegiados para a implantação dos aldeamentos. O entendimento, no caso das regiões de fronteira com outras nações, era que se tratava de espaços que precisavam ser ocupados, através da instituição de vilas e pequenas propriedades, garantindo assim o controle do território pelas autoridades do Brasil. No caso da instituição de aldeias em locais de pouca povoação branca era justificado pela necessidade de evitar os conflitos envolvendo índios e colonos, principalmente quando estes pudessem tentar ocupar os aldeamentos em busca de mão de obra para suas fazendas.

Assim, também era lembrada a região de fronteira de Tabatinga, ficando ela próxima ao rio Içá, por onde a experiência dos anos anteriores de colonização portuguesa mostrou que foram realizados diferentes descimentos de índios. Sendo ainda recomendado que não fosse sem propósito indicar as imediações da vila de Borba no rio Madeira, e igualmente as do rio Jutai (PARÁ, 1840, p. 63). No caso desta última região, ficava evidenciado a ideia de que parte da população indígena ocupante deste território já havia acumulado a experiência de contato com os colonizadores, o que podia facilitar a reunião desses indígenas em aldeamentos e promover o trabalho agrícola nestes espaços.

O vigário da Barra do Rio Negro, João Antônio Alves, em cumprimento de ordens e insinuações que recebeu da presidência do Pará, comunicou em nove de julho de 1843, que no dia 30 de junho do mesmo ano se dirigiu a uma povoação, “vulgo maloca, de gentios Muras”, no lago de Jauanacá, na qual havia mais de três malocas que podiam conter em torno de quatrocentas almas e que ali havia combinado com o chefe Tuxaua, de nome Lourenço, sobre a necessidade “de erigir-se uma igreja a fim de chamar as hordas que [existiam] nos lagos centrais de Juruá, Momory e Query-Mery”, e que “[seriam]

necessários para esses serviços algumas fazendas e ferramentas” (PARÁ, 1844, p. 17). Diante dessas informações o presidente Silva Veloso, que presidia o Pará em 1844, compartilhando em parte o posicionamento do vigário do Rio Negro, indicava como conveniente que fosse estabelecida uma missão no rio Juruá, cujos índios realizavam comércio com alguns regatões (comerciantes). Agora se observa a defesa da criação de aldeamentos em espaços em que os índios já estabelecessem algum tipo de contato com os colonos, pois, permitia uma maior aproximação com os indígenas, facilitaria a sua alocação nos aldeamentos e sua posterior permanência. Ainda com esta expectativa defendia a criação de duas ou três missões na Comarca de Cametá, onde segundo constavam os registros governamentais, existiam quatro tribos: as dos Jacundás, Cupelobos, Taxinas e Carambús, que desenvolviam um intenso comércio com os mercadores daquela cidade. Uma devia ser fundada nas margens do Remansão, na embocadura do rio Taboca, tributário do Tocantins, que se destinaria a catequese dos Jacundás; outra em São João do Araguaia ou suas imediações para os Cupelobos que habitavam as matas próximas ao presídio de São João do Araguaia; e outra na Mauoquary no rio Pacajás, destinada especialmente aos Carumbús (PARÁ, 1844, p. 18-19).

Assim, a administração provincial entendia que o posicionamento das missões devia ser bem calculado, pois não bastava ser espaço de fronteira, nem também caracterizado pela ausência de não índios, mas que a população indígena fosse bastante significativa e que já estabelecesse um contato, nem que fosse breve, com os colonos da região. Entendia-se que estes condicionantes acabavam por direcionar o trabalho das missões para a catequese sem perder de vista a necessidade de inculcar valores relacionados ao trabalho regular, a agricultura e o estabelecimento do comércio.

Em 1845 o vice-presidente José Maria de Moraes fazia um balanço das missões criadas ao longo da primeira metade da década de 1840 no Grão-Pará. Afirmava que os bons resultados advinham

de São Joaquim do Rio Branco. De acordo com o major Hygino José Coelho, ex-comandante da fronteira do Rio Branco, nesta missão já se observava uma igreja bem construída e coberta de telha, uma casa que servia de residência do missionário frei José dos Santos Inocente e 32 indígenas das tribos Uapixunas, Mucuxis e Saporás, os quais se empregavam na cultura da mandioca, milho e cana. Conforme informações, o número total dos indígenas poderia chegar à monta de um mil e seiscentos, o que não significava que estes residiam efetivamente na missão, no entanto, não deviam deixar de visitar frequentemente o aldeamento trazendo consigo objetos de agricultura produzidos em suas malocas, as quais distavam da povoação de 3 a 6 léguas, a exemplos as de Macuá, Taby, Camatí, Majary, Maracá, Santa Rosa e Taramé. Para o então vice-presidente do Pará, esta ainda não era a condição adequada, pois, a pretensão era que os índios desenvolvessem a atividade de cultivo nas terras dos aldeamentos, pois só assim estariam sobre a vigilância dos administradores, ao mesmo tempo em que se habituariam a ocupar uma mesma terra, cultivar uma mesma área e construir uma choça (casa), agora não mais de palha, mais de pau-a-pique, o que já era sinal de estava obtendo uma ocupação mais perene da terra. Além do que, com o hábito de cultivar a mesma terra, o levaria a ter maior conhecimento sobre a fertilidade do solo, identificando o que podia ser plantado e adequar as suas necessidades as condições de cultivo (PARÁ, 1845, p. 26-27).

Conforme dados oficiais, no final da década de 1840, em 1849 mais precisamente, o governo registrava o serviço de cinco missões: Porto Alegre; Japurá, Içá e Tonantins; Andirá; Tapajós ou Rio Preto e Alto Tocantins. A missão de Porto Alegre, fundada pelo religioso carmelita frei José dos Santos Inocentes, substituiu a extinta missão do Pirára. Localizava-se na região do Alto Rio Branco e estava habitada pelos índios Jaricus, Apixanas, Macuxis, Saporás, e Procutús. Naquele ano encontrava-se sob a direção do missionário padre Antônio Felipe Pereira. Este missionário se esforçava para fazer descer

e aldear os índios que viviam na parte superior do rio Catirimani, confluente do mesmo rio Branco e que vinha desaguar nas proximidades da então despovoada freguesia do Carmo. Poucos tinham sido os avanços no trabalho agrícola, conformando esta atividade a alguns pequenos roçados de mandioca, milho e feijão, considerados nada tão significativos, pois ainda não seria suficiente para atender as necessidades do próprio aldeamento (PARÁ, 1849, p. 79). A explicação para a pouca produção estava na dificuldade da diretoria da aldeia em assegurar a permanência dos índios, uma vez que muitos resistiam em cultivar as sementes distribuídas pelos diretores, assim como não aceitavam trabalhar no terreno que era destinado a fazer o seu roçado, optando em se embrenhar nas matas.

A missão do Japurá, Içá e Tonantins, que são rios confluente da margem esquerda do Solimões, encontrava-se sob a administração do padre João Martins de Nine. Neste registro, o incômodo do missionário estava por conta da forma arreada como era tratado pelos índios, principalmente quando da distribuição de algumas tarefas, uma vez que entendiam que suas atividades estavam circunscritas apenas a pesca e a coleta, não aceitando qualquer outro trabalho que fugisse dessas práticas (PARÁ, 1849, p. 80).

Um caso emblemático, quando fazemos referência às percepções dos agentes públicos quanto à concessão do uso das terras de aldeamento é o da missão Andirá, localizada no distrito da vila Nova da Rainha, margem direita do Amazonas e que, sob a direção do missionário capuchinho frei Pedro de Cyriana, estava formada pelos índios da nação Maués. No último recenseamento que fez o missionário, havia 210 homens e 297 mulheres, sendo que das atividades principais da aldeia estavam à construção de 30 casas de palha e a igreja, com alguns índios bastante ativo no trabalho da lavoura. Na parte superior do rio Andirá era dado por conta, a existência de outros índios e que precisariam ser aldeados. Registrava-se também a residência no aldeamento de indivíduos estranhos a esta nação e alguns

relacionados por matrimônio com as índias, já vivendo em terrenos de até cinco hectares, distribuídos a cada família. Eram antigos colonos que passaram a viver com estas tribos e que, para o missionário, precisariam do mesmo trabalho de catequese e civilização dos que os nativos, com a diferença de que estes eram menos resistentes às atividades de cultivo (PARÁ, 1849, p. 82).

Este missionário desde o princípio teria lutado com dificuldades suscitadas pelas autoridades da vila Nova da Rainha, uma vez que estes pretendiam levar o exercício de suas funções ao distrito da aldeia, não respeitando a autonomia desses espaços, nem a autoridade conferida ao missionário. De acordo com o Regulamento das Missões de 1845, as aldeias deviam ser devidamente demarcadas, e no caso dos aldeamentos já estabelecidos e que nas proximidades existiam algum povoado “os limites deviam ser confinados, guardando assim a faculdade da aldeia governar por si mesma”. As autoridades locais defendiam, no entanto, o uso dessa mão de obra nos serviços particulares, o que contrariava o interesse do missionário, para quem o entendimento era que os trabalhos dos índios da aldeia estavam circunscrito ao aldeamento, pois compreendia que boa parte dos aldeados já possuía suas roças, casas e criavam alguns animais, constituindo alguns bens dos quais deviam cuidar. Assim, tinha de zelar pelas suas posses, não necessitando se ocupar com outros trabalhos que não os seus, que já estes eram suficientes.

Diante da alegação dos proprietários, de que os índios aumentariam a produção agrícola na região e a renda pública, pois estariam condicionados ao controle particular em suas propriedades, o missionário respondia que esse aumento produtivo também podia ser observado se os índios permanecessem no aldeamento cuidando de suas terras. Frei Pedro de Cyriana destacava o adiantado trabalho de cultivo, pois, já havia determinado a porção de terra que devia ficar reservada para as plantações e a moradia, assim como as que pudessem ser arrendadas, caso os índios não pudessem aproveitar a todas, sendo que

muitos já se voltavam para o plantio e em pouco tempo manteriam por se só os seus terrenos. Para o missionário, esta era condição suficiente para mostrar que a produção no aldeamento não apenas servia para atender as necessidades locais, mas que parte desses produtos cultivados abastecia vilas e povoados da região, aumentando também as rendas públicas (PARÁ, 1849, p. 82). E acrescentava, que alguns índios que já ocupavam o aldeamento desde o seu princípio estavam vivendo em uma parcela de terra, que já se podia dizer que se tratava de uma pequena posse, onde construía uma pequena choupana coberta de palha, mas com a firmeza das paredes de taipa e um roçado de onde plantavam feijão, milho, arroz e mandioca. Tirava parte do dia para o cuidado com a roça e outra para a pescaria, de onde complementava sua alimentação. Isto se constituía no demonstrativo de que estavam se acostumando com os valores mais promissores da vida, o valor ao trabalho através da lida com a terra.

Pode ser que a descrição do modo de vida dos índios na missão Andirá esteja associada a uma estratégia para assegurar maior apoio da administração provincial para este aldeamento na disputa contra as autoridades da Villa Nova da Rainha, de qualquer forma nos oferece fragmentos para pensar como as autoridades estavam entendendo as forma de ocupação dos aldeamentos e as expectativas construídas em torno disso.

Outra missão, a do Tapajós ou Rio Preto, confiada ao religioso capuchinho frei Egidio de Gavezio estava compreendida de três aldeias de índios Mundurucus: Santa Cruz, Cory e Ixituba. A aldeia de Santa Cruz estava situada a quatro dias de viagem da cidade de Santarém. Continha 47 casas cobertas de palha e parede de barro, sendo que o último recenseamento apontou 262 homens e 245 mulheres. Havia uma igreja nova em construção, coberta de telha, e poucos trabalhos de plantação. Na aldeia Cory a seis dias de viagem de Santarém só existiam 12 casas de palha e uma igreja muito arruinada, também coberta de palha. Somava-se ao todo 299 índios, sendo 151 homens e 148 mulheres. Cultivavam várias espécies de lavoura, especialmen-

te o fumo e mandioca. No caso da aldeia de Ixituba distante oito dias de Santarém observavam-se algumas casas cobertas de palha e a igreja coberta de telha. Possuía 343 pessoas, sendo 181 homens e 162 mulheres. Eram considerados pelas autoridades como os mais indolentes, “pois quase nada se aplicavam ao trabalho da lavoura”. Dizia-se que em geral, os índios dessas três aldeias, em suas reuniões festivas “entregavam-se a excessos de embriaguez, e neste estado tornavam-se momentaneamente insubordinados” (PARÁ, 1849, p. 82).

Também se identificava a presença de pessoas estranhas no aldeamento, cujo propósito seria “plantar a desmoralização, seduzir e levar os índios”. Grande parte dos índios dessas aldeias, de ambos os sexos, se achavam fora do aldeamento, trabalhando a título de agregados em serviços de particulares, que com eles tinham sempre abertas “contas leoninas”, “dando-lhes retalhos de más fazendas pelo quádruplo do que [valiam], e ao mesmo tempo taxando-lhes os serviços em diminutos valores, de modo que é sempre o índio quem deve”. Por este título de credores perpétuos pretendiam desconhecer a competência do missionário sobre os índios, recusando entregá-los, “o que são outras tantas causas de contrariedade para o aumento, tranqüilidade e boa ordem dos aldeamentos”. Advertia-se de que esta mesma desmoralização, seduções e traficâncias se praticavam não só nas aldeias, mas em todos os pontos da província onde havia índios aldeados, ou em suas malocas (PARÁ, 1849, p. 83).

O governo acusava como principais corruptores dos indígenas “essas quadrilhas de canoas de regatões, mascates, ou quitandeiros dos rios” (em uma referência aos comerciantes), que “penetravam por todas as partes, incutindo falsas idéias no ânimo dos índios, iludindo-os com embustes, suscitando-lhes terrores infundados” e dando-lhes “maus conselhos para afastá-los da obediência e aldeamento regular”, apresentando-se “como seus amigos, porém com ardiloso e perverso designo de conservarem o exclusivo monopólio de suas relações comerciais”, a fim de “os poderem lesar à vontade e

impunemente, visto que os índios não têm claro conhecimento dos valores dos gêneros, que permutam”. Ainda acrescentava o presidente Jerônimo Francisco Coelho de que em nada era concordância à administração com essas práticas, pois entedia que nos aldeamentos os índios estariam protegidos da cobiça de regatões e colonos, recebendo ensinamentos de obediência as leis, gosto pelo ofício da lavoura, construindo seus roçados de onde não apenas garantiriam a sua sobrevivência, mas aprenderiam a dar valor a terra e a vida inamovível (PARÁ, 1849, p. 82-83).

A distribuição das terras no interior dos aldeamentos parece justificar a fala de Jerônimo Coelho. Conforme o Regulamento de 1845, e a própria forma como estavam organizados os aldeamentos na Amazônia, estes projetavam dois tipos de unidades de produção agrícola: as de cultivo comum e as familiares. O artigo e parágrafo segundo estabeleciam que os diretores de índios designassem entre as populações indígenas as terras “que [deviam] ficar reservadas para as plantações em comum”, assim como “as que [deviam] ficar para as plantações particulares dos índios, e as que [pudessem] ser arrendadas”. No parágrafo 7º do mesmo artigo, define-se a distribuição de objetos, incluindo os instrumentos de plantio, considerando os trabalhos comuns e particulares dos índios, o que confirmava as unidades de produção agrícola (BRASIL, Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, p. 92).

Para frei Egidio de Gavezio, da missão do Tapajós, a distribuição dessas terras para plantio era importante para os indígenas, para que, por meio delas pudessem produzir o sustento pessoal e de suas famílias. Não se tratava apenas de evitar que esses índios vagassem pelas matas em busca de alimentos, a ideia era que se habituassem ao cultivo regular, a criação de núcleos familiares, entendidas como condições essenciais para constituição de pequenas propriedades (PARÁ, 1849, p. 82).

As unidades de produção agrícola comum, como se observa, estariam voltadas para a produção de gêneros destinados ao sustento

da política de ocupação, uma vez que, asseguraria a manutenção do aldeamento, principalmente garantindo alimentação para os índios que ainda não haviam iniciado o cultivo em suas unidades familiares. Nestes locais, a recomendação era o plantio da mandioca, milho, feijão e outros gêneros comestíveis, considerando as condições e fertilidade das terras.

Ainda na década de 1850, a avaliação do governo provincial quanto à colonização indígena através das missões não era tão positiva. Dizia-se que apesar das diligências que tinham sido empregadas para atrair para vida civilizada as numerosas tribos de índios que habitavam as florestas do Pará e Amazonas, pouco havia se conseguido (PARÁ, 1851, p. 53). A formação de aldeamentos esparsos, aos quais não se podiam prestar mais do que os meios indispensáveis para se manterem, e nem outra educação além do conhecimento superficial de simples práticas religiosas era o resultado único de todas essas diligências. Esse resultado era considerado de pouca importância, pois, sem elementos de progresso, ou permaneceram tais aldeamentos estacionários, conservando quase todos os costumes e hábitos da barbárie, ou, o que era mais frequente, definhavam e desapareciam, logo que deixavam de ser dirigidos por missionários.

Mesmo considerando as dificuldades no processo de implantação e sustento das missões, Fausto d'Aguiar, presidente do Pará, propõe em agosto de 1851 à Assembleia da província o estabelecimento de mais duas missões já projetadas por Jerônimo Coelho, agora com um discurso mais enfático de que era preciso que a terra produzisse seus gêneros, o que era possível com a transformação dos aborígenes (numa referência aos índios) em colonos (PARÁ, 1851, p. 58). Defende a criação de uma missão na cabeceira do rio Capim e outra na extinta povoação de Gurupí, no distrito de Bragança. Julgava também conveniente restaurar a do rio Xingu que estava há anos abandonada e desenvolver a atividade missionária no rio Araguari. Esta última era considerada importante para estabelecer a catequese das

tribos que existiam na parte superior daquele rio e nas terras que se estendiam para o Cabo Norte, as quais, em grande parte, ainda não haviam sido exploradas. Sobre as vantagens de se criar povoações nesta extremidade da província do Pará, destacava a ocupação populacional da região, assegurando a ocupação do território brasileiro.

Alguns anos depois de implantada essas missões, se observa que outros interesses estavam pautados na criação dos aldeamentos. Em 1874, Pedro Vicente de Azevedo afirmou que, na região do rio Capim, muitos índios vinham sendo utilizados indevidamente na extração de óleo de copaíba e casca do cravo, o que levava a defender a organização de um aldeamento para quatrocentos índios Tembés, empregados na plantação de mandioca, milho, arroz e tabaco. Entretanto, “certos descuidos na administração” teriam feito com que eles voltassem à coleta de especiarias, obrigando o administrador a enviar um missionário para gerir o aldeamento (PARÁ, 1874, p. 47). A proposta era, portanto, assegurar o controle do comércio com os índios e a manutenção da agricultura no interior desses espaços. Na concepção de Pedro Vicente de Azevedo, civilizar o índio significava despi-lo dos seus “hábitos indolentes” para que pudesse ser aproveitado nos trabalhos “contínuos e não inspecionados”, ou seja, transformá-los em trabalhadores úteis, que pudessem sustentar a si mesmo e à sociedade dita civilizada.

Ao analisar o mapa das missões criadas na província do Pará até 1854, o conselheiro Sebastião do Rego Barros faz um diagnóstico que permite associar mais elementos quanto à importância do trabalho agrícola nos aldeamentos como forma de garantir a posse e ocupação das terras aldeadas. Identificou que a pouca produção agrícola era explicada em razão da resistência dos indígenas se empregarem nas plantações de mandioca, arroz, feijão e milho, estando muito mais voltados na coleta de produtos extrativistas, como o óleo, a salsa e o cravo. O entendimento de Rego Barros era que, embora estes “gêneros de

comércio da produção espontânea”, como eram identificados os produtos resultantes do extrativismo, fossem importantes para as rendas públicas, mesmo assim, o aldeamento não podia viver dessa produção.

O tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcelos, na época presidente do Pará, em instrução de 17 de junho de 1859 ao frei Marcello de Santa Catharina de Senna na missão de catequese dos índios Tucunhapeuas no Alto Xingu, parece sintetizar os propósitos dos agentes públicos quanto à implantação dos aldeamentos. Destacava a necessidade de promover com diligência o trabalho de agricultura, ensinando os índios a fazer roças, plantar milho, arroz, feijão, batatas e mandioca. Entendia que eram culturas de maior utilidade e de mais simples processo, devendo ao mesmo tempo promover com igual diligência a criação de aves e outros animais domésticos e domesticáveis, assim como a distribuição dentro dos aldeamentos de pequenas parcelas de terra de forma a se desenvolver uma produção familiar. Estas orientações são consideradas importantes, pois, como dizia, “deveriam assegurar o sustento desses grupos, garantir a sedentarização e a posterior constituição de propriedades” (PARÁ, 1852, Anexo nº 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da terra para o plantio nos aldeamentos, ao que se observou, direcionava a produção para o sustento pessoal dos índios e de suas famílias, assim como era destinado espaços para uma produção voltada para a manutenção do aldeamento e comercialização. Isto nos faz refletir que são ações construídas não apenas para evitar que os índios vagassem pelas matas em busca de alimentos. A ideia era que se habituassem ao cultivo regular, primeiramente, e ainda a criação de núcleos familiares, entendidas como condições essenciais

para constituição de pequenas propriedades. No caso das unidades de produção agrícola comum que estariam voltadas para a produção de gêneros destinados ao sustento da política de ocupação, inculcavam valores voltados à acumulação de bens e a comercialização.

Outra questão ainda a se observar quando dos registros dos agentes públicos é a prática do extrativismo no interior dos aldeamentos, o que é visto quase sempre como “certos descuidos na administração”. O entendimento era que se desenvolvesse uma atividade econômica capaz de produzir nos aldeados a necessidade de se despir dos hábitos indolentes, transformá-los em trabalhadores que pudessem sustentar a si mesmo e à sociedade dita civilizada, uma condição que não era percebida na atividade extrativa. Mesmo considerado estes “gêneros de comércio da produção espontânea”, como importantes para as rendas públicas, o aldeamento não podia se constituir como espaço a se sustentar dessa produção. Isto por que a manutenção do extrativismo nestes espaços significava também manter as práticas silvícolas de vida, não permitindo a construção de posse e bens, e ocupações perenes.

Como se registrou, para além das medidas que deviam assegurar a permanência dos índios nos aldeamentos, os indígenas nas aldeias de colonização tinham uma situação jurídica específica, revista inclusive no Regimento das Missões de 1845, que lhes determinava um lugar político, econômico e social a ser ocupado na estrutura hierárquica do Império brasileiro. Apesar das perdas, a condição de aldeados lhe permitia o direito a terra, embora uma terra bem mais reduzida a que foram ocupadas por seus descendentes; tinha direito a não se tornar escravo, embora se observe em alguns casos a presença de trabalho compulsório. Dentro destas condições bastante limitadas, restritas e opressivas, manter-se aldeado podia significar uma possibilidade de agir para fazer valer esses mínimos direitos que a lei lhe oferecia, incluindo a construção de novas formas de acesso à terra, para além da agricultura; situação não muito provável.

Não se pode deixar de considerar, portanto, que os aldeamentos, traçados a partir dos interesses específicos defendidos pelas autoridades do império, buscavam segregar a população indígena e impedir que os índios se tornassem elemento ativo. No entanto, o que registra são espaços que teriam servido, de algum modo, para consolidar os interesses do Estado quanto à conformação de uma mão de obra e produção agrícola, mais também, para o caso da Amazônia, como locais mediados pelo interesse em uma posterior implantação de povoados e na constituição de pequenas posses de terra pelo trabalho agrícola regular e formação de núcleos familiares. Isto se afirmava na própria configuração dos posicionamentos dos agentes públicos do Império brasileiro em que se apoiava, desde o início, em uma profunda não dissociação entre a terra e trabalho agrícola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1846. **Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845**. Rio de Janeiro, Reimpressa na Typographia Nacional, Tomo VIII, Parte II.

CONGOST, R. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre “La gran obra de la propiedad. Barcelo: Crítica, 352 p., 2007.

CUNHA, M. Legislação Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, p. 133-154, 1992.

KADOMA, K. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 336 p., 2009.

MACHADO, M. Relatório de Presidentes de Província. In: MOTTA, M; GUIMARÃES, E. **Propriedade e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, p. 203-206, 2011.

MATTOS, I. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 312 p., 2004.

MONTEIRO, M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudo de História Indígena e do Indigenismo. Campinas, SP. Tese de Livre Docência em Etnologia. Universidade Estadual de Campinas, 233 p., 2001.

NUNES, F. **Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 425 p., 2016.

PARÁ. 1874. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874.** Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará.

PARÁ. 1851. **Relatório do presidente da província do Gram Pará, o Exmo Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851.** Pará, Typ. de Santos & filhos.

PARÁ. 1849. **Falla dirigida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** Pará, Typographia de Santos & Filhos.

PARÁ. 1845. **Discurso recitado pelo Exmo Sr. doutor João Maria de Moraes, vice-presidente da província do Pará na abertura da segunda sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1845.** Pará, Typ. de Santos & filhos.

PARÁ. 1844. **Discurso recitado pelo Exmo Sr. desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, presidente da província do Pará, na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1844.** Pará, Typ. de Santos & menores.

PARÁ. 1840. **Discurso recitado pelo Exmo Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia de 15 de agosto de 1840.** Pará, Typographia de Santos e Menos.

SANTOS, R. **Direitos de Propriedade Fundiária e Estratificação Social Rural: Um Contributo Sociológico**”. In: GARRIDO, Álvaro et al. (Ed.), **Estudos em homenagem a Joaquim Romero de Magalhães: Economia, instituições e império.** Coimbra, Ed: Almedina, p. 277-293, 2012.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia, 1800-1920.** São Paulo: T. A. Queiroz, 358 p., 1980.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência.** São Paulo: Hucitec, 374 p., 1993.

De cativo da terra a trabalhador escravizado na Amazônia (1970-2000)

Cristiana Costa da Rocha¹

INTRODUÇÃO

A expansão do agro em área de fronteira agrícola a partir da década de 1970, escancarou a prática de escravização contemporânea em áreas rurais do Brasil. No referido contexto, o país chegou a ter meio milhão de trabalhadores em regime de peonagem principalmente na Amazônia e contou com o envolvimento de bancos, indústrias e grandes empresas comerciais, que se tornaram proprietários de terras na região.

A escravidão contemporânea tem como braço forte a migração histórica de trabalhadores do Nordeste para fazer a vida na Amazônia, o que mobilizou as primeiras denúncias de trabalho escravo contemporâneo, como o fez Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Feliz do Araguaia — MT, no documento intitulado “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, de

¹ Professora Adjunta III do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí — UESPI, Campus Poeta Torquato Neto; Doutora em História Social - UFF; Mestre em História Social — UFC; e-mail: cristianarocha@cchl.uespi.br.

outubro de 1971. A marca do povo nordestino na Prelazia é ressaltada na “Panorâmica sócio-pastoral” do município Barra do Garças, diz ele:

A maior parte do elemento humano é sertanejo [em alusão à Euclides da Cunha]: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muito filhos, algum cavalo magro e quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola (CASALDÁLIGA, 1971, p. 4).

Em linhas gerais, o documento denuncia o aliciamento e escravização de trabalhadores vindos do Nordeste e do Goiás para compor mão-de-obra nas empresas agropecuárias da região, com promessa de bons salários e excelentes condições de trabalho. Os estados do Piauí e Maranhão são reconhecidos como os principais polos de arregimentação trabalhadores para o trabalho escravo em outras regiões do país, que por décadas tem a Amazônia como principal destino migratório. O processo impulsionado na segunda metade do século XX com o alargamento da fronteira agrícola, contexto que representa a expansão espacial de interesses com a atuação de setores econômicos fortes no setor produtivo agroalimentar.

O avanço do capitalismo no campo combinou relações de trabalho arcaicas para formação de conglomerados econômicos, que atendem padrões produtivos modernizante do grande capital. A frequência de casos de denúncia de maus tratos e irregularidades no trabalho aumentou após a medida provisória nº 74 de outubro de 2002, que assegura o seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição de trabalho escravo, revelado pelo aumento do número de autuações do Grupo Móvel de Fiscalização, do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2005 o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que teve como alvos os municípios de Barras, no Piauí, e Açailândia,

no Maranhão, para prevenção do trabalho escravo e reinserção dos resgatados em ações de fiscalização à sociedade.

O contexto que desvela o aumento da saída de migrantes do Piauí, em especial na região Norte a qual se insere Barras, compreende o processo de ruptura com o sistema de moradia e avanço de lutas pela terra na região de origem dos migrantes que viviam na condição de moradores, ou agregados, em fazendas locais. As relações entre estes sujeitos e os proprietários dessas terras se apresentam em suas narrativas, tão opressora quanto às vivenciadas entre eles e seus patrões em fazendas nos confins da Amazônia. Diante das ameaças permanentes à sobrevivência na terra natal, a migração de retorno de jovens trabalhadores se tornou cada vez mais conveniente e passaram de cativos da terra à trabalhadores escravizados noutros destinos. Nesse sentido, o estudo das vivências dos migrantes escravizados na região de origem é fundamental para a compreensão de suas ações enquanto trabalhadores escravizados e olhares sobre os lugares de destino, considerando que a posse da sonhada terra encontrou na migração sua principal aliada.

Aqui, interessa-nos problematizar e compreender as formas de pensar e agir de trabalhadores rurais do Piauí, que entre os anos de 1970 a 2000 realizaram migração de retorno para a região da Amazônia e vivenciaram condições de trabalho escravo. Entendemos que a permanência de práticas seculares de reprodução da pobreza nos confins do país, aliado à concentração fundiária e propriedade privada dos meios rurais de produção, configuram os pilares da persistência de formas de violência e exploração de famílias de trabalhadores no meio rural brasileiro. Neste artigo apresentamos resultados de pesquisas que dialogam com fontes orais, a partir de entrevistas realizadas com famílias de trabalhadores migrantes com o uso da metodologia da História Oral, e fontes escritas, acessada em acervos da Comissão Pastoral da Terra — CPT e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras — STT de Barras, analisadas à luz de referenciais

bibliográficos e teóricos da História Social, no sentido de refletir sobre sujeitos pobres e suas condições de trabalho e vida. Para a noção de fronteira tomamos como referência os estudos do sociólogo José de Sousa Martins, segundo o qual a fronteira agrícola se configura como um lugar de conflito (MARTINS, 2018).

DA TERRA CATIVA

Compreender a submissão de sujeitos pobres trabalhadores ao trabalho escravo em lugares de destino migratório, implica igualmente compreender suas condições de vida e trabalho nos lugares de origem. Em entrevistas realizadas com famílias de trabalhadores rurais de Barras é comum a referência ao processo de libertação do sistema de parceria, sempre associado ao cativo daquelas famílias.

Francisco Moreira, 53 anos, ex-migrante, na circunstância da entrevista, e presidente da Associação dos Moradores de uma das localidades rurais do município, nos disse em entrevista que fez migração bate-e-volta para a região da Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, juntamente com um grupo que envolvia familiares e outros trabalhadores rurais vizinhos. Francisco como tantos outros foi aliciado por um Gato, como é reconhecido o arregimentador, que lhes prometeu trabalho e um salário justo.

As questões que mobilizam o projeto de migração são múltiplas, envolvem desde a falta de condições de sobrevivência na terra natal à necessidade de comprar bens de consumo como uma motocicleta. Francisco teve sua infância e juventude vividas como “morador” em terra alheia e, nesse sentido, sua família devia obrigações ao proprietário da terra.

Naquele tempo a gente tava deitado aqui, com o meu pai, aí chegava o patrão e chamava a gente para ir trabalhar. Se o pai da gente, porque naquele tempo eu era criança, dissesse que não ia, aí ele [o patrão] mandava desatar o nó da rede e cair no mundo. Hoje as coisas mudaram

graças aos Movimentos Populares, a Associações, a Igreja, ao Sindicato, CUT, FETAG. Agradeço muito a Deus e as pessoas que deram seu sangue pela terra (FRANCISCO MOREIRA, 2007).

A ideia de cativo remete às forças locais para o controle externo da administração familiar e da força do trabalho (ROCHA, 2015b). Assim como no regime de colonato estudado por José de Sousa Martins (MARTINS, 1981), o morador de propriedade alheia é parte de um coletivo ao combinar as forças de trabalho com os demais membros da família. O Piauí é marcado secularmente por contendas entre patrões-proprietários e trabalhadores rurais, em tempos mais recentes levadas à decisão do poder judiciário, mantém resquícios do mandonismo local que dificulta o acesso à terra pelas famílias rurais e maiores perspectivas econômicas para a pequena agricultura.

O ressentimento popular perceptível nas entrevistas realizadas, gerou conflitos na região em prol da terra livre. Identificamos uma consciência sensível dos moradores manifesta em ações paralelas e por vezes aleatória, contra as obrigações impostas pelo sistema de moradia. Um exemplo emblemático ocorreu na Comunidade Currais Novos, hoje Assentamento Currais Novos. Os primeiros conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra na área em questão datam de 1988 permaneceram até a criação do assentamento em 1997, que possui área de 900 hectares desmembrada de uma área maior em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA (ROCHA, 2015a, p. 21 -22).

Um dos sujeitos que vivenciaram esse processo foi Dona Teresa de Jesus S. Santos, que em entrevista nos contou sobre sua relação com aquela terra. Teresa nasceu em 1939 naquela terra e igualmente seus pais e avós, que eram moradores definidos como “cativos da terra”. Em um diálogo travado com o filho do proprietário e revelado a nós durante entrevista, são identificados vários momentos de tensão como o opositor na defesa do direito de permanência na terra.

Ele disse: “a terra é do meu pai”.

Eu disse: não é só do seu pai não. É minha, é sua e é de todos que nasceu nessa terra.

“É que meu pai comprou a terra pra ele, não quer morador”.

Eu disse: Me mostre a escritura. Quem foi o homem que vendeu pra ele?

[...]

Eu acredito que ele é dono da terra se ele me mostrar a escritura dizendo que ele vendeu a terra e assinou e deixou ele [o proprietário] com terra e eu sem terra.

Eu disse: “Olha, Deus fez e preparou a terra de todo bem e deu pra todos nós, gratuito, não tem venda, não tem isso, não tem aquilo. E o que Deus quis de todo mundo que vive encima da terra, morando e trabalhando, o que ele exigiu de cada um de nós foi a convivência de irmão com irmão, e nem isso vocês não entendem (TERESA, 2012).

O direito à terra como uma dádiva divina é também expressão da participação da entrevistada em movimentos mobilizados por entidades da Igreja Católica no processo de luta pela terra no país. A tensão é também expressa no Relatório Técnico do Imóvel Rural, pelo Incra, que evidenciou o não cumprimento da função social da terra (STTR, 1994). O imóvel foi desapropriado com interesses para reforma agrária, àquela altura o sistema de moradia já não possuía os meios de sustentação de antes. No entanto, a perspectiva de migração permanecia como única alternativa se sobrevivência e manutenção da terra adquirida por vias da reforma agrária. Enquanto mulheres e os filhos mais jovens permaneciam na terra natal para dar continuidade ao trabalho na roça, os homens migram em busca de trabalho em fazendas, em especial na região da Amazônia, em busca do Eldorado.

O CATIVEIRO NA AMAZÔNIA

Tal como pode ser evidenciado na literatura, a região Nordeste é caracterizada como fornecedor histórico de migrantes em busca de trabalho em outras regiões do Brasil e especial para a região da Amazônia, no final do século XIX para a exploração de seringais na

região, na década de 1940 incentivados pelo programa de Governo Vargas para o projeto de colonização da área e durante da Ditadura Militar em proposta de povoamento da mesma região, na circunstância reconhecida como a última fronteira agrícola. Desconsiderando se trata de uma região historicamente povoada por populações tradicionais e indígenas, o governo atuou no financiamento de projetos com pretensões de colonização e povoação da área deslocando interesses de empresários de várias regiões do país para a Amazônia, com invasão de extensas áreas e instalação de grandes fazendas.

Sonia, 37 anos, é quebradeira de coco e uma das tantas mulheres que permanecem no local de origem enquanto seus maridos saem em busca de trabalho na região da Amazônia. No ano de 1996 ela o acompanhou em uma empreitada para o Pará, suas memórias do verde e da fartura da região reforçam o mito da abundância simbolizado nas lendas do Eldorado da Amazônia.

Lá era bom, bom mesmo, nunca me esqueci de lá. Lá tudo era farto, aqui um litro de leite é três reais, e lá não, você vai só pegar no currau. Lá a gente comprava de saco de açúcar, o povo tem confiança na gente, na gente pagar o que deve. Eu ia pegar o que faltava e o dono do comércio me dava. Às vezes o dono da fazenda ia pra rua perguntava: Sonia você não vai querer nada não? Ele já trazia, e não queria pagamento, era por conta dele. Aí as vezes eu cozinhava para o Seu Nonato, Seu Nonato era “gato” dos peões. Aí ele dizia pra trazer cinco fardos de açúcar, lá era de fardo, na era de quilo não, era de fardo, bolacha era em fardo, tudo era em farto lá (SONIA, 2009).

O marido de Sonia é parte do grupo de trabalhadores que desde a década de 1970 migra repetidas vezes para regiões de fronteira agrícola no sentido de encontrar meios de sobrevivência. O migrante não abandona seu lugar de origem para se integrar no lugar de destino, na maioria dos casos suas esposas permanecem para dar continuidade as atividades na roça e conservar a posse da área onde vivem. O trabalho na roça garante o mínimo vital das famílias dos migrantes (ROCHA, 2012).

Sonia conserva suas vivências na região de destino migratório como uma conquista e mesmo como uma fonte de inspiração para dar continuidade da dureza do seu dia-a-dia. Uma frase se repete no seu relato “lá tudo é fartura. Entrando no Pará é farto”, e completa sua descrição conforme os seus desejos e necessidades. A narrativa apresenta a migração como um projeto familiar para fuga da fome (ROCHA, 2010).

As dificuldades vivenciadas naqueles “rincões solitários”, a Amazônia como definida por Euclides da Cunha, são recorrentes nas falas dos entrevistados. Homens, jovens, de meia idade e idosos, relatam caminhos difíceis até a chegada no lugar dos sonhos, humilhações, cerceamento da liberdade e maus tratos no interior das fazendas. A fronteira se estabelece como um lugar de conflito e a sobrevivência e permanência longe dos seus no sentido de cumprir o retorno marcado. Por sua vez, a formação da fronteira só se faz possível em razão do uso de formas arcaicas de dominação e de reprodução do capital, como a escravidão.

O migrante Reginaldo comentou em entrevista que em 1995 fugiu de uma fazenda no estado do Pará em um grupo de cinco migrantes de Barras. Foram 15 horas de caminhada pelas matas desconhecidas até chegar em uma estrada, onde pegaram carona até outra fazenda.

[...] aí eu disse: rapaz nós vamos escapulir bem aqui. Nós era um grupo de cinco. Aí eu combinei com uns caras lá que nós ia fugir, aí nós saímos foi doze horas do dia, era um dia de sábado. Aí nós inventamos que a gente ia para o barraco, lá para a sede. E fugimos, de doze horas do dia até quatro horas da manhã, a pé andando no mato com medo deles encontrarem a gente. Aí nós pegamos uma carona com um boiadeiro, num carro que carrega gado, e paramos num lugar lá, aí trabalhamos um mês aí vimos embora (REGINALDO, 2007).

A experiência de Reginaldo é similar à de outros migrantes entrevistados, que assim como ele tiveram as Carteiras de Trabalho presas

nas fazendas com a promessa de assinatura pelos proprietários ou funcionários responsáveis, impedindo-os de sair. Após a fuga Reginaldo pediu emprego em outra fazenda da região por algum tempo, a fim de obter um ganho que viabilizasse o retorno a terra natal.

O trabalhador escravizado se circunscreve em relações de trabalho caracterizada por: trabalho degradante; ou jornada exaustiva; ou servidão por dívida; ou trabalho forçado. Nesse sentido, não é necessário a identificação de todas essas situações para configurar trabalho escravo, basta uma delas (CDVDH/CB; CPT, 2017). Esse quadro associa maus tratos, condições precárias de alimentação e moradia, ameaças e assassinatos. Em muitos casos os trabalhadores ficam presos nas fazendas sob condição de pagamento da dívida contrariada durante o traslado, do lugar de origem ao lugar de destino.

Em 1995 o Brasil foi denunciado à OEA como sendo um país escravocrata, e forçado a reconhecer a existência de trabalho escravo perante as autoridades internacionais. A partir de então foram criadas políticas de combate ao trabalho escravo especialmente expressas na criação do Grupo Móvel de Fiscalização do MTE. Não obstante o esforço de entidades que atuam no combate ao trabalho escravo, especialmente a CPT, com atuação reconhecida no processo de mobilização dos trabalhadores escravizados, ou vulneráveis a tais condições, para denúncia, luta por direitos e reparação, a extinção do trabalho escravo no Brasil enfrenta entraves históricos que dão respaldo às ações dos escravizadores. Além de um judiciário conservador, que tende a dar suporte aos denunciados, outro obstáculo é a existência da bancada ruralista no Governo, que impõe manobras de proteção aos grandes latifúndios, além de embargar processo de punição.

Embora muitos trabalhadores não consigam denunciar, identificamos um movimento de mobilização desses trabalhadores atra-

vés de entidades de combate ao trabalho escravo, como o caso da Fazenda Brasil Verde no Sul do estado do Pará. Por anos sucessivos desde meados da década de 1980 trabalhadores de Barras migraram para a fazenda, que foi alvo de denúncias e investigações. Com a autuação da fazenda após a fuga e denúncia de trabalhadores no ano 2000, uma ação foi movida pela CPT juntamente com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional — CEJIL/Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos — CIDH, contra o estado brasileiro sob acusação de omissão e negligência na ação de Fiscalização da fazenda Brasil Verde. O caso resultou em uma sentença inédita de condenação do país pelo uso de trabalho escravo (ROCHA, 2019).

Em linhas gerais, é possível identificar nas trajetórias dos trabalhadores migrantes um rico processo de aprendizagem a partir das interlocuções desses sujeitos estabelecidas com a Lei e a Justiça, em grande parte mobilizada por entidades como a CPT que viabiliza a concretização de uma logística na ação das vítimas de trabalho escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração de retorno e escravização de migrantes nordestinos mobilizada pela necessidade de sobrevivência de suas famílias, que permanecem na terra natal enquanto filhos e companheiros partem em busca de trabalho justo, pode ser percebida ao longo do século XX e se matem por múltiplas questões que envolvem suas relações de vida e trabalho no lugar de origem, cujas condições históricas fundamentam a reprodução da pobreza nas áreas rurais do país.

Nesse sentido, a migração se apresenta na maioria dos casos como única alternativa de sobrevivência das famílias de toda uma região do estado do Piauí, a qual estão inseridos os municípios no contexto de escravização via migração, reconhecida como região dos Cocais. Esses

sujeitos que antes viviam como moradores, ou agregados, das fazendas locais, após ruptura do sistema passaram a se organizar em torno do projeto de migração de retorno para regiões de fronteira agrícola do país.

Além das condições históricas que favoreceram a reprodução da pobreza no confins do país, aliada à concentração fundiária e propriedade privada dos meios de produção, a prática e permanência de formas arcaicas de trabalho qualificadas por José de Sousa Martins como sendo “formas coercitivas de trabalho com base em engajamentos voluntários” (MARTINS, 2002), também possui bases no autoengano que é posteriormente substituído pela violência, cerceamento da liberdade e negação do estabelecido nas relações contratuais comumente estabelecida no meio rural, a partir de valores morais.

Em linhas gerais, os migrantes retornados da Amazônia se ancoraram na memória e nos desejos compartilhados por gerações de migrantes das comunidades rurais mantem esperança de fazer a roça e a colheita todos os anos na terra natal. O que lhes mobiliza é o desejo de terra livre, em negação ao seu passado cativo da terra se arriscam ao cativo em outras terras.

REFERÊNCIAS E FONTES

CASALDÁLIGA, Pedro. Carta Pastoral. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Felix do Araguaia - MT, 1971.

CDVDH/CB; CPT. **Entre Idas e Vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo**. 1 ed. São Paulo: Urutu — Branco, 2017.

FRANCISCO MOREIRA da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 02 out. 2007, na cidade de Barras.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Sousa. **A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.

MARTINS, José de Sousa. **O Cativo da Terra**. São Paulo: LECH: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

REGINALDO Pereira Rodrigues. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 24 set. 2007, na cidade de Teresina.

ROCHA, Cristiana Costa. Exorcizando o Passado: experiência de migrantes escravizados na Fazenda Brasil Verde, PA. **Revista Territórios e Fronteiras**. v. 12, n. 1, jan.-jul., 2019.

ROCHA, Cristiana Costa. Narrativas dos Sentidos, Desejos e Imaginação sobre Direito à Posse de Terras. In: FERREIRA, M. M. G.; FERRERAS, N. O.; ROCHA, C. C. **Histórias Sociais do Trabalho**: usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora da UEMA, 2015a.

ROCHA, Cristiana Costa. **A vida da Lei, A Lei da Vida**: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015b. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, Cristiana Costa. Os Retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. **Revista Brasileira de História**, vol. 32, n. 64, São Paulo, 2012.

ROCHA, Cristiana Costa. **Memória Migrante**: A experiência do Trabalho Escravo no Tempo Presente. 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

SÔNIA Maria de Sousa Santos. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 07 jul. 2009, na cidade de Barras.

STTR — Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. **Relatório Técnico do Imóvel Rural Currais Novos**. INCRA, 19 de ago. 1994.

TERESA de Jesus Sousa Santos. Entrevista concedida à Cristiana Costa da Rocha, em 04 nov. 2012, no município de Barras — PI.

Terra, deslocamentos e trabalho escravo (Miguel Alves, Piauí 1980-2020)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira¹

INTRODUÇÃO

Nesta reflexão buscamos analisar as experiências e possibilidades de permanência, no local de origem, que dispõem os trabalhadores de assentamentos rurais do município de Miguel Alves, Piauí. Sujeitos que têm se deslocado² temporariamente para trabalhar como auxiliares/serventes de pedreiro no setor da construção civil no estado de São Paulo, entre os anos de 1980 e 2020. Em termos gerais objetivamos investigar os conflitos pela terra e a formação dos assentamentos rurais no município; mudança nas rotas migratórias; e discutir as explorações sofridas e formas de resistência no contexto

-
- 1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. <http://lattes.cnpq.br/6421004383619263>. marvieira21@hotmail.com.
 - 2 Para análise dos deslocamentos de trabalhadores entre diferentes territórios dialogamos com pesquisas de Maria Aparecida de morais Silva e Marilda Aparecida Menezes. De modo específico, o artigo Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões, muito tem nos ajudado a pensar questões relacionadas à migração. As autoras mostram que abordagens centradas em motivações econômicas tendem a excluir as ações dos sujeitos dos processos migratórios. Ainda destacam a necessidade de adoção de procedimentos teóricos e metodológicos que permitam facilitar a compreensão das migrações enquanto acontecimentos históricos “que atingem (as) os que partem e os (as) que ficam, constituídos por elementos objetivos estruturais, ideológicos, culturais, e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e etnia/raça (SILVA; MENESES, s/d. p. 04).

de trabalho na construção civil paulista. Setor que desde 2013 tem apresentado o maior índice de sujeitos resgatados de condições de trabalho escravo no país.

TERRA E DESLOCAMENTOS

Miguel Alves situa-se no Território Entre Rios, que integra a macrorregião do Meio Norte da Bacia do Parnaíba, espaço caracterizado pela abundância em áreas de matas de cocais com predominância de babaçuais, e insere-se na transição entre caatinga e a floresta equatorial (PLANAP, 2006). Município emancipado desde 1912 teve sua fundação e crescimento populacional dadas sob o signo das migrações de cearenses entre o final do século XIX e decorrer do seguinte. Atualmente, Miguel Alves tem uma população que gira em torno de 32.209 habitantes e possui uma área de aproximadamente 1419,1 km² (IBGE, 2010).

A partir dos anos de 1950 a crise do extrativismo vegetal do babaçu, maniçoba¹ e carnaúba (principal atividade econômica dos municípios do Norte e Meio Norte piauiense, entre eles Miguel Alves) somada à decorrente expansão da lavoura; que se deu mediante da partilha de latifúndios para famílias não-proprietárias que formavam roças para o cultivo de culturas temporárias e deveriam pagar renda e prestarem serviços aos proprietários; contribuiu para que muitos trabalhadores pobres, sem acesso à terra e formas de cumprir as obrigações impostas, intensificassem as migrações temporárias para outras regiões, no intuito de garantir a sobrevivência familiar no local de origem (ROCHA, 2015).

Desde a década de 1980, têm se acentuado os conflitos agrários e a formação de assentamentos na região. Analisando os

1 Planta típica da caatinga, também conhecida como seringa da caatinga, tem seu látex extraído para a produção de borracha.

Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, publicação anual da Comissão Pastoral da Terra, identificamos entre os anos de 1990 e 2007 registros de conflitos pela terra em aproximadamente 12 localidades de Miguel Alves. Em relação à isso, entre 1990 aos dias atuais foram implementados 27 assentamentos no município². Entre estes, 14 assentamentos foram constituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 03 pelo Instituto de Terras do Piauí e 11 implementados através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Assim, cerca de 1.375 famílias conquistaram a posse da terra.

No entanto, mesmo assentados muitos dos trabalhadores do município têm recorrido à migração como alternativa de sobrevivência, embora diante dos riscos da escravidão contemporânea. A este respeito, no ano de 2005 a CPT, FETAG- PI e Pastoral do Migrante realizaram o *Diagnóstico do Trabalho Escravo do Piauí*. O objetivo consistia em conhecer as condições de vida das famílias de trabalhadores migrantes e os aspectos envolvendo o aliciamento para o trabalho escravo em outros estados. Neste levantamento foram entrevistadas 357 famílias de regiões com maiores índices de migrantes. E, os municípios apontados foram Miguel Alves, Barras, União, Esperantina, Uruçui, Corrente e São Raimundo Nonato.

Conforme o diagnóstico as famílias seriam compostas por grande número de pessoas. Cerca de 82,7% desses sujeitos desempenhavam atividades agrícolas para garantir o sustento no local de origem. Em média 71,8% das famílias possuíam renda inferior a um salário mínimo. O que concatenado as poucas possibilidades de emprego formal nas localidades explicaria as motivações da saída. Tratavam-se de migrações de jovens do sexo masculino, 93% homens, e 65,3% estariam na faixa entre 18 e 35

2 Ver www.incra.gov.br. Acesso em 20 de junho de 2019.

anos. Aproximadamente 16% não seriam escolarizados e 45% sem terminar a 4º série do ensino fundamental.

Os locais de destino apontados foram principalmente os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. A maioria, 83,9% trabalhando na área rural em atividades como o corte e plantio de cana, ou ainda o roço da juquirá³. Os outros 16,1% se direcionavam para as zonas urbanas para trabalharem principalmente na construção civil. Em torno de 91% destas migrações não se apresentavam como definitivas, 76,6% haviam se deslocado mais de duas vezes nos cinco anos anteriores ao levantamento.

Entretanto, a partir de 2010 as rotas migratórias têm sido ajustadas para o trabalho em atividades laborais urbanas em outras regiões. Desde então, a constatação de trabalho escravo em áreas urbanas tem se ampliando pelo país, chegando no ano de 2013 a superar os casos identificados no campo. Sendo a construção civil o setor que mais escravizou trabalhadores (REPÓRTER BRASIL, 2016).

De um lado, esta mudança atrela-se ao que Silva (2012, p. 129) chamou de “reestruturação no setor canavieiro”. Em que o processo de mecanização das atividades no setor sucraalcooleiro, visando atender as demandas de biocombustíveis do mercado internacional insufladas no começo deste século, tem reverberado o desemprego entre trabalhadores pouco escolarizados⁴. De outro, devido às “ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) para combater o trabalho escravo no campo” (REPÓRTER BRASIL, 2016, p. 09).

3 Atividade em que os trabalhadores limpam com a foice o mato denso que anteriormente derubada e formada em pasto.

4 Silva (2012) aclara que em 2009 diante do processo de mecanização das atividades no corte da cana-de-açúcar e desemprego dos trabalhadores desqualificados, empresários, governo e trabalhadores firmaram o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar” (CN). Entre as medidas previstas algumas se centraram na criação de políticas públicas canalizadas para a escolarização dos trabalhadores em seus locais de origem, somada a oferta de cursos profissionalizantes para a reintegração nas atividades laborais modernizadas.

Desta forma, levas de migrantes piauienses que se dirigiam para o corte da cana-de-açúcar têm contornado a situação de desemprego buscando destinos na área da “construção civil nos estados do Sudeste” (CPT; CDVDH/CB, 2017, p. 48), entre estes, São Paulo⁵. Do mesmo modo, a canalização do fluxo de trabalhadores para esta região também se justifica pela injeção das obras para os megaeventos esportivos e dos programas federais⁶ que dinamizaram a indústria da construção civil nesta última década.

RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS

Sobre as ações dos trabalhadores neste contexto ganham espaço as vivências de Francisco das Chagas de Sousa Santos⁷, trabalhador rural, 25 anos, morador do assentamento rural São Luís⁸. Quando questionado sobre as motivações para a saída e sobre quem teria facilitado seu deslocamento o entrevistado lembrou que:

Já tinha muita gente que tinha viajado, o pessoal mais velho que nós, aí dizia que São Paulo era bom, ganhava muito dinheiro, um sonho meu era ir lá pra ganhar um dinheiro e comprar as coisinha da gente. Aí meu primo falou: “rapaz eu vou na frente pode esperar” [...] e sempre ele dizia:” rapaz quando eu tiver trabalhando

-
- 5 Entre 2007 e 2014 o estado de São Paulo se apresentou como um dos maiores empregadores no setor da construção civil. Disponível em: RAIS/MTE. In. <http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/rais-ministerio-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em: 28 jul. 2019.
 - 6 Referimo-nos as obras intensificadas nesta última década como: as da Copa do Mundo, do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), e do Programa Minha Casa Minha Vida. (REPORTER BRASIL, 2016).
 - 7 Seu avô e pai são ex-migrantes, além disso alguns de seus irmãos são migrantes. Viajou para a cidade de Ribeirão Preto/São Paulo em 2012, até então era solteiro. Trabalhou por um ano como ajudante de ferragens, no setor da construção civil, para uma empresa chamada Oliveira Paiva. No ano seguinte regressou para seu local de origem, até então não havia terminado o ensino fundamental, mas retomou os estudos e conseguiu concluir o ensino médio. Atualmente é casado, sobrevive conciliando o trabalho na agricultura familiar com a pesca e benefícios sociais, como o Bolsa Família e aposentadoria de seus sogros. Considerou viva a possibilidade de retornar ao trabalho na construção civil paulista, apesar de em seu último itinerário ter se considerado um trabalhador escravizado.
 - 8 O assentamento foi criado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário no ano de 2005 e se localiza no norte do município de Miguel Alves/PI.

eu vou mandar te buscar, eu mando o dinheiro”. Ai os meninos ficavam dizendo: “rapaz ele não vai mandar dinheiro não”. Ai teve um dia que ele me ligou, ai disse: “rapaz tu quer vir pra São Paulo?” Rapaz eu vou. “Pois pode se arrumar ai que eu vou mandar o dinheiro”. Ai ele mandou e eu fui. [...] Levou eu, o irmão dele e outro primo dele [...] (FRANCISCO DAS CHAGAS, 2018).

Partindo das memórias de Francisco é possível notar que as migrações desses trabalhadores são baseadas em um conjunto de experiências herdadas e vivenciadas. Salta na narrativa como as redes sociais baseadas em relações familiares e comunitárias que tornam possível as migrações. Ou seja, a combinação de vários fatores, não excludentes da atuação dos sujeitos (mesmo que limitada por condições não escolhidas), que nos permitem compreender as migrações como fenômenos históricos, e não como um fenômeno determinado por estruturas que excluem as escolhas dos agentes sociais.

Ademais, e na busca de um debate sobre as resistências possíveis de trabalhadores escravizados no setor da construção civil, podemos nos basilar em James C. Scott. O cientista social e antropólogo permite ampliar o campo interpretativo em relação à compreensão das resistências de grupos subordinados. O autor destaca as lutas silenciosas, aquelas travadas na arena do cotidiano por grupos subalternos, como por exemplo os camponeses, são descartadas por análises que evidenciam as resistências que ganham repercussão e geralmente são organizadas por instituições como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

Para o autor as resistências veladas e anônimas são de suma importância pois representam as armas dos grupos sem poder, sujeitos impossibilitados de contestar a autoridade diretamente. Além de tudo por serem estas ações as fomentadoras das resistências coletivas e abertas. Desse modo, ações individuais de trabalhadores, dissimulação, falsa submissão, saques, fofocas, sabotagens, ignorância fingida, fazer corpo mole, entre outras podem (dependendo do contexto de análise), se

configurar em resistências de classe. Tais aspectos são sintetizados no conceito de micro resistência camponesa, que pode abarcar:

qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

Tais pressupostos são imprescindíveis para a análise de nossas fontes. Assim, na entrevista realizada com Francisco das Chagas Sousa Santos, o jovem trabalhador ressalta que se sentiu escravizado e que não denunciou a empresa por medo. Ainda descreveu suas péssimas condições de trabalho, alojamento, alimentação, segurança, bem como constantes atrasos de salário. Nesse cenário, ganha relevo um trecho de sua narrativa, no qual relata o estabelecimento de uma relação de amizade com um engenheiro da obra em que trabalhou em 2012. A esse respeito contou:

Eu fazia uns serviços pra ele lá, ele pagava 300 conto [...] eu chamava ele Seu Ricardo, mas não sabia o nome dele completo não [...] ele era o engenheiro geral lá da obra todinha, ele que mandava lá e desmandava. [...] Fiz essa amizade lá com ele e pronto! Ai eu já trabalhei menos, ai lá já era uma coisa mais organizada (FRANCISCO DAS CHAGAS, 2018).

Podemos identificar no trecho um relato de resistência velada. Pois o trabalhador inserido nas condições de precariedade, tão realçados em sua memória, procurou nesta relação (que pode ser compreendida como uma falsa submissão) conquistar pelo menos duas vantagens. Por um lado, o aumento de sua renda executando trabalho extras nos finais de semana na propriedade do engenhei-

ro. Por outro, conseguir através da posição social de “Seu Ricardo” reduzir a intensidade e fiscalização durante a execução do trabalho.

Importante realçar, que na medida em que interpretamos uma forma de resistência na entrevista do sujeito, não estamos desconsiderando os esclarecimentos de Thompson (1981) sobre a atenção para não se racionalizar os processos analisados. Pois, temos consciência de que os indivíduos, em momento algum, possuem domínio sobre os resultados exatos de suas ações. Entretanto, enfatizamos, que no contexto de exploração que o sujeito vivenciou, a aparente submissão diante de um superior no canteiro de obra possa ter sido uma alternativa de reduzir a expropriação que sofria. E, não queremos com isso dizer que o trabalhador possuía noção exata dos resultados que poderia obter daquela estratégia.

Outras formas de resistências dos trabalhadores rurais migrantes, nos canteiros de obra da construção civil em São Paulo, ainda podem ser observadas em nossas fontes. Como no caso da entrevista realizada com Francisco da Silva Cruz⁹, sujeito que migrou no ano de 2012 para trabalhar como ajudante de pedreiro em Ribeirão Preto/SP. Inserido em condições análogas à de nosso outro entrevistado, Francisco da Silva quando questionado sobre a intensidade da supervisão na unidade de trabalho informou:

Francisco da Silva: Tinha sim, muitos. [supervisores] A gente não podia nem cozinhar um pouquinho, que você se virar os homem tão lá.

Marcelo: Não podiam o quê?

Francisco da Silva: Cozinhar um pouquinho.

9 Trabalhador rural, 26 anos, solteiro, com ensino médio completo, natural de Miguel Alves/PI, e morador do assentamento rural Barro Branco (criado em 1996 e localizado na região leste do município). Possui 5 irmãos, dos quais 2 são migrantes. Se deslocou para a cidade de Ribeirão Preto/SP em 2012 por intermédio de um tio. Trabalhou como ajudante/servente de pedreiro durante 5 meses na empresa COPEMA. Relatou precárias condições de moradia, alimentação, atrasos de salário, e baixa condições de segurança na unidade de trabalho. Regressou para o local de origem ainda em 2012. Ao retornar resolveu concluir o ensino médio que havia interrompido para migrar. Em 2014 viaja novamente para a cidade de Ribeirão Preto/SP para trabalhar como empacotador em um supermercado. Voltou para o Piauí no ano seguinte, conseguiu realizar o que chamou de sonho, comprar uma motocicleta. Garante sua sobrevivência conciliando o trabalho no roçado com a renda obtida da aposentadoria de seus pais.

Marcelo: O que é esse cozinhar?

Francisco da Silva: Cozinhar é parar um pouquinho de trabalhar.

Marcelo: Vocês tentavam?

Francisco da Silva: Tentava, porque todo mundo que faz isso, quem trabalha, as vezes cansa né? Você tem que dar jeitinho de ir no banheiro, ou uma coisa assim e demorar lá um pouquinho. É assim mesmo, a vida de trabalhador é assim (FRANCISCO DA SILVA, 2018).

O “cozinhar” evidenciado no trecho seria reduzir a intensidade do ritmo de trabalho, ou fazer corpo mole. Isto salta como uma resistência possível. Notamos que este elemento tem aparecido com frequência nas memórias de nossos entrevistados. A esse respeito, Francisco das Chagas contou que na empresa que trabalhou “tinha os caras que dava nó, ficava se escondendo [...] aí ele se escondia né, se deitava em algum lugar, ou ficava dando volta”.

Acreditamos que em dados momentos de nossas entrevistas vem à tona a eclosão do discurso oculto do grupo de trabalhadores rurais migrantes. Aspecto essencial para compreendermos as experiências e resistências destes sujeitos. Pois o discurso oculto se trata do domínio político (a infrapolítica) que se sustenta por uma consciência antagonica e se fundamenta por práticas de resistências discretas. Portanto, não pode ser considerado “um mero rol de queixumes e imprecações sussurrados fora de cena; é também a concretização de um sem-número de estratégias pragmáticas e discretos destinados a minimizar a apropriação material” (SCOTT, 2013, p. 259).

Além do exposto, sobre as manifestações antagonicas coletivas, Francisco das Chagas Sousa Santos traz o relato das origens e desencadeamento de duas greves que almejavam pagamentos de salários e condições de segurança:

Francisco: Teve paralização lá duas ou três vezes dos trabalhadores [...] duas vezes.

Marcelo: Como foi que isso aconteceu?

Francisco: Rapaz, lá é porque nós já começamos trabalhar e já tava na quinta laje¹⁰ e tava muito perigoso. [...] Ai tava perigoso, ai o pagamento também não tava saindo direito, tava dando só aquelas metadezinhas, ai a gente parou. [...] ou pagava nós direito ou nós parava a obra. Nós passamos dois dias parados e eles pagaram direitinho. [...]

Marcelo: E a segunda paralização?

Francisco: A segunda lá foi por causa de um acidente de um rapaz lá. [...] Não armaram umas coisas lá direito, lá uns andaime, mal armado, ai escapuliu uma perna ai ia derrubando os trabalhador também, ai o menino se assustou e furou isso aqui¹¹, caiu em cima e furou. Ai por isso que pararam [...]. Queríamos mais segurança no prédio que tava irregular demais. [...]

Marcelo: Onde vocês combinaram essas greves?

Francisco: [...] a primeira num bar lá que nós chamava bar do gordinho, lá nós combinamos [...]. Lá nós se juntamos e tinha bem uns dez peões dessa obra ai disserem: “Rapaz nós vamos parar essa obra lá, nós vamos com os outros lá dentro da obra mesmo, nós tamo falando com nós aqui e quando chegar lá vamos passar pros outros. Ai a gente foi passando pros outros lá mesmo durante o serviço (FRANCISCO DAS CHAGAS, 2018).

Dois elementos ganham relevo na passagem. O primeiro trata-se da mitigação de pagamentos, mecanismo sutil adotado por empregadores para aprisionar os trabalhadores até o fim da empreitada. Trata-se do que Regina Beatriz Guimarães Neto, quando problematiza as experiências de trabalhadores identificados com deslocamentos sociais na Amazônia, considera como “redes invisíveis de aprisionamento” (GUIMARÃES NETO, 2017, p. 48). O segundo denota o “bar do gordinho”, um espaço de sociabilidade geralmente frequentado por migrantes, como principal local de articulação das greves.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

10 O entrevistado se refere ao quinto andar do prédio, que estava sendo construído.

11 Aqui o Francisco das Chagas faz um gesto apontando para a perna, lugar onde o sujeito sobre o qual relatava havia se machucado.

Portanto, as políticas de implantação de assentamentos rurais não têm conseguido garantir a permanência dos trabalhadores em suas localidades, que a migração se apresenta como alternativa de sobrevivência familiar e meio de se conseguir bens de consumo, como roupas e motocicletas. Além disso, são através ações coletivas e abertas, como greves, e mesmo individuais e veladas, como a aproximação dos trabalhadores com funcionários superiores, que os migrantes têm resistido às jornadas exaustivas, mitigação de pagamentos, péssimas condições de alojamento e alimentação, e a falta de segurança no trabalho. Apesar de possuírem acesso à terra os trabalhadores continuam imersos em condições de precariedade que aumentam a vulnerabilidade diante das práticas de trabalho escravo.

FONTES E REFERÊNCIAS

Entrevistas

FRANCISCO DAS CHAGAS de Sousa Santos. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 05/06/2018, no Município de Miguel Alves.

FRANCISCO DA SILVA da Cruz. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 20/05/2018, no Município de Miguel Alves.

Outras fontes

CPT. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia. CPT. Nacional (1990-2007).

CPT. **Diagnóstico do Trabalho Escravo Piauí**. Teresina, 2005.

CPT; CDVDH/CB. **Entre idas e vindas**: Novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo. São Paulo, CPT: 2017.

IBGE. **Recenseamento**. 2010.

PLANAP. **Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba**: Síntese Executiva: Território entre Rios / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODE-VASP. — Brasília, DF: TDA Desenhos e Arte Ltda., 2006.

RAIS/MTE. In: <http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/rais-ministerio-do-trabalho-e-emprego>. Acesso em: 28 jul. 2019.

REPÓRTER BRASIL. **Os direitos dos peões na construção civil**. Repórter Brasil Organização de Comunicação e Projetos Sociais. São Paulo. Julho de 2016.

Bibliografia

ROCHA, Cristiana. Costa. **A vida da lei a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Amazônia, Território em movimento: vidas precárias**. **Revista História Unisinos**, 21 (1): 38-50, jan./abr. 2017

SCOTT, James. C. **A Dominação e a Arte da Resistencia: discursos ocultos**. Letra Livre, 2013.

SCOTT, James. C. **Formas cotidianas de resistência camponesas**. *Raízes*, v 21, n 01, jan.- jun. 2002.

SILVA, Jane Marinho. **Compromisso nacional para aperfeiçoamento das condições de trabalho na cana-de-açúcar: ações implantadas para qualificar o trabalhador do setor canavieiro em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENESES, Marilda Aparecida de. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Disponível em <http://www.nead.org.br>. Acesso em: 12 maio 2018.

THOMPSON, Eduard. Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento crítico de Althusser**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981.

Trabalho, cultura e migrações (Norte, Nordeste e Centro- Oeste)

A reinvenção do trabalho infantil no século XIX na região do Cariri

Maria Ivanda da Silva¹

INTRODUÇÃO

Você já passou por mim, e nem olhou pra mim.
 Você já passou por mim, e nem olhou pra mim.
 Acha que eu não chamo atenção (acha).
 Engana o seu coração, acha que eu não chamo atenção.
 (Baiana System, música intitulada Invisível, 2017)

Nossa história é marcada pela exploração de mão de obra infantil. Por séculos, crianças são inseridas de diversas maneiras nas relações de trabalho. A historiografia aponta que, quando escravas, elas iniciam sua rotina de trabalho paulatinamente a partir dos 4 anos de idade no seio da família senhorial com pequenos afazeres. No caso das crianças pobres e órfãs, elas “eram recrutadas para o trabalho nas fazendas e nas casas dos ‘senhores’, onde eram exploradas e até abusadas” (GRUNSPUN, 2000, p. 160).

Nada tão diferente dos dias de hoje, em que as discussões circundam sob a problematização do trabalho infantil no Brasil. Um país que

¹ Pós-Graduada (Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Ceará — UFC; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq, quase 6,4% das crianças brasileiras entre 5 e 17 anos de idade trabalhavam em 2016. O cenário piora com os dados do IBGE daquele ano, que apontam que, entre as crianças e jovens de 5 a 17 anos que trabalham, cerca de 21% estavam fora da escola (Carta Capital, julho de 2019).

Ainda segundo o IBGE, cerca de 1,8 milhão de crianças e jovens se encontravam submetidas a distintas situações de trabalho, em jornadas que variam entre oito a 28,4 horas semanais, dependendo da idade. Dentre esses dados, 1 milhão de crianças e adolescentes se enquadram em situações ilegais de trabalho.

Vivemos um momento em que as sombras dos discursos retrógrados tomam corpo e assombram nossa infância. Crianças estão expostas a distintas formas de trabalho compulsório, seja na extração de carnaúba, castanha de caju, ou nas ruas, tornando-se um grande problema social contemporâneo. E, para agravar a situação, o trabalho infantil começa a ser defendido pelo próprio presidente. Em uma conjuntura em que a pobreza do país cresceu absurdamente no último ano, atingindo 21% da população,¹ e as demandas imposta pelo mundo do trabalho se intensificaram, estão as crianças, que historicamente sempre foram exploradas, tendo sua infância negada e sendo colocados em questão os valores que as defendem ou protegem.

Infância conjugada ao discurso enobrecedor do trabalho, mesmo falatório utilizado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Provincial em 1874:

1 Dados retirados do Relatório do Banco Mundial intitulado: Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a realidade, 2019. In.: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/04/04/social-safety-nets-key-to-protecting-poor-and-fighting-poverty-during-economic-slowdowns>.

Recolher um órfão desamparado, educar-lhe o espírito e coração, dar-lhe uma profissão honesta e útil, são os mesmo tempo actos de beneficência, dignos de um paiz civilizado, e precisamos de garantias contra os perigos que a miséria e ignorância expõe entre essas tenras vergôntees da nova geração (Falla com que o excellentissimo senhor barão de Ibiapaba abriu a 1.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1 de julho de 1874. Fortaleza, Typographia Constitucional, 1874).

Acolher e cuidar era obrigação do Estado, assim como a educação. Entretanto, “nem sempre os sentimentos de piedade e caridade foram os únicos a nortear as práticas assistenciais dirigidas a essas crianças” (SOUZA, 1999, p. 27-28). O medo e a exploração acompanhavam o amparo à infância desvalida.

Nos discursos contemporâneos, o trabalho infantil volta a ser pauta constantemente nas redes midiáticas. Verbos como “enobrecer” se atrelam às frases, encorajando o trabalho desde cedo, em um momento que a Assembleia Geral da ONU visa erradicar o trabalho infantil até o ano de 2021 em todo mundo, e várias campanhas são efetivadas em prol de uma infância livre, em que a educação seja de acesso de todos, e o brincar faça parte da infância.

Toda essa contextualização se faz necessária dada a nossa conjuntura e as verossimilhanças de como se constituíam as relações para com a infância no século XIX e hoje, e como o trabalho infantil está sendo debatido diante desses retrocessos. Estudar a infância em um momento político em que defender a maioria penal é sinônimo de proteger o país, em que a pobreza, como já foi mencionado, alcança diversas crianças pelo país tornando-as invisíveis dentro desse sistema opressor, é refletir enquanto professora/educadora sobre nossa função social, é questionar enquanto historiadora as rupturas e permanências desse projeto de sociedade e enxergar os discursos ocultos que desenharam o cuidar e proteger dessas crianças, seja na mídia de hoje ou na documentação do século XIX.

Com o advento do crescimento econômico da região do Cariri no decorrer do século XIX, novas formas de controle social e dominação foram instituídas para a manutenção da criadagem e do servir. Nesse contexto, a estruturação do capitalismo e do mercado de trabalho redefiniram as lutas de classes. Doravante, outras formas de exploração começaram a ser intensificadas em largas escalas para atender as demandas da classe senhorial.

As crianças órfãs pobres, outrora esquecidas, agora se encaixavam no discurso paternalista e assistencialista da classe dominante sob o viés de cuidar e aprender um ofício, para que suas tendências ociosas e marginais fossem controladas imediatamente. São essas crianças que constroem a narrativa desse enredo. Elas tiveram suas vidas tomadas, seus familiares afastados, e foram expostas à mercê de um discurso de que a oportunidade de aprendizado estava sob aquelas circunstâncias, sentindo a infância se esvaír entre as horas trabalhadas do seu dia.

Partindo dessa percepção, é necessário compreender que “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (ARIÈS, 1986, p. 50). Ou seja, ela era vista como uma fase transitória repleta de inocência e vulnerabilidade, mas que não necessitava de atenção, principalmente quando essa infância era paupérrima e órfã.

Segundo Del Priore (1998), nos primeiros anos de colonização no Brasil, não existia a ideia da particularidade infantil, e tal concepção reverberou durante os discursos no século XIX. Sendo a infância um período neutro e frágil e o termo criança é “uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava de “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança” (LEITE, 1997, p. 18). Antes de conhecermos algumas crianças desses processos, precisamos configurar os mesmos enquanto sujeitos históricos mas

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Isso significa, compreender que a constituição das crianças em sujeitos perpassa o movimento e a complexidade da realidade social, sendo assim, necessário concebermos a concepção da categoria de experiência e de classe, ambas determinadas pelas relações de produção e sociais. Por fim vale salientar que

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagonicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Compreender tais categorias se faz necessário para que essas crianças possam ser situadas dentro da lógica capitalista imposta pela classe senhorial, para que então percebamos que suas vidas não estavam atreladas somente ao mundo do trabalho, como corriqueiramente os trabalhos sobre essa temática discorrem. Ressaltar que essas crianças foram exploradas dentro de uma macro estrutura de classes se torna indispensável para construção da narrativa desses sujeitos.

A SOLDADA DOS IRMÃOS JOAQUIM E FRANCISCO

Em julho do ano de 1851, Joaquim e Francisco deixavam suas casas e sua mãe. Ambos órfãos de pai e mãe, sob mandato do Juiz de Órfãos foram intimados para o processo de arrematação de soldada. Depois da decisão do Juiz, saíram de sua casa para aprender um ofício em sua nova moradia, a casa de seu tuto. Assim, poderiam ter a oportunidade quando se tornassem adultos de administrar suas vidas. Por hora, digo por 3 anos, estariam sob a tutela de “protetor”, um homem livre e pobre que se tornara responsável por dar-lhes educação, saúde, alimentação e moradia.

Após ter sido “apregado em Praça Publica a soldadas pelos serviços dos órfãos Francisco e Joaquim” (Arrematação, Caixa I, Pasta I, 1851, f. 09, CEDOCC), os irmãos se dedicariam ao serviço da lavoura como o tutor havia pronunciado no processo e seriam submetidos a condições de trabalho compulsório através do contrato de soldada, este que por sua vez, designava a locação de serviços.

O termo soldada, segundo o vocabulário jurídico, vem da palavra soldo. Tem o significado de “paga” ou salário devido a locação de serviços. De acordo com as leis, os assoldados eram “criados de servir, pessoas de um ou outro sexo, que se alugarem para serviços domésticos, dentro ou fora das Cidades, Villas ou povoações (AZEVEDO, 1995, p. 48).

O soldo é um pagamento resgatado após a maioridade, que visava o honorário pelo tempo de trabalho que a criança desenvolveu sob a tutela do arrematante, podendo ser resgatado para estabilizar a vida do jovem, controlando assim a tendência marginal e vadia do pobre. Todavia, o montante, que seria a soma do valor que o órfão foi avaliado e arrematado durante esse tempo de trabalho não tinha nenhuma imprescindibilidade em ser pago, bem como os outros requisitos determinados durante o processo de arrematação.

Perante a lei, este contrato designava a promoção de locação de órfãos pobres e livres para terceiros com a finalidade de habilitar tais crianças para que aprendessem um ofício. Mediante sua força de trabalho, o órfão deveria receber de seu tutor alimentação, moradia, saúde, educação e o pagamento (soldo), que seria resgatado após os 21 anos de idade. Contanto, o contrato de soldada aponta para mais uma das metodologias utilizadas para a assistência de “desvalidos”, visto que a orfandade e o abandono vinham a se constituir um problema a ser resolvido pelo poder judiciário.

Assim como um mecanismo utilizado pela classe senhorial para a manutenção da criadagem, dado que no período em questão foram promulgadas algumas leis que projetavam abolir com a escravidão no Brasil, como por exemplo, a lei número 581, que determinava a extinção do tráfico negreiro em 1850; a Lei número 2040, conhecida como “Lei Rio Branco” ou, “Lei do Ventre Livre” que estabelecia que “a partir da data de promulgação, todas as crianças, filhas de mães escravas, nasceriam livres” (ALANIZ, 1997, p. 18).

Também “regulava as condições para que os adultos pudessem negociar sua liberdade, sob formas de contratos de prestações de serviços ou indenizando-o através de pecúlio” (ALANIZ, 1997, p. 18.), a “Lei do Sexagenário” que proclamava alforria aos negros maiores de 65 anos, e finalmente a “Lei Áurea” que dilacerou com a escravidão. Assimilar esse ambiente abolicionista possibilita o entendimento em relação ao contrato de soldada enquanto artifício de dominação e manutenção do sistema de criadagem.

A mentalidade abolicionista aflorava na região do Cariri, juntamente com um discurso paternalista de assistência aos desvalidos e paupérrimos, que pautava a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho. Interveniente a toda essa situação encontravam-se as crianças livres e pobres, entretanto, em situação de orfandade, como Joaquim e Francisco que no:

Anno de nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cinquenta e hum nesta villa do Crato cabeça da Comarca Província do Ceará em casa de morada do Juis de Órfãos Doutor Manuel Francisco Ramos Junior onde eu escrivão do seu cargo ao diante e nomeado sendo ali presente Manoel Correia e por ele foi arrematado os serviços mençais dos órfãos Joaquim por oito conto de reis, e Francisco por cetecentos digo por sete contos reis obrigando de alimentalos cura los e vistilos [...] (Arrematação, Caixa I, Pasta I, 1851, f. 10. CEDOCC).

Quando a criança era órfã de pai, ou então o mesmo era considerado ausente, esta era encaminhada ao Juiz de Órfãos que o(s) nomearia um tutor. Este processo sucedia mesmo com a presença da mãe, visto que ela era impossibilitada juridicamente de assumir a responsabilidade sobre o menor. Sendo assim, conforme o Juiz era informado sobre a orfandade de alguma criança livre, ordenava a apresentação do mesmo em sua casa para audiência pública, vejamos:

Aqual que oficial de justiça que perante mim serve notifique ao sitio Bonfim e ali notifique a Cipriana de tal para no praso de quatro horas apresentar perante este Juizo o órfão João, filho dos falecidos Manoel Viana e Maria de tal para ser dada a soldada a seo serviço aquem mais der (Arrematação, Caixa I, Pasta VII, 1853, f. 3. CEDOCC).

A arrematação acima relata um órfão de pai e mãe, que horas após o Juiz ter sido informado, mandou dois avaliadores ao local para averiguar a criança, estipular um preço para conduzi-la ao processo de arrematação de soldada. As variantes em relação a quantia dependiam de alguns fatores, como a idade, ou a “qualidade”, expressão que está atrelada ao porte físico dos meninos mais análogo ao corpo adulto, e também a cor dessas crianças, que quando sua pele possuía tons mais escuros estava interligada ao potencial do organismo dela, já que os negros eram mais “resistentes” para os trabalhos árduos.

Outro fato interessante, quando são arrematados em conjunto, como acontecia muitos com órfãos irmãos, o valor caía conforme a junção de todos os fatores. No caso específico acima citado, o menino foi arrematado por um valor correspondente a 14 mil réis anualmente, além da obtenção de vestimentas como ceroulas, camisas, lençol e uma rede que deveriam ser concedidas pelo tutor. De acordo com essa lei o processo de arrematação de soldada deveria funcionar de tal forma:

Quando o juiz tomava conhecimento da existência de um órfão com idade superior a sete anos, ele deveria promover, o final de suas audiências, um leilão. Quem tivesse interesse em contar com essas crianças e jovens trabalhando em suas oficinas ou residência deveria apresentar ao juiz uma proposta de soldada. Aquele que oferecesse mais pelo trabalho do menor firmaria o contrato por meio de escrituras públicas (AZEVEDO, 2007, p. 05).

Na região do Cariri Cearense, os contratos de soldada se configuravam de formas particulares. Não ocorrendo, em muitos casos, necessariamente o leilão nos finais das audiências públicas. O órfão era arrematado numa espécie de audiência previamente organizada para atender as exigências do tutor. Muitos casos, o arrematante que comunicava ao poder judiciário a existência de crianças em situação de orfandade com objetivo de arrematar seus trabalhos, distanciando a burocracia dos pregões em praça pública. Nesses casos não desenrolavam um leilão de forma direta e regulamentada pela lei, visto que a tutela já estava predeterminada a aquele que detectou o menor.

A falta de menção nos documentos acerca do ofício que seria ensinado as crianças, bem como a educação, são duas lacunas no meio do entrecruzamento das documentações, o que aponta que essa educação predeterminada por lei não era concedida para essas crianças, assim como a saúde e moradia. Quando analisamos moradia, percebemos que esses meninos apenas residiriam no mesmo espaço que os tutores devido a possíveis fugas e bagunças que acontecer. A única coisa que de fato essas crianças eram alusões a suas vestimentas e a sua alimentação.

A falta de crianças do sexo feminino provoca inquietações acerca dos espaços que essas meninas órfãs ocupavam. Um desses espaços voltados para a orfandade feminina foi a Casa de Caridade fundada pelo padre Ibiapina, que acolheu algumas dessas órfãs. Enquanto muitas outras foram tuteladas sob o mesmo discurso de acolher e cuidar, contudo, debaixo desse discurso eram exploradas e submetidas ao trabalho compulsório assim como os meninos arrematados. Elas já eram encaminhadas à tutela de famílias de posses mais próximas, muitas vezes, sem passar pelo Poder Judiciário. Enquanto os meninos, que tinham seus trabalhos braçais talhados na lavoura e a busca pela mão de obra era maior, existia a necessidade de organizar todo o processo de arrematação de soldada.

Vale salientar que, segundo Thompson, a criança foi parte fundamental da economia familiar e agrícola, que funções que lhes eram destinadas anteriormente a Revolução Industrial eram relativas as atividades domésticas, e que trabalhos na indústria destinavam para as crianças órfãs e pobres. Contudo, “a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas (THOMPSON, 2002, p. 203)”. Entretanto, as atividades domésticas eram variadas, não comprometendo a musculatura das crianças com trabalhos repetitivos, sendo sua interação no mundo do trabalho de forma gradual, respeitando a capacidade da criança. “Acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob cuidado dos pais (THOMPSON, 2002, p. 25).

Ou seja, quando destacando o trabalho infantil temos que lembrar que o mesmo fazia parte da economia familiar, portanto

É importante destacar que no século XIX, crianças livres pobres não trabalharam apenas quando foram tuteladas ou “dadas à soldada”, a experiência do trabalho fez parte do cotidiano da maioria dessas crianças ainda que elas permanecessem com seus familiares ou fossem encaminhadas para instituições assistenciais ou correccionais (GEREMIAS, 2015, p. 5).

Em contraponto, as soldadas foram institucionalizadas para obtenção de mão de obra, na medida em que no decorrer do século XIX, foram constituídas diversas leis para a regulamentação do contrato de soldada, ampliando para que assim mais crianças foram assoldadas e retiradas da sua condição precária, como por exemplo, menores de cor que fora criado longe de estabelecimentos quando alcançassem a idade determinada dar-se-ia a soldada. Também os menores tidos como indigentes e os filhos de estrangeiros poderiam também ser dada a soldada.

Ser órfão não era mais uma premissa, bastaria ser de cor, que a criança poderia ser assoldada, assim como ser abandonado, ou seja, o universo da arrematação de soldada estava empenhado em obter crianças para serem tuteladas e submetidas ao trabalho compulsório. Levando em consideração que, “Nos censos e levantamentos populacionais realizados a partir do século XIX, já estava marcada a existência de uma população miscigenada que se formava no Ceará, e, em particular, no Cariri” (IRFFI, 2015, p. 57). Quer dizer, a partir das mudanças da lei do contrato de soldada, uma parcela considerável de crianças se encontrava passível do processo de arrematação de soldada, visto que a condição de orfandade não era mais um princípio.

Devido à vagarosa dissolução das relações de trabalho escravistas, no decurso da segunda metade do século XIX, o suprimento e a sistematização da mão de obra livre tornaram-se preocupações, pois havia a necessidade de garantir a conservação das riquezas e do poder político nas mãos da elite. Portanto, assim a análise dos documentos de arrematação de soldada demonstra que durante a segunda metade do século XIX, por intermédio desses processos houve uma manipulação judicial que facilitava o trabalho compulsório infantil, justificado por meio da orfandade destas crianças, que provocavam a comoção da população e das autoridades. Uma vez que:

Os órfãos eram, ao mesmo tempo, seres desamparados, desprotegidos e miseráveis que necessitam, portanto, da piedade e caridade pública, mas são também inúteis, sem importância ou valor, uma espécie de “peso morto” para a sociedade daquela época (SOUZA, 1999, p. 43).

Sendo que tantos os órfãos quanto o restante do “povo era visto como naturalmente vocacionado para a ociosidade e o trabalho aparecia como uma forma de prevenir os danos morais provocados por essa índole vagabunda” (ALEMÃO, 2007, p. 14). Então restava-lhes aplicar determinadas funções, no caso para o menor dava-lhe a soldada, onde o mesmo desempenharia o que lhe fora ensinado, no caso o trabalho braçal, que na região do Cariri estava interligado à terra, seja no plantio ou cultivo, o homem caririense estava conjugado a ela.

Em relação aos órfãos desta região, Freire Alemão, naturalista, chefe da expedição feita no Ceará destacou em seu diário de viagens que “uma das coisas que mais aqui nos atormenta é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos em cadeia, que nos vem pedir esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço” (ALEMÃO, 2007, p. 14).

Em suas palavras, o naturalista expõe sua inquietação a esses pobres que rodeavam a cidade do Crato, destaca-se aqui os órfãos, esses que eram visto ambigualmente pela sociedade sendo “que a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres adquiriu o significado de grave problema a ser solucionado pelas intervenções dos poderes públicos” (SOUZA, 1999, p. 27).

Portanto, amparar crianças órfãs tornara-se uma boa ação e uma forma de prevenir os males da natureza vadia das mesmas. Tais crianças deveriam ser educadas evitando que se tornassem adultos problemáticos e vadios, e nada mais civilizador do que o trabalho. Este se tornou mecanismo de controle social, visto que segundo a classe se-

nhorial, “a pobreza seria gerada a propensão à vadiagem e à ociosidade por parte dos trabalhadores” (REIS JR., 2015, p. 18). E com isso, a implementação de tutelas e contratos de soldada manifestam-se como alternativas legais para reinvenção do trabalho compulsório infantil, além de ser uma forma de conservar a manutenção da criadagem.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895**. Campinas: UNICAMP, 1997.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Crato — Rio de Janeiro, 1859-1860**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007.

ARIËS, Phelippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. São Paulo: **Rev. Hist. Do Arq. Do Estado de São Paulo**. Ed. 27, 2007.

AZEVEDO, Gislane Campos. **A tutela e o contrato da soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil**. São Paulo: IFCH. UNICAMP, 1996.

AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1995.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

GEREMIAS, Patrícia R. Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma História Social do trabalho doméstico infantil. **Escravidão e Liberdade**. Curitiba/PR, 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O Cabra no Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. Fortaleza: UFC, 2015.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias dos livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

REIS JR., Darlan de Oliveira. **O complexo econômico do Cariri em meados do século XIX: terra, trabalho e a desigualdade social**. Crato/CE, 2015.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 1999.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária Inglesa II (A maldição de Adão)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A saúde dos operários no projeto da Legião Cearense do Trabalho: Fortaleza: 1931-1934

Carlos Henrique Brasil Costa¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos o tema da saúde dos trabalhadores a partir do projeto e das ações da Legião Cearense do Trabalho (LCT) em Fortaleza entre 1931 e 1934. Partimos de três momentos para empreender a discussão: elencaremos alguns elementos da constituição dessa organização referente a sua formação, principais colaboradores e princípios; em seguida discutiremos o projeto de construção de um Hospital legionário em Fortaleza, com interesses em centralizar os serviços médicos para os trabalhadores sob a chefia da *Legião* e, por último, comentaremos a prática dessa organização em visitar fábricas e se colocar como órgão fiscalizador das condições de trabalho e dos processos de reparação nos casos de morte, mutilação e adoecimento operário. Nos questionamos como essa expressiva organização da *direita* política no Ceará dialogou e formou um entendimento próprio sobre o problema da mutilação, adoecimento e morte operária em Fortaleza nos anos 1930?

O presente artigo faz parte de um fragmento da nossa pesquisa na qual investigamos a construção sócio histórica dos chamados “aciden-

¹ Professor na rede estadual de ensino do Ceará e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal do Ceará, sob a orientação das professoras doutoras Kenia Sousa Rios e Ana Karine Martins Garcia. Contato: costacarlos.ufc2@gmail.com.

tes” e adoecimento laborais em Fortaleza entre 1919 e 1945. Nesse sentido, buscamos apresentar a LCT como um dos sujeitos coletivos dessa cidade que, assim como médicos, profissionais do Direito e o movimento operário estavam debatendo e construindo suas próprias noções sobre o problema da morbidade dos operários.

A LEGIÃO, O SINDICATO E O HOSPITAL

O projeto da Legião Cearense do Trabalho (LCT) incorporou de frente a antiga bandeira da saúde dos trabalhadores. Não era o centro do seu programa, todavia, foi acionada constantemente como importante ponto de diálogo com a cultura operária. Essa bandeira de luta não era recente no universo dos operários como podemos observar nos 4 primeiros Congressos Operários no Brasil (ALMEIDA, 2004, p. 31), mas na fala e ação dos legionários foi atribuído a ela valores corporativistas associando a inclusão das classes trabalhadoras aos serviços de saúde desde uma “cidadania trabalhista” via incorporação através do sindicato (FONSECA, 2007, p. 261).

Nesse sentido, discutiremos neste artigo como a LCT trouxe as pautas dos chamados “acidentes e adoecimento” laborais para dentro das suas discussões e ações em Fortaleza entre 1931 e 1934. Nos questionamos como essa expressiva organização da *direita* política no Ceará dialogou e propôs soluções para o problema da mutilação e adoecimento operário em Fortaleza nos anos 1930?

A LCT teve origem em 1931 em Fortaleza, Ceará, através da agitação do tenente Severino Sombra. Esse último tinha uma formação militar no Rio de Janeiro na Escola Militar de Realengo e empunhava uma farda militar desde então, até mesmo sob os púlpitos e palanques da ritualística política (SILVA, 2006, p. 96).

Essa organização se estabelecia nas bases do pensamento católico conservador, do antiliberalismo e da repulsa às ideias e militantes comunistas, socialistas e anarquistas. Em seu projeto de cooperação das classes trabalhadoras ela congregou diversas associações de ofícios distintos: sapateiros, ferroviários, carregadores, tecelões, gráficos, padeiros, operários da Light, domésticas, *chauffeurs*, pescadores, trabalhadores do porto etc. (PARENTE, 2016, p. 2).

Com essa convicção, Sombra se aproximou de outro militar do Ceará, Jeovah Motta¹, bem como ganhou as “graças” do Padre Elder Pessoa Câmara.² A estratégia de Sombra, compactuada por Motta e Câmara baseava-se em reunir sob uma estrutura hierarquizada e sob um programa único a diversidade de organizações de trabalhadores no Ceará e num segundo momento expandir para outros estados do Brasil.

Em termos de quantidades de associados e capilaridade a LCT teve grandes dimensões nesse estado. Em 1934 compartilhavam orgulhosos em reunião do secretariado, divulgada nas páginas do seu jornal³, a presença dos legionários em 94 sindicatos e associações, sendo 52 em Fortaleza e 42 no interior do estado.⁴ Chama a atenção o largo alcance dessa organização na qual tinha aproximadamente ape-

1 Jeovah Motta foi uma das principais lideranças da LCT. Entre 1931 e 1932 atuou fortemente nos Tribunais de Conciliação e Arbitragem. Em 1932, foi nomeado chefe da organização (PARENTE, 2018, p. 58).

2 Elder Pessoa Câmara foi outro importante sujeito na construção e consolidação da LCT no Ceará. Ele foi um sacerdote católico, maçom, jornalista e crítico teatral. Foi um dos responsáveis pela fundação da Juventude Operária Católica. Uma das suas contribuições ao programa da LCT foi a construção do projeto pedagógico baseado em uma “educação operária” fundada nos princípios da Legião. (SILVA, 2006, p. 74.)

3 O periódico O Legionário é uma importante fonte de pesquisa. Ele contou com 52 edições de 1933 até 1934 e em geral era distribuído semanalmente aos sábados e custava um conto de réis. Infelizmente não encontramos os nomes do corpo editor.

4 Observamos focos em Maranguape, Crato, Campos Belos, Quixadá, Juazeiro, Tianguá. Todavia, não sabemos estimar o nível de atuação da LCT nesses lugares. Jornal O Legionário, 20 de janeiro de 1934, edição 47, p. 2.

nas 3 anos de vida e que se manteria de pé até 1937 quando Vargas, em plena ditadura do “Estado Novo”⁵ mandou fechar suas portas.

Segundo a historiadora Nágila Maia de Moraes Galvão:

A LCT desenvolveu um trabalho intenso com o objetivo de cooptar diversas lideranças de trabalhadores, e contou com a adesão de associações, passando a representar em menos de um mês, os interesses de setenta e uma delas e de cerca de vinte mil trabalhadores assalariados e autônomos (GALVÃO, 2017, p. 242).

A organização movimentada inicialmente por Sombra teve a contribuição de muitos sujeitos. Ela era estruturada sob uma forte hierarquia: em seu “topo” estava a chefia, na qual após a prisão de Sombra em 1932, passou para as mãos de Jeovah Motta, que naquele momento era um dos principais articuladores e chefe do Tribunal legionário, uma espécie de instituição civil mediadora de conflitos entre patrões e operários.⁶ No momento que Motta estava na chefia, em 1933, o secretariado, órgão executivo e deliberativo era formado por 11 secretários.⁷

Para ganharem legitimidade e aproximarem os trabalhadores das discussões e atividades da organização, havia num “terceiro nível”, uma lista de conselheiros formados nessa época por aproximadamente 87 representantes de diversos sindicatos por indústria e pro-

5 De acordo com Maria Helena Capelato, o *Estado Novo* foi um regime político introduzido por Getúlio Vargas no Brasil a partir de 1937 através de um golpe civil militar. Ele se caracterizou pelo centralismo e autoritarismo político, nacionalismo e pelo desrespeito aos direitos civis (CAPELATO, 2003, p. 107-144).

6 Esses tribunais tinham como objetivo, antes da notória experiência da Justiça do Trabalho instalada apenas em 1941, mediar, através de um tribunal paritário e não governamental, os profundos conflitos que ocorriam entre empregadores e empregados (MELLO, 2016, p. 64).

7 Eduardo Carvalho, José Cursino de Senna, Pedro Maciel Parente, Argemiro Carvalho, Walfredo Silva, José Nogueira Fontenelle, Francisco Alves de Souza Lima, Lauro Maciel Severiano, Heráclito Silva Thé, José Nascimento e Damião Frota Salles. *Jornal O Legionário*, 4 de março de 1933, edição 1, p. 4.

fissão, associações mútuas e agremiações de bairro, nas quais contamos o expressivo número de 49 entidades.⁸

Às sextas feiras, chefia, representantes do secretariado e do conselho se reuniam para trocar informes e planejar as passagens nas entidades de trabalhadores. Nesses momentos podemos imaginar que era a hora propícia para os operários presentes exporem seus principais problemas e buscarem apoio para a defesa das suas pautas específicas.

A escala semanal inscrita no jornal O Legionário indicava as visitas dos secretários geralmente aos sábados e domingos, revelando um pouco da sociabilidade operária que, aos finais de semana utilizavam os tempos do não trabalho (ou entre turnos de trabalho) para se reunirem com os seus pares.⁹

Nas visitas os secretários possivelmente contavam com a ajuda dos chamados conselheiros, nos quais estavam diretamente ligados ao “chão das fábricas” e conheciam bem as rotinas, trocas de turnos, bem como os “humores” dos patrões referentes a entrada de pessoas estranhas em seus estabelecimentos. Quando encontravam espaço para falar nos locais visitados, os secretários buscavam divulgar o *ideal legionário* para os ouvidos cansados de trabalhos estafantes, ou para corpos em movimento de operários em atividades de trabalho ou descanso.

A dita “ameaça do comunismo” poderia ser um bom caminho para começar e capturar a atenção dos ouvintes. Nessa discussão convergiam *Legião* e catolicismo. A crítica a experiência da União Soviética viria em tom de ameaça. Se os “agentes de Moscou” (*sic*)

8 Jornal O Legionário, 4 de março de 1933, edição 1, p. 4.

9 Entre o dia 11 e 15 de março de 1933 estava previsto para visitarem 29 associações e sindicatos. Os sindicatos a serem visitados eram dos gráficos, dos Trabalhadores das Obras do Porto, da Ceará e Gaz, dos Operários Municipais, dos Alfaiates, dos Pedreiros, dos Operários da Estrada de Ferro de Baturité, do Cortume, da Fábrica Progresso, dos Engraxates, dos Sapateiros, dos Verdureiros, dos Barbeiros, da Fábrica São José, dos Pintores e o Sindicato da Fábrica Baturité. Por sua vez as associações beneficentes a serem visitadas seriam a União dos empregados em Cafés e Hotéis, Sociedade Beneficente 1º de Maio, União e Prosperidade dos Rendeiros, Liga Social dos Rendeiros, Sociedade 24 de Junho, Circulo São José, Sociedade Paz e União e a Associação Beneficente dos Tecelões. Jornal O Legionário, 4 de março de 1933, edição 1, p. 4.

tivessem sucesso no Brasil seriam destruídas “família e a pátria”, segundo a concepção difundida nos periódicos legionários.¹⁰

Estavam fazendo eco a Carta Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (LEÃO XIII, 1991) escrita em maio de 1891 com fins de atualizar a Igreja Católica da crescente força política dos trabalhadores e suas lutas. Segundo a Encíclica e a concordância dos legionários, a família e a nação eram importantes fragmentos organizadores da sociedade, assim como a propriedade privada.

O capitalismo em seu formato liberal também foi alvo de críticas da LCT. Tomando como exemplo a experiência econômica do Estados Unidos da América, “o açambarcamento, o *trust*, a tyrannia do crédito [...] e as grandes concentrações econômicas[...] estavam no centro da crítica.¹¹

Apresentados os problemas, os legionários apareciam como a solução, o único caminho, ou a chamada “terceira via”. Para essa solução, apostaram na organização sindical como a única forma dos trabalhadores participarem da vida política nacional. Sobre o sindicato eles afirmavam o seguinte em seu programa:

O Sindicato inicialmente lhes fornecerá o medico, o advogado, a escola para os filhos, livrando-os assim de fortes laços de submissão do patrão, ao rendeiro, ao coronel, ao chefe político. O Sindicato se transformará no advogado de suas aspirações de classe, organizando o programa de suas necessidades, pois estas somente no Sindicato poderão ser vistas, sentidas e compreendidas (LEGIÃO Cearense do Trabalho, 1933, p. 2).

Notamos a centralidade da organização sindical para o projeto legionário: era um projeto com um apelo “inclusivo”, pretensamen-

10 Em 11 de março de 1933, na edição 2. p. 2 do jornal O Legionário pode ser encontrada uma “carta aberta aos comunistas” enquanto uma síntese pública sobre a atuação dessa vertente política no Brasil.

11 Jornal O Legionário, 11 de março de 1933, edição 2, p. 2.

te baseado na ideia que os operários encontrariam sua “cidadania” nas fileiras desse formato de organização trabalhista. O acesso aos serviços médicos aparece como um dos primeiros na ordem da exposição. Não era por acaso, pois a morte, mutilação e o adoecimento pelas vias do processo produtivo eram realidades muito conhecidas do operariado em Fortaleza. Todavia, para a LCT não era unânime tomar o sindicato como via de acesso aos serviços médicos.

Havia uma discussão que volta e meia retornava as pautas do periódico legionário relacionada com a construção de um hospital. Era discutido, por exemplo, a necessidade de reunir em um só lugar as diferentes especialidades médicas que dessem conta das mazelas específicas dos trabalhadores.

Os meios legionários, ultimamente, tem se agitado em torno de uma questão de real importância e interesse palpitante para a Legião. Trata-se da centralização dos serviços médicos. O serviço medico dado pelo sindicato é, além do mais, todo accidental, realizado apenas quando o sócio já está em via de morrer, e por isso mesmo irrisório. Esta centralização em 1933 poderá perfeitamente constituir o primeiro passo para a construção do Hospital Legionário em 34 (UM GRANDE PROBLEMA PARA A LEGIÃO, 1933, p. 1).

Esse projeto nunca saiu do papel, até onde sabemos.¹² Porquanto, a crítica aos serviços médicos ligados ao sindicato apontava para a descentralização e ineficiência. Como resposta a LCT propunha um hospital onde reunisse as especialidades médicas sob a direção geral da *Legião*. Em outras palavras, uma organização civil se colocava como provedora dos serviços de saúde. Ponto de inflexão que ia em direção oposta ao projeto construído pelo Governo Vargas entre 1930 e 1937, no qual a saúde dos tra-

12 Observamos o registro de apenas dois médicos fornecerem serviços para a Legião: Dr. Vossie Brígido e o oculista Dr. Orlando Falcão. Esse último segundo o jornal da organização havia atendido gratuitamente 140 associados em 1934. Jornal O Legionário, 20 de janeiro de 1934, ed. 47, p. 2.

balhadores entrou na pauta governamental enquanto um “bem público” que atendia as necessidades de burocratização da questão trabalhista e do controle sindical (FONSECA, 2007, p. 261). Apesar dos dois projetos elencarem a associação a um sindicato como via de acesso aos serviços médicos, os dois divergiam no que se refere a responsabilidade da oferta desses serviços.

Todavia, se não fosse possível construir a longas custas um hospital especializado para os operários de Fortaleza, era tangível para os legionários assumirem, em parte, a fiscalização da saúde dos trabalhadores. Estamos falando de uma das atividades dessa organização: *os inquéritos nos estabelecimentos industriais*. Nessa atividade os secretários dividiam-se para visitarem fábricas na capital e observarem as condições sanitárias dessas, a obediência dos patrões às leis de “acidentes” de trabalho, as condições salariais e o respeito (ou desrespeito) às leis das 8 horas.

Através dessas visitas também é possível observar a pauta da saúde dos trabalhadores no projeto *legionário*.

OS INQUÉRITOS NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Organizar a sociedade segundo o *ideal legionário* era estabelecer a “ordem” a partir do imperativo das leis e do Direito. No caso da saúde dos trabalhadores, os legionários faziam eco a conquista das leis de proteção do trabalho ao qual colocava o Estado em uma posição intervencionista. Era uma pauta que não dava para fugir, pois a intervenção legal no *mundo do trabalho* estava na centralidade das lutas operárias.

Todavia, a LCT operava no vazio do domínio da lei e da intervenção do Estado, na medida que atuava na deficiência dos serviços médicos aos pobres e no vácuo do aparato judiciário capaz de mediar as promessas de intervenção nas relações desiguais entre operários e pa-

trões. O Delegado Regional do Trabalho que se instalou em Fortaleza desde 1933 não dava conta sozinho de tantas demandas, por exemplo.

Nesse sentido, os secretários da LCT atribuíram a si mesmos a responsabilidade de preencher esse vazio, se colocando à disposição para entrar em algumas das fábricas em Fortaleza e fazer uma espécie de verificação da responsabilidade dos patrões frente à legislação trabalhista então em formação desde 1919.

Nessa perspectiva, foram visitadas treze indústrias de ramos diferentes entre 1933 e 1934, segundo nossa leitura do jornal O Legionário. Entre elas, seis eram indústrias do ramo têxtil, duas oficinas de manutenção de trilhos e vagões de trens, um canteiro de obras, uma fábrica de beneficiamento de couros, uma fábrica de produção de óleos vegetais, uma indústria de fundição de metais e uma indústria de produção de alimentos.

Tabela 1 - observações do jornal O Legionário segundo o *inquérito nos estabelecimentos industriais* quanto ao cumprimento da lei de “acidentes” e o auxílio aos operários doentes

INDÚSTRIA	QUANTO A LEI DE “ACIDENTES” DE 1919	SOBRE O AUXÍLIO AOS OPERÁRIOS DOENTES
Fábrica Progresso	São respeitadas	Não acontece
Curtume Cearense	São respeitadas	Se verifica apenas como socorro imediato
Santo Antônio	Não são respeitadas	Não acontece
Ceará Industrial	Não são respeitadas	Não acontece
Santa Elisa	São respeitadas	Acontece
Usina Ceará	São respeitadas	Se verifica apenas como socorro imediato
Santa Maria	São respeitadas	Se verifica apenas como socorro imediato
São José	Não são respeitadas	Não consta
Oficinas da Rede Viação Cearense (Oficina do Urubu)	Não são respeitadas	Não são respeitadas
Oficinas da Rede Viação Cearense (Oficinas de tracção)	Não são respeitadas	Não são respeitadas
Oficina de Fiscalização dos Portos, Rios e Canaas	São respeitadas	São respeitadas
Padaria Ideal	Não são respeitadas	Não são respeitadas
Fundição Cearense	São respeitadas	São respeitadas

Fonte: Jornal O Legionário entre os anos de 1933 e 1934. Tabela elaborada pelo autor.

Quanto aos chamados “acidentes”, como organizamos na *tabela 1*, notamos que sete das indústrias visitadas diziam observar a lei de 1919 (BRASIL, 1919). São elas: fábrica Progresso, Cortume Cearense, Santa Elisa, Usina Ceará, Santa Maria, Oficina de Fiscalização dos Portos, Rios e Canaes e Fundação Cearense. Em contraste, as fábricas Santo Antonio, Ceará Industrial, São José, Oficinas da RVC e a padaria Ideal eram apontadas como empresas que não respeitavam a lei de “acidentes”.

No dia 10 de junho de 1933, por exemplo, foi registrado no periódico legionário um grave “acidente” sofrido pelo empregado na Usina Ceará, Francisco Gomes. No início do expediente, às 7h15 da manhã, ao limpar a máquina na qual trabalhava, Francisco foi surpreendido por um movimento brusco da máquina que “agarrou” seu braço e puxou sua mão direita para dentro. Na ocasião, O Legionário afirmou que o funcionário perdeu a mão completamente.

O destaque da notícia aponta para o fato do próprio sócio da empresa ter prestado os primeiros socorros levando-o, de automóvel, à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. O fato foi comunicado para a polícia, conforme o jornal Legionário, entretanto, não comunicou quem o fez: se foi o próprio patrão, algum outro operário ou outra pessoa, como previa a lei (ACCIDENTE de trabalho, 1933, p. 6).

As relações cordiais eram apontadas como a causa para um bom tratamento dos patrões com os seus operários, inclusive constando os primeiros socorros e o transporte (de automóvel) do operário que sofreu o “acidente” como o auge da cordialidade entre patrões e operários. Nesse entendimento, as relações pessoais parecem mais significativas do que a obrigação frente às leis de proteção que estavam sendo inseridas.

Em um outro aspecto referente a observância dos *Inquéritos* quanto ao *auxílio aos operários enfermos*, o documento registrou que em cinco das fábricas visitadas não foi prestado nenhum auxílio aos operários com enfermidades (Progresso, Santo Antonio, Ceará Industrial, Oficina de Fiscalização dos Portos, Rios Canaes e Padaria Ideal). Três fo-

ram as empresas verificadas que prestaram “apenas socorro imediato” (Cortume Cearense, Usina Ceará, Santa Maria). Apenas na Santa Elisa foi registrado o auxílio aos enfermos. Em três delas não encontramos nenhuma citação sobre essa dimensão do inquerito (São José, Fundação Cearense, Oficinas da Rede de Viação Cearense).

O que percebemos estudando a atividade do jornal legionário, assim como, de certo modo, de outros periódicos é que aqueles operários que passaram por processos de adoecimento no trabalho, ora por sequelas do “acidente”, ora por moléstias associadas às atividades do trabalho, estavam abandonados à própria sorte.

Sobre essa colocação, ao questionar alguns trabalhadores da fábrica Progresso o periódico legionário registrou o que parecia ser a regra da maioria dos estabelecimentos visitados:

Os operários, quando adoecem, não tem nenhum salário e nem tão pouco o menor auxílio. Ficam completamente abandonados, sujeitos a morrer á mingua. O único auxílio que recebem é o do Sindicato. É de lamentar que isso aconteça, principalmente num estabelecimento como a Fábrica Progresso, em que os industriaes se mostram amigos dos operários (INQUERITO nos estabelecimentos industriais, 1933a, p. 4).

A perspectiva da saúde dos trabalhadores ser intermediada pelo sindicato é criticada pela ideia de ineficiência, como já elencamos num outro momento. Nesse caso, a ineficiência está no fato do sindicato, segundo *O Legionário*, não oferecer o suporte financeiro para o operário que precisa se afastar do seu ofício para se restabelecer, quando possível e, possivelmente não terá como sustentar a si e sua família.

A LCT estava atenta, todavia, as resoluções apontadas nem sempre eram satisfatórias para os trabalhadores. Para ela, uma das maneiras possíveis de resolver ou remediar essa ausência também podia ser através do paternalismo dos patrões, fato que limitava sua denún-

cia ao estreito “corredor” da conciliação. Por exemplo, em um dos frequentes elogios postos pelo jornal ao patronato eles afirmavam que o proprietário do Curtume Cearense “[...] não estabeleceu um salário ou auxílio aos operários que adoecem. Entretanto, não esquece de socorre-los nessa emergência[...]” (INQUERITO nos estabelecimentos industriais, 1933b, p. 3).

Quanto ao que chamavam de “prestar apenas socorros imediatos” podemos interpretar como apenas breves auxílios nos momentos de crise dos adoecimentos e o não pagamento das indenizações previstas na lei de “acidentes” de 1919, fatos nem sempre questionados pela ação legionária. Nesse aspecto foi registrado a partir da Usina Ceará Industrial que o auxílio era fornecido de maneira informal e convencional através de adiantamentos de salários, que possivelmente eram cobrados em outros momentos, bem como pelo fornecimento de auxílio médico e farmacêutico segundo os critérios do patronato. Não obstante, fora da regularidade e formalidade exigida pela lei.

Sobre esse aspecto O Legionário registrou uma colocação “SOBRE OS OPERÁRIOS DOENTES” [Destaque do jornal] na Usina Ceará, bem como explicou brevemente o que eram os adiantamentos:

Os sócios dirigentes [Jorge Gurgel Valente e José Theófilo Gurgel, Eduardo Gurgel e Amarílio Proença] mantem sempre com os trabalhadores relações cordeaes. No caso de doenças, que não sejam por accidentes, se interessam cuidadosamente pelo trabalhador, adiantando quantias para a alimentação, mandando fornecer remédios, chamando médicos, etc.

ADIANTAMENTOS

Para melhorar a situação de vida dos trabalhadores, é feito ás quartas feiras adiantamento de salários aos que necessitam (INQUERITOS nos estabelecimentos industriais, 1933c, p. 4).

Desse modo o adiantamento era a antecipação do salário que era pago nos finais de semana. Segundo essa nota, entendemos que adiantar o salário, talvez para além de uma semana de trabalho, era uma maneira do empregador remunerar o operário que se encontrava em condição de enfermidade. Todavia, o empregado era obrigado a voltar a pagar em outro momento o tempo do afastamento.

Em suma, as visitas às fábricas registradas através dos *Inquéritos nos estabelecimentos industriais* nos apontam, em parte, como a LCT considerava em seu projeto e ações a temática da saúde dos trabalhadores em Fortaleza no início dos anos 1930. Desse modo, a intervenção do Estado por meio da legislação social era um dos caminhos apontados. Todavia, esse caminho não era nada pacífico uma vez que o patronato se mostrava resistente a essas intervenções. A LCT, por seu turno, muitas vezes deixou passar essas posturas dos empregadores, inclusive às vezes elogiando-as. Nesse projeto, a saúde dos operários podia ser parte de grandes investigações e inquéritos, contudo, ficava à mercê da “conciliação de classes” e do potencial dos operários em mover para “ventos” mais radicais a estrutura legionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi muito importante para a LCT construir e mobilizar a pauta da saúde dos trabalhadores nas linhas e ações do seu projeto. Porém, edificar um hospital especializado não se concretizou pela falta de investimentos (ou vontade política) e os *Inquéritos*, apesar de fazerem sínteses e denúncias importantes, muitas ocasiões não conseguiram ultrapassar a cultura paternalista e a sedução conciliadora.

A saúde dos operários era uma pauta discutida e disputada por várias organizações, inclusive pelo então governo provisório de Getúlio Vargas ao qual montava, desde a estruturação do Ministério do Trabalho, In-

dústria e Comércio (MTIC), o acesso aos serviços de saúde previstos por legislação trabalhista, através das Caixas de Aposentadorias e Pensões e dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Uma “cidadania” associada ao trabalho e “garantida” pelo Estado (FONSECA, 2007, p. 261).

Todavia, não parecia ponto pacífico para a LCT identificar no sindicato um dos lugares dessa entrada dos trabalhadores aos serviços de saúde. Como demonstramos, as críticas a assistência médica sindical se baseava na ideia que essas eram descentralizadas e ineficientes. Para tanto, a *Legião* sugeria a construção de um hospital capaz de reunir as especialidades médicas em um só lugar, e sob a coordenação direta dela, tal como mandava o modelo militar centralizador que emanava do *tenentismo*.

Os *inquéritos* por sua vez nos dão a ver como foi problemático para o *ideal legionário* dialogar com os patrões sobre o tema da saúde dos trabalhadores. Os legionários atribuíam a si a responsabilidade de entrar nas fábricas (papel exercido pelo Delegado Regional do Trabalho) e para denunciar aquilo que afetava diretamente a salubridade do trabalho. Porém, nem sempre conseguiam ir além da crítica quando não enfrentavam as formas paternalistas do patronato de lidar com o problema do “acidente”, adoecimento e morte dos operários.

REFERÊNCIAS

ACCIDENTE no trabalho. **Legionário**. Fortaleza, 10 de junho de 1933, ed. 15, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicatos%20fornecer%3a1%22&pagfis=76>. Acesso em: 10 out. 2020.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **As parcelas (in) visíveis da saúde do trabalhador**: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRASIL. Decreto n. 3.724/19, 15 de janeiro de 1919. **Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho**. Rio de Janeiro, RJ, ja-

neiro de 1919. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001_publicacaooriginal-94096. Acesso em: 10 out. 2020.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano).

FONSECA, Cristina M. de Oliveira. **Saúde no Governo Vargas** (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 298p.

GALVÃO, Nágila Maia de Moraes. **Entre o mutualismo e o sindicalismo**: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933) / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2017. 289 f.

INQUERITO nos estabelecimentos industriais. **Legionário**. Fortaleza, 11 de março de 1933a, ed. 2, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicato%20fornecer%c3%a1%22&pagfis=8>. Acesso em: 10 out. 2020.

INQUERITO nos estabelecimentos industriais. **Legionário**. Fortaleza, 5 de agosto de 1933b, ed. 23, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicato%20fornecer%c3%a1%22&pagfis=13>. Acesso em: 10 out. 2020.

INQUERITO nos estabelecimentos industriais. **Legionário**. Fortaleza, 15 de abril de 1933c, ed. 7, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicato%20fornecer%c3%a1%22&pagfis=30>. Acesso em: 10 out. 2020.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.

LEGIÃO Cearense do Trabalho: Boletim Nº 1, janeiro. **Legionário**. Fortaleza, 4 de março de 1933, ed. 1, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicato%20fornecer%c3%a1%22&pagfis=1>. Acesso em: 10 out. 2020.

MELLO, William J. A Legião Cearense Do Trabalho, o Integralismo e os trabalhadores cearenses (1931-1937), Apontamentos Para Um Debate. In: MELLO, William J. (Org.). **Legionários, “Galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 — 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Memórias da liderança**: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. Bilros, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 56-77, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3286&path%5B%5D=2469>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Os trabalhadores e a Legião Cearense do Trabalho nos anos de 1930**: a construção de um projeto. Encontro Estadual de História da Universidade Estadual do Ceará, 2016. Fortaleza, Ceará. Anais. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/annals>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, Emília Carnevali da. **O homem no espelho**: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931-1937). Dissertação — Pontifícia Universidade Católica. Programa de Estudos Pós Gradua-dos em História. São Paulo, 2006, 158 f.

UM grande problema para a Legião: a centralização dos serviços me-dicos. **Legionário**. Fortaleza, 25 de março de 1933, ed. 4, p. 2. Dis-ponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764400&Pesq=%22Syndicato%20fornecer%c3%a1%22&pagfis=15>. Acesso em: 10 out. 2020.

A construção do vazio demográfico e o apagamento dos povos indígenas na colonização recente do norte de Mato Grosso: uma análise do caso de Sinop a partir de reportagens jornalísticas¹

Francieli Aparecida Marinato²

No Brasil República, a expansão da fronteira agrícola foi impulsionada na Era Vargas através do Programa Marcha para o Oeste (1937), impulsionado pela Expedição Roncador-Xingu (a partir de 1941). Este processo foi continuado no Governo JK por meio da política de interiorização urbana com a inauguração de Brasília (1960) e consolidado durante a Ditadura Militar com o Programa de Integração Nacional — PIN (1970). A fundação de Sinop no norte de Mato Grosso em 1974 foi o auge desse processo de expansão, tendo sido encabeçado por uma empresa privada que executou um enorme projeto de colonização nesta região da Amazônia mato-grossense, contando com todos os incentivos estatais necessários para dar

1 Este artigo é fruto do projeto de pesquisa “Fontes para o estudo das populações indígenas na história de Mato Grosso”, desenvolvido no IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso, no período de 2019-2020. Agradeço ao IFMT pelo apoio e ao CNPq e à Fapemat pelas bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM) concedidas.

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. Docente EBT-T-História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso — IFMT, Campus Avançado Sinop. E-mail: franmarinato@gmail.com.

suporte aos seus negócios e às necessidades imediatas dos colonos transportados para as terras recém-abertas no meio da floresta.

Os projetos de colonização privada foram sobrepostos a outros processos de ocupação, já que muitas terras incorporadas a estes grandes projetos foram adquiridas de terceiros ou eram resultantes de “atos de grilagem legalizada”, além da invasão de territórios indígenas com conhecimento, aval e total incentivo do Governo e seus órgãos oficiais (MORENO, 1998 *apud* SOUZA, 2004, p. 111). Como demonstrou Souza (2004, p. 115-116), a colonização particular se sobrepôs à oficial e aos projetos de reforma agrária realizados pelo INCRA, negando-se à população carente o assentamento agrário e selando o compromisso do Estado com os empresários. Além disso, os próprios órgãos oficiais como o INCRA e a FUNAI atuaram dando suporte aos empresários, aprovando rapidamente os projetos de colonização e deslocando os índios para outras regiões.

Neste estudo, analisamos reportagens jornalísticas veiculadas naquele contexto, que noticiavam e propagandeavam o movimento de colonização para atrair povoadores para a região, tendo como alvo principal famílias com experiência agrícola e sulistas. A maior parte destas reportagens procurava demonstrar que o território era ou estava despovoado e inexplorado, mas tinha enorme potencialidade econômica, com recursos que estavam disponíveis aos que estivessem dispostos a encarar a empreitada. Assim, as reportagens ignoraram quase em harmonia a existência dos povos indígenas ou que eles haviam povoado aqueles territórios. Isso porque, nas capas e manchetes dos jornais aparece um discurso que apagou a presença indígena e muito contribuiu para forjar uma memória sem menção aos índios.

Vários estudos já foram feitos tendo como fontes reportagens de diferentes veículos jornalísticos sobre o povoamento e o desenvolvimento de Sinop e região ao longo das décadas de 1970-1980. Em comum, demonstram a construção do discurso veiculado pela imprensa e seu alinhamento à ideologia e discurso oficial dos governos estadual e federal que fomentavam o progresso e o desenvolvimento

da Amazônia.¹ Nascimento e Zolin-Vesz (2020), analisando o jornal “O Sinopeano” publicado pela empresa Colonizadora Sinop na década de 1980 e caracterizado como um “jornal-empresa”, discutem como as reportagens assentavam-se em uma narrativa idealizada pela colonizadora baseada no “progresso”. Seus textos e imagens buscavam “retratar a visão local quanto ao passado, presente e futuro da nova cidade” (NASCIMENTO; ZOLIN-VESZ, 2020, p. 86).

A partir da seleção de algumas reportagens, analisamos seu conteúdo confrontando com os acontecimentos do contexto descrito, tendo como referencial teórico as concepções sobre a produção da memória histórica de Paul Ricoeur (2007). Esta fundamentação teórica nos permite perceber como se procedeu com intencionalidade nas omissões e ocultamento dos povos indígenas nos registros oficiais e discursos proferidos e veiculados publicamente, resultando na produção de textos e propagandas jornalísticas que apagaram a presença indígena antes e durante esse processo de colonização. Isso contribuiu para a formação de uma memória histórica que desconsidera a existência de índios nessa região da Amazônia e na formação de uma mentalidade coletiva atual que invisibiliza, menospreza e despreza os povos indígenas. O que continua ecoando com grande ressonância na atual sociedade formada em Sinop e região é o discurso de exaltação do desenvolvimento e do progresso.

A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS NA REGIÃO E O SEU “DESAPARECIMENTO”

O estado de Mato Grosso possui atualmente um total de pouco mais de 15 mil km² de terras ocupadas por territórios indígenas (TIs), o que corresponde a 16,57% de sua área total. São cerca de 78 TIs que se encontram em diferentes situações e fases de regularização, nem todas homologadas, reunindo 45 diferentes etnias (SIL-

¹ Como exemplos podemos citar NASCIMENTO, 2018; NASCIMENTO, 2020; SOUZA, 2004; WARMLING, 2017.

VA; SATO, 2010, p. 272). A Coordenação Regional Norte de Mato Grosso da FUNAI, criada em 1994 no município de Colíder, atende aos povos indígenas Mebêngokrê (Kayapó), Kayabi, Apiaká, Terena, Trumai, Juruna, Tapayuna, Panará, Guarani- Kaiwoá e Munduruku.² A partir destas informações, podemos inferir a diversidade da população indígena e o contínuo povoamento da região norte de Mato Grosso historicamente, já que os dados quantitativos são escassos, até porque durante boa parte do período da República brasileira os censos oficiais não contaram os índios.

Nas décadas de 1960-1970, quando se empreendeu um forte avanço populacional e da fronteira agrícola para a Amazônia, os órgãos indigenistas oficiais também não registravam rigorosamente os números dos povos contatados, tão pouco das mortes provocadas pelo contato. Segundo o jornalista Rubens Valente, em seu livro “Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na Ditadura”, em diversos dos episódios descortinados através de entrevistas sobre o contato com diferentes povos indígenas, sobre as doenças disseminadas pelos brancos e as chacinas promovidas por fazendeiros, não houve o devido registro pelo Governo Federal e nem mesmo a abordagem pela imprensa. “Esse silêncio levanta a suspeita de uma ação deliberada do Estado brasileiro para ocultar a perda de tantas vidas” (VALENTE, 2017, p. 56).

Aqui o jornalista concluía a narrativa sobre o episódio de uma expedição de jornalistas com um sertanista da FUNAI em 1969, quando as revistas *O Cruzeiro* e *Fatos e Fotos* fizeram uma longa reportagem para noticiar a “pacificação” dos índios Tapayuna do rio Arinos, conhecidos como “beijos-de-pau” pelos habitantes da região. Esta pacificação fora alcançada após anos de conflitos e mortes entre índios e a população local desde os anos 1930. Acontece que um dos jornalistas chegou às aldeias dos Tapayuna fortemente gripado. A

2 Informações do site da FUNAI, que apresenta os dados da CR Norte de MT e as seis Coordenações Técnicas Locais (CTLs), além de mapa localizando as TIs. Cf. em <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-norte-matogrosso>.

FUNAI não havia providenciado socorro médico para a expedição no caso de uma emergência e não manteve os necessários cuidados rigorosos para isolar o jornalista doente; vários índios tiveram contato com ele, já que sua gripe virou motivo de curiosidade entre estes. O resultado foi a morte de mais de uma centena de índios após a partida dos jornalistas (VALENTE, 2017, p. 53-56).

No conjunto de recortes de reportagens jornalísticas que tivemos acesso, temos diversas notícias sobre a fundação de empreendimentos privados e o afluxo de colonos no norte de Mato Grosso a partir de 1972 e 1973. Em agosto e outubro de 1973, o jornal O Globo publicou duas reportagens relacionadas ao processo de colonização no norte de Mato Grosso. Uma delas tinha como título “Empresários estudam projetos para colonização da Amazônia” (18/08/1973) e a outra, maior e bem ilustrada, “Sinop repete os Bandeirantes, construindo centros de colonização na selva amazônica” (24/10/1973).

A primeira reportagem relata a disponibilização pelo governo de cerca de 2 milhões de hectares de terras na região das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica para a compra por empresários para a realização de empreendimentos colonizatórios próprios, como o desenvolvimento da pecuária. Em linhas gerais, o texto jornalístico discorre sobre o discurso governamental proferido por funcionários dos órgãos estatais que atuavam em prol da ocupação de terras em palestras dirigidas a empresários, ocorridas no Pará. Este discurso era abalizado pelo consenso transmitido pelo Governo de que a ocupação da região deveria ser feita pelo sistema de grande propriedade encabeçada por empresários e/ou proprietários com capacidade financeira. A reportagem menciona os mecanismos apontados pelo Estado para aquisição de terras na região para a pecuária e colonização. Menciona ainda a fórmula sugerida pelo Governo para promover a ocupação territorial e o aproveitamento econômico do território, ou seja, a constituição de uma companhia de colonização, que seria encarregada de implementar um projeto de

desenvolvimento integrado. A companhia compraria do Governo Federal as terras disponíveis para a colonização, projetaria o processo de ocupação e colonização e faria a revenda de lotes.

Este processo foi desencadeado com estas orientações pelo Governo Castello Branco (1964-1967) através da “Operação Amazônia”, a partir da qual foi criada a Sudam, foram abertas linhas de financiamento e foi criado um Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Ainda em 1966-67 foi oferecido pelo Governo Federal o abatimento no imposto de renda para os empresários que desenvolvessem negócios na região amazônica. Segundo Valente (2017, p. 26), em 1969 foi desenvolvido também um documento pelo Conselho de Segurança Nacional denominado “Conceito Estratégico Nacional” para orientar a ocupação efetiva do território nacional, onde em nenhum momento se mencionam os índios.

Com esta estratégia de (re)ocupação nacional sendo posta em prática por meio desta gama de incentivos, os índios do norte de Mato Grosso foram padecendo com as doenças levadas pelo contato, com as violências praticadas pelos fazendeiros e novos povoadores, e também com as ações de transferências de seus territórios. Rubens Valente (2017) descreve as transferências executadas por missionários religiosos, por sertanistas e pacificadores que atuaram como salvacionistas dos índios e pelos próprios órgãos oficiais de contato, o SPI, depois FUNAI.³

Em 1966, aldeias dos índios Xavante com cerca de 200 pessoas foram removidas de sua região após a formação da enorme fazenda Suiá-Missu, na região de São Félix do Araguaia. Os índios foram removidos em aviões da FAB para a missão Salesiana de São Marcos, em Barra do Garças, há mais de 600 km do seu território originário (SANCHES, 2014; VALENTE, 2017). Outra famosa ação de transferência foi a dos índios Kayabi, que viviam entre os rios Teles Pires e

3 O SPI — Serviço de Proteção ao Índio existia desde 1910, foi extinto no Governo Castello Branco após investigações e denúncias de uma CPI. Em seu lugar foi instituída a FUNAI — Fundação Nacional do Índio, em fins de 1967.

dos Peixes. Em 1966 eles foram convencidos por Orlando Villas Bôas a se transferir para o Parque do Xingu em decorrência do sofrimento que estavam vivendo nos contatos com fazendeiros e seringalistas, que lhes traziam doenças, estupravam suas mulheres e os expulsavam das suas terras. Em 1964, os irmãos Villas Bôas já haviam atuado na reunião dos índios Ikpeng para acomodá-los também dentro do Parque do Xingu (VALENTE, 2017, p. 28-29).

Naquele contexto, estes fatos praticamente não tiveram repercussão na imprensa nacional. Ao contrário disso, a expansão da fronteira agrícola e a (re)ocupação da Amazônia foram noticiadas com muito entusiasmo. Construir o conhecimento histórico sobre as populações indígenas utilizando fontes que só registram ausências é um grande desafio. Para superá-lo, nós historiadores devemos lançar mão de uma abordagem teórico-metodológica que nos permita minimamente reconhecer nestas ausências forjadas um intento manipulador.

A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DE APAGAMENTO E INVISIBILIDADE DOS ÍNDIOS

No livro “Índios num país sem índios. A estética do desaparecimento: um estudo sobre imagens índias e versões étnicas”, José Basini (2015) discute o mito da civilização uruguaia homogênea e sem índios. O Estado Nacional uruguaio agiu orientando políticas educacionais no início do século XX para conduzir a nação à “igualdade”, atualizando nos nativos sobreviventes tais imagens para silenciar o seu passado étnico (BASINI, 2015, p. 153). Contribuíram para esse desaparecimento dos índios ações de extermínio ao longo da história, jornalistas, livros pedagógicos, poetas, romancistas, além de outras estratégias.

No Brasil, Maria Sylvia Porto Alegre explica como ao longo do século XIX, após consolidado o processo de colonização e ocupação do nordeste, os índios deixaram de ser considerados como inimi-

gos a serem combatidos para serem tratados como caso de polícia. Isso porque chegou-se à noção de “assimilação” dos índios, que tem implícito seu desaparecimento “[...] resultante do longo processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão espacial, no conjunto da população” (PORTO ALEGRE, 1992, p. 220).

Com a ressalva das diferenças históricas, no Uruguai e no Brasil vimos se processar nos períodos da colonização ao século XX, ações deliberadas do poder dominante para extermínio e “integração” das populações indígenas à sociedade nacional. Houve atuação decisiva do próprio Estado para esse desaparecimento através de diversas estratégias. Assim, compreendemos que no período da Ditadura Militar brasileira o ocultamento dos povos indígenas foi direcionado por um discurso oficial que incentivava à ocupação da Amazônia, onde várias regiões eram descritas como “vazias” e totalmente disponíveis ao povoamento, inclusive o norte de Mato Grosso. Este discurso continha argumentos que fomentavam a necessidade de levar o progresso para a região através da agropecuária e da criação de cidades e que prometiam diversas riquezas aos que se encorajassem nestes empreendimentos. Com isso, inúmeras reportagens foram produzidas pela imprensa brasileira ecoando essa ideologia.

Assim, deparamo-nos com acontecimentos nos quais o presente invadiu o passado e direcionou o futuro, manipulando a realidade com base na construção de discursos ideológicos, forjando-se uma memória preñe de esquecimentos. Esta prática não apenas é reforçada na atualidade, como foi operada historicamente no Brasil por grupos políticos e econômicos dominantes, com omissões de fatos e sujeitos em nossa história e com a manipulação da verdade nos discursos proferidos politicamente e propagados pelos meios de comunicação.

As evidências presentes nas fontes históricas selecionadas sustentam esta reflexão, de uma prática de manipulação da memória por grupos dominantes, operadas conscientemente ao longo de nosso pas-

sado recente e na atualidade. Tomamos por base as reflexões fenomenológicas de Paul Ricoeur acerca da *memória*. Ricoeur (2007) analisou o fenômeno da memória em si, ao dar importância aos mecanismos que constituem a lembrança, ou seja, “de que” se lembra, ao invés do “de quem” se lembra. Além disso, preocupou-se com o estatuto veritativo da memória e nas formas como esta pode ser utilizada/ manipulada, mas não apenas como método da operação historiográfica, em que cabe ao historiador questionar e verificar a “verdade” da memória, submetendo o que é narrado (lembrado) e a testemunha aos métodos de verificação da veracidade e legitimidade da fonte histórica. O autor chama a atenção para as “deficiências” presentes na construção da memória, seja esta individual ou coletiva, como o *esquecimento*. Lembrar e esquecer são resultados de determinadas condições históricas.

Assim, no capítulo 2 da primeira parte da obra, intitulado A memória exercitada: uso e abuso, o Ricoeur aponta os abusos aos quais a memória é submetida e em que níveis são cometidos tais abusos. Suas reflexões sobre a memória manipulada, o que ocorre no nível prático, nos possibilitam condições teóricas apropriadas para a análise do tipo de fontes que selecionamos, ou seja, fontes jornalísticas, compostas pela operação de um discurso escrito, transmitido através do jornal impresso. Utilizando-se deste conceito, o autor aponta os abusos forçados da memória (e do esquecimento), “[...] que resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder” (RICOEUR, 2007, p. 93).

Nesse sentido, é fundamental refletir sobre a produção de história e memória neste contexto através das narrativas jornalísticas e dos discursos arquivados também no texto jornalístico, pois estas ocorrem no jogo entre o silenciamento e a reprodução do que deve ser dito, circulado e do que se queria que fosse lembrado. Opera-se com isso na produção e atualização da memória paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos que também devem ser analisados historicamente, resultando na constituição de uma memória carregada de historicidade.

O MITO DOS BANDEIRANTES, A PROPAGAÇÃO DO PROGRESSO E A OMISSÃO AOS ÍNDIOS NAS REPORTAGENS JORNALÍSTICAS

Em suas páginas de 24 de outubro de 1973, O Globo deu amplo destaque à empresa colonizadora Sinop S/A, que encabeçava a colonização da região norte de Mato Grosso, com uma reportagem grande e bem ilustrada intitulada “Sinop repete os Bandeirantes, construindo centros de colonização na selva amazônica”. A atuação da Sinop S/A foi descrita na reportagem: depois de fundar várias cidades no oeste do Paraná, a empresa deslocou-se para o norte do Mato Grosso, onde fundou também várias cidades numa grande extensão de terras controlada pela empresa, denominada inicialmente “Gleba Celeste”. Assim surgiu a sua homônima Sinop, cidade fundada em 14 de setembro de 1973 às margens da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), que veio a se tornar a maior da região. A reportagem inicia assim:

Depois de resultados vitoriosos no norte do Paraná, a Sinop S/A se lança com entusiasmo numa tarefa que representa um verdadeiro desafio: estabelecer núcleos de colonização às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, em plena selva amazônica, **repetindo, de uma maneira racional e científica, as conquistas dos bandeirantes paulistas do século XVII** (*O Globo*, 24/10/1973, p. 21. Grifos nossos).

Foi amplamente enfatizado nesta reportagem o “empreendedorismo” da empresa Sinop, com exaltação ao empreendimento privado e à atuação individual e privada, na qual os colonos eram mencionados como heróis desbravadores, comparados aos bandeirantes. O dono da empresa, senhor Enio Pepino, também foi muito elogiado e associado à referência histórica dos bandeirantes, lançando-lhes as supostas características da coragem, bravura, amor ao trabalho: “Homem simples, descontraído, afeito aos rudes trabalhos do campo, Enio Pepino, o idealizador dos projetos de colonização da Sinop, es-

pelha a lendária figura do desbravador setecentista, parecendo trazer no sangue a vontade indômita de conquistas dos velhos bandeirantes paulistas” (*O Globo*, 24/10/1973, p. 21).

Assim, percebemos como a narrativa desta reportagem não está pautada na objetividade da realidade dos fatos, ou comprometida com a verdade. Há uma referência ao passado histórico e uma manipulação da memória histórica através do resgate do papel dos bandeirantes como sendo positiva. Isso está posto desde o título da reportagem, “Sinop repete os Bandeirantes”. Ao se afirmar positivo o papel dos bandeirantes, reforçava-se no imaginário o suposto papel heroico destes homens que já figuravam na memória histórica construída local e nacionalmente como os responsáveis pelo desbravamento do interior e pela apropriação deste território ao Brasil colonial, sem qualquer menção à sua atuação violenta e exterminadora dos povos indígenas. Além disso, tal discurso ofereceu ao colonizador moderno do norte de Mato Grosso os heróis nos quais deveriam se espelhar e com os quais poderiam ser comparados.

Além disso, ao se acionar a memória sobre os bandeirantes de forma positiva e heroica, se opera implicitamente o esquecimento e invisibilidade dos povos indígenas. A exaltação do triunfo dos bandeirantes como modelo de colonizadores a inspirar os povoadores da Amazônia na segunda metade do século XX, têm subjacente a celebração das ações sobre os índios durante a colonização, que se basearam em aprisionamento para o cativo, expulsão dos seus territórios e matança por meio de todo tipo de violência.⁴

4 Katia M. Abud em seu livro “O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições” aborda a construção do mito do bandeirante na historiografia brasileira e memória popular, com as qualidades positivas implícitas ao próprio conceito. Na primeira metade do século XX, a elite paulista se apropriou de um passado honroso forjado com enorme colaboração da historiografia local, e que as raízes bandeirantes de São Paulo foram exaltadas e enobrecidas (ABUD, 2019. Conferir especialmente o capítulo 2). Com fortes influências vindas de São Paulo, o mito do bandeirante tem grande ressonância em Mato Grosso, onde o hino estadual evoca seu suposto heroísmo: “Eis a terra das minas faiscentes/ Eldorado como outros não há/ Que o valor de imortais bandeirantes/ Conquistou ao feroz Paiaaguás!” (Composição: Dom Francisco de Aquino Correia, apresentado pela primeira vez em 1919 e oficializado como Hino estadual em 1983).

Diversas reportagens foram publicadas em jornais do estado do Paraná noticiando a disponibilidade de terras no centro-oeste, especialmente em Mato Grosso, e sobre a fundação de Sinop. Uma reportagem do jornal O Estado do Paraná intitulada “Já faltam terras para plantar soja” (04/09/1975), além de propor como solução a compra de terras mato-grossenses, também fez a exaltação ao papel de Enio Pepino e o referencia como o “bandeirante do século XX”.

Historiadores que pesquisaram a colonização do norte de Mato Grosso e a fundação da cidade de Sinop demonstraram como houve a preferência pelos sulistas. Souza (2004, p. 33) apontou que essa seleção dos migrantes e a opção pelo sulista ocorria desde o Governo Vargas. No conjunto do *corpus* documental consultado, temos uma grande parte das reportagens pertencentes a diversos jornais de circulação local do Paraná. Isso porque a Colonizadora Sinop propagava seus novos empreendimentos em seu estado de origem, demonstrando sua preferência em atrair seus conterrâneos paranaenses, o que confirma a opção pelo sulista.

No ano de 1974, foi oficialmente inaugurada a cidade de Sinop. Para tanto, uma grande festa foi promovida pela empresa colonizadora no dia 14 de setembro. Desde 1972, a Sinop S/A. atuava na região norte de Mato Grosso, após adquirir uma gigantesca porção de terras que foi denominada “Gleba Celeste”. Do desmembramento desta, foram formadas também as cidades de Vera, Cláudia e Santa Carmem. A empresa Sinop não era só uma vendedora de terras, foi uma grande articuladora de toda a colonização na região norte de Mato Grosso.

O Globo publicou duas reportagens relacionadas a este assunto. Em reportagem intitulada “Ministro do Interior inaugura em Mato Grosso cidade para colonos” (16/09/1974), foi noticiada a cerimônia e a festa da fundação de Sinop. O jornal destacou a presença de autoridades que se deslocaram àquela longínqua clareira aberta em meio à selva, sobretudo a do Ministro do Interior, Maurício Rangel

Reis, e seu discurso proferido aos cerca de 800 colonos/moradores e quarenta jornalistas. O Ministro apontou a disposição do Governo Federal de investir maciçamente nos centros de colonização e na concessão de incentivos fiscais. De modo geral, a imprensa enfatizou a fala de Rangel, de que “a atuação da iniciativa privada na colonização é a fórmula considerada pelo Governo como a única capaz de realmente fixar o homem na terra. Recebendo a terra de graça — disse Rangel Reis — o colono não se liga a ela, tendendo a abandoná-la na primeira oportunidade; comprando-a, ele tende a defendê-la e a trabalhar por ela” (O Globo, 16/09/1974, p. 05).

Aqui o discurso do Ministro lança a justificativa para os investimentos que o Estado fazia nos empreendimentos privados, furtando-se de investir por exemplo na reforma agrária. Talvez se os projetos de reforma agrária tivessem tido investimentos tão vultosos, o interesse eufórico que o governo teve com a Colonizadora Sinop, eles tivessem prosperado da mesma maneira que a colonização privada...

Em reportagem da Revista O Cruzeiro em 23 de outubro de 1974, “Cidade Sinop: uma epopeia na selva”, os discursos do Ministro Rangel Reis novamente foram reproduzidos e lemos os mesmos elogios ao empreendimento privado, além da referência às terras como vazias:

[...] ‘realizações como a que acabo de assistir sempre contarão com apoio do meu ministério e do Governo Federal, pois não há outra forma de se desenvolver este imenso país e esta imensa região, senão através de uma participação perfeita, uma integração absoluta entre o governo, o povo e a iniciativa particular’.

Como nova área, na qual apenas agora começa a chegar o homem brasileiro, a região reivindica vários melhoramentos [...] (O Cruzeiro, 23/10/1974).

Em reportagem de 30 de outubro de 1974, “Mato Grosso: os números do seu progresso”, *O Globo* discorreu sobre os índices de crescimento do estado no início da década de 1970 e os incentivos fiscais

concedidos pelo Governo Federal na área de atuação da Sudam. A reportagem informou o volume de investimentos do Estado destinados às empresas promotoras da colonização: 1 bilhão de cruzeiros num prazo de 10 anos. Tal investimento seria feito com a expectativa de que as empresas colonizadoras promovessem a fixação de 140 mil pessoas na região e alavancassem o desenvolvimento de agroindústrias, da mineração e da pecuária.

O papel da colonizadora Sinop foi mais uma vez elogiado e exaltado: “Outros grupos [empresariais] também estão presentes na região, mas nenhum deles oferecendo tantas facilidades como a Sinop, que já conseguiu levar para uma área de 350 mil hectares de sua propriedade aproximadamente 5 mil pessoas [...]”. A reportagem também destacou as dificuldades que a empresa enfrentava na inóspita região amazônica, o que não só justificava os investimentos estatais, mas também reforçava a necessidade destes investimentos: “A tarefa de ocupação da área transcende a competência de uma empresa e requer, antes de tudo, o envolvimento e a participação de todos os recursos disponíveis, principalmente os humanos” (*O Globo*, 30/10/1974, p. 3).

Compreendemos como a reportagem manipulou um trabalho discursivo com uma ideologia direcionando a construção da memória histórica. Isso se dá em dois momentos: ao afirmar que finalmente aquela região estava sendo incorporada à economia de Mato Grosso, processando-se o aproveitamento efetivo da Amazônia depois de um longo processo histórico de estagnação, e ao comparar o processo à conquista do oeste dos Estados Unidos:

E tudo isso aliado a perspectivas inteiramente novas, como a conquista efetiva da Amazônia que incorpora áreas imensas à Economia de Mato Grosso, numa corrida que muito se assemelha ao desbravamento do oeste americano. Com uma diferença, porém. Lá, a penetração foi feita com o sacrifício indiscriminado do índio e com o próprio Exército sustentando a conquista à bala. **Aqui, embora com alguns problemas com os índios**, a pene-

tração está sendo feita através de métodos de trabalho conjugados, dos quais participam não apenas os empresários, mas o Exército e inúmeros outros organismos governamentais. **O importante é conseguir vencer os obstáculos naturais que a região apresenta, respeitando o seu habitante natural, o índio. E isso, até certo ponto, vem sendo feito** (O Globo, 30/10/1974, p. 3).

A inserção destes fatos históricos, como a comparação ao processo histórico da conquista do Oeste dos Estados Unidos e dos pioneiros colonizadores sinopenses aos bandeirantes, não são inocentes, um mero floreamento narrativo. De fato, a sociedade que se construiu naquela região possui uma mentalidade que traz em si a deturpação do processo histórico em prol da inegociável exaltação do rápido desenvolvimento e progresso econômico do município de Sinop, como se esta fosse possuidora de um “destino manifesto”, destino este que estava escrito para ser de grandeza e desenvolvimento. Assim, Sinop nasceu com o epíteto de “capital do Nortão”, alcunha que até hoje é muito mencionada na cidade, mesmo não tendo se concretizado a formação do estado do Mato Grosso do Norte, propalada neste período inicial da colonização. A grande nação norte-americana é mesmo uma grande referência local de desenvolvimento e, talvez até do que se fazer com os índios. Em relação a estes povos, sua presença é veementemente negada naquela região, pois os pioneiros deixaram registrado que lá não havia índios quando eles chegaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos, no processo de constituição da colonização de Sinop e do norte de Mato Grosso, a memória histórica foi operada ao se evocar eventos e personagens históricos. Mas, sobretudo, naquele período também se agia conscientemente para a projeção de uma memória futura, que era manipulada por meio da construção de um discurso e de uma ideologia que partiam do próprio Governo

Federal, tendo os meios de comunicação como aliados para sua propagação. Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 97-98), a manipulação da memória passa pela constituição da identidade pessoal e coletiva, na qual atua o fenômeno da ideologia. Esta age como coerção silenciosa, como legitimadora ou como justificação da autoridade da ordem ou do poder. Por fim, na manipulação da memória, a ideologia é transmitida por meio de uma estrutura narrativa, onde se faz uma seleção operando com lembranças e esquecimentos.

O conteúdo informativo e discursivo presente nas fontes analisadas demonstram que o Governo Federal, ao eleger projetos e companhias privadas para promover a colonização do norte de Mato Grosso, inviabilizou a realização da reforma agrária de uma forma mais ampla nesta região. Há uma opção clara por financiar os projetos privados e por beneficiar certos grupos e estratos específicos da população brasileira, com a formulação inclusive de discursos depreciativos das ações de reforma agrária que já haviam sido feitas. Neste trecho estas opções ficam explícitas:

Além do entusiasmo pelo trabalho e do know how adquirido em quase trinta anos de atividades no setor, um dos segredos do sucesso da Colonizadora Sinop S.A. na aplicação de seus projetos de colonização agrícola na Amazônia reside no fato de haver abandonado, como nocivas, todas as formas de paternalismo em relação ao lavrador. Ao contrário de outros empreendimentos no setor de colonização, inclusive os de iniciativa do governo, a Sinop não estimula a fixação na sua área das massas falidas os chamados párias ou favelados do campo (O Globo, 24/10/1973, p. 21).

Impressiona a retórica explícita deste trecho, onde podemos inferir sobre os estratos populacionais que se pretendia excluir conscientemente desse processo. Mais uma vez omitidos no texto, os índios certamente estavam incluídos entre estes “párias” que deveriam ser excluídos do progresso que se estava projetando para Sinop. Ques-

tionar e desmitificar a memória que foi moldada e manipulada pelos discursos produzidos nesse período é um desafio para a escrita da História. Mas na operação historiográfica, o silêncio e o esquecimento não podem mais continuar como uma opção.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

BASINI, José. **Índios num país sem índios**. A estética do desaparecimento: um estudo sobre imagens índias e versões étnicas. Manaus: Editora Travessia/Fapeam, 2015.

NASCIMENTO, Leandro José do. **(Re)ler o impresso Jornal Hoje**: o discurso da construção de uma terra de progresso e oportunidade em Sinop-Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2018.

NASCIMENTO, Leandro José do; ZOLIN-VESZ Fernando. O Sinopeano como ferramenta de colonização: história, imaginário e representação sobre a fundação de Sinop (MT) no/pelo discurso jornalístico (1980-1983). **Revista Outras Fronteiras**, vol. 7, n. 1. Cuiabá: UFMT, 2020, p. 84-109.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Cultura e História: sobre o desaparecimento dos povos indígenas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 23/24, n. 1/2, 1992/1993, p. 213-225.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SANCHES, Patrícia. “Polêmica em torno de área começa na década de 60; dados controversos”. In: RD News — Portal de notícias de MT. Cuiabá, 2014. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/rdnews-exclusivo/destrocos-de-suia-missu/polemica-em-torno-de-area-comeca-na-decada-de-60-dados-controversos/53068>.

SILVA, Regina e SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso — Brasil. **Ambiente & Sociedade**, vol. XIII, n. 2. Campinas, 2010, p. 261-281.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop**: História, Imagens e Relatos — Um Estudo Sobre a Colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WARMLING, Keila Rejane. **O processo de (re)ocupação de norte mato-grossense**: a epopeia na selva e a capital do nortão. Dissertação. Mestrado em Linguística. Universidade do Estado de Mato Grosso — UNEMAT. Cáceres, 2017.

Retirantes do norte, migração e colônia agrícola Socorro (PE) na seca de 1877-79

Francisco Ramon de Matos Maciel¹

INTRODUÇÃO

A migração dos sertanejos do Rio Grande do Norte, como aos demais do Ceará, Paraíba e Pernambuco, descobriram no deslocamento formas de agenciamento que se reconfiguram a cada experiência em lugares de espera nas grandes secas do final do século XIX. Nesse artigo acompanhamos a migração de retirantes do alto sertão potiguar para a província de Pernambuco, mais especificamente para a colônia agrícola do Socorro. Esses lugares de espera — colônias agrícolas, mas também hospedarias e abarracamentos — foram pensados para a conversão de sertanejos em colonos durante a seca de 1877-1879, com a intenção de ocuparem terras devolutas (a maioria das vezes) do Império, e para produzirem uma agricultura de subsistência racional. A escolha da Colônia Socorro (PE) foi por reunir a presença de famílias migradas não só do Rio Grande do Norte, mas também do Ceará, Paraíba e Pernambuco, reforçando a ideia que a diáspora nas grandes secas foi um fenômeno coletivo de vários sertanejos das províncias do Norte.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor substituto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), núcleo FAFIDAM em Limoeiro do Norte (CE).

É com Raymundo Laranjeiras que encontramos uma definição adequada sobre a categoria de colonização para nossa pesquisa. Para o autor, a colonização define-se como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados”, e, ao mesmo tempo, “o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais” (LARANJEIRAS, 1983, p. 03-04). Assim, a colonização tem o sentido de ocupação territorial combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica.

São salutares as ideias do autor quando vamos analisar a trajetória dos retirantes e a fundação da Colônia Agrícola Socorro (PE). Sua ocupação foi por nacionais — sertanejos migrantes do norte — em terras devolutas da província, e num contexto de crise social e econômica — a seca —; assim, compreender a migração dos retirantes e sua ocupação provisória nesses núcleos agrícolas, organizados pelas forças públicas do império, com objetivos da exploração de recursos da terra, é entender as redes de poderes, discursos e experiências que se entrelaçam entre retirantes, diretores coloniais e autoridades. Através desse rizoma de ações, vontades e escolhas dos sujeitos, poderemos entender melhor o processo de migração e agenciamento das famílias norte rio-grandenses para outras espacialidades durante as grandes secas, escapando de um viés fatalista, e dos efeitos de uma causalidade sem um campo de possibilidades, aspectos ainda presentes nas interpretações acerca dos homens em deslocamento na história.

A COLÔNIA AGRÍCOLA SOCORRO: MIGRAÇÃO, FAMÍLIA, E TRABALHO NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1878)

De Ingazeira de Afogados (PE), uma carta foi enviada para o correspondente do Jornal do Recife, no dia 14 de maio, dizendo que o

número de “emigrantes ou retirantes, que aqui passam todos os dias vindos já de cima e já do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba, é extraordinário”. Além de numerosos, “andam em bandos de centenas, rostos, nus e faminto O êxodo não era somente feito pelas estradas interprovinciais. Algumas famílias de retirantes começaram a chegar também pela costa marítima para a cidade de Recife. Nos vapores “Coruripe e Ipojuca, chegaram ao nosso porto 344 retirantes, sendo: 101 de Maceió, 49 de Aracaty, 60 do Acaraú, 9 de Mossoró e 122 de Natal” (JORNAL DO RECIFE, 1879, p. 01). Assim, a diáspora sertaneja do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte apontava a possibilidade de sobrevivência em outras províncias do Norte, principalmente a de Pernambuco, um dos principais centros políticos e comerciais do Império.

A cidade de Recife e as áreas mais férteis do agreste pernambucano eram o escopo de milhares de famílias do alto sertão nessa seca de 1877. Além de a capital ser um centro administrativo e econômico relevante para as províncias do Norte, concentrava sua força política através da Comissão Central dos Socorros Públicos do Norte.¹ Por outro lado, os brejos e locais do agreste, principalmente os territórios da produção da cana de açúcar, eram também espaços privilegiados pela migração dos retirantes.² Os que chegavam pelas estradas ou desembarcavam no porto seguiam ou eram conduzidos pela comissão de socorros públicos “para Palmares com destino à colônia Socorro, para onde temos continuado a mandar os que existem nos alojamentos de Santo Amaro e Tamarineira” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1878, p. 02) Como forma de retirar grande parcela da população adventícia na capital, vivendo em alojamentos e áreas periféricas nos primeiros meses da grande seca, a criação da colônia agrícola Socorro, próxima da vila de Palmares, foi uma estratégia das

1 Sobre a cidade de Recife e Comissão Central de Socorros na seca de 1877-79 conferir, GREENFIELD, Gerald M. *The Realities of images, Imperial Brazil and the Great Drought*, Philadelphia, American Philosophical Society, 2002.

2 Sobre o espaço geográfico de Pernambuco consultar ANDRADE, Manuel Correia de. *A Pecúria no Agreste Pernambucano*. Tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

elites, que, ao mesmo tempo, desafogar a cidade do contingente de sertanejos quando convertia e ordenava os serviços de obras públicas e agrícolas nos núcleos coloniais mais afastados da sede.

Edson Silva discorre que a Colônia Socorro foi fundada em 1878, pelo presidente da província, com a autorização do Governo Imperial, em terras consideradas devolutas na localidade do Riacho do Mato, área de aldeamento indígena.³ A presença dos retirantes provocou conflitos com os índios, que tiveram suas plantações invadidas, como denunciava uma liderança local, Manoel Valentim dos Santos⁴; eles “se apoderão violentamente das lavouras” (SILVA, 2006, p. 05). A colônia foi extinta em 1880 e, nos primeiros anos do período republicano as terras devolutas do Riacho do Mato foram objeto de disputas entre o Governo Federal, a Câmara de Água Preta e o Governo do Estado de Pernambuco, que pretendia vendê-las a terceiros (SILVA, 2006, p. 187).

No relatório do diretor do núcleo agrícola frei Cassiano de Comachio, do dia 30 de abril, consta uma descrição pormenorizada de como foi o movimento de criação, os primeiros dias de trabalho e a ocupação da terra na Colônia Agrícola Socorro. As informações do relatório são importantes para percebermos como as primeiras famílias de retirantes e funcionários da colônia vão estabelecendo suas relações de poder nesse novo território de espera na seca de 1877/79.

Saiu da estação das Cinco Pontas em Recife, às 14 horas do dia cinco de abril de 1878, a primeira turma de emigrantes, composta de 387 pessoas, e os membros nomeados para a direção dos trabalhos de fundação da colônia. Desembarcaram “às 3 horas da tarde do mesmo dia na estação do Una; ahi feito o reconhecimento das famílias por apelo nominal dos chefes, foi-se distribuindo a primeira ração constante de carne e farinha”. Seguiram depois para o engenho Japaranduba, onde foram acolhidos pela D. Francisca, com os sinais

3 Riacho do Mato correspondia a terras devolutas do atual município de Jaqueira/Pernambuco.

4 Agricultor, Manuel Valentin era casado com a também agricultora Maria da Penha. Em 1868 tinha 41 anos e ela 24, possuindo o casal casa e lavouras. Eram pais de uma filha e dois filhos. Ver: SILVA, 2016.

cristãos da caridade. Ao amanhecer do dia seis, continuaram a jornada ao lado de alguns cavaleiros e o juiz municipal de Palmares, “animado-nos e ao peregrinante povo acoroçados homens, sustentando mulheres e creanças que feridos pela longa viagem seus inocentes peizinhos, a grande custo e com muita demora podião vencer o caminho”. Passaram pelos engenhos Capricho e Pereira, onde houve a segunda distribuição de alimentos, e pernoitaram no engenho Freixeiras. No dia seguinte, andaram menos de duas horas até chegar às terras de Tombados, lugar apontado pelo engenheiro Dr. Silva para estabelecer o centro de operação da colônia. Porém, o engenheiro não previu que o dito lugar, além de não poder recolher “demarcados números de emigrantes que engrossado sem causar sentido prejuízo ao proprietário do terreno não se oferecia favorável saúde, mas antes sujeito a pensões inconvenientes que renunciarão após os primeiros dias de nossa estada acola” (BR APEJE, **Colônia Agrícola Socorro**, 1878 a 1880. CD 4. p, 8 e 9). Logo, o diretor frei Comachio foi pessoalmente examinar diversos pontos que não foram apontados pelos estudos, até encontrar um lugar adequado para a caravana.

Entre eles julguei possuir asseguradas proporções o lugar denominado = sertãozinho= nelle firmei esta beleseso centro da colônia, e montamos toda pressa as indispensávees acomodações, para lá nos dirigimos com toda caravana em 15 de abril de 1878. O lugar satisfaz completamente, é uma asentada espaçosa, situada em cima de outeiros, correndo pelos pez dos outeiros dous riachos de aguas excelentes, sendo um a nascente do = Riacho do Matto= e outro seo confluyente, o ar é saudável, e o clima fresco, ahi nos estabelecemos, e edificarão-se casas e ranchos allem de um grande barracão para enfermaria e agasalho de famílias desvalidas. 74 famílias estão já de posse de seos respectivos lotes de terra os que lhes são distribuídos, onde alguns tem já se estabelecido, e farão suas plantações; os mais em numero de 2.564, se conservão neste centro ocupados em trabalhos da colônia, e tanto estes, como aquelles fornece sustento. O numero total eleva-se a 3.013. Cumpre declarar que muitos não querem sujeitar-se ao trabalho ordenado ou manifestando disposição desordeira, despídirão-se, ou forão despedidos⁵ (Grifos Nossos). (BR APEJE, **Colônia Agrícola Socorro**, 1878 a 1880. CD 4. p, 10)

5 BR APEJE, **Colônia Agrícola Socorro**, 1878 a 1880. CD 4. p. 10.

Levou praticamente dez dias para que a comissão da colônia agrícola e as famílias retirantes achassem um local mais “adequado” para começarem os serviços de construção do núcleo colonial, e a distribuição dos primeiros lotes de terra. Estes terrenos estavam situados nas planícies altas e de clima fresco da localidade de Riacho do Mato, onde a paisagem abria também espaços para muitos engenhos de coronéis da região de Palmares, além dos antigos moradores do aldeamento indígena (SILVA, 2006). Importante frisar o número crescente de retirantes que chegavam a cada dia no núcleo agrícola; no começo da jornada, era uma turma de 387 pessoas, que aumentou para uma quantia de três mil no final de abril. O engenheiro Luiz José da Silva mandou fazer um novo arrolamento dos retirantes no dia 10 de abril, como também daqueles que “dirigindo-se para esta capital, sabendo da ida de seus desgraçados irmãos, a estes se tem reunido; elevando-se seu número até esta data a setecentos, havendo o excesso de trezentos e vinte e cinco sobre os embarcados no dia 5 na estação das Cinco Pontas” (FREIRE, 1896, p. 39). Um exemplo claro de como os deslocamentos dos sertanejos migrados, muitas vezes, seguiam a direção que as verbas dos socorros públicos eram destinadas pela comissão central, isto é, para as colônias agrícolas e locais de trabalho. O diretor também se mostrou um administrador rígido, ao comentar que muitos retirantes foram despedidos ou retiraram-se por conta própria, pois não se sujeitaram à organização do trabalho na colônia, ou por apresentarem disposição “desordeira”. É interessante apontar nesse trecho a escolha de alguns desses retirantes a não sujeitarem-se às regras de trabalho e conduta concebidas pela direção da colônia como aceitáveis, mesmo diante da possibilidade de punições e expulsões do núcleo agrícola.

A distribuição dos lotes para as famílias retirantes era feita pelo funcionário Antônio da S^a Braga, que, até o dia 30 de abril do corrente, tinha estabelecido nas terras uma média de 439 pessoas. Nos mapas criados pela direção da colônia para a distribuição das terras,

podemos fazer um arrolamento de quantas famílias de retirantes do Rio Grande do Norte, e suas localidades de origem, encontravam-se presentes até aquela data no núcleo agrícola, como também a quantidade de sertanejos das províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Tabela 1 - Quantidade de Retirantes Colonos pelas Províncias do Norte na Colônia Socorro

Província	Número de Pessoas
Rio Grande do Norte	28
Ceará	113
Paraíba	140
Pernambuco	168
Total	439

Fonte: Mappa das famílias dos emigrados estabelecidos nos lotes de terra da Colonia Socorro. BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 12 a 14.

O número de famílias do Rio Grande do Norte será o menor dentre os demais grupos de retirantes na distribuição dos lotes da Colônia Socorro. As localidades e organização familiar dos sertanejos do Rio Grande do Norte encontram-se da seguinte maneira nesse primeiro mapa de distribuição das terras.

Pau dos ferros, Vicente Pereira Guamin, 48 anos, casado, Mathild da Silva Oliveira, 48 anos, 04 filhos menores. *Poço Limpo*, Manoel Bento Bezerra, 23 anos, casado, Antonia Maria da Conceição, 22 anos, 01 filho menor. *Potengi*, José E. de Mesquita, 30 anos, casado, Maria Francisca Neves, 30 anos, 06 filhos menores. *Caicó*, José Joaquim de Souza, 39 anos, viúvo, 01 filho maior, 01 filho menor, 01 agregado. *Luiz Gomez*, José Barbosa de Paiva, 40 anos, casado, Avelina Francelina A. Divino, 39 anos, 01 filho maior, 02 filhos menores. *Assú*, Manoel Soares de Lima, 24 anos, casado, Francisca Maria da Conceição, 18 anos, 01 filho menor⁶ (Grifos Nossos).

⁶ Ver: Mappa das famílias dos emigrados estabelecidos nos lotes de terra da Colonia Socorro. BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 12 a 14.

Os primeiros nortes riograndenses que conseguiram os lotes de terras na Colônia Socorro mostram uma organização familiar diversificada, com casados, viúvos e filhos menores de idade. As localidades de origem também apontam aspectos interessantes. A família de Manoel Bento Bezerra, por exemplo, veio de Poço Limpo (atual município de Ielmo Marinho), que localiza-se na região do agreste potiguar, à margem do Rio Potengi. Já as famílias de José Barbosa de Paiva, José Joaquim de Souza e Vicente Pereira Guamim são das localidades mais afastadas do interior, chamado alto oeste, respectivamente Luiz Gomez, Caicó e Pau dos Ferros, regiões limítrofes com outras províncias e áreas do semiárido nordestino. A família de Manoel Soares de Lima veio do município de Assú, localizado no oeste potiguar, próximo à Macau e Mossoró, epicentros de aglomerações de retirantes no Rio Grande do Norte, além de possuírem portos para o embarque e desembarque na província.

No levantamento da distribuição dos lotes, até o dia primeiro de maio de 1878, na Colônia Socorro, o número de famílias assentadas subiu para 576, chegando à cifra total de 2.920 pessoas. A tabela a seguir traz a quantidade de todos os retirantes por cada província.

Tabela 2 - Quantidade de Retirantes Colonos pelas Províncias do Norte na Colônia Socorro

Províncias	Número de Pessoas
Rio Grande do Norte	204
Ceará	645
Paraíba	893
Pernambuco	1.171
Sergipe	07
Total	2.920

Fonte: Mapa das famílias residentes na Colonia Agricola — Socorro — até 01 de Maio de 1878. BR APEJE, **Colônia Socorro, 1878 a 1880**, CD 4, p. 15 a 34.

As províncias da Paraíba e Pernambuco são as que mais concentraram os retirantes assentados nas terras do núcleo agrícola. Em compensação, aumentou consideravelmente, em apenas alguns dias,

o número de famílias oriundas do Ceará e do Rio Grande do Norte, como também de Sergipe. O próprio funcionário da distribuição registra que, além dos que “aparecem por este mappa, existem nesta colônia muitas outras famílias e indivíduos que não se pode ainda apontar a este mappa no alistamento”⁷. Todavia, a disputa por um pedaço de terra poderia ser uma realidade diante de tanta aglomeração de pessoas no local. Assim, imaginar o trajeto que muitos desses retirantes tomaram para chegar à Colônia Socorro é um exercício complexo, pois são inúmeros as possibilidades, escolhas e os condicionamentos que esses grupos viveram. Nesse arrolamento, também surgem alguns novos locais de origem e organização familiar dos retirantes da província do Rio Grande do Norte.

Apodi, João Francisco do Nascimento, 24 anos, casado, 02 filhos. *Patú*, Vicente Lucas de Moura, 36 anos, casado, 04 filhos. *Macahiba*, [sic.] Gomes Faria, 50 anos, 01 agregado. *Traíri*, José [sic.] de Guedes, 35 anos, casado, 07 filhos. *Serra do Martins*, Francisco Cavalcante de Moura, 32 anos, casado, 03 filhos. *Martins*, Vicente Ferreira da Silva, 22 anos, casado, 01 filho. *Trairy*, Manoel Francisco Dias, 47 anos, casado, 08 filhos. *Ceará-Mirim*, Luis Ferreira de Lima, 32 anos, casado, 08 filhos. *Parelhas*, Trajano [sic.] dos Santos, 34 anos, casado, 02 filhos. *Natal*, Miguel de Souza Leite, 31 anos, casado, 04 filhos. *Fernando Pedrosa*, Manoel [sic.] do Nascimento, 32 anos, casado, 01 filho. *Sant. Anna*, Manoel Felipe [sic.], 31 anos, casado, 01 agregado. *Campo Grande*, Manoel Maria de [sic.], casado, 01 filho. *Campo Grande*, Bernardo José de [sic.], 27, casado, 01 filho. *Serra de Martins*, José [sic.] de Maria, 39 anos, casado, 02 filhos, *São Miguel*, Antonio Leite da Silva, casado, 25 anos. *Pau dos Ferros*, Vicente Ferreira de Paula, 24 anos, solteiro, 02 agregados. *Pau dos Ferros*, Sebastiana Tertuliana da [sic.], *viúva*, 30 anos, 01 filho. *São Miguel*, Antonio José [sic.], 20 anos, casado, 01 filho. *Apodi*, Guilherme [sic.], 33 anos, casado, 06 filhos. *Pau dos Ferros*, Izabel Maria da Conceição, *viúva*, 50 anos, 03 filhos⁸ (Grifos Nossos).

7 Ver: Mappa das familias residentes na Colonia Agricola — Socorro — até 01 de Maio de 1878. BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 34.

8 Ver: Mappa das familias residentes na Colonia Agricola — Socorro — até 01 de Maio de 1878. BR APEJE, *Colônia Socorro, 1878 a 1880*, CD 4, p. 15 a 30.

Essas novas famílias assentadas já revelam uma diversidade na organização e desarranjo familiar entre os retirantes no seu primeiro mês de fundação da Colônia Socorro. A presença de indivíduos agregados, por exemplo, era uma realidade para alguns grupos como as famílias de Vicente Ferreira de Paula, Manoel Felipe e Gomes Faria, como também o surgimento de viúvas chefes de família como Isabel Maria da Conceição e Sebastiana Tertuliana, ambas da cidade de Pau dos Ferros. A faixa etária dos retirantes chefes de família girava em torno dos vinte a cinquenta anos de idade no arrolamento desses assentados até o mês de maio de 1878.

Seus locais de origem, revelam-se novas possibilidades de trajetórias entre caminhos de terra e mar para chegarem a Colônia Socorro em Palmares. São cidades, vilas e povoações das regiões do alto sertão, centro-oeste e litoral da província do Rio Grande do Norte. Localidades que os retirantes saíram para procurar a sobrevivência no alhures.

No relatório do diretor frei Comachio, de 15 de janeiro de 1880, encontra-se o último mapa da distribuição de terras aos retirantes existentes até o dia 30 de setembro de 1879. O distribuidor dos lotes, Antonio da Silva Braga, comenta que muitas famílias de emigrantes “achão-se situados nos lotes de terras, não constando deste mappa por terem desejado de se retirarem” e que existem ainda nos lotes de terras “empregados em trabalhos agrícolas 206 indigentes chefes de família, cujo contem o número de 1012 pessoas”.⁹ Para uma colônia agrícola que chegou a ter mais de 8.000 pessoas, 1.012 era ainda um número considerável de retirantes no período final de seu fechamento.

Mas o que chama a atenção no registro do funcionário foi o desejo de muitas famílias de abandonarem seus lotes de terra, e os trabalhos no núcleo agrícola, revelando como, para os retirantes, aquele espaço era algo provisório, uma espera nessa seca, para que na melhor oportu-

⁹ Mappa nominal dos emigrantes com quem forão distribuídos lotes de terras na Colonia Socorro constante do pessoal existente até o dia 30 de setembro de 1879. BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 133.

tunidade, pudessem voltar aos seus antigos locais de origem. Esse aspecto encontra-se em uma carta do diretor no dia 17 de agosto de 1878, falando sobre a desistência dos retirantes de serem colonos agrícolas, assim como o empenho de outros a ocupar tal cargo.

Em virtude das notícias satisfactorias provenientes dos diversos sertões, muitos retirados que se comessarão no acompamento sem estabelecerem em lotes, regressaram para lá onde pertencião; e muitos ainda, que se achão nas mesmas circustancias, estão se despondo para tomarem a mesma direção; alguns também que estavam estabelecidos em lotes, quer por motivos de doenças, quer por suas vontade espontânea, seguirão o mesmo destino de apostar na sua terra natal, embora deixassem suas plantações; forão porem substituídos por outros na posse e trabalhos agrícolas dos respectivos lotes. Julgo não dever obstar, mas antes favorecer o regresso dos refugiados nesta colônia, sempre permanecerão muitos, se não todos aquelles que estão ou forem-se estabelecendo em lotes de terra, com estes é que poderá formar verdadeiramente a Colonia Agrícola, governada por um regulamento especial, mediante instruções e experiências próprias, e pessoal habilitado e pratico dos diferentes ramos em que se aproveita, por que se desenvolve com bons resultados a agricultura (BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 68).

Uma vida disciplinada, ordenada e regulada, pensada e colocada em prática pela figura do diretor e de seus funcionários na Colônia Agrícola Socorro, não poderia agradar a longo prazo algumas das famílias de sertanejos de outras províncias, os quais, provavelmente, acostumados com outros padrões de atividades ligadas ao universo rural de dependência (jornaleiro, meeiro, parceiro etc.), poderiam achar um tanto quanto estranha as relações de trabalho, a partir de uma administração rígida pela presença do diretor, funcionários e praças de polícia. Além dos incontáveis fatores subjetivos, o desejo de retornarem para seus antigos lares, algo que nunca iremos saber, embora alguns boatos de chuvas no alto sertão fossem umas das principais razões para o seu regresso.

Em alguns ofícios do diretor da colônia, encontram-se algumas petições oficiais de retirantes e suas famílias para deixarem o núcleo agrícola, como é o caso do colono Petronillo da Costa de Oliveira, que, sozinho, e “a seu pedido, vai retirado desta colônia para sua terra. Tem bom comportamento” (BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, SP). Outros, não conhecendo a região, provavelmente, vindos de muito longe, acabavam precisando de orientação de um guia local ou membro da comissão de socorros para continuar sua diáspora. Como o caso de um guia “para os retirados Francisco Pinheiro Dantas, Bernardino Xavier da Costa, Martim J. Bizerra da Silva, Antonio Joaquim, Antonio Francisco e suas famílias seguirem para Palmares receberem destino da Comissão de Socorros” (BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, p. 70). Portanto, o abandono do trabalho e das terras era uma realidade maciça na Colônia Socorro, até pelo fato de não haver distribuição de propriedades para todos os retirantes que lá estavam. Todavia, os pedidos das famílias sertanejas de retirar-se para frei Comachio, e como sua deliberação oficial e ajuda de guias locais, mostra-se uma forma de segurança para esses retirantes, pois não estaria jogada a sua própria sorte em terras desconhecidas da província de Pernambuco.

Entretanto, algumas famílias nortes riograndenses ainda estavam vivendo nas terras demarcadas da Colônia Socorro nos meses finais de 1879, escolhendo uma vida de agricultores colonos.

Lagoa Tapada, Candido José Baptista, 40 anos, viúvo, 06 familiares, lote de terra no dia 03 de março de 1879. Pattu, Francisco Cariolano de Moura, 30 anos, casado, lote de terra de 07 de janeiro de 1879. Pattu, João Pereira da Silva, 18 anos, solteiro, 08 familiares, lote de terra de 14 de janeiro de 1879. Luiz Gomes, Joaquim Francisco da Silva, 47 anos, casado, 07 familiares. Potengy, [sic.] Antonio de

Mesquita, 31 anos, casado, 07 familiares, lote de terra em 01 de fevereiro de 1879. Seridó, José Gonzaga da Fonseca, 32 anos, casado, 04 familiares, lote em 20 de fevereiro de 1879. Thahiry, José Magno de Queiroz, 36 anos, casado, 02 familiares, lote em 31 de maio de 1878. Panellas, Manoel Paulino do Nascimento, 33 anos, casado, 01 familiar. Poço Limpo, Manoel Bento Bezerra, 24 anos, casado, 02 familiares, lote em 15 de abril de 1878. Pau dos Ferros, Vicente Candido da Silva, 54 anos, casado, 05 familiares, lote em 15 de maio de 1878¹⁰.

Dessas onze famílias, os mais antigos, que estão desde a fundação, são Manoel Bento Bezerra, de Poço Limpo (atual Ielmo Marinho), Vicente Candido da Silva, de Pau dos Ferros, Manoel Paulino do Nascimento, de Panelas (atual cidade de Bom Jesus), e Joaquim Francisco da Silva, de Luiz Gomes. O primeiro entrou com um filho menor, e nesse último arrolamento de setembro de 1879, encontram-se registrados dois familiares — provavelmente, sua esposa engravidou nesse período morando na colônia. Sobre os demais, não encontramos informações, pois eles conseguiram seus lotes nos dias 15 e 16 de maio de 1878, dias depois dos outros mapas da distribuição, analisados até aqui. Todavia, todos mostram que, de retirantes da seca, tornaram-se colonos e agricultores na Colônia do Socorro.

Não se sabe ao certo acerca do restante das famílias que conseguiram os lotes no ano de 1879, se tinham chegado recentemente ao núcleo agrícola, ou estavam esperando outras famílias abandonarem seus lotes para poderem ocuparem, como já havia ocorrido com muitos retirantes apontados pelo funcionário da distribuição de terras. No mesmo relatório do diretor, do dia 15 de janeiro de 1880, encontra-se referência ao abandono e na permanência de sertanejos na Colônia Socorro, mesmo passado três longos anos de seca.

10 Mappa nominal dos emigrantes com quem forão distribuídos lotes de terras na Colonia Socorro constante do pessoal existente até o dia 30 de setembro de 1879. BR APEJE, **Colônia Socorro, 1878 a 1880**, CD 4, p. 126 a 133.

Esta Direcção dispensa seus cuidados a um numero de cerca de 3.000 pessoas. Lotes de terras forão distribuídos com 206 familias, todas retiradas dos sertões desta e das províncias da Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte e em maior número da do Ceará. Empregão-se essas familias na agricultura e plantação de mandioca, milho, feijão, canna, fumo, etc. Trabalhão com a maior satisfação porque reconhecem a vantagem real que resulta de seus suores. [...] Nos mesmos lotes existem muitas famílias de moradores que tendo declarado a intenção de se retirarem assim que as circunstancias o permittir não são considerados como colonos (BR APEJE, Colônia Socorro, 1878 a 1880, CD 4, SP, s/p).

Para o diretor do núcleo agrícola eram considerados apenas colonos as famílias que desejavam fixar-se nas terras por um tempo indeterminado. Enquanto aos intencionados de partirem, quando as circunstancias o permitirem, não eram estimados como colonos. Assim, as ações e escolhas de retirada mostrava-se como uma estratégia coletiva de alguns sertanejos em não deixar que o controle e ordenamento de suas vidas fosse por completo pelas autoridades e instituições, mas, que por outro lado, revela a construção da identidade fugidia do que era ser um retirante do norte, isto é, os retirados dos sertões do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Esses homens, mulheres, crianças e velhos que existiam nas fronteiras das relações de trabalho, migração e agenciamento na seca de 1877-1879.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender os caminhos da migração de famílias norte riograndenses e de outras províncias do norte, até chegarem à Colônia Socorro, em Pernambuco, faz parte de uma grande transformação no arranjo familiar dos sertanejos, pois sua organização interna enfrentava novas reconfigurações, quando os pais faleciam, as mães eram abandonadas ou tornavam-se viúvas, abrindo, todavia, uma rede de agenciamentos para que esses grupos pudessem sobreviver, seja a partir da mão de obra em servi-

ços dos socorros públicos, no próprio núcleo agrícola, ou pela assistência da caridade religiosa e filantropia de algumas elites. Portanto, estudar uma história da formação da família nos grupos subalternos é apontar para a possibilidade da existência de formas concretas e alternativas de organização familiar, alternativas ao modelo de família patriarcal brasileira, sobre a qual as análises deixam escapar muitas vezes a diferença, reduzindo outros agenciamentos e configurações a um mesmo molde e ponto central de interpretação (CORRÊA, 1981).¹¹

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano/BR APEJE. *Colônia Agrícola Socorro, 1878 a 1880*. CD 4.

BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. “Ingazeira de Afogados”. In: **Jornal do Recife**. Pernambuco. Anno XX, nº 119, sexta-feira 25 de Maio de 1877, p. 01.

BIBLIOTECA NACIONAL/RJ. Hemeroteca Digital. “Comissão Central de Socorros” In: **Diário de Pernambuco**. Anno LIV, nº 103, Segunda-feira, 6 de maio de 1878, p. 02.

Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Pecuária no Agreste Pernambucano**. Tese apresentada para provimento da Cátedra de Geografia Econômica, Recife, Universidade do Recife, 1961.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15-42.

FREIRE, A. A. de Luna. Continuação do estudo Colônia Socorro. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, n. 49, 1896, p. 39.

¹¹ Para uma leitura da formação da família brasileira em sua pluralidade histórica, CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 15-42.

GREENFIELD, Gerald M. **The Realies of images**, Imperial Brazil and the Great Drought, Philadelphia, American Philosophical Society, 2002.

LARANJEIRAS, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 3-4.

SILVA, Edson. “Uma guerra civil de 12 anos”: mobilizações indígenas na zona da mata sul de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. **Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio**. De 8 a 11 de agosto de 2016. Instituto Multidisciplinar, UFRJ, Campus Nova Iguaçu, p. 01.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. **Revista de Estudos e Pesquisa**. FUNAI, Brasília, v. 3, nº1/2, 2006, p. 187.

“Deslocados da Seca” na Hospedaria Getúlio Vargas: trajetórias de migração para diversas paragens (Fortaleza/CE, década de 1950)

Renata Felipe Monteiro¹

Abril de 1954. A repórter Lea Sá Carvalho da Revista Momento Feminino chegava à Hospedaria Getúlio Vargas², localizada em Fortaleza/CE, no intuito de averiguar as denúncias contra o desvio das verbas da campanha “Ajuda teu irmão”³, que deveriam ter sido enviadas para as vítimas da seca no Nordeste. Encontrou os galpões da hospedaria vazios, mas diversos sujeitos abrigados defronte àquele recinto, embaixo de cajueiros. Deparou-se ainda com diversas histórias de migrantes, que sem expectativas de melhores condições de vida no campo viram-se forçados a migrarem para a capital cearense. Assim, fez Dona Maria, o marido e os filhos, que saíram da cidade de Quixadá (interior do Ceará) em direção à hospedaria, trajeto percorrido quase todo a pé, no “calcanhar”. E porque saíram de lá, questionou a jornalista à Maria?

1 Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará e professora da rede municipal de educação de Fortaleza-CE.

2 A Hospedaria Getúlio Vargas, atualmente uma Unidade de Abrigo de Idosos do Governo do Estado do Ceará e subordinada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), funcionava na Avenida Olavo Bilac, 1280, bairro São Gerardo-Fortaleza/Ceará.

3 Campanha realizada nos estados do Sudeste em 1953, com o apoio de inúmeros artistas, dentre eles o compositor Humberto Teixeira, que tinha o propósito de arrecadar donativos para a população nordestina que sofria mais uma vez as agruras da seca.

Ficar para quê? Há três anos e pouco não chove. Trabalhávamos na terra de um dono. Tínhamos que dar a 'meia'. Aguentamos até o fim. Depois... não tinha mais 'meia' para dar... Viemos embora (REVISTA MOMENTO FEMININO/RJ, 1954, p. 6).

Durante os primeiros anos da década de 1950, a região Nordeste e, sobretudo, o Ceará foi atingida por secas periódicas (1951-53), causando diversos problemas no campo (fome, saques, roubos, conflitos armados e mortes), obrigando muitos sujeitos a migrarem para Fortaleza e outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, após aguentar péssimas colheitas por três anos, devido à escassez de chuvas, e um trabalho extenuante na propriedade de outros, na condição de meeiros¹ Maria e o marido encontraram-se sem a mesma possibilidade de cultivar a terra e obter produtos para dividir com o fazendeiro. Após suportar essa situação durante todo o período de intempérie climática, viu-se obrigada a migrar com toda a família procurando abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas.

A respectiva hospedaria foi construída no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo inaugurada em 15 de março de 1943, como “um modelo de organização”, tendo o propósito de abrigar provisoriamente um total de 1.200 pessoas (Jornal O Povo/CE, 16 de março de 1943, s/p). Com diversos acordos entre Brasil e Estados Unidos assinados em março de 1942, para a exploração de matérias primas, muitos trabalhadores foram recrutados, sobretudo do Ceará, para o trabalho nos seringais da Amazônia. Através do Serviço Especial de Mobilização dos

¹ De acordo com o historiador Tyrone Pontes Cândido, no campo somente uma pequena parcela dos trabalhadores agrícolas eram arrendatários, sendo bem mais comum o regime de parceria. Nesse sistema o proprietário era responsável por fornecer sementes e a terra, cabendo ao agricultor cuidar do roçado. Mas metade da colheita ficava com o dono da terra, por isso denominavam esse acordo de “meia” ou “meação”. Para entender melhor esse sistema ver: (CÂNDIDO, 2019).

Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)², em parceria com outras instituições, como, por exemplo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)³, foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias (pousos e hospedarias⁴), seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos, até a colocação nos seringais (SECRETO, 2007).

Os idealizadores da Hospedaria Getúlio Vargas a denominavam de “modelo de organização” que deveria ser seguido pelas outras hospedarias e pousos existentes na década de 1940 nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo, a Hospedaria Tapanã, construída em Belém/Pará. Mas apesar do discurso, ao longo da existência da Hospedaria Getúlio Vargas (1943 a 1972), o respectivo recinto de hospedagem tornou-se um centro de conflitos e disputas na cidade de Fortaleza. Assim, nossa proposta no artigo é problematizar sobre as experiências dos migrantes abrigados na respectiva hospedaria, buscando entender ainda quais suas trajetórias de migração para diversas regiões do país durante a década de 1950.

Na tentativa de fugir das agruras da seca em 1953, o senhor Gabriel Gomes de Lima migrou da localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, juntamente com a esposa Satina e seus seis filhos em direção à cidade de Fortaleza. Mas ao buscarem abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas, em março daquele ano,

2 O SEMTA foi criado em 30 de novembro de 1942, sendo substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamentos de Trabalhadores (CAETA) em 14 de setembro de 1943.

3 O SESP tinha o objetivo de organizar e superintender as hospedarias administradas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI). Dentre os diversos serviços, podemos citar: proceder exame médico de todos os trabalhadores e pessoas de suas famílias que desejassem ingressar nas hospedarias administradas pelo DNI e proceder exame médico dos trabalhadores alojados nas hospedarias para confecção das listas de embarque, deliberando sobre aqueles que estão ou não em condições de empreender viagem.

4 As principais hospedarias de migração construídas entre as décadas de 1940 e 1950 foram: Hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá (São Luiz-MA), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza-CE) e Hospedaria Corinto (MG).

não conseguiram vaga naquele recinto de hospedagem, ficando recolhidos em um terreno baldio defronte à hospedaria embaixo de cajueiros. Passaram um mês nesse espaço, aguardando ansiosamente que alguém migrasse para que eles pudessem ser alistados. O filho mais velho do senhor Gabriel Gomes, Demétrio, diante das dificuldades encontradas na capital cearense “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (COUTINHO, 2015, p. 105). E tal como Demétrio, muitos eram aqueles migrantes que diante das dificuldades enfrentadas na hospedaria percorriam a cidade de Fortaleza, vendendo produtos ou mendigando pelas ruas.

Além desse episódio, os filhos do senhor Gabriel Gomes de Lima — José, Maria, Darcy e Demétrio — em entrevista à socióloga Priscila Coutinho relatam outras experiências vivenciadas no período que estiveram em Fortaleza, nas dependências (ou adjacências) da Hospedaria Getúlio Vargas. Um dos momentos mais marcantes para a família Lima foi o show que o cantor Luiz Gonzaga apresentou para os migrantes nordestinos abrigados naquele recinto. O show fazia parte de um projeto para arrecadação de donativos à população pobre nordestina, atingida pela seca. Luiz Gonzaga, de acordo com o jornal Diário de Notícias (RJ), após cantar para os abrigados na hospedaria

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria, de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxílio aos flagelados (Jornal Diário de Notícias/RJ, 21 de maio de 1953, p. 2).

Os irmãos Lima relataram que o cantor Luiz Gonzaga chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria”

(COUTINHO, 2015, p. 107). Percebe-se assim, a partir da reportagem e da fala dos filhos do senhor Gabriel Gomes, que o cantor Luiz Gonzaga protestava contra o desvio das verbas que, teoricamente, foram arrecadadas em vários eventos, mas que não chegaram até os nordestinos abrigados na hospedaria.

Além disso, o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família viveram momentos angustiantes durante o período que estiveram ao relento, nos cajueiros próximos à hospedaria, já que as crianças ficaram doentes. A alternativa foi “invadir a igreja” localizada nas proximidades. Como relata José Ramos de Lima, o vigia da hospedaria, diante da ameaça de invasão, “disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças” (LIMA, 2015, p. 107).

Quanto tempo o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família ficaram desabrigados, vivendo nas barracas improvisadas pelo Exército? Conseguiram se alistar nas dependências da hospedaria? De acordo com Ramos, a família conseguiu posteriormente obter passagens para viajar para a região Norte, no navio Poconé (companhia Loyde Brasileiro). Concluímos, dessa forma, que a família Lima conseguiu ser alistada como migrante na Hospedaria Getúlio Vargas, ficando abrigada até meados⁵ de 1953 naquele recinto. Passaram oito dias navegando em direção à Hospedaria Tapanã, em Belém/Pará, recebendo Gabriel Gomes diversas propostas de emprego ao desembarcar naquele recinto de hospedagem. Mas, como relata José Ramos, seu pai recusou o trabalho na vacaria, “já que tava lá queria um negócio melhor”. Empregou-se posteriormente nas terras do senhor José Guedes, permanecendo ali por um ano. “Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe?” (LIMA, 2015, p. 110).

5 Chegamos à conclusão que a família de Gabriel Gomes de Lima permaneceu até o mês de maio de 1953 nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, já que a família presenciou o show de Luiz Gonzaga em maio de 1953, em prol dos flagelados.

Gabriel Gomes de Lima, diferentemente da maioria dos nordestinos que migravam para outros lugares, era alfabetizado e tinha bastante experiência na administração de propriedades rurais, já que havia possuído uma pequena propriedade no interior nordestino. Assim, recusou algumas propostas de emprego que considerou inadequadas, preferindo aguardar nas dependências da hospedaria. Isso o diferenciava também dos outros migrantes, pois a regra consistia em aceitar qualquer ocupação. Lima, após permanecer meses trabalhando na fazenda de José Guedes, estabeleceu-se em um lugar denominado Guamá (Pará), que naquele período desenvolvia um projeto do Governo Federal de colonização da terra, recebendo migrantes de vários lugares do Brasil e de imigrantes, sobretudo do Japão, para o desenvolvimento de várias culturas, destacando-se o arroz e a pimenta. Vale ressaltar que, apesar de Gabriel Lima ter conseguido se adaptar à região e conseguir desenvolver vários projetos na agricultura, retornou na década de 1960 ao interior do Nordeste, já que sua esposa Satina não teve o mesmo êxito nessa adaptação.

Os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, assim como Gabriel Lima, preferiam — caso houvesse a oportunidade de escolha — a região Norte para migrar, possivelmente porque havia uma longa tradição na migração entre o Ceará e a região amazônica desde o século XIX⁶, sobretudo, nos períodos de seca. Essa migração, contudo, não ocorria somente nos períodos de estiagem, mas sobressaía-se quando havia as instabilidades climáticas. Mas o que fazer quando uma grande leva de trabalhadores abandonavam suas ocupações, nas propriedades rurais, para migrarem para outras paragens? Uma das grandes preocupações dos governantes, políticos, fazendeiros, jornalistas e religiosos era o êxodo rural, que poderia desabastecer o Nordeste dessa mão-de-obra barata e abundante, esvaziando o campo. Dessa forma, houve um intenso debate em torno dessa problemática na década de 1950.

6 Para entender melhor esse fluxo migratório para a região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, 2011; LACERDA, 2006; BARBOZA, 2013.

Em 1956, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, a Igreja Católica estava preocupada com os trabalhadores do campo dispersando-se com a migração para outras regiões, principalmente nos períodos de seca. E essa preocupação foi colocada no I Encontro de Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Campina Grande (PB), entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, discutindo-se “não somente o amparo aos ‘retirantes’, ‘pobres de cristo’, mas também a influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes” (FERREIRA, 2016, p. 35-36). A solução apontada nesse congresso para evitar o êxodo foi investir em políticas públicas desenvolvimentistas, com construções espalhadas pelo interior do país.

A migração surgia como a última alternativa na busca por melhores condições de vida, como, por exemplo, para o agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú no interior do Ceará. Este trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas durante a seca de 1958 viu-se sem a possibilidade de obter produtos da terra. Diferente dos companheiros, não se alistou imediatamente nas obras que o governo oferecia na região Norte do Estado do Ceará, preferindo vender lenhas para obter o sustento, pois ainda tinha esperança que houvesse chuvas até o dia de São José⁷, 19 de março. Mas suas esperanças foram desfeitas quando não houve chuva nesse dia. Assim, após a escassez das lenhas para o sustento da família, restou o alistamento na obra do Riachão. Naquela obra sofria com os desmandos do fornecedor, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

E diante dessas dificuldades — problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim — ficou fascinado com a fala de um

7 São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.

conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega” próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha”⁸ na década de 1940 e das maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, as árvores com frutos e da fartura).

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao Norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que nos documentos oficiais consta que dos 65 mil de brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram (Jornal de Brasília, 26 de junho de 1988, p. 6). Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

8 Os trabalhadores recrutados pelo SEMTA passaram a ser denominados pela propaganda varguista e também se autodeclaravam “soldados da borracha”, já que lutavam, tal como seus companheiros soldados na Europa, pela vitória contra os nazistas. Para entender melhor sobre esses sujeitos ver, dentre diversos autores: GOIS, 2013; GUILLEN, 1999.

Manoel percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses. A primeira dificuldade encontrada foi na Hospedaria Getúlio Vargas, que estava superlotada. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 — período que possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria — comprovam essa afirmativa: 23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque (ARAÚJO, 2000, p. 85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava em junho de 1958 com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. E com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes e ausência de condições sanitárias.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com sua parca economia, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações existentes na respectiva hospedaria (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7). Ao chegar, contudo, à Hospedaria de Tapanã em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza. Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola⁹. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7). Estabelecido no seringal, Manoel escrevia cartas para seus familiares no interior do Ceará, re-

9 Tipo de embarcação usada na região amazônica.

latando sobre os infortúnios da viagem para o Norte e sobre outras amarguras do cotidiano na floresta amazônica.

Manoel, após passar por vários seringais, conseguiu estabelecer-se em um seringal no rio Purus (Amazônia). Soube que um deputado estadual, conterrâneo de Acaraú — havia votado nele —, José Colombo de Sousa tinha proposto uma lei que distribuía “um pedaço de terra para os retirantes na beira do rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem”. Possuir um pedaço de terra era a grande benesse que Manoel aguardava, desde o domingo que ficou encantado com as histórias de Florêncio sobre a floresta amazônica. Não seria mais obrigado a suportar fornecedores trapaceiros, trabalhos extenuantes em obras emergenciais do governo e parcos salários nas propriedades de outros. Nas cartas enviadas aos familiares dizia que por lá ficaria, “esperando que o governo fizesse com ele e seus companheiros o que fazia com os japoneses quando chegavam lá, todos eram bem tratados e com documentos de posse da terra” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

As terras cultivadas por Gabriel de Lima, na região de Guamá, e por Manoel Antônio no Purus faziam parte de um projeto de recolonização do Governo Federal — iniciado por Getúlio Vargas e continuado por Juscelino Kubitschek — de algumas áreas do país, no qual os migrantes nacionais e internacionais (os japoneses) construía suas casas e desenvolviam diversas culturas nas propriedades do governo. Os principais núcleos coloniais foram estabelecidos no norte do Brasil, mas havia alguns no Nordeste, como, por exemplo, no Ceará. A migração dessa população nordestina, porém, como citado anteriormente, não era incentivada constantemente e em alguns momentos houve tentativas de coibir ou diminuir o fluxo de pessoas para outras regiões. O deputado estadual (São Paulo) Paulo Abreu em 1952 organizou um projeto de lei, nº 1710/52, que tentava regulamentar o êxodo das populações do Norte e Nordeste para a região do Sudeste, ou melhor, para São Paulo. O deslocamento dessas

pessoas para a capital paulista, de acordo com o documento, seria regulamentado por postos de fiscalização em diversas localidades. O projeto, apesar de bem aceito em São Paulo, não foi aprovado.

Durante a seca de 1951-1953 houve outras tentativas de coibir a saída dos nordestinos para diversas regiões do país, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, já que o jornal “o Correio da Manhã do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem” (FERREIRA, 2016, p. 38). A ideia desses governantes, políticos e religiosos era cercear e regulamentar o deslocamento desses sujeitos pelo país, determinando quando e para onde poderiam migrar. Como salienta o historiador Paulo Fontes,

os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. [...] Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (FONTES, 2002, p. 54-55).

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste — a maioria, contudo, era proveniente do Estado da Bahia —, utilizavam como transporte os caminhões pau-de-arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo poderia ser justificado somente pelas estiagens? Essa justificativa esvazia-se quando percebemos que durante toda essa década os nordestinos e, sobretudo, os cearenses recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Busca por melhores condições de vida, com salários dig-

nos, acesso a direitos trabalhistas e/ou a posse de uma propriedade rural, possivelmente são as respostas mais plausíveis para esse deslocamento constante. Como salienta a socióloga Neyara Araújo, a partir da década de 1950 na cidade de Fortaleza, esses sujeitos, denominados anteriormente simplesmente como “retirantes” e/ou “flagelados”, passaram a ser percebidos como “deslocados da seca”, já que

corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, des-locados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das industrias novas, nas obras da construção civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acossados pela vaga, alugavam caminhões e mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito [...] contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil (ARAÚJO, 2000, p. 83).

Em direção à Hospedaria Getúlio Vargas direcionaram-se milhares de “deslocados da seca” em 1958, causando temor nas autoridades governamentais e em outros sujeitos. O que seria possível fazer para resolver esse problema? A migração, apesar de ser questionada e evitada em diversos momentos, foi a solução encontrada para resolver o problema da superlotação nas dependências da hospedaria. O grande temor era a repetição de cenas de revolta registradas pela imprensa em maio de 1958, quando o administrador da hospedaria Waldemar Nepomuceno foi ameaçado e expulso do recinto de hospedagem pelos migrantes e a cozinha e outros equipamentos foram destruídos durante o motim. Assim, em dezembro de 1958 foi organizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização¹⁰ (INIC) uma força tarefa, denominada “Operação Flagelados”, contando com o apoio da Marinha, Aeronáutica e Exército,

10 O INIC substituiu o DNI em 1954, existindo até a década de 1960.

tendo como objetivo fazer o deslocamento, em curto prazo, de 12 mil migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas.

Aníbal Teixeira, diretor do INIC, argumentava que essa operação iniciara-se no dia 05 de dezembro, quando o navio Almirante Alexandrino transportou 600 migrantes para a hospedaria existente na ilha de Flores (Rio de Janeiro), que seriam destinados aos cafezais no Paraná e para a região de Goiás. Outros haviam sido enviados para Brasília e Anápolis (360), mas 80%, ou seja, 10 mil “desejava ir para a Amazônia”. Na região norte, muitos seriam alocados nos núcleos de colonização existente em Santarém e outras localidades próximas, desenvolvendo o plantio “em suas próprias terras, de malva, pimenta do reino, arroz, milho e outros cereais” (Jornal Diário de Notícias/RJ, 20 de dezembro de 1958, p. 5).

Em 1958, contudo, a “Hospedaria Tapanã já está super lotada ‘com mais de quatro mil nordestinos’. Na Amazônia, as condições de vida e de trabalho podiam ser até piores do que aquelas deixadas para trás” (NEVES, 2000, p. 217). Os jornais oposicionistas relatavam que essa “Operação Flagelados” visava somente escoar essa população pobre migrante para outras paragens, não havendo a preocupação de como seriam recepcionados nas outras hospedarias dirigidas pelo INIC ou onde os mesmos seriam empregados.

Notícias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, dizem que numerosas famílias de emigrantes já andam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino (Jornal Voz Operária/RJ, 17 de janeiro de 1959, p. 5).

Vale ressaltar que, posteriormente à seca de 1958, os discursos sobre a regulamentação das migrações internas voltaram à pauta de discussão de governantes, políticos e religiosos. No II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal (RN) em maio de 1959, estabeleceu-se, dentre diversas propostas, que as hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus deveriam ser transformadas em hospedarias de zona rural, sendo constituído um grupo de trabalho para executar essa proposta. A ideia, apesar de não ter sido concretizada, nos possibilita problematizar que após essa grande estiagem da década de 1950, a preocupação com o deslocamento constante dessa população pobre migrante assustava sobremaneira os habitantes dos grandes centros urbanos do país, sendo necessário afastá-los de qualquer maneira para o campo e impedi-los de migrar quando houvesse outra instabilidade climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao analisarmos essa variedade de documentos (jornais, documentos oficiais, revistas, entrevistas, dentre outros) sobre as experiências e trajetórias dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza, sobretudo na década de 1950, esperamos contribuir para um aprofundamento das discussões que envolvem esses sujeitos, que em busca de obter melhores condições de vida, assim como para fugir de um sistema de trabalho opressor nas propriedades fundiárias de outros ou nas obras governamentais, enfrentavam dificuldades nas dependências ou adjacências daquela hospedaria (fome, doenças, ausência de condições sanitárias etc.), os perigos da viagem até as regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e o futuro incerto em outras paragens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias:** história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense:** rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas:** experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso:** a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”:** Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos.** Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará — Anos 1950). 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais:** São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração:** estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944). 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva:** histórias da migração nordestina para a Amazônia. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)**. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, José Ramos. Entrevista cedida à COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: Biografia sociológica de uma trans-fuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, n.º. 40, p. 115-135, 2007.

Cotidiano das trabalhadoras domésticas em Fortaleza (1920-1940)

Juliana Magalhães Linhares¹

INTRODUÇÃO

Após a abolição e com a instauração do regime republicano no final do século XIX, as questões relativas ao mundo do trabalho no Brasil e no Ceará estavam diretamente relacionadas às mudanças socioeconômicas almeçadas pelas elites e classes políticas. Nesse movimento, o processo de marginalização dos egressos da escravidão, dos pobres e dos migrantes caminhava a passos largos. Essa agitação pode ser observada através das sutis fronteiras das relações de trabalho e da luta por melhores condições de vida. Para tanto, propomos uma reflexão com o objetivo de compreender as experiências das trabalhadoras urbanas pobres ligadas ao serviço doméstico de Fortaleza no contexto do pós-abolição até a primeira metade do século XX e suas diversas relações de trabalho buscando relacionar as questões de gênero e classe no processo de discussão dos direitos trabalhistas.

A escolha do recorte espaço-temporal tem suas justificativas. Em primeiro lugar, a cidade de Fortaleza foi escolhida por sua importância política administrativa, como sede do poder, assim como pelo incipien-

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará(UFC), lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4133889J6>. E-mail: julianalinhares05@gmail.com.

te crescimento comercial e populacional. Porém, mesmo considerando esses fatores, a opção pela capital cearense se deu, mais especificamente pela sua intensa dinâmica social, atraindo centenas de pessoas em períodos específicos de estiagem, seja de passagem para outras cidades, ou até mesmo permanecendo na capital, afetando as relações de trabalho.

Em segundo lugar, a opção pelos períodos compreendidos entre os anos de 1920 e 1940 fundamenta-se nos dados presentes nos recenseamentos produzidos nos referidos anos. Nos censos é possível perceber essa gama de trabalhadoras que também deixaram indícios de sua existência em processos criminais, poemas, matérias de jornais, enredos literários, entre tantos outros. Queremos tratar, a partir dessas fontes, da conformação desse grupo de trabalhadoras, investigar seus arranjos sociais, apreciando fluxos migratórios, relações de trabalho e de gênero.

A proposta do desenvolvimento deste trabalho é adentrar as casas das famílias cearenses do início do século XX, mais especificamente entre os anos 1920 e 1940. O objetivo é conhecer as mulheres, e algumas meninas responsáveis pela manutenção da casa, nos interessa a roupa lavada, o chão varrido e o cheiro da comida que vem da cozinha. Em meio a tudo isso pretendemos também ouvir os pedidos de socorro abafados no quarto a noite, o furto da comida quando a patroa não está vendo para saciar aquela fome de nascença, os conflitos por espaço nos chafarizes na hora de pegar água e o furto de bens valiosos e dinheiro seguido de fuga. Para alcançar o objetivo central desta pesquisa faz-se necessário instigar o debate acerca da historiografia e as fontes sobre o tema, este é o objetivo deste artigo.

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM FORTALEZA

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem se debruçado de forma sistemática sobre temáticas que envolvem o trabalho

doméstico, tornando-se objeto comum em debates e pesquisas. Isto é perceptível principalmente no campo da História Social do Trabalho, e nas suas intersecções com outras áreas historiográficas como a História Social da Escravidão e a História Social das Mulheres. As recentes discussões nos mostram que se ampliaram os temas, abordagens e enfoques (BATALHA; FORTES; SILVA, 2006) ocorridas no âmbito da História do Trabalho nas últimas décadas no país.

Além disso, aqueles que se debruçam sobre as trabalhadoras domésticas como objeto de pesquisa, podem incorporar a sua discussão novas perspectivas conceituais e metodológicas relacionadas ao mundo do trabalho, como é o caso da História Global do Trabalho. Que inseriu nos debates teórico-metodológicos do mundo do trabalho outros sujeitos históricos, como os escravizados, mulheres, crianças e jovens, trabalhadores organizados ou não, e inseriu aqueles pertencentes ao mercado informal (LINDEM, 2008).

Para compreender as trajetórias dos trabalhadores do serviço domésticos no Brasil, é importante o diálogo com alguns estudos que remetem a escravidão doméstica em diversas regiões. Autores como Sandra Graham (1992), em *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 - 1910*, Flávia Fernandes de Souza (2017), em sua tese “*Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do rio de janeiro, 1850-1920)*”, Lorena da Silva Teles, no livro *Libertas entre Sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo(1880-1920)*, dimensiona o significado dos espaços de trabalho, ora na rua, ora dentro de casa, para as escravas, libertas e egressas da escravidão.

Para pensar esse contexto em Fortaleza alguns trabalhos mostraram-se fundamentais, a dissertação defendida em 2011 “Entre a casa e a rua: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)”, Linhares (2011) trata da relação do fim da escravidão e a normatização do trabalho doméstico em Fortaleza, esta pesquisa trouxe discussões até

então incipientes na historiografia sobre o tema. A tese “Os párias da modernidade na “Terra da luz”: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877-1912)”, de Rodrigues (2018), avança no tempo e nos debates aprofundando a análise no período de pós-abolição, discutindo o trabalho doméstico e sua relação com a servidão. Por fim, a dissertação defendida recentemente intitulada “Donas de casa, criadas e empregadas: trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930” (PASCOA, 2020) trazendo à tona inclusive fontes sobre uma escola de domésticas em Fortaleza são essenciais para a reflexão acerca da luta diária destas mulheres. São trabalhos como estes que mostram a consolidação da discussão e sua importância para os dias atuais.

Vale ressaltar que o aporte teórico da História Social permitiu a análise das experiências destes sujeitos históricos a partir da reflexão sobre seus enfrentamentos, tensões e conflitos cotidianos, bem como suas táticas e estratégias de poder. Questões como os arranjos de trabalho que compunham o serviço doméstico, os padrões de continuidade servil no contexto de crescente disputa para a construção de uma legislação trabalhista e principalmente a criação de redes de solidariedade e sociabilidade como forma de resistência e adaptação destas trabalhadoras.

Portanto, para além da historiografia que busca os trabalhadores fabris, nas greves, associações mutualistas, inseridos na lógica da construção dos direitos trabalhistas, os sujeitos desta pesquisa são outros. Mulheres e crianças, sobretudo pobres, algumas egressas da escravidão, já familiarizadas com a precarização do trabalho. Alvos das autoridades que durante a primeira república buscavam, dentro do contexto da construção de uma nova nação civilizada, “moldá-las” a uma lógica do trabalho.

A coleta de fontes sobre o cotidiano destas mulheres tem-se mostrado um desafio, considerando o silêncio feminino a produção escrita no início do século. Resquícios de sua presença surgem aqui

e ali sobre o olhar de uma sociedade patriarcal preocupada com a honra e a moral da família. Mas esta dificuldade não é uma característica restrita ao Ceará, Maria Odila ao escrever sobre as mulheres em São Paulo afirma que “O descortinar as estruturas do cotidiano ao nível da organização domiciliar, familiar e das parentelas e vizinhanças constrói terreno difícil, onde a historiografia penetra esporadicamente com resultados brilhantes, porém sempre com enormes dificuldades de documentação” (DIAS, 1995, p. 51). Neste sentido, muitas vezes essas fontes eram produzidas sobre as mulheres e não pelas mulheres. São eles um conjunto de fontes manuscritas e impressas, são Periódicos, Almanques, Códigos de Posturas, Censos, Processos crimes, Legislação, dentre outros. Através da análise destas fontes propomos compreender as experiências das trabalhadoras que se ocuparam do serviço doméstico remunerado na capital cearense.

Compreendemos a dificuldade em perceber o serviço doméstico dentro da categoria de trabalho quando pensamos numa estrutura secular que definiu seu lugar social restrito a uma ideia de feminilidade, ou seja, o serviço do lar era tratado como inerente e natural a condição feminina. Determinada situação impediu durante anos que o trabalho realizado majoritariamente por mulheres fosse entendido dentro de uma categoria de trabalho. Silvia Federici afirma que “a questão das mulheres” se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo” (FEDERICI, 2019. P. 23), de certa forma a naturalização do serviço doméstico a uma condição feminina justificou a sua não remuneração e a manutenção da subalternidade das mulheres.

Segundo Maria Odila Dias, “Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência” (DIAS, 1995. P. 16). A vida das domésticas esteve marcada pela precarização das relações de sociais regidas muitas vezes por contratos instáveis ou inexistentes.

Cabia às trabalhadoras pobres urbanas, posições não qualificadas e com baixos salários, suas experiências e seu cotidiano revelam o descompasso existente entre os avanços dos direitos trabalhistas e a realidade da informalidade, do “não-trabalho”. Logo, faz-se necessário problematizar as centenas de mulheres e suas experiências na história social do trabalho, os meandros das suas relações profissionais, suas lutas por melhores condições de vida, lazer, relações de sociabilidade e solidariedade.

FONTES PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A análise crítica das fontes e o diálogo com a historiografia é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, por meio dessa intersecção é possível problematizar as experiências históricas dos diversos sujeitos que circularam pela cidade de Fortaleza no final do século XIX e início do XX. No entanto, não devemos nos prender apenas a uma apreciação superficial dos documentos, muito menos utilizar fontes a partir de uma análise confirmadora de ideias pré-estabelecidas. É nesse sentido que propomos um diálogo entre os documentos, indispensável para a complementação e/ou refutação das informações.

Perrot (2013) afirma que a ausência de fontes, sobre e produzida pelas mulheres, está relacionada ao seu silêncio na sociedade, pois as mulheres são pouco vistas e faladas. Neste caso, a principal dificuldade de uma história das mulheres, trabalhadoras, seria em mapear os resíduos de suas experiências diante de sua invisibilidade social (PERROT, 2013). Para dar conta dessa proposta de pesquisa o corpo documental será composto por uma documentação diversa: Periódicos, Termos de Tutela, Códigos de Posturas, Censos, Processos crimes, dentre outros, onde buscaremos os pormenores da vida cotidiana no seu espaço de trabalho.

A análise dos periódicos permite visualizar diversos aspectos da vida sócio-política, uma gama variada de temas e situações que, se bem problematizadas, podem fornecer indícios sobre pessoas, cidades, valores e opiniões da época. Alguns dos periódicos pesquisados encontram-se disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel — BPMP como o jornal *O Povo* e *O libertador*, outros estão catalogados e digitalizados no *site* Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional como o *Jornal do Ceará: político, comercial e noticioso*, *O Legionário*, *A ordem: Trabalho e justiça* e a *A razão: Independente, Político e Noticioso*.

O escritor e também farmacêutico Rodolpho Theophilo ao escrever no jornal “Jornal do Ceará”¹ sobre a sua luta diária de vacinação da população de Fortaleza em 1903, nos dá algumas cenas cotidianas da cidade, para ele parece impressionante a quantidade de pessoas pedindo esmolas aos sábados na localidade de Areias na periferia, revelando seu posicionamento em alguns momentos ao dizer “Hoje, nos dias de sábado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta”.

No âmbito da legislação nacional, o Código Penal de 1890 que aponta a legislação sistemática relativa às punições e ao mesmo tempo evitar os crimes. A constituição de 1891, o Código Civil de 1916 e a constituição de 1934, estabeleciam normas concernentes aos direitos e deveres dos cidadãos, aos bens e suas relações, garantindo que não infrinjam as normas estabelecidas pela constituição vigente. Já sobre Fortaleza especificamente, faz-se necessário a análise dos códigos de postura 1912 com foco na questão do controle e da repressão dos moradores na cidade. Apesar de se constituírem como documentos oficiais e por conter a visão da classe dominante, representada aqui por autoridades é possível observar nos livros da polícia um pouco do perfil dos presos como: ocupação, onde moravam, filiação, idade, em

1 Jornal do Ceará, Fortaleza, 12 de outubro de 1904, p. 03.

alguns casos cor. Homens e mulheres eram presos pelos mais diversos motivos, roubos, assassinatos, bebedeiras e vadiagem. Por meio destas fontes é possível, por exemplo, questionar quem eram essas órfãs e investigar os traços da escravidão e suas permanências nestas relações. Quais mudanças poderão ser identificadas nas relações de “proteção e obediência” que envolviam estas pessoas? Qual o destino destas meninas após alcançarem a maioridade e terminado o período de tutela? São alguns dos questionamentos a serem feitos a estes documentos.

Os processos crimes são fontes de extrema importância para a pesquisa em História devido à riqueza de detalhes e diferentes pontos de vista dos fatos ocorridos. Os pormenores elencados no desenrolar dos autos permitem conhecer com minúcias os envolvidos desde a vítima até as testemunhas, mostrando como ocorriam as brigas, as redes de sociabilidades, solidariedades e os pequenos atos do cotidiano. Esse tipo de fonte, se examinada, permite identificar alguns grupos sociais de interesse para esta pesquisa.

Os processos crimes possibilitam ainda conhecer como se davam estes arranjos de trabalho destas mulheres, a fragilidade dos contratos entre patrões e empregadas gerando uma instabilidade profissional. Nos depoimentos outros aspectos nos chamam a atenção, Francisco das Chagas chama Sebastiana quase sempre pela sua profissão, “doméstica”, enquanto Augusta e uma amiga são chamadas de “mocinhas”, a idade das referidas é praticamente a mesma entre 17 e 18 anos.² Em meio à sociedade patriarcal, a prática do assédio era comum entre as escravas domésticas e, aparentemente, perpetuava-se de forma naturalizada no século XX. No entanto, a possibilidade de processos e até a união das vítimas para sanar tal situação é uma grata novidade.

2 APEC - Fundo: Tribunal de Justiça; Série: Ações criminais; Sub-série: Crimes contra a propriedade; Caixa 12; N° Processo: 1938/06; Local: Fortaleza; Ação: Furto.

Por meio da análise e do cruzamento das fontes, pretendemos perceber como essas discussões e disputas em torno da regulação formal do trabalho afetaram as trabalhadoras pobres urbanas e como suas relações cotidianas de trabalho se transformaram nesse ínterim. Defendemos a necessidade de ampliar o debate sobre os pontos de contato existentes entre as especificidades da experiência social feminina e as modificações nas relações de trabalho no pós-abolição. Entretanto, não deixaremos de lado as discussões sobre o avanço dos movimentos sindicais que efervesciam na cidade, sobretudo na década de 1930. Pretendemos compreender as formas cotidianas de resistências destas trabalhadoras que viviam em Fortaleza no início do período republicano; se houve novas oportunidades de trabalho com a expansão fabril-comercial. Quais eram as dificuldades encontradas pelas mulheres na distribuição das oportunidades de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tom das mudanças que viriam permear as relações sociais e de trabalho foram ditadas oficialmente pelo Código Penal de 1890. Ser vadio significava “Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”³. Não ter ocupação e ofender a lógica de comportamento reinante era crime passível de 15 dias de detenção mais multa, mas seria considerado vadiagem o momento de intervalo entre um emprego e outro? As mulheres donas de casa que lavassem roupa para completar a renda entrariam na categoria “trabalho” ou “não trabalho”?

É possível que somente operários das fábricas, do comércio e profissionais liberais atingissem o perfil de trabalhador “honrado” almeja-

3 Código Penal dos Estados Unidos do Brasil - 1890. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso: 23 abr. 2017.

do pela sociedade. Nesta categorização é interessante perceber ainda a distinção entre homens e mulheres quando falamos de trabalhadores. Ao homem era dado o uso livre do espaço da rua, das indústrias, do comércio e, não sem disputa, o espaço de organização classista. Já às mulheres cabiam o espaço do lar, o enquadramento num modelo idealizado de família, a premissa da manutenção dos bons costumes e da honra. Era preciso manter a “mulher de família” a “moça casadoira” longe da rua, pois este era um lugar considerado perigoso.

Naquele período havia debates constantes nos jornais sobre a situação dos operários nas fábricas, no porto, nas obras e em locais onde o trabalho masculino é predominante. A legislação é construída de tal forma que trabalhadores e operários tornam-se sinônimos, marginalizando boa parte das domésticas. Desta forma, propomos investigar as experiências das trabalhadoras pobres de Fortaleza, concentrando a análise nos segmentos subalternos, dedicados ao serviço doméstico feminino. Importará estabelecer relação entre eles eventualmente adentrando a realidade das operárias das fábricas com fins, sobretudo, comparativos.

Dessa maneira, tornar-se necessário compreender os limites das fronteiras do que era considerado “não trabalho” e/ou trabalho informal, remunerado e não remunerado (LINDEM, 2008), bem como avaliar como esses postos eram relegados às mulheres, sobretudo, negras. O que nos conduzirá às questões da existência de padrão de continuidade servil nestes arranjos de trabalho. Ao fazer alguns questionamentos, como a manutenção das relações escravistas nessas relações de trabalho, partimos do pressuposto que estas mulheres, enquanto sujeitos históricos, ressignificaram seus arranjos de trabalho e estabelecendo novos limites entre a relação de dependência e a permanência da servidão.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Cláudio H. M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, Editora Unicamp, 2006.
- DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e poder**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- Federici S. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante; 2019.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.
- LINDEM, Marcel Van. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 520 p.
- LINDEM, Marcel Van. **História do trabalho: o velho, o novo e o global**. Revista Mundos do Trabalho, 1, 2008, p. 11-26.
- LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua: Trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)**. 2011. 179f. — Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.
- PASCOA, Michelle Arantes Costa. **Donas de casa, criadas empregadas: Trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930**. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2020.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2ª edição. São Paulo: Contexto 2013.
- RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Os párias da modernidade na “terra da luz”**: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877 - 1912). 2018. 403f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850 — 1920)** / Flavia Fernandes de Souza. — 2017. 583 f. ; il.

“Quem faz a limpeza das cidades? Trabalhadores pobres e cotidiano em Fortaleza (1900 - 1930)”

Amanda Guimarães da Silva¹

INTRODUÇÃO

A limpeza dos espaços urbanos foi entendida, gradualmente, como um problema social relevante, sendo tecido complexo para o desenvolvimento de relações diversas entre legisladores municipais, trabalhadores, moradores e articulistas letrados. Direccionamos nosso olhar para a sistematização das práticas de limpeza, impulsionadas e geridas pelo Estado, entendendo que um dos contrapontos deste processo foi a desarticulação de relações entre vizinhos e carregadores, assim como, a instituição de outro tempo e ritmo de trabalho. O escrutínio destas relações é realizado a partir da análise de Códigos de Posturas, construídos pelo município entre 1879 e 1933, onde é possível perceber a constituição do poder municipal sobre as práticas de limpeza urbana; críticas e editoriais publicados em jornais do período, onde interlocutores letrados, por vezes sem identificação, evidenciam os conflitos existentes entre imposições municipais e moradores, tendo como ponto de encontro os trabalhadores e as práticas

¹ Graduada em História e Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista CAPES. Contato: amandaguimaraesufc@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9322628919768297>.

realizadas; bem como produção memorialista e historiográfica que perpassam a temática da cidade, no período em estudo.

As diversas práticas de trabalho existentes no cotidiano da cidade eram relacionadas ao transporte de cargas e materiais diversos. Indispensáveis para a expansão das relações econômicas e do espaço físico, eram realizadas por carregadores e carroceiros, trabalhadores pobres, que tendo a carroça como instrumento de trabalho, improvisaram modos de sobrevivências em um intenso ir e vir cotidiano, constituindo experiências de vida diversas atravessadas pela indispensabilidade da atividade e marcadas pelo controle progressivo municipal, sendo uma ocupação constituída a partir de uma condição social de subalternidade. Diversas atividades dependiam de carroceiros para serem finalizadas, como a entrega de diversos materiais, mantendo intercâmbios econômicos dentro do espaço da cidade e tecendo redes de relações e conflitos diversas e pertinentes para a compreensão de problemas urbanos específicos.

PODER MUNICIPAL E TRABALHADORES

A Câmara Municipal, ao final do século XIX, tinha como atribuição a elaboração do Regimento Interno e do Código de Posturas da cidade, indispensáveis para a criação de um município, pois discorriam sobre os serviços realizados dentro do espaço urbano e o orçamento anual de despesa e receita (A REPÚBLICA, 1892). A presença de empresas privadas, destinadas a prestação de serviços diversos, relacionados à limpeza urbana, distribuição de águas e construções, possuíam espaço dentro das discussões da câmara municipal, sendo sustentada a partir dos sucessivos códigos de postura. As discussões sobre a elaboração deste código apontavam como preocupação a não obstrução do desenvolvimento de indústrias locais, devido a taxações excessivas (A REPÚBLICA, 1892). Do contrário, um conjunto de ocu-

pações cotidianas, seus modos e instrumentos de trabalho, passavam a ser progressivamente taxados. Os valores arrecadados, sobretudo de trabalhadores e moradores, de acordo com os parâmetros legais, seriam utilizados para custear serviços públicos. A Câmara Municipal, ao construir o Código de Posturas, do ano de 1891, deliberava sobre diversas atividades citadinas, como:

Alinhamento, calçamento, iluminação, arborização, denominação, mudança e aberturas de ruas e praças das cidades, vilas e povoações.

Construções de estradas, pontes e pontilhões, boeiros e mais obras de arte, estabelecendo um plano geral de vias municipais e determinando a extensão, direção, largura e modo de separar os terrenos laterais.

Limpeza Pública, compreendendo a remoção de todos os resíduos das casas particulares.

Abastecimento de águas potáveis e serviço de esgoto para materiais fecais, águas fluviiais e águas servidas, respeitando os contratos existentes. [...]

Fiscalização das obras das cidades, vilas e povoados, providenciando de modo que seja apresentado o projeto de construção, de acordo com as regras de segurança, salubridade e beleza, que devem ser estabelecidas nas posturas. Casas de banho e lavanderias públicas, podendo estabelecer-las por sua conta ou contratar com empresas individuais ou coletivas (A REPÚBLICA, 1892).

Os serviços de limpeza são instituídos, somente, no código municipal de 1879, em meio ao período de seca existente entre 1877 e 1879 (CAMPOS, 1988, p. 151—153) Poderiam ser realizados por carroças ou outro veículo de remoção apropriado. A postura municipal de 1879 aponta que esta atividade teria a finalidade de remover matérias orgânicas e inorgânicas, evitando, assim, o desenvolvimento de miasmas nocivos e o embargo de ruas devido à quantidade de lixo. As medidas inauguram uma nova organização da cidade, com a criação de seções, com quatro distritos. As áreas coletivas, como praias, praças, coxias e córregos, eram inclusas nas atividades de limpeza. As praças deveriam ser varridas a cada dois dias e as ruas duas vezes por semana, com re-

colhimento do lixo. O código apontava o surgimento do Empresário da Limpeza, que por meio de contrato, seria responsável por remover o lixo das calçadas, arrancando a cada três meses a vegetação existente, a partir de contrato de trabalhadores. A limpeza não poderia perturbar o sossego dos habitantes, onde o empresário seria responsável pela orientação e punição dos trabalhadores, em caso de gritarias e algazarras. A limpeza das calçadas era responsabilidade dos proprietários. Em contrapartida, o empresário poderia empreender penas e danos direcionadas aos moradores que, intencionalmente ou por negligência, sujassem ruas e praças. O Código Municipal incentivava que moradores realizassem ocorrências, em caso de ausência do serviço e existência de lixo nas ruas, sendo direcionadas a casa ou ao escritório do empresário. A multa seria no valor de 30\$000, cobrada pelo responsável pela limpeza pública (COSTA, 2017).

O espaço da cidade, desta forma, apresenta uma heterogeneidade de atividades econômicas, organizadas a partir do setor de serviços. É constituído como centro de produção capitalista do Estado, compreendendo em seu território atividades diversas de produção, circulação e consumo. Serviços situados, em parte, como infraestrutura, como energia, consumo de água, acesso ao saneamento básico, limpeza pública, transporte urbano, entre outros, que atendem aos imperativos de reprodução da força de trabalho e do capital (CRUZ, 1991). O processo progressivo de contratação mostrou uma possibilidade rentável e estável de arrecadar recursos regulares, uma vez que a limpeza e coleta de lixo configuravam como uma das principais demandas sociais no período. A constituição deste novo mercado de trabalho atua como instrumentos e espaços de subordinação do trabalho, em um processo geral de acumulação do capital (CRUZ, 1991). Especificidades próprias são percebidas a partir da prática de trabalho e da atividade desempenhada.

A organização da limpeza pública, a partir do “Empresário da Limpeza”, instituiu um novo mercado, desarticulando um conjunto de atividades tradicionais, realizadas anteriormente por moradores ou prestação informal de serviços. Ocorre um progressivo afastamento

das atividades de limpeza na cidade, que antes, eram realizadas por moradores, em meio a relações de prestação de serviços individuais e cotidianas, onde o Estado passa a gerir estas relações, impulsionadas, em sua maioria, pela demanda de organização e limpeza da cidade. Os pagamentos e mercados informais existentes entre moradores é diluído e desmanchado, com a conseqüente organização de impostos. Neste sentido, muitas conseqüências sociais decorrem do processo de municipalização de atividades essenciais, sendo possível supor que diversos trabalhadores tiveram seus modos de sobrevivência afetados, seus regimes de pagamentos alterados e diminuídos, pois os recursos particulares direcionados para a realização da atividade foram, progressivamente, destinadas para o imposto municipal.

A solicitação de matrículas municipais constituiu-se, desta forma, como única possibilidade legal de transitar pela cidade e empreender modos de sobrevivência a partir de práticas que, em outros tempos, consideravam-se tradicionais. Os jornais constituíam como espaços de divulgação de pedidos de matrículas, chegando pedidos com frequência, que deveriam ser autorizados pelo município, mediante impostos e licenças diversas. Como Francisco Maximiano Moreira, que tendo seu pedido de matrícula autorizado, recebeu a numeração 787. Tiveram suas matrículas aprovadas, também, os carroceiros José Francelino, de 21 anos e para carreteiros, Antonio Manoel da Silva, de 50 anos, Antonio Ramalho de Sousa, de 37 anos, José Siqueira de Lima, de 46 anos, José Francelino, 21 anos, para exercer a profissão de carroceiro (A RAZÃO, 1929).

TRABALHADORES E IMPOSTOS

A normatização de atividades alcança um conjunto de trabalhadores, que a partir da progressiva burocracia, têm modos de sobrevivência tradicionais profundamente afetados. Dentre diversas atividades, a normatização de carregadores e carroceiros constitui uma forma eficiente de arrecadação municipal, obedecendo a interesses

de organização específicos do espaço urbano. O poder municipal tinha como objetivo regular e enquadrar a atividade desempenhada, cobrando impostos por meio da regulação, tributação do exercício cotidiano de trabalho, ou, caso houvesse desvios da legislação pública. Era preciso pagar para trabalhar e enquadrar seus instrumentos de trabalho dentro da dimensão panóptica apresentada pelo município. As normatizações administrativas e burocráticas direcionadas a trabalhadores diversos, sobretudo, os que desempenham atividades utilizando carroças, constituem ponto de encontro com experiências situadas em outras cidades, no período. Sobre a regulamentação desta prática de trabalho em São Paulo, Elciene Azevedo aponta que:

Tal preocupação das autoridades e da polícia em regular o ofício, se, por um lado, está calcada na percepção de um setor socialmente diversificado e que se constitui como categoria profissional no espaço público, justificava-se ainda pelo fato de ser este um mercado de trabalho em franca expansão em uma cidade que, a partir da década de 1870, não pararia mais de crescer — tornando tais trabalhadores alvos privilegiados das preocupações governamentais (AZEVEDO, 2009, p. 87).

A arrecadação de impostos, por profissões, ocupações e indústrias era realizada através da administração pública. A Intendência Municipal, instituída nas primeiras décadas do século XX, era responsável por organizar e coletar impostos sobre a coleta de lixo e a limpeza urbana. A arrecadação de valores sobre coleta de lixo tornou-se um eixo da administração pública muito rentável, pois arrecadava valores com regularidade, de um serviço que se instituiu como essencial para a população da cidade. Apoiadores do Prefeito Accioly defendiam sua eleição, entre alguns motivos, devido aos saldos positivos existentes nos cofres governamentais (CATER, 1910). O que evidenciava, no entanto, a cobrança excessiva de impostos, sobretudo, entre a população local. Diversos setores foram atingidos com a cobrança

de impostos, que para alguns jornais, facilitava o processo de extinção de diversas indústrias na cidade e arredores.

Existia uma cobrança desigual entre trabalhadores e indústrias. Comparações associando a desigualdade de impostos era comum nos jornais cearenses. O carroceiro, para transitar pela cidade e exercer atividades cotidianas indispensáveis, retornava aos cofres públicos um valor aproximado de oito mil reis. A mãe de família, fosse lavadeira, contribuía com, aproximadamente, 7% de sua renda (JORNAL DO CEARÁ, 1907). As carroças de transporte e frete, conforme previa a Constituição e os Códigos de Postura das últimas décadas do século XIX, pagavam impostos para circular dentro do espaço da cidade. Enquanto empresas específicas, como as de tecidos, de propriedades associadas ao governador e com capital de 6000\$000\$000, retornavam aos cofres públicos um valor simbólico de 360\$000, transportadores de mercadorias pagavam valores pesados, de aproximadamente 8\$000, para a utilização de carroças e a livre circulação pela cidade, cujos valores eram desproporcionais ao arrecadados na ocupação (O REBATE, 1907, s/p).

TRABALHADORES E A CIDADE

A cidade que crescia era aquela que, em proporção semelhante, desenvolvia a sensibilidade do olfato. Os corpos dos doentes, o lixo pela cidade e o ir e vir de retirantes da seca, entre outros estímulos, despertava a sensibilidade do odor, sobretudo, entre os setores abastados que associavam, constantemente, pobreza, sujeiras, doenças e morte. Muitos indícios apontam para uma nova sensibilidade relacionado ao cheiro, construídos de alto a baixo da pirâmide social. A difusão de hábitos em diálogo com a cidade moderna, difundida entre uma elite ilustrada, contribuiu para mudanças de sensibilidade em torno dos odores e das práticas cotidianas. A dimensão e percepção do corpo como individualizado e a definição e nomeação de cheiros contribuiu para rejeitar tudo aquilo que pertencia ao corpo

do outro, incluindo resíduos, odores, como suor e tudo o que fosse desagradável. A sensibilidade da população diante o acúmulo de lixo era sintoma de uma cidade que crescia, no entanto, não acompanhava modos de lidar com a questão (CORBIN, 1987).

A presença de odores e dejetos espalhados por ruas e praças despertava contrariedades, sobretudo, entre a população letrada e abastada do período. Os intelectuais urbanos assumiram a condição de detentores do conhecimento indispensável para o reajustamento político, social e geográfico instituídos no município (PONTES, 2014). As elites letradas e profissionalizadas, como bacharéis, médicos, engenheiros, jornalistas, entre outros, constituíram novas formas de saberes, empreendidas em diálogo com o projeto republicano de cidade. Escreviam frequentemente sobre o assunto divulgando ideias sobre limpeza urbana e hábitos profiláticos sobre o viver e morar na cidade, por meio das páginas dos jornais (JORNAL DO CEARÁ, 1908).

Uma prática comum era a queima de lixo doméstico nos quintais ou áreas próximas, produzindo fumaça nociva e cheiro desagradável, atingindo habitações e moradores próximos. Notícias sobre o assunto emergiam, sobretudo, por meio de setores letrados e abastados, incomodados com a propagação de doenças e com aspectos estéticos da cidade. Articulistas engajados em discussões sobre higiene urbana condenavam este costume, apontando a falta de conhecimento sobre higiene pública e os incômodos causados em localidades próximas, atingidas pela fumaça proveniente do material, considerada asfíxiante e prejudicial à saúde urbana. Espaços privados eram utilizados como depósitos de lixo, por parte do poder público, chamando atenção pela sujeira, cheiro e moscas que contornavam o local. Incomodo para os transeuntes que passavam perto, sobretudo, aqueles que vinham nos bondes da linha do Benfica e moradores próximos. A prática era justificada como falta de conhecimento e ignorância, sobretudo da população mais pobre, sobre saúde pública (A CIDADE, 1900). Diziam os jornais:

A respeito da hygiene desta cidade acabamos de receber de uma pessoa qualificada o seguinte: E’ inqualificavel Sr. Redactor o abuso que diariamente se presencia aqui de queimarem o lixo que se vai accumulando nos quintaes. Os moradores desta casa não tem a menor attenção para com os seus vizinhos, assim é a fumaça que sobe destes grandes monturos existentes nos seus quintaes encommoando-os horrivelmente. A fumaça envolada desses monturos é asphyxiante e de um cheiro inteiramente nocivo a saúde (A CIDADE, 1900, s/p).

Diversos grupos sociais expressavam a cidadania por meio de queixas e reclamações, expostas em páginas de jornais. A realização de queixas junto aos jornais pressupõe a existência de um direito. Permite perceber um quadro carências sociais e o que é considerado justo pela população do período. As queixas realizadas, em um exercício cotidiano de cidadania, possuem discursos alternados, onde o Estado é colocado como ponto central da problemática da cidade. Muitas vezes, emerge como responsável pela ausência de atividades essenciais, tantas outras como responsável pela organização e regulação dos serviços prestados e na resolução de problemas. Os serviços de limpeza eram objeto de insatisfação, direcionadas ao município, nas figuras dos intendentes municipais e inspetores de limpeza. Eram cotidianamente citados nos jornais, dentre muitos motivos, pela ausência de limpeza na cidade (SILVA, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As composições conflitantes entre presente e passado emergiam entendendo a ação municipal como responsável por organizar dimensões sociais importantes, no entanto, insuficiente na realização desta prática. A regulação do trabalho e a organização a partir de legislações, regulamentos e matrículas eram cotidianamente percebidas como pontos de inflexão nas atividades essenciais realizadas tradicionalmente. As intermediações de serviços deixam de ser realizadas entre moradores e tra-

balhadores, sendo intercambiadas, ao longo do século XX, pelo poder municipal. Trabalhadores responsáveis pela limpeza das ruas e da cidade passaram, progressivamente, a serem contratados pelo município e pela empresa de limpeza, desarticulando um tradicional tecido social relacionado a práticas de trabalho. A desarticulação de atividades e relações tradicionais é pensada como resultado da expansão de relações capitalistas no espaço, as quais, desagrega e rompe práticas cotidianas realizadas costumeiramente, orientadas por laços diversos de vizinhança e proximidade (POLANYIE, 2000). Emergem novos modos de realizar a atividade, pois novos sujeitos de poder e pressão passam a gerir a prática de trabalho de limpeza. A contratação, portanto, influenciou e modificou, em dimensões sensíveis, os hábitos de trabalho e uma rede de sociabilidade relacionada a ele. Em conjunto, podemos entender o poder municipal como acelerador de rupturas diversas e desarticulações percebidas no cotidiano citadino, sobretudo, relacionado a práticas de trabalho. As atividades realizadas, outrora, por meio de articulações pessoais e laços de vizinhança, são realizadas a partir de contratação municipal, evidenciando e modificando laços de prestação de serviços e a percepção sobre a qualidade da atividade prestada.

REFERÊNCIAS

A CIDADE (CE). Estado Sanitário. Ano 1900. Edição 50. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 02 jan. 2020.

A RAZÃO: independente, político e noticioso. Ano 1929. Edição 120. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=989>. Acesso em: 02 set. 2019.

A REPÚBLICA: fusão do libertador e do Estado do Ceará (CE). Ano 1892. Edição 173. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pesq=código%20de%20postura&pasta=ano%20189>. Acesso em: 02 jan. 2020.

AZEVEDO, E. (Org.). A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros

no processo de invenção da” Raça Paulista”. In: **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX**. Editora da Unicamp: Campinas, 2009.

CAMPOS, E. Apreciação das posturas municipais dos códigos de 1870 e 1879. In: **A Fortaleza Provincial: rural e urbana**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CATER, Nick. De relance. **Jornal do Ceará: político, comercial e noticioso**. Ano 1910. Edição 1279. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20191>. Acesso em: 17 jun. 2020.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, M. C. L. C. Códigos de postura e outras leis disciplinando a cidade e suas edificações. In: **Capítulos de Geografia Histórica de Fortaleza**. Imprensa Universitária: Fortaleza, 2017.

CRUZ, H. F. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência** (São Paulo - 1900/1920). Editora Marco Zero: São Paulo, SP, 1991.

JORNAL DO CEARÁ: político, comercial e noticioso (CE). Ano de 1907. Edição 570. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1128&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 03 set. 2019.

JORNAL DO CEARÁ: político, comercial e noticioso. Ano 1908. Edição 754. 20 de fevereiro de 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 12 set. 2019.

O REBATE: Jornal Independente (CE). 1907 — 1913. Ano: 1907. Edição: 32. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%20190>. Acesso em: 03 set. 2019.

POLANYIE, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Compus: Rio de Janeiro, 2000.

PONTES, Sebastião Rogério. Corpos sadios em ruas limpas. In: **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 - 1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

SILVA, E. **Queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Camponeses-operários: trabalho e identidade social de sertanejos migrantes na construção do Açude Araras (1951-1958)

Francisco Magnel Carvalho Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

Discutiremos os processos de trabalho e identidades sociais de sertanejos que migraram em função das secas para as obras de construção do Açude Araras (oficialmente Paulo Sarasate), na década de 1950. A referida barragem pública, construída sob a administração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, foi inaugurada em 31 de julho de 1958, situada na altura do curso médio do Rio Acaraú, a área era então circunscrita ao município de Reriutaba.

Tais trabalhadores, ao longo do tempo, foram apenas mencionados como aqueles que se aproveitavam das ofertas de serviços para “sobreviverem” em representações das elites e meios letrados. Deste modo, os sujeitos das frentes de serviços do Araras são representados nos jornais e documentos oficiais do DNOCS depreciativamente, sob a alcunha dada aos retirantes em serviços de emergência: “cassacos”, de ações espasmódicas.

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará, onde foi bolsista FUNCAP. <http://lattes.cnpq.br/9428188249207468>. magmili1@hotmail.com. Professor da Secretaria da Educação Municipal de Cariré-CE.

Mas, sem suas labutas, tarefas árduas, não teríamos a estrutura de aparato econômico utilizada pelos moradores que permaneceram ou vieram para o “Araras” e circunvizinhanças depois da inauguração da barragem. Seus trabalhos possibilitaram a infraestrutura de uma modernização econômica para a região.

As condições variáveis em que viviam os operários/camponeses a depender do momento de inserção na obra e o contexto de pauperização que sofriam no processo de migração eram sintetizadas em identidades provisórias que assumiam (NETO, 2017). Estas identidades sociais, por outro lado, se revestiam em estigmas sociais (GOF-FMAN, 2013) utilizados para justificar tratamentos degradantes.

As construções de memórias e de identidade sociais apresentadas pelos ex-trabalhadores em questão, coletadas em entrevistas mostram uma recusa das alcunhas de “cassaco”, e a consciência de um trabalho com pouca compensação individual.

IDENTIDADE E ESTIGMAS DESTINADOS AOS TRABALHADORES DAS OBRAS DE EMERGÊNCIA

As políticas intervencionistas no semiárido, em meados do século XX, representavam um movimento de expansão do capitalismo no campo. Segundo tais discursos, o sertão, por meio de projetos de rodovias, açudagem, eletrificação e irrigação, se integraria ao processo de modernização urbana. Por esta razão, o Araras, desde suas projeções iniciais, visava beneficiar centralmente cidades de médio porte daquela região, como Sobral, de “promissora industrialização” (CORREIO DA MANHÃ, 1950, s/p.).

Estas expectativas estavam afinadas com discursos de modernização pelas obras de açudagem praticadas pelo DNOCS, concebida pelo seu corpo de engenheiros e técnicos, bem como era imaginada e

ansiada por uma elite econômica relacionada à pecuária e ao cultivo de algodão, sujeitos proprietários de largas faixas de terras do sertão.

A açudagem, no discurso de muitos desses sujeitos, ia além da infraestrutura, pois, segundo estes:

É o açude que permite a exploração da terra sêca. Justificando este conceito diz o agrônomo José Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-industrial do Departamento de Sêcas: [...] Os estudos de plantas da terra sêca como: a oticica, a favela, a carnaúba, o pinhão bravo, o pega-pinto, o mata-pasto e outros, somente foram e estão sendo realizados porque a açudagem tornou a vida possível no sertão, porque o açude criou um clima científico de estudos locais, porque o açude permitiu a conquista da terra sêca (VIEIRA, 1951, p. 455).

O clima de cientificidade que as obras representavam, a imagem de modernidade que elas suscitavam, eram materializadas pelo açude, uma intervenção “civilizatória” na paisagem, como um instrumento tecnológico colossal. O “objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, [porém] ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo” (SANTOS, 2006, p. 41).

Logo, o açude, como imagem de progresso, seria colocado em contraste com a imagem construída de Nordeste atrasado (ALBUQUERQUE JR, 2009) e o sertanejo como ignorante, isolado do resto do mundo (DIÁRIO DA NOITE, 1958) civilizado, espectros dos quais a indústria das secas fazia uso para solicitar recursos ao governo. As obras de açudagem se propunham então, não somente a mudar a paisagem, mas também, a mudar o comportamento de trabalho dos sertanejos através da mecanização e da agricultura irrigada.

As elites regionais defendiam que estes projetos de intervenções estatais fossem colocados em prática para justificar o auxílio aos retirantes no canteiros de obras em períodos de seca. Nesta dinâmica as obras

públicas de combate às secas demandavam cada vez mais de trabalhos especializados, e exigia a fixação dos camponeses (CÂNDIDO, 2019).

As estratégias de vida de constantes movimentações dos camponeses se intensificavam durante as estiagens, quando muitos se tornavam retirantes, para os interesses modernizadores que incluíam a dominação das classes subalternas em novos sistemas produtivos estas mobilidades eram indesejadas. Talvez por esta razão, a figura do trabalhador das frentes de serviços, desde o início do século XX, era construída de forma negativa pela mobilidade que tinham.

A imagem dos retirantes trabalhadores das frentes de serviços do governo era associada à do marsupial (ou gambá) conhecido no Nordeste como “cassaco”, termo utilizado pela administração das obras, em meios letrados e em jornais, ligado aos retirantes, talvez pelo odor que os obreiros adquiriam durante o trabalho e em situações insalubres de moradias, ou por carregarem consigo a prole, ou por serem ótimos cavadores, ou por estarem constantemente em busca de alimento, e para isso estavam quase sempre em movimentações frenéticas, em busca de serviços.

A obra literária “Cassacos”, de autoria do sobralense Cordeiro de Andrade (1934), é tida como o indício mais antigo de uso do termo em alusão aos camponeses trabalhadores das obras de socorros públicos nas secas (FERREIRA, 2016, p. 55). Neste romance, o autor utiliza o nome “cassacos” para se referir aos retirantes da seca de 1919, que chegavam à cidade de Sobral em busca de “adjutórios” e trabalho no açude de Forquilha, geralmente em situações degradantes ou violentas.

Em “Cassacos”, Cordeiro de Andrade também define os personagens como retirantes vitimados, em relatos de secas passadas, como “Marcelino”, pequeno camponês que “sempre tinha um jeitinho de vida, uns capados engordando, umas miuças no chiqueiro, o terreiro cheio de galinha”, mas perdeu tudo na seca de 1915, migrou com a esposa e cinco filhos pequenos para Sobral, “fiado nos serviços públi-

cos que andavam ultimando, parece que na rodagem da Meruoca e da Ibiapina” (ANDRADE, 1934, p. 46).

Na ficção citada, o retirante não teria obtido o alistamento no serviço devido à falta de “padrinho” que o indicasse e passou a pedir ajuda aos moradores e comerciantes locais, quando foi desafiado por “um grupo de desocupados” a olhar direto ao sol por cinco minutos em troca de 5 mil réis. Interessado em matar a fome dos filhos, a personagem aceita o desafio, e acaba cego. Durante o sacrifício de Marcelino, “um engraxate ambulante apreciou; — Tá ficando doido, cassaco? Olha a Porangaba!” (ANDRADE, 1934, p. 47).

Por este tipo de exposições, com personagens narrando as histórias quase sempre como observadores, é que notamos que o “cassaco”, na obra do autor sobralense, seria sempre “o outro”, o sertanejo “animalizado”, o pária da sociedade, capaz de qualquer coisa em troca de comida.

Cordeiro até amplia a discussão sobre a fragilidade social dos pobres no campo; após falar do pauperismo dos retirantes nas obras de emergência, outro personagem na referida peça literária se questiona:

- Na verdade, compadre, Quê que pobre vem fazer no ôco desse mundo? Trabalha, trabalha, suor escorrendo que nem bica, dorme em riba, de esteira, come um pratinho de barro de feijão naqua e sal, uma triste vez por dia, e no fim das contas, patrão é que é dono de tudo, passsa bem, tem casa bonita prá morar, e anda no trinque, todo pe-requeté. Tará direito, compadre, uma coisa assim, assim? Você acha mesmo? (ANDRADE, 1934, p. 81).

Durante as secas, a população pobre camponesa é a primeira e principal parcela social a migrar para as cidades e procurar as obras públicas, o que também transparece no romance em apreço (ANDRADE, 1934).

Cordeiro de Andrade queixa-se, utilizando os diálogos dos personagens em “Cassacos”, de que “faltava-lhes consciência proletária” (ANDRADE, 1934, p. 113). As resistências cotidianas dos retirantes não eram

tomadas naquele romance como ações políticas por não serem institucionalizadas ou massificadas, mas estes comporiam a classe proletária.

De todas as formas, a acunha é sempre pejorativa. Se refletirmos sobre certas atribuições feitas em representações dos trabalhadores das frentes de serviços como “cassacos” poderemos compreender conflitos sociais em tais simbolismos, como no caso da descrição feita por Oswaldo Lamartine de Faria,¹ em artigo intitulado “Cassacos”, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1964: “Cassaco é chamado, em todo aquele mundo, o simples sertanejo de rede-nas-costas que vive no giganismo do trabalho nas construções públicas”.

Lamartine, pensando os retirantes operários, durante a década de 1960, distingue os “cassacos” dos agricultores que se empregavam nos serviços do governo apenas enquanto esperavam a volta do inverno, diferente de Cordeiro de Andrade, que escreveu na década de 1930, e leva em consideração as experiências dos campos de concentração das secas em 1915 e de 1932. O romancista sobralense minimizava os ditos “cassacos”, representados como indefesos, ao passo que Oswaldo Lamartine os via como “Pilhericos” e “Paleadores”.

Em outra obra literária, “Os Cassacos”, de Luciano Barreira, publicada em 1976, mas que busca retratar fatos da seca de 1958 na região do Sertão Central do Ceará, os retirantes representados empregados em obras públicas também são de origem pobre, desempenham tarefas árduas, mas demonstram consciência de direitos e resistências individuais, bem como se articulam em ações de massa:

- De fato já vem correndo o boato que cassacos de outras turmas pretendem fazer matança na fazenda [de propriedade do engenheiro-chefe do Banabuiú]; se forem poucos serão punidos da pior maneira, mas se forem muitos, certamente que não haverá ninguém com meios de puni-los (BARREIRA, 1976, p. 200).

1 Oswaldo Lamartine de Faria, nasceu em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 15 de novembro de 1919, filho de família tradicional abastada trabalhou como administrador de grandes fazendas, ingressou na década de 1950 nos quadros do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), mas não abriu mão de atividades relacionadas ao campo.

Estas descrições dos trabalhadores das frentes de serviços, que os textos literários continuam a chamar de “cassacos”, em meados do século XX, passam a considerar a agência dos retirantes, a exemplo dos textos de Barreira e Lamartine de Faria, são ecos de suas resistências no mundo material. Lamartine chega a categorizar os trabalhadores de parasitas, pois, seriam, segundo a descrição, “Piolho[s] das construções públicas onde cedo aprendem a ‘dar-de-mamar a enxada’,² e são por isso habitualmente enjeitados como diaristas nas fazendas daquelas redondezas”.

O poeta potiguar emprega o termo “dar de mamar a enxada” à ação dos trabalhadores em mitigar o serviço — para nós, tais ações são micro resistências dos sertanejos, tanto a mitigação do trabalho, como as fugas das frentes, colocavam os chefes de obras e patrões das fazendas em um desafio constante para obter a produtividade requerida. Por esta razão, as elites desqualificavam as práticas itinerantes.

Uma vez envolvida em uma economia de mercado, ou com sua mobilidade reduzida a mão de obra dos camponeses seria transformada em mercadoria com valor de troca, sujeita a desvalorização. Os trabalhadores, por estes termos, com as constantes migrações, resistiam a ser incorporados a esse processo.

Outra característica atribuída aos retirantes enrustida no “apelido” “cassacos”, é a falta de habilidades intelectuais de trabalho, como na ilustração utilizada por Lamartine de Faria no artigo já citado.

Na imagem que segue, em terreno de topografia mais baixa, vemos muitos trabalhadores, aparentemente todos do sexo masculino, vestidos de forma simples, com blusas, calças, descalços e usando chapéus com abas, na lida do que parece ser a construção de um açude, utilizando enxadas, picaretas e pás; estão carregando caixas fixadas a jumentos que são tangidos à cipoadas até o alto da suposta

2 Segundo nota de rodapé do próprio autor da descrição citada, “dar de mamar a enxada” significa: “folgar, malandra em serviço; [termo] alusivo ao gesto de descansar com o cabo da enxada apoiado no sovaco” (IBGE, 1964, p. 137).

barragem; ao fundo, uma barraca com redes armadas nas estacas e mais trabalhadores no alto da barragem.

Figura 1 - Ilustração de trabalhadores das obras do governo presente na descrição de Oswaldo Lamartine de Faria sobre “Cassacos”



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, Janeiro-Março de 1964, p. 138, desenhista não identificado.

A ausência de máquinas no ambiente retratado, porém, destoia da realidade de muitas obras públicas de açudagem erigidas na década de 1950, como a do Açude Araras, bastante mecanizada. O desenho, portanto, revela uma visão generalista e folclorizada dos trabalhadores das frentes de serviços, cristalizando a representação dos “cassacos” como aqueles que usavam somente ferramentas simples de trabalho, sendo o foco da imagética discursiva feito de modo a reforçar a ideia de morosidade daqueles serviços e desqualificação técnica dos trabalhadores.

No modo como finaliza o texto em análise, Lamartine também transparece preconceitos com os trabalhadores das obras de emergências, escrevendo que: “A permanência do cassaco no local se finda com o término da obra ou a notícia de uma outra frente de trabalho de remuneração mais vantajoso. Aí alcança a estrada e recomeça o ciganismo...” (IBGE, 1964, p. 137).

Esta descrição, mesmo fazendo as ressalvas de que nem todos os obreiros dos serviços de emergências seriam como os ditos “cassacos”, “pilhericos”, acaba por generalizar o perfil e comportamento daqueles trabalhadores, em oposição por exemplo à experiência dos trabalhadores do Açude Araras, onde muitos permaneceram após a conclusão das obras, e desenvolveram formas de trabalho para além das que conheciam no campo, concluímos que nem todos os migrantes empregados seguiam as rotas das obras públicas ou retornavam às roças e fazendas.

SUJEITOS NA HISTÓRIA: O LEGADO DOS TRABALHADORES DO AÇUDE ARARAS

As frentes de serviços poderiam ser planos emergenciais, mas, a longo prazo os implementos de açudagem e irrigação serviram a uma agricultura moderna, intenção evidenciada por publicações como a que segue: “mas o importante é criar tipos de fazendas modelo para as diversas ecologias do Nordeste. Serão fazendas perfeitamente adaptadas ao meio [...]. Estas fazendas terão áreas regadas, quando possível, e áreas não regadas [para culturas secas]” (Boletim-DNOCS. V 19-1959, p. 120).

Como vimos, a irrigação visava beneficiar principalmente fazendeiros em grandes áreas, o que excluiria os pequenos produtores e deixaria a maioria dos sertanejos como mão de obra para uma agroindústria estimulada pelo Estado.

É evidente que o Estado é um agente das demarcações espaciais, é um elemento importante nas relações de poder que recortam os espaços, mas ele mesmo não é, como se pensa, um sujeito privilegiado do poder, é apenas uma resultante da intrincada e pouco racionável rede de relações de poder que atravessa uma dada sociedade, ele é um terminal dos fluxos multidirecionais de relações de força que se distribui desigualmente pelo tecido social (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 75).

As obras do Açude Araras, inauguradas em julho de 1958, se inscreviam neste horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006), de crença no “progresso” pelo acúmulo de água para irrigar terras secas.

No discurso institucional, presente no convite elaborado pela Direção da obra para anunciar a inauguração da barragem, tentando encobrir o caráter assistencial, exploratório e autoritário que os serviços desempenharam, com o trabalho de milhares de retirantes nos períodos das secas de 1951-1953 e 1958, fica acentuado mais uma vez que o açude

[...] tem como finalidade principal, a regulação das enchentes e perenização do referido rio, aproveitamento hidroelétrico com capacidade aproximada de 10.000 KW, irrigação de uma área superior a 20.000 há e criação de peixes, dando à zona norte do Ceará, maior expansão econômica e social (M.V.O.P-DNOCS- Inauguração do Açude Público “Araras”. 1958, s/p).

O complexo de obras, do qual o açude era o primeiro passo, em nome de uma “expansão econômica e social” seletiva, ignorava o campo de experiências que os operários e a população do entorno vivenciaram, para muitos de maneira dolorosa.

A ideia de que a criação de estruturas de irrigação proporcionaria o crescimento econômico e este traria a reboque um bem-estar social acessível a todas as classes foi no fundo uma maneira de contrapor as ideias de redistribuição de terras e renda que ganhavam fôlego na luta social do campo com a formação das ligas camponesas na década de 1950.

Os mesmos editoriais que propagandeavam o “progresso” que as obras hídricas trariam explicitavam suas posições políticas em relação às reformas estruturais da propriedade de terras em manchetes, como a que esbravejava que “não precisa o Brasil de nenhuma Reforma Agrária” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, s/p).

Por esta ideologia, a solução para o velho problema do descompasso econômico da região Nordeste era desvinculada da concentra-

ção de terras e colocada sobre os meios técnicos de produção agrária. Como consequência, bastaria resolver o problema de oferta de água, com obras de irrigação, mantendo uma massa de mão de obra capacitada e disponível através dos serviços das próprias obras públicas, para se resolver os problemas sociais do semiárido.

O simbolismo empregado na identidade de cassacos também participa no disciplinamento para o trabalho aguardado para a “modernização do campo”. As imagens feitas dos retirantes como seres violentos ou de moral duvidosa contribuíam para uma representação dos trabalhadores rurais de maneira animalizada, carentes de pacificação.

E também rapaz, tá doido, uma multidão de gente daquela ali, era muita, muita gente. Só podia dar briga as coisas tudinha né. Mas a vida era normal, igual a nossa aqui. Porque naquele tempo a educação era zero né. O pessoal era tudo mal educado naquela época, hoje eles tão tendo (MARTINS, 2014, p. 38).³

Vemos a reprodução da visão depreciativa dos trabalhadores nesta fala do ex-fornecedor do acampamento do Araras, José Arteiro Rocha. Estas imagens de terror eram sintetizadas em termos como “cassacos”, legitimavam a repressão imposta nos canteiros de obras e nos acampamentos dos retirantes e desqualificavam, no plano simbólico, os trabalhadores para baratear sua mão de obra no plano material.

As condições em que viviam os operários/camponeses e o contexto de pauperização que sofriam no processo de migração se recompunham em identidades provisórias que assumiam (NETO, 2017, p. 44): “Eu era chamado ‘galego do araras’” (EDVAR DE SOUZA LOPES, 2018). Foi o que disse Edvar sobre suas passagens nas obras do Açude Orós, após sair do Araras.

3 Entrevista concedida por JOSÉ ARTEIRO ROCHA, em sua residência, em Varjota-CE, ao pesquisador Rafael Pires Martins no ano de 2014.

Estas identidades sociais, por outro lado, se revestiam em estigmas sociais (GOFFMAN, 2013, p. 41): “Aí duas cafezeiras disseram, rapaz, tá chegando muito caboco do Araras, e os cassacos do Araras eles não prestam não, aonde tem festa eles acabam, e a moça que olhar pra eles é porque não tem vergonha, e se vender uma xícara de café eles não paga” (EDVAR DE SOUZA LOPES, 2018).

Os estigmas muitas vezes eram utilizado para justificar tratamento degradante, no entanto, os ex-trabalhadores do açude Araras que entrevistamos, em maioria, demonstram recusar a identificação por “cassaco”: “Já tinha uma turma aqui arranchada, já tinha uma barraca feita pra arranchar os cassacos, naquela época chamava era cassacos, não era funcionário” (JOSÉ GERARDO GOMES, 2015).

Vou fazer como na reunião que nós tivemos, nossos apelidos era de cassaco, perguntava porque, porque quando nós se conhecemo o entendimento era que nós cavava, aonde chegava era a casa dos cassaco né, e até aqui nessa conversa passou o tempo e nós fomo na reunião fiquemo por cassaco mesmo né, porque foi o apelide que fizeram e eu digo, agora era tão mal feito (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

A reunião a que Nestor se refere, onde teria se reproduzido o “mal feito” apelido de “cassacos”, foi o evento da prefeitura municipal de Varjota, sede atual da barragem do Açude Araras, realizado em 2017, através da Secretaria de Cultura e Tecnologia:

O Seminário de História e Memória sobre Varjota e cerimônia de entrega da Comenda Cassaco, abriu oficialmente as festividades do 32º aniversário de emancipação política de Varjota, na qual, cerca de 120 Cassacos e familiares dos Cassacos in memoria receberam a Comenda Cassacos em mãos (VARJOTA, 2017, n/p).

Tal projeto, apesar do êxito em positivar o termo “cassacos” para a opinião pública local, em forma de homenagens aos ex-trabalha-

dores do Araras, que receberam uma comenda, não refletiu sobre a adequação do nome (cassacos) para representar o universo de migrações e experiências daqueles que vivenciaram a construção do açude, empregado de maneira generalizante para representar os empregados do Araras de diversos momentos diferentes, em diferentes situações sociais e funcionais dos serviços, incluindo, também, funcionários do DNOCS que atuaram ali tempos depois da inauguração da barragem.

Optamos, portanto, por não utilizar o termo cassacos para nos referirmos aos retirantes trabalhadores da construção do Açude Araras, e de outras frentes de serviço, para não correremos o risco de reproduzir adjetivos e preconceitos relacionados a gênese social do estigma, e nem homogeneizar as experiências dos migrantes e trabalhadores dos serviços de emergência.

A manipulação da identidade feita pelos próprios trabalhadores era um sinal de resistência, pois, em alguns casos, evidenciar sua condição de retirante poderia lhe facilitar o acesso ao emprego ou a alguma melhoria no cotidiano; em outros casos, destacar certa característica a eles atribuída, como por exemplo o potencial de agressividade, poderia do mesmo modo coagir administradores ou fornecedores a lhe garantir o que julgavam justo receber.

[...] aí o José de Alencar, doido, aí, ele morreu já, chegou lá ele “vim receber meu dinheiro”, “não senhor, você virou o carro acabou-se não tem direto a nada, aí ele tinha ido receber o dinheiro aí puxou o revólver, aí botou todo mundo pra correr, aí o doutor Maia mandou, paga... paga, paga esse doido! Paga esse doido pra ele ir se embora, tinha assim, mas não era normal mesmo (JOSÉ ARTEIRO ROCHA, 2019).

Frisamos do relato de José Arteiro o uso da agressividade pelo motorista José de Alencar, chamado no relato duas vezes de “doido”, denotando o efeito de realce de identidades (GOFMAN, 2013) que compunham as lutas cotidianas no acampamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de pauperismo e exploração que os trabalhadores das frentes de serviços em meados do século XX eram submetidos, em certa medida, os aproximavam das imagens feitas em torno dos servos rachadores de lenha e tiradores de água descritos no antigo testamento da Bíblia, transpostos como figuras de párias da humanidade no início da era moderna, conforme analisa Peter Linebaugh e Marcus Rediker, na obra “A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário”.

Estes “malditos” trabalhadores, ao construírem diques, estariam ainda buscando fontes de água da qual não seriam os principais beneficiados, como os servos aguadeiros não eram das águas que carregavam. Estas mesmas represas proporcionaram a instalação de hidroelétricas, fonte de energia, como o calor do fogo produzido pela lenha transportada pelos servos “malditos”.

A energia elétrica, tão reivindicada para a industrialização no Ceará na década de 1950, possibilitava o avanço de novos sistemas de trabalho expandidos com a irrigação e mecanização ao meio rural, onde as lavouras de subsistência perderiam espaço para o agrogócio, que, por fim, manteria aqueles mesmos obreiros construtores do açude como mão de obra proletária.

As memórias autorizadas ressaltam a grandiosidade da represa do Açude Araras, e mesmo tendo sua construção se estendido de 1951 a 1958, as fontes hemerográficas, apesar da magnitude do açude, informam sua conclusão em tempo recorde, de até 13 meses (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, p. 12). O discurso oficial atribui tamanho feito ao poder da tecnologia das máquinas utilizadas (O NORDETE, 1958, s/p) e não ao esforço dos retirantes.

Assim, os méritos de realização da grande obra são atribuídos ao poderio industrial e aos governantes no poder, principalmente Juscelino Kubitschek, e não aos trabalhadores: “o resultado é que os rachadores de lenha e os tiradores de água são invisíveis,

anônimos e esquecidos, apesar de terem transformado a face da Terra construindo a infraestrutura da ‘civilização’” (LINEBAUGH e REDIKER, 2008, p. 50).

Nestor Florentino, refletindo sobre sua experiência de trabalho nas frentes de serviço do governo no curso de sua vida, em sua construção da memória (POLLACK, 1992, p. 204) remete ao fator da água como pedra angular de todos os processos nos quais se envolveu enquanto operário da construção civil no Araras, cujas secas faziam o tom das migrações.

O orador não se mostra satisfeito e nem reconhecido pelo esforço dispendido em trabalhar no semiárido construindo obras hídricas.

Não, as água era pouca mesmo né, era, mas, dava pra quebra galho, não dava pra gente ficar desamparado por causa disso não, eu tô achando hoje mais difícil, que eu trabalhei todo nesses açudes e compro água pra beber, né, é mais trabalho- so isso aí né, a gente trabalhar tanto e ainda comprar água pra beber (NESTOR FLORENTINO DE OLIVEIRA, 2019).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009, p. 340.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- ANDRADE, Cordeiro de. **Cassacos**. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- BARREIRA, Luciano. **Os Cassacos**. Rio de Janeiro. Nova Cultura, 1976.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**/ Tyrone Apollo Pontes Cândido. — 1 ed. — Curitiba: Appris, 2019.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (CEARÁ, ANOS 1950)**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História) -

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2016.

GOFFMAN, Erving, 1922-1982. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada/ Erving Goffman: [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes].- Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE, Oswaldo Lamartine de Faria. Cassaco. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 26, n 1. 1964, p. 137-138.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 305-327.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, Rafael Pires. “**Deus não Ordena Cassaco Sofrer**”: Cotidiano e Memórias dos Trabalhadores da Construção do Açude Araras em Varjota- CE (1951- 1958). 2013, p. 47. Monografia- Faculdade Kurius, Maranguape, 2014.

NETO, Regina. B. G. Amazônia, Território em movimento: vidas precárias. Revista **História Unisonos**, 21 (1): 38-50, jan./abr. 2017.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 5, n. 10, 1992. p. 200- 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razões e emoções. Milton Santos. — 4 ed. 2º reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VARJOTA. Carlos Dorneles Monte. Secretaria de Cultura e Tecnologia (Org.). **Cassacos**: A força da nossa história. 2017. Disponível em: https://varjota.ce.gov.br/pmv/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=31&Itemid=627. Acesso em: 25 jan. 2020.

VIEIRA, Flávio. O polígono das secas brasileiras. **Boletim Geográfico**, Ano XI, agosto de 1951, nº 101. p. 451- 466. Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, Secção Regional Nordeste (DG-SR-NE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1951_v9_n101_ago.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

Movimentos populares nas secas do Ceará (1979-1993)

Francisco Ruy Gondim Pereira¹

“Começam os saques no Sertão”. Com esta manchete de capa, o Jornal O Povo de 15 de janeiro de 1992 anunciava a multiplicação das ações da multidão de camponeses no interior cearense durante aquela que seria considerada a pior estiagem dos últimos 60 anos. A fotografia de capa é emblemática da politização que os conflitos conquistaram: ela enquadra um grupo de 50 pessoas que posam segurando sacos vazios de braços erguidos ao alto em frente à prefeitura. São homens, mulheres, crianças, quase todos negros e pardos. A legenda revela o temor de desestabilização da ordem, compartilhado pelo periódico e autoridades: “a cidade de Tauá transformou-se em verdadeiro barril de pólvora” (O POVO, 1992, capa). O “alerta” tinha lastro na recorrência de protestos, invasões e saques que se avolumavam desde a seca de 1979-1983. A chamada da matéria iniciava o relato noticiando um saque noutra município, em Farias Brito, no Cariri, realizado por “seiscentos agricultores vítimas da seca”. A escolha do verbo “começam” indica a associação já rotineira na imprensa entre a quebra da produção de alimentos e a ocorrência de invasões e arrombamentos, numa época em que (diferente da atual) a caridade e o assistencialismo pontual eram as únicas formas de proteção às populações afetadas pelo aumento da miséria. Sobretudo, evocava a expectativa e a própria naturalização destes conflitos na paisagem

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História / UFC.

social do *sertão*. Essa associação entre seca e saque como condicionante e significativa, verbalizadas nesse discurso, consubstanciavam uma afinidade no imaginário semelhante àquela operada na relação chuva e fartura alimentar².

Acompanhada em número de eventos por Quixeramobim, Senador Pompeu, Mombaça, Cedro, Icó, Iguatu e Mauriti, Tauá foi palco recorrente da multidão, revelando um contexto de conflitos ampliados pela seca. A reportagem esclarece a dimensão do protesto. Informava que desde o último dia 9, “levas de trabalhadores flagelados” invadiram a cidade “a procura de comida”, “obrigando” o prefeito a decretar estado de calamidade pública. Desempregados e famintos, montaram acampamento na sede da prefeitura municipal mantendo os comerciantes em permanente estado de tensão, com ameaças de saques e quebra-quebra. Na tarde do dia 13, “um grupo de trabalhadores invadiu” e saqueou “o depósito da Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazem)”. No dia seguinte, 14, a concentração de trabalhadores aguardava a entrega emergencial de cestas de alimentos, se viu frustrada com uma resposta negativa e, então, partiu para o “centro da cidade ameaçando invadir os estabelecimentos comerciais que vendem gêneros alimentícios”. Os comerciantes reagiram cerrando portas. “Os trabalhadores, então, dirigiram-se para o armazém da Cibrazem” (O POVO, 1992, p. 14A), consumando um novo saque, dessa vez fracassado pela inexistência de alimentos.

“Para impedir o agravamento da situação”, políticos e comerciantes solucionaram o impasse arrecadando uma quantia em dinheiro, que entregaram à Comissão Municipal de Defesa Civil para ser repassada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Na sede da entidade, foi improvisada uma cozinha para o preparo de refeições aos

2 No Seminário do Nordeste, o ano é recordado em duas estações. A primeira metade do ano (janeiro a junho), o inverno, é a estação das chuvas. A segunda metade (julho a dezembro), o verão, chove com raridade, a vegetação seca, a temperatura se eleva e a umidade do ar se equipara a de um deserto. Os termos inverno e verão não têm relação com as quatro estações anuais. A manifestação climática delas aqui, aliás, é muito sutil e peculiar.

“flagelados“ (O POVO, 1992, p. 14A). O lugar ocupado pelo Sindicato nesta narrativa não é fortuito: a entidade tinha grande visibilidade política em razão da postura combativa associada à atuação politizada da Igreja Católica junto aos trabalhadores rurais, incluindo a mediação das demandas camponesas frente às autoridades instituídas.

A reportagem revela outros indícios importantes para compreender a complexidade dos conflitos intensificados nas secas pelo interior do estado. Informava que “a cada dia os trabalhadores famintos” se alternam no acampamento na prefeitura, indicando a amplitude da crise. “Qualquer ajuda paliativa só faz aumentar o número de trabalhadores que se deslocam para a cidade”, alertavam os interlocutores dos redatores da matéria, tanto que a defesa civil municipal, demonstrando o medo que estas “invasões” — ameaçadoras e indesejadas — suscitavam, solicitou às duas emissoras de rádio de Tauá que deixassem de noticiar “ajudas paliativas”, pois o anúncio de caridade atraía “mais famintos” (O POVO, 1992, p. 14A). Outra tentativa de controlar a movimentação dos andarilhos era o aumento da vigilância policial, uma atitude reconhecida como anódina e simbólica, na medida em que apelava ao temor que a farda produzia. Os interlocutores reconheciam a ineficácia real desta medida: os famintos andam pelas ruas da cidade em pequenos grupos de “forma desordenada”. Eram homens na maioria, mas também mulheres e crianças, até mesmo crianças de colo carregadas pelas mães. A estes camponeses se somavam moradores da periferia, sob quem recaía a desconfiança da vadiagem e esperteza malandra, “aumentando ainda mais a pressão sobre as autoridades” (O POVO, 1992, p. 14A).

A crise era sobretudo alimentar e hídrica. Faltava água em quase 80% do município. Tauá era (e ainda é) o maior do estado. As grandes distâncias eram barreira à visita de carros-pipa e encontrar água potável era um desafio medonho. O Vale dos Inhamuns é a região mais seca do Brasil, destacava o jornal! A oferta de alimentos havia sofrido redução drástica: de acordo com a prefeitura, quase

tudo fora importado nos últimos dois anos. Água e alimentação insuficiente estavam associadas ao aumento de doenças (desidratação, desintéria) assim como ao crescimento da mortalidade infantil. A perspectiva era de piora diante da crise fiscal do Governo do Estado, afetado na mesma medida pela seca. A migração tornara-se intensa, uma recorrência no tempo e no espaço em anos de seca. O êxodo rural “já” havia expulsado “a grande maioria dos jovens para outros estados, principalmente São Paulo” (O POVO, 1992, p. 14A). O distrito de Marruás tinha 20% das casas abandonadas! O agricultor Manoel Couto apontava a crise do algodão, piorada pela praga do bicudo, como determinante para essa fuga em massa. Ao analisar a variação demográfica, os redatores constatavam a ausência de crescimento populacional no município na última década, uma realidade constante em todo o Semiárido, em contraste com a explosão populacional dos grandes centros urbanos e com a média de crescimento demográfico do Ceará.

A dimensão do conflito revelava suas conexões com a dinâmica política estadual também a partir de uma crítica oriunda de polos distintos do espectro político-partidário — Antonio Amorim (filiado ao PT), presidente do STR, e do prefeito, José Costa L. Lima (filiado ao PFL) — contra o descaso do Governo Ciro Gomes em relação à miséria que a seca agravava. Ambos criticavam a publicidade oficial e acusavam o Governo de promover uma “farsa que está cegando o povo e mentindo para o resto do país”. Amorim denunciava Ciro Gomes de cumplicidade com os “proprietários e fazendeiros que impedem os trabalhadores rurais de utilizarem a água dos açudes construídos pelas frentes de emergência” (O POVO, 1992, p. 14A). Retomava um debate que perpassou a atuação sindical (com apoio de ONGs progressistas e da Igreja Católica) desde a seca de 1979-83, propondo redirecionar o trabalho da emergência e o financiamento público para a construção de obras de uso coletivo em terras de uso comum. Alertava que as chu-

vas não iriam garantir boa produção sem financiamento estatal à agricultura familiar e reivindicava a implantação de frentes sem demora de trabalho com atuação voltada exclusivamente para o usufruto direto das comunidades dos trabalhadores rurais.

Em todo o estado, o clima de conflitos relacionados à seca foi, era e continuaria imenso até o fim da década de 1990. Em abril de 1993, o mesmo jornal noticiava que em Quixeramobim havia terminado “em tumulto” uma invasão de duas mil pessoas. “Os invasores, entre moradores da periferia e zona rural, saquearam” um mercantil e “no confronto com a Polícia Militar, dezenas de pessoas foram espancadas e uma foi baleada”. O secretário geral do Sindicato, Edinilo Costa, denunciara a violência policial: “a polícia já chegou atirando e usou de muita violência”. O saque foi deflagrado pela revolta de pessoas não atendidas pela distribuição de alimentos organizada pela prefeitura. O clima na cidade era tenso: os comerciantes protegiam suas propriedades armados. Até aquela data, somavam “48 invasões de trabalhadores rurais famintos a municípios do interior do Ceará” (O POVO, 1993, p. 11A).

Na seca anterior, em 1990, o primeiro trimestre foi marcado por conflitos crescentes em torno das frentes de emergência e distribuição de alimentos. “A passagem do equinócio”, 19 de março, Dia de São José, derradeira esperança de chuvas para os *sertanejos*, “desencadeou uma onda de saques de agricultores em busca de alimentos e trabalho no interior” (O POVO, 1990, p. 10A) com registros em Jaguaretama, Trairi, Barreira, Redenção, Itapiúna, Quixadá, Madalena e Boa Viagem. Em Quixeramobim, no dia 21 de março, os oito policiais da cidade assistiram “impotentes à ronda de cerca de 500 homens na cidade desde a madrugada” e ao posterior arrombamento nas primeiras horas da manhã do “armazém de José Carneiro”, de onde os saqueadores levaram todo o estoque da merenda escolar”. No início da tarde, “200 famintos saquearam o posto de saúde, apossando-se dos alimentos”. Dias antes, o prefeito Antonio Machado havia alistado 150 homens para “conter a insatisfação dos agricultores famintos”: o município

tinha aproximadamente 10 mil famílias necessitadas! Não sem razão ele manifestava preocupação de que a “população rural” cumprisse “a ameaça de invadir o comércio local” (O POVO, 1990, p. 10A).

Nos municípios citados acima, os prefeitos reagiam às reivindicações dos camponeses mobilizados distribuindo alimentos e fazendo o alistamento em programas próprios de emergência, muitas vezes meramente virtuais, realizando cadastramento e coletando assinatura com a dupla intenção de conter a indignação contra inação das autoridades constituídas e ganhar tempo na barganha com o Governo do Estado. Após relatar os episódios de motim, a reportagem encerrava mostrando como a estratégia de proteção de medidas de proteção às comunidades atingidas pela insegurança alimentar continuava recorrente, mesmo entre uma gestão que pautava a si mesma no discurso público da pretensa eficiência e modernização do Estado. O texto literalmente comunicava a agenda do secretário de agricultura e reforma agrária e informava que o “projeto para gerenciamento da seca do Ceará” estava “pronto” (O POVO, 1990, p. 10A), a ser apresentado a qualquer momento ao Governador Tasso Jereissati. Com esse estilo de “neutralidade”, sem qualquer crítica ao tempo de resposta do governo à crise, naturalizava à naturalidade com que as autoridades continuavam a “gerenciar” o drama humano no campo.

Noutro episódio, em Aracoiaba, no dia 22 de março, “cinco mil trabalhadores rurais” provenientes de vários distritos “invadiram” a cidade, saqueando os postos da CODAGRO (Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário) e da LBA (Legião Brasileira de Assistência). A Polícia Militar “bateu em alguns saqueadores” como tentativa de “conter a multidão”. Lojas, banco e repartições públicas fecharam as portas temendo o saque. O Secretário de Finanças, José Maciel da Costa, acusou os trabalhadores de serem “insuflados” por Padre Carlos (vigário de Aracoiaba), José Fernandes Batista (vereador do município) e Maria Luiza Fontenele (ex-prefeita de Fortaleza) através de articulação prévia realizada na zona rural do município.

Sargento Lavor, comandante de destacamento da PM, culpou a ocorrência de distúrbios à interferência externa: “houve baderna porque [os trabalhadores] eram liderados por pessoas interessadas em fazer política” (O POVO, 1990, p. 10A), disse ao negar a ocorrência dos espancamentos e defender as medidas adotadas como necessárias para “resguardar o patrimônio”.

Os agricultores (dezenas foram abrigados na Igreja Matriz após o tumulto para partilha de baião-de-dois oferecido pela comunidade paroquial) rebateram as acusações: “ninguém aconselhou a gente a vir, nós é que resolvemos sair de casa para conseguir o que comer, pois com a fome, ninguém aguenta” (O POVO, 1990, p. 10A), declarou “chorando” Antonio Soares à enviada especial do Jornal O Povo, Rita Célia Faheina. A jornalista lembrava que, assim como ele, “muitos trabalhadores clamavam por uma providência urgente do Governo do Estado para amenizar a fome, que já tomava conta do Sertão”. Outro agricultor, Raimundo Nonato Silva, mostrava-lhe os ferimentos no ombro denunciando a truculência policial e explicava que deixara os seis filhos em casa na companhia da esposa “sem ter um grão de feijão pra comer”. Raimundo reclamava a legitimidade da ação declarando: “vim para pedir, não para roubar, mas como o prefeito não ajudou, resolvi entrar com os outros na LBA” (O POVO, 1990, p. 10A). Mas “não conseguiu nada”, queixou-se.

O vereador José Fernandes também rebateu as acusações explicando que a fome e o subemprego no campo eram as motivações fundamentais da “invasão”. Ele apontou o descaso do prefeito, Ari Ribeiro, como razão do saque. Na contramão das estratégias de negociação com a multidão, ignorando as obrigações que a função demanda segundo a percepção dos manifestantes, o prefeito tentara inabilmente “acalmar os ânimos dos trabalhadores, afirmando” não poder distribuir alimentos, tampouco alista-los na Emergência, pois o Governo não havia decretado estado de calamidade pública. Ari teria dito “que não tinha nem pare ele e não podia

fazer absolutamente nada”. Sequer o transporte para retornarem para casa o prefeito concedeu, ampliando a lista das humilhações e afrontas. “Ajuda eles só receberam dos comerciantes e das famílias que doaram sacas de alimentícios e outros utensílios necessários aos trabalhadores”, declarou José Fernandes (O POVO, 1990, p. 10A).

Muitos eventos desta natureza — com ou sem mediação de entidades representativas dos movimentos populares — foram registrados pela imprensa da capital entre 1979 e 1998. São evidências que revelam uma *tradição de ações diretas nas secas*¹ e confirmam a presença da multidão enquanto *sujeito político* que se aglutina quando as condições de reprodução são ameaçadas pela estiagem. A multidão se apresenta, portanto, como estratégia possível de resistência e enfrentamento dos conflitos em momentos em que a reprodução familiar é ameaçada. Tem a vivência (material e simbólica) da seca o chão por onde realiza seu itinerário e se expressa por meio de ameaças, invasões e saques, impondo a autoridades e comerciantes padrões de negociação (jogos de pressão e contrapressão) que percorrem trajetos que não são próprios da política representativa, mas que transitam por suas frestas, tensionam seus limites (NEVES, 2000).

Na segunda metade da década de 1970, o movimento dos trabalhadores rurais rompe o silêncio imposto pela Ditadura após o Golpe de 1964 e ressurgiu na cena política com uma força insuspeita após longo processo de trabalho de base disperso e localizado. Ressurgiu a partir da emergência acelerada de conflitos de terra que ocorrem em reação à expulsão generalizada de moradores-parceiros e desapropriação de posseiros diante da modernização da agricultura cearense promovida sob incentivo e financiamento es-

1 Em sociedades complexas e hierarquizadas, a noção de tradição remete a rituais que significam práticas dotadas de simbologia e recorrência tempo/espaço por instituições do sagrado ou da política. Minha referência e insistência nesse termo para se referir a recorrência de ações diretas nas secas do Ceará como parte de uma cultura política rebelde imersa no paternalismo remete à leitura de Frederico de Castro Neves (2000) da multidão a partir das noções de teatro e contra-teatro de E. P. Thompson (1998).

tatal. Ao longo de década seguinte, a multiplicação dos conflitos permitiu às entidades de representação do movimento camponês demonstrar que “a organização era a forma concreta de relativizar a proletarianização do trabalho como via obrigatória da modernização da agricultura brasileira” apresentando a reforma agrária como solução política para as demandas dos pobres do campo (BESERRA, 2015, p. 93). A generalização dos conflitos envolvendo moradores, parceiros e posseiros na década de 1980 revelava, por conseguinte, uma maior pressão sobre a terra e escancarava as tensões caladas pela repressão na década anterior. A seca de 1979-83, foi “catalizador do processo de expropriação dos trabalhadores rurais da terra” (BESERRA, 2015, p. 93), momento em que a expulsão dos camponeses foi intensificada diante da saída temporária para trabalhar nas frentes de emergência ou da migração definitiva para as cidades.

Até então a multidão havia se constituído em ambientes políticos marcados pela ausência de instituições desta natureza. Os “novos” movimentos populares cresceram estimulados pelos conflitos de terra², pelo fortalecimento das lutas sindicais no meio rural e pela ação pastoral da Igreja Católica (cf. BESERRA, 2005). As entidades de representação que emergiram ou se constituíram nestas lutas passaram a relacionar-se com *as formas usuais de entendimento e ação da multidão por perceberem a importância da multidão enquanto constituinte da cultura política camponesa*. Seus próprios integrantes estavam, pela trajetória pessoal, imersos neste universo de resistência e nos códigos desta *cultura política*³. O crescimento das lutas por direitos na década de 1980 consolidou um fenômeno novo manifes-

2 César Barreira (1992) apresenta três casos emblemáticos: Japuará (Canindé), Monte Castelo (Quixadá) e Santos Antônio (Caridade).

3 “A noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”; Remete a uma orientação subjetiva a um determinado sistema político e, por sua própria gênese enquanto conceito, é um modelo de comportamento político associado às democracias participativas (KUSCHNIR; PIQUET CARNEIRO, 1999, p. 1).

tado na presença de mediadores que agora ocupavam o “vácuo” nos processos de negociação entre multidão em ação no espaço urbano (e que refletia a ausência de lideranças duradouras nestas ações tumultuárias, efêmeras e restritas) e as autoridades citadinas. Ele a partir de então “suprimido” pelo aparecimento de entidades de representação dos camponeses no relacionamento com a sociedade mais ampla.

Em diversos municípios, sindicatos rurais, comunidades de base e pastorais católicas passaram a mediar as negociações e as reivindicações dos camponeses em períodos de escassez, demonstrando uma novidade que se apresentou, pela primeira vez, na seca de 1979-83, quando a “resistência coletiva dos trabalhadores rurais manifestada” nestes períodos ganhou “novas formas de expressão”, através de um protesto mediado por “uma base organizativa”, por onde os lamentos, a agonia e os pedidos dos trabalhadores passaram a fluir, articulados coletivamente em busca de alargamento do reconhecimento social (PARENTE, 1985, p. 92). A presença destas entidades, e sua distinta *cultura política* no relacionamento com a sociedade e o Estado, introduziu novos elementos de legitimação das ações da multidão.

Este é um dos problemas fundamentais desta pesquisa. Compreender em que medida se deu e quais os sentidos desta mediação, que foi operada por sindicatos, comunidades de base, pastorais católicas, organizações não-governamentais progressistas, partidos de esquerda e movimentos de luta pela reforma agrária, animados por utopias que sonhavam instituir uma nova ordem social recusando a sociedade *paternalista* e o capitalista excludente. Em que medida as lutas por direitos e cidadania que animavam a ação destas entidades foi capaz de promover mudança nas percepções dos sujeitos que se integravam às ações de massa? Como se entrelaçam e se inter cruzam as lutas das entidades representativas e a multidão? De que formas a tradição de ações diretas foi ressignificada? Em relação à dinâmica das mobilizações reivindicatórias junto ao Estado, a presença de

entidades orgânicas e seus líderes foram elementos de contenção e moderação ou de radicalização, acelerando a deflagração de saques?

Parafraçando Geovanni Levi (2014), há por hora respostas locais para perguntas gerais. Havia um formato de apresentação de demandas públicas nas secas capitaneado pelas entidades populares que seguia as *regras* da política representativa e, não obstante, acontecia em paralelo às formas de mobilização tradicionais da multidão. Vejamos alguns breves relatos contemporâneos que encerram esse artigo e deixam em aberto um longo percurso de investigação.

Em Quixeramobim, o Jornal O Povo noticiava em 1º de setembro de 1983 que a invasão ao supermercado da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) “aconteceu logo após o Sindicato dos Trabalhadores Rurais promover passeata, criticando as autoridades e insuflando flagelados ao saque” (O POVO, 1983, capa). Em 1987, o tesoureiro do STR de Quixeramobim, Leônidas Nascimento, rebatia as acusações disseminadas pela imprensa de Fortaleza de que a entidade guiava as pessoas em direção ao saque. Ele declarou ao Jornal O Povo que

a maioria dos trabalhadores rurais está passando fome e se invadem é por isso[...] A organização é deles mesmos e sempre pedem comida e alistamento[...] Nessa situação, quem decide o que fazer é o trabalhador. O Sindicato como representante da categoria tem que apoiar essa decisão (O POVO, 1987, p. 10).

Leônidas revelou ainda uma posição dúbia em relação aos saques: “a gente sempre diz para o homem do campo que o saque não resolve o problema e que o que eles têm que fazer é se organizar para reivindicar uma solução definitiva” (O POVO, 1983, p. 10).

Noutro episódio, na cidade de Piquet Carneiro, a manifestação do Dia 1º de Maio de 1987, organizada pelo Movimento Progressista de Pi-

quet Carneiro (MPC, entidade que aglutinava o STR, a CUT e a CPT⁴), foi surpreendida com a chegada de um grupo de trabalhadores rurais “dispostos a invadir o comércio”. O presidente do MPC, Maurício de Oliveira Paula, negou a acusação de “incitamento de trabalhadores ao saque”. As lideranças atuaram para “contornar a situação dando apoio aos agricultores e [os] encaminhado às autoridades”: a tentativa de saque fez a programação do evento ser interrompida. Então, os manifestantes foram à procura do prefeito, mas ele “fugiu” ao ser informado da movimentação. Na confusão que se seguiu, o presidente da Câmara de Vereadores agrediu o Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao fim, o saque foi evitado pela iniciativa das lideranças do MPC, “angariando alimentos no comércio e no hospital para serem distribuídos” aos manifestantes (O POVO, 1987, p. 13). Vemos aqui como a natureza dos conflitos reflete, também, a dinâmica da política local.

Em Itapiúna, em 04 de fevereiro de 1988, trabalhadores oriundos de várias localidades do município realizaram uma concentração na cidade, quatro dias após o anúncio da desativação da Emergência no município. O grupo reuniu-se, no início da manhã, com Padre Eudásio (vigário da paróquia) e Auxiliadora Beserra (militante pastoral). Do encontro, uma comissão liderada pelo Padre reuniu-se com o prefeito Joaquim Clementino para solicitar distribuição de alimentos, pagamento dos salários atrasados e retomada da Emergência. Sem atendimento das demandas (a maioria requeria a intervenção do Governo do Estado), os manifestantes “disseram que seus filhos estavam passando fome e que iam arrumar alimentos para levar para casa” e que, “como nada conseguiram, iam resolver aquela situação” (REGIONAL DE POLÍCIA DE QUIXADÁ, 1988, fls. 10-11). No fim da manhã, iniciaram uma concentração em frente ao armazém da CODAGRO (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará) e foram acompanhados por moradores da cidade. As mulheres presentes passaram a pressionar o gerente do

4 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piquet Carneiro, Central Única dos Trabalhadores e Comissão Pastoral da Terra.

depósito a distribuir as sementes armazenadas. Por volta de meio-dia, o saque foi concretizado com arrombamento do prédio.

Em 1990, também em Itapiúna, a cidade foi “invadida por um número superior a mil homens, que saquearam os depósitos da merenda escolar e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), além de uma fábrica de redes comunitárias no centro da cidade” (O POVO, 1990, s/p). Os saqueadores protestavam contra as condições impostas pelo governo do Estado ao programa de Emergência e exigiam a continuidade de medidas aplicadas pela prefeitura em seu programa de antecipação da Emergência: reclamavam aumento de 100%, exigiam pagamento semanal e ampliação de vagas. A presença das entidades e lideranças da Igreja foi menos pública nesse episódio, mas estava realizada na convocação da manifestação e na escolha de múltiplos “alvos”.

Os relatos acima permitem perceber a mediação operada por lideranças de movimentos populares enquanto interlocutoras das manifestações camponesas no diálogo e intersecção de demandas junto aos canais institucionais. Ao mesmo tempo, a multidão continuava operando seus códigos de negociação habitual: a pressão numérica da aglomeração, a exposição das mazelas através da apresentação de corpos mal vestidos, famintos e castigados; a busca por caridade e a ameaça de sedição. A recorrência das ações da multidão revela a força das suas concepções subjacentes e das sociabilidades que permitiram sua evolução ao longo do século XX.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, César. **Trilhos e Atalhos do Poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos Sociais no Campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

KUSCHNIR, K. e PIQUET CARNEIRO, L. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 24, 1999, p. 1-33.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, 2014, p. 1-20.

NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza-CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

O POVO, 1 de setembro de 1983, capa, “Invasões e Saques no Interior”.

O POVO, 6 de maio de 1987, p. 13, “Desmentido incitamento em Piquet Carneiro”.

O POVO, 22 de maio de 1987, p. 10, “Quixeramobim quer Emergência para evitar saques”.

O POVO, 22 de março de 1990, s/p, “Cinco mil saqueiam em Aracoiaba”.

O POVO, 17 de abril de 1990, s/p, “Houve saques também em Itapiúna”.

O POVO, 15 de janeiro de 1992, p. 14A, “Tauá é um barril de pólvora nos Inhamuns” e “Região é a mais seca do Brasil”.

O POVO, 22 de março de 1993, p. 10A, “Flagelados levam merenda escolar de Quixeramobim”.

O POVO, 23 de abril de 1993, p. 11A, “Saque em Quixeramobim termina com agricultores feridos”.

PARENTE, Eneida Ramos. **Seca, Estado e Mobilização Camponesa**: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979-83. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à UFC. Fortaleza: 1985 (mimeo).

REGIONAL DE POLÍCIA DE QUIXADÁ/CE. Inquérito Policial 048/88: Saque no Posto da Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário — CODAGRO, 18 mar. 1988, fls. 10 e 11.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Joaquim Antonio de Amorim: apontamentos biográficos e representações¹

Luis Augusto Barbosa Quaresma²

INTRODUÇÃO

Desde sua colonização, a região amazônica tem sido um espaço marcado pelo trânsito e mistura de pessoas diversas. Grupos indígenas, europeus e africanos foram se mesclando ao longo do tempo e os encontros e desencontros dessas múltiplas culturas construíram as várias identidades existentes até os dias de hoje na região. Para a Amazônia brasileira, um grupo exógeno a região que foi preponderante na edificação de fortes, entrepostos, igrejas e cidades foram os portugueses.

A presença portuguesa na Amazônia brasileira se deu nas mais diversas instancias da sociedade. De nobres administradores coloniais a donos de engenho, de profissionais liberais a carregadores de piano, muitos desses indivíduos se caracterizaram por imigrantes que vieram para esta região pelos mais diversos motivos como perseguição política ou a busca de uma nova vida no continente americano. A vinda de portugueses perpassa períodos desde o século XVII até possivelmente os dias atuais, no início os colonizadores e

1 Este artigo é parte integrante da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Mestrado em História Social da Amazônia/UFPA.

2 Universidade Federal do Pará. Mestrando em História Social da Amazônia.

posteriormente outras levas de indivíduos foram se estabelecendo e se inserindo na sociedade local.

Para o início da primeira metade do século XIX, período conhecido como joanino³ (1808 — 1821) Vieira Junior e Barroso (2010) mostram o fluxo regular de embarcações que levavam e traziam passageiros da linha Lisboa-Belém. Ressaltando assim a mobilidade masculina e em grande medida devido as condições de retorno ou degredo. As mulheres acabavam por vir para o Pará não só acompanhando seus maridos, mas também vinham para ficar com seus esposos que já estavam anteriormente estabelecidos na província do norte, poucas eram as mulheres que vinham por conta própria para se estabelecer na região.

A outra parte da primeira metade do século XIX foi um período marcado por diversos eventos que influenciariam na imigração portuguesa para Amazônia, como por exemplo, a Adesão do Pará a Independência, a Cabanagem⁴ e o sentimento antilusitano crescente na população. Como propõe Guimarães (2018) a partir da década de 1820 os ideais liberais fizeram com que o território português entrasse em conflito fazendo com que muitos indivíduos fugissem ou fossem presos e exilados de Portugal dirigindo-se ao Brasil. Ecos dessas contendas europeias ressoaram no movimento de Adesão do Pará a Independência e na Cabanagem, insuflando assim o sentimento antilusitano na capital paraense, o que levou a perseguição de muitos portugueses, fazendo com que vários retornassem a Portugal, somente passados esses eventos que o incremento da imigração ou (re) imigração de portugueses ao Pará ocorreu.

A partir da década de 1840, como discorre Sarges (2010), a economia amazônica passa a ser dinamizada a partir da borracha (*Hevea brazilien-*

3 Período em que Dom João VI governou o território que hoje é o Brasil, suas datas limítrofes são a chegada da família real em 1808 e a volta de Dom João para Portugal em 1821.

4 Revolta social de caráter popular ocorrida durante o período imperial na região Norte do Brasil, para mais informações ver Ricci (2006).

sis e Hevea benthamiana). Então, durante a segunda metade do século XIX, a Amazônia como um todo se inseriu no mercado capitalista mundial, e cidades como Belém e Manaus se tornaram pontos chave para a dinamização econômica desse mercado. Assim, nesse contexto se tem a constituição de uma nova burguesia enriquecida às custas do látex, os fazendeiros, os coronéis de barranco e os barões da borracha, demandam novas melhorias para a cidade e sua dinamização.

O período bellepoqueano é marcado por um grande auge econômico, com intenso fluxo de pessoas de diversas nacionalidades, capitais e diversidade cultural. Como explicita Coelho (2014, p. 24), a “mundialização do capital e do capital simbólico, no caso a cultura da belle époque”, é marcada por uma cultura erudita, importada da Europa, que se mescla com a realidade regional. Isso é perceptível pelos inúmeros pintores, artistas e comerciantes que vieram da Europa e de outras regiões do Brasil a fim de participar dessa sociedade endinheirada.

As cidades amazônicas que se “bellepoqueizaram” se tornaram centros de atração de indivíduos. Hidaka (2013) mostra que a ideia de enriquecimento fácil e a exuberância paisagística das florestas e rios amazônicos criavam a imagem de prosperidade aos estrangeiros. Nesse contexto estavam os imigrantes das mais diversas nacionalidades, destacando-se os portugueses, que vieram para Belém possivelmente com intuito de enriquecer e muitos deles acabaram fazendo parte de camadas ditas ilustres da sociedade paraense. Como ressalta Fontes (2002), grande parte desses indivíduos que vieram durante o século XIX eram homens solteiros que desenvolveram atividades comerciais. Hidaka (2013) afirma que até o final do século XIX os portugueses que vinham para a região amazônica não eram pertencentes as camadas mais baixas da sociedade, mas sim indivíduos de camadas médias ou de famílias com recursos. Acreditando assim, que no Brasil acabariam por conseguir destaque financeiro ou relevo social nas regiões em que residiam e desenvolviam suas atividades.

UM NOBRE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS BRASILEIROS

Neste cenário é que Bernardo Antonio de Brito Atunes, Antonio José Antunes Sobrinho, Júlio José Fernandes Basto, João Caetano Gonçalves Viana, Joaquim Antonio de Amorim e outros chegam a Belém. Pessoas que adentraram a capital paraense com o “símbolo” do imigrante, como muitos que vieram para a próspera região, porém acabaram por se destacar na sociedade paraense e perante a comunidade portuguesa. No presente artigo pretende-se destacar a trajetória e as representações acerca de um desses indivíduos, Joaquim Antonio de Amorim, que mais tarde se tornaria conhecido como Visconde de Monte Redondo.

Para tentar discorrer acerca de alguns apontamentos biográficos do Visconde de Monte Redondo há a necessidade de perceber as diversas facetas do indivíduo. Le Goff (2002) ao estudar São Luís se preocupa em mostrar a miríade de relações, pensamentos, familiares e memórias construídas acerca do santo rei, ele afirma que:

É no cotidiano do exercício de sua função real e na construção, secreta, inconsciente e incerta, de sua santidade que a existência de São Luís se torna uma vida cuja biografia pode tentar ser relatada [...] Não tentei esconder as contradições que pesaram sobre a personagem e a vida de Luís (LE GOFF, 2002, p. 24).

Assim, é em torno do nobre luso-paraense que se pretende traçar algumas primeiras linhas, perceber quais são as múltiplas faces que assume, português, imigrante, comerciante, administrador, nobre e diversas outras particularidades que fazem parte do microcosmos de Amorim, mas que também se expande a partir de suas relações com outros indivíduos, com o resto do Brasil e com sua pátria natal. Pensando assim tal qual Le Goff em uma história problema a partir

do confrontamento de fontes é que se tenta a partir deste indivíduo mostrar aspectos da história de Belém e de suas instituições.

As condições de vinda de Joaquim Antonio de Amorim (Figura 2) ainda são pouco conhecidas. Porém acredita-se que ele tenha sido um dos indivíduos que veio na metade do século XIX ao Pará em busca de uma nova vida ou por conta das promessas que a Amazônia da economia da borracha ressoava pelo Brasil e Europa. A primeira referência ao lusitano natural de Arcos de Valdevez, região do Alto Minho, nas páginas dos jornais paraenses é como sócio de Diogo Manoel de Souza, se tornando partícipe da empresa Diogo Manoel de Souza & C^a (DIÁRIO, 1881). Se acredita que essa tenha sido sua primeira alternativa de conseguir dinheiro em Belém, um ano depois especula-se que já possuía em sociedade com Antonio Augusto da Rocha e Constantino José Martins uma empresa importadora de fazendas¹ chamada Martins e Amorim (O LIBERAL, 1881).

Figura 2 - Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo



Fonte: Coleção Francisco Rodrigues, Fundação Joaquim Nabuco.

1 O termo “fazendas” é uma forma de expressão da época que em termos gerais pode se designar como “tecidos”.

Acredita-se que sua principal forma de inserção na sociedade paraense foi através da economia. Fundou grandes empresas de seguridade com o dinheiro acumulado do comércio, como a Companhia de Seguros Amazônia em 1894 e a Garantia da Amazônia² em 1897. Além disso transitou por outras organizações existentes na capital paraense, foi encarregado pelo consulado de Portugal por três meses³ além de presidente da Associação Comercial, da Fábrica de Cerveja Paraense e foi um dos fundadores do clube Assembleia Paraense (ASSEMBLEIA, 2015), existente até hoje.

O destaque e prestígio do até então Joaquim Antonio de Amorim na capital paraense já era grande, chegando a ter um volume da Revista Paraense inteiramente dedicado a si⁴, porém nada mais consolidou sua posição de destaque junto a sociedade belenense quanto a obtenção de um título de nobreza. Guimaráes (2018) afirma que para um imigrante bem-sucedido, ser agraciado com um título de nobreza ou comenda era a consumação máxima de suas realizações pessoais, e para Amorim não seria diferente. Como afirma Zúquete (1989), em 04 de julho de 1905 Joaquim Antonio de Amorim recebe do rei Carlos I de Portugal, o título de Visconde de Monte Redondo, além desta titularidade, recebeu também a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa⁵.

No momento em que este título foi criado pelo governo português e dado a Joaquim Antonio de Amorim a monarquia já havia sido dissolvida no Brasil, porém para muitos indivíduos, continuar a utilizar

2 Acervo Theodoro Braga pertencente ao IHGSP/Arquivo Público do Estado de São Paulo, dossiê “Garantia da Amazônia”

3 Acervo Theodoro Braga pertencente ao IHGSP/Arquivo Público do Estado de São Paulo, dossiê “Consulados - Portugal”

4 Segundo o periódico O Pharol, de 09 de maio de 1910, o número 34 da Revista Paraense era inteiramente dedicado ao visconde de monte redondo, nela além de textos sobre e para o nobre português também poderiam ser vistos o retrato do visconde, além de fotografias de sua residência, da sede da Garantia da Amazônia em Belém e em diversas outras cidades do Brasil e também imagens dos palacetes que pertenciam a Garantia.

5 Ordem criada em 1818 por D. João VI homenageando Nossa Senhora da Conceição em decorrência da sobrevivência de Portugal as guerras napoleônicas (GENEALL NET, 2019).

sua titularidade dava prestígio aos seus usuários. Um caso exemplar para ilustrar a continuidade dos títulos nobiliárquicos no Brasil por seus usuários é o do Barão do Rio Branco que como destaca Alonso (2009, p. 136) ao receber a circular de que os títulos de nobreza imperiais haviam sido abolidos no Brasil respondeu em documento assinado “ciente, Barão do Rio Branco”. Na região amazônica muitos indivíduos continuaram usando seus títulos mesmo com a proclamação da república, exemplo disso são os Barões de Anajás, Guajará, Guamá e outros, mostrando assim que no Brasil se tinha como propõe Lobo (2013, p. 178), uma verdadeira “República dos Barões”.

Ressalta-se aqui que o Visconde de Monte Redondo talvez tenha sido um dos grandes representantes de alguns assuntos relacionados ao Pará em âmbito nacional. Seu posto de fundador e diretor da Garantia da Amazônia o fazia transitar tanto fisicamente como simbolicamente por diversos locais do país. Chartier (1991) mostra que as representações sociais são determinadas por grupos e são construídas através de discursos legitimadores ou que justificam suas práticas tanto de si como para si perante a sociedade. Chartier ainda propõe que:

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como êxito (ou fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos — e sobre os outros — para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (CHARTIER, 2002, p. 11).

Esse é o caso do luso paraense em questão, essa luta simbólica de força ou poder pode se exprimir na sua autodenominação e como a imprensa ou os outros grupos se referem a ele. Por exemplo, a fim de mostrar e reafirmar seu título de nobreza em um local que teoricamente não existem mais nobres, Joaquim Antonio de Amorim passa a assinar como “Joaquim Antonio de Amorim, Visconde de Monte Redondo”

e a partir da análise dos recortes de jornais foi possível perceber que a imprensa local e nacional replicava essa forma de se referir a ele ou então o indivíduo Amorim desaparecia e dava lugar ao nobre “Visconde de Monte Redondo”.

A partir daqui se faz referência a relevância e repercussão parcial deste indivíduo em alguns periódicos nacionais externos ao estado do Pará. Percebendo-se assim como era conhecido, representado e muitas vezes recepcionado fora de Belém. A primeira referência que se tem até agora ao português é encontrada no jornal manauara *Diário de Manáos* do ano de 1893. Nesse periódico é possível encontrar cartas⁶ abertas a Joaquim Antonio de Amorim, quando representante da Equitativa dos Estados Unidos, Sociedade de Seguros Sobre a Vida agradecendo por sua agilidade em resolver questões burocráticas para recebimento de seguro de vida para menores tutelados.

O autor, senhor Cândido José Rodrigues quase que devotadamente ressalta “significar-lhe os meus mais sinceros agradecimentos pela sua coadjuvação no preparo dos papeis que foram necessários para a liquidação de seguro feito” (*DIÁRIO*, 189, p. 2). Na mesma publicação ainda aparece uma carta da mãe dos tutelados agradecendo o conselho do senhor Amorim que ajudou a agilizar as questões relacionadas ao pagamento do que lhes era devido, a senhora Julia Candida de Carvalho trata as ações como um “acto humanitário” e que estaria eternamente grata por ele ser o responsável pelo sustento dos filhos dela. Ressalta-se aqui o que o que propões Guimarães (2018) ao discorrer sobre as benemerências como uma forma de inserção social, ainda que esteja ligada a uma questão de trabalho, ao replicar tais cartas abertas em jornais tratando o lusitano como um humanitário, seria uma maneira de mostrar para os leitores do jornal tanto as ações da empresa e dele enquanto seu representante, como

6 As mesmas cartas abertas foram replicadas por alguns dias seguidos nos jornais e identificadas em jornais cariocas e cearenses.

um indivíduo complacente ou piedoso para com o próximo, dando assim destaque para sua figura pública.

A importância que as empresas seguradoras possuíram naquele momento é grande, Tavares (2016) mostra que o comércio gomífero fez com que surgissem e se instalassem na capital paraense, casas exportadoras, seguradoras, bancos e outras empresas que eram fundamentais para essa dinamização econômica. Assim, a Garantia da Amazônia, idealizada por João Lúcio de Azevedo⁷ e fundada por Joaquim Antonio de Amorim junto com mais 26 signatários deslanchava. O jornal O Matto-Grosso anunciava:

Levando mais longe suas visualidades, fundou ha poucos mezes uma succursal em Lisboa, com uma directoria especial, composta de antigos negociantes d'esta praça, muito conhecedores dos nossos negócios e portadores de nomes íntegros e respeitados (O MATTO-GROSSO, 1904, p. 4).

Percebe-se que os negócios e Amorim estavam mais do que estabelecidos, construindo ou fortalecendo ainda mais os laços existentes entre Belém e Portugal através de “sua” empresa de seguros. O mesmo periódico ainda anunciava “sua ininterrupta prosperidade é a prova mais eloquente da confiança pública no tino, no critério e na infatigável dedicação da alma d'aquella empresa, o sr. comendador Joaquim Antonio de Amorim” (O MATTO-GROSSO, 1904, p. 4).

Sendo conhecido da praça comercial da capital paraense, Joaquim Antonio de Amorim que já não assinava apenas seu simples nome, juntava a ele agora o título de Visconde de Monte Redondo, foi presidente da Associação Comercial do Estado do Pará. Neste cargo foi responsável pela arrecadação de produtos para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908 (Figura 3) junto com outros indivíduos da

⁷ Segundo Theodoro Braga, a idealização da Garantia da Amazônia por João Lúcio de Azevedo se deu após uma viagem para Barbados, onde notou que o prédio mais bonito existente na ilha, era o de uma Empresa de Seguros Mútuos, Acervo Theodoro Braga pertencente ao IHGSP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, dossiê “Garantia da Amazônia”.

sociedade paraense como Ignacio Moura, Jaques Ourique e Jacques Huber. Ressalta-se aqui o caráter diferenciado de um português, não mais durante o Império ou Colônia, em ocupar o cargo de presidente da Associação Comercial e ser o responsável pela arrecadação de produtos paraenses para a exposição nacional.

Figura 3 - Comissão para a Exposição Nacional de 1908, do Estado do Pará (o Visconde de Monte Redondo é o segundo sentado da esquerda para a direita)



Fonte: Pará, 1908.

Em 1910, segundo o jornal amazonense *Correio do Norte* (1910), o Visconde de Monte Redondo seria a pessoa mais abalizada para opinar acerca da abertura de linhas fluviais do Lloyd Brasileiro⁸ entre o Pará e Portugal, já que era “encarregado do consulado português e proeminente figura do nosso comercio” (CORREIO DO NORTE, 1910, p. 1). Na entrevista é possível perceber o interesse do lusitano em reafirmar os laços com Portugal através da ligação marítima feita pelo Lloyd Brasileiro. Mas não apenas isso, os planos eram maiores,

8 O Lloyd Brasileiro foi uma companhia de navegação estatal criada em 1894, foi extinta em 1997 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

ligar a capital paraense a outros portos da América e da Europa como por exemplo Liverpool, que naquele momento era um dos maiores interlocutores de Belém do Pará.

No final da entrevista sobre o Lloyd Brasileiro, o editor do jornal escreve “O nosso companheiro julgando-se satisfeito, agradeceu ao sr. visconde a fineza que lhe acabava de dispensar, retirando-se captivo pela maneira fidalga com que o acolheu aquelle titular” (CORREIO DO NORTE, 1910, p. 1). Chama-se atenção aqui para o tratamento do editor para com Joaquim Antonio de Amorim, o termo “titular” indica que o português era possuidor de algum título de nobreza, nesse caso, o de Visconde de Monte Redondo. Porém, no ano de 1910 é interessante para perceber como o símbolo de visconde ou de nobre era de fundamental destaque para a representação e poder de Amorim, afinal de contas é em 1910 que a República portuguesa é instaurada e os títulos nobiliárquicos são abolidos, isso mostra que a construção de uma imagem ou ethos de visconde acabou por se tornar maior que a pessoa.

Ainda se está em busca de mais impressões de indivíduos da sociedade paraense a respeito do fundador da Garantia da Amazônia, acredita-se que nem todas elas sejam convergentes, inclusive o que torna o trabalho mais instigante é encontrar as que divergem para poder problematizar mais ainda a atuação deste homem em terras amazônicas. Uma das impressões que foi localizada está replicada no jornal mineiro O Pharol:

Exmo. Sr. Visconde de Monte Redondo. Mais uma vez, a sociedade paraense pelos orgams expressivos e sinceros de todas as suas, vêm reiterar-vos as homenagens a que, fizestes jús pela elevação de vossa inteligência, pela nobreza de vossos sentimentos, pela integridade de vosso character [...] Generoso, magnanimo, excelsamente altruista [...] o que vos destaca são as peregrinas virtudes, os actos de cavalheirismos, as prendas de homem superiormente generoso e leal [...] (O PHAROL, 1910, p. 2).

Percebe-se que Joaquim Antonio de Amorim era uma pessoa aparentemente bem quista na sociedade paraense, quase endeusada, isso é algo que vai se contrastar posteriormente quando em 1919 a Garantia da Amazônia vai a falência e saem notícias nos jornais criticando o visconde, o culpando da falência e alegando que o mesmo havia roubado dinheiro da empresa e de seus associados. Assim, percebe-se que o “deus” acaba por se tornar humano, sendo alvo de críticas também de pessoas que anteriormente eram próximas a ele.

Em 1909 o estado da Bahia recebe a visita do ilustríssimo visconde (Figura 4), homem “de grande evidencia no elevado commercio paraense, em cujo seio gosa, muito justamente, alentado núcleo de sinceras sympathias e credito invejável pela rectidão de seu character adamantino, exemplar e impeccavel conducta” (REVISTA DO BRASIL, 1909, p. sp.). Ressalta-se aqui a importância dada a visita do português ao estado da Bahia, por conta de tal viagem lhe foi dedicada uma página inteira do periódico com direito a textos e fotografia, relatando sua trajetória. Aventa-se a ideia de que o status conseguido no Pará como comerciante e administrador extrapolou as fronteiras do estado e Monte Redondo acabou por se tornar um dos ilustres que era digno de ser anunciado em revistas em outras capitais brasileiras.

Figura 4 - Visconde de Monte Redondo

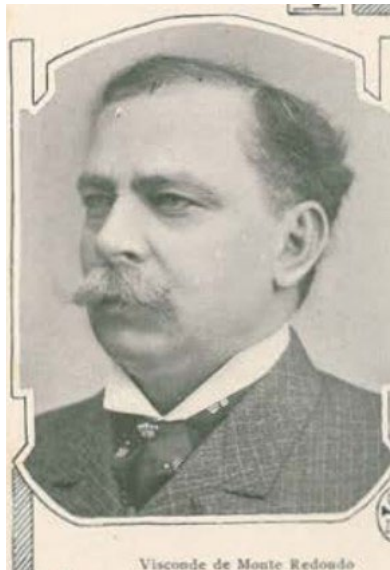


Fonte: Revista do Brasil (1909).

A Revista do Brasil (1909) ainda alega que o senador Antonio José de Lemos contava com a figura de Monte Redondo para levantar e fazer progredir “a formosíssima Belém, onde tem grande parte de sua fortuna”. A revista também revela que quando foi presidente da comissão para a exposição Nacional do Rio de Janeiro⁹ em 1908, o nobre português ansiava em levantar seu respeitado nome. Isso corrobora a ideia de que os homens não fazem as coisas sem motivo, é muito comum haver algum interesse por trás de suas ações, nesse caso do visconde, era de também divulgar seu nome pelo Brasil através da exposição.

A figura de Monte Redondo permanece sendo elogiada não só em revistas brasileiras, como em europeias também, como é o caso de sua aparição na revista *Ilustração Portuguesa* em 1910 (Figura 5). Nela ele é cotado como “Uma das mais brilhantes figuras da sociedade paraense, membro da comissão promotora do certâmen do Estado do Pará na Exposição do Rio de Janeiro” (ILLUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 1910, p. 11).

Figura 5 - Visconde de Monte Redondo na Revista *Ilustração Portuguesa*



Fonte: *Ilustração Portuguesa* (1910).

9 Exposição Nacional ocorrida em no Rio de Janeiro que objetivava comemorar o centenário da abertura dos portos do Brasil, na qual estavam representadas todas as regiões brasileiras mostrando suas produções econômicas e culturais.

O prestígio do comerciante nobre já não é mais apenas local ou nacional, ele chega a ser reconhecido por seus pares na terra natal, possivelmente um motivo de grande júbilo, afinal de contas, aparecer em revistas ilustradas era também participar dos acontecimentos importantes da vida social e das camadas mais abastadas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, Joaquim Antonio de Amorim construiu uma trajetória de ascensão como imigrante que veio tentar a vida no Brasil e amealhou fortuna. Participando assim da fundação e gestão de diversas instituições, clubes ou empresas na capital paraense. O que Amorim construiu acabou por extrapolar as fronteiras do estado do Pará, fazendo com que fosse reconhecido nacional e internacionalmente como um indivíduo de valor para a sociedade paraense. Ainda que posteriormente tenha tido conflito com correligionários, acusado de roubo e desvio de dinheiro, sua imagem de nobre se manteve até seus dias finais.

Muito disso deve-se aos seus esforços de tentar se mostrar ou se representar como um homem digno e capaz de representar a colônia portuguesa no Pará. O seu conagraçamento com ordens honoríficas e título nobiliárquico foram usados por ele da melhor maneira para que se pudesse representar na sociedade, construiu a eterna imagem de visconde em um país que os títulos teoricamente haviam sido abolidos e depois a sombra de uma pátria lusa que também acabou com seus títulos nobiliárquicos, a construção foi tão profunda que tanto ele como sua mulher ao morrerem nas décadas de 1920 e 1930 respectivamente, não eram tratados por seus nomes mas sim apenas por suas titularidades.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 131-148, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2019.
- ASSEMBLEIA PARAENSE. **AP 100 anos em Revista**. Belém. 2015, p. 56.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. jan./abr. v. 5, n. 11. 1991, p. 173-191.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGGS, 2002.
- COELHO, Geraldo Mártires. **A lira de Apolo**: O mecenato em Antônio Lemos e Augusto Montenegro (1897-1912). Belém: Estudos Amazônicos, 2014.
- CORREIO DO NORTE. Órgão Independente. 29 de setembro de 1910, p. 1.
- DIARIO DE BELEM. Órgão Especial do Commercio, 26 de fevereiro de 1881, p. 1.
- DIARIO DE MANÁOS. Propriedade de uma Associação, 28 de novembro de 1893, p. 2.
- ESTADO DO PARÁ, 2 de janeiro de 1916, p. 2.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Preferem-se portugueses (as)**: Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). 2002. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.
- GENEALL NET. **Joaquim Antônio de Amorim**. Disponível em: <https://geneall.net/pt/nome/54797/joaquim-antonio-de-amorim-1-visconde-de-monte-redondo>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas**: migrações e trajetórias de vidas de portugueses no Pará (1800 — 1850). Juníã: Paco Editorial. 2018, p. 436.
- HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa**: a Benemérita Liga Portuguesa de Repatriação (1908-1949). 108 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, 2013.

ILLUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 3 de setembro de 1910, p. 11.

LE GOFF, Jacques. **São Luís** — biografia. Rio de Janeiro, Record, 2002

LOBO, Judá Leão. Representações republicanas, sentidos monárquicos e permanências na transição. **Revista Direito e Práxis** [online], Rio de Janeiro, v. 4, p. 164 — 188, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944517010.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

O LIBERAL DO PARÁ, 1 de junho de 1881, p. 2.

O MATTO-GROSSO, 14 de agosto de 1904, p. 4.

O PHAROL, 23 de maio de 1910, p. 2.

PARÁ, Governo do Estado. 1908. **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Imprimiere CHAPONET, 1908.

REVISTA DO BRASIL, 15 de novembro de 1909, sp.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22. p. 5-30, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque** (1870-1912). 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 193-210, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2016. 177 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. 2016.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. **Nobreza de Portugal e do Brasil**. Editorial Enciclopédia, 2ª Edição, Lisboa, 1989.

Vizinhança, sociabilidade e festa: os trabalhadores de Fortaleza nas décadas de 1920 e 1930

Eduardo Oliveira Parente¹

Na formação do mercado de trabalho urbano, as migrações tiveram papel fundamental. Para Fortaleza, tal afirmação é amplamente verdadeira. Os constantes fluxos populacionais do campo para as cidades se fizeram sentir durante décadas, tanto no século XIX quanto no XX. Tais migrações se intensificavam, como se sabe, nos momentos de seca.

Principalmente a partir de 1877, a “vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca” (NEVES, 2000, p. 25). Muitos sertanejos se deslocavam para onde fosse possível encontrar sustento, trabalho e abrigo. A capital se tornava o destino prioritário. Um elevado número de retirantes ocupou as ruas de Fortaleza, exibindo suas misérias, apelando para a caridade e exigindo ações de socorros. Podemos dizer que, guardadas as diferenças, situações similares se repetiriam em outros anos de estiagem.

Claro que muitos retirantes pereceram nos estafantes caminhos ou foram vitimados por doenças, agravadas pela debilitação física. Houve aqueles que migraram para outras partes do país e não mais regressaram. Outros tantos, tão logo as chuvas surgiam, tratavam de retornar ao campo. Diversas obras de socorros foram iniciadas em tais momentos como forma de manter ocupada a massa de retirantes.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

tes. Tais migrações para Fortaleza não eram, de forma alguma, estimuladas. A tônica geral era sempre de manter o homem do campo no campo e, após as estiagens, garantir o seu retorno o mais rapidamente possível. Evidente que muitos permaneceram na capital, engrossando as cifras populacionais.

Tabela 2 - População de Fortaleza entre 1890 e 1940

Ano	1890	1900	1910	1920	1940
População	40.902	48.369	65.816	78.536	180.185

Fonte: Elaborado pelo autor.

O acréscimo populacional atesta a permanência de muitos. Se a população da capital quase duplicou entre 1890 e 1920, ela mais do que dobrou entre 1920 e 1940. Criar vínculos, estabelecer uma moradia, ganhar a vida. Habitar e trabalhar. A pluralidade de atividades, antigas e novas, com ou sem necessidade de qualificação mais específica, tornava a cidade um lugar propício na luta para garantir a sobrevivência. Tudo isso em um ambiente em constante transformação, especialmente nos anos 1930, década de relevantes intervenções urbanas e de uma grande seca em 1932.

As autoridades se mostravam particularmente inquietas quanto ao impacto disto em relação à saúde pública. Perto do final do século XIX, por exemplo, o responsável pelo serviço de Higiene anotou em seu relatório que, “sobretudo desde a grande secca de 1877, a população tem crescido extraordinariamente, a área urbana decuplicou-se e a sua proverbial salubridade vai desaparecendo” (RELATÓRIO, 1894, p. 71). Um crescente número de pobres, em formas de habitar nada adequadas em termos higiênicos, era considerado fonte de epidemias. Até Rodolpho Theóphilo, ferrenho crítico e opositor do governo da época, se mostrou preocupado com as conexões entre o grande fluxo de migrantes e a proliferação de doenças. Relatando os resultados de sua conhecida campanha particular de vacinação para erradicar a varíola no início do século XX, Theóphilo anotou que, além da notória dificuldade de convencimento da população pobre quanto aos efeitos

positivos da vacina, havia uma adversidade extra no constante fluxo de pessoas na capital: “Como já disse não há cidade alguma cujo movimento de população adventícia seja maior que na capital do Ceará. Vacino os moradores de uma rua nos subúrbios e em meses depois, quando volto, já encontro gente nova. Assim, não sei quando poderei dar por terminada essa tarefa” (THEOPHILO, 1997, p. 224).

Um caminho preliminar relevante para captarmos tais movimentos se dá pelo exame da legalidade urbana, ou seja, todo o “conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”. Evidentemente, isso não significa tomar a letra da lei como possuindo uma correspondência perfeita em relação às práticas. No caso, a lei funciona “como um referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final”, funcionando como “uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável”. A legalidade, assim definida, “ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (ROLNIK, 1997, p. 13).

Qual era o cenário no início do período republicano? Conectando os dados do Censo realizado pela Chefia de Polícia em 1887 com as Décimas Urbanas de 1890, Margarida Andrade chegou a uma impressionante constatação: dos 5.560 imóveis arrolados na área urbana de Fortaleza, 3.990 eram de aluguel (o que corresponde a 71,92%), 1.405 eram habitados pelo proprietário (o que representava 25,27%), 34 estavam fechados, 70 estavam em construção e 52 em ruínas. Mais ainda: foram arroladas 1.044 palhoças, sendo 773 de aluguel e 271 habitadas pelo dono (ANDRADE, 2012, p. 157 e 165).

Os números são expressivos e não deixam margem para dúvida: a maioria da população não dispunha de moradia própria. Residir na cidade significava, para muitos, pagar aluguel. Mesmo as palhoças eram em sua maioria alugadas. Isso sem dúvida representava um peso

constante no orçamento dos trabalhadores, como percebeu o próprio Presidente do Estado em 1895: “A vida torna-se asphixiante para o proletário vivendo de salário, ordenado ou soldo. A grande massa dos consumidores o que ganha, mal chega para o aluguel do albergue ou nicho em que vive emparedada, quase de pé e nua com a sua prole que é a única riqueza” (MENSAGEM, 1895, p. 11). Apesar da anotação desassossegada, ainda estamos longe de qualquer tipo de plano habitacional popular. Aliás, a tendência que se anunciava era de outro molde. Uma série de normatizações urbanas, especialmente nos códigos de posturas, buscava empurrar os mais pobres para as periferias.

O Código de Posturas decretado pela Câmara Municipal em 1893, aperfeiçoando determinações anteriores, estabeleceu claramente zonas exclusivas em termos de construção de moradias. As palhoças (até então numerosas) só poderiam ser erguidas, daí por diante, fora da zona urbana: “Art. 2º - É proibido dentro da circunscrição urbana edificar casas de palha ou taipa, assim como construir cercas ou curraes. Multa de 30\$000 ao infrator” (A REPÚBLICA, 27 out. 1893, p. 1). Anunciava-se o propósito de afastar as moradias mais precárias do perímetro urbano. As casas de taipa só seriam toleradas fora da circunscrição urbana.

Em 1932, um novo Código Municipal se mostrou mais minucioso. As “casas populares” deveriam ser erguidas em solo seco, afastada dos logradouros públicos no mínimo 4 metros, com paredes de tijolos regulares devidamente rebocadas e caiadas, com pelo menos três compartimentos e com cobertura de telhas ou material incombustível. As vilas, especificamente, deveriam respeitar determinações similares, com o acréscimo de possuir calçada construída e iluminada e dispor de no mínimo dois compartimentos (CÓDIGO MUNICIPAL, 1933, p. 89-90).

A cidade, conforme o novo Código, estava dividida em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural (art. 19). As “casas populares”, em vilas ou não, só poderiam ser erguidas nas zonas suburbana

e rural da capital. Reafirma-se o projeto de evitar a presença dos mais pobres residindo no coração da urbe. Era reiterada a proibição de “indústria nociva, insalubre, perigosa ou ruidosa” dentro das zonas central e urbana. As já existentes deveriam ser isoladas e garantidas alterações de forma a evitar perigo, barulho e sujeira. Todo o conjunto de leis citadas contribuiu para dar forma à geografia social da cidade, como uma linha invisível: “para dentro, o comércio, as fábricas não incômodas e moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina” (ROLNIK, 1997, p. 48).

Tal processo não era singular à capital cearense, muito pelo contrário. Desde as últimas décadas do período monárquico e durante a era republicana, as principais cidades do país foram alvo de uma série de normatizações e intervenções, de maior ou menor escala, que buscavam garantir uma adequação do território urbano a parâmetros julgados mais civilizados. Tais iniciativas promoviam — ou desejavam promover — uma crescente especialização e zoneamento dos espaços, e consequente segregação social. O controle da moradia era julgado fundamental tanto por questões de higiene e salubridade quanto como parte de um projeto para homogeneizar vizinhanças (MARINS, 1998). Parece ser inegável que, para os trabalhadores pobres, a tendência era essencialmente centrífuga. As periferias, portanto, ganharam cada vez mais densidade, apresentando expansão significativa nas décadas de 1920 e 1930.

Os códigos e demais normatizações emanadas do poder público tentavam moldar o espaço urbano e também definir as regras do bem viver. Um caminho para se desvelar essas tensões surge através de um conjunto específico de registros na imprensa: as colunas policiais. Vasculhando periódicos das primeiras décadas do século XX, facilmente localizamos este gênero de produção jornalística. Os periódicos *A Tribuna* e *O Ceará*, nos anos 1920, mesmo possuindo tendências políticas diferentes, abrigaram colunas com mesmo nome: “Na polícia e nas ruas”. Nos anos 1930, o jornal *A Rua* adotou a mesma nomenclatura. No entanto, o exemplo mais longo e paradigmático foi o do *Correio do Ceará*. Sua

coluna “Crônica da Cidade” foi presença constante em suas páginas de meados da década de 1920 até meados da década de 1930.

As crônicas captavam, pelo olhar do repórter e da linha editorial do jornal, um pouco da experiência viva e palpável das ruas. Exercitando a arte de “converter os acontecimentos do dia em matérias jornalísticas”, os repórteres mantiveram contato estreito com a polícia. Era a partir dos registros policiais cotidianos que eram elaboradas a maioria das crônicas: “Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, ‘ângulos’, ‘pontos de vista’ e enredos” (DARNTON, 1990, p. 71-83). A tendência para a estereotipagem e para a estigmatização era forte.

As hierarquizações e exclusões, projetadas e induzidas pela legislação e por intervenções no espaço urbano, contribuíram para solidificar, ao longo do tempo, a imagem de uma cidade dividida ao ponto de, muitas vezes, a expressão “cidade” ser aplicada unicamente para o perímetro urbano central. Por exemplo, em certa ocasião, foram detidos e levados para o xadrez “Uma trindade de ébrios”. Eram eles: João Cassiano de Matos, do bairro Tauape, Hermínio Silva, do Arraial Moura Brasil e José Alexandre de Oliveira, do Morro do Moimho. “Esta trindade ficou, *por ser gente de fora da cidade*, ‘hospedada’, com todas as honras de ‘*visitantes*’ no famoso ‘salão de honra’ policial” (CORREIO DO CEARÁ, 29 jul. 1931, p. 5). Os três territórios estão fora da zona urbana conforme definida no Código Municipal de 1932, ao qual já fizemos menção. Fica evidente que “a cidade” era entendida como coincidindo com tal zona, não à toa os três indivíduos, ainda mais ébrios, só poderiam ser “gente de fora”, “visitantes”, como se anotou ironicamente.

O controle da “vagabundagem” diurna e noturna mobilizava a polícia e interessava aos repórteres, como no caso de seis “vadios” detidos à noite, que “bem poderiam ter ocupações e viver noutras condições”, como se anotou em clara reprovação moral. Todos foram liberados

pela manhã. Curiosamente, ao final, se expõe que os seis talvez não fossem exatamente vadios já que “os cinco primeiros, quando Deus dá bom tempo, são engraxates; o último, barbeiro” (CORREIO DO CEARÁ, 25 jul. 1931, p. 5). O caso revela que existiam transições e o “trabalhador” poderia, sob determinadas circunstâncias, se tornar o “vadio”, o “ébrio” ou o “desordeiro”.

É digno de nota que nem toda transgressão ou desvio era crime e nem todo caso de prisão implicava abertura de um inquérito e, muito menos, de um processo criminal. Na maioria dos casos, o infrator era liberado no dia seguinte. Ao lado das atividades de detecção e prisão em casos de crimes graves, a polícia atuava em sentido mais amplo, de normatização e vigilância sobre o cotidiano, na instituição de uma nova e moderna ordem urbana, com destaque para o que eram considerados hábitos incômodos ou indecorosos, de forma muito semelhante ao que identificou Boris Fausto para São Paulo. Segundo o autor, a defasagem entre o número de pessoas detidas e o número de processos abertos revela o papel de “controle social” exercido pela polícia, que dedicava atenção a tudo que fosse considerado uma ameaça ao bem viver, especialmente as contravenções como vadiagem, embriaguez e desordem (FAUSTO, 1984).

Além da imprensa e das autoridades, literatos também captaram o fenômeno. Dois escritores conseguiram transformar o tema da pobreza em bairros periféricos em energia criativa: Fran Martins e Martins D’Alvarez. O primeiro com o romance *Ponta de Rua* e o segundo no romance *Morro do Moinho*, ambos escritos e publicados na década de 1930.

O romance *Morro do Moinho* inicia acompanhando Francisco Ferreira do Nascimento, recém-chegado à capital, cujo primeiro teto foi na humilde hospedaria de “dona Mariquinha”, chamada, sintomaticamente, “Hotel dos Pobres”. Essas pequenas pensões baratas — que costumeiramente buscavam se diferenciar das “pensões alegres”, habitadas por prostitutas — eram opção de hospedagem mais ou menos demo-

rada. Um mês depois, Francisco deixava a pequena hospedaria para se estabelecer no Morro do Moinho. No texto de Martins D'Alvarez, o local apresentaria as típicas características de um “arraial decadente”: “ruas tortuosas, de casas baixas e tristes”, cuja “desordem” exprimiria a vida “exaustiva e desencantada da plebe”. Com becos e vielas compondo um cenário labiríntico, o Morro seria um “galho abandonado na risonha metrópole cearense”. Como espaço de moradia dos proletários, “todos trabalham”: “Os homens na rua. As mulheres, na lavanderia. As crianças, nas compras e na cozinha” (D'ALVAREZ, 1997, p. 88).

No romance *Ponta de Rua*, o cenário é o bairro Alto da Balança, bem mais afastado da área urbana que o Arraial Moura Brasil, o Morro do Moinho e outras periferias. Pontilhado de “casinhas antigas, esburacadas e sujas” em “vielas escuras”, não seria diferente de tantos outros arrabaldes (MARTINS, 1999, p. 18-19). No texto, a população do Alto se refere à área urbana como “a cidade”, como se o bairro fosse um território não só diferente, mas apartado. Como sugerimos antes, tal noção não é nova e pode ser encontrada em outras fontes.

Sendo o bairro um espaço fronteiro entre o pessoal/privado e o impessoal/público, chama atenção a densa teia de relacionamentos calcada na vizinhança, a pouca privacidade, o uso de espaços comuns da localidade, a importância dos botequins e pequenos comércios, além dos jogos e serenatas.

A intensa aglomeração e a mesquinhez das habitações, na maioria dos casos de paredes contíguas, pouco favorecia em termos de privacidade. Nas conversas, claro, um pouco da vida dos outros ganhava sempre destaque: “A vizinhança é simultaneamente cúmplice e hostil” (PERROT, 2009, p. 159). As bisbilhotices, os mexericos e as fofocas da vida alheia compunham a pauta do tribunal da vizinhança.

No romance *Morro do Moinho*, as visitas da jovem Liquinha à residência de dona Quinó, diziam “as más línguas”, era menos pelas guloseimas e mais pelo interesse em Janú. Pouco importava a longa

amizade entre as duas famílias, pois isso não influía “na balança maliciosa da vizinhança”. Mas os comentários eram devidamente devolvidos. Liquinha, com “olhos irônicos”, adorava acompanhar o pequeno espetáculo dos moradores que se dirigiam à missa na capela de Santa Teresinha. O que lhe interessava eram os detalhes dos olhares furtivos, dos “colóquios amorosos” e das “atitudes disfarçadas” de namorados que fingiam ser apenas “simples conhecidos”, pois ela, “como todo o bairro, sabia a história verdadeira de cada um” (D’ALVAREZ, 1997, p. 91 e 96). As “rodinhas” formadas nas calçadas ao início da noite funcionavam como oportunidade extra para se comentar e avaliar os últimos incidentes: os novos casais, os nascimentos, os falecimentos, as brigas, as separações... A frente da casa de Liquinha concentrava tais momentos, o que Janú apelidou de “pelourinho do bairro” (D’ALVAREZ, 1997, p. 141).

O olhar da vizinhança variava e oscilava entre a reprovação, a tolerância e a indulgência. Mas não se trata de pura maledicência quanto à vida do outro. Existem códigos de conduta que cada um deve (ou tenta) seguir de forma a obter a estima dos demais. Esse conjunto de regras de convívio se mostra fundamental no cotidiano, o que podemos considerar como códigos de *conveniência* (MAYOL, 1996). O comportamento que convém é aquele que segue de forma mais próxima possível o que é bem aceito pela maioria, evitando ao máximo o que possa ser julgado acintoso, escandaloso ou imoral; pode ser entendido como fórmula de compromisso no trato interpessoal. O resultado esperado é ser bem-visto, ser reconhecido e auferir gentilezas e benefícios, que em determinados casos, como o dos que desenvolvem laços firmes de amizade, incluem pequenos auxílios e convites para ocasiões especiais, como refeições em comum e pequenas festas.

Entre os locais de uso compartilhado estavam os lavadouros e as fontes de água. Os arrabaldes, longe de receber água encanada, dependiam de métodos mais tradicionais, como recorrer às cacimbas e poços. No romance *Ponta de Rua*, o “cacimbão” da “Praça Três Cora-

ções” era a principal fonte de água dos moradores e quando o rico José Clementino pretendeu aterrál-lo, a comunidade se ergueu em fúria.

Os estabelecimentos comerciais, especialmente os botequins e tavernas, eram espaços de lazer (majoritariamente masculinos) comuns em toda cidade, especialmente nos subúrbios. Foi na bodega “Estrela D’Alva” que ocorreu o crime que abre o romance *Ponta de Rua*. O crime regado a álcool e motivado por uma disputa amorosa parece compor um estereótipo comum das classes subalternas pelo olhar dos setores de maior poder aquisitivo: os pobres possuíam uma vida desregrada, de relacionamentos promíscuos, consumidores vorazes de bebidas alcoólicas e potencialmente violentos. A bodega seria o palco no qual tudo isso se amplificava, podendo ser considerado um mau-lugar. É bom que se diga que tal imagem estereotipada é desconstruída ao longo do romance.

Sidney Chalhoub argumentou sobre o caráter central do botequim no cotidiano popular carioca, como “centro aglutinador e difusor de informações”, podendo ser entendido como um notável “observatório popular” (CHALHOUB, 2001, p. 312). Facilmente podemos indicar característica similar para Fortaleza. Edigar de Alencar, por exemplo, lembra das antigas bodegas como ponto “de convergência e referência e reduto de importância acima das rotineiras e modestas atividades mercantis”, funcionando como grande “catalisador e divulgador dos acontecimentos”. Nesses espaços, “seresteiros” costumavam aprimorar canções e versos, entremeados de debates e goles de bebidas: “Não eram raros os cantadores e violeiros que apareciam e sentavam à porta da bodega para os seus improvisos e para cantar ou contar estórias rimadas do sertão”. Em resumo, argumenta, as bodegas “Eram verdadeiros fortins da vida do povo” (ALENCAR, 1980, p. 77—83). No espaço da cidade, os cafés, as bodegas e as mercearias cumpriam um importante papel denexo social.

Dentro desse microcosmo das relações de vizinhança, o pequeno comerciante do bairro desfrutava de uma posição de destaque. Voltando ao caso de uma visita dos redatores do *Correio do Ceará* ao “Cortiço” situado no bairro Benfica, os repórteres, ao questionarem onde poderiam encontrar a pessoa que procuravam, teriam recebido como resposta de um morador: “Vá aquela mercearia do ‘seu Chaves’ [...] Se ele não souber ninguém poderá informar” (CORREIO DO CEARÁ, 7 out. 1931, p. 7). O comerciante conhece quase todos, sabe um pouco da vida de cada um, está em posição privilegiada na rede informacional do local.

Além de beber e conversar, nos botequins também se jogava, ou pelo menos era o que se fazia nos arrabaldes aos domingos, como um conjunto de matérias do *Correio do Ceará* captou. Visitando “parte da população litorânea” da Praia de Iracema, os repórteres diziam ter observado que os moradores passavam seu domingo jogando em pequenos grupos. Cartas e dominó eram as opções, isso tanto nas pequenas residências quanto nas bodegas. Em alguns casos, mediante apostas de valores módicos para animar a partida. Caminhando um pouco mais, em direção à Alfândega, encontraram um grupo dedicado ao “*football*” (CORREIO DO CEARÁ, 4 jun. 1930, p. 7).

O mesmo cenário parecia se repetir, uma semana depois, no Arraial Moura Brasil. Logo no início, uma pequena “venda” com uma placa que dizia: “Congo dos Navegantes. Panelada todos os sábados”. Caminhando mais um pouco, outras tantas “bodegas” e os primeiros “joguinhos de baralho”. Continuando, após passar por um beco, ouviram tocar um gramofone e, na porta de uma casa, “outro baralhinho pra divertir”. Mulheres fumando cachimbos e um “sujeito dedilhando o violão” compunham o cenário (CORREIO DO CEARÁ, 9 jun. 1930, p. 2).

No bairro São Gerardo, ao final da linha de bonde, com o destaque de uma via “larga e limpa, a perder de vista” (hoje Avenida Bezerra de Menezes), marcando paisagem “de um bucolismo encantador”, os re-

pórteres afirmam ter encontrado uma bodega, com a satírica placa que dizia “Fiado só amanhã”, e diversos grupos de “*footballers*” (CORREIO DO CEARÁ, 16 jul. 1930, p. 3).

No mundo dos subalternos, as residências se abriam episodicamente, ou regularmente, para se tornarem espaços festivos. Nos bairros afastados, eram comuns tais momentos de diversão — que podiam eventualmente ser palco de alguma confusão, indo parar nas crônicas policiais. Foi o caso de uma festa, em noite de domingo, no bairro São Gerardo, na qual não faltavam “caboclinhas e marmanjos”. Motivados por uma disputa amorosa, os sapateiros Perico de Souza e Zezé Pereira, já pelo final da festa, entraram em luta. A polícia chegou e ambos foram passar um tempo na prisão (CORREIO DO CEARÁ, 26 ago. 1931, p. 6).

Quem também foi parar na delegacia foi Joana Batista da Silva, “mulherzinha para o serviço doméstico e para as farras”, que pretendia ir com amigas a uma festa no Mucuripe. No entanto, Joana começou sua diversão bem antes e em dado momento “não se aguentava em pé”. Um guarda conduziu Joana para a delegacia do 1º Distrito, na qual o Delegado tratou de deixá-la em uma cela “para ‘quebrar’ a força da pressão alcoólica” (CORREIO DO CEARÁ, 23 set. 1931, p. 3).

Outro caso, em crônica intitulada “Com que sapatos em vou?”, foi o da “empregada festeira” Maria Lima, conhecida como Maroca, que tinha o hábito de frequentar diversas “festas dançantes” na cidade e, em uma dessas, teria ficado descalça, o que a impossibilitava de comparecer na festividade seguinte. Mas a solução apareceu: usar “os sapatos da patroa”, só que sem autorização prévia. O resultado foi passar um dia no xadrez (CORREIO DO CEARÁ, 30 out. 1931, p. 5).

Mas podia acontecer de a festa ser encerrada pela polícia por falta de licença, como aconteceu com o senhor Oliveira, acostumado a oferecer festividades na sua residência, onde sempre compareciam as “caboclinhas cheirosas da beira do Urubu”. Em uma dessas, na virada do ano, com o lugar “tinindo de gente”, eis que chega o guarda indagando pela licença. Na ausência do documento, a festa findou e “seu

Oliveira” foi para a delegacia prestar esclarecimentos resmungando: “Como é triste a gente ser pobre! Os ricos não precisam [de] licença pra dançar!” (CORREIO DO CEARÁ, 4 jan. 1932, p. 6).

A vida da classe trabalhadora, observada atentamente, possui um forte sentido “do pessoal, do concreto, do local” (HOGGART, 1973, p. 41). Nada mais próximo disso que o bairro, portanto. Embora o conjunto da cidade possa ser entendido como fundamental na vida operária, o espaço do “bairro” é aquele da intimidade, do conhecimento mútuo (em oposição ao anonimato), do informal e da mutualidade. Os trabalhadores, portanto, demarcavam e recortavam pedaços do urbano, criando laços de pertencimento. Se as crônicas tipificavam pessoas e lugares, definindo assim os antros da cidade, os arrabaldes figuravam como os espaços privilegiados do desvio, como uma “outra cidade” (PESAVENTO, 2001). Mesmo através do sarcasmo, esse conjunto de incidentes registrados e comentados na imprensa se tornou fundamental para a criação ou cristalização de imagens estigmatizantes. Seria um equívoco, contudo, concluir que as crônicas só teriam valor pela identificação dos desviantes e desordeiros. Tal percepção nos faria estabelecer uma associação entre classes pobres como classes perigosas, o que até poderia ser o pensamento dos repórteres e de parcela dos leitores. Devemos ter em mente que os enredos construídos em geral operam pelo que podemos chamar de “técnica do holofote”: na imprensa, os jornalistas projetam luz sobre uma pequena parte de um grande contexto, já que é o desvio que chama atenção, deixando o restante na penumbra (CAPELATO, 2003). Essa ideia é metodologicamente valiosa.

Uma leitura atenta permite a desmontagem dos estereótipos e simultaneamente a revelação de fragmentos de vivências sociais. Basta observar que, na esmagadora maioria dos casos, o “desviante” era um ou outro sujeito singular, e as festividades reuniam muitas pessoas. Lembremos que, por intermédio dos jornais, só ficamos sabendo das ocasiões em que houve intervenção policial, escapando informações sobre outras tantas festas em que nada do tipo ocorreu. Mesmo as-

sim, encontramos uma densa rede de sociabilidade. Outros casos poderiam ser citados, mas por hora podemos perceber que, nesses episódios, que se tornam matéria-prima para um anedotário policial da imprensa, os trabalhadores não estão confinados em um setor da cidade: eles circulam, se movimentam conforme a “oferta” possível de atividades de convívio e diversão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e de anteontem**. Fortaleza: Edições UFC / PMF, 1980.

ANDRADE, Margarida. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)** 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania. Piracicaba**: Editora Unimep, 2003, p. 139 -159.

CÓDIGO MUNICIPAL. (Decreto nº 70, 13 de dezembro de 1932). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre; GIARD, Luce. **A Invenção do Cotidiano**. v. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 35 - 185.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

D'ALVAREZ, Martins. Morro do Moinho [1937]. In: D'ALVAREZ, Martins **Ficções**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p. 74 - 204.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil, República**: da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 131-214.

MARTINS, Fran. **Ponta de Rua [1937]**. 2 ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999.

MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, apresentada a Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Typografia d'A República, 1895.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4**: da Revolução Francesa a Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL [1940]. Série Regional, Parte IV: Ceará. Tomo I: Censo Demográfico, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

RELATÓRIO do Inspetor de Saúde Pública, Dr. João Marinho de Andrade. In: MENSAGEM do Presidente do Estado, Cel. Dr. José Freire Bezerril Fontenelle, a Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza: Typografia d'A República, 1894, p. 71 - 79.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

THEÓPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará** (Edição fac-similar de edição publicada em 1904). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Amazônia, migrações e trabalho

Imperialismo, povos nativos e violência nas narrativas de viagem de Roger Casement

Diná Schmidt¹

Este texto propõe analisar os registros e reflexões produzidos pelo cônsul britânico e membro do movimento de libertação irlandesa Roger Casement, durante sua expedição ao Estado Livre do Congo, em 1903. A análise se deterá, especificamente, nas preocupações de Casement com a exploração violenta da mão de obra dos nativos e na usurpação de seus territórios e recursos em benefício de seus exploradores imperialistas europeus. Para tanto, será feita uma apresentação do personagem dentro de sua temporalidade histórica e dos diálogos historiográficos e teórico-metodológicos que guiam este trabalho. Subsequentemente, a análise de documentos que compõem o relatório oficial do Cônsul sobre a expedição possibilitará a reflexão sobre o objeto em questão.

Casement viajou e trabalhou em terras africanas entre 1884 e 1904, exercendo diferentes papéis. Sua primeira atuação (1884-1886) foi como funcionário da Associação Internacional Africana, de Leopoldo II, posteriormente substituída pelo Estado Livre do Congo. Nessa ocasião, a estadia e atuação de Casement coincidiu com as ne-

1 Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Pesquisa Literatura de Viagem e Imperialismo no Brasil dos séculos XIX e XX. Contato: dinaschmidt@ors.uespi.br. <http://lattes.cnpq.br/9370597780154270>.

gociações e resoluções da Conferência de Berlim (1885). Esta firmou as bases necessárias para a dominação e exploração do continente africano pelas potências imperialistas europeias e designou à Bélgica o direito de explorar os territórios que, a partir de então, foram denominados Estado Livre do Congo.

Entre 1886 e 1891, Casement exerceu diferentes trabalhos no continente africano, dentre eles se destaca uma posição na Organização Missionária Batista. Sua atuação dentro dessa já se dava como parte do processo de estranhamento do viajante em relação às práticas imperialistas em relação às populações autóctones. Em 1892, passou a ocupar seu primeiro cargo a serviço do governo britânico no *Oil Rivers Protectorate*.

Em 1895, Casement foi nomeado cônsul do britânico de Moçambique. Em 1898, foi nomeado cônsul britânico na Angola e, em 1901, foi nomeado cônsul no Congo francês. Em 1903, foi responsável pela investigação das denúncias feitas pelo jornalista Edmund Dene Morel, e secundadas pela Anti-Slavery Society, de que os membros da Força Pública Belga utilizavam de violência contra as populações nativas exploradas na extração da borracha no Estado Livre do Congo dominado por Leopoldo II. É essa expedição investigativa, com seus documentos de registro, que será aqui analisada.

Roger Casement serviu ao governo britânico também em terras sul-americanas, entre 1906 e 1913, assumindo o posto de Cônsul e atuando em diferentes cidades, como destacado por Bolfarine (2015): São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Belém do Pará. Além dos cargos diplomáticos, Casement foi encarregado de uma expedição investigativa sobre o tratamento violento dado aos indígenas utilizados como mão de obra na exploração da borracha na região amazônica disputada entre Brasil, Colômbia e Peru.

Como ressalta Hobsbawm (2016, p. 103), “a borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoces e justificados”. Em 1908, o Estado

Livre do Congo foi libertado do domínio belga, em parte como consequência da repercussão do relatório produzido por Casement junto à opinião pública e a significativos personagens intelectuais e políticos. e De acordo com Mitchell (*apud* BOLFARINE, 2015), o dossiê elaborado por Casement, que denunciou e documentou os maus tratos aos indígenas amazônicos pela *Peruvian Amazon Company*¹, e a sua repercussão diante da opinião pública europeia, foi responsável, em parte, pela derrocada da economia da borracha na Amazônia.

Considerando essa múltipla e longa trajetória de Casement fora do continente europeu, durante a qual escreveu sistematicamente proporcionando um legado significativo de narrativas configuradas como diários pessoais, relatórios oficiais, correspondências pessoais e oficiais, dentre outros, consideramos sua produção como literatura de viagem. Esse gênero que acompanhou as invasões e empreendimentos colonialistas ao longo de séculos, transformou-se junto com estes.

No que diz respeito às expedições de viajantes e seus escritos, dentro do contexto colonialista, como afirmado por Mary Pratt (1999) durante os séculos XV, XVI e XVII eram comuns os relatos\diários de viagem escritos por navegadores que partiam para os novos continentes a serviço da política colonialista europeia. A missão de inventariar as riquezas era complementada por riquíssimas descrições de paisagens e habitantes das regiões recém-encontradas pelos europeus. Lidos por reis e comerciantes, eram as principais fontes de informação sobre as possibilidades de exploração nas novas terras.

A partir da segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento das ciências naturais e do grande interesse em conhecer todos os recantos possíveis do planeta, os relatos deixaram de ser uma consequência de viagens de reconhecimento de novas regiões e comércio para ser fruto de expedições científicas montadas, especificamente, para conhecer e inventariar novas regiões. Centenas de cientistas e negociantes se envolveram em projetos desse gênero. Seus relatos

1 Companhia de capital misto (peruano e europeu) que tinha a concessão para exploração da borracha na região.

agora, além de serem lidos por estadistas e comerciantes interessados nas riquezas, eram consumidos também pelas comunidades científicas e segmentos das populações em geral que tinham interesse ou curiosidade sobre novas terras (*Ibidem*).

A partir do começo do século XIX, as viagens de exploração, que na maioria das vezes resultavam em grandes relatórios, passaram a ser encomendadas por companhias europeias interessadas em investir nos novos continentes (*Ibidem*, p. 252-253):

[...] a onda de viajantes na América do Sul foi principalmente de britânicos que, em sua maioria, viajaram a escreveram como batedores avançados do capital europeu. Engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, bem como militares — esses viajantes do século XIX eram frequentemente enviados para o novo continente por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante.

Uma quarta geração de viajantes narradores é qualificada por Pratt como homens brancos hifenizados. Esses sujeitos, com identidades nacionais múltiplas e conflitantes por estarem ligados a territórios dominados e potências dominadoras, foram responsáveis por construir críticas significativas ao imperialismo, atuando dentro dele (*Ibidem*, p. 353. Grifo meu):

Cada um destes foi um homem branco cujas identidades nacionais e cívicas eram múltiplas e frequentemente conflitantes; cada um deles² havia vivenciado em profundas histórias pessoais e sociais as duras realidades do euro-expansionismo, da supremacia branca, do domínio de classe e da heterossexualidade. *Os homens brancos hifenizados foram os principais arquitetos da frequente imperialista crítica interna do império.*

2 A autora se refere a Roger Casement, Henry Morton Stanley e Josef Conrad.

Roger Casement pode ser localizado dentro desta compreensão, visto que nasceu na Irlanda dominada pelo Império Britânico, serviu a este por décadas, fora do continente europeu, e como fruto de sua experiência dentro do sistema imperialista se tornou crítico em relação ao seu projeto e práticas. Em 1905, quando Casement foi nomeado membro da *Order of St. Michael e St. George*³ como reconhecimento pelo seu trabalho na comissão de investigação no Estado Livre do Congo, ele se juntou ao Sinn Féin⁴. Ser reconhecido pelos seus trabalhos prestados ao Império Britânico e se juntar a um movimento de enfrentamento a este, no mesmo ano, nos ajuda a perceber a complexidade de sua condição, assim como a não linearidade de sua trajetória. Não se observa um processo de estranhamento e rompimento com o Império para, depois, se juntar a sua oposição. Há um processo de transformações complexo e marcado por contradições.

Para informar o leitor do desfecho desse processo, cabe dizer que em abril de 1916, às vésperas do Levante De Páscoa, Casement foi preso sob a acusação de traficar armas para os revoltados. Em agosto, foi executado na forca após ser condenado por Traição. Durante o Julgamento, o serviço de inteligência da Polícia Britânica (Scotland Yard) divulgou os chamados *Black Diaries*⁵ (escritos durante suas permanências na África e na América do Sul), nos quais Casement

3 A mais alta honraria concedida a Casement, pela Coroa Britânica, foi sua nomeação ao título de Cavaleiro, em 1911.

4 O Sinn Féin foi fundado nesse mesmo ano e, à época, defendia a independência da Irlanda do jugo imperial britânico. Desde o ano anterior (1904), Casement já era membro da Liga Gaélica, um movimento de artistas irlandeses que visava valorizar e recuperar traços da cultura e da língua irlandesas.

5 Desde a sua divulgação, os documentos que compõem os *Black Diaries* têm sido alvo de uma polêmica sobre sua autenticidade. Defensores de Casement argumentaram, à época do julgamento e nos anos seguintes, que as entradas em seu diário que faziam referência a sua homossexualidade haviam sido forjadas para desmoralizá-lo. A recusa de autenticidade desses documentos também se relaciona a não aceitação da orientação sexual de Casement pelos movimentos de libertação da Irlanda e outros apoiadores. Análises documentais, de arquivística e de grafologia não foram capazes de pacificar as interpretações a respeito. Sobre a polêmica a respeito da autenticidade desses documentos, podem ser vistos em "Casement's Congo Diary, one of the so-called Black Diaries, was not a forgery" (VANGROENWEGHE, 2002) e em "Unframing the Black Diaries of Roger Casement" (MITCHELL, 2009). As argumentações e evidências levantadas pelos autores nesses trabalhos e o conjunto de pesquisadores que já avaliaram essa documentação utilizando-a nos dão sustentação para tomá-las como autênticas.

fizera registros de relações homossexuais, reais e imaginadas, com nativos, durante suas viagens. Os diários foram utilizados para minar o apoio público de que Casement usufruía e o suporte que recebia de personalidades importantes da época⁶.

Considerando essa complexa e conflituosa relação construída por Casement com o Império Britânico, o conceito de homem branco hifenizado, proposto por Pratt para pensar essa geração de viajantes, é estruturante para pensarmos sua condição e seus escritos. As narrativas produzidas por ele — diários, relatórios, correspondências oficiais e não oficiais etc. - devem ser problematizadas como a produção de um sujeito que se localizava nessa posição, identitária e intelectual, conflituosa.

Robert Burroughs, em *“Travel Writing and Atrocities”* (2010), afirma que os escritos de Casement marcam uma mudança importante na literatura de viagem de fins do século XIX e início do século XX, uma vez que expressam, abertamente, indignação com a violência praticada contra as populações indígenas e o reconhecimento da responsabilidade britânica em relação a essa violência. Vale destacar que essa afirmação de Burroughs deve ser localizada dentro do apontamento de Pratt sobre “os homens brancos hifenizados [que] foram os principais arquitetos da frequente imperialista crítica interna do império” (1999, p. 353). Essa localização é importante para que fique devidamente historicizada a trajetória e a atuação de nosso sujeito, evitando percepções de que pudesse estar “a frente de seu tempo”, expressão por vezes utilizada no discurso público para caracterizar ideias ou sujeitos que contribuem com rompimentos significativos dentro das estruturas que viveram. No campo da História, a localização dentro dos lastros da temporalidade que constroem sujeitos e ações é imprescindível.

6 Joseph Conrad e Arthur Conan Doyle são exemplos de apoiadores que se manifestaram contra a condenação de Casement. A título de curiosidade, o livro *O Mundo Perdido* de Conan Doyle, ambientado na região amazônica, foi escrito com base nas descrições de viajantes cronistas, dentre eles Casement.

Para finalizar as observações metodológicas, cabe situar o conceito, também de Pratt, zona de contato. A narrativa de viagem do contexto colonialista é construída em um espaço onde o viajante se encontra com um território, uma cultura e sociedade profundamente diferentes de seu habitat de origem. A experiência da viagem e o ato de narrar são construídos no contato com esse universo. Esse contato é marcado pela assimetria de poder, por coerção e muitas vezes pela violência. A assimetria, no entanto, não exclui a troca. A experiência de viajar e narrar é profundamente marcada pelas relações e trocas estabelecidas na zona de contato. Tanto as relações pacíficas, quanto as relações conflituosas.

Localizando a escrita de Casement a partir desses dois conceitos propostos por Pratt, será realizada uma imersão em seu relatório oficial da expedição investigativa no Estado Livre do Congo. Este foi remetido ao Foreign Office e chegaria ao Parlamento Britânico e à opinião pública europeia. Os documentos que compõem esse relatório servirão de subsídio para a análise das percepções, reflexões e posicionamentos de Roger Casement em relação a dois aspectos da prática imperialista na relação com os povos nativos dos territórios visitados: a exploração do trabalho por meio de práticas violentas e coercitivas e a espoliação dos recursos, em benefício das potências imperialistas, ao passo em que dizimavam social e fisicamente as sociedades locais e suas práticas historicamente estabelecidas. Esta espoliação se dava por meio de uma prática comercial tida por Casement como degenerada em relação ao seu potencial original, como veremos.

Para iniciar essas reflexões, remeto ao registro feito por Casement sobre as formas de arregimentação da mão de obra da população nativa que movia as atividades extrativistas, principalmente de látex, conduzidas pelas concessões belgas em território congolês (BRITISH CROWN, 1904a, p. 23-5. Grifo meu):

Some, those from the cataract district especially, go voluntarily seeking employment, but *many—and I believe a vast majority—are men, or lads, brought from districts of the Upper Congo, and who serve the authorities not primarily at their own seeking.*

[...] *One elderly man was arrested at the period of my visit to serve as a soldier and was taken to Bolobo, 40 miles away, but was subsequently released upon representations made by a missionary who knew him.*

O registro feito pelo narrador remete a duas formas que mobilizavam a mão de obra nativa presente em Leopoldville, um centro administrativo e comercial da exploração belga: a primeira forma, minoritária segundo ele, era de trabalhadores voluntários vindos de regiões relativamente próximas; a outra se configurava em mão de obra recrutada à força, em regiões mais distantes, e que serviam às autoridades colonizadoras à revelia de seu consentimento. Mesmo em relação aos nativos que se voluntariavam a esse trabalho, é preciso pensar em como a desestruturação das atividades de sobrevivência e comércio, anteriores a chegada das concessões belgas, os colocou em condições de poucas alternativas, pressionando-os a se submeterem ao trabalho abusivo prestado aos colonizadores. Essa questão ficará mais evidente no pensamento de Casement, no decorrer da análise.

A busca por trabalhadores que eram recrutados à força e em regiões mais distantes, pode ser compreendida, em ambos os aspectos, pela diminuição da população em aldeias próximas, pela natureza violenta do tratamento dispensado aos nativos e pela busca de uma mão de obra extremamente barata e descartável, do ponto de vista do empreendimento imperialista. É importante observar a preocupação do cônsul em destacar o papel central ocupado pelo trabalho forçado, tanto pelo volume maior de trabalhadores, como pela violência implicada nessa prática.

Essa violência é evidenciada na exemplificação de situações dessa natureza com o caso de um homem idoso que havia sido recrutado para servir como soldado. Além da violência física, é um caso carrega-

do de violência simbólica ressaltada na narrativa pelo uso do adjetivo “elderly”, no lugar de, simplesmente, “old”. O adjetivo usado remete a um lugar simbólico de respeito e autoridade dentro de uma comunidade e não apenas a idade da pessoa, como no caso de “old”. O recrutamento de um sujeito, que ocupa esse lugar, para atuar como soldado, muitas vezes reprimindo aos seus semelhantes, tem uma gravidade e um efeito, em representar essa violência, muito mais profundo do que teria o recrutamento forçado de um homem jovem que fosse forçado a extrair látex ou manter as edificações da administração.

Outro tema explorado por Casement, na investigação e documentação dos abusos impetrados às populações nativas no Estado Livre do Congo, foi a exploração dos nativos para produzir alimentos para toda a estrutura imperialista, incluindo os europeus que atuavam localmente - funcionários administrativos, repressivos e comerciantes - e trabalhadores recrutados (voluntária ou coercivamente) entre a população nativa. A insuficiência de matéria prima e mão de obra⁷ para a produção de alimento nas quantidades exigidas pelas administrações locais redundava em punições violentas, além do irrisório pagamento, ou pagamento nenhum, pelo trabalho e pelo produto entregue pelos nativos. Para documentar esse aspecto, o cônsul integra ao seu relatório o que seria a fala dos nativos (*Ibidem*, p. 25. Grifo meu):

These people said: “How can we possibly plant and weed our gardens, seek and prepare and boil the cassava, make it into portable shape, and then carry it nearly a day’s journey to the post ? Moreover, if the kwanga⁸ we make are a little small or not well-cooked, or if we complain that *the rods given us in settlement are too short*, as they

7 Essa escassez de mão de obra é consequência da diminuição significativa das populações locais e do recrutamento dos remanescentes para o trabalho a serviço das companhias concessionárias. Casement faz questão de destacar a comparação que faz a respeito da presença de população nativa com uma visita anterior que fizera ao território que, em 1903, formava o Estado Livre do Congo. Em 1887, antes de servir ao Império Britânico, estivera nas mesmas regiões e a quantidade populacional, a diversidade de povoados e vilas e as atividades autônomas dessas eram muito superiores ao corrente estado de coisas.

8 Alimento preparado a partir da raiz de cassava, denominação dada a planta conhecida, no Brasil, como mandioca, macaxeira ou aipim.

sometimes are, then *we are beaten by the wood-cutters*, and sometimes we are *detained several days to cut fire-wood as a punishment.*”

É possível perceber que os nativos engajados na produção de alimentos não são diretamente “empregados” das companhias concessionárias. Na lógica destas, eles seriam fornecedores em uma rede de comércio com a população local. Porém, a forma de tratamento não se distingue daquela prestada aos recrutados para a prestação de serviços forçados. Esses “fornecedores” não têm o direito de recusar o “contrato”, não têm influência na definição de quanto produto e com qual frequência podem fornecer e são pagos em outros produtos, não em moeda, em relação ao que também não têm direito de escolha, além dos preços não serem cumpridos, como destacado na fonte.

O castigo físico e o aprisionamento para a execução de trabalho forçado (cortando madeira) são o aprofundamento de uma já estabelecida forma violenta de exploração do trabalho que envolve múltiplos e fortes aspectos de coerção. Mais uma vez, vemos ressaltada a punição violenta sendo aplicada por um nativo sobre outro. Quem pune, por meio do açoitamento, os nativos que não cumprem as exigências de suprimento são outros nativos que trabalham no corte de madeira. Aqueles que trabalham como empregados diretos dos postos coloniais são empregados na repressão daqueles que servem indiretamente. Essa dinâmica é parte integrante de uma desestruturação mais ampla das relações sociais locais pelo colonialismo europeu. Embora não possamos assumir que as relações entre os povos nativos fossem exclusivamente pacíficas, antes da interferência europeia, é flagrante que a atuação colonialista causa disrupções nas relações locais e se alimenta delas para aprofundar seus domínios.

Para além dos aspectos que concretizam a violência como *modus operandi* da exploração colonialista belga, gostaria de chamar atenção do leitor para a forma como o narrador opera esse registro. A citação

inserida se inicia com “*these people said*”, seguido do que seria fala denunciadora dos próprios nativos sobre suas condições aviltantes sob o jugo da exploração das concessões de Leopoldo II. Ao atribuir a “*these people*”, abrangendo a todos os nativos que habitavam uma pequena e despovoada vila (sem diferenciação de indivíduos, faixas etárias ou gênero⁹), e considerando que suas conversas com nativos eram, em sua maioria, mediada por tradutores, é possível inferir que essa citação direta de uma fala atribuída a um (a) nativo (a) seja a condensação de um conjunto de depoimentos e experiências colhidos por Casement em seu trabalho investigativo. Essa hipótese é reforçada pela frase que segue, de imediato, a citação que transcrevemos acima: “*Statements of this kind might be tediously multiplied*” (*Ibidem*, p. 25).

Ao inserir em sua narrativa uma citação direta de uma fala atribuída aos nativos, Casement busca o efeito de convencimento de um depoimento dado diretamente pelas vítimas e que tem peso de prova das denúncias de violência. Ao mesmo tempo em que a evidência é um argumento racional, essa fala pode ser lida também pelo seu apelo emotivo ao narrar na primeira pessoa do plural os sofrimentos e violências sofridas pelos nativos. O uso da primeira pessoa pode permitir uma conexão direta entre leitor e vítima, ao passo que o plural dá dimensão da extensão de um problema que acomete a todo um povo. Ao retomar a palavra e afirmar que declarações como essa poderiam ser multiplicadas, Casement reforça a profundidade e a abrangência da violência, assim como a dimensão do problema político que representa.

A caracterização da exploração e da violência impetrada aos povos nativos pelo colonialismo belga, em terras congolosas, como um problema político, e não apenas como casos de responsabilidade individual ou erros administrativos das forças locais, pode ser observada com clareza neste registro feito em uma correspondência oficial do

⁹ Em parágrafo anterior, ele destaca que eram as mulheres que dominavam as técnicas necessárias para a produção da kwanga. Mas o cultivo da cassava e o transporte poderia ser distribuído com o conjunto dos moradores da vila.

cônsul: “ When speaking to M. le Commandant Stevens at Coquilherville on the 10th instant, when the *mutilated boy Epondo stood before us as evidence* of the deplorable state of affairs I reprobated, I said, ‘ *I do not accuse an individual, I accuse a system*” (BRITISH CROWN, 1904b, p. 17. Grifo meu).

Retomando o aspecto do não pagamento, ou do pagamento em produtos, dos recursos fornecidos pelos nativos, gostaria de direcionar a discussão para uma outra preocupação muito presente nos registros e reflexões legadas por Casement: como se davam as dinâmicas comerciais entre as companhias concessionárias e os nativos, implicando na usurpação das terras e recursos desses segundos pelas primeiras e na fragilização, até a beira do desaparecimento, das atividades que estes desenvolviam antes da dominação belga. A recusa dos compradores europeus em pagar seus fornecedores cativos com qualquer forma de moeda corrente, ou então não pagando nada em absoluto, é vista, não apenas como injusta exploração econômica do trabalho e dos produtos nativos, mas também como uma prática perniciosa ao desenvolvimento, tanto desses povos como das práticas comerciais em um sentido mais sistêmico.

Como apontado por Síocháin (1993), Casement era um entusiasta do desenvolvimento *do* comércio e *através do* comércio. O cônsul entendia que relações comerciais estabelecidas de forma justa e livre de opressão e violência seriam um meio válido e saudável de levar a civilização aos povos primitivos que, em sua perspectiva, habitavam os continentes africano e americano¹⁰. É fundamental destacar que a própria trajetória de Casement como cônsul, uma atividade fundada na construção de relações comerciais, deve ser entendida como estruturante dessa posição simpática às virtudes do comércio. Porém, não se deve estender isso a uma naturalização de suas preocupações com o

10 Não cabe no escopo desse texto, mas a análise das produções de Casement relativas a sua estadia no Brasil como cônsul e a suas duas expedições de investigação de trabalho forçado e violência empregados contra as populações nativas na exploração da borracha na Amazônia também conduz a conclusões semelhantes no tocante a esse tema.

extirpamento da violência, principalmente a física, das práticas comerciais. Assim como não explica sua defesa ao direito dos povos nativos sobre seus territórios e recursos. Para lançar alguma luz nessas questões, voltemos às fontes (BRITISH CROWN, 1904a, p. 25. Grifo meu):

Some of the natives of the neighbourhood complained that for this *compulsory* utilitarian service they had received *no remuneration of any kind*; [...] Inquiry in the neighbourhood established that no payment for this work had seemingly been made for fully a year.

Observe-se que o registro demarca com nitidez o entendimento dos serviços prestados como compulsórios e que investigações específicas foram desdobradas para elucidar a amplitude dos problemas relacionados à questão do pagamento, constatando que era essa era uma prática disseminada e estrutural, já que não eram feitos ao longo de todo um ano. Essa investigação é estendida à compreensão das formas encontradas para driblar os problemas trazidos pelo pagamento em produtos e reflete sobre os impactos nas relações comerciais locais (*Ibidem*, p. 22. Grifo meu):

The native workmen complained, too, that they were paid in cloth which often they did not want in their own homes, and in order to have the wherewithal to purchase what they wanted, a practice at once arose amongst these men to sell for cash, at a loss to themselves, the cloth they had been forced to receive in payment from the Government store *The workmen lost on this transaction, and so did the traders.* [...] The traders, too, complained that by this extensive sale of cotton goods at reduced rates by the Government employés, their own sales of cloth at current prices were rendered well-nigh impossible throughout the district.

Nesse excerto, gostaria de chamar a atenção para o encontro entre as preocupações com a exploração dos nativos e as preocupações com como isso afetava a dinâmica comercial. Casement destaca que os comerciantes locais também eram afetados pela ausência de moeda

corrente ou pela perda de valores que poderiam ser movimentados. Práticas como as descritas nas duas citações eram entendidas como parcialmente responsáveis por um comércio muito inferior àquele que seria potencialmente possível diante dos recursos disponíveis e mercanciáveis. A política de concessão de direitos de exploração, comércio e serviços empregada pelo domínio de Leopoldo II também era contabilizada como responsável por um encolhimento do potencial econômico do território. Muitas atividades eram de exclusividade da própria Coroa belga e outras eram restritas as companhias que recebiam as concessões (*Ibidem*, p. 24). Estas políticas restringiriam tanto a livre iniciativa europeia, como o aperfeiçoamento de dinâmicas locais de comércio empreendidas por nativos (*Ibidem*, p. 24. Grifo meu):

The people have not easily accommodated themselves to the altered condition of life brought about by European Government in their midst. Where formerly they were accustomed to take long voyages down to Stanley Pool to sell slaves, ivory, dried fish, or other local products against such European merchandise as the Bateke middlemen around the Bool had to offer in exchange, they find themselves to-day debarred from all such form of activity. [...] The trade in ivory has to-day entirely passed from the hands of the natives of the Upper Congo, and neither fish nor any other outcome of local industry now changes hands on an extensive scale or at any distance from home.

Observando esse registro, é possível identificar uma clara percepção, por parte de Casement, de que a dinâmica colonialista empregada pela administração belga não trouxera o desenvolvimento e a pujança comercial que ele esperava da inserção de territórios e populações não europeias em dinâmicas comerciais capitalistas. Como apontado em nota, anteriormente, ele havia conhecido a região no século anterior, 1887, assim como era conhecedor das dinâmicas comerciais que eram desenvolvidas no continente africano por ocupar posições consulares

desde 1895¹¹. Vale destacar que, em 1887, havia apenas dois anos desde a instauração do Estado Livre do Congo. Portanto, os efeitos do colonialismo belga ainda eram incipientes, permitindo uma comparação entre o antes e o depois do domínio.

As atividades comerciais listadas como decadentes eram praticadas, antes de seu declínio, pelos povos nativos. Eram as populações locais que faziam as rotas e comerciavam com representantes europeus. Esse aspecto é relevante por iluminar a forma como Casement via esses povos nativos como capazes de extrair e comerciar os recursos dos territórios que lhes pertenciam, antes do acordo europeu de 1885, e em benefício próprio. Essa forma de analisar o passado pré Conferência de Berlim, valorizando o direito de propriedade e a capacidade de comércio dos nativos, é relevante para a compreensão de como Casement via os termos correntes desses aspectos, no início do século XX, em pleno domínio imperialista de múltiplas regiões do planeta.

Outro aspecto central da visão apresentada neste excerto é a constância da presença europeia, pois mesmo antes de 1885 o comércio destacado já envolvia a participação de europeus. Os termos da relação podem ser distintos, mas o lugar europeu está estabelecido como parte do processo. Essa constante presença pode ser compreendida mediante o entendimento que Casement partilhava com seus contemporâneos sobre o papel civilizador que a Europa deveria desempenhar em relação ao resto do mundo. É recorrente em suas descrições dos povos nativos o uso de adjetivos que remetem a uma suposta condição primitiva desses indivíduos e de suas sociedades. Em 1913, em um texto destinado à crítica do domínio imperialista britânico, especialmente sobre a Irlanda, Casement faz referência a uma “missão da raça branca” (CASEMENT, 1915, p. 13)¹², ressoando com nitidez as concepções evolucionistas sobre raça e civilização (SCHWARCZ, 1993).

11 Entre 1895 e 1903, Casement ocupou a posição de cônsul britânico em Moçambique, Angola e Congo Francês.

12 Escrito em 1913, o texto foi publicado em 1915 na coletânea de escritos seus denominada “The Crime Against Europe”.

A perspectiva de Casement sobre os termos das relações imperialistas entre dominados e exploradores vai amadurecer com sua gradual e consistente participação em movimentos culturais e políticos relacionados a luta de libertação de sua terra natal, a Irlanda¹³. O retorno do Congo, após intensa convivência com os horrores da dominação imperialista da Bélgica, foi um momento de aprofundamento de sua aproximação com a consciência dos problemas enfrentados pela Irlanda, sendo ela mesma vítima do domínio colonialista britânico. Por outro lado, sua nacionalidade irlandesa e uma compreensão ainda imatura de seu lugar como homem branco hifenizado (PRATT) devem ser considerados como pontos estruturantes das reflexões estabelecidas em suas narrativas ao longo de sua expedição ao Estado Livre do Congo.

Ao invés de compreender essa aproximação com o movimento de libertação nacional da Irlanda como o início de um processo de estranhamento em relação às práticas imperialistas e suas violências, essa aproximação pode ser vista como o fruto de já estabelecidas experiências e reflexões envolvendo sua trajetória como agente desse mesmo império em territórios africanos. Nessa perspectiva, sua condição de homem branco hifenizado lhe possibilitou um olhar muito próprio sobre os povos nativos e suas relações assimétricas e conflituosas com os exploradores europeus. Ao passo em que ele mesmo era um europeu, identificando-se com a missão civilizatória que seu continente se outorgara, ele também era capaz de empatizar com o jugo violento e expropriador que essa mesma missão civilizatória impunha sobre os povos nativos, pois sua terra natal experienciava posição semelhante. A zona de contato (PRATT) que se construía na confluência entre as experiências de opressão dos povos nativos e a “experiência hifenizada” de Casement era fundamental na forma como essa opressão era narrada e compreendida por esse sujeito.

13 A partir de 1904, Casement passa a integrar a Liga Gaélica e, a partir de 1905, o Sinn Féin.

REFERÊNCIAS

- BOLFARINE, Mariana. **Between Angels and Demons**: trauma in fictional representations of Roger Casement. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da USP, 2015.
- BRITISH CROWN. **Further correspondence respecting the administration of the Independent State of the Congo**. London: Harrison and sons, 1904b.
- BRITISH CROWN. **Correspondence and report from his majesty's consul at Boma respecting the administration of the Independent State of the Congo**. London: Harrison and sons, 1904a.
- BURROUGHS, Robert. **Travel Writing and Atrocities**: Eyewitness Accounts of Slavery in the Congo, Angola and the Putumayo. London: Routledge, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- MITCHELL, A. Unframing the Black Diaries of Roger Casement. In: **ABEI Journal: The Brazilian Journal of Irish Studies**, 11 ° Edição. Brasil, 2009.
- O'SÍOCHÁIN, S. Roger Casement, Ethnography, and the Putomayo. In: **Éire XXIX** - Ireland, 1993.
- PRATT, Mary. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VANGROENWEGHE, D. Casement's Congo Diary, one of the so-called Black Diaries, was not a forgery. In: **The Journal of Belgian History**. 32° Volume. Bélgica, 2002.

Deitado em berço esplêndido. O sonho de Brasil potência, os projetos governamentais de desenvolvimento para a Amazônia na segunda metade do século XX e seus impactos para o século XXI¹

Vitale Joaroni Neto²

Leidiane Gomes de Souza³

INTRODUÇÃO

O século XXI viu a Amazônia se tornar palco de um enorme conflito mundial. O destaque especial nessas disputas coube ao Brasil, não apenas em razão do país possuir dentro de suas fronteiras nacionais 68% dessa floresta, mas pela contestada forma como foram conduzidas as políticas federais para a sua gestão. O desmatamento foi o tema mais debatido e preocupante, pois o país tem oscilado entre períodos de avanço relativamente controlado sobre a floresta primária e outros nos quais os recordes de derrubada, queima e destruição expuseram de modo vexatório a incapacidade de o Estado Nacional para exercer qualquer controle sobre empresas rurais e proprietários locais. O

1 Artigo publicado em Caderno de Geografia, v. 30, Número Especial 3, 2020, p. 373-393. ISSN 2318-2962.

2 Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: vitalejneto@gmail.com.

3 Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: leidiane.souza@roo.ifmt.edu.br.

recente conflito de informações entre a Presidência da República e o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE sobre os indicadores de desmatamento na Amazônia exemplificam bem isso.

Outro exemplo dessa duvidosa capacidade de gestão da Amazônia se deu com a aprovação da construção da barragem de Belo Monte (o leilão de concessão ocorreu em 2010 e o IBAMA concedeu licença para a construção da infraestrutura em 2011). As origens desse projeto datam ainda do período ditatorial. Em 1975 iniciaram-se os primeiros estudos sobre a capacidade da bacia hidrográfica do Rio Xingu e desde então em muitas vezes se buscou recursos e formas para a construção da usina hidrelétrica. Nos anos 1980 e 90 houve forte oposição de grupos locais formados por povos indígenas, ribeirinhos, pescadores e de parte da comunidade acadêmica nacional que contestava os “custos” sociais e ambientais desse projeto. Foi surpreendente sua aprovação em meio a um governo que havia chegado ao poder apoiado pelos movimentos sociais. Por outro lado, muitas das conquistas do capital em todo o mundo, em prejuízo de trabalhadores e contrários aos interesses de grupos sociais vulneráveis, ocorreram pelas mãos de governos de esquerda (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Apesar das fortes pressões contrárias à sua construção, atendendo aos interesses empresariais e sob o discurso do progresso, Belo Monte foi executada. Ainda é difícil dimensionar a extensão dos danos ambientais provocados pelo lago de 478 quilômetros quadrados, os impactos sobre a dinâmica hidrográfica, as perdas na biodiversidade. Quanto aos danos sociais, eles podem ser vistos de diferentes modos, por exemplo, quando olhamos para os grupos indígenas atingidos pela drástica alteração da geografia regional, ou quando damos voz aos muitos atingidos (RIBEIRO, 2019). Altamira (com uma população de 113 mil habitantes em 2018), sofreu diretamente os impactos dessa construção e pode ser considerada uma síntese dos danos provocados por Belo Monte. A popula-

ção ribeirinha, agora sem rio, foi levada para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), cerca de 6 mil unidades habitacionais que receberam perto de 22 mil pessoas diretamente atingidas pela construção da usina. Os índices nacionais de violência colocam Altamira em segundo lugar no Brasil quanto aos índices de vulnerabilidade social (os dados são da Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e se referem ao ano de 2015). A cidade apresenta em 2020 o mais alto índice de suicídios do país. Foram 15, entre janeiro e abril, nove deles cometidos por jovens entre 11 e 19 anos. Nesse dado está contida uma geração de jovens fruto das modificações que Belo Monte imprimiu em suas vidas e de suas famílias transformadas pelo impacto da usina na comunidade. As cidades são também como afirma Pesavento (2007), espaços de sociabilidade e é notório que o fluxo da modernização é incapaz de perceber as sensibilidades, roubando deliberadamente ao longo de décadas a consciência de determinados grupos. “Os pesquisadores concluíram que indicadores socioeconômicos, especialmente o desemprego e a desigualdade social, podem estar associados a esse aumento [no número de suicídios]” (BRUM; GLOCK, 2020). A média nacional (segundo dados do SUS) é de 6 para cada cem mil habitantes. Em Altamira, o Estado é ineficiente e indiferente aos problemas vividos pela população e essa característica não é, infelizmente, uma particularidade desta cidade. É sobre esse ponto que gostaríamos de nos deter.

O governo ditatorial brasileiro entre os anos 1964 e 1984, sonhou com uma “pátria grande”, um Brasil potência e isso passava pela integração da Amazônia. Em outras palavras, pretendeu-se levar a cabo os projetos de Golbery do Couto e Silva (1981), que desde os anos 1950 alertava para os perigos de se manter essa imensa região, “vazia”. Por integração, entendia-se levar para a Amazônia progresso e desenvolvimento econômico, nos moldes do preconizado mundo ocidental, falava-se em “civilizar” a Amazônia.

Usando das prerrogativas do poder concentrado, característica de Estados de Exceção, o Governo Federal criou uma estrutura oficial de apoio a essa integração (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2017). Agências como SUDAM, INCRA, programas como o POLONOROESTE e um aparato legal, por vezes aprovado por um Congresso fortemente controlado, prestaram-se ao desenvolvimento de obras como a abertura de rodovias federais, aprovação de “projetos de colonização” e “projetos agropecuários”, milhões de dólares foram investidos com o intuito de integrar e desenvolver a Amazônia. Falava-se com ênfase na soberania nacional e as ações de extrema violência contra os povos indígenas (VALENTE, 2017) e a população local no Araguaia paraense (PEIXOTO, 2014) e mato-grossense (CANUTO, 2019) ou no centro norte de Mato Grosso (RIBEIRO, 2001), nos mostram que esse Estado mesmo incipiente nessas áreas, quando instalado mostrou-se extremamente repressivo, por outro lado, foi incapaz de estabelecer um mínimo controle sobre as quantidades escandalosas de madeira contrabandeada, a extração ilegal de ouro e diamantes, a apropriação ilegal de enormes extensões de terras por empresários rurais, o uso constante e sistemático do trabalho escravo contemporâneo.

OS PLANOS TRAÇADOS PELO ESTADO MILITAR PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia é uma antiga preocupação do Estado brasileiro, no entanto, graças às suas características heterogêneas em seu imenso território, a entrada do homem não amazônico para a sua exploração de modo mais ostensivo e sistemático, foi postergada por muito tempo. Durante o governo Vargas, algumas ações foram tomadas visando seu reconhecimento e exploração, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Expedição Roncador Xingu dentro da chamada Marcha para o Oeste,

a criação de colônias agrícolas, foram algumas das medidas tomadas nesse sentido. Esse esforço se manteve durante os anos do governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura das rodovias Belém Brasília e Brasília Acre (BR-029).

Essas medidas, apesar da importância nos contextos em que ocorreram, não se comparam em duração ou amplitude com as ações planejadas após 1964. O Estado Ditatorial desenvolveu um conjunto sistemático de políticas de criação e reorganização do Estado, criando ministérios e outras agências públicas, que passaram pela aprovação de um arcabouço legal para justificar tais propostas e culminam na criação de planos e programas voltados para lastrear e consumir a reocupação da área de floresta.

O imenso território “inóspito” da Amazônia tornou-se palco de renovada cobiça nacional e internacional atrelada à propaganda em tom épico dos governos ditatoriais e a afirmação da soberania do Estado brasileiro. Tais interesses econômicos, motivaram ousados projetos de exploração, que ocorreram paralelos aos interesses e desejos de sua população. No século XX, a Amazônia passou por um crescimento demográfico sem precedentes provocado em boa parte pela migração de Nordestinos (TUPIASSU *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 249), estimulado por secas muito graves, o que já havia ocorrido em períodos anteriores; pelo “ciclo da borracha” na passagem do século XIX para o XX e sua segunda onda entre 1942 e 1945; pela abertura de estradas facilitando o acesso terrestre nos anos 1950, até chegarmos às medidas tomadas pelos governos militares após 1964. Em 1900 a população residente na região Norte era de 700 mil pessoas e em 1920 atingiu 1,4 milhão habitantes. Em 1960, chegou a 2,9 milhões de pessoas sendo que 93,25% haviam nascido na Amazônia (IBGE, dados de Censos Demográficos). Conforme as análises apresentadas no final dos anos 1960, a Amazônia “possui um reduzido ecúmeno e um vasto anecúmeno”. “70% da população amazônica vive em apenas 30% do território regional. Por seu turno, o anecú-

meno relativo exibiria 760.000 habitantes para uma área superior a 4.000.000 km²” (TUPIASSU *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 255).

No II Fórum da Amazônia em 1968 o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, então o primeiro Ministro do Interior, pasta recém-criada pela reorganização administrativa que seguia sendo feita pelos governos militares, apresentou o que tinha como seu plano de administração. Nele, fazia uma forte defesa do povoamento da Amazônia. Sob vários argumentos, apresentou a defesa das fronteiras e a ocupação dos espaços vazios diante de um cenário de pessoas cada vez mais carentes por espaços (LIMA *et al.*, 1971, p. 23). A fala é imbuída de um propósito cívico e quer legitimar, com as ações propostas, o governo autoritário junto à sociedade brasileira. Outro participante desse Fórum (um coronel), destacou que diferentemente dos planos anteriores, esse se destacava pela adoção conjunta de todos os aparelhos de governo “Todos os órgãos de Administração Federal na Amazônia por determinação legal, estão obrigados a obedecer às diretrizes gerais do Plano e à orientação setorial da SUDAM [...]” (ANDRADE *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 155).

O que se apresenta é um planejamento orientado a fim de conter e proteger essa vasta fronteira de uma possível invasão movida por disputas e tensões oriundas dos conflitos gerados pela Guerra Fria, pelo aumento populacional e conseqüente miséria dele resultante. O risco de perder a Amazônia para nações estrangeiras, invasão comunista, imigração em massa de países super povoados, aparecem de forma recorrente nos discursos de autoridades, militares e formadores de opinião desde os anos 1950.

Segundo as autoridades ligadas ao governo militar pós 1964, era eminente o risco de ameaças oriundas das explosões demográficas, portanto, a melhor estratégia seria a abertura do território “espontaneamente” de modo a integrá-lo ao Brasil (ANDRADE, 1971, p. 149). Foi nesse sentido que se apresentou a reorganização da estrutu-

ra do Estado ditatorial, por exemplo, com a substituição da autarquia SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), em 1966 responsável pela coordenação geral, implementação e controle das ações do governo federal na Amazônia Legal por meio de política voltada ao fomento de projetos e programas para esta região. Na legislação que criou a SUDAM já estava mencionado o BASA (Banco da Amazônia), também criado em 1966, como agente com o papel estratégico de financiar os projetos de desenvolvimento propostos para essa fronteira.

A Amazônia foi vista como vazia de civilização, desconhecida-se ou não se reconhecia como válidas, a cultura e hábitos das sociedades locais.

O que agrava as relações do homem da Amazônia com a natureza é o seu desajuste cultural em relação a ela. O homem ainda não sabe viver na Amazônia e isso pode ser evidenciado em todos os aspectos da vida cultural da sociedade local. A inadequação dos hábitos está presente na alimentação, no vestuário, na arquitetura, nas formas de diversão, no horário de trabalho, nos currículos escolares etc. (BONFIM *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 111).

Os argumentos apresentados por essas autoridades, majoritariamente militares de alto escalão (coronéis, generais), como diagnósticos válidos para os planos de integração da Amazônia eram há muito conhecidos. A obra de Roy Nash que tratava dos riscos da superpopulação mundial e alertava para a necessidade da ocupação de áreas subutilizadas no planeta (a Amazônia entre elas), havia sido publicada em 1929. Análises sobre os modos e vida dos povos da Amazônia, ou do sertão do Brasil, que apontavam para seu modo de vida “primitivo”, sua preguiça e indolência para o trabalho sistemático, a rusticidade de sua moradia, de seus hábitos alimentares, ou a imoralidade de aspectos de sua vida, podem ser encontradas nas obras de viajantes que passaram pelos limites a Oeste do Brasil, os sertões mais profundos e desconhecidos. Muitas dessas

viagens resultaram em obras como relatos de viagens, livros de memórias, relatórios de pesquisas publicados no Brasil e no exterior no século XIX. Esses viajantes eram representantes ou herdeiros do naturalismo, do cientificismo, do positivismo e olhavam o mundo a partir da Europa, então o paradigma de civilização (GALETTI, 2012). Foi essa a matriz das análises que norteou os projetos pensados pelo Estado ditatorial para a integração da Amazônia.

Buscou-se o progresso sem se importar com as pessoas e suas culturas. Quando uma dessas autoridades apontou que em Manaus, em 1966, registrou-se 27% de desempregados e atribuiu-se esse índice a um acomodamento proporcionado pela exuberância e fartura da Floresta (BONFIM *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 112), ele não estava fazendo mais que repetir argumentos já conhecidos e usados, por exemplo, para olhar a população da fronteira Oeste brasileira no século XIX, bem como em Cuiabá (GALETTI, 2012, p. 111). Os diagnósticos apresentados com autoridade, números e argumentos, não eram mais que reprodução do preconceito, uma visão revisitada do darwinismo social. Vem daí a visão de fronteira como lugares “inóspitos porque convivem com a ameaça latente de conflito, e porque são os confins onde o Estado não chega satisfatoriamente, sendo, dessa forma ambientes propícios à criminalidades” (THOMPSON FLORES, 2019, p. 284).

O Ministério do Interior criou o GTINAM (Grupo de Trabalho para Integração da Amazônia), envolvendo outros Ministérios, Superintendências, Institutos e o BASA. O plano traçado enalteceu aspectos positivos da região em relação ao clima (ausência de geadas ou de secas), inexistência de doenças como a de chagas e a esquistossomose (motivos de preocupação em outras regiões do país) e minimizou a malária. Aliado a esses aspectos ambientais e de saúde, os altos investimentos em projetos nos estados da Amazônia Legal, tornou ainda mais atraente e aparentemente próspero esse espaço. A política para a Amazônia contou com os incentivos fiscais através da lei nº 5.174 de 1966 (Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências), para captar

recursos privados concedendo em troca a isenção sobre o imposto de renda para quem investisse na região. O estado de Mato Grosso, por exemplo, em 1968 já contava com 32 projetos do setor privado aprovados, com investimentos de Cr\$234 milhões de cruzeiros (LIMA *et al.*, 1971, p. 36). Os incentivos fiscais variavam conforme a área de destinação do projeto concedido pela referida lei e eram geridos pelo BASA, responsável pelo fomento de tais propostas. Essa soma de fatores fez com que a Amazônia se tornasse atrativa para grandes investidores nacionais e estrangeiros.

Quando essas autoridades públicas falam sobre as riquezas presentes na Amazônia, o fazem com base nas precárias experiências do passado reduzidas basicamente ao extrativismo (látex, madeira), ou no potencial estimado (desejado, mas desconhecido), da produtividade da terra. Para exemplificar esse ponto, essas autoridades pouco falavam do cerrado em Mato Grosso ou no antigo Norte de Goiás (hoje Tocantins), áreas tomadas como adequadas à pecuária em razão de solo fraco e vegetação pobre. Já as expectativas quanto às áreas de floresta eram grandes. Acreditava-se em sua fertilidade para agricultura e também nos bons resultados para a pecuária. Apesar de falarem em respeitar aos povos indígenas e na preservação de suas territorialidades, é fácil verificar que isso não foi cumprido (a construção das rodovias BR-163 e da BR-174 e as concessões de terras no vale do Araguaia em Mato Grosso são bons exemplos disso). Uma peça de propaganda do BASA desse período, trazia o slogan: “chega de lendas, vamos faturar”, e dá o tom para o plano de exploração que impôs o governo ditatorial, apesar do público desconhecimento sobre a região.

Tudo está por descobrir ou fazer na Amazônia. Não completamos seu mapeamento geológico; não dispomos de seu inventário florestal; não sabemos de sua variação climática; ignoramos o regime de seus rios; desconhecemos o potencial de sua fauna; não sabemos como aproveitar suas terras, racionalmente, para uma agricultura moderna de alto rendimento (BONFIM *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 107).

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia elaborado pela SUDAM com os recursos da lei 5.174, buscava transformar recursos em riquezas por meio de uma variedade de frentes de atuação, como a silvicultura e a piscicultura, mas nas palavras do próprio Ministro do Interior, 90% dos projetos aprovados para a região estavam voltados para a pecuária (LIMA *et al.*, 1971, p. 32). Tais projetos de investimentos e reocupações ordenadas vinham atrelados à construção de uma nova logística que viabilizasse o acesso às áreas recém ocupadas e possibilitasse sua integração econômica. O PIN (Plano de Integração Nacional, ou Decreto-Lei N° 1.106, de 16 de junho de 1970), teve como imperativo a ampliação das formas de transportes, até então baseadas na navegação. O resultado foi a criação de eixos rodoviários, como a Transamazônica, considerada pelo governo como uma obra sinônimo de revolução e resultado dos interesses nacionalistas. A ideia de integração perpassava as particularidades da Amazônia, mas lidava com a região de maneira uniforme quanto a rentabilidade e viabilidade dos projetos, como aqueles ligados à agricultura e agropecuária, exigindo a derrubada da floresta.

Além da SUDAM, A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) também desempenhou um expressivo papel no contexto do desenvolvimento durante a ditadura, sendo uma agência já proposta no governo Castelo Branco. Objetivou-se implantar uma área de livre comércio de exportação e importação na Amazônia ocidental (LIMA *et al.*, 1971, p. 42), estimulando o surgimento de um polo industrial em Manaus. Não houve preocupação associada ao planejamento de infraestrutura e urbanização para receber o migrante diante do atrativo crescimento de Manaus. Mesquita (In LIMA, 1971, p. 208) faz observações quanto aos aspectos negativos que a Zona Franca representou para o contexto urbano, em função da abertura do aeroporto ao tráfego internacional de mercadorias, o que segundo a autora acarretou a saturação do mercado e subconsumo pelo baixo

custo se comparado às entradas realizadas pelos portos e viu como saída a ligação direta de Manaus com o sudeste do Brasil.

Os projetos apresentados à SUDAM e financiados pelo BASA beneficiaram especialmente os grandes investidores. Os demais representaram força de trabalho,

É o imigrante mão-de-obra que usualmente se desloca em massa, premido pela pequena oferta de emprego na zona emigratória e atraído pela forte demanda de braços da zona recipiente. Assim tudo indica que grandes movimentos migratórios para a Amazônia teriam que ser provocados por condições excepcionais oferecidas à mão-de-obra externa predisposta a migrar (TUPIASSÚ *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 266).

A preocupação inicial era com a fixação desse trabalhador que migrava para a região, estimulado pela esperança de bons empregos e melhores condições de vida, visando formar um mercado cada vez mais qualificado de mão-de-obra. A população local, como já mencionado acima, por vezes pareceu representar um empecilho ao avanço da modernização. Em 1964 o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o IBRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, lançaram o Estatuto da Terra, ou Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que tutelava esse trabalhador e regulava o acesso à terra. Já por outro lado, as ações voltadas para o meio empresarial, os programas propostos (PROTERRA, PRODOESTE, POLAMAZÔNIA, entre outros), foram elaborados de modo a dar muita liberdade aos proponentes, além de incentivos fiscais e linhas de financiamento, sempre buscando atender aos objetivos do Estado, voltados para a ampliação das fronteiras de economia agrícola.

A produção de energia elétrica foi outra frente importante da atuação dos governos ditatoriais militares nesses projetos de reocupação da Amazônia. O objetivo inicial foi a implantação da base primária da eletrificação da região. A SUDAM priorizou a ampliação

da capacidade do setor energético até então com geração deficiente, além dos projetos de construção das hidrelétricas do Paredão no Amapá, Curuá-Una no Pará e Rio da Casca III no Mato Grosso, com incentivos fiscais para serem executados por empresas de economia mista (ANDRADE apud LIMA et al., 1971, p. 158). Rapidamente a demanda nacional por energia fez com que esses investimentos fossem superados por outros. A Amazônia entrou no século XXI, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com 221 hidrelétricas em operação, 27 de grande porte, 102 médias e pequenas e 92 microgeradoras. Outras 35 estão em construção ou rumo às obras, como a gigante Belo Monte, a terceira maior no mundo em capacidade para geração de energia (BOURSCHEIT, 2019). As barragens se concentram no Arco do Desmatamento, grande faixa onde lavouras e pastagens tomaram o lugar da floresta entre o Norte do estado de Mato Grosso e o Sul do estado do Pará e ao contrário do que possa parecer, esse exponencial crescimento na capacidade da Amazônia em gerar energia elétrica, não está voltado para atender à sua urbanização crescente e melhorar a qualidade de vida das pessoas que atualmente vivem ali. Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) constatou em 2019 que cerca de um milhão de pessoas ainda não possuíam acesso à energia elétrica na Amazônia Legal. O que impacta na vida daqueles que gostariam de ter acesso ao serviço, em qualidade de vida, no viés produtivo, na saúde e educação (UM, 2019), e também reforça o elemento central de nossa reflexão de que, esses projetos pensados para a Amazônia, não estavam preocupados com a região e sim com sua exploração. Os nacionalismos dos discursos governamentais, as alegadas preocupações com a integração nacional, os projetos de grandeza da pátria presentes nas falas dos generais, caem por terra quando analisamos os resultados dessas ações nas décadas seguintes e constatamos que a riqueza da Amazônia tem sido sistematicamente drenada às custas de seu povo, do povo brasileiro.

A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, órgão ligado à Presidência da República, propôs para 2020 a retomada dos projetos de ocupação da Amazônia nos moldes dos planos descritos acima. Tal empreitada teria como objetivo desenvolver economicamente a região e com isso elevar a sua participação no PIB brasileiro dos atuais 5,4% para a 50%, mas não deixa claro em que tempo, como e a que preço social ou ambiental. Esse grande projeto chamado Barão de Rio Branco, prevê a construção de grandes obras, como uma hidrelétrica em Oriximiná, região na qual há registro de comunidades indígenas isoladas, ampliação da BR 163 até Suriname, e o deslocamento de população de outras regiões, reproduzindo as ações que desde Vargas com a Marcha para Oeste, insistem em ver a Amazônia como vazia e vulnerável. Lideranças de organizações não governamentais questionam esse grande plano, não em sua intenção de trazer investimentos para a Amazônia, mas pelo modelo de transposição dessas políticas, pensadas para a região sem que ela seja ouvida, seguindo o mesmo modelo ao longo de décadas (DIAS, 2019).

ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PLANOS TRAÇADOS PELO ESTADO MILITAR PARA A AMAZÔNIA

Passados pouco mais de uma década das primeiras ações do Estado Ditatorial sobre a Amazônia, os resultados já se faziam sentir. Em 1970 a Amazônia era ocupada por 4% da população brasileira, ou por aproximadamente 3,5 milhões de pessoas. Ao longo dessa década o número de habitantes subiu para 7 milhões, reflexo das políticas públicas para a reocupação do território, 1/3 desse contingente estava no campo (ALMEIDA, 1992, p. 39), o que põe por terra o discurso de que se estava realizando a maior reforma agrária do mundo. Majoritariamente o contingente de migrantes fixava-se nos núcleos urbanos que nasciam durante o avanço dessa fronteira. Todos os projetos aprovados pelo INCRA tinham como parte obrigatória,

a estrutura viária (estradas dando acesso aos lotes rurais), logística para transporte de pessoas e abastecimento (acessos ligando a área dos projetos a cidades já consolidadas, próximas, o que em alguns casos podia significar horas ou dias de viagem), atendimento básico de saúde e educação.

Foi comum as empresas colonizadoras fornecerem salas de aulas multisseriadas com professores leigos para a educação e postos de saúde com estrutura precária e sem profissionais qualificados. Os relatos coletados em campo mostram isso com frequência (JOANONI NETO, 2007). Mesmo com as limitações apresentadas, o resultado desse arranjo foi que rapidamente esses núcleos urbanos ganharam importância, oferecendo mercadorias, serviços e atraindo pessoas para essas atividades comerciais que se revelavam muito mais lucrativas que a agricultura (ALMEIDA, 1992, p. 225). Em Rondônia o crescimento populacional foi de 324% entre 1970 e 1980 (IBGE dados dos Censos Demográficos). Em 1991 estimava-se a população na Amazônia Legal em 16 milhões de pessoas, saltando em 2000 para 20,3 milhões de moradores, 68,9% na área urbana e 31,1% na área rural. Em termos de população, a Amazônia legal continuou sendo a parte menos povoada do país: mesmo tendo a região ganhado treze milhões de habitantes de 1970 a 2000 (ou seja, aumentou 172%, enquanto o país crescia 82%). Em fins da segunda década do século XXI, ela continuou representando apenas um pouco mais de 12% do total da população brasileira (contra 8% em 1970) e as densidades demográficas continuavam baixíssimas: a Amazônia legal tem 4,2 habitantes por km² (e o Estado do Amazonas 1,8 hab/Km²) enquanto a densidade nacional é de 20 habitantes por km².

Tais dados nos mostram que os planos para “inundar de civilização” a floresta Amazônica, para usar a expressão do General Golbery do Couto e Silva, ou para habitar esse “vazio demográfico”, para a sorte da floresta, seus povos e sua complexa diversidade, resultaram em retumbante fracasso. Tivessem sido executados conforme os planos

apresentados, difícil imaginar a extensão dos danos sobre esse complexo bioma. Apenas como exemplo, o projeto Cotriguaçu, iniciado no Noroeste de Mato Grosso em 1974, previa que em 2000, a população total em sua área chegaria a 200 mil pessoas, 120 mil apenas na área urbana (JOANONI NETO, 2007, p. 50). Segundo o Censo de 2000, esse município apresentava uma população de 35 mil habitantes. Esse foi um dos 75 chamados projetos particulares de colonização executados por 42 diferentes empresas no estado de Mato Grosso. Não estão incluídas nesse total, as empresas com projetos agropecuários.

Sem menosprezar os graves impactos provocados por esses empreendimentos, os quais serão abordados abaixo, chamar a atenção para esses resultados bastante distantes do projetado, tem por objetivo, expor os argumentos usados no início dos anos 1970 que afirmavam ser impossível a “ocupação” da floresta sem a participação da iniciativa privada, e mencionavam textualmente o capital estrangeiro “a exemplo do que se verificou em nações da Europa e da América do Norte”, exaltando atividades como a pecuária por usar pouca mão de obra e realizar o “desmatamento seletivo”, garantindo o direito de posse às terras ocupadas pelos povos indígenas e afirmavam que essas ações se desenvolveriam “sem a quebra da nossa dignidade” (ANDRADE *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 156). O que foi apresentado com autoridade técnica e imposto pela força do Estado de Exceção como caminho para a Amazônia, resultou em enormes investimentos públicos, concessões e isenções fiscais em benefício de um grupo de empresários (muitos dos quais tinham trânsito privilegiado em instâncias governamentais) (MONTELEONE, 2016; CAMPOS, 2015, CONDE, 2006).

De fato, o mais correto seria dizer que sem o Estado não teria sido possível a reocupação da Amazônia, ele forneceu a infraestrutura física e institucional. Estima-se que a colonização da Amazônia tenha consumido US\$7,5 bilhões durante a década de 70, mais da metade corresponde à construção de estradas, um terço às instituições de complementação e apenas 6% aos projetos. O caro na colonização

não foi a distribuição de terras, mas o transporte para a região de toda a infraestrutura física, econômica, social, para que as atividades ligadas ao empreendimento pudessem operar. A infraestrutura montada valorizou as terras na própria fronteira, atraindo novos interessados e dificultando qualquer proposta redistributiva (ALMEIDA, 1992, p. 82). As estradas custaram mais de vinte vezes a regularização fundiária durante os anos 70. A expansão rodoviária custou ao Estado cerca de US\$4 bilhões, mais os custos dos projetos fundiários de US\$182 milhões (ALMEIDA, 1992, p. 99). O acesso à terra na fronteira era muitíssimo mais caro em termos físicos do que em termos legais. Grandes obras rodoviárias como as BRs Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto-Velho, Cuiabá-Santarém, Rio Branco-Porto Velho-Manaus, abriram a Amazônia ao tráfego rodoviário e nortearam os fluxos migratórios e o estabelecimento dos negócios de venda de terras ou da pecuária. Os projetos fundiários do INCRA abarcaram cerca de 10 milhões de hectares na década de 70 a um custo médio de US\$5,4 milhões até o final de 1981. O custo calculado para a regularização fundiária de 33 projetos conhecidos na região Amazônica de foi Cr\$18,2 milhões (ALMEIDA, 1992, p. 88).

A Amazônia foi profundamente afetada pelo reordenamento socioeconômico imposto nos anos 1970 pela força do Estado Ditatorial, naquilo que se chamou de modernização conservadora da agricultura, que envolveu um imenso aparato de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, expansão do crédito agrícola, incentivos creditícios para a mecanização e utilização de insumos e criação de um aparato governamental que lastreasse essas políticas públicas criadas naquele momento para atender aos interesses desses grupos empresariais (MENDONÇA, 2010; PIRES e RAMOS, 2009; MOORE, 2002; MARTINS, 1994). A reocupação em grande escala intensificou-se em meados da década de 1970, após o lançamento do Programa de Integração Nacional (Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970). Nesse momento reorientou-se a chamada colonização fornecendo

para as empresas privadas, as grandes glebas de terra adquiridas com crédito subsidiado e com a finalidade de “colonização particular”, leia-se venda de lotes rurais, em apenas 20% da área, incentivando a formação de latifúndios na própria fronteira agrícola. Se a população rural tem hoje de lutar pela terra na fronteira agrícola, isso se deve também ao Estado, não apenas à sua omissão, mas também à sua atuação (ALMEIDA, 1992, p. 84; GUIMARÃES NETO, 2002).

As terras destinadas à colonização, prevendo lotes de 100 a 300 hectares, não representavam nem a metade do total da área da gleba Alta Floresta: de um total de 211.966,05 hectares, apenas 95.209,24 hectares estavam programados para a colonização. A área reservada para a agropecuária perfazia 112.435,03 hectares. Como se pode constatar, esses dados revelam que os objetivos da colonização nada mais eram que pano de fundo para a implantação de um grande empreendimento econômico... (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 129).

A comercialização de lotes rurais por essas dezenas de empresas de colonização na Amazônia se deu a pretexto de povoar e desenvolver economicamente a região, ao mesmo tempo em que resolvia outro problema no Sul do país, relativo à minifundização e especulação imobiliária crescente, provocada pelo avanço da mecanização agrícola (que demandava extensões de terras maiores). A propaganda especialmente direcionada para esse pequeno proprietário, oferecia mais terras (por vezes 10, 15 vezes mais em extensão), promessa, fertilidade, produtividade e completa infraestrutura (REZENDE *apud* LIMA, 1971, p. 383 e ss.). Tais ações, atenderam às demandas do avanço do capital no Sul do país, mas também resultaram em taxas de desemprego rural catastróficas entre os anos de 1970 e 1980 e na depopulação em algumas regiões. Por exemplo, entre 1970 a 1990, a população rural no Norte do Paraná diminuiu em 57% (apenas entre os anos de 1970-80, em quase um milhão de pessoas). “Alguns municípios passaram por um esvaziamento quase

que total e perderam até 90% de sua população, verificado também em pequenas povoações com função central” (COY; KLINGLER; KOHLLEPP, 2017, p. 18).

As autoridades públicas no início dos anos 1970 asseguravam que os novos núcleos urbanos que se formavam na Amazônia estavam sendo dotados de:

[...] residências, energia elétrica, água, escolas, postos de saúde, centro de comunicações, centros de recreação, templos, agências de estabelecimento oficial de crédito, postos de revenda de material agrícola, postos de patrulha mecanizada, olaria, serraria, estação meteorológica, laboratório de análises de terra, seção fundiária e de topografia, estabelecimento de venda de gêneros alimentícios e artigos de consumo. [Esses] polos pioneiros de colonização são legítimos módulos irradiadores de civilização (REZENDE *apud* LIMA *et al.*, 1971, p. 401).

Essa lista de instalações que o ministro dos transportes Eliseu Rezende apresentou publicamente em 1970 em Montreal no Canadá, não existia nestas áreas de expansão na Amazônia. O INCRA exigia que as empresas que se candidatassem à execução dos chamados projetos de colonização, apresentassem em memorial detalhado todas essas obras, mas não acompanhava nem fiscalizava a sua execução e entrega o que resultou em um engodo senão em todos, na maioria desses projetos. Pesquisas feitas nessas novas cidades, décadas depois, mostram os resultados dessa fixação que no discurso era civilizatória. Safras agrícolas se perderam por falta de estradas e planejamento para a sua comercialização (SCHWANTES, 1988?), pouco mais de uma década após a chegada desses migrantes e sua fixação nos lotes comprados à essas empresas, já se verificam problemas como sua fragmentação em propriedades menores, provocando o abandono da atividade rural ou uma nova migração (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 131), quatro décadas após esse pronunciamento do ministro, muitas dessas cidades ainda dependiam de energia gerada

por termelétricas, sujeitas a intermitências diárias no seu fornecimento (por exemplo o fornecimento ocorria entre as 6h00 até as 22 ou 23h00), ou mesmo interrupções totais por dias seguidos quando em períodos chuvosos, os carregamentos de diesel não chegavam às cidades. Esse quadro ocorreu em boa parte do Noroeste e do Nordeste de Mato Grosso. A BR-163, em seu trecho ligando Cuiabá a Santa-rém, iniciada em 1971 como parte do Plano de Integração Nacional, teve seu asfaltamento concluído em 2019. Os prefeitos dessas novas cidades emancipadas (no estado de Mato foram criados mais de 100 novos municípios entre 1977 e 2000), reconhecem que as atribuições inerentes às empresas de colonização referentes à implantação de infraestrutura, não foram cumpridas, restando às prefeituras tais responsabilidades (JOANONI NETO, 2007, p. 178). Esses dados visam expor de modo objetivo que entre as ações impostas pelo Estado Ditatorial e os resultados alcançados, há um hiato. As ações foram planejadas de fora, sem um melhor conhecimento da Amazônia e se prestaram a promover a riqueza de poucos por meio da apropriação dos recursos disponíveis (minérios, madeira, terras), com custos ambientais e sociais incalculáveis.

Mais que expor o fracasso do projeto de construção de uma pátria grande, uma potência mundial, um ufanismo retórico que ocultou por todo o país a atuação de uma rede de terrorismo de Estado, com agentes públicos atuando à margem da legalidade, sequestrando, torturando e tirando vidas de cidadãos brasileiros, nossa intenção é demonstrar que os projetos para a Amazônia foram (e ainda são) incapazes de olhar para floresta e seu povo, de respeitar seu conhecimento ancestral sobre esse ambiente. Logo, mais do que lastimar obras como a abertura da Rodovia Transamazônica, iniciada em 1970, que custou U\$1,5 bilhão aos contribuintes brasileiros sem nunca ter sido concluída, o que deve estar no foco de nossas atenções é que, essa precaríssima estrada hoje, liga duas regiões com os piores indicadores sociais do Brasil (FREITAS; FREITAS; IORIS; CASTRO

JR., 2017, p. 215), apesar do montante nela investido. Essa fronteira foi alvo de uma prática de exploração massiva voltada para a extração de matérias primas, agricultura para o mercado global que transformou muito da floresta em deserto de monocultura. Foi implantada pela força do Estado Ditatorial, o que implicou na destruição da vida: dos sistemas hídricos, geomorfológicos, de espécies e ecossistemas, pelo deslocamento das populações, expropriação das terras, depreciação de sua organização social. Quando falamos do Capital, pensamos nos grandes centros financeiros mundiais e ignoramos cidades como Manaus, Cuiabá ou Belém, que possuem nexos financeiros com os grandes centros, possíveis graças à exploração econômica estreitamente ligada à floresta. Suas formas dinâmicas são produto de complexos instrumentos e processos financeiros que transcendem o estado nacional e tem possibilitado a elasticidade das formas de apropriação de terras e o trabalho que caracteriza o capitalismo. As fronteiras do capitalismo não são de nenhuma forma, áreas onde o capital não penetrou, senão áreas onde as regras do jogo para o capital são outras, onde é possível suas formas mais brutais, recobertas por um manto de opacidade (SERJE, 2019, p. 17).

Esse projeto integracionista imposto pelos governos militares após 1964 é um desdobramento das ações iniciadas no período Vargas, continuadas por JK e que carregam a marca do nacional desenvolvimentismo. Seu último momento foi o anunciado e inconcluso projeto Calha Norte. Em 1985, por outro lado, deu-se a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, símbolo da resistência das populações locais (autóctones e migrantes), contra a expropriação de suas terras, fortemente apoiados pelo ambientalismo internacional. Os conflitos verificados entre as décadas de 1970/1980 transfiguraram-se e outras demandas surgiram. Projetos de desenvolvimento alternativos apareceram ligados a diferentes territorialidades e com a participação de diferentes grupos (Ongs, Igrejas etc.). Tratava-se de experimentos associados à biossociodiversidade, organizados de

baixo para cima e apoiados pelas redes de comunicação em diferentes escalas geográficas (BECKER apud COY; KOHLHEPP, 2005, p. 29). Nesse momento, a Amazônia passou a ter uma nova imagem, integrando-se ao país. Deixou de ser vista como sertão, fronteira-borda, limite da civilização, para ser a fronteira agrícola, lócus do agronegócio. Surgiram novas geopolíticas por parte de diferentes grupos sociais. Ongs e falsas Ongs, Estado, Igrejas, ambientalistas, diferentes grupos da sociedade civil — seringueiros, catadores de coco babaçu, castanheiros, cada um desses grupos produziu propostas de reocupação e uso do território, não sem conflitos, como por exemplo, o projeto da Igreja de São Félix do Araguaia versus os projetos das empresas agropecuárias, ou os conflitos entre as propostas de demarcação de terras indígenas versus interesses de grupos mineradores, produtores de grãos ou projetos estratégicos governamentais como a construção de barragens. Todos olham para a mesma paisagem, mas com intencionalidades diferentes. A Amazônia passou a estar mais presente no imaginário social do brasileiro, inclusive, porque o estado militar fez intensa propaganda da região não só para estimular a migração como para justificar os pesados investimentos (e favorecimentos) nela feitos. Depois disso, já nos anos 1980 com mais força, vieram as preocupações de caráter ambiental internacionais que, com o passar do tempo, não puderam mais ser ignoradas pelo Estado brasileiro.

O modelo de agronegócio, tal como estabelecido na Amazônia, se constituiu a partir de sua parte meridional, no estado de Mato Grosso, a soja é o seu principal produto e ele está intrinsecamente ligado aos fluxos transnacionais de capital. Ao longo dos anos 1990 sua força cresceu muito e nas primeiras décadas do século XXI, a soja passou a responder por 25% do PIB brasileiro, 35% das exportações e 40% dos empregos (IORIS apud FREITAS, 2017, p. 244). O agrobusiness chamou a atenção do mundo por sua propalada eficiência produtiva na Amazônia e a variedade de commodities

oferecidas aumentou incluindo carnes (bovina, suína), milho e algodão, cana-de-açúcar. A balança comercial do país passou a depender dos resultados dessas exportações que, mesmo em anos de crise, manteve resultados positivos, razão pela qual os seguidos governos municipais, estaduais e nacional, passaram a defendê-lo e seus representantes, reunidos em associações, federações, tornam-se cada vez mais influentes politicamente, financiando campanhas e construindo lideranças que passam a ocupar funções públicas diretamente. Inúmeras prefeituras foram ocupadas por grandes produtores rurais e os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia foram governados mais de uma vez por representantes do agronegócio. Há no Congresso Nacional uma poderosa bancada chamada de ruralista e o Ministério da Agricultura também esteve (e está, no momento em que este texto é escrito) sob o comando direto desse grupo. Essa é a importância central para os resultados positivos da balança comercial brasileira, agora fortalecida por essa cadeia de representações políticas que se estende da vereança aos ministérios, que abarca os três poderes da República Brasileira, que mitigam os impactos do avanço desse modelo produtivo sobre a floresta, sobre as áreas indígenas e de comunidades tradicionais, ou quanto ao uso do trabalho escravo contemporâneo, apresentando-o como símbolo da modernidade, espelho do Brasil que deu certo e que resultou em uma relação de dependência dos seguidos governos brasileiros a essa atividade econômica (IORIS, 2016).

A taxa média de desmatamento bruto entre 1978 e 1988 foi de 21 mil km². Entre 1988 e 1998, 16 mil km². Entre agosto de 2002 e agosto de 2003, 23.750 km², sendo 40% no estado de Mato Grosso e 30% no estado do Pará. Entre agosto de 2003 e agosto de 2004, cerca de 24.000 km² foram desmatados e considerando que o novo sistema de detecção (DETER) somente capta os desmatamentos superiores a 25 hectares, o número pode chegar a 30 mil km². A

área total da floresta devastada em 2003 era de 650 mil Km², ou 15,9% da área coberta pela floresta tropical (KOHLHEPP apud COY; KOHLHEPP, 2005, p. 80). No período de agosto de 2018 a julho de 2019, o desmatamento da Amazônia Legal foi estimado em 9.762 quilômetros quadrados. A área de vegetação nativa desmatada aumentou 29,54% em relação ao período anterior, de agosto de 2017 a julho de 2018 e os indicadores para 2020 apontam para forte crescimento nesses números. 14,4% da madeira retirada da Amazônia é exportada. 56,1% é consumida no Sul e Sudeste do Brasil. A produção de madeira na Amazônia subiu de 14% para 85% em duas décadas e com o esgotamento da produção no Sudeste asiático, aquelas empresas buscam entrar no mercado brasileiro para efetuar a exploração. A extração ilegal danifica anualmente entre 10 a 15 mil km² de floresta, não computadas nos índices de desflorestamento. Em 1997 surgiram os certificados de silvicultura visando proteger a gestão florestal sustentável. Entre as empresas certificadoras, o Forest Stewardship Council (FSC) ganhou reconhecimento, mas o número de empresas certificadas é pequeno e seu sucesso depende do consumidor final. Dados levantados pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) em 2002, demonstravam que 90% das madeireiras no Noroeste do estado de Mato Grosso eram empresas ilegais e os seus proprietários reconheciam que não tinham condições de legalizá-las. As madeireiras localizadas em Juina (MT), que haviam começado essa exploração no início dos anos 1980, passados vinte anos, estavam buscando madeira a cerca de 400 km de distância, inviabilizando esse negócio para aquelas pequenas empresas. Os dados sobre essa atividade em Sinop (MT), a partir de estudos em campo, mostram dados similares (COY; KLINGLER, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que ocorreu na Amazônia após 1964 e ainda persiste hoje em seus reflexos, é que o conhecimento sobre a floresta era insuficiente. Desconsiderou-se a ocupação existente dos povos indígenas, das comunidades extrativistas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, vinculou-se às ações impostas uma visão ufanista, grandiosa nos discursos e que ocultava no seu avesso não mais que o clássico modelo de exploração do capital o que tornou esse projeto impregnado de abusos e ilegalidades e gerou violentos conflitos e tensões sociais. Os investimentos do Estado nos últimos 50 anos, foram da ordem de 6 bilhões de dólares/ano e é impossível conceber que nada tenha mudado em termos de desenvolvimento ou integração da região ao Brasil. A Amazônia tem 61% do território nacional, 12% da população do Brasil e 6,5% do PIB, isso com a maior concentração de renda do país (PINTO *apud* COY; KOHLHEPP, 2005, p. 18). Esse investimento foi suficiente para assegurar o dinamismo econômico do agronegócio verificado no Sul e Sudeste do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. A presença de empresas estrangeiras é evidente e jogou por terra o argumento do Estado Ditatorial de que a intervenção na floresta visava assegurar a integração do país e evitar a sua internacionalização. A Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu com custo oficial de US\$3,7bi, é um bom exemplo disso. Cogitada desde meados dos anos 1970, recebeu apoio da Alstom (francesa), ABB suíça, General Electric (norte americana), Voith (alemã), Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez nacionais. Grupos como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Albras (CVRD and Nippon Amazon Aluminium Company, japonesa), da Holding Aluvale que conta também com participação da CVRD que possui outras duas companhias no Pará, a MRN (bauxita) e a Alunorte, a Alumar, da norte americana Alcoa, da holandesa Shell-Billiton, da Royal Dutch Shell, todas têm interesse na obra (SMERALDI *apud* COY; KOHLHEPP, 2005, p. 67).

Passados 56 anos da implantação do Estado Ditatorial militar no Brasil, responsável pela imposição de um rigoroso e sistemático conjunto de políticas públicas voltadas para a integração da Amazônia, que foi chamado inicialmente de “maior reforma agrária do mundo” e justificado como uma ação visando a preservação de soberania nacional. Que impôs um modelo de desenvolvimento voltado para os interesses dos grandes empresários nacionais, estimulando a implantação de relações plenamente capitalistas e desconsiderando a ocupação originária e suas ancestrais relações com a natureza naquele local, seus conhecimentos acumulados e suas necessidades mais simples; a Amazônia se tornou uma floresta urbanizada. Entre 1970 e 1996 a taxa de urbanização da região foi a maior do país. Em 1996 61% da população morava nas cidades e em 2000, 69% (BECKER *apud* COY; KOHLHEPP, 2005, p. 28). As cidades incharam e o poder público não conseguiu atender às suas demandas, a população se amontoa nas periferias. Altamira, mencionada no início deste trabalho, exemplifica bem essa afirmação. Os núcleos urbanos são os nós das redes de informação, dos mercados de trabalho que podem oferecer uma alternativa ao avanço sobre a floresta e de um mercado para os produtos dela oriundos. Na Amazônia, essa urbanização concentrou-se no eixo das rodovias, recolhendo migrantes que perderam as terras, que vieram em busca delas sem sucesso, atraídos pelas propagandas de riqueza e êxito, que migraram em busca de trabalho. O modelo de desenvolvimento encontrado nessas cidades, em síntese, é o mesmo usado para toda a Amazônia em suas mais diferentes áreas. Das maiores às menores, das mais novas às mais antigas, encontramos características comuns às grandes cidades do país: moradores de rua, ocupação irregular, favelização, violência, tráfico de drogas, falta de planejamento, mau uso dos recursos públicos, descuido com a natureza e com as pessoas. Elas foram e estão sendo pensadas a partir de um mesmo paradigma que, em última análise, reproduz a matriz europeia ocidental. Definitivamente não existem mais condições nem históricas nem naturais para essa reprodução. A

busca por oferecer melhores soluções para a Amazônia não tem respostas válidas para todos os lugares ao mesmo tempo. Essa intenção se mostrou inalcançável. O desenvolvimento “é aquilo que, do ponto de vista dos respectivamente interessados, deveria ser”. Não existem modelos nem keynesianos, nem marxistas, nem neoclássicos, nem institucionalistas, capazes de explicar o mundo. Essa aproximação deverá ser multidisciplinar e respeitar as diversidades das Amazonas (ACOSTA *apud* COY; KOHLHEPP, 2005, p. 127-30).

A formação dos espaços da Amazônia, similar à que ocorre no restante do mundo, seguiu as regras do capital e conseqüentemente do crescimento econômico. Nesse cenário tanto os territórios quanto sua população são submetidos à produção dessa realidade (SERJE, 2019). Visto na Amazônia como a exploração da fauna e flora e o deslocamento circunstancial de pessoas à medida que os projetos exigiram. A resistência é uma constante nos povos da Amazônia, expressada inclusive na fala de Ailton Krenak, líder das Nações indígenas no ano de 1987 (Guerras do Brasil, 2019) ao se opor à política que agride os direitos das comunidades indígenas vestindo o traje do colonizador enquanto pintava o rosto com tinta de jenipapo, um gesto de sua cultura deixando ainda mais emblemático seu discurso, simbolizando o enfrentamento, a percepção da consciência de sujeitos e a oposição mas acima de tudo o pesar pelas milhares de vidas indígenas ceifadas à custa do desenvolvimento.

O que temos ao analisar os sucessivos projetos implantados na Amazônia é um cenário de culturas totalmente modificadas, vidas alteradas pelas mudanças impostas ao tipo de trabalho com o qual estavam acostumadas, enquanto o desenvolvimento é celebrado com grandes investimentos e investidores. O saldo da corrida pela modernização do Brasil iniciado no governo militar foi e permanece sendo a desigualdade e a concentração de renda nas mãos de poucos, resultando numa Amazônia dual: rica para quem a explora e pobre colonizada para seu povo. Os pobres nunca foram parte

desse plano de crescimento, mas este foi e continua a acontecer, mediante essa força de trabalho e as custas de sua invisibilidade.

A produção resultante dos recursos naturais da Amazônia, resguardadas nas mãos de grandes corporações internacionais produz um fenômeno injusto no qual sua exportação favorece essa determinada parcela do sistema além de grandes fazendeiros e empresários, que também usufruem da exploração, enquanto provoca inexpressivo benefício à sociedade regional (LEAL, 1991, p. 40), restando como alternativa de aproveitamento de todos os projetos produtivos implantados na Amazônia, a transformação em agentes verdadeiros de desenvolvimento para a região, a alternância de busca exclusiva pelo lucro pela busca do bem estar social.

O resultado da economia em ascensão imposta pelas fronteiras do capitalismo, não é distribuída na sociedade sob a forma de serviços essenciais. Deixa transparecer o aspecto de dualidade do Estado enquanto ausente no sentido de bem estar social e presente institucionalmente a serviço do capital (SERGE, 2019). O projeto de desenvolvimento ancorado no crescimento das atividades econômicas, as quais impactam diretamente sobre a vida cotidiana das pessoas e sobre a natureza dos territórios, implantado na Amazônia, tem relação direta com a ideia de modernidade. O saldo positivo sempre esteve nas mãos da minoria. Berman (1986) trata esse aspecto da modernidade como a trajetória do novo e do desenvolvimento ininterrupto em prol do mundo novo. Interessante ao fazer a analogia em sua obra, o que para ele corresponde a principal marca do século XX, a rodovia, que também nesse artigo é um ponto delimitador do desenvolvimento ao atravessar a Amazônia para integrar ao passo que impetra transformações no espaço, a desapropriação e estabelecimento de pessoas. O autor enfatiza como as rodovias, captadas por Baudelaire, cortam a cidade e substituem o caminhar, pela velocidade dos carros. Berman demonstra essa tensão existente entre as permanências e rupturas e, por vezes, nostálgica dos efeitos avassaladores do capital sobre os espaços tomados pela modernização.

Jane Jacobs escreveu um livro profético sobre esse novo urbanismo: *Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas*, publicado em 1961. O primeiro, os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos; o segundo, que foram tão-só os vestígios da congestão, do barulho e da dissonância geral do século XIX que mantiveram viva a vida urbana contemporânea; o terceiro, que o velho “caos” urbano na verdade constituía uma ordem humana maravilhosamente rica e complexa, de que os modernistas não se deram conta apenas porque seus paradigmas de ordem eram mecânicos, redutivos e frívolos; por fim, que tudo o que passa por modernismo, em 1960, pode logo se tornar evanescente e obsoleto (BERMAN, 1986, p. 165).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Luiza Ozório de. **Colonização dirigida na Amazônia** (Série IPEA, 135). Rio de Janeiro: IPEA, 1992, p. 486.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 440.

BOUDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 152.

BOURSCHEIT, Aldem. **Amazônia livre das grandes hidrelétricas? Infoamazônia**, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://infoamazonia.org/pt/2019/08/portugues-amazonia-livre-das-grandes-hidreletricas>. Acesso em: 17 maio 2020.

BRANT, Danielle. **Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que ‘prejudicam’ nome do Brasil. Folha de São Paulo**. 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-inpe-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>. Acessado em: 01 maio 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0291.htm Acesso em: 06 maio 2020.

BRUM, Eliane e GLOCK, Clara. *A cidade que mata o futuro: em 2020, Altamira enfrenta um aumento avassalador de suicídios de adolescen-*

tes. **El País**. 27 de Abril de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-27/a-cidade-que-mata-o-futuro-em-2020-altamira-enfrenta-um-aumento-avassalador-de-suicidios-de-adolescentes.html>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CAMPOS, Pedro H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: EdUFF, 2015. 444 p.

CANUTO, Antônio. **Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. 365 p

CONDE, Armando. **A riqueza da vida**: Memórias de um banqueiro boêmio. São Paulo: Record, 2006.

COY, M. e KLINGLER, M. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., p. 1-26, 2014. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/issue/view/14/showToc>. Acesso em: 21 jun. 2014.

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Coord.). **Amazônia Sustentável**. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro/Tübingen: Garamond/ Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. 332 p

COY, Martin; KLINGLER, Michael; KOHLLEPP, Gerd, De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico, **Confins** [Online], 30 | 2017, posto online no dia 20 Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://confins.revues.org/11683>. Acesso em: 03 mar. 2019.

DIAS, Tatiana. Movido à paranoia. **The Intercept Brasil**. Setembro de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolso-naro-paranoia-amazonia>. Acesso em: 15 maio 2020.

FREITAS, M de; FREITAS, Marilene C da Silva; IORIS, Antônio A. R.; CASTRO Jr., Walter Esteves. **Amazônia**. São Paulo: Chiado, 2017. 347 p.

GALETTI, Lylia da Silva G. **Sertão, fronteira, Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012, 400 p.

Guerras do Brasil.doc. Direção: Luiz Bolognesi. Brasil. Produção: Curta! 2018. Documentário via streaming, episódio 1 (26 min.).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002. 168 p.

IBGE. **População residente**. Séries históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091&t=series-historicas>. Acesso em: 05 maio 2020.

IORIS, Antônio A.R. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. **Land Use Policy**, 59 (2016), p. 456—466. Disponível em: www.elsevier.com/locate/landusepol. Acesso em: 30 set. 2016.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**. A ocupação do Norte de Mato Grosso após 1950. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2007. 256 p.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 26, p. 144-156, 2017.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. São Paulo, 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/49097040/UMA-SINOPSE-HISTORICA-DA-AMAZONIA-1>. Acesso em: 17 maio 2020.

LIMA et al. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. 406 p.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. 176 p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. 300 p.

MONTELEONE, J.; SEREZA, H.C.; SION, V.; AMORIM, F.; MACHADO, R. **À espera da verdade**: Empresários, juristas e elite transnacional. São Paulo: Alameda, 2016. 304 p.

MOORE Jr., Barrington. **Las Orígenes sociales de la dictadura y democracia**. Barcelona: Ediciones Península, 2002. 864 p.

PEIXOTO, Rodrigo. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., p. 47-71, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, nº 53, jan.-jun. 2007, p. 11-23. Disponível em: <http://ref.scielo.org/6zcg8>. Acesso em: 11 maio 2020.

PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua origem e Utilização no Brasil. **REN- Revista Econômica do Nordeste**. Volume 40, Nº 03, p. 411-24, Julho-Setembro 2009.

RIBEIRO, José Donizete. **Terra e garimpos**: um estudo da violência na consolidação do espaço da colonização. Alta Floresta MT (1978 1983). Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000227.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RIBEIRO, Marilene. **Água Morta**. Disponível em <https://www.marilene-ribeiro.com/deadwater>. Acesso em: 02 maio 2020.

SCHWANTES, Norberto. **Pioneiros da Amazônia**. 198?. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XeQSl78IXq0&t=6s>. Acesso em: 05 maio 2020.

SERJE, Margarita. El 'E/estado de frontera': las fronteras del capitalismo en América Latina. In: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (Org.). **Fronteras e Territorialidades**. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, p. 11-31, 2019.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional e poder executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. 273 p.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos. p. 156-176. In: ROMANI, C.; MENEGAT, C.; ARANHA, B. (Org.). **Fronteras e Territorialidades**. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. São Paulo: Intermeios, p. 283-304, 2019.

UM milhão de pessoas estão sem energia elétrica na Amazônia. **Amazonas Notícias**, novembro de 2019. Disponível em: <https://amazonasnoticias.com.br/um-milhao-de-pessoas-estao-sem-energia-eletrica-na-amazonia>. Acesso em: 17 maio 2020.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017. 520 p.

História e Historiografia dos Sertões em múltiplas leituras

Des (costurando) sentidos: o vaqueiro do sertão nordestino no espaço discursivo da moda brasileira

Marcelino Gomes dos Santos¹

INTRODUÇÃO

No alinhavar de sentidos sobre a ideia de sertão e Nordeste, discursos sobre tipos regionais são, comumente, agenciados quando se busca dizer e fazer ver a região brasileira: em livros, filmes, novelas, peças de teatro etc. Se fizermos um sobrevoo pela produção cultural brasileira, encontraremos, por exemplo, inúmeras obras literárias, musicais, audiovisuais, pictóricas, entre outras que operaram com a ideia de sertão e Nordeste; produções essas em que é regularidade a presença de personagens comumente associados à história dessa região brasileira, como cangaceiros, beatos, coronéis, vaqueiros, bem como paisagens e práticas culturais consideradas ícones dessa região.

No Brasil, a região Nordeste ainda é concebida por muitos sujeitos como sendo “seca, árida, com uma economia pouco desenvolvida, que vive basicamente do trabalho do sertanejo vaqueiro, que com suas roupas de couro enfrenta a vida dura daquela região” (BONATO, 2010, p. 02), uma visão construída historicamente por meio da vasta produção

1 Mestrando em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó — CERES — da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3365036460718914>. E-mail: marcelinogomes_@outlook.com.

discursiva em torno dessa região brasileira, que explorou temas como a seca, o cangaço, a miséria, a fome etc., instituindo formas de ver e dizer o Nordeste e o povo nordestino.

No caminho das discussões sobre a (des)construção histórica de tipos regionais, este artigo trata da produção de sentidos sobre o vaqueiro do sertão nordestino no espaço discursivo da moda brasileira. Para tanto, analisamos uma coleção de vestuário masculino do estilista brasileiro Akihito Hira, intitulada *Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria*, lançada em 2017 em um evento de moda no Nordeste. Nesse sentido, tomamos como material de análise as fotografias do ensaio de lançamento da coleção e trechos de uma entrevista realizada com o estilista sobre o seu processo criativo; e, a partir do cruzamento dessas fontes, buscamos discutir a (re)elaboração de sentidos sobre o vaqueiro sertanejo a partir do exame dos signos agenciados pelo estilista brasileiro para apresentar esse tipo regional nas passarelas da moda brasileira.

Consideramos que o estilista paulista, ao eleger o vaqueiro do sertão nordestino como tema de sua coleção, opera um recorte temático dentro do conjunto de possibilidades de criação em torno da ideia de sertão e Nordeste, trazendo esse tipo regional ao espaço de visibilidade em sua coleção; e, a partir do seu trabalho com moda (des)constrói sentidos sobre o vaqueiro e costura-os de outras formas, promovendo o deslocamento de um tipo regional historicamente associado à ideia de masculinidade para um espaço de produção discursiva ao qual, normalmente, esse sujeito não esteve associado, notadamente, a moda, espaço intimamente ligado ao imaginário feminino (LIPOVETSKY, 1989, p. 71).

Na cena da moda brasileira, outros estilistas lançaram coleções inspiradas no sertão nordestino antes de Hira; dentre eles, João Pimenta que, em 2009, lançou uma coleção de vestuário na Casa de Criadores², também inspirada na figura do vaqueiro, além do mineiro Ronaldo Fra-

2 Principal evento dedicado à moda autoral e também lançador de novos estilistas da moda brasileira. Seguindo o calendário de lançamento de coleções o evento acontece duas vezes por ano na cidade de São Paulo.

ga, com sua coleção *Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera*, apresentada em 2013 naquele que é considerado o maior evento de moda nacional, nomeadamente, o São Paulo Fashion Week³.

Na primeira parte deste artigo, discutimos a construção histórico-discursiva do nordestino, a partir das reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) sobre a emergência desse sujeito histórico e sua relação com a ideia de masculinidade, historicamente costurada à ideia de sertão e Nordeste. Em seguida, voltamo-nos à análise da coleção de moda do estilista brasileiro, com vistas à compreensão de como sua obra aponta para novas formas de ver e dizer o vaqueiro do sertão nordestino na contemporaneidade.

O VAQUEIRO DO SERTÃO NORDESTINO EM (DIS)CURSO

O vaqueiro do sertão nordestino é um tipo regional sociológico presente em muitas produções culturais brasileiras que tomaram a ideia de sertão e Nordeste como temática, perpassando campos de criação distintos, como a música, a pintura, o cinema, o teatro, a moda etc. A título de ilustração, podemos citar o filme brasileiro *Boi Neon*⁴, escrito e dirigido por Gabriel Mascaro. Nessa produção cinematográfica, o protagonista é o vaqueiro Iremar, que viaja pelo Nordeste brasileiro trabalhando em vaquejadas, enquanto sonha em ser estilista e trabalhar com moda. Este filme é um exemplo de uma produção discursiva que contribuiu para

3 Dentre outras possibilidades, no que se refere às justificativas sobre a escolha da coleção de Hira para ser analisada neste artigo, consideramos que essa produção do estilista paulista, além de ter sido lançada recentemente, não teve a visibilidade e projeção que merecia na mídia nacional, se comparada com as de outros estilistas que têm lançado coleções de vestuário nas passarelas da moda brasileira nas duas últimas décadas, tampouco atenção no âmbito acadêmico, em investigações científicas.

4 *Boi Neon* é um filme brasileiro de 2015, dirigido e escrito por Gabriel Mascaro. Foi produzido pela Desvia, Malbicho Cine, Viking Film e Canal Brasil, e distribuído no Brasil pela Imovision.

a atualização de sentidos sobre o vaqueiro sertanejo e nordestino na contemporaneidade.

Sobre a construção do nordestino como um sujeito tramado discursivamente na/pela história, Albuquerque Júnior nos explica que:

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século. Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região, até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e na sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 18).

Conforme explica o historiador, a figura do nordestino foi tramada historicamente a partir de uma série de discursos que, juntos, construíram sua imagem intimamente associada à ideia de masculinidade, sem margem para a presença de atributos ligados ao feminino. A emergência desse sujeito seria contemporânea do surgimento da figura do *cowboy*, nos Estados Unidos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 209).

No caminho desta construção discursiva sobre esse tipo regional, habitante de uma região pretensamente singular do Brasil, a relação do homem com a natureza foi, por vezes, apontada como sendo uma possível explicação para essa caracterização do nordestino como sendo um sujeito másculo, viril, “cabra-macho”, sobretudo, a produção discursiva de base biogeográfica⁵ sobre os habitantes da região. Nessa perspectiva, conforme nos explica Albuquerque Jr.:

5 Sobre este aspecto, Albuquerque Jr. (2013, p. 164) destaca que esse discurso “procura no meio natural os determinantes que explicariam as formas de organização social e até a constituição física e psicológica dos indivíduos”.

O Nordeste, que em sua definição como espaço regional autônomo no país teve como um dos traços distintivos, exatamente, a sua natureza, que no discurso regionalista é homogeneizada a partir da imagem da seca e da aridez, teria um homem particular, teria um tipo étnico, um homem de uma índole ou caráter distinto, apresentando tradições culturais particulares, por ser marcado pela convivência com uma natureza áspera, árida, bruta, difícil, exigindo deste uma constante batalha pela vida. O Nordestino seria, nesses discursos de base biogeográfica, um homem telúrico, homem especial por ser fruto da adaptação a uma natureza, a um meio especial, um homem forjado na luta contra o meio, contra a seca e a aridez (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 166).

Esses discursos de cunho biogeográfico participaram da construção da imagem do nordestino como um sujeito másculo, macho e viril, enfatizando a sua relação com uma natureza descrita como hostil, que exigiria desse sujeito virilidade e bravura, com vistas à sua sobrevivência em um espaço marcado pela seca e pela aridez, uma vez que “só com uma exagerada dose de virilidade se conseguiria sobreviver numa natureza adusta, ressequida, áspera, árida, rude; traços que se identificariam com a própria masculinidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 172). Logo, discursos dessa natureza apontavam que o nordestino seria áspero por causa da sua convivência com uma natureza árida, que exigiria desse sujeito uma constante luta pela vida.

No que tange ao conjunto de tipos regionais costurados à ideia de sertão e Nordeste ao longo da história, Tiago Bonato nos fala sobre a figura do vaqueiro. De acordo com o historiador:

O trabalho do vaqueiro teria um peso muito grande na caracterização do sertanejo. O trabalho com o gado nas fazendas, na caatinga e nas matas do sertão aparece nos relatos do período colonial e tem presença garantida no imaginário sobre o sertanejo até hoje. Grande parte da literatura, cinema e telenovelas que de alguma forma buscam retratar a região, mostram o trabalho do vaqueiro pelos sertões (BONATO, 2010, p. 130).

Por ser um tipo regional presente no Nordeste, o vaqueiro também estaria alinhavado na trama histórica de sentidos que costurou a ideia de nordestino à ideia de masculinidade, pois esse sujeito seria também “uma reserva de virilidade, macheza, bravura, capacidade de luta, de enfrentamento, de energia para as batalhas que o espaço regional parecia carecer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 191).

Ao longo da história, muitos sujeitos tomaram a figura do vaqueiro sertanejo e nordestino como inspiração temática para a construção de obras no âmbito da produção cultural, e a partir do trabalho criativo com diversas linguagens, produziram sentidos sobre esse tipo regional. Podemos encontrar o vaqueiro, seja como personagem ou temática, em filmes, fotografias, na música, na literatura; e por que não na moda? A seguir, analisamos as fotografias da coleção de vestuário de Hira, com vistas à discussão sobre a (des)costura de sentidos em torno da figura do vaqueiro a partir do seu trabalho com alfaiataria.

(DES) CONSTRUINDO O VAQUEIRO PELA ALFAIATARIA

Em 2017, o estilista brasileiro Akihito Hira⁶ participou do concurso *Ceará Moda Contemporânea*, realizado pela *Dragão Fashion Brasil*⁷ no Terminal Marítimo do Porto de Fortaleza — CE, onde apresentou uma coleção de vestuário intitulada “*Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria*”. A coleção de moda teve inspiração no sertão nordestino, notadamente, na figura do vaqueiro sertanejo, destacando-se em meio às outras coleções desfiladas e vencendo dois prêmios nas duas principais categorias do concurso (design e excelência).

6 Akihito Hira é um estilista brasileiro, dono de uma marca de moda homônima. É membro da ABEST — Associação Brasileira de Estilistas.

7 Considerado o terceiro maior evento de moda nacional, o Dragão Fashion Brasil acontece, anualmente, na cidade de Fortaleza-CE.

Sobre o processo de criação de uma coleção de moda, conforme nos permitem pensar Santos e Muller (2011, p. 243), entendemos que “o estilista determina o tema, agrupa elementos que poderão representá-lo, e seu intuito maior é proporcionar fruição estética, da qual dependerá o consumo simbólico, seja como mercadoria ou discurso”. Nesta direção, consideramos que as imagens (re) elaboradas a partir do lançamento de uma coleção de moda dialogam com outras imagens, com outras temporalidades, podendo o seu conceito, a sua ideia, perdurar no tempo.

De acordo com Hira, em entrevista concedida ao autor deste artigo, sua intenção foi a de criar uma coleção de moda inspirada na figura do vaqueiro sertanejo e nordestino. Para tanto, visto não ter estado no Nordeste ou ter tido contato direto com vaqueiros antes, foi necessário realizar pesquisas exploratórias no sentido de buscar elementos voltados à construção conceitual da coleção. Segundo o estilista:

Pesquisando bastante, eu descobri também a questão da religiosidade dentro dos vaqueiros; e os vaqueiros eles são devotos de São José, que é o padroeiro [...] essa devoção que eles têm, também, essa religiosidade, deu o tom para a construção dessa coleção. E também para a construção desse arquétipo, desse novo arquétipo, de um vaqueiro extremamente elegante, vestido de alfaiataria (HIRA, 2020, p. 10).

Dentro do conjunto de possibilidades de inspiração para o desenvolvimento da coleção de moda, visto a pluralidade temática dos sertões, o estilista brasileiro decidiu focar no elemento da religiosidade, pois, segundo ele, seria uma forma de trazer “leveza” à figura do vaqueiro, concebida, muitas vezes, a partir de discursos estereotipados e clichês, como sendo um sujeito másculo, rude e insensível.

Sobre este aspecto, percebemos o interesse do designer em explorar com mais profundidade as significações em torno do sertão nordestino e do vaqueiro, pois, na medida em que o estilista realiza um recorte temático, isto é, decide trazer à visibilidade a reli-

giosidade dos vaqueiros, enfatizando-a, outras escolhas possíveis são deixadas de lado, como, por exemplo, as imagens construídas historicamente acerca do cangaço e da seca, temas muito visados em produções artísticas que tomaram as ideias de sertão e Nordeste brasileiro como inspiração.

Uma vez que se constituem como uma forma de linguagem que se expressa no visual, consideramos a gramaticalidade do vestuário⁸ a partir do seu potencial de irradiação de novos sentidos, pois o vocabulário das roupas inclui não somente as peças de vestuário, mas vários outros elementos significantes, tais como a presença ou não de acessórios, penteados, maquiagem, adornos, joias (LURIE, 1997, p. 20), inclusive, o próprio corpo humano, também signifiante no conjunto.

Por meio da apresentação visual e da produção imagética, a moda constitui-se como um espaço de produção discursiva que permite o diálogo com outras visualidades, posto que “não existe imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham elas sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas”, como nos aponta Courtine (2013, p. 43). Nesse sentido, o discurso da moda é poderoso, porque as imagens elaboradas na sua trama atingem públicos os mais variados, sobretudo, quando a produção midiática é participante no que diz respeito à cobertura e divulgação dos eventos, desfiles, lançamentos etc.

Seja pela leitura que se faz dos desfiles de moda, ou ainda das fotografias dos ensaios e campanhas de lançamento das coleções de vestuário, os sujeitos espectadores associam aquilo que veem à outras imagens, outros enunciados, outros discursos. Sobre este aspecto, Courtine nos diz que:

Toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco. Existe um “sempre já” da imagem. Esta

8 De acordo com Lurie (1997, p. 19), “se a maneira de vestir é um idioma, deve ter um vocabulário e uma gramática como qualquer outro”.

memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser igualmente a memória das imagens internas, sugeridas, “despertadas” pela percepção exterior de uma imagem (COURTINE, 2013, p. 43).

Nesta perspectiva, consideramos que as imagens produzidas a partir do ensaio fotográfico de lançamento da coleção de Hira em 2017 (ver figuras a seguir), publicadas na internet com o fim de divulgar o seu trabalho, recuperam redes de memória sobre diversas construções discursivas e imagéticas historicamente associadas ao sertão nordestino e aos vaqueiros e, a partir desse diálogo, possibilitam novas (re)significações, isto é, novos sentidos, novos deslocamentos, novas formas de vê-los e dizê-los.

Figura 6 - Coleção “Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria”, por Akihito Hira, 2017. Modelo: Rafael Câmara. Fotografia: Anderson Augusto



Na figura 6, o modelo veste uma das peças presentes na coleção, que mistura tons de branco e marrom. Na parte interna da roupa, há a presença de um forro de tecido sintético estampado, que traz em sua composição alguns signos de religiosidade: a imagem de São José, padroeiro dos vaqueiros, segurando o menino Jesus. Ao fundo, por trás de uma porteira, há uma paisagem com algumas das cores presentes na coleção, onde podemos enxergar uma estrada de terra, árvores e o céu ensolarado.

No primeiro plano, o foco está para a figura do modelo que veste as roupas da coleção. Há o claro interesse em mostrar a roupa, sobretudo, a estamparia, com os signos fazendo referência à religiosidade dos vaqueiros. De acordo com o estilista, as fotografias foram feitas nas proximidades do Condomínio Quintas da Alvorada, em Brasília. Devido à distância geográfica em relação ao Nordeste, o estilista optou por escolher um lugar onde, segundo ele, tivesse a presença de bois e vacas, pois esses elementos seriam importantes para a ambientação que pensara para as fotografias.

Figura 7 - Coleção “Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria”, por Akihito Hira, 2017.



Na figura 7, o modelo posa para uma nova fotografia da coleção. Nela, o foco está voltado para sua expressão facial: de olhos fechados, o vaqueiro costurado por Hira segura com as duas mãos um rosário, sugerindo uma prática religiosa, isto é, um momento de expressão da fé dos vaqueiros por meio da oração. Nessa cena, o elemento religioso é construído como algo que traria “leveza” à figura do vaqueiro.

A imagem, valendo-se de um jogo de luz e sombra, bem como por meio da expressão corporal e facial do próprio modelo, que se apresenta de olhos fechados, sugere poeticidade à figura do vaqueiro, dando-lhe um ar intimista e sensível, deixando de lado alguns clichês e imagens estereotipadas em torno desse tipo regional. A

própria escolha de focalizar o modelo com as mãos estendidas, rezando, deixando outros elementos na penumbra, demonstra o interesse de evidenciar esse momento íntimo e sensível da oração, por meio da qual o vaqueiro expressaria a sua fé.

Figura 8 - Coleção “Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria”, por Akihito Hira, 2017



Na figura 8, observamos os detalhes de mais uma peça da coleção. O modelo, vestindo uma camisa branca de mangas longas, com detalhes de renda nas extremidades, segura uma corda com firmeza. Segundo Hira, a coleção proposta por ele desconstruiria elementos da masculinidade atribuída aos vaqueiros, uma vez que permitiria a associação de elementos ditos masculinos (como os próprios modelos das roupas, isto é, as formas, os cortes etc.) e elementos que o estilista considera mais comuns em roupas femininas, como o uso da renda. A própria fotografia nos permite visualizar o diálogo entre esses elementos, aparentemente, antagônicos: uma referência à força atribuída ao vaqueiro, simbolizada pela mão segurando a corda com firmeza, e a sutileza da artesanaria, sugerida pelo uso da renda.

Importante se faz mencionar que a presença de artesanato na coleção também é significativa, pois demonstra a preocupação do

estilista em exaltar a imagem positiva acerca da singularidade do trabalho de homens e mulheres que lidam com uma arte que, segundo ele, seria característica dessa cultura e que deveria estar mais presente no espaço de produção da moda brasileira.

Figura 9 - Coleção “Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria”, por Akihito Hira, 2017.
Fotografia: Anderson Augusto



Outros signos foram agenciados pelo estilista, para além do elemento da religiosidade. Como é possível observar na figura 9, o modelo veste uma camisa azul e uma bermuda marrom, que, à primeira vista, devido à quantidade de tecido usada na sua confecção, confunde-se com o formato de uma saia. Nos detalhes dos bolsos, há aplicações de arabescos feitos de couro, com figuras de bois que, para o designer de moda, seriam signos importantes para a construção imagética dos vaqueiros. Percebemos, nessa peça de vestuário, que as referências aos sertões e à figura do vaqueiro aparecem de forma muito sutil, por meio da ambientação da fotografia e dos detalhes da roupa, isto é, do artesanato aplicado no bolso.

Nessa perspectiva, as significações em torno dos sertões e dos vaqueiros nas fotografias da coleção de Hira são costuradas de forma muito delicada, tratamento diferente das produções clichês que vendem imagens prontas e imediatas, comumente associadas ao sertão nordestino: chão rachado, sol escaldante, animais pa-

decendo de fome, carcaças pela estrada, vegetação cinza, seca e espinhenta, entre outros lugares-comuns.

Sabemos que muitos discursos sobre os sertões, construídos historicamente a partir de diversos lugares sociais de produção, forjaram imagens estereotipadas sobre esses “espaços” e seus sujeitos habitantes, das quais, muitas vezes, é difícil escapar. A questão da masculinidade está, sem dúvidas, muito presente nessa construção histórica, ao lado de temas como a violência do cangaço, o banditismo, os males das secas, entre muitos outros. Nesse sentido, de acordo com Hira:

A gente vê o vaqueiro como um homem, muitas vezes, é ... sempre másculo, um homem muito viril, cabra macho, e eu queria fazer uma desconstrução, de fato, dessa figura; e por meio da alfaiataria eu acho que eu consegui desconstruir esse arquétipo do vaqueiro, que tem essa figura um pouco mais bruta, rústica, e dar uma sofisticada no olhar pra esse vaqueiro. Então, acho que foi por isso [...] foi por meio dessa desconstrução, por meio da alfaiataria, que eu acho que eu consegui desmistificar um pouco essa relação dessa imagem que a gente tem do próprio vaqueiro (HIRA, 2020, p. 06).

A escolha do modelo Rafael Câmara para vestir a coleção, segundo o próprio estilista, justifica-se porque ele teria as características do vaqueiro moderno que era sua proposta: um vaqueiro contemporâneo, *fashion*, preocupado com a estética, de barba feita e “cabelo muito bem penteado e alinhado”. Sobre este aspecto, Lurie (1997, p. 30) considera que, “ao julgar uma roupa, também devemos levar em conta os atributos físicos da pessoa que a veste, avaliando-a em termos de altura, peso, postura, raça e tipo étnico, traços e expressão facial”, tendo em vista que a pessoa que veste as roupas também participa do jogo de significações que é característico do teatro da moda.

Como nos permite pensar Albuquerque Júnior (2016, p. 13), “o olhar humano nunca é neutro, é um olhar que seleciona, recorda, hierarquiza, organiza, racionaliza, narra”. Associando elementos do próprio vestuário, por meio das técnicas da alfaiataria, bem como valendo-se das sig-

nificações corporais e gestuais do modelo Rafael Câmara, quando posa para as fotografias de Anderson Augusto, o estilista Akihito Hira traz elementos dos “confins do Brasil” às passarelas da moda brasileira, esboçando novas imagens e novos sentidos sobre os sertões.

O designer de moda, ao focar no elemento da religiosidade dos vaqueiros, desconstrói imagens e estereótipos sobre a masculinidade historicamente associada aos homens do Nordeste, característica considerada na ótica dos discursos biogeográficos como sendo resultado da relação desses sujeitos com uma natureza hostil e com o clima do sertão nordestino, que, supostamente, tornaria os homens essencialmente áridos e secos, insensíveis e brutos, distantes de algumas acepções que fundamentam e constituem o universo da moda: o gosto pelo novo, pelo moderno, pelo sensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as ideias de sertão nordestino e masculinidade, como discutimos, foi construída historicamente como sendo uma característica dos habitantes de uma região pretensamente singular do país; uma masculinidade que, na ótica dos discursos de base biogeográfica, “se forjara na luta incessante contra um meio em que apenas os mais potentes, os mais “membrudos”, os mais rijos, homens que nunca se vergavam, nunca amoleciam diante de qualquer dificuldade, conseguiam vencer”, conforme nos explica Albuquerque Júnior (2013, p. 172).

Logo, a emergência do nordestino como um sujeito histórico alinhavou uma identidade regional a uma identidade de gênero. No caminho da produção de sentidos sobre o sujeito sertanejo e nordestino, o lançamento da coleção de vestuário “*Vaqueiro Desconstruído pela Alfaiataria*”, lançada pelo estilista Akihito Hira, aponta para novas formas de ver e dizer o vaqueiro na contemporaneidade.

A escolha de trazer para sua coleção de vestuário a temática dos sertões, especialmente, a figura do vaqueiro sertanejo e nordestino, e dar-lhe, literalmente, uma nova roupagem de sentidos, onde esse sujeito expressa a sua sensibilidade e fé, significa que o estilista apropria-se de um arquivo de imagens e enunciados historicamente associados aos sertões e, por meio da moda, promove rupturas em relação às ideias rasas, clichês e estereotipadas que se fazem sobre o sertão nordestino e o vaqueiro.

Ainda que seja difícil escapar dessas visões estereotipadas, tal qual a força dessas construções históricas, já cristalizadas, o lançamento da coleção de vestuário a qual nos propomos analisar nesse artigo mostra que outras formas de ver e dizer os sertões são possíveis, inclusive, no espaço da moda brasileira. A própria escolha de tratar do elemento da religiosidade dos vaqueiros, deixando de lado outras possibilidades, como aqueles clichês, comumente encontrados em produções que abordaram essa temática, já implica descosturar determinadas significações e costura-las de outras formas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **Nordestino**: invenção do “falo” — uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. *In*: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. *Fênix — Revista de Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2016.

AUGUSTO, Anderson (fotógrafo). **O sertão existencialista de Akihito Hira**. Disponível em: <http://www.dfhouse.com.br/o-sertao-existencia-lista-de-akihito-hira>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição**: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba: p. 190. 2010.

BRAGA, João; PRADO, Luís André do. **História da Moda no Brasil**: das influências às autorreferências. 1 ed. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HIRA, Akihito. **Entrevista concedida via Skype (Rio de Janeiro — RJ/ Caicó — RN, 2020)**. Entrevistador: Marcelino Gomes dos Santos. 1 gravação. Duração: 01h10min.

LIPOVETSKY, Gilles. **Império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Tradução de Ana Luíza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SANTOS, Rochelle; MULLER, Mara. Nara Leão: uma coleção de moda que faz recordar. *In*: BONADIO, Maria Cláudia; MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa G. de (Org.). **História e Cultura de Moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

Territórios de papel: a modernização do território cearense nas Cartografias históricas da segunda metade do século XIX

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis¹

Um mapa ou representação cartográfica, longe de apresentar uma verdade, reprodução exata, sobre qualquer ambiente, é uma interpretação possível dele, para a qual também contribuíram inúmeras relações nele e com ele estabelecidas. Conforme Fernand Joly (1990, p. 07-08), “mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade. Ele é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados”. Sobretudo porque a cartografia é a representação numa face plana da superfície terrestre que é curva, operação que agrega uma série de dificuldades. Mas também porque, através de símbolos, o mapa científica sobre formas, objetos, fatos e relações contidas no espaço que procura representar. Nesse sentido, o mapa pode ser compreendido como instrumento que localiza, orienta, avalia distâncias e também convence.

As cartografias históricas tinham uma função clara dentro do processo de formação do Estado Nacional, dirigido pelo governo imperial, qual seja: instituir uma consciência do território cearense, sobretudo do seu interior. Contudo, essa consciência não se tratava de uma mera representação do espaço. Era, antes, já uma produção do território que trazia elementos para convencer sobre a possibi-

¹ Universidade Regional do Cariri URCA, Pesquisadora INCT-Proprietas.

lidade de novas fabricações desse território que contribuíssem com a própria fabricação da nação.

Nesse processo, o sertão, tomado como sinônimo de interior do país, conforme entendeu Capistrano de Abreu (1907) em *Capítulos de História Colonial*, passou a compor as preocupações dos governos imperial e provincial, no contexto de produção da nação brasileira. Era necessário a essa nação moderna um território, não apenas limites. Era necessário mais que um sertão, era imprescindível que esse sertão se constituísse num Estado territorial, conhecido e manipulável, para que o império brasileiro estivesse cada vez mais centralizado administrativamente. Assim, na projeção cartográfica do território cearense por engenheiros e outros intelectuais ‘ilustrados’, na segunda metade do século XIX, o Ceará foi inventado/produzido, enquanto Estado territorial, que integrava a nascente Nação Brasileira.

As cartografias são os instrumentos primordiais da manipulação desse espaço. Nelas, o sertão era devassado, exposto, conhecido, manipulado, fabricado. Os tracejados presentes nas folhas envelhecidas têm função definida, não são representações inocentes desse espaço, implicam interesses, jogos de poder, conflitos. Nada nos mapas está neles impresso por acaso: as cadeias de montanhas, a indicação de rios, as dimensões escolhidas para a produção da cartografia indicam escolhas e interesses. Por isso, toma-se de empréstimo neste texto a expressão ‘o fato e a fábula’, de Régis Lopes Ramos (2012): os traços instituídos nos mapas constituem uma escolha, um fato impresso no papel, e, por outro lado, essa escolha é resultado de um processo complexo de negociações e conflitos que envolviam o governo imperial, o provincial, os moradores desse territórios e dentre outros personagens.

A cartografia histórica, assim, é fato e é fábula. Nessa ‘imprecisão’ repousa os interesses destes escritos. Neste estudo o Ceará foi interpretado como parte da Nação brasileira e espaço projetado como Es-

tado Territorial nas cartografias da segunda metade do século XIX. Assim, o desenhar do território cearense é compreendido como invenção do espaço, com vistas a apresentá-lo como moderno, onde foram projetados os caminhos de sua integração aos ritmos do progresso ocidental, com a expansão ferroviária, por exemplo.

O CEARÁ NOS TRAÇOS DAS CARTOGRAFIAS

A produção de mapas históricos, que circunscreviam o interior cearense, na segunda metade do século XIX, indicava que relações eram estabelecidas com o território. Entre elas, ou a mais importante delas, estava necessidade da produção de um espaço moderno. Os projetos que envolviam a produção de cartografias no Brasil, entre 1850 e 1900, estavam inscritos na tentativa de modernização nacional, em parte motivado pelo desejo de expansão de estradas de ferro no país.

Na verdade, o Império em seu Segundo Reinado estava envolvido em um processo mundial de modernização, ou ocidentalização com vistas a uma ‘universalização do mundo’, que implicava numa unificação técnica, política e econômica dos Estados-nações. A construção desse Estado-Nação, conforme Manoel Fernandes de Sousa Neto (2012, p. 50), foi dirigida por aqueles “que controlavam o estado e eram responsáveis, segundo eles próprios, por civilizar as gentes, estabelecer a ordem e realizar o progresso”. Simone Petraglia Kropf (1994, p. 202), por sua vez, destacou esse momento como tendo sido marcado pelo movimento de renovação intelectual para quem a palavra de ordem era “modernizar-se, viabilizar o ingresso da nação brasileira no círculo da ‘civilização’, adequando o país aos horizontes dos ‘novos tempos’. Dentro desse processo, a apreensão do Espaço e Tempo nacionais se tornou uma tarefa necessária.

A segunda metade do século XIX, no Brasil, é o momento de formação do Estado Nacional. O Império Brasileiro estava sedo

consolidado no seu Segundo Reinado, com Dom Pedro II, que colocava em prática um projeto de centralização administrativa do país. A impressão de estabilidade social brasileira era experimentada desde 1845, com o término da Guerra dos Farrapos - última revolta de caráter separatista no período imperial brasileiro. Nesse tempo de relativa paz interna, foram implementados projetos que visavam o fortalecimento do poder do imperador e a centralização administrativa do Brasil, como o reconhecimento e demarcação 'mais exata' do que era o território nacional.

Através da apreensão do território brasileiro iniciada pelo governo Imperial, foi projetada a centralização administrativa do Estado, o que contribuía diretamente para forjar a própria nação. A invenção do Brasil, enquanto Estado territorial, foi engendrada no projeto Imperial de centralização administrativa, absorvido pelas Províncias. Tal projeto fundava a necessidade de um conhecimento cartográfico do território, inclusive para projetar seus sistemas viários, através do qual deveria ser instituída a presença do Império em regiões afastadas dos ditames administrativos de Dom Pedro II. Essa centralização estava na pauta dos interesses imperiais que já havia percebido a inviabilidade de uma política regionalizada no contexto do investimento do capitalismo internacional.

Dessa forma, o Império foi organizado, ao longo do século XIX, na hierarquização de escalas necessárias ao seu funcionamento: o governo Imperial ocupava o topo da escala e era seguido pelos poderes Provincial e Municipal, que foram progressivamente organizados como canais para instituição da administração Imperial nos mais distantes locais do território. Processo iniciado já no início do século XIX, segundo Maria Auxiliadora Lemenhe (1991, p. 108), uma vez que, as Províncias brasileiras teriam assistido a progressiva perda de poder das municipalidades a partir do período Regencial e a ascensão dos presidentes de Província. Estes se tornaram "agen-

tes do poder central² na gestão dos assuntos político-administrativos, econômicos e judiciários”.

O processo de produção do Estado Nacional, e de suas Províncias, estava estruturado a partir de, pelo menos, dois eixos principais: pensar a história brasileira de forma sistematizada, e investir na produção do espaço geográfico da nação, sobretudo com base nas técnicas da Cartografia. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, em 1838, com a função de “coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica”, era sintomática desse processo. Seus estatutos definidores de um total de 50 membros, constituído por 25 historiadores e 25 geógrafos, sugeria, desde logo, a simbiose dos referidos eixos nesse processo de desvendamento da gênese da Nação Brasileira. No IHGB, conforme Manoel Luiz Salgado Guimarães, História e Geografia “forneceriam os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço”. Eram ainda “os dois momentos do mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integridade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado” (GUIMARÃES, 1988, p. 15).

Não por acaso, no período imperial verificou-se várias medidas sendo tomadas para a formação de cartógrafos profissionais no Brasil. Em 1810, por determinação da Carta Régia de Dom João VI, foi criada a primeira escola de formação de Engenheiros Geógrafos Militares na Academia Real, com curso de oito anos. Na realidade, a vinda da família real portuguesa para o Brasil contribuiu para o aprimoramento de várias técnicas de desenho e para reprodução de mapas com o surgimento da litografia, por meio de cursos como o

2 Contudo, é de se crer que a atuação desses agentes ultrapassava a administração Provincial (mais tarde estadual), uma vez que esses mesmos homens tinham acesso a outros cargos públicos como os ministérios. A atuação de homens como José Fernando da Costa Pereira Junior, Presidente da Província do Ceará em 1870 e Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1874, é indício disso. Certamente que este revezamento de alguns ‘agentes do poder central’ em cargos públicos contribuía minimamente para a continuidade de projetos nacionais e regionais nas duas instâncias. Cf. ABREU (1907).

citado acima e a criação da Imprensa Régia. Avanços que, conforme Rosely Archela (2007, p. 214), “permitiram que, em 1875, a Carta Geral do Império fosse apresentada na exposição internacional de Filadélfia, nos Estados Unidos”.

O Ceará, como parte da Nação brasileira, necessariamente devia ter Tempo (passado) e Espaço (território) bem delimitados. Nas palavras de Régis Lopes Ramos (2012), esse processo se tratava de uma operação intelectual feita entre os homens letrados da Nação que dava tempo ao espaço e espaço ao tempo. Nesse processo, a cartografia surgia como instrumento de apreensão e de organização do espaço, que informava sobre o território e, ao mesmo tempo, o produzia. Assim, o desenho fabricado cumpria um papel específico de demarcação de propriedade — quando apresentava consciência dele e de relações nele estabelecidas — no interior de tensões constituídas nos marcos da implementação da lei de terras e da expansão ferroviária no Brasil. A relação estabelecida com a cartografia, nesse momento, é de afirmar a posição dos indivíduos diante do território, mas também, e principalmente, de produzir um Estado Territorial.

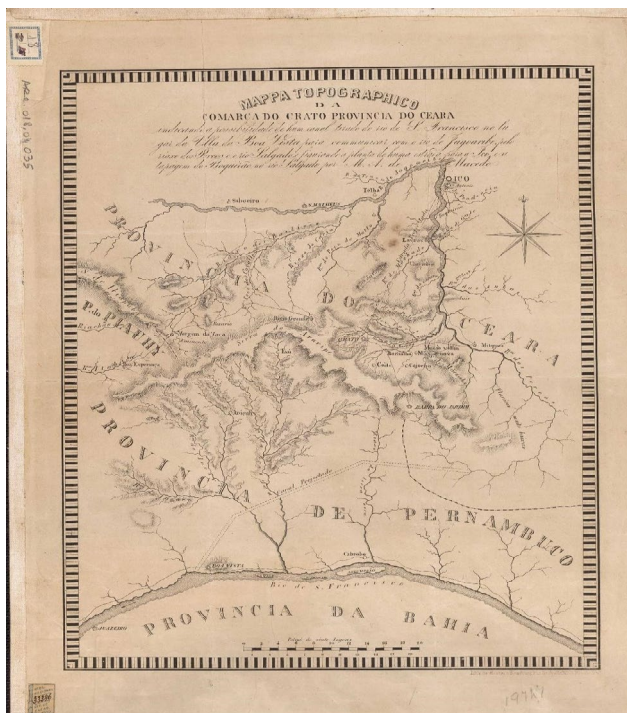
Na segunda metade do século XIX, período que contempla o final do Império brasileiro e o início da chamada República Velha, e ainda que compreende o esforço de produção da Nação brasileira, foi produzido um número significativo de cartografias que projetavam no papel o território cearense. Dentre as produzidas, podem ser citadas: o *Mappa topographico da comarca do Crato provincia do Ceará...* (*sic*) de Marcos Antônio de Macedo, e o *Reconhecimento parcial do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité para o Rio São Francisco* de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito³.

3 Essa documentação compõe a base cartográfica selecionada para o projeto Ceará de Papel: cartografias, computadores e pesquisa histórica, financiado pelo edital de Universal do CNPq - 2016.

Nas duas cartografias, a principal preocupação é o interior do território, e, conseqüentemente, os limites da então Província do Ceará, assim como os do Brasil. Nesses traços, o território cearense é ocupado pelo desenho de um possível relevo, deixando nítida a tentativa de apresentar um lugar conhecido e ‘aproveitável’, por meio de representações gráficas. A localização de cidades, vilas, possíveis obras a serem implementadas, e não mais a apresentação de nativos, vegetação ou animais, comuns nas cartografias do período colonial, insinuam a mudança das relações instituídas com a cartografia e o Brasil: o interesse recai sobre o território propriamente dito, o que pode ser feito nele para integração e comunicação dos territórios, não é mais simplesmente uma questão de ocupação. Nesse sentido, as linhas projetadas indicam, sobretudo, a fabricação de um Estado territorial, com identificação de vazios, preocupantes aos poderes constituídos, as formas do relevo e paisagem, que pudessem implicar riquezas ‘naturais’ ou obstáculos à modernização com ferrovias, por exemplo, e outros dispositivos considerados convenientes aos novos interesses de ocupação do território.

Nas cartografias citadas, cumpre destacar que ambas foram produzidas com o intuito apresentar as potencialidades do território em relação ao desenvolvimento de vias de comunicação terrestres e fluviais, bem como as possibilidades de integração do Ceará ao território nacional, com vistas ao aperfeiçoamento da circulação de mercadorias para importação e exportação. O primeiro desenho indicado reproduz a parte do interior circunscrita pela divisão jurídica da segunda comarca do Ceará, a de Crato, que engloba a parte sul do território (segue abaixo). O desenho dá destaque às correntes de água que cortavam a região do Cariri e tem a função de convencer sobre a possibilidade de um canal tirado do rio São Francisco, a partir da Vila Boa Vista, para comunicá-lo com o rio Jaguaribe pelo Riacho dos Porcos e pelo Rio Salgado. O desenho ainda sugeria uma planta de uma estrada para o Icó e a tapagem do Boqueirão no rio Salgado.

Figura 10 - Trecho do Mappa topographico da comarca do Crato Provincia do Ceará indicando a possibilidade de hum canal tirado do Rio de S. Francisco no lugar da villa de Boa Vista para comunicar com o rio Jagoribe, pelo riacho dos Porcos e o rio Salgado e figurando a planta de huma estrada para o Ico, e a tapagem do Boqueirão no rio Salgado por M. A. de Macedo (1846)



Marcos Antônio de Macedo propôs formalmente o projeto do canal para ligar o rio Jaguaribe ao São Francisco na Assembleia Provincial do Ceará, em 1846, motivado, em primeiro lugar, pela questão das vias de comunicação, como também pela seca que assolou as províncias do Norte naquele ano.⁴ Segundo Gabriel Pereira de Oliveira, esse político nasceu em Jaiós, no Piauí, em 1808, e viveu até em 1872. Foi juiz da comarca do Icó e do Crato, onde viveu durante muito tempo no sítio Timbaúba. Exerceu ainda os cargos de Deputado Provincial no Ceará em 1846-47, Presidente da Província do Piauí em 1847-48 e Deputado Geral pelo Piauí em 1848 (OLIVEIRA, 2015, P. 14).

4 Junto a ele, França Leite fez a mesma proposição na Câmara dos deputados, também em 1846. Ver mais sobre esse tema em: (OLIVEIRA, 2015).

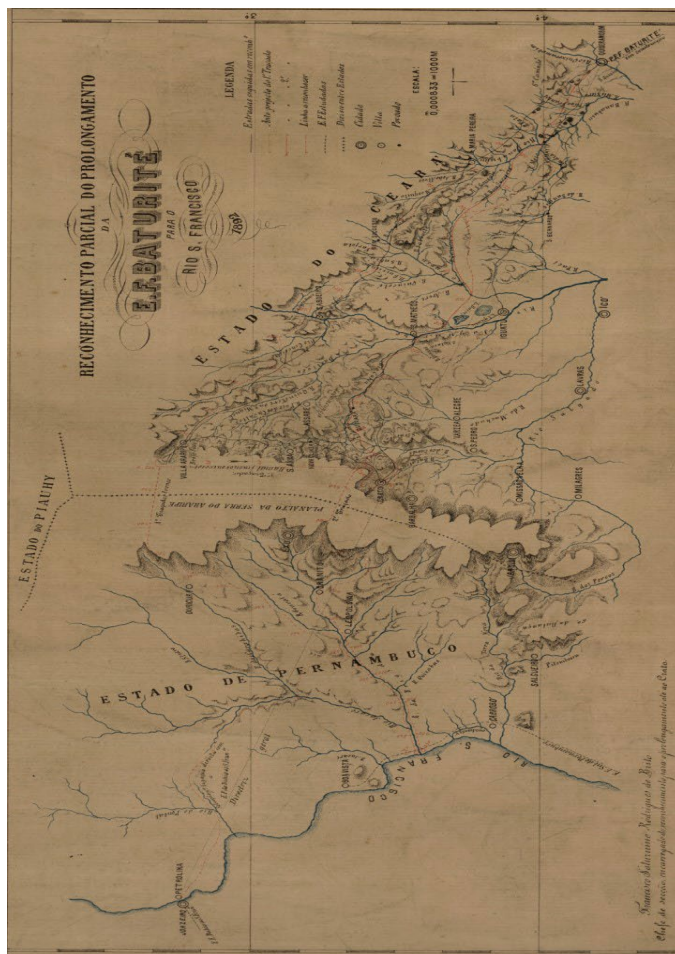
A proposta apresentada por Macedo foi selecionada mesmo não estando circunscrita a segunda metade do século XIX, pelo delineamento estreitamente relacionado com os planos e projetos políticos orquestrados no Brasil no referido período. Tão grande é a simbiose da ideia defendida por Macedo com os rumos que a política de centralização administrativa e instrumentalização do espaço do governo brasileiro nos marcos da construção da nação moderna, que uma versão similar foi apresentada pelo engenheiro cearense Tristão Franklin de Alencar Lima, em 1886. Nessa segunda versão, foi defendida a construção de uma obra hidráulica entre os rios São Francisco e Jaguaribe, com destaque para a implementação de uma via navegável e canais de irrigação (*Idem*).

Longe de ser ingênua, a proposta de Macedo tinha origem na dificuldade que ele, como dono do engenho Timbaúba, situado no Crato, experimentava no escoamento da produção para o entorno da comarca. O seu desenho se constitui num discurso figurado que procurava informar sobre o território cearense, sua formação geomorfológica e hidrológica, mas, principalmente, informava sobre a susceptibilidade a intervenções, sobretudo para modificação do curso de rios. Ficou nítido, já nesses traços de 1846, as intenções de modernidade no sentido de defender a instrumentalização do espaço com vistas a supressão do tempo.

Já o segundo tracejado, de autoria do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, trazia uma representação do território cearense e pernambucano, compreendido entre a cidade de Quixadá e o rio São Francisco (segue abaixo). A projeção tinha o objetivo de informar sobre os possíveis caminhos para a expansão da Estrada de Ferro de Baturité. O diferencial em relação a outros mapas, no entanto, é que as linhas desenhadas em ambos os mapas projetavam os percursos para além dos limites do território cearense, chegando até as margens do rio dos currais. Peculiaridade que implicava perceber ali os interesses numa implementação de mais de um meio de comunicação, o terrestre e o fluvial — com uma hidrovía no São Francisco⁵ — e as intenções de uma integração nacional.

5 Ver mais em: OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. Sentidos de um pedaço de rio que não existiu: A transposição do São Francisco em meados do século XIX. In: CORTEZ. Ana Isabel; FUNES;

Figura 11 - Trecho do Mapa de Reconhecimento parcial do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité para o Rio São Francisco de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1892)



A proposta de Saturnino de Brito, da mesma forma que a feita por Marcos Antônio de Macedo em décadas anteriores, estava eivada de interesses políticos que conformavam em menor ou maior medida, as linhas inscritas no papel. O engenheiro sugeria no tracejado a preocupação de mapear o território cearense a fim de justificar ou propor intervenções no território que tivessem um determinado efeito sobre aspectos políticos e econômicos do então Estado do Ceará. Era nítida a

preocupação modernizadora (nova expressão para civilização, no fim do século XIX) que, iniciada pelo Império, era levada adiante por engenheiros e intelectuais do governo republicano, na qual os recursos ou riquezas naturais de qualquer região só ganhavam sentido na implementação de atividades econômicas que as aproveitassem.

Dessa forma, a projeção de mais de um caminho no Ceará para a passagem dos trilhos da Baturité por entre as cadeias de montanhas, mais precisamente ao longo dos vales, e nas duas possibilidades de vencer a Serra do Araripe para chegar ao Pernambuco, corresponde a uma tentativa de convencimento sobre essa parte do território cearense, de que a região, com suas condições geomorfológicas, admitia a passagem da linha férrea, com a técnica e os orçamentos a que se tinha acesso para a obra. Mas, também da necessidade e probabilidade de ligar o Ceará ao restante do país. Isso, num momento em que alguns políticos, deputados ligados a esse espaço, advogavam outros projetos de via férrea, defendendo cursos nos quais as intenções de integração nacional não eram contempladas: como foi o caso da disputa entre o prolongamento da via férrea de Baturité até Crato, última cidade antes da fronteira com Pernambuco, e a construção de uma estrada de ferro entre Aracati, onde ficava o principal porto cearense até meados do século XIX, e a cidade de Icó⁶.

Inegavelmente, as duas cartografias apresentadas são ação política, sobretudo quando buscam conformar o Ceará em uma projeção, apresentando-a como verdade sobre esse território. Elas são um esforço de instituir as marcas da modernidade, através de demarcações de projetos específicos (canais e estradas), numa região que se deseja apresentar como conhecida. Nesse caso, importa perceber nelas as disputas pelo poder a partir da dominação do espaço, pois, conforme David Harvey (*Op. cit.*, p. 217), “toda luta para reconstituir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas”.

6 Ver mais em: (REIS, 2015).

Mais especificamente, tanto Marcos Antônio de Macedo como Francisco Saturnino Rodrigues de Brito representam interesses coletivos. Ambos advogavam, mesmo que não tivessem consciência da abrangência de seus atos⁷, os interesses de um grupo.

A questão a ser destacada é o quanto esses interesses são apresentados como legítimos, ou como são naturalizados. A modernidade estava atrelada a um processo histórico de nações europeias e à própria expansão do capitalismo (em parte na expansão da ferrovia) a partir da Inglaterra no fim dos oitocentos. A força desse processo e a representação do capitalismo e seus ‘avanços’ tecnológicos como evidência de nações consideradas avançadas, no contexto imperialista desse período, que associava a capacidade de submissão e dominação de outros povos à supremacia política, terminava por naturalizá-lo como único caminho a nações como a brasileira, que era produzida por uma elite formada na Europa. Nesse sentido, a modernidade deve ser compreendida como projeto político que, no final do século XIX e início do XX, no Brasil, foi defendido/imposto como o caminho natural para a nação⁸.

DOMÍNIO DO ESPAÇO, VELOCIDADE E RELAÇÕES DE PODER

No entanto, esse projeto de um ‘novo tempo’ (da modernidade) para o Ceará pressupunha necessariamente o controle do território. Nesse caso, importa perceber que o domínio do espaço está condicionado à possibilidade de percorrê-lo o mais velozmente possível. Conforme Paul Virilio (2000, p. 14-19), que estudou essas relações

7 Certamente, o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito tinha mais consciência de sua contribuição ao que era considerado um projeto de modernização para o Brasil.

8 Como projeto político, ele sofreu resistência da população que, tentando manter suas tradições e costumes estabelecidos em seu cotidiano, se opôs a modificações providas dessa modernidade como a imposição do sistema métrico com a Revolta do quebra-quilos (ver mais em SECRETO, 2011), a resistência aos recrutamentos (ver mais em CORTEZ IRFFI, 2015) e perda de terras de seus sítios para a passagem da estrada de ferro (ver mais em REIS, 2015), por exemplo.

no livro *Cibermundo: a política do pior*, “o poder é inseparável da riqueza e a riqueza é inseparável da velocidade [...] toda sociedade é uma sociedade de corrida”. Nesse sentido, o autor explica: “quer seja nas sociedades antigas através do papel desempenhado pela cavalaria ou no poder marítimo através das conquistas dos mares, o poder, é sempre o poder de controlar um território por mensageiros, por meios de transporte e de transmissão”. Assim, “a velocidade é o próprio poder” de “apoderar-se de”, de dominar.

Consciente dessa propriedade política ou *cronopolítica* própria da aceleração do tempo, Aldibert, engenheiro de ferrovias, inferiu no século XIX que “se conseguirmos fazer que os comboios cheguem no segundo exacto, dotámos a humanidade do instrumento mais eficaz para a construção do mundo novo” (VIRILIO, 2000, p. 19). A compreensão de que “o próprio da velocidade absoluta é ser poder absoluto, controle absoluto, instantâneo” implica na possibilidade de se impor, em última instância, maior domínio sobre territórios, pessoas e relações sociais, uma vez que, essas relações influenciavam os termos de jogos de poder no final do século XIX, localizando-os no eixo velocidade/transporte/transmissão. Pois, além da via férrea, a Linha telegráfica, anexa os trilhos das estradas de ferro, assegurava uma comunicação mais célere entre centros administrativos e remotas regiões do território que se almejava controlar. Aspecto que terminou por auxiliar na dominação de povos entendidos como atrasados — por exemplo, pelo Imperialismo de nações europeias.

Barsanufio Gomides Borges (2011, p. 28), escrevendo sobre a construção de ferrovias no Brasil, sugeriu a estreita relação do governo imperial e depois republicano com tais projetos. Nas palavras do autor, “a história nos revela que as estradas de ferro sempre estiveram sob a tutela do poder de Estados ou de grupos econômicos e serviram de elemento modernizador e civilizador, segundo os interesses dominantes”. Assim, é necessário considerar os jogos de poder estabelecidos na consolidação do Estado territorial nos projetos de cons-

trução de estradas e canais no Ceará, fato que elucida o empenho do governo nas discussões sobre as modificações programadas para o território cearense. Assim, por trás desses projetos, existia complexos campos de embates, que processavam-se entre as diferentes intenções políticas nacionais e locais, brasileiras e cearenses.

Nesse caso, é muito importante frisar o quão ficavam nítidas as diferenças das cartografias produzidas na segunda metade do século XIX, em relação às desenhadas no período colonial: o interesse não é mais em garantir a ocupação do espaço, mas instrumentalizá-lo à serviço de um tempo específico, um regime de historicidade particular, o moderno. As políticas insinuadas nas cartografias de Marcos Antônio de Macedo e Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, sobretudo neste segundo, denota os interesses no controle e domínio do território cearense através da implementação de um projeto que garantisse a velocidade de transporte/transmissão/comunicação tão necessários às realizações das atividades administrativas de um estado centralizado.

Os efeitos desses projetos, ou o caráter totalitário dessas instrumentalizações do espaço, foram insinuados nos mais diferentes aspectos das vivências e na percepção de mundo das populações submetidas a eles. Na intenção de não finalizar sem a sugestão de um exemplo desses impactos, destaca-se abaixo uma anedota, que muito evidencia sobre as dimensões espaço/temporais paulatinamente espalhadas pelo território cearense, no final do século XIX e início do XX, sobretudo nas regiões onde havia tráfego de trens e Linha Telegráfica. Em sua *Contribuição ao Folclore Nacional*, José Carvalho destacou em tom jocoso:

A estrada de ferro e o telegrafo são cousas recentes no sertão do Ceará. Mas, logo que o cearense os viu, não tardou a tirar dele um conceito e formular uma comparação curiosa. É ainda com Deus a sua teoria. O trem, neste tempo, só chegava até ao Quixadá e o cearense conversava com seu vizinho, num carro barato de segunda classe, sentenciando:

- Compadre, antigamente, o sujeito fazia uma cousa e quem pagava eram os filhos e os netos; mas hoje, o cabra acaba de fazer tá pagando.

— E você não sabe por que é isto não, seu compadre?

— Sei não!

— Eu lhe digo. É porque antigamente Deus andava a pé. Mas, hoje, anda de trem. E quando não pode ir, passa um telegrama! (CARVALHO, 1973, p. 103-104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartografias antigas constituem um rico material de pesquisa, repleto de indícios e sinais de relações sociais estabelecidas em sua produção e que constituem elemento fundamental à investigação histórica. Elas cumprem o papel social de evidenciar indícios do processo de produção do território nacional na segunda metade do século XIX, uma vez que é entendida como parte integrante e um dos produtos do projeto de uma moderna Nação brasileira, preconizada no âmbito do governo imperial e, depois, republicano. Nesse sentido, elas são compreendidas como fato, o traço desenhado no papel, mas também como fábula, porque esses mesmos traços indicam negociações, tensões, ajustes e desajustes que muito sugerem sobre o processo de delineamento dos espaços e dos poderes ali inscritos e os projetos políticos que se articulava para os espaços ali delineados.

O território das províncias, espaços compreendidos como partes constitutivas da nação brasileira, foi a principal temática das cartografias produzidas na segunda metade do século XIX, pelos engenheiros e geógrafos envolvidos com o governo provincial, mais tarde estadual. O interior do território cearense correspondia diretamente ao interior do território nacional, por isso, era necessário que esses espaços denotassem tudo aquilo que se esperava de um Estado moderno, com paisagens exuberantes e facilmente disciplináveis.

Dessa forma, este estudo demonstrou como, na produção de mapas históricos que circunscreviam o território do interior cearense, foram apresentados os novos objetivos em torno da cartografia no Brasil da segunda metade do século XIX, que era convencer sobre a instrumentalização dos espaços. Mas também, defender projetos políticos modernos, como a construção de canais e estradas de ferro, como um caminho natural para a moderna nação brasileira. Trabalho que consistiu, por fim, em perceber a invenção de um Estado pelos produtores daquelas cartografias, entrementes aos jogos de interesse e poder que estavam postos naquele momento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 1907. Disponível em: http://www.4shared.com/office/NKrq5vvx/capistrano_de_abreu__captulos_.html.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. Evolução histórica da cartografia no Brasil: Instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. **Revista Brasileira de Cartografia** No 59/03, Dezembro 2007, p. 213-223.
- BORGES, Barsanufio Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**. Ano XIII, nº 11. Dez, 2011.
- CARVALHO, José. **O matuto cearense e o caboclo do Pará** — contribuição ao folclore nacional. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1973.
- CORTEZ IRFFI, Ana Sara R. P. **O Cabra do Cariri Cearense** — A invenção de um conceito oitocentista. Tese de Doutorado em História Social, UFC, 2015.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 5-27.
- JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 10 ed. Campinas: Papirus, 1990.
- KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover — A engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. RJ: Rocco, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula:** O Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS, Ana Isabel RPC. **O Espaço a serviço do tempo:** a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. (Doutorado) História Social, UFC, 2015.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. Sentidos de um pedaço de rio que não existiu: A transposição do São Francisco em meados do século XIX. CORTEZ, A. I. R. P.; MAIA NETO, E.; FUNES, E. A.; RIOS, K. S. (Org.) . **História e Natureza** - Capítulos de História Social. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

SECRETO, María Verónica. **(Des) medidos** — A revolta dos quebravilhos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o Império:** os planos de viação do segundo reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.

VIRILIO, Paul. **Cibermundo:** a política do pior. Lisboa: Teorema, 2000, p. 14-19.

O sertão na perspectiva de Ademar Vidal e a escrita de um roteiro sobre a Paraíba

Maria Joedna Rodrigues Marques¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos as abordagens sobre o sertão paraibano no livro *Guia da Paraíba* (1943), escrito pelo intelectual paraibano Ademar Vidal (1897-1986). O roteiro abrange aspectos sociais e culturais. Nossa problemática pauta-se nos elementos identitários atribuídos ao sertão paraibano e o uso dessa identidade sertaneja na elaboração de uma paraibanidade.

Ademar Vidal se destacou no cenário paraibano enquanto um intelectual e escritor que se dedicou a contar versões da Paraíba, construiu uma produção significativa sobre a chamada Revolução de 1930 e a figura de João Pessoa. Além de atuar no setor jurídico, Vidal manteve a produção literária ao longo de sua vida, deixando diversos inéditos, que por doação de sua filha Alice Vidal, encontram-se no Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP).

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Mestranda em História dos Sertões pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Caicó. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura — GEPHC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2992106020459166>. E-mail: joednnarodrigues@gmail.com.

A sua escrita caracterizou-se por abordar diversos temas, seja cunho político (nacional e internacional), social, histórico, econômico e cultural. A Paraíba e/ou cenário nordestino tiveram um destaque incomparável em sua obra, dedicando muitos escritos à terra natal mesmo após a mudança em 1944 para cidade do Rio de Janeiro (RJ) em decorrência do trabalho no setor jurídico.

O livro *Guia da Paraíba* publicado em 1943 foi escrito em 1941 na fazenda do Engenho Novo, pertencente à família da esposa Maria do Céu Lins Vidal, trata-se de um roteiro, produzido por sugestão de Epitácio Pessoa Cavalcanti, sobre o estado paraibano. Para isso, Vidal utilizou uma série de livros e monografias.

Dividido em 66 tópicos temáticos, que podem ser compreendidos em algumas categorias como: dimensões da natureza, cidades, igrejas e conventos, dimensões sociais, econômicas e culturais. O roteiro de Vidal enfatiza a região litorânea, principalmente a cidade de João Pessoa. Salientamos que essa ênfase está ligada ao fato do escritor ter passado boa parte da vida na cidade paraibana, o que o tornou um conhecedor dos espaços e das características da localidade. Evidenciou também elementos, segundo sua ótica, de destaque ao longo do Estado paraibano. Nossa intenção parte da análise de como o sertão é abordado e incluído em um roteiro de apresentação à Paraíba, e consequentemente propõe uma identidade para a espacialidade sertaneja.

Partindo das colocações sobre identidade de Stuart Hall,

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário ou fantasiado” sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

A identidade é formada a partir de elementos que estabelecem especificidades. Principalmente, quando analisamos um sentimento de

pertença a uma espacialidade percebemos, como alguns elementos são negados e reafirmados como símbolos identitários. Essas elaborações identitárias permitiram ao mundo moderno a instauração e permanência de instituições que divulgam e elaboraram esses discursos.

Compreender a identidade na produção vidaliana, acerca do sertão é partir de elementos culturais e sociais, selecionados para singularizar esse espaço em sua produção. Para isto estabelece como comparativo o litoral, a partir do qual as diferenciações contribuiriam para definir uma identidade sertaneja.

O artigo está dividido em duas seções: o primeiro tópico pretende apresentar a trajetória de Ademar Vidal no momento de produção do livro, assim como apontar consideração sobre as interações intelectuais e movimentos de sociabilidades praticados por Vidal. Na segunda parte, enfrentamos as abordagens o sertão, como e em quais passagens do livro a região sertaneja é convocada e suas dimensões.

CONTEXTOS DE PRODUÇÃO: UM ROTEIRO ENQUANTO PROPOSTA

Ademar Victor de Menezes Vidal passou boa parte de sua vida em solo paraibano, mais especificamente na atual cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Durante sua permanência, atuou no setor jurídico em cargos vinculados ao Estado. Sua atuação no campo intelectual a partir da imprensa local e nacional, a participação no IHGP e em outros grupos intelectuais, influenciaram e direcionaram sua obra em temas e investidas no cenário cultural.

No IHGP tornou-se membro em 1926 e presidiu o instituto de 1941 a 1944, neste mesmo ano mudou-se para cidade do Rio de Janeiro (RJ), mantendo-se distante da terra natal por décadas. Porém a distância física não diminui seus escritos sobre a Paraíba e o Nordeste. Na década de 1940 Vidal também fez parte de outros

grupos intelectuais como a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, indicado por Arthur Ramos em 1941, Sociedade Felipe D'Oliveira indicado por Octavio Tarquinio de Souza em 1936 e a Sociedade Brasileira de Folclore presidida por Luís da Câmara Cascudo em 1941. Além dessas instituições, fundou e presidiu a Sociedade Paraibana de Folclore em dezembro de 1941.

As abordagens de sua produção variaram do contexto político nacional e internacional, ao campo da memória ao escrever sobre a chamada Revolução de 1930 e o político João Pessoa. Dedicou-se ao contexto paraibano tanto em aspectos sociais, como a importância econômica e social do açúcar, a presença do negro no solo paraibano e os aspectos culturais a partir dos estudos folclóricos. Assim, percebemos uma escrita variada, marcada por seus contextos de vivências de Vidal.

O livro Guia da Paraíba foi produzido em junho de 1941, na fazenda pertencente a familiares por parte de sua esposa, porém sua publicação só aconteceu em 1943. Em decorrência do prazo determinado, Vidal optou por destacar os aspectos e elementos que considerava importantes no cenário paraibano, como aponta no subtítulo do livro: “roteiro das condições históricas, econômicas, geográficas e sociais do Estado” (VIDAL, 1943).

Evidenciamos a recepção do livro de Vidal a partir de dois periódicos, em particular, o *Diário de Pernambuco* (PE) e o *Diário de Notícias* (RJ). O primeiro vinculado ao Diário dos Associados, divulgou a produção do paraibano abordando os pontos fortes do trabalho e elogiando a proposta de um roteiro paraibano, principalmente pela abordagem ao Estado, não se circunscrevendo apenas a capital do Estado. Destacamos o artigo publicado em 23 de janeiro de 1944 de autoria de Raul de Góes, intitulado “O retrato da Paraíba”, comparou a iniciativa de Vidal com a de Gilberto Freyre que escreveu um guia para Recife e Olinda (GÓES, 1944). Destacando também, a forma como o escritor paraibano abordou o cenário sertanejo, principalmente, a relação com a natureza dessa espacialidade, além das

abordagens cidadina da capital. Percebemos, desta forma, elogios e reforço ao trabalho executado por Vidal.

O segundo artigo que enfatizamos foi publicado no periódico *Diário de Notícias* (RJ), em 12 de dezembro de 1943, por Guilherme Figueiredo na coluna Vida literária, intitulado “Notas à margem”. Apontou que o objetivo do roteiro paraibano parte do incentivo ao turismo, porém a sua escrita em determinados momentos não era atrativa ao tratar alguns cenários. Critica abordagens e descrições que Vidal realizou em seu livro, mas ao final concluiu que as ocorrências desses percalços foram devido ao pouco tempo de produção do roteiro (FIGUEIREDO, 1943).

A partir dos artigos relatos acima, percebemos algumas opiniões sobre a produção de Vidal ao retratar a Paraíba em um guia. Identificamos como característica comum, o entendimento de ser um roteiro de apresentação do Estado, embora a maior abordagem à capital paraibana. Ainda refletindo sobre o contexto de produção, cabe salientar que o envolvimento do escritor paraibano com os estudos folclóricos ao final dos anos de 1941, reformularam e orientaram sua produção ao contexto cultural, a partir da dimensão de abordagem da dita cultura popular.

Assim, o seu olhar e perspectivas sobre a Paraíba e a divisão em espacialidades também ganharam contorno com os estudos folclóricos. Como podemos analisar a partir da compilação de narrativas ditas populares no livro *Lendas e Superstições* (1949), o mesmo é dividido em três espacialidades: litoral, brejo ou várzea e sertão. Ou seja, podemos interpretar desse contexto de produção que o sertão na perspectiva de Ademar Vidal ganhou novas abordagens e dimensões após o envolvimento com esses estudos culturais. Compreender o contexto em que foi produzido o *Guia da Paraíba* (1943) nos permite saber os motivos, mudanças, e formas de abordagem ao sertão paraibano.

Dialogamos com Michel de Certeau ao definir o espaço como “um lugar praticado” (1998, p. 202), caracteriza-se pelas vivências,

dinamicidade, circulação de sentidos, ainda produzido pela ação do homem sobre o lugar. Passa a ser espaço quando alterado e resignificado, desta forma, o lugar trata-se de um recorte estável, já o espaço é mais volátil e dependente de atribuições de sentidos.

ABORDAGENS SOBRE O SERTÃO

Evidenciamos as abordagens de Janaína Amado em *Região, sertão, nação* (1995): “Vivido como experiência histórica sertão constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação” (AMADO, 1995, p. 146). De espaço desconhecido, vazio, interior ou oposto ao litoral, sertão se mostra enquanto uma categoria construída por narrativas estrangeiras e locais, que datam do início do processo de colonização até os dias atuais, visto que essa elaboração discursiva vincula-se a partir e além de um espaço físico localizável.

Assim, “sertão” tanto parte de um cenário imaginário, quanto de uma perspectiva social e cultural, seja através dos meios de elaboração e propagação desses discursos sobre esse espaço, ainda como destaca a autora: “Talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira [...]” (AMADO, 1995, p. 147). Seja através das artes, música, narrativas de viajantes, literatura, discursos “oficiais”, instituições e historiadores, a categoria sertão mantém-se em constante elaboração, seja na tentativa de ressignificar os discursos existentes pejorativos ou na produção de novos com enaltecimento das vivências sertanejas, independentemente do tipo elaborado encontra-se a necessidade de revisitar esse conceito exige a própria ampliação do termo. Sendo assim, é preferível pensarmos *sertões* enquanto múltiplas vivências associadas ao espaço em diferentes temporalidades e, além desse, enquanto construto social e cultural.

Erivaldo Fagundes Neves ainda articula que: “Como categoria cultural, sertão afirma-se pelos seus antecedentes socioantropológicos, que expressam poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos, construídos ao longo da sua experiência histórica” (NEVES, 2012, p. 39). Podemos perceber pelas argumentações dos autores citados que a espacialidade sertão passa por um processo contínuo de elaboração, reapropriação e significado ao longo do uso e construção do termo, assim, podemos evidenciar que tal espacialidade é formulada por dada natureza, mas circunscrita em determinadas relações e interações elaboradas pelo homem.

Identificar os elementos e os momentos em que o sertão foi invocado no *Guia da Paraíba* (1943) nos permite compreender como Vidal o captou e registrou no momento de produzir o guia sobre a Paraíba. E também os elementos que destacou como fruto e produtor de uma determinada identidade.

O termo sertão no roteiro paraibano foi abordado pela primeira vez no tópico “Cor local”, no qual Vidal descreve a intensidade do sol faz a luz se tornar desagradável aos visitantes, porém os moradores locais estariam adaptados. Além disso, o céu seria “limpo de nuvens, muito azulado e, coisa esquisita, extraordinariamente baixo, tendo-se a impressão de poder alcança-lo” (VIDAL, 1943, p. 9), somente aplacado durante o inverno, mas seria acontecimento rápido. Em comparação com o litoral, “A essa intensidade de luz se mistura o verde da paisagem. Então na capital bem se pode admirar a impotência da cor local, não só através da influência solar como também por via da própria composição panorâmica” (VIDAL, 1943, p. 9). Por essas colocações, podemos perceber que no sertão a claridade se torna um obstáculo, um incômodo, enquanto no litoral, a luz solar realçaria a paisagem, ajudando a compô-la.

No tópico “Água” Vidal apresenta que os rios sertanejos apresentam água por tempo determinado, a partir das obras realizadas pela Inspetoria de Secas o cenário mudara: “O panorama social sertanejo

se encontra mudado extraordinariamente em virtude dessas obras cíclicas ainda em andamento” (VIDAL, 1943, p. 11), sendo em decorrência dessas obras contra a seca dos rios que ampliou as produções de matérias como o algodão e outras plantações produtivas.

A seção “Os caminhos” Vidal atribuiu ao Governo Federal a atuação pela Inspetoria de Secas, enfatizou a ampliação e construção de rodovias que permitiram um maior desenvolvimento da região sertaneja, permitindo a saída de produtos. Além de conectar cidades, em particular, o litoral ao sertão. Havendo também uma propagação de automóveis.

No tópico “Açudes, estradas e poços” novamente o escritor paraibano reafirma o papel da Inspetoria de Secas como agente transformador das vivências sertanejas, tanto pela construção de poços e açudes, ou seja, aumento do plantio, como pela construção de estradas.

Em “Lendas e mitos” aborda como cada espacialidade paraibana possui características próprias em relação a suas lendas, Vidal ainda aponta que as lendas que ao adentrar o estado em direção ao sertão “elas vão perdendo aquele sabor de ingenuidade. Tornam-se mais materiais” (VIDAL, 1943, p. 64).

Além dessas especificidades apontadas nos tópicos destacados, em outras seções Ademar Vidal enfatiza alguns aspectos: emigração sertaneja forçada, troca do uso de animais como meio de transporte por veículos. E também, atividades desenvolvidas ao longo do Estado, como os trabalhos manuais, a prática de danças, festividades religiosas e as cidades sertanejas que estavam em desenvolvimento na época de produção do roteiro.

Após identificarmos os elementos atribuídos ao sertão podemos perceber que Vidal vincula mudanças a partir da atuação do Governo Federal nas vivências sertanejas, principalmente, com a Inspetoria de Secas. Vale salientar o posicionamento político do paraibano, já que se destacou com um intelectual defensor e apoiador da chamada Revolução de 1930, inclusive escrevendo sobre. Além dessas atribuições, o sertão é fortemente interligado às condições naturais

que são utilizados ou compreendidos como fatores de interferências sociais. Assim, em decorrência dessa natureza particular, o sertanejo necessitaria da intervenção do Estado.

O sertão é vinculado à seca em decorrência da escassez de chuvas durante algumas épocas do ano, criando em torno da água uma mística. Seria o espaço marcado pela “presença” do sol, que em outras espacialidades enalteceria a paisagem, enquanto o sertanejo conviveria com a ardência da luz e sua intensidade, tendo que se adaptar.

Diante das abordagens ao sertão percebemos que alguns elementos são postos para identificar a espacialidade e seu povo, a relação de dependência com a natureza e suas condições, assim como, mudanças advindas de intervenções de políticas. Ou seja, há uma vinculação ao sertão e o sertanejo de passividade, como se houvesse uma dependência de outros agentes para transformar sua realidade, ao mesmo tempo, com as interferências propostas fosse um espaço de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guia da Paraíba (1943) trata-se de um roteiro que destaca elementos que na concepção de Ademar Vidal retratam a Paraíba em suas dimensões econômicas, sociais, históricas e culturais. Deparamo-nos com uma proposta de apresentação da Paraíba na ótica vidaliana, caracterizando-se pelo enaltecimento da cidade de João Pessoa, capital do Estado e terra natal do escritor. Nossa proposta pautou-se em observar o sertão tratado e discutido ao longo do livro, na intenção de identificar os elementos construtores de uma identidade sertaneja nas abordagens de Vidal.

Portanto, compreendemos que para Ademar Vidal, no momento de produção do roteiro, o sertão paraibano estaria marcado por suas dimensões físicas, decorrentes da natureza. E que a interferência do Estado a partir de políticas de incentivo ao desenvolvimento poderia alterar as condições e vivências que atormentavam os sertanejos, prin-

principalmente vinculados às secas. Outro aspecto destacado por Vidal foi a constante abordagem às cidades sertanejas e sua importância para a região, como as cidades de Patos, Piancó, Cajazeiras e Pombal.

FONTES

FIGUEIREDO, Guilherme. Notas à margem. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1943. HDBN.

GÓES, Raul de. O retrato da Paraíba. **Diário de Pernambuco**: Pernambuco, 23 de janeiro de 1944. HDBN.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Acer-vo de Ademar Vidal**. Documentação pessoal.

VIDAL, Ademar. **Guia da Paraíba**. Rio de Janeiro, [s.n.]1943.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NEVES, Eivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante. **Sertões adentro**: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012, p. 14-56.

VIDAL, Ademar. **Lendas e superstições**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1949.

O Alto Sertão do Cariri: o Império do Brasil e a revolta do Pinto Madeira com seu exército de ‘cabras’

Ana Sara Cortez Irffi¹

No ano de 1808, o britânico John Luffman apresentou uma projeção cartográfica para o território da então América Portuguesa, no qual adicionou o comentário seguinte: “*Interior of the country / very imperfectly known*”.² A inscrição chama atenção por ocupar o centro do mapa, mas principalmente porque ele adotava uma atitude diferente de outros cartógrafos em relação a projeção do interior do que mais tarde seria o Brasil: não havia pinturas de animais, de extração de madeira ou vegetação, como era comum em mapas produzidos e reproduzidos no período colonial e imperial — como por exemplo, o mapa do Brasil no livro de Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, de 1855, em que o interior do Brasil estava completamente preenchido por atividades que sugeriam a apropriação do território. Ao contrário de um preenchimento sugestivo da ocupação, havia a constatação: o interior daquele ‘país’ era muito imperfeitamente conhecido.

Contudo, é preciso notar que a afirmação de Luffman, mesmo parecendo contrária a de outros mapas, implicava, na verdade, uma

1 Professora da Universidade Federal do Ceará no Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História Social, do ProfHistória e Pesquisadora do INCT Proprietas.

2 Brazil, or trans-atlantic Portugal, publicado por John Luffman, Londres, 1808”. Disponível em: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g5400.br000016>.

preocupação semelhante sobre a falta de controle ou domínio do interior do território da América Portuguesa e, mais tarde, do Brasil. Tal incômodo já havia sido expresso no processo de interiorização da Metrópole portuguesa¹, mas, foi sobretudo a partir do período de independência, da formação do Império do Brasil e a necessária produção de um Estado territorial (para o cumprimento de suas funções administrativas), que a ocupação e domínio do interior do território se tornou imprescindível. Nesse momento, importava a produção de uma nação moderna cujo território — sobretudo o sertão — seria conhecido, organizado e o mais aparelhado possível.

Por outro lado, a observação de Luffman pode indicar uma compreensão positiva em relação ao território e ao que era pretendido para ele. No mundo moderno, conforme Harley, quanto mais complexo o Estado, mais suas ambições territoriais e sociais eram ampliadas, o que fez a demanda pela produção de mapas tornar-se crescente nos séculos XVIII e XIX. Ainda conforme o autor, nos mapas, o poder político podia ser mais eficazmente reproduzido, comunicado e percebido. Posto que, neles, havia sinais dos imperativos territoriais de um sistema político, ou seja, o desenho cartográfico se concretizava como meio de consolidar o poder do Estado. Assim, é inevitável que os mapas produzidos no século XIX estivessem envolvidos no processo de poder inerente a formação de um Estado moderno (HARLEY, 2009, p. 03). De maneira que tais desenhos se tornam um importante indício dos projetos políticos para a produção de territórios e nações independentes e soberanas,

1 O desconhecimento do interior da colônia, embora sem ser expressamente comentado, já havia sido evidenciado na cartografia “Nova et accurata [precisa] Brasiliae totius [total] tabula” - Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg, publicada por Joane Blaeu, em 1640, e no mapa “Amerique Meridionale” - Publiee sous les Auspices de Monseigneur le Duc D’Orleans... Map of South America by J.B. D’Anville, Paris, 1748 e detalhe. Disponível em: <http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~203996~3001758#>, publicado por J.B. D’Anville, em Paris, no ano de 1748, o qual apresenta uma apresentação minuciosa das correntes marítimas e Capitânicas em contraposição ao ‘vazio’ no centro do mapa. Em comum, o centro dos mapas evidenciava a existência de regiões ainda não completamente conhecidas, ou mesmo cartografadas. Em outros termos, a percepção de um espaço alheio ao controle do governo português.

no decorrer do século XIX. Nos desenhos cartográficos era produzido um território, o mais conveniente possível, para a formação de um Estado Moderno. Dessa forma, o 'interior desconhecido' poderia indicar, por exemplo, a possibilidade de extensão de fronteiras, aspecto considerado promissor para um britânico, e os europeus em geral, habitantes de territórios bem mais limitados, e sem probabilidade de crescimento, que o brasileiro.

No processo de produção de uma nação moderna, o Brasil não poderia estar restrito ao litoral, mas teria que ter consciência e controle do espaço mais ao interior, no rumo de suas fronteiras a oeste. Os mapas aqui citados indicam a importância dos desenhos para a organização de políticas de ocupação do espaço e invenção de limites para o Brasil e suas províncias, à medida que indicavam grandes e promissoras extensões. Nesse sentido, é válido afirmar que, no Brasil, durante o século XIX, tipificou-se um processo de definir o indefinido, cientificamente. Um processo que delimitava espaço para o Estado, através de cartografias, mas, sobretudo, corroborado pelas correspondências trocadas e documentos produzidos por governantes da nação, bem como na própria escrita da História do Brasil - é novamente Varnhagen, que surge como bom exemplo: com uma *História Geral do Brasil*, historiograficamente a primeira interpretação do país, que continha nas suas páginas iniciais um mapa do Brasil "preenchido" por desenhos a fim de ressaltar a unidade nacional através da ordem, centralização e definição de limites.

Nessa documentação surge mais nitidamente a preocupação e temores em torno do território que correspondia ao interior do Brasil, enquanto problema para as autoridades responsáveis pela produção da nação. Compreensão possível sobretudo a partir do estudo do que hoje é chamado de interior do Nordeste, região ainda considerada atrasada no Brasil por muitos dos que ocupam cargos públicos e por uma parte significativa da população do país. As disputas suscitadas em relação ao Ceará e suas fronteiras com Pernambuco e Paraíba, no início do período imperial são importantes peças para a compreensão da configuração do território do chamado sertão brasileiro. Este estudo aponta que

o sertão setentrional do Brasil era desconhecido apenas para os poderes públicos, ou ainda, que o desconhecimento insinuado em mapas e documentos oficiais dizia muito mais respeito a falta de controle sobre o território e as transações comerciais estabelecidas por seus moradores, os sertanejos ou camponeses — os *cabras*. Há a sugestão, também, que o sertão do Brasil era delimitado (em vários sertões) por quem o habitava, suas experiências, negociações, trajetos e solidariedades.

O ALTO SERTÃO — TERRITÓRIO E MOVIMENTO

Se, de um lado, a cartografia e a escrita da história foram utilizadas para o conhecimento (a fim de apontar um desenho desse espaço) e controle do território, por outro lado, tanto as definições cartográficas, seja por ressaltar o ‘vazio’ do território, seja com a tentativa de preenchê-lo com desenhos relacionados às atividades econômicas desenvolvidas, ignoravam a definição do território a partir de parâmetros alheios aos oficiais. O território do sertão setentrional do Brasil não era desconhecido. Ao contrário, a ocupação desse espaço foi marcada pela articulação de comunidades de camponeses e pela utilização em larga escala e sem limites do território, o que facilitava as trocas e a subsistência da população. Em 1881, a citação de um comércio vigoroso pelo presidente da Câmara de Barbalha, no interior sul do Ceará, apontou para a considerável independência dessa região, em relação ao governo Imperial.

Esta câmara está convencida de que a única medida que pode ser adoptada pelo governo que pode fazer progredir este município em todas as suas industrias é liga-lo por meio de uma linha de ferro a um porto e principalmente ao dessa capital. Ella vem enriquecer a quase todos os municípios de toda sua extensão e todos os do Cariri, que tanto importa nessa província; não lhes trará tanta riqueza quanto levará para esta capital, que está perdendo o bem grande comercio deste alto certão (*sic*).²

2 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Relatório da Câmara Municipal de Barbalha ao Presidente da Província do Ceará, Pedro Leão Velloso, em 03 de agosto de 1881, caixa 21, APEC, folha 23.

Setenta anos depois da publicação do mapa de Luffman, o ofício enviado para o Presidência da Província do Ceará ressaltava preocupação semelhante que a expressa pelo referido britânico. O controle e domínio do que hoje é nomeado de sertão nordestino ainda era uma questão não resolvida para os poderes públicos brasileiros no final do século XIX. Muito embora surgisse com novos tons: ao contrário do 'vazio', o que se ressaltou foi o movimento produtivo da região e as potencialidades econômicas para a província e, em última instância, para o Brasil.

A partir do relato da Câmara dos vereadores para o Presidente da Província, duas questões se impõem. A primeira diz respeito a definição do Alto Sertão. Não apenas como uma noção geográfica, mas principalmente política. Para se obter o controle das fronteiras, a fim de confirmar a anexação do Cariri ao Ceará. A segunda, de certa forma atrelada à anterior, a necessidade de conformar a população para servir ao progresso econômico nos moldes da agroexportação, imperativo econômico no Brasil do século XIX, que se pretendia moderno (ALBUQUERQUE JR., 1988). Não era possível perder o 'bem grande comércio' que era praticado entre os habitantes do Ceará com os moradores das províncias que lhes eram limítrofes.

A referência ao grande comércio no alto sertão, na realidade, já vem sendo sugerida na historiografia brasileira que discutiu o fato de que o interior das Províncias do norte do país não era economicamente útil para as transações comerciais, sobretudo para a exportação. Entre os intelectuais que atuaram nessa discussão, está João Luís Fragoso que, em *O império escravista e a república dos plantadores*(1990), descortinou a capacidade produtiva de riqueza mercantil no e para o mercado interno, e apontou que esse mercado era mais eficiente que o setor agro exportador. Ana Lúcia Lanna (1986) também percebeu a mesma lógica de produção para a província de Minas Gerais, ressaltando a diversidade econômica e as atividades mercantis que não estavam relacionadas à produção

para a exportação internacional. No que diz respeito ao atual nordeste brasileiro, Manuel Correia de Andrade (1997, p. 27), em *Geografia Econômica do Nordeste*, definiu o alto sertão como “uma área de economia bastante fechada”, voltada, sem mudanças ao longo do tempo, “quase que apenas para a agricultura de subsistência e para a pecuária ultra-extensiva em campo aberto”. Nesse sentido, pode-se compreender que a economia gestada nos sertões brasileiros, ainda que se constituísse apenas para o consumo interno, sem vínculos com o comércio internacional, demonstrava uma capacidade de produção mercantil significativa que supria as províncias geograficamente distantes do litoral.

Constatar este comércio e mundo de negociações implica perceber o alto sertão como espaço definido necessariamente pela diversificação de experiências dos sujeitos que o habitavam ou visitavam, umas superpostas às outras, como num palimpsesto. Assim, o espaço localizado ao norte do território brasileiro, e desde inícios do novecentos entendido como sertão — ou interior — nordestino, foi, no século XIX, um espaço lido e representado de diversas formas. Foi o espaço de embates acerca da construção geopolítica de uma província, ou pelo menos de sua tentativa; também foi lido, sobretudo por quem ali vivia, como região sem limites para trocas comerciais, para fugas do poder governamental, de idas e vindas da população pobre em busca de melhores condições de moradia e vida; também o espaço da reivindicação pelos direitos costumeiros adquiridos ao longo do tempo; abrigando, ainda, conflitos políticos pelo trono brasileiro e o governo da nação que se formava; foi, em última instância, o espaço que deu sentido a produção de uma *História do Cariri*.

Em cada conflito, em cada embate tinha-se uma dimensão diferente sobre essa região, posto que suas elaborações davam-se sob variados aspectos, conforme o lugar social de quem a produzia. Para a população que ali vivia, uma população pobre, sobretudo, era o alto sertão, sem limites fronteiriços, sem definições de alcan-

ces de comarca, sem um poder necessariamente constituído para regrear a transposições das linhas imaginárias que separavam geograficamente um território e faziam delas novas regiões. Um sertão talhado nas vivências e necessidades cotidianas. Nesse ínterim, é válido atentar para o olhar de um viajante que conheceu o alto sertão das Províncias do Norte, em fins da década de 1850:

estando aqui reunidos vários matutos, dos quais alguns *vinham receitar*, entre conversas diziam: 'Então os senhores vieram correr o Brasil?'. Queriam dizer todo o Ceará, porque para [f. 176] esta gente o Brasil é o Ceará; tudo o mais é estrangeiro. [...] Estando eu o Manoel colhendo algumas plantas, passavam dois sujeitos (pardos ou cabras) e chegando-se para nós perguntaram para que fazíamos aquilo, e dizendo-lhes nós, por graça, que estávamos descobrindo as riquezas do seu país, replicaram dizendo: Nós cá somos *empedrados*, não sabemos nada.

Francisco Freire Alemão (2006, p. 228) era botânico, participante da Comissão Científica de Exploração que viajou à Província do Ceará, em 1859, a fim de estudar seu meio físico,³ para entender, em primeira instância, as razões das frequentes intempéries climáticas que assolavam esse território. No entanto, o trabalho do naturalista não se resguardou à análise das espécies de plantas que encontrava no decorrer da viagem. Freire Alemão escreveu um diário com as impressões dos lugares e das gentes que encontrava pelo caminho. Ao chegar ao sul cearense topou com vários 'matutos', em sua percepção, que, em conversas, apontaram para um desenho diferente sobre o território em que viviam.

O trocadilho feito pelo naturalista aponta para uma percepção diferenciada sobre as fronteiras do Ceará em relação ao que era com-

3 A viagem ocorreu em 1859 e o espaço cearense foi avaliado por um grupo de estudiosos cientistas divididos em cinco seções, sendo elas botânica, geológica & mineralógica, zoológica, astronômica & geográfica e etnográfica & narrativa; tendo em suas coordenações, respectivamente, Francisco Freire Alemão, Guilherme de Capanema, Manoel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia e Antonio Gonçalves Dias. Este grupo viajou por todo o Ceará, de Fortaleza ao Cariri, chegando até a vila de Exu em Pernambuco observando peculiaridades e estudando as condições físicas do território.

preendido pelos sertanejos daquela região, uma vez que as fronteiras dessa província e o entendimento dela como parte do Brasil, tão evidente para Freire Alemão, pareciam confusas nas falas dos sertanejos. Tanto que Alemão sentiu a necessidade de explicar ou justificar como certa ignorância daqueles homens, afirmando que eles tinham conhecimento apenas do Ceará, sendo tudo o mais desconhecido. E ainda ratificou seu pensamento destacando que o homem com quem conversava, e que teria afirmado “nós cá somos empedrados, não sabemos nada”, era pardo ou cabra — referência feita para ressaltar a diferença da cor entre ele os chamados matutos — numa nítida associação entre mestiçagem e atraso dos costumes como marcas do sertão.

No entanto, se havia uma percepção, para Freire Alemão, do incivilizado, havia dos moradores locais, uma percepção das diferenças, não necessariamente subserviente, mas de que estavam em lugares sociais diferentes. Os limites geopolíticos da província pareciam certos para o viajante, contudo, para os homens do sertão não parecia haver necessidade para uma preocupação como essa. Tensão que descortinava o embate de projetos ou percepções diferentes: a do homem que morava no sertão, para quem o sertão tinha um espaço definido por suas tradições e experiências — o Alto Sertão — e a do Império do Brasil, representada ali por Freire Alemão, com linhas geopolíticas que obedeciam aos interesses da centralização administrativa do Segundo Reinado.

Ao encarar esse espaço, muitas leituras sucederam das considerações de cada olhar, evidenciando que a construção desse alto sertão — ganhando outros nomes dependendo do lugar social de cada leitura — era fruto dos usos diferenciados que se fazia do espaço e do tempo. Era, em determinada leitura, o sertão ‘profundo’, distante em tempo, muito mais que em espaço, da capital. Nas diversas leituras, ficava nítida uma disputa pelo sertão (ou contra espaços impenetráveis ao poder governamental), no momento em que se projetava uma nação moderna, demarcada em províncias, das quais se buscava ter

o máximo de controle possível, o que explica os investimentos nos anos posteriores na expansão da ferrovia e do telégrafo.

UMA HISTÓRIA PARA O TERRITÓRIO CEARENSE E O ALTO SERTÃO

Estudando o Diário de Freire Alemão, Régis Lopes (2012), percebeu as distintas leituras que apontavam para o sertão como conceito dinâmico e não espaço estático. Régis Lopes, como estudioso mais preocupado com a formação do Ceará e de sua própria história, inclusive inserida na História do Brasil, reconheceu um padrão entre o fato e a fábula na invenção da História do Ceará, elaborada ao longo do século XIX. Na historiografia cearense sobre a demarcação do território, fatos do passado foram disputados e interpretados conforme os interesses da história que se queria contar. Sem dúvidas, uma história gloriosa, que fizesse sentido ser lembrada, mas que ao mesmo tempo legitimasse um espaço e os empreendimentos feitos naquele momento, em nome do progresso.

Por outro lado, ao se definir a História a ser contada e ensinada, também se definiu, em contrapartida, uma outra parte que não precisava ser lembrada. E, muito menos, ensinada. Tratava-se do grande sertão que anulava as fronteiras político-administrativas das províncias e dos sertanejos que o tinham por sua nação. Marcus Carvalho (2002, p. 162), por exemplo, apontou que, naquele momento, apesar da divisão das Províncias, o que havia era um sertão comum a todo o Nordeste. Compreensão que era apontada com frequência nas correspondências oficiais. Em 29 de novembro de 1834, o então Presidente do Ceará, José Martiniano de Alencar enviou um ofício ao juiz de direito da Vila do Jardim advertindo que era constante a passagem entre os termos das Províncias do Ceará com Pernambuco, em direção ao rio São Francisco, e também à Paraíba. Incomodava, de acordo com o documento expedido pelo presidente, a passagem de pessoas que classificou como criminosas entre as fronteiras e, mais ainda, a facilidade com que iam e vinham em todo momento, desconsiderando os limites

entre as Províncias. Respalhado pelo temor causado pela Revolta de Pinto Madeira (IRFFI, 2015), ocorrida nos anos de 1831 e 1832, Martiniano de Alencar enfatizava, nesse documento, a necessidade de serem observados os limites entre o Ceará e as demais províncias.

Em termos políticos e administrativos, e ainda mesmo cartográficos, o Ceará tinha seus limites bem definidos. Em realidade, o espaço territorial que compreendia as províncias, entendidas como formadoras da nação brasileira, foi temática recorrente das cartografias produzidas, sobretudo na segunda metade do século XIX, por engenheiros e geógrafos. A questão mais difícil se mostrou em pensar o interior do território provincial, posto que correspondesse ao interior do território nacional, que se pretendia moderno nos moldes europeu ocidental. Nesse sentido, intelectuais e políticos envolvidos na administração provincial tinham de denotar no Ceará tudo aquilo que se esperava de um Estado moderno, com paisagens exuberantes e facilmente disciplináveis.

No entanto, essa percepção do sertão como uma região constituinte de uma nação moderna e seguindo as vias do progresso se perdia na própria lógica da colonização portuguesa. No início do século XIX, não se percebiam os limites políticos ou administrativos, mas as fronteiras entendidas como naturais, as margens dos rios e as estradas de terras. Conforme Ana Isabel Cortez (2013, p. 141-142),

a constituição das bases espaciais do Ceará no século XVIII, a partir dos jogos de poder estabelecidos entre nativos e colonizadores, engendrou uma geografia diferente para o território. A entrada de colonizadores e expulsão dos grupos nativos de suas terras, através dos aldeamentos e catequese ou do extermínio pelas guerras, empreendeu um redimensionamento do território: o Ceará foi reocupado, suas divisões foram recalculadas na formação de novas estradas e na edificação de fazendas, vilas e cidades. Outro espaço foi construído naquele território, que passou a ter referências diferentes para os habitantes: uma reorganização das antigas paragens e das relações sociais que, como num palimpsesto, eram inscri-

tas e reinscritas sobre tudo o que havia sido construído e reconstruído anteriormente pelos nativos, e 'apagado'.

Stuart Filho (1937, p. 29), ao escrever para a Revista do Instituto do Ceará, um artigo intitulado *Vias de Comunicação do Ceará Colonial*, chamou atenção para o fato de que foi seguindo as marcações de rios e riachos, formando as chamadas estradas de ribeiras, que se deu o povoamento do interior nordestino (ver mapa abaixo). Esse tipo de delimitação, para o autor, tomava como inviável o estabelecimento de divisões entre as províncias. Para ele, “por esses caminhos andavam os cavalarianos que percorriam os sertões comprando eqüídeos para os engenhos de Pernambuco e as boiadas que procuravam as grandes estradas que conduziam aos centros consumidores do litoral”.

Essa dinâmica de organização do espaço estava mais claramente inscrita na região chamada de Cariri, do que mesmo a delimitação geopolítica imposta à província do Ceará quando de sua definição como parte da nação brasileira. O reconhecimento do Cariri Cearense era outro. Na prática, estava ligado por, pelo menos, três estradas não apenas à própria Província, como também às que lhe faziam fronteira, como Paraíba, Pernambuco e Piauí. Eram elas: a estrada do rio Salgado, a Crato — Oeiras e a estrada do Rio São Francisco, feita passando por Exu, no Pernambuco.

A estrada do rio Salgado ligava o sul ao principal porto da Província até 1850, tendo as vilas de Icó, Fortaleza e Aracati em seu caminho, através de sua ligação pela Estrada Geral do Jaguaribe, via de passagem do comércio no Ceará. No lado sul, ficava nas proximidades dessa estrada o sítio Carás, o Correntinho e a Serra de São Pedro, também por serem os mais próximos da vila do Crato - entre 15 e 30 km de distância.

A oeste havia a estrada Crato — Oeiras, que ligava o Cariri ao Piauí passando por Brejo Grande, onde ficava o sítio Cariú. Tal sítio fazia fronteira ao norte com as vilas de Saboeiro, São Mateus e

Telha (atual Iguatu), a oeste com a Província do Piauí e ao sul com Pernambuco, através da serra do Araripe. Do lado leste da Província do Ceará havia uma comunicação também com vilas pernambucanas, até alcançar o rio São Francisco, região que, segundo Martiniano de Alencar, era conhecida e bastante visitada pelos homens sul cearenses.

E, por fim, ficava a chamada Barra de Jardim, ao sul, a qual tinha livre comunicação com Pernambuco e Paraíba e, principalmente, estava bastante próxima a estrada da ribeira do Salgado, também conhecida como estrada do Icó. Esta, conforme o redator do jornal *O Araripe*⁴, João Brígido, era o caminho frequentemente utilizado até aquele momento pelos viajantes. Ao vir por ela ia-se de “Icó as Lavras, dahi a Venda, dahi a Missão Velha e dahi finalmente ao Crato. De Missão Velha sobre os milhares terrenos possíveis, se teria uma curta linha para a Barbalha, e do Riacho dos porcos uma outra para Milagres” (CEDOCC, *O ARARIPE*, 1857, p. 2); o que proporcionava uma mobilidade ainda maior para os homens que viviam nas suas margens.

O outro Cariri, ligado à Província da Paraíba, forma “uma saliência voltada para o Sudoeste do Planalto da Borborema na Paraíba. Seus limites passam ao Sul do eixo rodoviário da BR-230 e suas vias de acesso se situam entre Queimadas e Boqueirão, a Leste, Soledade ao Norte, e o vale do rio Farinha a Noroeste”. Ao Sul, a Oeste e Sudeste, é cercado por serras elevadas formando um arco montanhoso, fronteiro ao estado de Pernambuco: “de Oeste para o Sul (Serra dos Cariris Velhos, do Mulungu, das Porteiras, da Jararaca etc.) e daí para Sudeste (Serra da Quebrada, Serra da Cachoeira)” (ALVES, 2009, p. 20).

Essa delimitação, contudo, definia o território geográfico e político dos dois Cariris, mas ainda confundia a percepção da região do alto sertão — ou sertão profundo, como aqui é nomeado o interior

4 Periódico de vinculação liberal, veiculado entre 1854 a 1865 nas cidades e vilas do Cariri Cearense.

nordestino, no século XIX. O entendimento desse espaço deve passar outras trilhas, deve ser entendido como construído historicamente. Assim, para entender a região do sertão nordestino como uma construção histórica, a partir de variados interesses e experiências, é preciso “tentar fazer com que esse solo estremeça, rache, mostrando a mobilidade desse solo” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 36). Região, nesse sentido, pode ser apreendida pelo espaço de vivência e de experiência dos sertanejos, percebendo e destacando o movimento desse povo como aspecto que demarca o espaço, e não os riscos imaginários dos mapas. Mas, ainda é preciso salientar que a experiência de sua construção tinha lugares sociais diferenciados.

PINTO MADEIRA, OS CABRAS E A LUTA PELO ALTO SERTÃO

Ao que indicam todas as discussões, havia uma movimentação intensa nos sertões das províncias que faziam fronteira com o Ceará. E sugeriam também para uma dinâmica onde geografia e história estavam entrelaçadas concedendo para os moradores uma conotação diferente da que tinha sido insinuada nos documentos oficiais, anos antes, nas duas ocasiões em que foi apresentado o projeto de uma nova Província para o Brasil. Certamente, a percepção de pertencimento daquele espaço para os habitantes que ali viviam acionava outros aspectos da memória, como o processo histórico de vida e luta, não apenas deles, mas de seus antepassados para se estabelecerem e ali criar suas raízes.

Na revolta de Pinto Madeira, ocorrida entre 1831 e 1832, entre as cidades de Crato e Jardim, no Cariri, que teve caráter político restauracionista, pode ser percebida uma luta em prol da região. Mais especificamente, no ano de 1831, a vila de Crato, sede de Comarca do Cariri Cearense, foi invadida por homens que, segundo relatos, carregavam ‘cacetes e facas’ e infundiam terror à população da vila. Sobre o comando desses homens estavam Joaquim Pinto Madeira e o Padre Manoel Antô-

nio de Sousa. Ainda conforme as notícias, eram os ‘homens de Jardim’, inconformados com a abdicação de D. Pedro I, pois acreditavam que o monarca teria sido obrigado a deixar o cargo e voltar para Portugal.

No entanto, longe de se restringir ao desgosto pela abdicação de Pedro I e instalação de um poder regente, esse conflito apontou para os embates em torno da região, naquele momento de consolidação de uma nova política imperial de implantação do governo nacional. De acordo com Figueiredo Filho (2010, p. 14), “tudo o que a guerra fria preparou, durante o interregno entre 1824 e 1831, desencadeou-se terrível, no Cariri, após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de Abril”. O período a que se refere o autor foi marcado pela fome, em virtude da seca de 1825, epidemia de varíola e recrutamento para a Guerra da Cisplatina. O resultado desse processo foi o despovoamento da Província e, principalmente, o receio por parte das populações acerca dos rumos que seriam tomados pelo governo. Embora seca e peste, naquele momento, pudessem ser confundidos como fenômenos naturais, a fome e o recrutamento deixaram para as massas populares a desconfiança em relação às autoridades e sua capacidade de gerir um governo que pensasse no bem estar da população. Em contrapartida, essa participação popular foi continuamente lida a partir da óptica dos senhores e autoridades governamentais, que, em termos sociais, de um lado, incutiam a diferença, pela distinção que enfatizavam em relação à violência e rusticidade das classes despossuídas, e, de outro, ressaltavam o medo de que essas classes se insurgissem contra os proprietários de terras.

Essa luta, nesse sentido, não seria necessariamente geográfica, mas se constituiria na defesa de costumes e tradições experimentados ao longo do tempo pelos seus habitantes — notadamente os camponeses — naquela região, que se viu ameaçada pelo alcance do governo sobre suas experiências de vida e produção. O próprio José Martiniano de Alencar, sem ser necessariamente sua intenção, evidenciou os usos do sertão pelos habitantes das várias províncias fronteiriças e seu entendimento de que a região deveria ter outras percepções que não as de caráter administrativos. Em *Representação ao Ministro dos*

Negócios do Império, enviada ao regente Diogo Antonio Feijó, contra o movimento liderado por Pinto Madeira, e os homens que o acompanhavam, chamados cabras, Alencar declarou:

Ilmo e Exmo. Sr.: [...] Joaquim Pinto Madeira e outros facinorosos daqueles sertões, tendo-se apelidado restauradores nas comoções de 1824, cometeram todas as atrocidades que sua imaginação lhes pode sugerir; entusiasmados pelas derrotas que fizeram nos liberais conservaram-se como independente na vila do Jardim, da nova comarca de Crato, que pela distância que se acha arredada da capital do Ceará 113 léguas, lhes ofereceu um ponto oportuno para nele firmarem sua prepotência. De certo, desde aquela época esses malvados quase nunca mais obedeceram ao Governo da Província. [...] A Regência do Império deve lançar vistas de compaixão para a desgraçada situação em que se acham aqueles remontados lugares, que aliás tem mais importância do que aqui se representa. Se Joaquim Pinto Madeira tentar tomar a grande vila do Icó e conseguir, assim, dominar toda a nova Comarca do Crato e as vilas do rio do Peixe e Pombal, da Província da Paraíba, bem como o grande julgado de Cabrobó, da Província de Pernambuco, lugares estes que todos tocam com aquela comarca, poderá levar o ferro, o fogo, o luto e a consternação a mais de mil habitantes, se um indivíduo merece o interesse e desvelos do governo, quanto não devem merecer todas as famílias desgraçadas e entregue a ferocidade de semelhante monstro. [...] Rio de Janeiro, 1º de março de 1832.⁵

Em outra documentação, Alencar ainda ressaltou que “o país Cariry” era “cercado por desfiladeiros e gargantas de serras de pouca passagem a tropas e oferece fácil defesa aos que estão dentro” (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 54). Mostrando que era uma região de difícil acesso, o que garantia vantagens, num eventual confronto, para as pessoas que ali viviam. Ficando claro que, assustava ao político a percepção que os seus moradores do sertão, sobretudo a população mais pobre, em especial os camponeses que habitavam os espaços rurais, tinham o controle e domínio do referido território

5 Representação do senador José Martiniano de Alencar ao Ministro dos Negócios do Império, o regente Diogo Antonio Feijó. Transcrita por FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 52-55.

e como se contrapunham tão veementemente aos interesses governamentais, ao mesmo tempo em que tinham uma visão mais larga acerca de suas fronteiras.

A historiografia caririense, mais de cem anos depois, leu esses episódios, mais especificamente, acerca da organização da região sob a óptica dos políticos e senhores de terras locais. Figueiredo Filho, ao escrever sua obra sobre a História do Cariri, em 4 volumes, reservou os capítulos 10, 11 e 12 para tratar dos acontecimentos políticos no Império. O primeiro volume se voltou à discussão acerca da Revolta de Pinto Madeira e o seguinte à administração de José Martiniano de Alencar como presidente do Ceará e autor do projeto para criar a Província dos Cariris Novos. Evidente que este autor assim o fez para apresentar o Cariri e sua história como uma parte no todo Ceará e, conseqüentemente, no Brasil. No entanto, o esmero de Figueiredo Filho ia mais longe: assim como foi buscado no oitocentos, esse escritor pretendia ‘resgatar’ o entendimento desse espaço como uma região diferenciada, não apenas pela natureza pródiga, mas sobretudo como um sertão ‘consertado’, notadamente por José Martiniano de Alencar.

Naquelas priscas eras, a separação entre as cidades litorâneas e a interlândia ainda era mais profunda do que nos tempos atuais. Não me refiro exclusivamente ao fator transporte. O sertão praticamente era inteiramente abandonado. Não recebia a menor assistência por parte dos poderes públicos das capitais. No máximo, uma escolinha de latim, ou um juiz mal pago, atrelado, de unhas e dentes, aos politiqueros locais, ou das sedes provinciais. Pela distância, a atuação dos governantes não alcançava o interior. [...] O poder atrofiara-se para dar lugar exclusivamente ao latifundiário que, às vezes, podia mobilizar mais homens em armas do que mesmo o governador de capitania. No Cariri sucedia assim. Qualquer coronel, senhor de engenho, dispunha de maior quantidade de cabras, em armas, do que mesmo a tropa de linha de Fortaleza. Cada calamidade de ordem climática, ou social, trazia a região em polvorosa. O banditismo passava a campear impune e só um único presidente, filho do interior, e habituado às lutas do Cariri,

pôde, momentaneamente, sanar a situação, - José Martiniano de Alencar (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 25).

Essa foi a resposta de Figueiredo Filho à pergunta elaborada por ele mesmo: “estaríamos preparados para tal situação?”. A situação, no caso, era a separação do Cariri Cearense e de parte da Paraíba e Pernambuco para formar a nova província. Diferentemente da leitura de João Brígido, redator do Araripe nos idos de 1850, o escritor de *História do Cariri* acreditava que a civilização não viria instantaneamente com a divisão geopolítica, porém vinculando sua opinião com o jornalista do oitocentos. Para aquele, o sertão estava profundamente separado do interior; não se tratava de espaço, mas de tempo. Foi construída uma leitura sobre o sertão no qual lhe era associado um atraso em relação ao litoral e também ficava nítida a percepção de que tal atraso seria sanado por Martiniano de Alencar. Só assim o Cariri poderia progredir, embora que, para o autor novecentista, não mais separado, mas atrelado ao Ceará.

Ainda para Figueiredo Filho, com a atuação de José Martiniano de Alencar, a província teve a possibilidade de se definir num espaço coeso e bem administrado. Esta região não seria mais uma parte unida a outras, mas o Cariri Cearense seria, quiçá, a parte mais importante do Ceará, depois da capital Fortaleza. Nesse sentido, as fronteiras com os outros interiores deveriam ser lembradas e realçadas, e, em contrapartida, o alto sertão, ou o chamado sertão profundo, sem limites territoriais, o espaço ‘demarcado’ por aqueles que lutaram contra a imposição de barreiras e limites administrativos e políticos, que os impediam de ir e vir, nas primeiras décadas da independência, estaria morto. De fato, morto nos escritos de José de Figueiredo Filho para a *História do Cariri*. Contudo, o sertão, ou a hinterlândia, era uma região diferente dependendo do olhar e do ângulo observado.

Assim, a revolta de Pinto Madeira é sintomática de construções diferentes sobre o sertão nordestino. Cada grupo tinha leituras pró-

prias do espaço em que viviam. E, notadamente, lutavam em favor da manutenção de seus costumes e tradições, que significavam aquele espaço de experiência: o alto sertão nordestino, diverso das marcas geopolíticas, entre outros aspectos. O estabelecimento de limites geográficos e políticos, ou pelo menos a tentativa, foi parte de um conflito que, em última instância, desnudava o jogo de poder em torno do 'alto sertão' nordestino. Apontando, nesse sentido, que para cada definição de região havia um espaço e um tempo distintos; que diferentes mecanismos eram acionados para a construção dos vários sentidos elaborados para o sertão do Cariri, a ponto de apontar uma 'profundidade' para mapear o sertão que queriam apontar como 'legítimo', como se sua delimitação fosse *natural*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino — de problema à solução (1877-1922)**. Dissertação de mestrado. Unicamp, 1988.

ALEMÃO, F. Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza — Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALVES, José J. A. Caatinga do Cariri Paraibano. In: **Geonomos**, vol. 17, nº 1, p. 19-25, 2009.

CARVALHO, M. "Aí Vem o Capitão-Mor". As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. In: **Tempo** [en línea], Niterói - UFF, vol. 7, nº13, p. 157-187, 2002.

CORTEZ, Ana Isabel R. P. Os caminhos sertão à dentro: Vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. In: **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº. 8 — Outubro de 2013, p. 141-160.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. v. III. Coedição Se-cult/ Edições URCA. — Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 12-16.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 2 ed. — Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Confins [Online], 5 | 2009, posto online em 24 abril 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>, p. 01-23.

IRFFI, Ana Sara R. P. C. **O cabra do Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. Tese (doutorado) — UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

LANNA, A. O café e o trabalho 'livre' em Minas Gerais — 1870/1920. **RBH**, p. 73-88, mar./ago. 1986.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri** — seu descobrimento, povoamento, costumes. Coedição Secult/ Edições URCA. — Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RAMOS, F. Régis L. **O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS JUNIOR, Darlan. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado) — UFC, 2014.

REIS, Ana Isabel R. P. Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Tese (doutorado) — UFC, 2015.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ANNO LI, p. 15-47, 1937.

Cartas, memórias e representações dos sertões do Seridó

Brena da Silva Dantas¹

INTRODUÇÃO

Escrever é uma prática exercida por muitos, hoje muito mais que antes, quando poucos tinham a oportunidade de aprender e exercer tal ato. Possui várias faces, desde a escrita obrigatória, para registrar algum fato, dado, acordo, contrato. Até a escrita prazerosa, livre e vista com pouco valor histórico décadas atrás, o que veio a mudar como escreve Lilia Schwarcz — em sua apresentação ao livro de Marc Bloch (2001) — com o surgimento da *Escola dos Annales* e a renovação na historiografia. Surgindo primeiramente como revista com Bloch e Febvre como editores, marca o início de uma “Nova História”, nova escrita, novos olhares e atenção a sujeitos e espaços antes omissos da historiografia dita tradicional.

Porém, esse desejo de registrar e deixar impressões sobre o mundo que nos cerca é um sentimento que existe e se manifesta desde os primórdios da humanidade e até da invenção da própria escrita, por egípcios, gregos, romanos e diversos outros povos. É uma prática “mítica” como escreve Michel de Certeau reorganizada a partir da “ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história” (CERTEAU, 1994, p. 224).

1 Graduada em História pela UFRN, pós-graduada na Especialização em História dos Sertões pela UFRN e pós-graduanda do Mestrado em História dos Sertões pela mesma instituição. E-mail: brenadantas@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6634542426821614>.

A escrita e a História andam lado a lado, sendo que tais fontes escritas são históricas, sejam elas documentos ditos oficiais como registros de casamentos, nascimento, certidões de óbito, inventários ou não oficiais como poemas, cartas, romances, cordéis, histórias em quadrinhos, entre outros tipos que são feitos e dão conta de fragmentos de determinados episódios da história, com espaço, tempo, personagens e narrativas a serem analisados.

Desses modelos variados de escrita existe um bem característico e difundido, a literatura. Esta se particulariza por ser um discurso que tem interesses próprios aos discursos literários e atende às necessidades dos sujeitos que a escrevem e leem. Relacioná-la com a História torna-se importante para entender de diferentes ângulos fatos que se conectam historicamente, como escreve Nicolau Sevcenko “[...] tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais” (SEVCENKO, 2003, p. 28). Em relação aos discursos interessados, compartilhamos o pensamento de Eni Orlandi (2015):

Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos [...] Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2015, p. 9).

Os discursos da imprensa, da literatura, das crônicas e de todos os modos de linguagem e comunicação influenciam no modo de pensar das pessoas, são produzidos a partir do imaginário, das experiências e acontecimentos vividos ou relatados. Sendo então — cada um com suas especificidades — maneiras singulares de ver e expressar o mundo, seja através de uma notícia, uma manchete, um anúncio, de um romance, conto, crônica, peça de teatro, entre outros tipos, que narram histórias vividas ou fictícias, contadas em um determinado período, com intenções específicas de quem os produz.

Em especial o jornal para essa pesquisa, que foi o veículo de circulação e divulgação de cartas, é também um meio de comunicação muito consumido pela sociedade, antes mais em sua versão impressa e hoje em dia de diversas maneiras está presente virtualmente na vida das pessoas.

Além destes, existe outro tipo de escrita bem característico, a epistolografia, palavra não tão comum e utilizada diariamente, mas que seria a arte ou prática de escrever cartas. Como escreve Gastaud e Costa “a escrita epistolar é um dos processos de afirmação das práticas da cultura escrita” (COSTA; GASTAUD, 2017, p. 13) e acrescenta:

Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares. É preciso compreender a escrita epistolar como uma rara oportunidade de transitar pela história de diferentes territórios da intimidade, por relações de amor e amizade, por experiências singulares de sociabilidade (COSTA; GASTAUD, 2017, p. 13).

Pensando nesses tipos de fontes é que esse artigo se debruça, buscando compreender algumas singularidades dos gêneros — jornalístico, literário e epistolar —, as sensibilidades, informações e representações acerca dos sertões do Seridó que encontraremos nelas.

CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

O presente artigo objetiva-se em um breve esboço sobre algumas cartas que foram publicadas nesses dois livros *Cartas dos sertões do Seridó* (2000) e *Outras cartas dos sertões do Seridó* (2004) que surgiram a partir do envio de cartas que o médico e memorialista Paulo Bezerra (1933-2017) remetia ao jornalista Woden Madruga. Os livros reúnem inúmeras cartas de Bezerra, que escreve como os próprios títulos lembram sobre a região do Seridó, seu povo, costumes, religiosidade, espaços, linguagem, vestimentas, entre outras características presentes nas narrativas das cartas.

Tendo nos deparado com diversos escritores e memorialistas do Seridó, a exemplo de Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros Filho, Moacyr Cirne, entre outros. O escritor Paulo Bezerra salta aos olhos por sua inusitada escrita através das cartas, onde narra o cotidiano e acontecimentos sobre essa região e os que habitam, no período aproximado de 1985 a 2012. Períodos em que esse hábito de escrever cartas estava deixando de ser algo costumeiro, e com as novas tecnologias, cada vez mais foi sendo substituído por outras maneiras de comunicação, principalmente na virada para o século XXI.

Porém há uma ressalva quanto a escrita das cartas, pois não se apresentam no estilo pessoal e informal característicos desse meio de comunicação, mas tem os traços de uma narrativa que sabiamente chegaria a outros públicos através do jornal, Bezerra aparentemente as escreve para serem publicadas.

Iremos considerar a construção dessas cartas como a autora Lucimar Bezerra Dantas da Silva (2012) traz em sua tese a concepção do termo carta-crônica, como um gênero discursivo, afirmando que o modelo de cartas-crônicas seria uma tradição discursiva no jornalismo potiguar, se caracterizando “pela narrativa de histórias passadas evocadas pela memória” (SILVA, 2012, p. 6). Trazendo diversos autores em sua pesquisa, Silva se debruça também na escrita de Paulo Bezerra e escreve “[...] desde 1985, até os dias atuais, Paulo Bezerra vem publicando cartas-crônicas na Tribuna do Norte” (SILVA, 2012, p. 102). Nos trazendo ainda que:

É importante mencionar que as cartas de Paulo Bezerra são publicadas na coluna “Jornal de WM”, assinada pelo jornalista Woden Madruga. Woden integra a equipe de jornalismo da Tribuna do Norte desde 1956 e sua coluna diária surgiu em 1964, como um espaço para falar sobre cultura local, divulgar literatura, analisar e criticar problemas locais, comentar sobre política, denunciar os problemas de Natal e do Estado e especialmente publicar as cartas, os bilhetes e, nos últimos anos os e-mails que recebe (SILVA, 2012, p. 124).

Além de ser surpreendente, percebe-se também um saudosismo, daqueles que apreciam velhos costumes, sua simplicidade, espera, que as cartas proporcionam a quem escreve e a quem recebe. Uma rememoração desses hábitos, desses sentimentos, deixando registrado também fatos e acontecimentos da história de um povo e de uma região.

A escrita, seja ela literária ou não, passa por mudanças ao longo do tempo, assim como tudo ao nosso redor se transforma. As abordagens da História vêm também sendo modificadas ao longo dos anos, principalmente em finais do século XX e início do XXI, onde novos personagens, lugares e sujeitos da história, antes negligenciados, silenciados e “apagados” dos discursos, agora tomam lugares de protagonistas das novas histórias e narrativas sociais do passado. A literatura é um dos locais em que esses sujeitos aparecem a partir da relação entre História e Literatura, vemos como Valdeci Rezende Borges (2010) escreve:

[...] a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico (BORGES, 2010, p. 10).

As fontes têm a característica de serem cartas escritas no estilo jornalístico, sendo em seguida transformadas em livros e podem ser encontradas na Biblioteca Central Zila Mamede do Campus Central da UFRN, na cidade de Natal/RN, também na cidade de Caicó/RN na Biblioteca Municipal Olegário Valle e um exemplar de *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* na Biblioteca Pública Amaro Cavalcanti no município de Jardim de Piranhas/RN.

A análise do discurso será a metodologia aplicada para se compreender as representações e memórias que Paulo Bezerra faz em

suas obras *Cartas dos Sertões do Seridó* (2000) e *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004) acerca dos sertões seridoenses, do povo sertanejo, seus costumes e também a maneira que o memorialista escreve suas obras, as cartas. Refletindo acerca dessa estrutura com a autora e professora Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi:

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2015, p. 15).

Essa metodologia nos permite e se faz necessário conhecer um pouco além da história que está escrita, é preciso observar nas entrelinhas do texto e tentar perceber detalhes que falam. A autora escreve que o discurso é uma mediação entre o homem e a realidade vivida e mais ainda “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e continuidade quanto o deslocamento e transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2015, p. 15).

E como fundamentação teórica serão trabalhados principalmente os conceitos de representação e memória, a partir de Roger Chartier (1990) e Paul Ricoeur (2007) e Jacques Le Goff (1990), respectivamente. Segundo Chartier (1990), o conceito de representação é um instrumento utilizado coletivamente ou individualmente para produzir sentido/significado ao mundo, a sociedade. Indo mais longe, o historiador sugere uma nova “História Cultural do Social” que tem o intuito de refletir sobre a construção de sentidos/fundamentos feitas pelos grupos sociais e os indivíduos. Pensando através dessa escrita de Chartier, fica clara a importância nesta pesquisa de se conhecer o autor das obras analisadas Paulo Bezerra de forma mais significativa:

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

Roger Chartier é um historiador francês, que trabalha com conceitos de representação, circulação, apropriação e práticas, todos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa e entendimento da escrita de Paulo Bezerra. Tendo em vista a apropriação de discursos que o autor ouvia/conhecia e enviava em forma de cartas para o jornalista Woden Madruga, este transformava tais relatos em crônicas que eram publicadas em sua coluna no jornal Tribuna do Norte e circulavam para que diversas pessoas pudessem ler, conhecer e também se identificar com o sertão narrado. Buscar interpretar como se dá esse processo é primordial nessa pesquisa.

Além disso, em seu livro *Formas e sentido cultura escrita: entre distinção e apropriação* (2003) Chartier nos possibilita entender e ter o olhar curioso aos detalhes das formas de escrita, narração, edição e qual o sentido isso traz ao texto, modificando o seu conteúdo de maneira que, muitas vezes passa despercebida aos olhos dos leitores.

Indo ao encontro ao processo de transformação das cartas de Bezerra em livros, refletindo sobre a escrita inicial das cartas, a edição e retirada de trechos de acordo com as escolhas/preensões do redator e do próprio autor, outro ponto importante é a rede de influências/contatos de ambos e a própria editora que irá publicar os livros. Todos esses aspectos investigativos da pesquisa, são essenciais para compreender ou deduzir fatos sobre a narrativa.

Por meio da História Cultural iremos aproximar a escrita de Bezerra dos discursos da historiografia tradicional, analisando as apro-

ximações e distanciamentos que essas escritas fazem, assim como também com as mudanças ocorridas na escrita historiográfica com o surgimento da *Escola dos Annales* que Peter Burke (1997) vê como um movimento que influenciou na utilização de obras como essas, construídas a partir de cartas e utilizadas como fontes históricas.

O conceito de memória a partir de Paul Ricoeur em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007) vai perpassar também os conceitos de memória coletiva, memória pessoal, refletindo sobre a escrita de Bezerra e como essas narrativas fazem parte do imaginário dos sertanejos, como algo que já estava ali, às vezes adormecido e que desperta com a leitura das cartas. Dando continuidade à reflexão e analisando como essa memória pessoal é inserida nas cartas. Partindo das lembranças? Do que foi contado por outros? E a prática de escrever cartas nesses tempos? Desse passado que se torna significativo para muitos, e que está cheio de memórias:

E no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formamos sua lembrança. A própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado independentemente do que possa significar a preteridade do passado (RICOEUR, 2007, p. 26).

Já Le Goff, nos apresenta o conceito de memória de maneira diferente, pensando em sua relação com o passado e além de seu aspecto humano, seu aspecto psíquico e outras áreas que trabalham com as memórias, além da História. Como podemos ler:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas.

Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria (LE GOFF, 1990, p. 423).

Ou seja, com o passar dos anos e a não preservação dessa memória coletiva, esta irá se perdendo e deixando de fazer parte do imaginário e das sensibilidades dos povos e nações. As obras de Bezerra são significativas e trazem essa rememoração de costumes e tradições das pessoas que vivem ou viveram, ou até mesmo passaram pelos sertões.

ANÁLISE DAS FONTES

Paulo Bezerra era médico, político, escritor, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico, despertou o interesse por deixar registrada suas lembranças e histórias que ouvia em cartas e transmitiu-as a um jornalista chamado Woden Madruga, colunista da Tribuna do Norte. Sua escrita saudosista faz lembrar outro escritor também seridoense e de estima de Paulo Bezerra, este era Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), que inclusive está presente como remetente em um dos livros de Bezerra (2004) que assim escreve “Aqui raramente chega jornal. Daí eu lhe pergunto se continua a escrever através de Woden? Se não esbarrou, vá juntando elas e, quando tiver coisa de ½ resma de folhas cuide em uma Outras cartas. Já é tempo. A gente tem que deixar para esses “ponta-limpas” como era nosso mundo. Deixar o rastro...” [grifos do autor] (BEZERRA, 2004, p. 7).

Tal trecho escrito por Oswaldo Lamartine em 21 de janeiro de 2003, está contido no início do livro *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004) de Bezerra, como uma espécie de prefácio, nota-se estreita relação entre os dois memorialistas, além de aproximarem-se no estilo de escrita. Podemos ler em seguida um trecho de uma das cartas de Bezerra em que ele fala sobre o seridoense Manuel Pereira de Araújo ou Manuel Beî, como era conhecido:

Pelejando com agricultura em terra alheia, também amassava o barro, dava-lhe a forma e o queimava na caieira de muitos tijolos e, nos dias de feira, na feira livre, negociava com cereais dispostos em sacos e caixões, debaixo da barraca desmontável. A par de tudo isso, não se descuidou de levar os filhos à escola e de acompanhá-los à igreja. Católico praticante, a sua voz limpa, firme e forte era marcante, sobressaindo-se a todas, nos cânticos das missas e novenas e nos hinos das procissões que se transmitiu, como herança, à filha que cantava no coro (BEZERRA, 2004, p. 30).

Podemos observar que são apresentados vários costumes da vivência sertaneja, a questão do plantio, da prática de fazer louças de barro, das feiras que são pontos de encontros e negociação até os dias de hoje, e também da religiosidade que é um traço bastante forte nessa região. Várias dessas práticas fazem parte da memória coletiva de muitos sertanejos, pois eram em grande medida vivenciadas por estes, e muitas ainda são. Podemos ler mais um trecho, que destaca a rotina das casas, da alimentação, na carta intitulada “Da filha da ex-cativa Rufina”:

A primeira obrigação era fazer o fogo, com a ajuda de maravalhas enopadas com gás, no fogão a lenha, de chapa de ferro com quatro bocas que se fechavam com discos do mesmo ferro. Ao primeiro “fosco” a labareda subia. Penduradas nas ripas estavam cascas de laranja em tiras para a precisão de fazer um chá, botar no mel de rapadura e até fazer o fogo, cascas jogadas, vez por outra, por quem nutria um desejo qualquer como, por ex., o de saber se casaria naquele ano, o que era provável se nas ripas ficasse alguma pendurada (BEZERRA, 2004, p. 18).

São cartas que remetem a lembranças de Paulo Bezerra e da sua cidade natal Acari/RN, contada por parentes e também por pessoas da região e que fazem parte da memória afetiva desse sertanejo e de tantos outros que se identificam com os fatos. Nos possibilita refletir sobre a visão deste acerca dos sertões, descrito por ele assim, no plural. Além de também investigar esse tipo de escrita que tanto diz

sobre quem escreve “A correspondência privada constitui um testemunho pessoal que se consubstancia não só no que nos transmite sobre quem escreve uma carta — o seu perfil autobiográfico, como também no que nos permite apreender do contexto espaciotemporal em que vive(u) o seu autor” (LEITE, 2017, p. 71).

Podemos analisar mais uma dessas cartas-crônicas e perceber como o esquema conceitual de Chartier (2002) poderia ser aplicado nessa narrativa e construção histórica de memórias:

III. NOTÍCIA DE CHUVA

Voltei ontem do chão molhado do Seridó onde fui com o francês Henri, sua esposa Zélia e Mme. Ginete, parisiense. Almoço em Gargalheira: comida simples, sadia, sobrando. Depois da visita ao Museu, o sítio Pinturas — a terra de Jagunço — ponto de dormida e, está bem visto, dos comes e bebes.

Chovia de correr os duros, depois os córregos, depois os riachos esbarrando nos açudes. Vazantes afogadas e melancias boiando nas águas barrentas. Contando tudo, já que dezembro voga para o ano que vem, do dia 12 (véspera de Santa Luzia) a 7 de fevereiro, sem tirar nem botar: 382 mm.

Esta, a notícia.

Um abraço do seu criado.

Natal, 9 de fevereiro de 1995.

(BEZERRA, 2000, p. 26).

Na leitura da carta percebemos vários pontos que contribuem a construção de uma representação de sertão feita por Bezerra, quando o mesmo cita “chão molhado” e “chovia de correr os duros” o autor faz referência a natureza sertaneja, a abundância dos períodos de chuvas e como isso caracteriza um sertão diferente, um sertão verde. Ele ainda escreve no final da carta a quantidade de milímetros que chovera naqueles meses e como essa quantidade é algo simbólico para o sertanejo, pois expressa se o ano será próspero ou não.

Quando faz referência as companhias com quem estava e o fato de serem estrangeiros, mais precisamente franceses, nos possibilita pen-

sar sobre a sua rede de sociabilidade e como essa informação é relevante para estar inserida na sua escrita, segundo seu critério de escolha.

Escreve também sobre a “comida simples, sadia, sobrando” remetendo a culinária e sua fartura que também corresponde a esse período chuvoso, pois no período das cheias a quantidade de alimentos disponíveis aumentava, o que era mais propício de acontecer do que no período das secas. Em seguida ele faz menção a alguns lugares que percorre no sertão com as companhias citadas.

Nesse sentido, nesta carta analisada podemos aplicar os conceitos de Chartier pensando a partir da apropriação em como Paulo Bezerra demonstra ser conhecedor do sertão, mas que pelas companhias citadas ele também tem influência e contatos fora dele. Nos apresenta e representa um sertão verde, de chuvas, de prosperidade, abundância, mas que não é uma representação única, trata-se da análise de apenas uma das centenas de cartas publicadas. E a circulação como bem sabemos, foi através da publicação dessas mesmas cartas pelo seu amigo Woden Madruga, no jornal Tribuna do Norte e também proporcionada pelo próprio Bezerra, que escrevia as cartas, era conhecedor de suas publicações e possível alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos que utilizam as cartas ou os jornais como fonte de pesquisa não são novidades, porém as fontes estudadas nessa pesquisa além de serem na sua origem cartas, também foram publicadas em jornal e parecem terem sido escritas com essa finalidade, por fim ainda estão armazenadas em formato de livros. O autor trabalhado, Paulo Bezerra, é de significativo conhecimento na região do Seridó, porém é pouco estudado ainda, tendo em vista o conteúdo tão curioso de suas cartas-crônicas e da agradável leitura que elas proporcionam.

Possibilitando-nos conhecer um pouco desses sertões do Seridó a partir da ótica e escrita de Paulo Bezerra e dos relatos ouvidos pelo mesmo, como também alguns aspectos da cultura dos sertanejos seridoenses e como esse sertão é representado. Ainda há muito a ser analisado e refletido sobre essas narrativas, temos a pretensão de nos aprofundarmos mais, diante dessas representações e de tantos sertões existentes, assim como também sobre esse processo de escrita das cartas-crônicas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Paulo. **Cartas dos Sertões do Seridó**. Editora Lidador, 2000.
- BEZERRA, Paulo. **Outras Cartas dos Sertões do Seridó**. Natal: [s.n], 2004.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 3, Universidade Federal de Goiás, 2010, p. 94-109.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter (Org.) **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter (Org.) **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 153 páginas, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. *In*: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 221-246.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: Á beira da falésia: a história entre incertezas e inquietações. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**: cultura escrita: entre distinção e apropriação. Mercado de Letras: 2003.

GASTAUD, Carla; COSTA, Bruna Frio. Apontamentos sobre cultura escrita e práticas epistolares. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ana Carolina da Silveira. Cartas de Mulheres: História social da cultura escrita de e/imigrantes portuguesas no Brasil. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

LEITE, Isabel Pereira. Impossível é não viver (José Luís Peixoto): o que nos mostram as cartas. **Cultura, Espaço & Memória**. Portugal: 2017.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015, p. 1-95.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 1-456.

SILVA, Lucimar Bezerra Dantas da. **Carta-crônica**: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) — Departamento de Letras Vernáculas. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2012.

O sertão como espaço de interesses: expansão territorial na Guerra dos Bárbaros (Rio Grande, segunda metade do séc. XVII)

Lívia Brenda da Silva Barbosa¹

INTRODUÇÃO

Na transição do século XVII para o século XVIII, os sertões das Capitanias do Norte² protagonizaram uma série de conflitos entre grupos indígenas e colonos. A eclosão desses embates colocou frente a frente a resistência indígena e a expansão da colonização que adentrava o território. Esse conflito ficou consagrado na historiografia como “Guerra dos Bárbaros” e envolveu, do lado colonizador, moradores, tropas pagas e autoridades administrativas e, por outro lado, indígenas não aliados, genericamente chamados “tapuias” (TAUNAY, 1995; PIRES, 1990; PUNTONI, 2002).

O sertão do Rio Grande, mas especialmente a Ribeira do Assu, insere-se neste conflito como um dos pontos em que ocorreram esses diversos conflitos. No final de década de 1680, a guerra ofensiva aos

1 É professora substituta do IFRN. Possui graduação, Licenciatura (2015) e Bacharelado (2016), e mestrado em História (2017) pela UFRN, onde desenvolveu pesquisas nos campos de História Colonial, Econômica e Política, estudando a Provedoria Real da Fazenda do Rio Grande. Atua nos campos de História Colonial, Política e Econômica. Tem interesse também nos estudos de Guerra e Fiscalidade. Faz parte do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS-UFRN).

2 “Capitanias do Norte” é o termo utilizado para se referir às quatro capitanias litorâneas, localizadas no norte do antigo Estado do Brasil: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande (do Norte) e Siará Grande. Para mais informações ver: (ALVEAL, 2014).

índios começava. As reclamações e pedidos de socorro de moradores e oficiais chegavam até a Bahia e cada vez mais governo-geral e instâncias administrativas locais articulavam-se. A partir de então observa-se a estruturação da guerra, em aspectos humanos e materiais, montada para o combate ao “gentio tapuia”.

Desse modo, é possível identificar a associação de instituições administrativas, particulares e relações entre capitânias que foram fundamentais para o desencadear da Guerra. A exemplo disso, menciona-se a articulação da Câmara da Cidade do Natal, da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande com outras capitânias, governo-geral e Provedoria-mor para coordenar a Guerra. Em síntese, ocorreu a mobilização de tropas, soldos, víveres, e armas para combate nos sertões. Esse conjunto é o que se entende como o “financiamento da guerra”. Nesse sentido, este texto analisa de forma inicial alguns aspectos da estruturação e sustento/financiamento da “Guerra dos Bárbaros” nos sertões do Rio Grande principalmente nos primeiros anos do conflito.

OS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE

Ainda que tratemos neste texto especialmente de algumas questões da capitania do Rio Grande, é importante destacar que os conflitos desencadeados na “Guerra dos Bárbaros”, ou nas “Guerras do Assú”, utilizando os termos do historiador Pedro Puntoni (2002), ocorreram nos sertões das Capitânias do Norte. Os sertões do Rio Grande, Pernambuco, Paraíba e Ceará, mais especialmente as ribeiras do Piranhas-Açú¹ e Apodi, inserem-se neste conflito como espaços onde os embates se desenrolam. Nesse período de avanço das fronteiras no interior das Capitânias do Norte, os limites administra-

1 O termo “Açú” tem origem indígena e pode ser grafado de três formas: Açú, Assú e Assu. Conforme Silva (2015), a palavra Açú é utilizada como referência ao rio, já a palavra Assú ou Assu é usada para denominar a região em torno do rio, incluindo a cidade que cresceu ao seu redor. Assim, utilizaremos aqui a palavra Assú como padrão para se referir à região ao redor do rio, onde a guerra ocorreu, e Açú quando for uma referência à ribeira-rio.

tivos dessas capitanias ainda eram muito fluidos, e os conflitos se dissiparam entre estas capitanias. Muito embora algumas forças sejam direcionadas para a ribeira do Assú, observa-se os esforços entre as autoridades régias de diferentes lugares e sua articulação para o combate aos indígenas, havendo uma intersecção desses sertões entre capitanias². Assim, a categoria sertão no período colonial emerge como uma região a ser conquistada ou em processo de conquista, espaços tidos como “vazios”. Como aponta Janaína Amado (1995), tratava-se de uma referência às várias áreas que faziam parte do Império, mas estavam afastadas dos centros de poder metropolitano. Estamos falando então de regiões que ainda estavam para ser conquistadas e incorporadas efetivamente a uma sociedade colonial.

OS PRIMEIROS SOCORROS

A década de 1680 é, sem dúvidas, um período chave para compreender o início dos conflitos que configuraram a chamada “Guerra dos Bárbaros”. As reclamações de moradores, e os temores expressados pelos camarários, a respeito dos ataques indígenas no sertão tornam-se recorrentes (ALENCAR, 2017, p. 65-68). Em 1687, os conflitos se intensificaram e o capitão-mor do Rio Grande Pascoal Gonçalves de Melo, bem como o Senado da Câmara do Natal, solicitou ajuda ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, e ao capitão-mor da Paraíba, Antônio da Silva Barbosa. O governador-geral, Matias da Cunha recebia a súplica de Pascoal Gonçalves enviada em 22 de março dizendo que:

[...] o Gentio Bárbaro se havia levantado, e morto mais de sessenta pessoas entre brancos, e negros, e ia continuando o mesmo estrago, e se achava o dito Capitão-mor im-

2 Dentro disso, algumas reflexões sobre conquista e fronteiras serão cruciais na nossa pesquisa. Como aponta José de Souza Martins “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 1997, p. 11-12.). Mencionamos ainda o livro “Rios e Fronteiras. Conquista e Ocupação do Sertão Baiano” (SANTOS, 2017) e “Fronteira: convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno” (LANGFUR, 2019).

possibilitando a defender aqueles moradores por falta de gente, e munições; e porque se deve acudir a um tão irreparável dano, com remédio muito pronto. Vossa Senhoria mande logo socorrer com a brevidade possível a dita Capitania com toda a gente, e munições que puder ser; para que aqueles moradores não padeçam a sua última ruína, na assolação com que os bárbaros a vão continuando [...]
(CARTA, Vol. X, p. 245).

Os pedidos de ajuda as autoridades de Pernambuco, da Paraíba e até mesmo ao governo-geral relatavam ações dos tapuias “bárbaros”. As súplicas concentravam-se na necessidade de uma estrutura de guerra (munições, mantimentos, homens). As reclamações sobre a estrutura militar deficitária no Rio Grande datam de anos anteriores. Em 1665, observa-se que a fortaleza do Reis Magos não tinha o contingente militar adequado. Neste ano, a Câmara e o capitão-mor Valentim Tavares Cabral (1663-1670), solicitaram ao rei D. Afonso VI socorro para reparos na fortaleza e ajuda aos soldados que estavam desamparados em armas, fardas e mantimentos (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 8. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 7).

Naquela conjuntura, a fortaleza encontrava-se guarnecida por apenas seis soldados. Para o capitão-mor, era necessário recuperar o contingente militar anterior ao período holandês, com 80 soldados, mais auxiliares. Conforme os camarários, a capitania encontrava-se em situação de miséria, despovoada e ameaçada em duas frentes, ao oeste pelos índios tapuias e no litoral pelos piratas. Na documentação, menciona-se que o contingente de 80 soldados que existia em anos anteriores, era suprido graças ao socorro de Pernambuco, bem como a sua alimentação e seus fardamentos (CAR-RARA, 2009; BARBOSA, 2017).

Solicitar ajuda a Pernambuco, bem como ao governo-geral, era uma estratégia utilizada pelas autoridades do Rio Grande há muitos anos. Em 1687, com a intensificação dos conflitos entre indígenas e colonos a necessidade de ajuda externa se manifestava novamente. O

coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, morador da capitania do Rio Grande, assumiu por nomeação do governador-geral a liderança das primeiras entradas para o sertão, onde “achando-se nas fronteiras dos bárbaros Janduí, e outras nações ferozes que se conspirarão para a destruição dos moradores, e currais da mesma capitania opondo-se aos estragos, mortes e hostilidades que faziam” lutou contra os tapuias (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 30). As autoridades locais não obtiveram sucesso nas suas tentativas iniciais de combate nos sertões da capitania e os primeiros socorros foram enviados. No quadro abaixo observa-se as ordens do governo-geral para envio de homens ao Rio Grande nos anos de 1687 e 1688:

Quadro 01 - Ordens de contingente militar para a Guerra no Rio Grande (1687/1688) ¹			
Origem	Data da ordem	Quantidade	Características
Pernambuco	15/09/1687	2 companhias	Terço de Henriques e Felipe Camarão
Paraíba	17/09/1687	<i>não identificada</i> ²	Terço de Henriques e Felipe Camarão
Pernambuco	14/03/1688	150	Infantes
Itamaracá	14/03/1688	25	Infantes
Paraíba	14/03/1688	25	Infantes
Paraíba	14/03/1688	100	Pretos
Paraíba	14/03/1688	400	Índios
São Francisco	04/12/1688	150	Terço de homens brancos
São Francisco	04/12/1688	300	Terço de índios
São Francisco	04/12/1688	200	Terço de homens brancos
Vila de Penedo	04/12/1688	300	Terço de índios

Fonte: Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. Vol. X . p. 247-248, 250, 253-254, 263-267, 270-272, 335-337.

As tropas enviadas de Pernambuco e da Paraíba, Terço de Henrique Dias e Felipe Camarão, ficaram sob a liderança do coronel Antônio de Albuquerque da Câmara. Esse movimento de reforço, em que contingentes militares externos à capitania começaram a chegar é resultado de uma sequência de pedidos de socorro, pois a estrutura Rio Grande, em termos militares e fiscais não era suficiente para o combate (CARTA, Vol. X, p. 245, 247). Como aponta

Júlio César Vieira de Alencar (2017, p. 67-69), o auxílio enviado de Pernambuco e da Paraíba — aparentemente a leva de 1687 demonstrada no quadro acima — não supriu as necessidades de combate ao indígena tapuia. Assim, outro homem, que, como Antônio de Albuquerque da Câmara, já tinha atuação na capitania, foi nomeado pelo governador-geral Matias da Cunha. Em março de 1688, Manuel de Abreu Soares foi nomeado capitão-mor para combater o *gentio* e ainda recebia mais auxílios vindos de Pernambuco e da Paraíba (ALENCAR, 2017, p. 70).

Desse modo, Manuel de Abreu Soares e Antônio de Albuquerque da Câmara tinham poder para fazer entradas no Assú e jurisdição independente da do capitão-mor da capitania, na época Pascoal Gonçalves de Carvalho (PIRES, 1990, p. 62-54). O governador-geral ainda ordenou o envio de pelo menos cerca de 800 homens (ver Quadro 01) da Paraíba, de Itamaracá e de Pernambuco. Enquanto subia, pelos sertões do Rio São Francisco, o paulista Matias Cardoso de Almeida, com 300 soldados brancos para combater naquelas regiões, o paulista Domingos Jorge Velho recebia ordens para interromper sua ida à Palmares e encaminhar-se com seus 600 homens em direção aos sertões do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A Guerra nos sertões das Capitanias do Norte era articulada, pelas ordens do governo-geral, em várias frentes.

A vinda do sertanista Domingos Jorge Velho em junho de 1688 e a primeira leva de Paulistas uniu forças contra o “gentio bárbaro”, o desenrolar da “guerra justa e ofensiva” — nas palavras de Matias da Cunha — nos sertões do Rio Grande ocorria com o auxílio de tropas vizinhas. Além da estrutura humana, Matias da Cunha declarou que “as câmaras da cidade de Olinda, Itamaracá e Paraíba sustentassem na campanha o número de infantes, que da guarnição de cada praça destas se tirasse” e ainda “concorressem todas para o mantimento dos índios e pretos que assistissem naquela guerra” [...] (CARTA, Vol. X, p. 263). O quadro abaixo reúne algumas ordens do governo-geral para o sustento da Guerra:

Quadro 02 - Ordens de suporte material para a Guerra no Rio Grande (1688/3			
Origem	Data da ordem	Quantidade	Finalidade
Pernambuco	14/03/1688	600\$000	armas e munições
Pernambuco	14/03/1688	100\$000	governador dos pretos
Pernambuco	14/03/1688	200\$000	capitão-mor dos índios
Rio Grande	14/03/1688	100\$000	governador das Armas Paulistas
Rio Grande	14/03/1688	200\$000	farinha
Pernambuco	04/09/1688	1.000\$000 cruzados (200\$000 réis)	farinha
Pernambuco	14/10/1688	200 cruzados (80\$000 réis)	mantimentos
Bahia	04/12/1688	40 arrobas de pólvora	munições
Bahia	04/12/1688	120 arrobas de chumbo	munições

Fonte: Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. Vol. X. 263-

267,276.280,298

Em 1688, as ordens de envio de dinheiro para a manutenção da Guerra no Assu se intensificam. Junto com a força militar o seu sustento tornou-se uma preocupação constante do governador-geral Matias da Cunha. Apesar de “responsabilizar” as capitanias vizinhas pela manutenção da Guerra no Rio Grande, a principal capitania incumbida do provimento financeiro foi Pernambuco. Ao mesmo tempo em que requeria o envio de homens Matias da Cunha tentava viabilizar a permanência das tropas no Assú.

Inicialmente requeria à Fazenda de Pernambuco que dispendesse 900\$000 réis para a Guerra, 600\$000 para armas e munições, 100\$000 para o governador dos pretos e 200\$000 para o capitão-mor dos índios (provavelmente para o pagamento das tropas). Os outros 100\$000 réis deveriam ser encaminhados a Matias Cardoso, governador das Armas Paulistas que naquele momento comandava 600 homens nas entradas dos sertões do São Francisco, ou seja, para uma outra frente de guerra. As necessidades de guerra eram tão urgentes que:

[...] pode acontecer que não tenha a Fazenda Real prontamente aos novecentos mil réis para se despenderem logo, neste caso os fará Vossa Senhoria buscar infalivelmente sobre quaisquer efeitos dela, ou por empréstimos

de quaisquer pessoas, ou por qualquer outro meio que a Vossa Senhoria parecer mais eficaz para que por falta deles se não detenha o socorro um instante pela suma importância de se acudir àquela miserável capitania (CARTA, Vol. X, p. 266).

Além disso, as câmaras de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco ficavam encarregadas da “despesa da farinha” para o sustento da infantaria, pretos e índios que lutavam no Assú. A exigência do governador-geral para que essas capitanias contribuíssem com a manutenção da guerra evidenciava-se em várias cartas despachadas pelo governador-geral, incluindo-se recomendações específicas para lidar com a iminente falta de dinheiro na Câmara de Pernambuco. A grande questão era se essas capitanias tinham condições de arcar com o financiamento da guerra. O envio dos 900\$000 e a mobilização das câmaras de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco no envio de víveres para os soldados se torna assunto recorrente nas cartas enviadas pelo governador-geral (CARTA, Vol. X, p. 276-280, 291, 292). Até que no dia 28 de agosto confirma-se que João do Rego Barros, provedor da Fazenda Real de Pernambuco, remetera ao Rio Grande os socorros requeridos por Matias da Cunha (CARTA, Vol. X, p. 293). A Câmara da cidade do Natal também deveria contribuir com farinhas para as tropas, e na falta dos recursos estava autorizada a sacar letras da Fazenda do Rio Grande (CARTA, Vol. X, p. 276-280). Além dessa primeira remessa, ao longo de 1688 outras foram demandadas, principalmente dos cofres de Pernambuco (ver Quadro 02), o que demonstra os esforços mobilizados em torno da Guerra do Assú.

O déficit financeiro das capitanias dificultava o sustento da guerra. Enquanto o governador-geral exigia o envolvimento dispendioso da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, o atraso dos contratadores com o pagamento dos dízimos esvaziava os cofres da Real dessas capitanias. O governador-geral Matias da Cunha tomando conhecimento do problema solicitou ao menos a ajuda “de armas, munições e mantimentos ao Capitão-mor do Rio Grande, para que ele remeta tudo

a maior pressa ao dito Domingos Jorge Velho, pois o merece tanto o seu valor, como se deve ao seu perigo” (CARTA, Vol. X, p. 308).

Naquelas alturas, o Provedor de Pernambuco tinha remetido “de forma apertadíssima” ao Conselho Ultramarino 9.000 cruzados (3:600\$000 réis) de pagamento dos dízimos ao reino. Soma-se a esta circunstância uma dívida de cerca de 12.000 cruzados (4.800\$000 réis) que Itamaracá ainda não havia quitado aos cofres de Pernambuco. A situação financeira das capitanias não contribuía para que os constantes pedidos de Matias da Cunha em prol do sustento da Guerra no Rio Grande fossem atendidos. A solução apontada para a crise fiscal foi que a cobrança da dívida de Itamaracá fosse cobrada imediatamente e feito um empréstimo para o socorro do Rio Grande.

A morte do governador-geral Matias da Cunha não foi motivo de desinteresse das autoridades da Bahia na Guerra do Assú. Muito pelo contrário, ao assumir o posto em outubro de 1688 o novo governador-geral D. Frei Manuel da Ressureição deixava claro que estavam mantidas as ordens de socorro passadas anteriormente e a as que se seguiriam em sua administração (CARTA, Vol. X, p. 333). Em imediato enviava para os sertões, com ordens expressas para que se passasse 40 arrobas de pólvora fina e 120 de chumbo, que saíram de uma sumaca da Bahia para o Recife, e despachadas pelo provedor da Fazenda, João do Rego Barros, para a Paraíba encaminhadas por seu capitão-mor, Amaro Velho de Serqueira, de onde saiu por terra para os “quartéis das Piranhas (ribeira do Assu). Além da provisão de munições, mais uma leva de homens d’armas seguiam para o Rio Grande. O governador-geral encaminhava dois terços do Rio São Francisco, composto por 150 homens brancos e 300 índios, e mais dois das ribeiras do mesmo rio, com 200 homens brancos e 300 índios (da Vila de Penedo).

As resoluções para a Guerra nos sertões do Rio Grande entre 1687 e 1688 revelam o direcionamento de forças bélicas para a capitania, um dos focos dos conflitos de conquista deflagrados no final do século XVII. Desse modo, observa-se que a estrutura humana e finan-

ceira do período em que a guerra ofensiva aos tapuias se intensifica é suprida — mesmo que de maneira insuficiente — pelas forças militares das capitanias (Paraíba, Pernambuco e de Itamaracá). Nos anos seguintes, a articulação do governo-geral junto com a Provedoria-mor e a Provedoria de Pernambuco para o envio de dinheiro foram fundamentais na manutenção da guerra.

A FAZENDA REAL E O SUSTENTO DA GUERRA

Após todas essas medidas organizadas pelo governo-geral, outra investida militar foi planejada, o envio de Matias Cardoso de Almeida em 1690 com mais uma leva de paulistas reforçaria o combate nos sertões do Rio Grande. A chegada de mais uma leva do Terço dos Paulistas no Rio Grande em 1698, acentuou ainda mais as relações Rio Grande — Pernambuco — Bahia. A Fazenda do Rio Grande não tinha condições de manter sozinha os custos da “Guerra dos Bárbaros” e, por vezes, a administração de Pernambuco intervinha nas questões fazendárias da capitania, inclusive sob o crivo do próprio governo-geral. Esses fatores demonstram como essa dinâmica entre os centros de poder e a capitania do Rio Grande era o que se denomina aqui a relação de complementariedade de gerenciamento. Para além das expressões de poder desses polos, havia o objetivo final de que a dinâmica administrativa do Rio Grande não parasse, fosse por intervenção da Provedoria-mor ou da Provedoria de Pernambuco.

Em 1697, o governador-geral iniciava as primeiras medidas para as despesas que sobreviriam com a chegada outra tropa no Rio Grande. Observa-se a ciência que o governador-geral possuía sobre a necessidade de que a Fazenda do Rio Grande recebesse auxílio externo para o sustento das novas despesas advindas com a “Guerra dos Bárbaros”. O governador-geral, D. João de Lencastre (1694-1702), enviou ordem, em 17 de outubro de 1697, para que o governador do Rio Janeiro emitisse o dinheiro que era necessário para custear as despesas com o Terço que seria enviado ao Rio Grande:

Considerando eu os inconvenientes, que ha para remeter desta cidade ao Rio de Janeiro o dinheiro necessário para a tal despesa, pelo risco, que ha de mar, e piratas, e de ,e não conseguir, um negócio, tive tanto empenho, de Sua Majestade, e reputação de suas armas, ordeno a Vossa Mercê, tenha prontos os mantimentos necessários para esta gente de quaisquer efeitos, que a Fazenda Real tenha nessa Capitania, ou dos que administra a Câmara, na forma da dita carta de Sua Majestade, e de toda a importância, que fizer aquela despesa, sacará Vossa Mercê letra, sobre o Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado, a qual se há de pagar, prontamente. E se houver algum dinheiro, que por algum caminho, pertença a esta Provedoria-mor, se valerá Vossa Mercê primeiro dele (CARTA, Vol. XI, p. 259).

Assim, por ordem do governador-geral, as despesas necessárias para dois meses de socorro, mantimentos e o pagamento dos soldos dos militares deveriam ser sanadas pelo Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, por emissão de letras (os valores) da Provedoria-mor. Após a chegada de uma nova leva do Terço dos Paulistas, em novembro de 1698, agora liderado por Manuel Álvares de Morais Navarro, o governador-geral enviou nova ordem ao provedor-mor para que emitisse 10 mil cruzados, o equivalente a 4:000\$000 réis, ao provedor da Fazenda Real de Pernambuco, para que de lá fosse então enviado ao almoxarife do Rio Grande, Manuel Fernandes de Melo. Por não haver letras naquela quantia foram enviados seis mil cruzados, o equivalente a 2:400\$000 réis (CARTA, Vol. XXXIX, p. 259, p. 12, 13). Considerando-se que no ano de 1697 os contratos da capitania do Rio Grande constavam no valor 1:370\$000 réis, era inviável para a Fazenda do Rio Grande manter um custo tão oneroso (AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42).

Em 18 de agosto de 1702, outra grande remessa de dinheiro foi enviada pelo provedor-mor ao almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco por meio da fragata dos padres da Companhia de Jesus. A quantia de 33 mil cruzados, equivalente ao valor exorbitante de 13:200\$00 réis, seria utilizado para os gastos com as tropas do Terço dos Paulistas. A “Guerra dos Bárbaros” moveu as atenções do governo-geral para a capitania do Rio Grande, e permitiu que altos valores circulassem en-

tre a Fazenda Real e os gastos com a guerra. Observa-se que, mesmo com a ação do governo-geral e da Provedoria-mor, a Provedoria de Pernambuco emerge como intermediária nos trâmites administrativos entre as instâncias Provedoria-mor e Provedoria do Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, nesse processo de organização do sustento da Guerra, observa-se que já nos primeiros anos do conflito houve um intenso diálogo e articulação entre autoridades das Capitânicas do Norte e o governo-geral, no intuito de direcionar forças para o combate nos sertões do Assú. Novos dados para os anos seguintes do conflito, que se estendeu por pelo menos duas décadas a frente, até meados de 1720, poderão apontar mais sobre as dinâmicas de financiamento da Guerra e as movimentações de tropas e interesses para os sertões das Capitânicas do Norte. A questão do combate ao tapuia inseriu o Assú em um complexo jogo político e financeiro, fazendo dos sertões do Rio Grande — que de forma muito fluida misturavam-se com o Siará Grande e Paraíba — um espaço importante nas dinâmicas de conquista dos sertões das Capitânicas do Norte.

REFERÊNCIAS

Fontes:

AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 7.

AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 8.

AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 30.

AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42.

CARTA para o Capitão-mor da Capitania da Paraíba Amaro Velho de Serqueira para socorrer a do Rio Grande para a guerra dos Bárbaros. **Co-leção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional**. Vol. X, p. 251.

CARTA para o Governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior sobre mandar duas Companhias do Terço do Camarão e Henrique Dias

à Capitania do Rio Grande à guerra dos Bárbaros. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X, p. 247-248.

CARTA para o governador de Pernambuco Joao da Cunha de Souto Maior sobre mandar-se socorrer a Capitania do Rio Grande com gente e munições. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X, p. 245.

CARTA para o Governador de Pernambuco João da Cunha de Souto Maior sobre o socorro do Rio Grande e outros particulares. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X, p. 291-292.

CARTA para o Provedor da Fazenda da Capitania de Pernambuco sobre as ordens que se passaram pelo Governo passado para a Capitania do Rio Grande. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Vol. X, p. 333-334.

CARTA para o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro ter prontos os mantimentos para a gente do Terço, para a guerra do Rio Grande, de que é Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Volume XI. p. 259-260.

CARTA para o Provedor da Fazenda do Rio Grande Manuel Tavares Guerreiro sobre os 6 mil cruzados que se lhe remeteram para socorrer o Terço dos Paulistas e ele socorrer ao Arraial. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Volume XXXIX. p. 12-13.

CARTA que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Souto Maior sobre a guerra do Gentio bárbaro do Rio Grande. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional**. Vol. X, p. 263-267.

CARTA que se escreveu ao coronel Antônio de Albuquerque da Câmara sobre a guerra do gentio do Rio Grande. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional**. Vol. X, p. 276-280.

CARTA que se escreveu ao governador de Pernambuco Fernão Cabral sobre a guerra dos bárbaros. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional**. Vol. X, p. 293-295.

CARTA que se escreveu ao Bispo de Pernambuco sobre o sucesso da guerra do Rio Grande. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional**. Vol. X, p. 306-308.

CARTA que se escreveu ao Bispo de Pernambuco sobre o sucesso da guerra do Rio Grande. **Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional**. Vol. X, p. 306-308

BIBLIOGRAFIA:

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões:** a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ALVEAL, Carmen. 2014. “Capitanias do Norte”. In: SERRÃO, J. V.; MOTTA, M.; MIRANDA, S. M. (Dir.). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2014v023.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento:** a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723). 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

LANGFUR, Hal. **Fronteira:** convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (Org.). **Espaços coloniais:** domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros:** resistência indígena e conflito no Nordeste colonial. Recife: Fundap/CEP, 1990.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, SP: Hucitec EDUSP Fapesp, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras:** conquista e ocupação do sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

TAUNAY, Afonso d'E. **A guerra dos bárbaros**. 2 ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado ETERN, 1995. 331, 36 p. (Coleção Mossoroense. Série “C”, v. 864).

Narrativas do Cangaço e (re)vivências do passado: Os Cangaceiros de Paulo Afonso

Isabela Mouradian Amatucci¹

O presente artigo trata da forma como um grupo específico memoriza o cangaço, o fenômeno histórico de banditismo de fins do século XIX até o ano de 1940, na atual região Nordeste do Brasil, predominantemente no sertão. O que busquei mostrar ao longo da pesquisa de mestrado ora apresentada, é como memorizar o cangaço, para o grupo específico, é (re)vivê-lo, ou fazer um outro *cangaço*², que guarda elos com aquele do século XX, mas que tem modos e dinâmicas próprias, que o diferenciam, evidentemente, do cangaço-histórico³. No município de Paulo Afonso, situado às margens do Rio São Francisco, na Bahia, sempre durante o carnaval, o grupo Cangaceiros de Paulo Afonso memoriza o cangaço através da constituição de uma narrativa da vida de Lampião. O grupo se divide entre *cangaceiros* e *forças volantes* (desta-

-
- 1 Isabela Mouradian Amatucci, Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP. Endereço Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6227692242734446>. Endereço eletrônico: isabela.amatucci@gmail.com.
 - 2 As expressões em itálico serão utilizadas para o vocabulário e expressões utilizadas pelos Cangaceiros de Paulo Afonso. Demais termos, como referências bibliográficas e citações diretas de autores serão aspeados somente.
 - 3 Utilizarei a expressão “cangaço-histórico” para diferenciar do cangaço de Paulo Afonso. Esclareço, ademais, que trato aqui apenas do cangaço tal qual empreendido por Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, desconsiderando outros grandes cangaceiros que empreenderam outros cangaços. Considero que o cangaço de Lampião guarda particularidades que o diferenciam dos demais cangaceiros, cf. AMATUCCI, 2020.

camentos policiais móveis) que, trajados de acordo, saem caminhando pelos bairros e ruas do município, encontrando-se nas ocasiões de combate. Em tais momentos, *cangaceiros* e *volantes* lutam entre si com punhais de madeira e espingardas carregadas com balas de festim. Quando não se encontram, seguem caminhos diferentes, perfazendo um roteiro próprio. Os *cangaceiros*, que são acompanhados de uma pequena banda musical — triângulo, zabumba, tom-tom e sanfona —, cantam e tocam canções sobre o cangaço e o grupo, e os *volantes* marcham em silêncio. Ambos fazem paradas nas *fazendas*, locais de homi-zio e descanso de *cangaceiros* e *volantes*, análogos aos locais onde se refugiavam *cangaceiros* durante a primeira metade do século XX. O festejo termina com a *morte de Lampião*, apresentada ao público da cidade. A memorização do cangaço é assim manifestada durante o período de carnaval — mas não restrito a ele. Ou seja, no festejo, no uso dos corpos, das roupas, das canções e nas ações, através das características do cangaço histórico que mais marcaram o grupo e seus integrantes. Durante o carnaval, nos mais de sessenta anos de existência do grupo, os Cangaceiros de Paulo Afonso reafirmam seus vínculos com o passado vivendo a narrativa da vida de *Lampião*, criada a partir das histórias, causos e anedotas sobre o cangaceiro que circulavam pelo sertão.

A memória e o sentido que diferentes sociedades, grupos e pessoas atribuem ao passado são objeto de estudo muito explorados entre historiadores nas últimas décadas (AMATUCCI, 2020, p. 15). Longe de seu esgotamento, cada estudo sobre memória abre a possibilidade para que se aprenda algo novo sobre como ela opera e como suas operações resultam em diferentes reelaborações do passado. O interesse em estudar a memória do cangaço é justamente esse: o mesmo fenômeno enseja memorizações muito diferentes entre si. Conforme tratado em outra ocasião (AMATUCCI, 2020, p. 104 et-seq.), o campo de estudos da memória do cangaço

tem se expandido nos últimos anos, em razão da observância de certa explosão das formas de memorização do fenômeno. Para além da produção de memória no meio literário, acadêmico ou cinematográfico — espaços onde a temática do cangaço foi tema constante desde o início do fenômeno e até os dias de hoje —, a partir da década de 1980 começam a abundar memorizações coletivas nas localidades por onde transitaram Lampião e seus cangaceiros e cangaceiras. Essas memorizações se relacionam com as marcas e impressões deixadas por Lampião pelo cangaço de Lampião e a forma como aqueles afetados de alguma maneira por tais impressões as reelaboram. Um exemplo disso são as cidades de nascença e morte do cangaceiro, Serra Talhada (PE) e Poço Redondo (SE), respectivamente, que marcam as efemérides da vida do bandoleiro através da ação de fundações, grupos e instituições de memória, partindo da investidura dos municípios, mas que se iniciaram como ações autônomas da sociedade civil.

Paulo Afonso, contudo, é um caso que se destaca nesse cenário. A cidade não existia durante o período do cangaço. Era um local de passagem e parada de boiadas. Passa a crescer e torna-se município com a construção da Usina Hidrelétrica do São Francisco (doravante Chesf), iniciada em 1948, e a consequente migração de sertanejos de várias localidades do Nordeste para trabalhar nas obras — Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e outras regiões da Bahia. Esses sertanejos trouxeram para o novo município um repertório de experiências no qual o cangaço exercia um peso significativo. Em 1956, alguns operários da Chesf começam a festejar o carnaval trajados como *cangaceiros*, inaugurando uma das primeiras memorizações do cangaço da região. Através dos festejos, os Cangaceiros de Paulo Afonso trazem o cangaço para o cenário do grande entreposto energético em construção no sertão do Vale do São Francisco, como uma memória que também pertencente ao recém-criado município, uma vez que o fenômeno era, e ainda

é, parte do universo cultural da população que veio a conformar Paulo Afonso no final da década de 1940.

Ao me deparar com uma experiência do cangaço como a dos Cangaceiros de Paulo Afonso, algumas questões se colocaram: quais eram os laços entre Paulo Afonso e o cangaço? Seria possível rastrear tais laços materialmente? Como o cangaço era memorizado dentro do grupo? Como esse passado era entendido? O que faziam os Cangaceiros de Paulo Afonso com esse passado? Como ele era reelaborado no presente? A chave de entendimento estava no que acontecia durante a festa de carnaval. Como estratégia, me pareceu natural que acompanhasse os festejos de carnaval e seus preparativos, de modo que adotei o trabalho de campo e a etnografia como metodologia, realizando sucessivas idas a campo nos anos de 2016, 2017 e 2018. A partir das pesquisas de campo, novos questionamentos foram surgindo. Havia ali um entendimento muito particular do cangaço. Com isso quero dizer que cangaço, para o grupo, é um termo que se refere a mais de uma coisa. Se refere tanto ao cangaço histórico como ao que os Cangaceiros de Paulo Afonso *fazem*. Esse outro *cangaço* não é algo que acontece somente na festa de carnaval — ainda que nesse período ele flua, por assim dizer, totalmente. Esse cangaço se espalha para outros aspectos da vida dos sujeitos aqui considerados: nas relações que desenvolvem com outras pessoas da cidade, em ritos de outras ordens — como em casamentos, aniversários, funerais — e no trato cotidiano. Pude participar de algumas dessas solenidades, e tive acesso aos registros de outras. Não apenas se vive no *cangaço* como se morre nele também — *cangaceiros* e *volantes* muitas vezes são enterrados trajados, levados a morada final por um cortejo também trajado, que entoa canções de adeus, finalizando todo o rito com uma salva de tiros de festim.

Para todos os efeitos, *cangaceiros* e *volantes* são *cangaceiros* e *volantes*: agem como tais — não como aqueles que existiram,

mas certamente guardando laços com eles; se reconhecem como *cangaceiros* e *volantes*, são reconhecidos na cidade dessa forma. A questão, portanto, tornou-se entender o que consistia em *fazer cangaço*, *viver no cangaço*, como dizem os Cangaceiros de Paulo Afonso, e o carnaval era o momento em que esse *cangaço* era vivido por completo. Como disse: memorizar o cangaço é (re)vivê-lo, ou fazer um outro *cangaço*. Trata-se de entender que a memorização do fenômeno passa, necessariamente, por ações: vestir-se como *cangaceiros* ou *volantes*; combater *cangaceiros* e *volantes*; beber e cantar as músicas do *cangaço*; caminhar pelos bairros do município. Andar com os Cangaceiros de Paulo Afonso foi o que possibilitou enxergar essa dinâmica de movimento e ação que são parte da essência do *cangaço* de Paulo Afonso. Para *cangaceiros* e *volantes*, não há carnaval sem caminhada, sem mobilidade. Apropriar-se do território, tal como fazia Lampião na primeira metade do século XX, também é *fazer cangaço*.

A memorização do cangaço, portanto, é uma forma de inserção desses sujeitos na História do cangaço da região do sertão do São Francisco, como procurei demonstrar ao longo da pesquisa de mestrado (AMATUCCI, 2020, p. 27 et-seq.). Antes de declarar a ausência dos laços e vínculos que conectam o grupo ao cangaço histórico, tentei entender as formas múltiplas pelas quais esses vestígios os alcançaram. Há uma razão pela qual existe um festejo de carnaval aonde um grupo faz alusão a um fenômeno histórico. Mas se Paulo Afonso não era uma localidade durante o período do cangaço, qual a natureza de tais vínculos? A resposta para tal questão se relaciona com a atuação de Lampião no sertão do Nordeste. Entendo que Lampião agia como um espectro sobre o sertão, “ubíquo”, como apontou Ranulpho Prata (1934 *apud* MARQUES, 1999, p. 137). A mobilidade territorial de Lampião (VILELLA, 1999), sobretudo na chamada segunda fase do cangaço (MOURA, 2008; LUSTOSA, 2014) — após a travessia para a Bahia em 1928 —, sua capacidade

rápida e eficaz de locomoção pelos sertões do Nordeste; a dificuldade com que seus perseguidores tentavam localizar seus rastros, invisíveis na maioria das vezes; a quantidade de cangaceiros sob seu comando, espalhados por cantos diferentes do sertão, divididos em subgrupo que agiam de forma mais ou menos independente, mas ainda assim obedeciam a seu comando; e a quantidade de histórias e causos que circulavam sobre seu paradeiros e seus feitos — fossem tais histórias verdadeiras ou falsas. Todos esses fatores apresentados faziam de sua presença uma ameaça constante. Não se sabia quando ou onde Lampião iria aparecer, de modo que tornou-se, anda vivo, um espectro sempre presente na vida dos habitantes do sertão — ou no mínimo um assunto sobre o qual sempre se tinha algo a falar e, diga-se de passagem, ainda tem (SÁ, 2011; MARQUES, 2013; AMATUCCI, 2020). As histórias de Lampião viajaram por muitos quilômetros pelos sertões. Sua presença era sentida ainda que o cangaceiro estivesse fisicamente ausente (AMATUCCI, 2020, p. 22). Meu argumento é que sua memória também se manifesta de modo espectral — presente ainda que materialmente ausente —, estando em forma latente ou manifesta em muitas localidades do sertão por onde o cangaceiro passou, bem como nos locais por onde não passou fisicamente. Em outras palavras, não era preciso ter visto Lampião ou um de seus cangaceiros e cangaceiras para viver em um mundo permeado por cangaço (AMATUCCI, 2020, p. 144).

A região do atual município de Paulo Afonso, compreendendo seus 74 povoados rurais, é uma região na qual inúmeros cangaceiros e cangaceiras nasceram (LIMA, 2013). Os integrantes do grupo Cangaceiros de Paulo Afonso conhecem inúmeras histórias sobre esses cangaceiros, ainda que muitos nunca tenham conhecido ou visto cangaceiros. Os primeiros *cangaceiros* do grupo foram contemporâneos aos fatos, conhecem as histórias do cangaço que contavam em suas localidades natais, histórias de familiares, de vizinhos, assim como conhecem as histórias da

região de Paulo Afonso. Essa transmissão de histórias, causos e boatos é uma característica do cangaço — de como ele atuava — e de sua memória também.

Os primeiros *cangaceiros* de Paulo Afonso contavam e recontavam essas histórias do cangaço entre si e para os outros. Elas faziam parte do seu universo, das suas experiências anteriores a Paulo Afonso: carregaram-nas desde suas localidades natais até o novo município. É a partir da troca de experiências, ou seja, do ato de narrar (BENJAMIN, 1983, p. 57), que esses primeiros *cangaceiros*, em sua maioria operários da Chesf, condensaram seu repertório em uma narrativa da vida de Lampião, na qual o cangaceiro canta, dança, bebe e come, combate as forças volantes e por fim morre pelas mãos desta. Assim, a narrativa ressalta pontos importantes de sua trajetória do bandoleiro e das marcas deixadas nos povoados e localidades por onde passou. As festas promovidas por Lampião, nas quais o cangaceiro expressa sua generosidade e afabilidade, eram famosas pelos sertões afora (CHANDLER, 1980, p. 99; MARQUES, 1999, p. 109). Essa narrativa era aquela apresentada no carnaval pelo grupo Cangaceiros de Paulo Afonso, conservando, até hoje, sua estrutura original¹.

Ao experimentar, ano após ano, a mesma narrativa, o cangaço que um dia era uma história narrada e vivida, se transformou em novas histórias, que passaram a ser vividas a partir do que acontecia em cada carnaval. Todo o carnaval *cangaceiros* e *volantes* se trajam como tais, saindo pelas ruas de Paulo Afonso, combatendo entre si. Essa oposição entre *cangaceiros* e *volantes* era uma forma de apontar para a relação histórica entre os grupos: as forças volantes eram os destacamentos das polícias estaduais que per-

1 Ainda que tenha tido contato com pouquíssimos cangaceiros da primeira geração, muitos já falecidos ou extremamente debilitados, o festejo e as histórias sobre os anos iniciais do grupo me foram informadas por cangaceiros e cangaceiros que conviveram com tais membros, fotografias do grupo datadas das décadas de 1950 e 1960, e pela dissertação de Mestrado de Marcos Edilson Clemente de Araújo (2003).

seguiram Lampião e seus cangaceiros pelo território do Nordeste. É notório o ódio devotado, por exemplo, pela força volante Pernambuco, composta por habitantes de Nazaré, povoado vizinho à localidade de nascença de Lampião, em razão das desavenças ocorridas entre o cangaceiro quando sua área de atuação ainda era centrada no referido estado. Essa dinâmica dos *cangaceiros* e *volantes* de Paulo Afonso, contudo, tinha como intuito inicial apontar para a existência da relação entre cangaceiros e volantes — lembrando que o cangaço não era apenas um “mal” por si só, mas acompanhado de outros “males”, como a atuação das volantes e seu trato com as populações sertanejas, que por vezes excediam em crueldade as atrocidades cometidas por cangaceiros passando a delimitar uma oposição real, crescente a cada carnaval, definindo traços característicos da relação entre o grupo de *cangaceiros* e o grupo das *volantes* de Paulo Afonso. Não somente na relação entre *cangaceiros* e *volantes*, mas da forma como ambos se relacionam com a população de Paulo Afonso. Não é exagero dizer que muitas pessoas têm medo dos *cangaceiros* e *volantes*, afinal são um bando de homens e mulheres que saem dando tiros de festim pelas ruas do município, causando certo alvoroço por onde passam. Nos anos iniciais do grupo, nas décadas de 1950 e 1960, havia aqueles que acreditavam que se tratava dos cangaceiros históricos, por vezes dando pertences e presentes aos *cangaceiros* de Paulo Afonso (AMATUCCI, 2020, p. 67).

As vestimentas, as músicas, o xaxado, a caminhada pelos bairros do município: o *cangaço* de Paulo Afonso carrega elos com o cangaço histórico, evidentemente, mas desenvolveu autonomia em relação a ele. Durante o festejo de carnaval, as histórias contadas são aquelas dos carnavais passados, das grandes brigas entre *cangaceiros* e *volantes*; contam sobre os finados membros do grupo; discutem a hierarquia interna, a atitude e a desobediência —

reprovável, sempre — daqueles que desrespeitam os *comandos*²; das anedotas cômicas de um ou outro *cangaceiro* ou *cangaceira* que se aventurou sozinho (a) pelas ruas da cidade.

Os sujeitos ora retratados criaram sociabilidades que giram em torno do *cangaço*. Não somente, sociabilizam como *cangaceiros* e *volantes*. Assim se relacionam com a população de Paulo Afonso, assim são conhecidos pela população de Paulo Afonso. Criaram músicas que confundem o cangaço histórico com sua própria história, até o ponto de não ser possível discernir os dois cangaços em certos contextos. Recontam hoje as histórias mais famosas, cômicas e dramáticas da sua própria trajetória.

A festa de carnaval, portanto, é um momento privilegiado para ver o que é o *cangaço* do qual me falavam os membros do grupo. Mais especificamente, o que é *fazer cangaço*, tendo sempre em mente que este outro *cangaço* denota ação e movimento — assim como o cangaço histórico. O carnaval carrega em si a inversão inerente ao festejo carnavalesco (DA MATTA, 1979), que permite que haja, de alguma forma, uma corrupção da realidade — uma inversão do real. Com isto quero dizer que o carnaval permite com que um acontecimento como o cangaço histórico, findo no espaço-tempo, possa ocorrer “novamente”. É evidente, também, que no carnaval há uma disposição da população e das autoridades municipais para que certas regras de conduta social sejam violadas — como, por exemplo, tiros de festim nas ruas da cidade, as lutas de punhal. O carnaval, portanto, instaura um tempo em que não parece totalmente estranho a um transeunte na rua encontrar com homens e mulheres trajados de *cangaceiros* e *volantes*.

2 Os comandos são a mais alta divisão hierárquica dentro do grupo dos cangaceiros e dos volantes de Paulo Afonso durante o carnaval. São eles que comandam o grupo, resolvendo questões internas e externas ao grupo que eventualmente surgem durante o festejo, direcionam as andanças e caminhas, permitem lutas de punhais e tiros de festim, apartam brigas etc. O comando do cangaço é composto por Lampião, Maria Bonita, Dadá e Corisco — Corisco foi o chefe de subgrupo mais famoso do bando de Lampião, sua morte em 1940 decreta, no entendimento historiográfico, o fim do cangaço. O comando da volante é composto pelo Capitão, Tenente, Sargento e Cabos (as três últimas patentes têm representantes mulheres e homens).

É dessa forma que os Cangaceiros de Paulo Afonso se inserem num circuito de memorizações do cangaço em outras localidades do sertão do Nordeste. Trata-se de pessoas, grupos, fundações, instituições e localidades que agenciam a memória do cangaço partindo do modo como as marcas de Lampião os alcançaram. A Rota do Cangaço, como se denominou certo roteiro turístico, é formada por cidades do sertão do Nordeste que guardam episódios específicos da vida de Lampião, como os locais de seu nascimento e morte; de enfrentamentos de grandes proporções entre volantes e cangaceiros; de brutalidades e chacinas; locais de onde vieram cangaceiros notórios etc. De modos diferentes, essas localidades e os grupos, instituições e pessoas que promovem ações de memorização dão sentido aos vestígios que guardam do cangaço. Tal como pontua Ricoeur (2016, p. 205), vestígio é um “efeito-sig-no”: a marca (material) da passagem do ser humano pelo mundo é um vestígio a partir do momento em que alguém o encontra e lhe confere significado. Ainda que o autor se refira apenas às marcas e impressões materiais que o ser humano deixa no espaço, considero a oralidade como um vestígio imaterial, que igualmente deve ser considerado. Os agentes da Rota do Cangaço agenciam diferentes vestígios do fenômeno através da marcação dos locais de passagem do cangaceiro com monumentos, eventos ou celebrações; através da guarda de objetos, fotografias e outros materiais da indumentária cangaceira; através da música e do xaxado. Muitos dos agentes de memória considerados aqui preocupam-se com a exatidão dos elos que os ligam ao cangaço, com a exatidão dos fatos, com a reprodução perfeita de sua indumentária. Ao mesmo tempo, preocupam-se em dar corpo à memória esparsa e muitas vezes pouco palpável de Lampião, celebrando missas e tributos a cangaceiros mortos em combate (SÁ, 2011).

O cangaço aqui, tal como para os Cangaceiros de Paulo Afonso, organiza a forma como esses grupos se relacionam com seu

passado e com o passado histórico. Diferente de outras formas de memorização do cangaço (filmografia, literatura e produções acadêmicas), a população da Rota do Cangaço possui elos afetivos com o fenômeno, reelaborando-o constantemente, em função de diferentes aspectos de suas vidas.

De modo geral, os agentes da Rota do Cangaço apresentam formas de memorização do cangaço a partir de diferentes agenciamentos de seus vestígios. Os grupos de memória das cidades da Rota recuperam a memória de Lampião e seus cangaceiros e cangaceiras principalmente a partir da década de 1980, depois de certo período de elaboração e apaziguamento dos acontecimentos. Alguns desses agentes apontam para a constituição de um campo próprio de estudos sobre o tema, que parte das ações locais de memorização, como o trilhar dos caminhos de Lampião, a recuperação dos testemunhos e objetos dos descendentes de cangaceiros e volantes, e outros que tiveram contato direto com o bandoleiro. Esse é o entendimento sobre memória que esses grupos têm. Esse campo de estudos se forma a partir da adoção de métodos pelos quais se validam as informações descobertas, fazendo, de certa maneira, um trabalho similar ao que faziam os contemporâneos ao fenômeno — preocupando-se com a espacialização do fenômeno e o mapeamento de seus objetos e vestígios materiais. O tempo todo descobrem e agenciam novas evidências, bem como revisitam fatos e controvérsias, tornando-as parte do cangaço ao pautarem, também, pesquisas que senão em meios externos aos seus — como por exemplo pesquisas do meio acadêmico (AMATUCCI, 2020, p. 104 et seq.).

Outros dos agentes se preocupam com uma ou outra imagem de Lampião, seja para entendê-lo como um bandido, um herói ou como alguém que agiu em conformidade com o meio e o tempo em que viveu — perspectivas sobre o caráter de Lampião que são discutidas desde o tempo em que estava vivo.

Em Paulo Afonso, tanto os *cangaceiros* e *volantes* quanto outros agentes, reivindicam a memória do cangaço como sua e acabam, propositalmente ou não, inserindo o município dentro do circuito de memorizações da Rota do Cangaço. Os Cangaceiros de Paulo Afonso não se preocupam nem com a exatidão nem com a espacialização dos movimentos de Lampião, ainda que suas ações tragam Paulo Afonso para a História do cangaço. Tampouco se preocupam com as imagens representativas do cangaceiro. Agenciam os vestígios imateriais do cangaço histórico, que chegaram através da memória oral, da memória corporal (SÁ, 2008, p. 9). Para o grupo, *Lampião* apenas é. É nesse sentido em que agenciam os vestígios do cangaço. O fenômeno chegou até eles como resultado de suas próprias ações também: compartilhar histórias do cangaço, narrar a vida de Lampião, trocar experiências — algo que acontece desde os primeiros anos do fenômeno. O cangaço histórico não está apartado da ação: narrar o cangaço, *caminhar* como *cangaceiro*, *cantar* músicas do *cangaço*, viver o *cangaço*. Em Paulo Afonso, memorizar é sempre verbo, porque pressupõe ação e movimento, e é dessa forma que o grupo mantém seus vínculos com o cangaço histórico e como transmite sua memória às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AMATUCCI, Isabela Mouradian. **Sentidos da memória:** a experiência do cangaço em Paulo Afonso - BA. 165f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. *In: Textos escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*; traduções de José Lino Grünnewald ... [*et al.*]. — 2 ed. — São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião:** o rei dos cangaceiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Lampiões Acesos: a Associação Folclórica e Comunitária dos Cangaceiros de Paulo Afonso, BA e os processos de constituição da memória coletiva do cangaço (1956-1988)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LIMA, João de Sousa. **Lampião em Paulo Afonso**. Paulo Afonso/BA: Fonte Viva, 2013.

LUSTOSA, Isabel. **De olho em Lampião**. São Paulo: Claro Enigma, 2014.

MARQUES, Ana Claudia. Pactos e Rupturas e Arranjos: Rumos de um Cangaceiro. *In*: MARQUES, Ana Claudia, BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Território em Movimento**. Itajaí: Univali, 1999.

MARQUES, Ana Claudia. Founders, ancestors and enemies. Memory, family, time and space in the Pernambuco Sertão. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 19(4), 2013, p. 716-733.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. **Tempo e Narrativa (tomo 3)**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. “**Santos e Demônios: Religiosidade Popular e a Memória do Cangaço no Sertão do Rio São Francisco**”. Prepared for delivery at the **IX Congress of Brazilian Studies Association**, Tulane University, New Orleans, Louisiana, USA, March 27-29, 2008 (p. 1-10).

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **O cangaço nas batalhas da memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Cangaço Banditismo Nômade. *In*: MARQUES, Ana Claudia, BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Território em Movimento**. Itajaí: Univali, 1999.

O sertão na arte: representações e contrastes na série Retirantes de Cândido Portinari (século XX) e Thales Kelven (século XXI)

Gleice Linhares de Azevêdo¹

INTRODUÇÃO

Ao adentrar nos estudos sobre sertão, deparo-me com a famosa frase do Guimarães Rosa “*o sertão está em toda parte*”, logo, emerge a seguinte indagação: como, se o sertão que ora se eternizou na arte, no cinema, na literatura remete ao sertão único e homogêneo a uma espacialidade regional nordestina? Onde estão os outros sertões? Em que partes? Essas inquietações caminharam conosco ao longo das estradas de rodagens, as quais fiz, em todas as idas e vindas, dos sertões paraibanos ao riograndenses, em dias de aulas, no mestrado em História dos Sertões, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN, no Centro de Ensino Superior do Seridó — CERES, localizada na cidade de Caicó/RN, na zona denominada, Seridó.

A assertiva da frase se condensou, tão logo, os sertões foram surgindo em outros estados do Brasil, em pesquisas historiográficas, antropológicas e sociais pertinentes à temática sertões, durante nossos estudos. “As partes”, aqui, no sentido de espaço, formam muitos outros sertões perscrutados em outros lugares, como os sertões ma-

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História/PPHIST, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Centro de Ensino Superior do Seridó/CERES/Caicó/RN. <http://lattes.cnpq.br/9977830338247954> e-mail: gleicelinharesbbc@gmail.com.

to-grossenses, amazônicos, até circunscritos em espaços vizinhos ao atual mapa do Brasil, como os pampas argentinos, construídos na ideia de lugar interior e incivilizado, numa conotação aproximativa ao sertão nordestino, construído pelo imaginário e por discursos visuais, em questão, neste estudo.

Ora, o sertão recolhido ao espaço do interior, a lugar distante e longínquo cristalizou-se na escrita dos intelectuais e viajantes ao associarem sertão à ideia de região vazia e bem distante, como se não conseguisse alcançar este espaço, fora dos domínios da coroa portuguesa. Neste sentido, no Brasil, o sertão se constitui no outro, no espaço que estar no interior para além da costa litorânea. Espaço ainda não visitado, visto que, a concentração do povoamento acontece pela costa, as capitanias que foram formadas e doadas aos seus donatários não chegaram a ser ocupadas por todos de direito, alguns nem vieram para o Brasil tomar posse das terras.

Assim, no caminho da colonização, o sertão era o espaço da alteridade, aquele distante, tão logo, despertou o imaginário, o medo de lugar tão desconhecido pelos portugueses viajantes. Mas, o espaço distante também gestava o outro não branco, não civilizado, a barbárie em pessoa, deste modo, pelas lunetas dos portugueses olhou-se para o sertão na ideia do incivilizado, no oposto ao litoral que era cortês, produtivo e branco.

Até então, o sertão é pintado desta forma nos discursos ditos oficiais. O sertão do patriarcado português, que gerou o açúcar pela mão dos escravos e construiu as fazendas de gado sobre a morte de milhares de indígenas no interior, denominado sertão. Do século XIX para o XX, o sertão molda-se com os discursos que penetram fugazmente na associação da espacialidade com a seca. A imagem parece nunca mais se dissociar, até quando Portinari retrata para o mundo, a famosa série *Retirantes* de 1940, composta por três quadros, *Os Retirantes*, *Criança Morta* e *Enterro na*

Rede. A série provoca um misto de dor e revolta para com uma região abandonada pelo poder público. Dessa maneira, o sertão se conecta à ideia de Nordeste, visto que a região é associada ao lugar do interior, de área seca, da miséria retratada nas obras, dos sujeitos flagelados, sem condições mínimas de sobrevivência, uma eterna imagem congelada no tempo deste lugar.

Diante dessas pinceladas, enveredamos pelas imagens que ora pintaram o sertão em variados tempos, conduzindo narrativas que culminaram na visualização do sertão do cacto, da caatinga seca e da morte, ao mostrar a miséria do povo e da falta de água, dos andarihos que retiram-se do sertão ao voo dos urubus, na empreitada das vítimas da seca, como bem demonstra a obra *Os Retirantes*.

Na contemporaneidade, o sertão é retratado de diversas formas e em diversos aspectos, nas suas dimensões sociais, geográficas, econômicas, política, religiosa, pelo imaginário popular, e, sobretudo, pela persistência de alguns discursos no campo das artes. Neste sentido, nossa proposta tem por objetivo contrastar e problematizar estas imagens encrustadas no século XX, por Portinari com algumas pinturas regionalista contemporâneas, do artista Thales Kelven, pintor de arte NAIF, do estado da Paraíba — PB.

Nesta direção, nos alicerçamos em problematizar como os dois artistas de temporalidades tão distantes discutiram o sertão na pintura, levando em consideração o lugar social do artista, sua condição de origem, as experiências com o sertão e como a narrativa visual constrói este espaço. Destarte, nossa análise parte do conteúdo das obras, pelo viés discursivo sobre sertão, e, não do ponto de vista técnico e estético das pinturas.

Esclarecido esses pontos, nosso estudo se divide em duas partes: a primeira parte é pincelada na discursão sobre o sertão da famosa frase de Guimarães Rosa, “*O sertão está em toda parte*”, na tentativa de entender onde estão alocados os sertões, em outras palavras, como

aparecem os sertões, na dimensão cultural, mais especificamente, na literatura, previamente citada do Guimarães Rosa e dos letrados, como Euclides da Cunha, José de Alencar, ou na poesia de Junqueira Freire, enfim; perceber os sertões discutidos no pensamento intelectual e pelo ponto de vista epistemológico das outras ciências.

Nesta primeira parte costuramos o diálogo, também, com Janaina Amado (1995) que aponta as dimensões culturais por onde se solidifica a ideia de sertão, além da discursões de um sertão imaginário pelos relatos de viagens de cronistas, como aponta Tiago Bonato (2010). Logo também discutiremos a etimologia da palavra sertão com o historiador Erivaldo Fagundes Neves em *Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Social*, o qual destaca que, a etimologia da palavra sertão é “obscura” por se trata de um conceito polissêmico. Logo Kalina Vandelei em *O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)* abordar que à palavra sertão, de etimologia incerta, aparece primeiramente ligada ao sentido de deserto, enquanto espaço vazio.

Na segunda parte analisamos o quadro *Os Retirantes* da década de 1940, de autoria de Cândido Portinari. Metodologicamente confrontamos estas telas com duas obras, do artista Thales Kelven, que são *Pássaros da Caatinga e Nordeste Cultivando a Terra*, ambas do ano de 2016, pautando-se nas análises de conteúdo das telas, ou seja, nos elementos presentes que compõem a narrativa e reverbera discursivamente a ideia de sertão.

“O SERTÃO ESTÁ EM TODA PARTE”

O sertão nos seus vários sentidos esteve presente em diversos estudos de categoria regional na América do Norte¹ e América do Sul²,

1 Da história da Fronteira à história do Oeste: Fragmentação e crise na Western History norte-americana no século XX do autor Arthur Lima de Avila traz a discursão da fronteira pela oposição entre os conceitos de selvagem e civilização. Nesse sentido, a fronteira era o espaço que se entendia pela zona de interação cultural entre selvagem, no caso o indígena, e o colono, visto como o civilizado.

2 Facundo: civilização e Barbárie uma leitura da sociedade Argentina no século XIX do autor Leandro José Nunes.

coabitando também em pesquisas acadêmicas brasileiras, tanto no campo do pensamento histórico, social e cultural. Os estudos dedicados ao âmbito da história têm discutido o sertão tanto na sua espacialidade geográfica, onde o sertão aparece como zona do interior, lugar distante e de região vasta. Enquanto no campo social, a partir dos estudos de Candice Vidal³, o seu pensamento agrega outro sentido de sertão, voltado categoricamente para o conceito de fronteira, tomado pelo sentido das transformações dentro do espaço interno do país.

O sertão permeia também o campo cultural, ocupando ora a literatura brasileira romântica, realista ou regionalista e dita popular, ora trazendo elementos para se pensar o sertão nas obras de grandes intelectuais, como José de Alencar, com a obra em prosa romântica, *O Sertanejo*; Rachel de Queiroz e seu romance, *O Quinze*; Graciliano Ramos e *Vidas Secas*; Euclides da Cunha, com sua obra regionalista, *Os Sertões*; Guimarães Rosa em seu famoso, *Grande Sertão: Veredas*, dentre outros que referenciaram o sertão como tema.

Outros expoentes nomes do campo literário sobre sertão estão na poesia, como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Castro Alves. A literatura, assim, trouxe o sertão como categoria social por meio de seus personagens típicos do interior e pelos símbolos culturais e geográficos de cada lugar dos sertões do Brasil. Desta forma, Janaina Amado (1995) aponta que “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com seus personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte e definitivamente o imaginário brasileiro” (AMADO, 1995, p. 146).

Além dessa conotação cultural, o sertão transcende para outros espaços e se configura no campo das artes principalmente no aspecto imagético com as pinturas, no audiovisual, com as produções cinematográficas, com a música regional, cantando a cultura e ocupando o teatro e a fotografia. Dessa maneira, percebe-se que o

3 Na obra *A Pátria Geográfica: Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*, a autora discorre profundamente o conceito de fronteira para a constituição da categoria sertão.

“sertão estar em toda parte”, como dizia Guimarães Rosa. O sertão que lembra o Nordeste não é um conceito que, somente, determina os aspectos de uma única região, pelo contrário, até nos lugares inimagináveis o sertão é denominado e caracteriza outros espaços geográficos ou sociais. Assim, o sertão como região encontra-se também nos sertões dos estados do norte ou centro oeste⁴, se localiza nos sertões da região Sudeste, como os interiores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro ou até mesmo no sertão da região Sul.

Nesse horizonte de vários sentidos que coaduna o sertão, construiu-se ao longo do tempo a ideia de sertão como uma região específica ao nordeste. Tendo em vista, que o processo de colonização da América Portuguesa iniciou-se pelo sertão nordestino, mais precisamente pelos atuais estados da Bahia e Pernambuco, principais centros econômicos daquele período. No entanto, a exploração inicial se configurou pelo litoral, enquanto havia pouco interesse no desbravamento do interior. Esse fato se deu pelo próprio imaginário que se estruturou em torno do sertão, como “sertão fechado e misterioso era bastante povoado por animais fantásticos e, em maior ou menor escala, os soldados partilhavam desse imaginário” (BONATO, 2010, p. 2).

Nas narrativas que se teceram sobre o sertão, a conotação de espaço geográfico como lugar distante e longínquo se condensou e até nos primeiros relatos, da carta de Pero Vaz de Caminha, ao descrever a região para o rei de Portugal, o sertão aparece. No entanto, não existe consenso para se pensar a etimologia correta da palavra sertão, ela remete a vários significados e está presente também no oriente⁵, com a presença lusa nessas terras.

4 O trabalho de Eduardo de Melo Salgueiro “Fugindo do estigma: visões sobre Mato Grosso nas páginas da Série realidade brasileira e Brasil-Oeste” trata do estigma que se formou em torno da região, através de representações negativas sobre aquele lugar. Através de duas revistas o autor analisará essas representações.

5 Tiago Bonato cita em sua dissertação intitulada “O Olhar, à descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial” (1783-1822)” as obras de Diogo Couto e João de Barros que falam de sertões nas “Décadas da Ásia”, no qual retrata os efeitos dos portugueses nessa região.

Destarte, o historiador Erivaldo Fagundes Neves em *Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Social* destaca que, a etimologia da palavra sertão é “obscura” por se trata de um conceito polissêmico que adquiriu vários sentidos, na medida que o território brasileiro se “alargava” para além da linha de Tordesilhas. Silva (2006) destaca que a genealogia da palavra sertão remete de desertão, no sentido de deserto, mas não o deserto físico e climático, porém, na ideia de espaço vazio.

É interessante notamos que, a conotação da palavra sertão, como lugar do interior, construído como ideia de Nordeste no século XX, está cimentada em outros espaços para além das fronteiras nordestinas, para outras escalas regionais, transpassando os limites terrestres do Brasil, na mesma analogia de interior ou lugar incivilizado, como no território denominado pampas argentinos.

Os sertões estão espalhados pelo mundo, estão nas cinco regiões do Brasil, está nas mais variadas formas, em suas particularidades e simbologia. Nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Junior, “de antemão o sertão já não se diz no singular, que este recorte espacial, que essa identidade regional guarda em seu interior a diferença, a diversidade, a multiplicidade de realidades e, talvez, de representações (ALBUQUERQUE JR, 2014, p. 42).

PINTANDO O SERTÃO: AS TELAS DE CÂNDIDO PORTINARI E THALES KELVEN

O sertão como tema foi apropriado e discutido por intelectuais em obras literárias e pintado por diversos artistas regionais e alguns poucos reconhecidos nacionalmente, dentre eles Portinari. Este artista volta seu olhar para o sertão nordestino em épocas de grandes secas, e por conseguinte, para representar o da forma mais dura e chocante possível como forma de denunciar o problema que assolava a região, e provocava a fuga de muitos nordestinos para o sudeste, norte e centro oeste do país.

Figura 12 - Os Retirantes



Óleo sobre tela. 190cm x 180cm. Fonte: acervo do MASP.

Esse olhar árduo de Portinari que trata do tema da seca remetendo à região nordeste faz parte de uma série composta pelas telas: *Os Retirantes* (1944); *Criança Morta* (1944); *Enterro na Rede* (1944). Nossa análise partiu das duas primeiras telas, respectivamente, citadas do século XX, em contraste com as pinturas do século XXI, do artista paraibano, Thales Kelven, voltando-se especificamente para duas telas contemporâneas desse pintor, dentre elas *Pássaros do Sertão* e *Nordestino Cultivando a Terra*, ambas de 2016.

Esses artistas que pintaram o sertão em temporalidades diferentes, também falam por espaços distintos através das pinturas. Sendo Thales Kelven natural da cidade de Esperança/ PB, porém residente, atualmente em Casserengue, localizada também no estado da Paraíba, incluída como região semiárida do Brasil, o artista retrata as memórias de seu lugar. Enquanto Portinari, descendente de imigrantes italianos, nasceu em Brodósqui, interior do estado de São Paulo, revela pela série das telas, algumas de suas memórias sobre os retirantes em vinda para o sudeste, ao passar pela sua cidade.⁶

6 De acordo com o site <https://www.culturagenial.com> Portinari pintou as memórias de sua infância, às imagens dos retirantes que adentravam o interior de São Paulo fugindo da seca.

A realidade que choca nas telas de Portinari pelos seus exageros nas representações do sertão e dos sertanejos faz parte do olhar externo do artista para uma realidade distante de seu lugar de produção. As representações que se pintam sobre o sertão não é uma apropriação do século XX, pelo contrário, é uma construção que se faz presente na composição artística das pinturas regionais. Muitas telas representam a paisagem e seus elementos simbólicos, como parte inseparável desse lugar e do pensamento que se formou sobre elas.

A paisagem nas telas de Portinari representada como morta e dura também são memórias de um contexto histórico que antecede as telas, um contexto possivelmente pessoal advindo de memórias da infância, em Brodósqui, e da descendência familiar pobre, de origem italiana. Dessa maneira, as memórias do artista, que vivenciou a vida humilde e retratou, a posteriori, o contexto social do Brasil, projetam-se para às paisagens, como produto de sua carga cultural.

Desse cenário de percepções sobre o natural, lançam-se sentidos e denominações sobre o mesmo, por meio do olhar do outro, visto que a própria natureza não se auto apropria de significados e “não se nomeia”. O olhar lançado sobre ela é uma representação carregada de uma bagagem cultural do pintor. Já dizia Schama (1996) em *Paisagem e Memória*, que “A paisagem é uma obra da mente, muito antes de ser um repouso para os sentidos. Compõem tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (SCHAMA, 1996, p. 17)

Neste sentido, as telas contemporâneas que compõem o sertão do artista paraibano, Thales Kelven são memórias de suas vivências no interior da Paraíba, como relata o próprio artista num diálogo informal sobre as obras, à pesquisadora. As telas apresentam um sertão colorido e alegre, diferente dos outros sertões pintados por artistas regionais, que sempre recorrem ao tema da seca em suas pinturas, como símbolo intrínseco da região Nordeste.

Assim, Andrade Jr. (2011) discute⁷ que “O artista produz a partir de um lugar, mesmo que a globalização tente impor a homogeneização, o indivíduo é único e seu olhar para o mundo é particular. O território neste caso é carregado de sensibilidades, ou seja, é o lugar da cultura” (ANDRADE, 2011, p. 21). Na obra *Pássaros da Caatinga* do paraibano, Thales Kelven, constatamos uma mescla de sensibilidades, ao que parece, nas telas, são sentimentos de saudade de um sertão rural, que celebra o verde na caatinga, pautado pelo modo de vida simples. Em primeiro plano, destaca-se a flor no mandacaru, também conhecido por cacto, compondo o plano também aparecem os pássaros típicos do sertão, em suas cores variadas, as aves representam a vida pulsando neste espaço, de horizonte azul e verde, ao fundo da tela, depois da casa de taipa.

Figura 13 - Pássaros da Caatinga



Acrílico sobre tela. 61cm x 76cm. **Fonte:** coleção do autor.

Assim, o sertão discutido visualmente pelo artista paraibano rememora os elementos típicos da geografia do sertão, abstraído nas telas pela sua experiência no lugar e pelas memórias sertanejas do mesmo.

7 Representações do Sertão na Arte Seridoense de Lourival Andrade Junior é um trabalho que fez parte de um projeto de pesquisa do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó — CERES da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN, intitulado de Seridó Visual: Arte e estética realizado em 2009 no Seridó Potiguar do Rio Grande do Norte — RN, envolvendo 23 municípios.

O sertão que outrora era deixado para trás, por causa da seca, como ficou eternizado no quadro, *Os Retirantes*, é representado por Thales como um lugar possível para se habitar, mesmo nos período de estiagem e/ou temporada de chuvas, na estação de inverno, o espaço é habitável, existe vida nele, resistem muitos sertanejos as condições da natureza, mas sobretudo, a falta da presença do governo.

Destarte, a arte proporciona essa dinâmica de olhares, interpretações sobre uma mesma realidade. Cada artista usa da arte ora para denunciar, ora para apreciação do belo. Neste caso, os artistas aqui selecionados, apresentam dois sentidos distintos sobre o sertão nas telas, pintados com ideais também diferentes. Enquanto a arte de Portinari é de cunho social, a arte de Thales é de viés memorialístico e cultural, sobre o sertão onde vive. Pintado como forma de resgatar suas tradições, sempre vistas com saudades, ou para mostrar à alteridade, que o sertão é dessa forma que o mesmo representa

Figura 14 - Nordeste Cultivando a Terra



Acrílico sobre tela. 70cm x 53cm **Fonte:** coleção do autor.

Na figura acima, *Nordestino Cultivando a Terra*, percebe-se um sertão produtivo e também rural. Em primeiro plano, a composição indica o homem do sertão em sua labuta, preparando a terra para cultivo. Os outros elementos da narrativa indicam que o sertão

vivencia sua estação de inverno, visto que, as cores pinceladas no verde representando a mata, a cor azul, no céu carregado de nuvens mescladas entre azuis e brancas, apontam, possivelmente, para esta ideia. Atenta-se para as vivências no sertão, o trabalho é completamente rudimentar, demonstrado pela charrua ou arado conduzido pelo sertanejo, bem como puxado pelo boi.

Isso mostra que o sertão é uma construção de percepções e sentidos ao longo do tempo, seja por meio da carga cultural dos pintores sobre as telas ou pela mistura de crenças e do imaginário formado sobre o sertão. Isso demonstra que nenhuma arte, seja o cinema, o teatro e, sobretudo, as pinturas não são neutras. Dentro de cada pincelada no quadro existe um pedaço das ideias do autor, que depois compõem a cena por inteiro e constrói representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão apresentado, inicialmente, nessa pesquisa por meio dos teóricos e das fontes analisadas, demonstra o quanto ele não é um espaço geográfico único e nem homogêneo, sendo também existente em vários estados do Brasil, e, inerente a outros espaços que foram construídos nos mesmo sentido de sertão/interior, como região vazia e distante do lado geográfico tido como civilizado. Por muito tempo, a concepção de sertão foi agregada a outros sentidos e estudados por outros campos. A arte é fonte histórica que constrói discursos em suas narrativas.

As obras de Cândido Portinari e Thales Kelven possibilitaram perceber um sertão de contrastes em seus vieses discursivos, justamente, movidos por propósitos e ideais diferentes. Ora a visão que cada artista tem do sertão é resultado de sua carga cultural, construída a partir do contexto social de cada pintor, ou seja, a representação de Portinari sobre o sertão se constrói pelo lugar social. Portinari

não pintou o sertão, estando no sertão. O mesmo pintou através das imagens que presenciou, dos retirantes que perambulavam por Brodósqui, cidade do interior de São Paulo.

Enquanto as telas do artista paraibano, Thales Kelven, inseridas no contexto de arte NAIF de sua região, é uma leitura das memórias pessoais e de seus antepassados, rememoradas pelas vivências, costumes e tradições, presentes no sertão das telas do século XXI. Nesse sentido, a construção do sertão pela pintura desse artista é de dimensão social e geográfica, visto que, as telas analisadas são cenas do ambiente natural e do sertanejo sempre construindo uma ideia de sertão oposta às telas de Portinari.

Portanto, a construção dessas imagens sobre o sertão geográfico e social, vista pelas pinturas de Cândido Portinari e Thales Kelven reverberam que arte também está a serviço de (des)construir preconceitos pelas percepções do artista e das influências culturais do lugar social. Isto é, o ambiente, suas referências e seu estilo corrobora na construção das imagens sobre o sertão. Já dizia Peter Burke (2004) que existem problemas ao se trabalhar com as imagens visuais, principalmente as pinturas, um desses problemas seria as visões preconceituosas e xenófobas. Nisto não queremos conceituar a obra de Portinari como preconceituosa, mas percebemos, que nenhuma arte é neutra e muito menos isenta de ideias pessoais. A arte está a serviço de um objetivo político, e por isso revela muito sobre as concepções do artista dentro de um contexto social, e de suas relações com o meio onde produz.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Geografia em Ruínas. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de Distantes e/ou instantes: “sertões contemporâneos, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Cultura dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 43-58.

ANDRADE, Joel de Souza; VALENTE, Maria Isabel Freitas (Org); ANDRADE, Lourival Junior. As representações do sertão na arte seridoense. In: **__ Cenários da História**. 1 ed. Campina Grande/PB: EDUEFG, 2011. p. 16-21.

AMADO. Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 15. vol. 8, p. 145-151, 1995.

ÀVILA, Arthur Lima de. **Da história da fronteira à história do oeste: fragmentação e crise na Western History Norte-Americano no século XX**. 1. vol. 13, [S. /], p. 85-95, 2009.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso da imagem como evidência histórica**. Bauru: SP: EDUSC, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 37 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, Barbárie e as Representações Espaciais da Nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**. 3. v. 12. [S. /], p. 263-270, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário social. In: **Politéia: Hist. e Soc.** 1. v. 3. Vitória da Conquista, p. 154-162, 2003.

NUNES, Leandro José. Facundo: Civilização e Barbárie — Uma leitura da sociedade Argentina no século XIX. **História e Perspectiva**, n. 35., v. 24. Uberlândia, p. 83-104, 2011.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no Pensamento Social**. 2 ed. Goiânia: UFG, 2015, p. 140.

SALGUEIRO. Eduardo de Melo. Fugindo do Estigma: visões sobre Mato Grosso nas páginas da série realidade brasileira e da revista Brasil — Oeste. **Anos 90**. 46. v. 24, p. 269-300. Porto Alegre, 2017.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. p. 17.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). **Estudos Ibéricos**. 2, v. XXXII, [S/N], p. 43-66, 2006.

FONTES

FUKS, Rebeca. **Quadro Retirantes**, de Portinari. Disponível em: <https://www.culturagenial.com>. Acesso em: 10 ago. 2019

KELVEN, Thales. **Pássaros da Caatinga**. [2016]. 1 fotografia. Disponível em: <http://talheskelven.blogspot.com>. Acesso em: 18 nov. 2019.

KELVEN, Thales. **Nordestino cultivando a terra**. [2016]. 1 fotografia. Disponível em: <http://thaleskelven.blogspot.com>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PORTINARI, Cândido. **Os Retirantes**. [1944]. 1 fotografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Ação da Inquisição, da igreja e da sociedade nos processos de inquisição nos sertões do Siará Grande (1750-1790)

Adson Rodrigo Silva Pinheiro¹

AS DIOCESES, AS VISITAS PASTORAIS E A INQUISIÇÃO — CONTEXTO COLONIAL

No período colonial, a Igreja Católica assumiu um importante lugar na administração no ultramar. Atrelada ao Estado português pelo direito do padroado², essa instituição eclesiástica atuou no processo das conquistas reais e na ocupação dos territórios, a fim de resguardar a cristandade e o governo religioso no além-mar. O padroado régio implicava uma relação de direitos e deveres entre os Reinos de Portugal e Espanha e o papado.

Diante desse compromisso, os reis exerciam poder sobre a jurisdição eclesiástica. A indicação de bispos para assumirem as catedrais

-
- 1 Doutorando em História Social - Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Currículo: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4488372A7>. E-mail: adson.rodrigo@gmail.com. Esse artigo é uma adaptação da dissertação do autor intitulada NOVOS ARES, NOVA VIDA: MOBILIDADE, CASAMENTO E FAMÍLIA NOS SERTÕES DO SIARÁ GRANDE (1759-1766) defendida na Universidade Federal do Ceará. Trabalho com apoio do CNPq.
 - 2 Sobre o padroado no Império português ver: BOXER, Charles R. A Igreja e a Expansão Ibérica, 1440-1770. Lisboa: 70, 1990.

e as igrejas, a aprovação ou não de bulas papais no império e o recolhimento e cobrança dos dízimos, importante rendimento real, fazia parte dos privilégios do governo civil diante do religioso. Em contrapartida, o monarca se comprometia em manter os lugares de culto, com a edificação de igrejas, construção de conventos, mosteiros e outras estruturas eclesiásticas, além de garantir a manutenção de envio de materiais para a realização do culto, bem como a sustentação do corpo eclesiástico pelo pagamento de cômguas, remuneração anual, ao clero (RODRIGUES, 2014).

Ainda nesse campo de confluências, os ares do Concílio Tridentino também demarcariam a presença da administração eclesiástica na colônia. Realizada de 1545 a 1563, por convocação do Papa Paulo III, a fim de manter a unidade da fé e assegurar a disciplina eclesiástica no contexto da ação da Reforma da Igreja Católica diante da Reforma Protestante, a Contrarreforma corria no sentido de uniformizar a ação do catolicismo e garantir a ortodoxia da fé com a uniformidade teórica e prática do pensamento cristão.

É importante esclarecer que o Tribunal do Santo Ofício, dissemelhante do que aconteceu nas colônias espanholas, não instalou uma sede na sua colônia na América. Na colônia portuguesa, o tribunal utilizou de outros mecanismos de controle social para atuar, dentre eles, a ação de comissários, familiares e dos bispados erigidos, atuantes pelas visitas eclesiásticas. Para processar alguém, os Tribunais da Inquisição contavam com uma rede importante de comunicação formada por comissários e familiares distribuídos pelos distritos.

Os comissários eram agentes locais da Inquisição, letrados, e muitas vezes escolhidos entre os vigários da justiça eclesiástica, habituados a concretizar mandados judiciais, desenvolver inquéritos e proceder a averiguações destinadas aos processos de habilitação dos candidatos a cargos do Santo Ofício (BETHENCOURT, 2000).

Esses comissários eram responsáveis por um primeiro nível de jurisdição local, próxima da vida cotidiana da população, constituindo ver-

dadeiramente os olhos e as mãos da instituição, embora não tivessem a competência de abrir processos (BETHENCOURT, 2000). As assinaturas nas denúncias poderiam ser de clérigos que ouviam suspeitas e/ou familiares da Inquisição, que arrolavam acusações de vizinhos, parentes ou pessoas arrependidas de maus cometidos contra a fé católica. Registrados em papel, as denúncias seguiam ao comissário ou a outro representante, como um agente da igreja local que poderiam ser inclusive visitantes. No mesmo documento podiam seguir mais de uma denúncia, sendo aglutinados vários registros ouvidos nas freguesias. Assim, numa mesma página do documento poderiam haver denúncias de diferentes conteúdos atribuídos também a pessoas diferentes.

Para além dessa rede de funcionários ligados ao tribunal do Santo Ofício, é pertinente saber que era possível se contar com a malha territorial formada pela diocese (ou bispado) para a perseguição dos delitos de jurisdição inquisitorial. Sede do bispo, os poderes disciplinadores alcançavam amplos territórios.

Os espaços diocesanos mantinham constante vigilância por meio das visitas. A visita teria sido um importante meio de propagar a doutrina da Igreja para todo o território diocesano. Realizado pelo próprio bispo, ou, por vezes, algum prelado nomeado por ele, conhecido como visitantes, a cada dois anos, conforme medidas decretadas pelo Concílio de Trento, verificavam o funcionamento administrativo, econômico e espiritual das igrejas.

Além disso, as visitas também eram incumbidas de avaliar o desempenho do clero, e ainda observavam a vida religiosa das populações, interrogando indivíduos, escolhidos arbitrariamente dos róis de confessados, sobre determinados comportamentos que pudessem ofender a moral cristã, sobretudo colaborando para identificar os que não era de sua incumbência. Para Paiva (2000), o episcopado português foi um importante colaborador do Santo Ofício e ambos os poderes se uniam em defesa da fé e da sistematização e a consolidação das ideias católicas.

No caso das denúncias registradas na capitania do Ceará, como esse tribunal colaborou para a composição de processos inquisitoriais e também a vigilância da fé em lugares tão distantes como os sertões das capitanias do norte? Que casos poderiam ser de interesse deste tribunal, e com que estrutura a Inquisição podia contar para identificar e julgar pessoas que cometiam delitos de sua alçada? O Santo ofício atuou sozinho por meio de comissários para adentrar o Ceará? A partir dessas questões, este artigo pretende trazer reflexões sobre a ação da inquisição, da igreja e do envolvimento da sociedade para compor os processos inquisitoriais nos sertões do Siará Grande.

A VIGILÂNCIA DA IGREJA NOS SERTÕES E A DESCOBERTA DE DELITOS DA INQUISIÇÃO

Para entendermos o que denominamos como vigilância da igreja nos sertões do Ceará, é necessário compreender a importância da atuação dos bispados nessas regiões. Os bispos eram importantes agentes para auxiliar a inquisição na coleta e envio de delações para a sede de Lisboa. Cumprindo o papel de vigilância, a Igreja acompanhou de perto e controlou os costumes de seus seguidores por meio do Tribunal do Santo Ofício e o Eclesiástico. Em nome da autoridade de inspecionar a vida, recolhia através de interrogatórios, uma variedade de transgressões, alcançando uma significativa lista de delitos em sua alçada para além da heresia. Crimes como sodomia, sigilismo, apostasia, feitiçaria, blasfêmia, bigamia, falso juramento, faziam parte do rol da alçada inquisitorial. Já outros como concubinato, usura, adultério, incesto, estupro e rapto entre outros delitos que compunham as devassas do tribunal eclesiástico.

As devassas eclesiásticas eram documentos produzidos e conduzidos pela Igreja Católica, feita por autoridade de juiz ex-offício, que podiam ser presididas por um visitador, que diligenciava penas às pessoas que vivessem em desacordo com a moral católica, advertin-

do e punindo contra os desvios da fé. Para serem instauradas, no caso de uma visita pastoral, lia na presença do povo o Edital da Visitação, conclamando o povo a denunciar os pecados públicos da comunidade que estavam listados no Edital.

As denúncias feitas pela população e pelo pároco constituíam, portanto, a melhor fonte para o visitador avaliar a paróquia no âmbito espiritual e dos costumes. Estas eram guardadas nos livros de visitas e nos livros de tomo das paróquias, registrando os capítulos da visita, os quais continham as ordens ou decretos do visitador quanto ao temporal das igrejas, mas também eram acrescidos de admoestações no âmbito espiritual e dos costumes das paróquias. Os capítulos da visita constituíam, portanto, uma espécie de balanço da paróquia, tanto no “temporal” como no “espiritual”. Comportavam as advertências e os elogios do visitador sobre a situação geral da freguesia. Essa informação é muito importante e como veremos mais ao final, ela será decisiva para a localização dos casos de alçada inquisitorial como a bigamia.

Diante esse estudo da estrutura e da maneira de como funcionava esse sistema eclesiástico, convido o leitor a acompanhar um dos processos inquisitoriais gerados por conta das visitas. É o caso do bigamo Francisco Barbosa ¹. O estudo de sua trajetória não está em saber os motivos de sua prisão. Busca-se acompanhar como ela ocorreu, compreender o cenário propício para a prática de bigamia nos sertões, tendo as visitas pastorais como porta de entrada para compreendermos esse cenário de possibilidades. Dentre elas, está em possibilitar a reflexão de como igreja católica, inquisição e os depoimentos da comunidade poderiam levar uma pessoa a prisão e também revelar como a instituição católica agiu pelo Ceará da segunda metade do século XVIII para fazer as observações em torno das condutas tanto do clero como das populações. Até aqui apresentamos como as visitas pastorais colaboravam com a estrutura da Inquisição

1 A história desse sujeito conta em: ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. nº 7157, processo de Francisco Barbosa.

identificando delitos de alçada deste segundo tribunal, não atuando sempre com os comissários do Santo Ofício. Mas como o processo chegava até a Lisboa? Que erros mais aconteciam para que crimes como o de Francisco fossem comuns nesses sertões? Vamos acompanhar o caso a seguir em busca dessas respostas.

VISITAS PASTORAIS NOS SERTÕES E O TRIBUNAL INQUISITORIAL: O CASO DE FRANCISCO BARBOSA

Siará Grande, manhã de quinta-feira, 18 de outubro de 1759. Manoel Inácio de Macedo, o meirinho de visita aos Sertões, funcionário das visitas pastorais responsáveis pelas prisões, e os oficiais da vara da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acaracu, atual Sobral, apresentavam ao Visitador Veríssimo Rodrigues Rangel o réu preso Francisco Barbosa. O apresentado era culpado em um dos crimes previstos no edital da visita, por se casar uma segunda vez sendo ainda viva a primeira mulher, o que acabou resultando, ao acusado, uma devassa naquela freguesia de São José da Macaboqueira.

O Meirinho, o escrivão e os moradores sabiam o motivo da prisão, mas não tinham o direito de avaliar o fato. A decisão ou procedimentos para possíveis castigos ou encaminhamentos para este cabia à autoridade do vigário colado e forense da Comarca e vila das Alagoas, o Dr. Veríssimo Rodrigues Rangel². Era ele o encarregado, por provisão pelos superiores da diocese de Olinda³, a observar atentamente a atuação dos vigários com suas ovelhas. E, ainda, a percorrer os olhos sob os comportamentos e as moralidades praticados pelos

2 Nesse espaço histórico, compreendido pela Capitania do Ceará Grande, Veríssimo Rodrigues Rangel teve uma destacada atuação na esfera religiosa, levando muitos paroquianos a serem processados pela inquisição. Seu desempenho expressa a relação do Bispado de Pernambuco com as freguesias ao Norte e as sociabilidades e expressões de espiritualidade naqueles Sertões na segunda metade do século XVIII. E, além disso, manifesta algumas das lógicas do projeto Tridentino, a serem instituídas ao longo do século XVII e consolidadas no XVIII no âmbito da Capitania.

3 A Capitania do Ceará estaria sob jurisdição político-administrativa até o ano de 1799 e jurisdição religiosa até meados do século XIX).

paroquianos nos sertões, face ao não cumprimento dos princípios morais ou, momentaneamente, abusar dos sacramentos cristãos.

A prisão de Francisco representava um ponto significativo para a Visita, mas não devia ser entendida como o fim derradeiro. As questões relativas ao bom andamento da diocese e suas paróquias estavam sob o olhar do Visitador. Esse agente eclesiástico tinha a obrigação de fazer com que os párocos cumprissem com a boa administração dos sacramentos, das instalações das igrejas e da manutenção dos ofícios religiosos para as celebrações, zelassem pela realização de missas convencionais, denominação da missa dos domingos e dias santos, e recolher nas paróquias as transgressões do clero e dos fiéis (VIDE, 2010, p. 410).

Fiscalizando as paróquias e suas atividades, os visitadores recolhiam as informações sobre a vida do clero e dos fregueses mais longínquos para subsidiar a complexa administração eclesiástica. Estas informações eram levadas ao juízo eclesiástico, onde seriam filtradas. Reafirmadas em Trento, as visitas pastorais encontravam-se profundamente identificadas à missão do episcopado dedicavam ao santo exercício da fé nem sempre cumprido nas melhores condições, assim como os agentes coloniais avaliaram a situação da Igreja na capitania do Ceará expondo uma aragem norteadada pelo isolamento, pela pobreza e pela dilatação. Em uma carta documentada em 1747, expressava o

Bispado tão dilatado na extensaõ da terra, e a saõ Sertão muito mais, porque há freguezia, que tem perto de cem legoas, porem na intensaõ saõ mui tênues, porque constaõ depoucos fogos, e gentes mui pobres; e como os Parochos não tem dízimos, eos benesses saõ limitadíssimos, edesses hé preciso aos Parochos perdoar amayor parte pela summa pobreza dos habitadores, se se dividirem as freguesias ficaraõ, tam tênues que não seacharaõ facilmente sogeitos capazes, que as queiraõ servir (1733, D.148) (grifo nosso).

Essas impressões deram-se, sobretudo, pelo interesse, por parte dos Bispos, de aplicação dos dízimos⁴ pouco arremetidos e ainda não designados às colônias⁷. Como bem alude Russel-Wood (1998), a Coroa portuguesa “não havia apenas investido o menos possível na colônia, mas havia também desviado fundos destinados inicialmente a fins coloniais”.

Como pudemos perceber até aqui, os visitantes tinham várias atividades para além de localizar delituosos. Normatizavam não só os comportamentos, mas também a composição dos espaços e a atuação do clero. O registro também servia para que o visitante seguinte pudesse verificar se as ordens foram cumpridas. Essa normatização deveria ser conduzida pelo pároco local, a quem cabia a catequese de seus fregueses e a presença deles nas missas, momento utilizado pelo pastor católico para ensinar os ensinamentos cristãos aos fiéis.

Nas celebrações na Igreja, os fiéis avaliariam seus comportamentos e se preparariam para a avaliação do pároco no tempo da quaresma. Obrigatória, anualmente os fregueses deviam seguir até as matrizes para cumprir esta prática denominada pela Igreja Católica como desobriga quaresmal (ZANON, 1999).

As desobrigas foram motivo das reclamações dos visitantes quando visitavam o Ceará. Assim como os outros sacramentos, a desobriga deveria levar os fiéis às igrejas para a confissão e a eucaristia. Entretanto, como o batismo, havia suas exceções pelas distâncias das igrejas matrizes uma das outras.

Outro clamor feito pelos visitantes, estava relacionado às questões de casamento, ou falta dele, como práticas de amancebamento, e também a separação de casais. Em 1762, Rodrigues Rangel, em Russas, sobre o primeiro, deixado ao pároco e seus reverendos era que não admitissem o Sacramento da Eucaristia a todos os seus fregueses

4 Dízimos, segundo as CPAB, constituíam “a décima parte de todo o ganho e lucro licitamente adquirido de qualquer ofício, artifício, trato, mercancia, soldada, jornais de qualquer serviço, tirados os gastos e despesas”. (CPAB, Liv. II, tit. XXV, § 425).

que “contar andar publicamente amancebados, ou dão casa de alcoce⁵ alcociando mulheres para homens sedes honestarem com elas em suas próprias casas, mandando as denúncias em juízo” (DIOCESE DE IGUATU, 1762, p. 7v) .

Dentre as infrações mais recorrentes cometidas em relação ao casamento estava o concubinato ou mancebia. As relações desse tipo eram de conhecimento público e se caracterizavam pela união do casal sem que tivesse havido a realização de um matrimônio. Caracterizavam-se principalmente pela forma pública da união, a perenidade das relações e da coabitação, ameaçando recorrentemente o casamento legítimo, possível sob as bênçãos de um padre no interior de uma igreja.

A manutenção da união entre os casados ganhou a atenção em 1740, em Russas, do visitador anterior a Rangel chamado Felix Machado Freire, que havia ordenado que o pároco obrigasse “todos os homens casados ou mulheres casadas que achem na sua freguesia separados sem causa suficiente, e notória os obrigue a viverem juntos como devem” (DIOCESE DE IGUATU, 1762, p. 7v) . Em uma sociedade em que o matrimônio era indissolúvel e havia pouca abertura para divórcios, muitos poderiam decidir em ficar em concubinato com outra pessoa, buscar uma simples separação ou aderir à bigamia em um lugar mais distante.

Ao tratar de casos de bigamia, o número de pessoas que se casavam uma segunda vez parecia recorrente na segunda metade do século XVIII, quando encontramos registros de visitantes ao tratar do tema. O Reverendo Veríssimo Rodrigues Rangel foi o que mais verificou esse delito, atribuindo à causa, principalmente, à falta de apresentação de banhos e certidões de batismo. Em visita posterior à do Frei Manoel de Jesus Maria, em 25 de fevereiro de 1762, o visitador Veríssimo Rodrigues Rangel, vendo

5 O termo Casa de alcoce refere-se a prostíbulos existentes na época.

a recorrência e a causa ordenava em um dos capítulos da visita feita nas capitanias do norte que:

[...] daqui em diante, todo aquele esposado, que vier casar a esta Freguesia, sendo oriundo de outra traga banhos e certidão do Batismo em forma, e sendo de fora do Bispa-do devem vir por instrumento de publica forma, como é estilo praticado em todos, para deste modo se evitem os contínuos erros e enganões que a experiência atualmente me está mostrando por achar a muitos e muitas casados segunda, 3ª, e 4ª vez, sendo vivos os seus primeiros, e 2ºs consortes, no que o Reverendo Pároco terá vigilante cuidado para que não caia em semelhantes erros, e para que tosos seus fregueses [...] ⁶.

A prática de exigir tantas certidões era complicada pelas distâncias dos sertões para o restante da América Portuguesa ou mesmo no caso de homens que vieram do Ultramar. Faltavam registros de certidões de batismo, pois, muitas vezes, não eram transcritos pelos padres nos livros adequados. Por esses motivos e outros, seriam coerentes às decisões tomadas pelo visitador posterior à de Rangel as freguesias do Ceará? O visitador posterior, vendo as dificuldades em torno das certidões, deixava um capítulo no livro da freguesia de Arneiroz em 1768, informando que

Ainda que com muito fundamento o meu antecessor o R. [...] Veríssimo Rodrigues Rangel por evitar os ordinários [dolos] e fraudes, e nulidades na celebração do santo Matrimônio, deixou determinado nessa Comarca não fossem permitidos pelos Reverendos Párcos a celebrem o Matrimônio dos nubentes e esposados oriundos de outra freguesia sem apresentarem certidam de seu batismo: contudo atendendo ao dito requerimentos e representações que nesta matéria omitem feyto alegando com o disposto nas Constituições e com a falta de assentos, e com a dificuldade de testemunhas para provarem o Batismo em as repetidas paróquias onde pretendem casar, e ainda suas naturalidades; e mando que a tal determinação esta de apresentar certidão de batismo (DIOCESE DE IGUATU, 1768, p. 8r) [...].

6 Importante ressaltar que os números das páginas desse livro foram corroídas pelo tempo.

Diante de tais dificuldades em condenar e evitar práticas tão frequentes e ofensivas para a Igreja pelos seus excessos, a igreja abria exceções. A tentativa de superar as dificuldades de obter as documentações necessárias para o casamento por conta das distâncias e o desejo de retirar as pessoas do estado de concubinato fossem um risco necessário a ser desafiado diante a importância do estado de casamento para a época, mesmo suscitando casos de bigamia, delito sob alçada das autoridades inquisitoriais⁷.

Nessa perspectiva do Tribunal da Inquisição, vale salientar que a bigamia era assemelhada a uma heresia, por ofender ao caráter sagrado e indissolúvel do matrimônio tridentino, sentindo-se, assim “mal do sacramento”. Nesse ponto de vista, das práticas que colocavam em perigo o juízo do casamento católico, a bigamia poderia ser considerada a mais grave, por agravar o sacramento, envolvendo o comprometimento religioso das comunidades e os ministros religiosos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia reafirmavam esse poder do tribunal do Santo Ofício em julgar os bigamos, que estavam “suspeitos na fé” quando assim casavam uma segunda vez, sendo o primeiro cônjuge ainda vivo. Como aparece de forma clara nessa legislação eclesiástica:

[...] Qualquer religioso ou religiosa, ou clérigo de ordens sacras, que se casar, além da pena de excomunhão maior em que incorre, ficam suspeitos na fé, portanto, serão remetidos ao Tribunal do Santo Ofício, a quem pertence o conhecimento de semelhantes culpas. E os que casarem segunda vez durando o primeiro matrimônio, porque também ficam suspeitos na fé, serão da mesma maneira remetidos ao Tribunal do Santo Ofício, onde por breve particular, que para isso há, pertence o conhecimento deste caso (VIDE, 2010, p. 256) (grifo nosso).

7 O crime de bigamia provocou ao longo dos séculos XVI e XVII dúvida entre os inquisidores e as demais autoridades civis e eclesiásticas acerca de quem estava a autoridade para julgar esse delito. Acabou se definindo que a ação era de foro misto, cabendo ao primeiro que identificasse a ação responsável pelo seu julgamento. Como considera José Pedro Paiva (2011), antes do Tribunal da Inquisição em 1536 era de responsabilidade da justiça eclesiástica avaliar os casos referentes aos bigamos e casos de heresia.

A ação investigativa teve que contar com a cooperação da ação do episcopado, quando não também dos familiares. O funcionamento inquisitorial esteve marcado pela cooperação entre o episcopado e o Santo Ofício, que se traduziu, em grande parte, pela presença de episcopados “assumidos nos auto-de-fé, pela presença ou pela autoria dos sermões pregados, além de ocuparem cargos inquisitoriais por clérigos de alta patente, e de cargos episcopais por ex-inquisidores” (FEITLER, 2007, p. 159).

Sobre a presença de familiares, segundo Otaviano Vieira Jr. (2008, p. 60), a rede de controle da inquisição se fortaleceu na América lusitana entre os séculos XVII e XVIII, com a ampliação das nomeações de familiares, “que vigiavam cotidianos de diferentes rincões e criavam suporte para a efetivação das visitas e devassas”. Nesse impulso, o século XVIII teve um papel característico, principalmente pelo aumento expressivo de nomeações de familiares, do número de dioceses e de prelazias, da regularidade do número das visitas pastorais, fortalecendo, assim, a estrutura eclesiástica na América Portuguesa. Embora a importância dos familiares, ainda não há muitos estudos que busquem observar a ação e atuação investigativa deles na capitania do Siará grande, algo que deixaremos para estudos posteriores.

Casos como o de Francisco Barbosa, seguem a primeira via, e são maioria, conforme analisamos no trabalho de dissertação que informamos na primeira nota deste artigo, de denúncias feitas não por agentes inquisitoriais, mas pelas visitas. Afinal, como bem lembra José Pedro Paiva (2011), podem demonstrar que o tribunal Inquisitorial utilizou-se das estruturas da justiça eclesiástica para atuar, sobretudo em casos de foro misto — delitos julgados tanto no juízo civil como no Eclesiástico — contando, assim, com a cooperação e anuência dos bispos. Ainda sobre a atuação dos ordinários do tribunal eclesiástico, também tinham determinadas ações ao identificar os bigamos. Segundo Bruno Feitler (2007, p.

167), baseado nas Constituições, confirma que o bispo era um sujeito ativo, pois, após realizar a devassa, deveria enviar as atas do processo e o réu para o Santo Ofício.

Era, pois, a bigamia, de interesse da alçada Inquisitorial, por acreditar que os homens que as buscavam “sentiam mal do sacramento do matrimônio”, por assim imitar os erros dos heréticos, e por se afastar dos ritos da Igreja” [...]”⁸. Na perspectiva do Concílio de Trento, a defesa dos sacramentos aparecia como uma das bandeiras da Reforma Católica diante do avanço de proposições tidas como heréticas. Além disso, a atenção pelo casamento passaria outros propósitos que extrapolavam o aspecto religioso, e chegaria também à missão colonizadora do Estado a também defender o matrimônio (JANUÁRIO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a Inquisição talvez fosse a única capaz de responder à altura as proposições daqueles que, por acaso, casassem uma segunda vez, uma vez que ignorava o bigamo a doutrina do matrimônio proposto pela Igreja e era de autoridade do Santo Ofício por ser, assim como a heresia, uma ofensa para a doutrina cristã. Diante de todos os delitos sexuais, segundo Ronaldo Vainfas (1986, p. 48-49), ao Santo Ofício, somente interessavam os que se casavam mais de uma vez na Igreja, e dentre esses, os que o faziam com desprezo pelo Sacramento. Era o erro de doutrina, mais do que o de atitude, o que caracterizava a bigamia como crime de competência inquisitorial.

Esse é o cenário religioso do sertão de Francisco Barbosa. A visita pastoral o pegou, mas até bem antes da realizada pelo visitador Rangel. No caso de Francisco Barbosa, foi bem antes da última visita aos sertões desse agente, pois o caso deste bigamo

8 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Alegação de Direito em que se mostra pertencer o conhecimento do crime de bigamia privativamente aos inquisidores (1684), COD. 730, p. 197v.

já havia sido acompanhado por um escrivão que já havia passado por aquelas terras. O nome dele já era familiar para aquelas inquirições do Sertão.

José Afonso Barroso, presbítero do hábito de São Pedro e secretário da visita do Bispo de Pernambuco Francisco Xavier Aranha, bispo de Pernambuco e de sua Majestade, revendo o livro de devassa que servia na presente visita, abriu as folhas 22 e 23. Lá constavam importantes depoimentos que iam de encontro às “verdades” ditas por Francisco Barbosa, em sua apresentação ao Visitador.

A vistoria da denúncia de bigamia de Francisco Barbosa aconteceu apenas na visita pastoral feita em 1759, quando o visitador Veríssimo Rodrigues Rangel estava na freguesia de Granja. Como instruía as constituições, o visitador recomendava ao pároco que lhe “entregue os livros e mandará ler pelo escrivão o que ficou provido na última e imediata visitação, e verá se está conforme as nossas Constituições”, e, caso não fossem cumpridas, “deviam condenar aos negligentes e que tiverem culpa em as não cumprirem” (VIDE, 2010, p. 468). As testemunhas sobre a bigamia de Francisco Barbosa, localizadas na visita de Veríssimo Rodrigues Rangel, junto com os depoimentos escritos pelo secretário José Afonso Barroso, foram suficientes para levá-lo, em 1761, até Lisboa para ser julgado. Debaixo de tantas acusações foi condenado e teve que realizar um ato público da Fé. Abjurado, foi açoitado pelas ruas públicas de Lisboa e degredado por cinco anos para as Galés, além de ter que pagar penas e penitências espirituais e as custas que envolveram o processo.

REFERÊNCIAS

Fontes

1733, Novembro, 5, Lisboa. **PARECER** do Conselho Ultramarino sobre o pedido de ornamentos para a Igreja de São José de Ribamar do Aquiraz. AHU_CU_006, Cx. 2, D. 148.

Arquivo da Paróquia de Russas. **Livro de tombo de 1735 - 1780**. Capítulos das visitas de 25 de fevereiro de 1762. s/p.

Diocese de Iguatu, **Livro de Tombo de Arneiroz**, Capítulos das visitas de 1760, f. 7v.

Bibliográficas

BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha e Itália —

Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSCHI, Caio César. As visitas diocesanas e a inquisição na colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, 1987, p. 151-184.

BOXER, Charles R. **A Igreja e a Expansão Ibérica**, 1440-1770. Lisboa: 70, 1990.

FEITLER, Bruno. Teoria e prática na definição da jurisdição e da práxis inquisitorial portuguesa: da “prova” como objeto de análise. In: ALGRANTI, Leila; MEGIANI, Ana Paula (Org.). **O Império por escrito**: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI- XIX). São Paulo: Alameda, 2009, p. 73-93.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência**: igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda; Phoebus, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

JANUÁRIO, Mayara Amanda. **“Dos clérigos que se casam, tendo ordens sacras”**. Dissertação. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, 2013.

MATTOS, Yllan de; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça (Org.). **Inquisição e Justiça Eclesiástica**. Jundiaí: Paco, 2013.

MUNIZ, Pollyanna G. M. (Org.). **Inquisição & Justiça eclesiástica**. Jundiaí: Paco, 2013.

MUNIZ, Pollyanna G. M. **Parochos imperfeitos**. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

PAIVA, José Pedro. As visitas pastorais. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). **História Religiosa de Portugal**. v. 2: Humanismos e Reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 250 - 255.

PAIVA, José Pedro. **Baluartes da Fé e da Disciplina**. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1759). Coimbra: Universidade

de Coimbra, 2011.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Igreja e Inquisição no Brasil**: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social. São Paulo: Alameda, 2014.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Poder eclesiástico e Inquisição no século XVIII luso-brasileiro**: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 5 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil Colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. A Teia da Intriga. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 41- 66.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Edusp, 2010.

VIEIRA JR., Antônio O. **A Inquisição e o Sertão**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.

ZANON, Dalila. **A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)**. 1999. 186f. Dissertação (Mestrado em História) — Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1999.

Gênero e Prostituição: história e memória no sertão da Paraíba

Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de Sousa¹

INTRODUÇÃO

Apresentar algumas considerações sobre a prostituição feminina é o objetivo deste artigo. Sob a abordagem de gênero e utilizando o suporte teórico e metodológico da Antropologia Histórica e da História Oral, tenciona investigar representações inerentes ao trabalho e o cotidiano, no recorte temporal entre 1940 a 1970, no município de Patos, situado no sertão paraibano, considerando as suas especificidades.

Neste sentido, utiliza a abordagem de gênero identificada como forma de análise, que entende a prostituição feminina como um fenômeno que legitimou e legitima o sistema capitalista patriarcal, historicamente construído e que, portanto, é analisado nos diferentes contextos e nexos que se inter cruzam para a sua constituição, qual sejam, o domínio político, econômico, social, étnico e cultural.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas, documentos eclesiais e governamentais, fontes policiais, jornalísticas e narrativas orais.

¹ Pós-doutoranda no Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo —PUC/SP.

A CONSTITUIÇÃO DA PLEBE DO GADO NA OCUPAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO

Para este estudo é de importância fundamental situar a formação das comunidades, que a partir do século XVII, com a implementação dos currais e posteriormente as fazendas de criação de gado, passaram a se constituir no sertão paraibano. O histórico desta formação permitiu a organização de comunidades nas propriedades, que preservaram uma condição de isolamento de tal relevância, no seu processo de desenvolvimento durante o século XVIII, XIX e início do século XX, que notoriamente confere a este isolamento a condição de categoria de análise, como veremos.

No ano de 1654, com a vitória das tropas luso-brasileiras, chegou ao fim o projeto holandês em áreas do nordeste brasileiro, formado pela Capitania de Pernambuco e regiões da Capitania da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Este êxito devolveu ao Império Português a retomada do processo colonizador naquela região.

No contexto geral, a expansão colonizadora no interior do nordeste brasileiro, em especial no sertão paraibano, promoveu, diante da resistência dos indígenas ali existentes, o desalojamento e transferência de diferentes grupos, assim como o extermínio de outros, com a submissão/assimilação dos seus remanescentes (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 75-137; MACEDO, 2008, p. 449-462). Esta ocupação acompanhou a necessidade econômica de interiorização da pecuária, que necessitava de grandes áreas para pastagens, conflitante com a produção de açúcar no litoral e ao mesmo tempo pela imperiosa necessidade de ocupação territorial estruturada pela Metrópole.

Por volta de 1696, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo, fundou o arraial de Piranhas que mais tarde passou a denominar-se Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, hoje Município de Pombal, localizado a 371 km da capital do estado. Depois

de combater os grupos indígenas Pegas, Panatis e Coremas, da região denominada Espinharas, estabeleceu currais para a criação de gado (MEDEIROS; SÁ, 1999, p. 38,). Naquela região a expansão destes núcleos deu origem a arraiais, povoados e vilas.

Neste vetor e incorporado à freguesia de Pombal, o povoado de Patos tem a sua origem vinculada à formação de um povoado nas cercanias da fazenda Patos, situada às margens do rio Espinharas, que pertencia aos herdeiros do alferes João Gomes de Melo e do capitão Paulo Mendes de Figueiredo, na qual, por volta de 1766, foi registrada a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia (LUCENA, 2015, p. 17-22,). No seu desenvolvimento a freguesia de Patos tornou-se município autônomo apenas em 1833. Gestaram-se assim, no século XVIII do processo colonizador no sertão paraibano, comunidades compostas por representantes das famílias de proprietários de terra, gado e escravos e pelas famílias de trabalhadores agregados. Estes últimos passaram a compor a plebe do gado, que denominados moradores, viviam em “colônias” no interior das fazendas de gado que compreendiam a vasta área rural que circundava a vila e posteriormente o município de Patos.

Para este estudo, tomo o recorte temporal da primeira metade do século XX entre as décadas de 1940 e 1970 destacando, sobre tudo, a importante ponderação que emerge nas temáticas sobre “os sertões” e nas especificidades do sertão paraibano, que devem ser analisadas levando em consideração as características específicas daquelas comunidades, suas particularidades, produzidas pelas contingências impostas pela pecuária e posteriormente pela produção do algodão. Neste âmbito é importante observar as características inerentes à posição de isolamento à qual estas comunidades foram submetidas. É justamente esta condição peculiar, empreendida ao longo de mais de dois séculos, que assente o resgate extraordinariamente especial de tornar seus vestígios e a memória daqueles que representam sua ge-

ração remanescente, uma fonte histórica e antropológica privilegiada ao lado das demais fontes disponíveis.

Desde o início do processo de ocupação territorial do sertão paraibano, os primeiros curraleiros que viriam a compor as comunidades da plebe do gado, conviveram com o isolamento sempre relativizado ao seu processo de desenvolvimento. Muitos curraleiros conviveram pacificamente com as etnias Tapuias, na complexa rede de relações entre indígenas e colonos (POMPA, 2001, p. 280), com as quais obtiveram conhecimentos importantes para garantir a sua sobrevivência no sertão inóspito, principalmente nos períodos de severas estiagens.

Este cenário foi dividido entre o indígena Tapuia, o homem branco, o negro escravizado e o vaqueiro mestiço vindo do litoral, antes da Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 1998, p. 102) e depois, com a utilização do indígena devidamente aldeado e escravizado, ao lado da mão de obra negra, que por apresentar altos preços, sempre se apresentou numericamente inferior (MEDEIROS; SÁ, 1999, p. 70,) e pelos trabalhadores livres e pobres. Neste processo de “caboclicização”, entendida como representação social e de compartilhamento cultural entre as diferentes etnias, se constituiu a essência geradora da população de trabalhadores que formou a plebe do gado.

A condição de isolamento mencionada, cunhou nestas comunidades, traços culturais que possivelmente foram consolidados e mantidos pelas poucas possibilidades de locomoção regular e pela ausência de política pública suficiente para qualquer tipo de educação formal e alfabetização, somadas à inexistência de comunicação ordinária por meio de jornais ou mesmo do rádio. Fato que, segundo diferentes fontes consultadas, na grande maioria das fazendas na década de 1940, apenas o proprietário possuía um rádio¹ e podia comprar quinzenalmente um exemplar do Diá-

1 Considerado um artigo de luxo, um dos entrevistados para esta pesquisa, confirmou que por volta de 1941, seu irmão precisou vender 40 ovelhas para adquirir um rádio.

rio de Pernambuco para passar as principais novidades. O senhor João Lúcio de Sousa, de 83 anos de idade, se recorda do dia em que seu pai, reuniu os moradores da propriedade para comunicar o recrutamento para a guerra,

Eu me lembro que pai mandou chamar todos os moradores pra falar da guerra. Era 1944. Eu tava com sete anos. Tinha chegado um aviso de João Pessoa em Patos. De lá vinha um portadô entrega nas propriedade. Quem tivesse mais de 18 anos tinha que se apresentá. De Patos seguia pra Natal, no Rio Grande. Como ele pegava o jornal em Patos de 15 em 15 dias, passava as notícias pro povo (SOUSA, 2018)².

Nesse sentido e segundo as narrativas registradas para este estudo, nas famílias de moradores, apenas o pai se dirigia esporadicamente à cidade,

Difícilmente nós ía à rua (cidade). Quem ia era meu pai. Minha mãe falava o que tava precisano e ele trazia, quando ia. Algumas veis alguém trazia as encumendas de todos. No geral era coisas que não se tirava da terra, no sítio, o açúcar, a rapadura, o café e o arroz. Tinha patrão que comprava as coisa e vendia pros morado no sítio mesmo e na safra acertava as conta.

O exercício de reconstituir aspectos do quadro cultural destas comunidades no período referido (SOUSA, 2018, p. 118-121), faz emergir características sobre as representações sociais que constavam do imaginário daquelas famílias, preferencialmente numerosas, que eram requisitadas para o trabalho no cultivo dos produtos de subsistência, ou seja, nos roçados de feijão, milho, macaxeira, batata doce, cana de açúcar e na produção do algodão, este último no período entre 1940 e 1950, viveu o seu auge.

De modo geral as famílias recebiam uma moradia e obtinham, de acordo com as determinações do proprietário, autorização para man-

2 O senhor João Lúcio de Sousa foi um dos entrevistados no trabalho de campo da referida tese.

ter pequena criação de galinhas e ovelhas. Estes moradores viviam de modo circunscrito aos afazeres da propriedade, de tal forma que toda a “vida social” destas famílias se realizava no interior das fazendas.

Regularmente as comunidades não possuíam escolas ou igrejas. O representante da Igreja que pertencia à paróquia mais próxima, podia realizar visitas circunstanciais, de acordo com o cabedal do proprietário, para a realização de batizados³. Também era comum para as famílias proprietárias abastadas o envio de seus filhos para formalizar seus estudos na cidade mais próxima e o ensino superior na cidade de Recife. Outra prática comum para os proprietários era a manutenção de uma casa no município de Patos para acomodar a sua família e se beneficiar do seu comércio e dos benefícios ali oferecidos.

Para os moradores, todos os cuidados com a saúde ficavam por conta de curadores e benzedeiros, personagens respeitados por todos. As comunidades por via de regra e com o consentimento do patrão, mantinham um calendário de festividades de natureza religiosa, de grande importância para seus integrantes. Este calendário abarcava toda a vida cultural coletiva das comunidades, marcado por festividades de cunho religioso, que durante todo o ano sublinhava o cotidiano das famílias.

Neste cotidiano, as mulheres, além do trabalho nos roçados, eram responsáveis pela criação dos filhos e pelas tarefas relacionadas à alimentação, a lavagem de roupa nos açudes próximos, na fabricação de sabão, e assumiam as tarefas de engomar, cuidar das pequenas criações, abastecer e controlar o uso da água. Era responsabilidade da mulher o preparo dos alimentos essenciais: o rubacão, o arroz de leite, a coalhada, a tapioca, o cuscuz no pano, o quarenta, a orelha de pau e todo tipo de “comida de milho”, preparadas quando o “bom inverno” proporcionava uma boa produção de milho para o consumo de todos.

Nas comunidades também era predominantemente feminina a condução do trabalho religioso nas novenas do mês de maio, nas co-

3 Consulta realizada nos arquivos da Paróquia de N S da Guia, em livros de batismo com datação referente aos anos de 1865 a 1898.

memorações religiosas dos dias santos no mês de maio e junho, que compõem o catolicismo popular. As festas de novenas podiam variar de uma propriedade para outra, mas em geral, não havia a presença de padres e sim das “puxadeiras de novena” que cantavam os benditos. Era comum no último dia a festa a realização de um leilão no qual pequenas coisas eram arrematadas pelos moradores. Nesse dia, eram escolhidos comadres e compadres para batizar os filhos, que passavam a ser denominados “madrinhas de fogueira”. Os namoros e os noivados entre os membros das comunidades também marcavam estas festas.

Às mulheres das comunidades do gado, o destino natural e socialmente esperado, estava selado na condição de conseguir um “bom casamento”, permanecer morando na comunidade e constituir a sua família, ou mesmo passar a morar em outra comunidade, em outra propriedade próxima ou não, de modo contemplar as necessidades de trabalho de seu marido. Para a mulher pobre, fora do casamento haviam poucas possibilidades: ficar solteira e criar os irmãos, passando a ser identificada com a expressão ficar no “caritó”, ou optar pela categoria de beata e manter-se moralmente como mulher “direita”. Para a mulher de “vida errada” ou aquela que “se perdia”, cabia a desqualificação moral e social. Nesta perspectiva, segundo as narrativas coletadas para este estudo e considerando diferentes análises sobre o tema (DEL PRIORE, 2009, 2011; DINIZ; QUEIROZ, 2008; SOUZA, 2004; SOUZA, 2018), naquelas comunidades não havia lugar para ela.

Nestas circunstâncias e de modo geral, sem aprofundar aqui as complexas questões subjetivas intrínsecas ao comportamento social daquelas comunidades no recorte temporal em estudo, restava à mulher “desqualificada” a fuga para tentar a sua sobrevivência em outro lugar e parafraseando João Guimarães Rosa, *para o pobre, os lugares são mais longe*, também de modo geral, a vila mais próxima, poderia lhe oferecer as condições e o abrigo necessário (ROSA, 1988, p. 21).

AS MULHERES DA CAJARANA

A história da prostituição feminina no Brasil é parte da história das mulheres no Brasil e por todo o período colonial, diferentes fontes, registraram a atividade da prostituição já nos primeiros tempos do contato do europeu no continente. A mulher indígena, a mulher negra e a mulher branca, assim como as representantes do encaideamento da mestiçagem, livres ou escravas e, sobretudo, mulheres pobres, são descritas e receberam as mais diferentes denominações, qual sejam, meretriz, amásia, puta, rameira, concubina, cortesã, dama, mulher da rua, mulher da vida, mulher pública, rapariga. Este último o mais popular até os nossos dias, na região em estudo.

Segundo Ronaldo Vainfas, a terra rústica de poucas cidades do Brasil colonial, não deu lugar a uma *civilità puttanesca* a exemplo do que existia na Europa, na qual muitas cidades possuíam *prostibulum*s autorizados nos municípios, mas sim, diferentes arranjos para o exercício da prostituição. No sertão paraibano do início do século XVIII, as pequenas vilas que se formavam conviveram com a presença das casas de alcouce que longe de se configurarem como bordéis, podiam funcionar nas vendas, bodegas, tendas e quitandas, com os donos dos negócios de secos e molhados se passando por alcoviteiros e rufiões, ou ainda no domicílio de mulheres pobres e forras (VAINFAS, 1997).

Segundo Damião Lucena (2015, p. 474), registrou-se por volta de 1920, o primeiro estabelecimento de prostituição a provocar celeuma às famílias que residiam nas proximidades, no centro da cidade, na rua da Baixa. Tantos foram os protestos que o estabelecimento foi transferido para uma área mais próxima da linha férrea, que já abrigava casas de prostituição. O casarão que abrigou o prostíbulo tinha à sua frente dois frondosos pés de Cajarana, termo que passou a denominar o local, que aos poucos foi ganhando novos prostibulos de tal modo que o espaço se tornou conhecido como a “Cajarana” ou “Zona” da cidade. Entre cabarés, bares e boates, destacaram-se, entre outros, A Espinharas, A Esquina da Vida e a Boate de Tatá (LUCENA, 2015, p. 475).

Para os personagens entrevistados⁴, dentre aqueles que costumavam frequentar e os prostíbulos e cabarés patoenses na década de 1940 a 1950, era muito comum a presença de homens simples, que pertenciam às comunidades das fazendas, nos cabarés menos requintados, principalmente nos dias de feira. Já os homens mais abastados que pertenciam à elite local e desfrutavam das consequências econômicas promovidas pela grande fase na produção do algodão, frequentavam os bordéis de maior reputação, durante a semana à noite, fato que deu à cidade a fama de “Patos da boemia”.

No censo do IBGE⁵ de 1940 o município de Patos é registrado junto a seus 4 distritos à época, qual sejam, Cacimba de Areia, Passagem, Salgadinho e São José de Espinharas, compondo uma população estimada em 42.211 habitantes. Contando com especificações diferentes, o censo de 1950 apresenta uma população de 49.540 habitantes, somando também com os seus 4 distritos. Porém especificando apenas o município de Patos, é registrada uma população 29.658 habitantes distribuídos em 13.889 vivendo na área urbana e suburbana e por 15.769 habitantes que viviam nas áreas rurais.

Naquela época, a população urbana vivenciou o crescimento da violência, muitas vezes atribuído à grande movimentação noturna em busca dos serviços oferecidos na Cajarana,

A movimentação era grande, principalmente pela proximidade do hotel da rua Horácio Nóbrega, ponto de parada e pernoite dos motoristas que, após o jantar, visitavam as mariposas [...] As mulheres mais desejadas atendiam pelos pseudônimos de Alexandrina, Pitéu, Quitéria, Jesus, Penhor, Belinha, Donzila, Zilda, Nita [...] Por conta da grande movimentação e os excessos, A Cajarana passou a ser vista com maus olhos [...] A Esquina da vida e outras casas de recurso atraíam mulheres de outros estados, transformando a área central de Patos em ambiente de criminalidade, com a presença constante de malfeitores e a consequente decadência dos preceitos humanos (LUCENA, 2015, p. 475).

4 Ao todo foram 4 mulheres e 2 homens, que pediram total anonimato. Em respeito a este pedido serão tratados por nomes fictícios.

5 Consulta ao Recenseamento Geral do Brasil, publicados em 1940 e 1950. Ver em www.ibge.com.br. Acesso em 25 fev. 2020.

Para Elisa, nome fictício para uma das personagens e ex-prostituta que concedeu entrevista, a vida de moradora nas fazendas de gado e da monocultura do algodão era bem dura,

Eu nasci no sítio, em 1936 lá em Teixeira⁶. A vida no sítio é ali mesmo. Mas vim pra Patos. Meu pai me butô pra fora quando eu arrumei um namoro e me perdi. Lá era trabalho na roça e peia. Se eu num fugisse ele me matava. Meu pai era homem bruto. E eu vim novinha e fui trabalha na casa de família. Era magrinha e me chamavam de “cativa”. Ali trabalhei muito, fazendo de um tudo.

Na década de 1950 a região central de Patos reunia, para além da estação do trem, uma área central de comércio, o mercado municipal, duas Igrejas, escolas públicas de primeiro grau, o prédio da prefeitura e da câmara municipal, as primeiras usinas para o beneficiamento do algodão produzido na região, a residência oficial dos representantes do clero paroquial, uma cadeia pública e as residências da elite local, dona das principais e mais renomadas propriedades que compunham a área rural. No seu entorno, as áreas denominadas suburbanas abrigavam as residências das famílias menos abastadas, cujos representantes prestavam diferentes serviços neste comércio e trabalhavam em diferentes modalidades de profissões, também divididos em categorias como, barbeiros, quitandeiros, bodegueiros, ferreiros, padeiros, pedreiros, lavadeiras, costureiras e empregadas domésticas, entre outros.

Validando as considerações de Vainfas (1997), mencionadas acima, com o crescimento da população urbana, o município de Patos também assistiu ao deslocamento das casas de prostituição para a sua periferia ou mesmo para localizações fora do seu centro, no qual a concentração social exigia um comportamento moral específico (DEL PRIORE, 2011, p. 87). Nas suas palavras, Elisa acompanhou este processo,

6 O município de Teixeira está localizado geograficamente na região imediata ao município de Patos, sendo integrante da Região Metropolitana de Patos.

Com o tempo eu fui entendendo as coisa. Saí de uma casa, fui pra outra. A cidade já era maió no comércio. Tive homem, morei de amigada. E mais pra frente botei o meu negócio. Eu cozinhava bem e o povo gostava. Aí eu fui melhorando aqui e alí. E no fim minha boate funcionou 40 anos. Era boate, era pensão, era cabaré. Tudo muito limpo.

O estabelecimento de Elisa se localizava a algumas quadras da estação ferroviária, hoje o bairro denominado Jardim Queiroz, região reconhecida tradicionalmente como local do baixo meretrício na Patos atual, porém igualmente reconhecida pela antiga fama da Patos boêmia e dos antigos cabarés. O local guarda ainda algumas ruínas dos afamados estabelecimentos. Entre os entrevistados que conheceram e frequentaram a boate de Elisa, a descrição do local foi assim narrada,

Era uma casa grande, com muitos quartos. Havia um tipo de salão com mesas grandes e pequenas com uma radiola pra música. Os carros ficavam estacionados na calçada e nos arredó. O atendimento melhô era no sábado, mas era aberto todo dia. Um grupo de amigos fechava a casa para beber, comer e farrar. Muita cerveja gelada, destilados de toda qualidade e tira gosto do bom e do melhô. Aí, também tinha as mulheres, né. Tinha mulher que vinha de fora, de João Pessoa, Campina Grande. A Cajarana era muito frequentada. Gente de dinheiro.

Para Vera, de 85 anos, as lembranças da Cajarana oscilam entre o trabalho como meio de sobrevivência, esperança de uma vida melhor, bons momentos e boas amizades entre as mulheres que dividiam o trabalho nos cabarés,

Eu, minha filha, era muito nova. Eu fui assim. Trabalhei muito. No cabaré que a gente morava o trabalho era igual pra todas. É, lavá, cozinhá, limpá, engomá, e atender os clientes. Tudo era muito limpo pra ninguém reclama. Tinha menina que engravidava e tinha que tirá. Muitas conseguia abrigo das mais velha e depois dava a criança pra cria, pra longe. Teve mulher que descansou de menino lá mesmo.

Segundo os depoimentos, eram comuns mulheres que chegavam grávidas e eram acolhidas para seguir no trabalho. No ramo, era necessária muita paciência para continuar e obediência para se manter. É possível perceber nas entrelinhas destes depoimentos o clima de tensão que acompanhava o dia a dia nas casas. A necessidade de agradar os clientes, as possíveis disputas pelos mesmos. O clima e a possibilidade de violência quando um cliente não se sentia satisfeito ou entre eles surgia algum tipo de discórdia ou disputa. Os casos de brigas em noite de casa cheia. Foram narradas ocasiões constrangedoras em que esposas “legítimas” invadiram o ambiente, aos gritos para resgatar o marido. Ocasões estas que precisavam ser bem administradas pela caftina e pelos seus “guarda costas” para não estender o escândalo mais do que o devido.

Como administradora competente, Elisa relata a necessidade de manter certa habilidade para lidar com a sua clientela, principalmente nos finais de semana:

Olha, tinha deputado, coroné, empresário, vereadô. Gente que procurava a minha casa. Eu não podia falha. As minhas menina era escolhida da cabeça aos pé. Tinha regra pra tudo, horário certo. Eu mantinha sempre seis menina comigo mas sempre vinha mulher de fora, recomendada. Graças a Deus eu nunca tive problema sério. Teve caso de ciúme de homem com essa ou aquela. A polícia pedia pra abafá. Sabe como é.

Nestas narrativas foi possível constatar a violência, explícita ou encoberta, que de modo geral está presente na desqualificação moral e social para a “boa sociedade”, de tradição cristã, aqui fortalecida pelo catolicismo popular sertanejo, reforçando as representações de preconceito e misoginia que caracterizavam a sociedade, reproduzida pela mentalidade da época. Esta mentalidade, estruturada nas relações de poder patriarcal, formatava um retrato para estigmatizar a mulher prostituta ao mesmo tempo em que recriminava tudo o

que a sexualidade feminina tivesse de livre, nunca as libertando da condição de ameaça (DEL PRIORE, 2011, p. 89).

Para Neide, 80 anos, o trabalho na prostituição se realizava na área mais próxima do antigo mercado municipal. À época era uma região que recebia todo o volume de pessoas que vinham, principalmente da área rural nos dias de feira e que nos dias da semana, sobretudo à noite, evidenciava a presença das prostitutas em determinados pontos das calçadas e esquinas da região circundada por becos estreitos, que ofereciam a possibilidade de atender um cliente a céu aberto,

Foi um tempo muito difícil. Eu me perdi novinha. Fui butada pra fora já de barriga. Lá no mercado dava pra vendê as carne, era. Eu trabalhava num cabarezinho pequeno, as veis. Tive dois filhos e criei os dois. Me lembro de dia de num tê o cume. Aí era o jeito. Eu arrumava uns trocado pro pão, pro café e o leite. No otro dia se dava de otro jeito. Eu criei eles, mandei pra mais longe. Hoje eu vivo com a minha filha.

Naquele contexto a história de Cida, 79 anos, pouco difere das demais, revelando mais uma vez, a condição de ser mãe e prostituta, criar os filhos e poder se orgulhar, hoje, dessa vitória,

Eu trabalhei em muitos lugá. A gente saia de um pra outro. E quando eu engravidei pensei em tirá. Como é que eu ia fazê. Mais a dona desse cabaré foi feito uma mãe, disse: não tirá nada não. A gente cria, oxente! Nem vai se o primero e nem o úrtimo! Pronto, eu fui ficano só na cozinha, nos trabaio de casa. Até na hora de pari foi um taxista cunhecido, fregueis da casa que me levô, mode que o menino veio assim antes do dia. E eu criei ali, todas me ajudava. Depois ele foi para casa de uma famia e pôde estudá. Hoje eu tenho meus netos.

Não adestradas no interior de um casamento, eram mulheres de “ilícitos tratos”, tentadoras e perigosas, desobedientes aos ditames da Igreja, que antevia para as mulheres a necessidade de uma educação

casta, de obediência e piedade religiosa, cuja remissão e docilidade se encontrava na maternidade pregada pelos bons costumes. As narrativas desvelam os atributos da tradição, fabricados para a condição feminina. Condição engendrada além-mar, que atravessou o Atlântico para compor o modelo exploratório da empresa portuguesa no Brasil e aqui transpassou o processo colonizador, forjando as relações de gênero.

As narrativas traduzem o eco do discurso normatizador do processo civilizatório capitaneado pelo discurso religioso, que fundamentavam as normas culturais, impostas para a ética da prática sexual e da sexualidade, sobremaneira solidificados e acentuados no interior de uma sociedade que, no cenário social retratado, conviveu com o conjunto de características impostas pela sua condição específica de isolamento.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- BARRETO, Sonni Lemos. **Espaços (mal) ditos**: representações dos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 a 1960. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Arte. Natal, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**. Sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DINIZ, Maria I.; QUEIROZ, Fernanda M. de. A relação entre gênero, sexualidade e prostituição. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Vol. 1, nº0, p. 2-16, jan./jun. 2008.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política. Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 144-162.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** — A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II** — O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III** — O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

LIMA, Tatiane M. de. **A prostituição feminina no Brasil**: da questão de polícia à conquista de direitos. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE, Recife, 2011.

LUCENA, Damião. **Patos de todos os tempos**. A Capital do Sertão da Paraíba. João Pessoa: A União. 2015.

MACEDO, H. A. M. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, vol. 28, nº 56, p. 448-462, 2008.

MEDEIROS, M. do C.; SÁ, Ariane N. de M. **O trabalho na Paraíba**. Das Origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

MENDONÇA, Carolina Silva de. **Marias sem glória**: retratos da prostituição feminina na Salvador das primeiras décadas republicanas. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Tese de Doutorado. Programa de Ciências Sociais. Universidade de Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos Indígenas e colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, FFLCH-USP.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. As mulheres na Historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTOS JÚNIOR. **Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte** — Antepassados esquecidos. Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.

SOUSA, A. M. **Cultura material e ressignificação do sagrado**: rupturas e permanências através da percepção sonora. Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SOUSA, A. M. **Mulheres da Peste**: uma história do campesinato feminino sertanejo paraibano. Relatório Final de Estágio Pós-doutoral. PUC/SP, Programa de Ciências Sociais/Antropologia, 2020.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. **A prostituição em Minas Gerais no século XVII**: “mulheres públicas” moralidade e sociedade. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificadas do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro. Edições Graal, 4ª edição, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades brasileiras**: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, L. de M. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. 6 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 5, p. 221-274.

O sertão em fontes administrativas e judiciais (Seridó, século XVIII)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo¹

Tenho me dedicado, nos últimos anos, a investigar as dinâmicas de mestiçagens (PAIVA, 2015) nos Sertões do Seridó, do Rio Grande do Norte, entre o período colonial e o imperial. Na esteira desse caminho, também tenho me ocupado a iniciar um processo de reflexão sobre como o conceito de *sertão* é mobilizado nas tipologias documentais que utilizei em estudos anteriores (MACEDO, 2013), notadamente, aquelas de origem administrativa e judicial. Neste ensaio, pois, dedico-me a refletir sobre tais tipos de fontes históricas e como o conceito de *sertão*, em tempo e espaço definidos, aparece e é representado. Minha narrativa, pois, parte de uma série de escolhas. A primeira, diz respeito ao enfoque que tenho dado, nos últimos anos, a estudos que têm como recorte temporal o período colonial e, como recorte espacial, os sertões do Norte da América portuguesa. Esses recortes não são encarados como delimitações fechadas, é preciso que se diga, mas, como pontos de partida, já que fatos históricos que tiveram lugar nos séculos XVII e XVIII tiveram desdobramentos em tempos posteriores.

O conceito de *sertão* (ou, melhor, *sertões*, no plural) norteia, assim, meu caminho de investigação. Tal conceito tem sido objeto de

¹ Professor do Departamento de História (DHC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) — Campus de Caicó — da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Mestrado em História dos Sertões (MHIST-CERES-UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

análise de intelectuais acadêmicos desde, pelo menos, o século XX, sobretudo, a partir dos anos de 1990, como se pode constatar a partir das produções de Maria Elisa Mäder (1995), Janaína Amado (1995), Gilmar Arruda (2000), Antonio Carlos Robert de Moraes (2003), Erivaldo Fagundes Neves (2003; 2012), Jerusa Ferreira (2004), Socorro Ferraz Barbosa e Bartira Ferraz (2005; 2015), Kalina Vanderlei Silva (2010), Victoria Saramago (2015) e André Heráclio do Rêgo (2016). Esses estudos concordam que o conceito de sertão é polissêmico e, por ser historicamente construído, representou diversas realidades ao longo do tempo em que foi empregado, pelo menos, no período moderno, acompanhando o movimento expansionista de conquista portuguesa por diferentes partes do mundo conhecido — dentre elas, na América, em território que hoje corresponde ao Brasil.

Esse conceito alude a espacialidades tanto perto, quanto longe, do litoral, fazendo se questionar, inclusive, uma suposta contraposição entre litoral e interior (FERREIRA, 2004, p. 28). A depender do lugar de onde se enunciavam os relatos das conquistas, estes poderiam estar representando tanto espaços efetivamente conhecidos empiricamente ou aqueles que se almejava conhecer, motivados pelo imaginário das viagens marítimas (RÊGO, 2016, p. 37).

As imagens produzidas pelos viajantes que se deslocaram à América portuguesa, em certa medida, colocam o sertão em contraposição à região colonial, isto é, aos espaços preenchidos pela ordem colonizadora, “cheios” de súditos do Império português, marcados pelo domínio do Estado e da Igreja, unidos pelos laços do Padroado Régio. Sertão, dessa forma, foi encarado como “o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização”, território ora positivado, ora negativado, a partir de elementos do imaginário ocidental renascentista e da própria vivência e adaptação dos colonos nos trópicos (MÄDER, 1995, p. 12-13).

Dada a diversidade de espaços conquistados e colonizados pelos portugueses na América, os documentos coevos costumeiramente grafaram a palavra no singular e no plural, sendo mais comum, nos dias atuais, o seu uso como sertões, indicativo da pluralidade de espaços que receberam tal nomeação pelos agentes coloniais (AMADO, 1995; NEVES, 2003; 2012). Partindo do raciocínio de Antonio Carlos Robert de Moraes, aduzo que o sertão não se constitui, apenas, em uma “materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 1988; 2003), isto é, um discurso construído e que estabeleceu valoração acerca dos espaços, qualificados segundo a mentalidade de quem o está nomeando.

Os sertões do Norte, sobre os quais venho me debruçando em termos de pesquisa, pois, são espacialidades que nem sempre existiram com essa denominação e com a carga territorial a eles atribuída. Nem sempre foram chamados de sertões, palavra de origem portuguesa que acompanhou o processo de ocidentalização nas Américas e designava, em algumas acepções, áreas afastadas do litoral. Muitas luas atrás, quando povos nativos genericamente chamados, pelos europeus, de *tapuia*, habitavam o que se chamou, tempos depois, de *sertão*, certamente tal espacialidade deveria ter outra denominação, bem como, outro sentido, que me escapa, hoje, em sua plenitude. Porém, historicamente, porções do espaço por onde a fronteira da pecuária se dilatou, a partir de meados do século XVII, no âmbito da Capitania do Rio Grande, foram sendo chamadas de *sertão* ou *sertões*, e incorporadas ao vasto território do Império Ultramarino Português no contexto maior da colonização ibérica.

Este processo de incorporação me leva à segunda escolha: o trabalho, dentro da oficina do historiador, com fontes de natureza administrativa e judicial, vistas com olhares estranhos por alguns colegas de ofício, que chegam a denominá-las de áridas, desprovidas de sentimentos, ou mesmo *de difícil trato*. Refiro-me às cartas de sesmarias e às demarcações de terra. Se hoje chamo tais documentos

de fontes históricas, fruto de nossas escolhas mediante o que está disponível para a pesquisa, entre 250 e 300 anos atrás as sesmarias eram importantes registros da conquista e colonização e, para ser mais preciso, do acesso que colonos tiveram a um bem que talvez possa ser colocado como um dos mais preciosos na história do que hoje se chama de Brasil, a terra.

As demarcações de terra, por sua vez, eram processos judiciais movidos por colonos que, anteriormente, tinham recebido a posse/propriedade da terra por meio de sesmaria e que, para cumprir a legislação presente nas Ordenações Filipinas, precisavam efetivamente demarcar a terra, isto é, promover a sua divisão entre os proprietários. Geralmente, eram realizadas anos após a concessão da terra.

A terceira escolha, responsável pela produção deste ensaio, está ligada ao meu interesse por estudar trajetórias de vida de pessoas e grupos fora da órbita da população branca e portuguesa a quem se atribui, nos sertões, a colonização por meio da pecuária. Não que os brancos e portugueses e seus descendentes não tenham a sua importância no movimento mais amplo de formação socio territorial das ribeiras sertanejas, que culminaram em arraiais, capelas, povoações, vilas e cidades. Todavia, fico mais satisfeito se puder, em minhas interpretações sobre a história dos sertões, admitir que o processo de construção de territorialidades sertanejas, historicamente, também, admitiu protagonismos por parte de pretos, índios, brancos, mulattos, pardos, cabras, mamelucos, mestiços e, porque não dizer, de livres, escravos e forros, bem como, de homens, mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos.

Numa das viagens que empreendi em busca do conhecimento sobre o passado dos Sertões do Seridó, me deparei com um indivíduo chamado Nicolau Mendes da Cruz, cuja trajetória de vida e da sua primeira geração estudei em investigação de pós-graduação (MACEDO, 2013). Quem era este homem? Os dados que coletei e anali-

sei permitem considerar, de maneira resumida, que Nicolau Mendes era um crioulo forro, provavelmente natural ou proveniente da Capitania de Pernambuco e que, na década de 1720, já estava, com sua família, criando gado nos sertões das Piranhas.

Obtive a posse da terra por meio de quatro sesmarias, situadas na bacia hidrográfica do rio chamado pelos portugueses e luso-brasílicos de São José, afluente do rio Seridó, tendo alcançado o posto de Sargento-mor do Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó. Foi casado com Maria da Silva e teve, até onde chega o meu conhecimento, quatro filhos: Domingas Mendes da Cruz, que casou com o tenente Antonio Carneiro da Silva, português; Nicolau Mendes da Silva, sargento-mor, que casou com Rosa Maria, de Pernambuco; Ana Mendes da Silva, que casou com o capitão Manuel Antonio das Neves, português; e o tenente José Mendes da Silva, que morreu solteiro.

A hipótese que sustento, com base em indícios e em historiografia especializada sobre o mundo militar na América portuguesa (SILVA, 2009; SILVA, 2012) é a de que Nicolau Mendes, com alguma probabilidade, foi integrante de terços militares — talvez, o dos Henriques — e combateu as populações nativas durante os eventos da “Guerra dos Bárbaros”, nos sertões do Rio Grande. Esse fato, hipoteticamente, teria lhe permitido, nos anos finais da guerra, barganhar com o Rei em favor de sesmarias para a criação de gado, além do que, teria lhe dado elementos para, no Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó, alcançar postos para além de soldado, status de que gozaram, também, seus filhos, genros e netos. Rastreei os descendentes de Nicolau Mendes e Maria da Silva até, aproximadamente, os anos de 1830, cruzando fontes paroquiais e judiciais, o que resultou em uma árvore genealógica com 4 filhos, 19 netos, 37 bisnetos, 25 trinets e 6 tetranets.

Dito isto, passo a tecer algumas considerações sobre quais os sentidos sobre os *sertões* aparecem nas fontes históricas dessa família *mestiça* no que diz respeito ao uso e controle da terra. Mais

especificamente, em duas sesmarias, uma de 1717 e outra de 1720 e na demarcação de terra do sítio São José, de 1768. Além de todas as considerações já elencadas, é importante sustentar que essa família *mestiça* já estava pelo território que hoje se chama de Sertões do Seridó anos antes de patriarcas como Tomaz de Araújo Pereira, Cipriano Lopes Galvão e, dentre outros, Caetano Dantas Corrêa, tidos, por uma historiografia tradicional, como as “Velhas famílias do Seridó” (AUGUSTO, 2002 [1940]; MEDEIROS FILHO, 1981).

A primeira carta de sesmaria a ser analisada é de 1717. Por meio desta, Nicolau Mendes da Cruz e Francisca Fernandes Marques obtiveram, do Governador da Capitania de Pernambuco, em 28 de setembro daquele ano, uma sesmaria no riacho *Abuchojou*, constituída de seis léguas de comprimento (três para cada um dos sesmeiros) por uma de largo, para cada uma das bandas do dito curso d’água. Diz a sesmaria:

[...] Dizem Nicolau Mendes da Cruz, e Francisco [Francisca] Marques moradores na freguesia do sertão das Piranhas no lugar chamado Sabugi, que elle Nicolau Mendes, tendo noticia que para as partes do riacho *Abuchojou*, chamado assim pelo gentio, que fica p.^a aquella mesma ribeira do Sabugi, havia muitas terras que estavam devolutas, sem serem cultivadas, nem trabalhadas, p.^r não terem possuidor, acariciou um gentio, que p.^r frequentar aquelles certões tinha noticia das taes terras, com o qual gentio foi elle supplicante em **descobrimto** delias, e achou elle supplicante que da paragem, que chamão sita no dito riacho pegando dahi para diante até as serras negras, correndo do Norte ao Sul, fazendo pião na barra do Guhitassim, do gentio chamado, se achao seis legôas de terra capazes de se criar nellas gado [...] (RECI-FE, 1954, p. 240).

A primeira constatação, feita a partir do exame desse documento, diz respeito à denominação da terra concedida a Nicolau Mendes e Francisca Fernandes: riacho *Abuchojou*, que, numa sesmaria de 1721, concedida posteriormente aos mesmos sesmeiros, aparece com a grafia *Buxoyo*. *Buxoyo* era a denominação, na lín-

gua do gentio tapuia, do riacho que, posteriormente, seria chamado de São José. Fica claro, também, no pedido de 1717, que foi Nicolau Mendes da Cruz o responsável por localizar os lugares não cultivados e devolutos que requereu, junto com Francisca Fernandes, a título de sesmaria. Essa prospecção foi feita por meio de sua aliança com o gentio e da ida de ambos — do crioulo forro e dos índios — ao riacho Buxoyo, com a constatação de que havia seis léguas de terra propícias à criação de gado. Um dos limites dessa sesmaria era, justamente, as Serras Negras, antiga denominação da Serra de Santana, que, também, é o local de nascimento do antigo riacho Buxoyo.

É possível afirmar, pelo texto da carta de sesmaria, que Nicolau Mendes teve contato com os nativos na primeira década do século XVIII, participando das “alianças iniciais”, a partir da problematização feita por Marcos Galindo Lima. Dessas alianças é que resultou o “descobrimento” das espacialidades solicitadas para a criação de gado. Ainda no mesmo ano os dois requerentes, com suas famílias, instalaram-se no riacho Buxoyo, como demonstra o texto de outra sesmaria, sobre a qual falarei posteriormente, de 1721. Aliás, é importante por em questão o que significava *descobrir*, na época da produção desse documento. Segundo o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, a palavra *descobrimento*, no contexto das navegações marítimas e dos fatos que se sucederam a estas, frequentemente estava ligada à ideia de uma *exploração sistemática* (GODINHO, 1998, p. 60-61). A palavra *achar*, segundo Godinho, era mais evocada para se referir a uma realidade espacial sobre a qual se ignorava, em um primeiro encontro, a sua existência. Tais significados encontram-se anotados, também, no Vocabulário Português e Latino, de Raphael Bluteau, de 1728. No caso do termo *descobrimento*, detalhado na carta de sesmaria, o mesmo confirma a relação de convivência entre Nicolau Mendes e os índios, bem como, as suas experimentações pelos sertões junto aos nativos remanescentes das guerras de conquista, em busca de novos espaços para a criação de gado.

Em 1717, Nicolau Mendes e Francisca Marques eram moradores no *lugar* Sabugi, na ribeira de mesmo nome. Esta é uma situação que me permite fazer outras considerações, em relação àqueles que já estavam no domínio da terra, anteriormente. Os governos das Capitânicas da Paraíba e Rio Grande haviam concedido, anteriormente a este ano, sesmarias, no vale do rio Sabugi, às pessoas de alferes Pascoal Rodrigues do Vale e a Francisco Barbosa, José Barbosa Diniz e Antonio Martins do Vale (1686), Capitão Diogo Pereira Malheiro e a Jerônimo César de Melo (1689), sargento-mor Matias Vidal de Negreiros, ao alferes Marcos Rodrigues Cabral e a Manuel Monteiro (1701).

Qual a relação de Nicolau Mendes da Cruz e Francisca Marques com essas pessoas? Poderiam ser vaqueiros de algum desses sesmeiros, já que na petição de 1717 não há referência a que tivessem recebido, anteriormente, quaisquer mercês, sobretudo em forma de sesmaria. Trabalhando como vaqueiros, no gerenciamento das atividades econômicas de uma fazenda de criação, por meio do sistema da *quarta* (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 191-3), é possível que tenham acumulado certo cabedal, a ponto de pedirem, ao Rei, uma sesmaria, onde pudessem criar seus gados e cultivar suas lavouras. Tal cabedal seria necessário, já que, para garantir a posse efetiva da terra, era necessário que a mesma fosse ocupada e os seus recursos naturais aproveitados economicamente em atividades que pudessem gerar lucros à Coroa e, em última instância, o povoamento do território.

Outra possibilidade é a de que Nicolau Mendes e Francisca Marques fossem, a princípio, posseiros, isto é, que tivessem se apropriado de terras consideradas devolutas ou desaproveitadas, para o estabelecimento dos seus currais de criação de gado e lavouras para a subsistência dos próprios e de suas famílias. O apoderamento de terras através da simples posse foi um fenômeno recorrente no período colonial, ocorrendo lado a lado com a formalização burocrática das glebas através do instituto das sesmarias. Por estar mais adaptada à “[...] agricultura móvel, predatória e rudimentar” a posse tornou-se,

segundo Lígia Osório Silva, “[...] a forma principal de apropriação territorial” (SILVA, 1996, p. 36) na América portuguesa.

Ruy Cirne Lima enfatiza, nesse sentido, que os indivíduos com menos recursos materiais à sua disposição, na maioria das vezes, ocupavam as faixas de terra que se situavam entre as grandes propriedades¹ ou migravam “[...] para as paragens mais distantes dos núcleos de povoamento, em demanda de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas lhe não valia ainda a pena requerer de sesmária” (LIMA, 1991, p. 47).

Isso me leva a crer que os espaços ocupados por Nicolau Mendes e Francisca Marques já mencionados, na ribeira do Sabugi, na época em que fizeram o seu requerimento pedindo mais terras (1717), fossem afastados dos núcleos de povoamento das redondezas, o Arraial das Piranhas (Ribeira do Piancó — hoje, Pombal-PB) e o Arraial do Queiquó (hoje, Caicó). Por falar nisso, era no *sertão das Piranhas* que morava Nicolau Mendes e sua família, isto é, a denominação dos espaços, aqui, seguia a circunscrição territorial constituída a partir da malha hidrográfica do grande rio Piranhas e seus afluentes, que atravessava grandes porções das Capitânicas da Paraíba e do Rio Grande.

A segunda sesmária obtida por Nicolau Mendes e Francisca Marques foi concedida pelo Capitão-mor do Rio Grande do Norte em 1721. Só soube da existência desse documento, pois, uma transcrição do mesmo foi anexada à demarcação do sítio São José, há 250 anos atrás, pelos seus moradores. Não se encontra publicado nas Sesmarias do Rio Grande do Norte, pela Fundação Vingt-Un Rosado e, tampouco, está listado na Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB).

1 Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, era prática antiga, no contexto do sistema sesmarial incorporado à colonização lusitana na América, o ato de doar-se sesmarias sem que uma ficasse contígua à outra, com uma légua de terra mediando-as. Essa “[...] légua de mediação entre as fazendas — que muitas vezes foi considerada integrante do padrão — constituiu-se em uma área comunal, de uso coletivo, onde o gado de diversos criadores ficava à solta” (SILVA, 1997, p. 126-7).

No pedido feito ao Rei, Nicolau Mendes e Francisca Marques firmaram que moravam no “[...] riacho chamado pela lingoa do Gentio Tapuyo Buxoyo cujo riacho desagoa no rio Ceridô [...]” (CARTA de doação..., [1721]), em cujo sítio vinham povoando com gados desde 1717. Todavia, para poderem melhor acomodar os seus rebanhos, solicitavam mais seis léguas “[...] nas testadas dos providos do Siridô pelo riacho soubre dito o Buxoyo asima buscando as Serras negras com meya [légua] de Largo para cada parte do dito Riacho [...]”, sendo três léguas para cada um dos heréus. A sesmaria foi concedida na Cidade do Natal em 15 de setembro de 1721, embora não se saiba se foi confirmada posteriormente.

No início dos anos 20 do século XVIII, portanto, já se praticava, provavelmente com o auxílio de mão-de-obra escrava, a criação de gado vacum nas áreas adjacentes ao riacho Buxoyo, habitadas pelas famílias de Nicolau Mendes da Cruz e de Francisca Fernandes. A considerar que essas famílias já estavam constituídas no ano de 1717, na ribeira do Sabugi, conforme indica a sesmaria concedida pelo Governo da Capitania de Pernambuco nesse mesmo ano, a informação que anunciei no início deste parágrafo diverge do pensamento de Olavo de Medeiros Filho. Segundo esse historiador, as primeiras famílias que teriam se instalado no Seridó, “[...] cuja lembrança se impôs pela perpetuação genealógica regular, somente apareceram após o ano de 1720”, devido, principalmente, às “[...] rústicas condições ambientais reinantes [que] somente permitiriam a fixação do homem, desacompanhado de família [...]” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 3-4).

Muirakytan Kennedy de Macêdo, anteriormente, já tinha chegado a essa conclusão — a de que, mesmo nos tempos das guerras de conquista, antes de 1720, havia presença de pequenas famílias no sertão. Para tanto, analisou o caso de José de Amorim, que recebeu uma sesmaria em 1705 no lugar Flecheiras, próximo ao Poço do Gado Bravo, onde, um ano antes (1704), havia instalado um curral para criação de gado e uma obra de pedra — provavelmente um

muro de pedra-e-cal —, objetivando potencializar o recolhimento de água durante o inverno (MACÊDO, 2015). No pedido feito por José de Amorim ao Capitão-mor da Capitania da Paraíba, o mesmo afirmou que era “[...] morador no sertão a vinte anos com sua mulher e família, [e que] achou-se nas ocasiões que se oferecerão contra os inimigos bárbaros [...]” (TAVARES, 1982 [1909], p. 58). Isto é, a julgar pela sua afirmativa, já estava pelo sertão nas eras de 1680, em pleno período dos conflitos da Guerra dos Bárbaros, embora não se tenha a convicção de em que ponto do sertão tenha se localizado com a família. Trata-se, aqui, de um exemplo típico de apossamento de terras e de posterior regularização da sua situação jurídica por meio da solicitação de sesmaria, como já foi discutido nos parágrafos precedentes.

Voltando a Nicolau Mendes da Cruz, a carta de sesmaria de 1721 traduz um outro sentido de sertão. Em 1717, se viu que o riacho *Abuchojou* era uma espacialidade imaginada pela possibilidade de criação de gado, ainda que, minimamente, conhecida, pelas prospecções de Nicolau Mendes e dos indígenas. Quatro anos depois, apresenta-se uma realidade concretizada pela instalação de Nicolau Mendes e Francisca Marques, com suas fazendas de criatório, nas respectivas porções da sesmaria — para as quais, pediram, cada um dos sesmeiros, mais três léguas de terra, cada um. De um sertão imaginado a um sertão territorializado com fazendas, almas e gado. O grau de conhecimento acerca do território, inclusive, aparece como melhor delineado, considerando que há o indicativo de que o riacho Buxoyo deságua no rio Seridó.

Essa mesma percepção encontrei a partir da leitura da Demarcação do Sítio São José, em 1768, da Ribeira do Seridó. Quarenta anos mais tarde, nota-se outros sentidos presentes na descrição das terras habitadas pela família de Nicolau Mendes da Cruz. Nesse processo, cujos originais estão arquivados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ficou claro que a sesmaria de 1721, do antigo riacho Buxoyo, originara duas fazendas de criação de gado: a

fazenda São José, de Nicolau Mendes da Cruz e a fazenda Salgado, de Manuel Rodrigues Caldeira e Francisca Fernandes Marques.

Por ocasião desse certame jurídico, utilizando-se de carta precatória, os herdeiros de Nicolau Mendes da Cruz — já falecido — quiseram citar o viúvo Manuel Rodrigues, assistente na Capitania da Paraíba, para participar do processo, já que o mesmo era dono de terras anexas ao sítio São José. O mesmo não foi localizado na Cidade da Paraíba. No que diz respeito à pessoa de Francisca Fernandes, não consegui identificar qual a sua relação com o crioulo forro Nicolau Mendes da Cruz, além de ter sido co-sesmeira nos pedidos feitos ao governo da Capitania de Pernambuco e do Rio Grande do Norte em 1717 e 1721, respectivamente. Tampouco obtive sucesso em encontrar seus descendentes, conquanto sesmarias requeridas ao governo da Capitania do Rio Grande nos anos de 1719, 1743 e 1749 façam referência a um indivíduo chamado Francisco (ou Francisca?) Marques, nas proximidades das terras de Nicolau Mendes.

Na demarcação do sítio São José, após a morte de Nicolau Mendes da Cruz, há uma situação de conhecimento efetivo do território, vez que havia a necessidade de dividir as terras e oficializar as porções de terra respectivas para cada um dos herdeiros e coerdeiros. Sua esposa, nessa época, já estava casada com o alferes Luiz Teixeira do Nascimento, sobre quem não consegui maiores informações. Dentro da data do rio de São José, conforme os títulos de pertencimento, coube a Luiz Teixeira e a Maria da Silva, como sucessores de Nicolau Mendes da Cruz, uma légua de terra de comprido e uma de largo, sendo meia légua para cada banda do rio.

No auto da medição da terra pertencente a Luiz Teixeira e Maria da Silva, conforme a descrição do piloto Domingos João Campos, foram mencionados o riacho da Cajazeira e um “riacho grande” chamado riacho do Jardim. Além desses dois cursos d’água, foi feita alusão a um rochedo de pedra na beira do rio Boxoyo de São José, emparelhado com a casa e currais deste mesmo sítio, ficando a casa e currais em um alto da parte do poente e o rio da parte do nascente (IHGRN. Auto

de medissam e demarcação de huma Legoa de terra de comprido e huma de Largo, meia para cada banda do Rio Boxoyó e hoje de São José, pertencente ao Alferes Luiz Teixeira... 1768). Essa casa e os currais, provavelmente, eram o núcleo da fazenda São José, remontando à época em que Nicolau Mendes da Cruz ainda estava vivo.

Sendo divididas as terras que compunham o sítio, na meia légua de terra de comprido por uma de largo que tocou ao segundo Nicolau Mendes estavam encravadas duas importantes vias de acesso que atravessavam o sítio São José: um caminho que ia para os Currais Novos, pela parte do nascente do citado rio e uma estrada geral que ia para o sítio do Cupauá. O texto da demarcação da parte da terra de Nicolau Mendes da Silva faz menção, ainda, a um lugar chamado Morrinhos e ao riacho da Pitombeira (IHGRN. Demarcação do Sítio São José... 1768).

As terras que tocaram à filha Domingas Mendes da Cruz e, por conseguinte, ao esposo Antonio Carneiro da Silva, na demarcação, começavam no marco que divide o sítio Cupauá do São José, compreendendo o riacho dos Morrinhos e “[...] lugar chamado Bonita [...]” (IHGRN. Auto de medissam, e demarcação de meya Legoa de Comprido, e hua de largo do citio de Sam Joze pertencente ao Tenente Antonio Carneyro... 1768). Dentro dos limites da pertença desse casal foi feita alusão a duas vias de acesso: a estrada que vinha do sítio Cupauá para o sítio de São José e o caminho que ia para o “Caycô”. Além disso, dentro dos mesmos domínios, mencionou o Serrote do Olho d’Água e um taboleiro limpo, sem capim, com algumas pedras e juremas em roda, chamado de Malhada da Cachorra.

O sertão que se desenha na demarcação do sítio São José, diferentemente daquele almejado nos pedidos das sesmarias anteriores de 1717 e 1721, é o sertão em que os lugares já se encontram suficiente nomeados, a ponto de originarem novos sítios, acompanhando o movimento de proliferação da família de Nicolau Mendes. Por se tratar de um sertão enunciado em um documento da Justiça Pública, a demarcação de terra, que pressupõe um maior conhecimento do espaço, a carga que o conceito acumula,

pela leitura do testemunho de época transformado em fonte histórica, agrega o valor de um espaço sertanejo trilhado pela ocupação humana — neste caso, colonial e mestiça. Diversamente aos textos das sesmarias do início do século XVIII, a demarcação de terra não faz mais menção à presença dos nativos, a não ser, nos topônimos dos lugares. Não que os indígenas não mais existissem, como já demonstrei em pesquisas anteriores, para o referido período (MACEDO, 2011). Porém, o olhar da Justiça Pública, ao balizar as porções territoriais dos descendentes do crioulo forro Nicolau Mendes, silenciava tal presença, realçando a morada de casas, os currais e os caminhos, imagens, portanto, de um tempo diferente daquele em que os *tapuias* dominavam as terras e as águas do que se chamaria, com a chegada dos colonos, sertão.

Há, em função do saber técnico presente no processo jurídico — vez que foi feita, a demarcação, por um “piloto” e um ajudante — uma descrição da paisagem que me permite imaginar as nuances do que fora a unidade produtiva: a casa da fazenda, os currais, as malhadas, os rochedos de pedra, os riachos, as estradas que faziam a comunicação com lugares próximos e distantes. Trata-se, aqui, de um sertão experienciado pela família mestiça de Nicolau Mendes da Cruz, cujos descendentes encontram-se, espalhados, em parte dos municípios de São José do Seridó, Cruzeta, Caicó e Acari.

FONTES MANUSCRITAS

CARTA de doação de Sismaria pella qual Vossa Mercê ouve por [...] de fazer mercê de dar a Nicolau Mendes da cruz e Francisca Fernandes [1721]. Doc. transcrito em INSTITUTO

HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IH-GRN). Cx. Sesmaria — Demarcação de Terra (1615-1807). Demarcação do Sítio São José, Ribeira do Siridó. Sítio de São José, Ribeira do Seridó, termo da Cidade do Natal e Capitania do Rio Grande do Norte, 1768 (Manuscrito).

IHGRN. Auto de medissam e demarcação de huma Legoa de terra de comprido e huma de Largo, meia para cada banda do Rio Boxoyó e hoje de São José, pertencente ao Alferes Luiz Teixeira do Nascimento, sucessor do defunto Nicolau Mendes da Cruz. Cx. Sesmaria — Demarcação de Terra (1615-1807). Demarcação do Sitio São José, Ribeira do Siridó. 1768.

IHGRN. Auto de medissam, e demarcação de meya Legoa de Comprido, e hua de largo do citio de Sam Joze pertencente ao Tenente Antonio Carneyro da Silva genro do defunto Nicoláo Mendes da Crus, a cujo requerimento mandou fazer o Doutor Provedor Juiz das demarcaçoens Doutor Antonio Carneyro de Albuquerque Gondim, sendo meya Legoa de largo para cada huma das partes do Rio que vem a ser huma Legoa de largo. Cx. Sesmaria — Demarcação de Terra (1615-1807). Demarcação do Sitio São José, Ribeira do Siridó. 1768.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **Sertão: Fronteira do Medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **Sertão: um Espaço Construído**. Salamanca: Editora Universidad de Salamanca, 2005.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os segredos do sertão da terra: um longe perto. **Légua & meia**: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, v. 3, n. 2, 2004, p. 25-39.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto (Org). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 60-61.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Edições Arquivo do Estado/Governo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal: EDUFRN, 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó - século XVIII)**. Natal: EDUFRN/Flor do Sal, 2015.

MÄDER, Maria Elisa N. de S. **O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis**, online, n. 4-5, 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 23 nov. 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão recôndito, polissêmico e controvertido. In: KURY, Lorelai Brilhante (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012, p. 14-56.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo — Colônia**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 191-3).

RECIFE. Secretaria de Educação e Cultura. Biblioteca Pública. **Documentação histórica pernambucana: sesmarias**. v. I. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1954.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, abr. 2016, p. 42-66.

SARAMAGO, Victoria. O sertão ao redor do mundo. In: DUTRA E SILVA, Sandro; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Org.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: MauadX, 2015. p. 231-26.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1997. p. 126-7.

SILVA, Kalina Vanderlei. Flecheiros, paulistas, henriques e os homens do litoral: estratégias militares da Coroa portuguesa na ‘Guerra dos Bárbaros’ (século XVII). **Clio — Revista de Pesquisa Histórica**, v. 27, n. 2, p. 305-33, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Lúcia Maria Osório. A “questão da terra” e a formação da sociedade nacional no Brasil. in II Congresso Brasileiro de História Econômica / 3ª Conferência Internacional de História das Empresas. **Anais...**, v. I. São Paulo, ABPHE / UFF, 1996. p. 36.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a ‘etnia crioula’: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças (Org.). **Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba** [1909]. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982. p. 58.

Mal-estar no sertão: entre letrados e políticos, Eloy de Souza contra as secas (1925-1940)

Ledson Marcos Silva¹

INTRODUÇÃO

Neste texto, investigo os aspectos das representações do sertão pautadas na produção historiográfica de Eloy Castriciano de Souza (1872-1959). Nascido em Recife, mas criado também em Macaíba, no Rio Grande do Norte (RN), ele teve uma trajetória que o proporcionou conhecer várias regiões durante as duas primeiras décadas de sua vida. Sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Souza fornece uma narrativa em diferentes âmbitos sociais ao longo de sua carreira. Em múltiplos espaços de sociabilidade intelectual ou política, ele foi uma personagem importante no cenário histórico potiguar para falar do mundo sertanejo e de quem ali habita.

Reforçando, o objetivo do presente trabalho é examinar as representações do sertão construídas por esse letrado em específico. Sendo assim, eu considero basilar para esta análise dois escritos de Souza que podem ajudar a entender como o sertão é elaborado em sua narrativa,

¹ Mestrando em História — Programa de Pós-Graduação em História — Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-CERES-UFRN), Caicó-RN. Bolsista Capes. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4691952415293925>; E-mail: ledson.15@hotmail.com.

a saber: a obra *Cartas de um Sertanejo* (1983) e *O Calvário das Secas* (1938). A partir desses dois textos, defendo a hipótese de que Souza mistura, em grande medida, sertão e natureza, de maneira a pautar uma ideia de superação de um sertão. E por quê? Porque Souza vê o mudo sertanejo como problemático e, de certa maneira, indesejável. Essa sensação de angústia que o autor coloca em seus textos, denomino aqui de *mal-estar no sertão*. Uma noção que significa a tentativa de superar um dado sertão; um impulso político-intelectual de tentar buscar um novo sertão. Sendo assim, poder-se-ia pensar na atribuição de autonomia relativa que as redes de sociabilidade, como é o caso do IH-GRN, davam aos consórcios, possibilitando a eles falarem, ou melhor, de construírem um discurso-imagético sobre este ou aquele universo.

O pontapé inicial que me leva a tentar identificar as representações do sertão advém da área que me insiro: a área de história dos sertões. Um universo de estudos que tenta, em diálogo com diversas perspectivas que tematizam os sertões, discutir e propor significados para o conceito de sertão (SANTOS, 2019). Conceito este que é polissêmico, sendo melhor pensar em *sertões*, tamanha sua complexidade (FREIRE, 2014). Esta é uma tentativa de trazer à tona novos significados e, mormente, questionamentos a respeito de como a imagem do sertão foi construída na produção historiográfica nordestino-grandense, partindo da obra de Eloy de Souza, que é um homem da vanguarda intelectual potiguar do noventa, por assim dizer.

O autor recifense insere nos seus textos uma preocupação em relação ao sertão, quer no âmbito literário das suas *Cartas*, quer na dimensão mais direta do problema que ele trata em *O Calvário de Secas*. O problema que lido nessas páginas refere-se a Souza colocar em questão um sertão visto como problemático e como necessário de ficar restrito ao passado, um sertão que deve ser de outrora, um sertão inclinado a ficar isolado em uma mera passagem da história. E por que ele faz isso? Porque o sertão que Souza viu e, de certa maneira, que afetou a sua vivência é um mundo carregado de dor, é um sertão carregado de mor-

te. Destarte, tento discutir brevemente essas noções de acordo com as seguintes perguntas: de que forma Eloy de Souza representa o mundo sertanejo e quais interesses rondam esse conceito em sua narrativa, em diferentes obras? Para respaldar a análise, proponho uma perspectiva ancorada no problema do progresso para a historiografia. Portanto, busco em Sigmund Freud, em seu *Mal-estar na Civilização* (2011), as referências e elementos que afetam e causam sofrimento no sujeito e de que maneira essa ótica pode se relacionar com a problematização do sertão enquanto produção simbólica e historiográfica. Aliás, é dessa obra que me inspiro não apenas na ideia do título, mas no problema como um todo: o sertão como mal-estar na contemporaneidade.

OS SERTÕES DAS CARTAS

Eloy de Souza escreveu dezessete cartas para publicação no jornal *Diário de Natal* enquanto ele era Senador da República. Os textos foram escritos em 1926, não com o seu nome exato, mas sim sob o pseudônimo de Jacyntho Canella de Ferro. As cartas acabaram sendo compiladas posteriormente, dando origem ao livro *Cartas de um Sertanejo*, prefaciado por Francisco das Chagas Pereira. Este último assinala com muito cuidado a importância do mundo sertanejo para Eloy de Souza: “escrever sobre o universo era, para ele, dar forma a um ato de amor, alimentado desde a infância e exteriorizado em transfiguração lírica de reminiscências recuperadas. Por isso, parece um saudosista, quando se insurge contra tudo que possa representar uma descaracterização desse território sacrossanto” (PEREIRA, 1983, p. 10-11). O sertão é um elemento norteador do trabalho de Souza, de sua vivência enquanto profissional da política e intelectual presente em diferentes espaços sociais norte-rio-grandenses. Vale lembrar que apesar de ter nascido em Recife (e também ter vivido em Macaíba, portanto, um homem de grande experiência no universo litorâneo), Eloy de Souza adentrou diversas vezes no mundo sertanejo para trabalhar como agente políti-

co. Na sua trajetória, procurou se instalar por diferentes lugares como foi no caso do sertão do Seridó, na região meridional potiguar. Este era um mundo que ele descobria aos poucos, ao longo de sua vida, na meninice e na fase adulta (SOUZA, 2008).

Como coloca o prefaciador, Chagas Pereira, Eloy de Souza era um homem preocupado com o sertão e a vida do sertanejo (PEREIRA, 1983). Em suas *Cartas*, o recifense elabora discursivamente um sertão peculiar, harmônico, muito singular, mas que ficou preso no passado. Aquele era o melhor dos sertões, de acordo com Souza. No entanto, estava mudado. Não era mais o que Souza encontrava antes. Além disso, suas *Cartas* sempre estão em diálogo com o redator do jornal. Característica presente da narrativa, como se pode ver:

Sr. Redator:

Há muitos anos não via o meu sertão velho.

Achei tudo mudado. Só as serras não estão desfiguradas; e estas mesmas, sabe Deus como as encontrarei, se aqui voltar no espaço de duas secas.

Os próprios rios da meninice e durante tanto tempo respeitadas pelo homem, achei-os tão diferentes, que os procurei na lembrança, como quem acorda de um sonho (SOUZA, 1983a, p. 17).

Este universo em específico é caracterizado pela saudade. O tempo da meninice é a referência. A temporalidade revela, por sua vez, que o sertão de Souza ficou para trás. Sendo assim, é possível entender que uma vida harmônica, matizada nos termos da boa vivência, caracterizada pela união familiar e pela ordem da natureza, acaba ficando reduzida à memória de Eloy de Souza. Portanto, há aqui um sertão que não existe mais. Esta seria uma primeira representação do sertão em suas *Cartas* - inexistente, provindo das reminiscências, lugar de memória que não é palpável, uma produção apenas simbólica, sem materialidade. “Como está mudado o meu velho sertão de pedra, e de quanta coisa tenho me lembrado nos curtos dias dessa visita de saudade”, diz

Souza ao reparar nas mudanças. Nesses termos, o sertão torna-se o espaço da saudade. Eloy de Souza é o homem que sofre o tempo.

Este sertão é deveras diferenciado, pois, como o autor escreve na sua décima sétima carta, ali existiam pessoas tranquilas: “Os nossos sertanejos sempre foram pacíficos”, dizia o professor Quirino” (SOUZA, 1983a, p. 83). O sertão que não se encontra mais à sua frente era marcado por uma “gente de boa índole, herdada dos antepassados”, nas palavras do autor (SOUZA, 1983a, p. 83). Até os cangaceiros viviam à moda de Robin Hood, quer dizer, de maneira coerente, com base em princípios de justiça, seguindo a ordem. Por exemplo, traçando o perfil de Jesuíno Brilhante, Eloy de Souza caracteriza-o de uma maneira muito peculiar, com uma história de luta contra as injustiças, contra os males sociais que acarretam em problemas e opressão para os mais pobres e desfavorecidos. Ao falar sobre Jesuíno Brilhante, Souza diz que não existiu gente tão coerente, mesmo fazendo parte de um movimento extremamente violento, e assevera que Brilhante foi um homem protetor dos mais fracos, que era muito habilidoso e diferenciado nas suas vestimentas, a ponto de ser distinto até mesmo em relação aos próprios cangaceiros (SOUZA, 1983a, p. 84-5).

Porém, quero salientar que este é um sertão que ficou reduzido à memória e à saudade de Souza. O autor consegue emitir apenas narrativas desse universo. São narrativas com base na sua memória, feitas de sua lembrança ao pisar naquele solo novamente. Através da personagem — Canella Ferro -, as angústias do autor saem para fora. A partir disso, encontra-se agora apenas vestígios e traços do que aquele espaço um dia foi. Sobre o mundo sertanejo, Souza pontua:

Perdoe, Sr. Redator, esse desabafo de um sertanejo que, na peregrinação deste dias, não tem feito senão ressuscitar o sertão da mocidade, tão manso e tão bom que chego a me lembrar das fogueiras que já não se acendem e do aboio que não ouvi, como quem se lembra da felicidade perdida e nunca mais encontrada (SOUZA, 1983a, p. 27).

O que Eloy de Souza descreve é um sertão sem luz, com uma face-ta apagada, sem nitidez, de vícios e de impurezas morais proporcionadas por uma mudança completamente mundana. Um sertão onde a chave existencial perde a orientação na ordem *divina* e altera-se em direção a princípios e forças *humanas*, sociais. Sai Deus e entra o homem. Configura-se um giro-antropocêntrico. Eloy de Souza assevera que os vícios chegam de acordo com a mudança do tempo:

Naquele tempo, tão recuado na distância dos anos, se a luz da noite não vinha da lua e das estrelas, as cidades, vilas e povoados sertanejos ficavam na escuridão, esperando que Deus quisesse acender essas lamparinas do céu. Hoje, quase por toda parte, é a mão do homem que acende a luz com um simples manejo de uma tarraxa na parede. Essa é uma das invenções que, alegrando as ruas, alegrou também a morada sertaneja, muito embora tivesse vindo favorecer o estabelecimento de casas de jogo, onde velhos e moços vão perder, todas as noites, o fruto do trabalho honrado (SOUZA, 1983a, p. 27).

Essa mudança tem a ver com uma chave de interpretação relacionada com a ideia de *civilização e progresso*, portanto signos de uma experiência histórica que circundam o sujeito, sobretudo alguém letrado que viveu a Primeira República, como é o caso de Souza. Expressões próprias de espaços sociais relacionados ao campo intelectual e político. São referenciais que por força da experiência histórica acabam sendo levados de roldão na narrativa, quer dizer, o tema do sertão aparenta ser um ímã muito forte para essas ideias. Mesmo em uma escrita voltada ao ambiente da ficção, recupera-se ali todo um conjunto de questões contemporâneas ao autor. De certa maneira, como coloca Hayden White, não é porque o texto está voltado para um determinado gênero ficcional que ele não contenha temas políticos referente a questões bastante reais. Entre ficção e a não-ficção há contato, há ligação direta (WHITE, 1994). Certamente, acaba escapando em meio à escrita de Eloy de Souza e seus personagens os principais problemas que

ele enxergava no sertão. Portanto, é possível encontrar nas *Cartas* os anseios de Souza, suas preocupações, aquilo que o toca tragicamente e que o proporciona forças para ele buscar e projetar alternativas em relação aos problemas do mundo sertanejo.

Narrando o relato de um agricultor que vivia nas margens do rio Potengi, Souza descreve o seguinte: “As secas vinham, matavam-lhe grande parte da criação e muitas vezes tudo quanto tinha plantado morria.” E acrescenta mais detalhes sobre o caráter destrutivo dos sertões: “Meses de sol e de morte já lhe tinham por várias vezes levado as economias que os invernos lhe haviam permitido fazer, graças à fertilidade da terra que desde os avós vinha sendo o amparo e a esperança de sua casa” (SOUZA, 1983a, p. 81). Aqui aparece um outro sertão. Este, sim, é material, existente. É o sertão que ele vê à sua frente. No entanto, é uma outra representação, é outra forma. Este sertão confunde-se com a natureza. Ele aterroriza a população. É um sertão que se torna mazela para a economia, para a própria vivência naquele mundo. Em relação a esse caráter destrutivo dos sertões, a personagem Joaquina amplia a narrativa: “com os olhos cheios d’água, Joaquina perguntou quando os homens acabariam com esse martírio dos pobres sertanejos. E sua pergunta ficou sem resposta...” (SOUZA, 1983a, p. 82).

A ausência de resposta à fala daquela personagem indica um dos problemas que Souza resolveu se dedicar, a questão da seca, do sertão enquanto impasse para a estabilidade da vida dos habitantes. Em *Memórias*, obra de caráter autobiográfico, Souza relata que o problema das secas foi de tão grande desafio na sua carreira política que o levou a pensar como tudo isso erar resolvido em outras partes do mundo. Não à toa, viajou para o Egito para buscar alternativas no combate ao problema das no sertão nordestino (Cf. SOUZA, 2008).

Nas *Cartas*, tem-se os indícios de uma angústia. De um lado, um sertão de sua memória, de outrora. Saudosista, o primeiro

sertão é demasiado harmônico. Do outro lado, um sertão que traz dor e destruição, um sertão-problema. Apesar da primeira representação conferir à imagética sertaneja uma nuance harmônica, as *Cartas de um Sertanejo* dão vazão para o leitor encontrar o sentimento muito próximo à amargura e uma vontade de mudança. Se há aflição pela mudança, esse segundo sertão é alvo de intenções de transformações. A passagem da personagem Joanhinha lega ao sertão um caráter de negação. É na obra *O Calvário das Secas* que a segunda representação ganha maior tamanho. Souza aposta nas medidas de açudagem e irrigação como possíveis soluções para esse universo. Passo a examinar alguns desses aspectos adiante.

O SERTÃO-NATUREZA COMO PROBLEMA

Em que se sustenta essa ideia de um mal-estar no sertão? Como a obra de Eloy de Souza viabiliza essa noção? Qual é a representação de sertão na segunda fonte? O livro *O Calvário das Secas* (1938) reúne um conjunto de artigos escritos por Eloy de Souza no intuito de debater a importância das obras contra as secas. Sobre este assunto, ele propõe a açudagem e irrigação como soluções. Souza tenta refutar a argumentação de Clodomiro Pereira da Silva, um engenheiro do setor politécnico da Universidade de São Paulo. Silva traz a ideia do desvio do Rio São Francisco para adentrar nos sertões nordestinos, assim combatendo o problema climático. O recifense nega a argumentação do engenheiro em cada artigo do livro e traz dados e estatísticas pluviométricas para corroborar com sua tese. Mas também chama atenção a elaboração de uma ideia de sertão por parte de Souza, de maneira a salientar detalhes singulares e próprios, como se o sertão requisitasse medidas específicas, e neste caso estaria excluída a proposta de Clodomiro Silva. Neste caso, seria, para Souza, algo como a açudagem a resposta mais forte e eficiente. É justamente essa representação de sertão que me interessa neste

trabalho. Quer dizer, como o conceito de sertão é tratado no debate sobre as secas e os significados que podem ser discutidos a partir dessa historiografia em questão.

A narrativa de Souza sobre o sertão leva-me a entender que aquele universo é construído conservando elementos naturais e históricos. A seca seria propriamente um desses fatores regulares. Logo no primeiro capítulo, a perspectiva de natureza é esclarecida. Ela vem junto à ideia de solução aos problemas da seca que Souza aborda: “sem portentosos as obras de irrigação a nossa vida continuarão precárias e eternamente jungida a esse sofrimento que caminha para quatro séculos, nessa luta desigual do homem contra a natureza madrastra. Para mim irrigar é povoar, enriquecer, ser feliz” (SOUZA, 1983b, p. 21-22). Eloy de Souza coloca em seu texto um sertanejo abatido, sofrido, que é errante, mas ao mesmo tempo resistente, que sente falta do sertão. Errantes porque são levados a fugir do sertão. Souza comenta sobre os sertanejos que perderam tudo devido à seca: “vi de perto essa gente. Tive na confidência de suas queixas a compreensão daquelas almas alanceadas pela vergonha da mendicância, maior do que a pena e a saudade da terra onde tinham nascido e da qual se haviam separado em distâncias alongadas para um destino misterioso” (SOUZA, 1983b, p. 23-4). O que há de se atentar aqui é o caráter dessa natureza, muito prejudicial e alarmante para o sertanejo. É como se a natureza fosse um empecilho para a vida do homem.

A natureza é modulada numa forma degradante, destrutiva, intimidadora, para a vivência do homem naquela região. Em *Cartas de um Sertanejo*, a civilização e o progresso aparecem como reflexo de uma experiência de tempo, de uma temporalidade que traz consigo o vício para as terras do sertão, desvirtuando o sertanejo naquele mundo. No caso de *O Calvário das Secas*, há uma segunda trilha para com esses conceitos que possibilita alternativas de mudança para um sertão que é autodestrutivo, que é indomável e incontrollável. Em outras palavras, se no primeiro caso o progresso desvirtua o sertanejo,

no segundo caso, esse signo significa a chance de soluções para um sertão-problema. No final das contas, é justamente isto o que Eloy de Souza postula mediante sua narrativa: controlar esse mundo sertanejo que muda incessantemente e é calamitoso. O que o sócio do IHGRN debate e tenta propor como alvo de mudança é esse sertão marcado pelas constantes secas:

A piedade toca ao coração dos que leem ou ouvem essas narrativas inacreditáveis e todavia verdadeiras. Os homens públicos, porém, têm o dever de passar da piedade à ação, promovendo os meios de atenuar os efeitos desse flagelo e acreditar na ciência e na lição dos outros povos para realizar assim a obra redentora que secularmente desafia a nossa inteligência (SOUZA, 1983b, p. 158).

Neste excerto, temos a posição de homem público por parte de Souza. Ele, na passagem acima, é alguém que promove a mudança no mundo sertanejo. Ele não é um narrador passivo que após tempos se depara com a transformação do sertão. Agora ele está assentado no signo do progresso. Além disso tudo, Souza considera, na verdade, o problema da seca como um problema nacional e “pela sua complexidade o mais fundamentalmente brasileiro, dada a sua correlação com a totalidade dos interesses vitais do Brasil” (SOUZA, 1983b, p. 134).

Voltando ao cerne da questão. Esse sertão confunde-se com a natureza e traz consigo os problemas para a população sertaneja. O povo que vive naquele ambiente recebe a alcunha de *retirantes*, e essa expressão é histórica. Souza, aliás, imagina a força que esse termo deve ter ganhado a partir das secas: “a palavra *retirante* circulará, sabe Deus, até quando, para martírio dos homens de coração” (SOUZA, 1983b, p. 156). Retirantes porque o sertão obriga-os a se retirarem. O sertão expulsa. A natureza é calamitosa, caótica, um impasse. Souza expressa a vontade alterar essa natureza, o meio físico: “o nosso dever, o dever dos homens públicos do Nordeste, é trancar ouvidos aos maus augúrios e

continuar a tarefa de trabalhar para que as obras de irrigação, maiores e menores, sejam concluídas em prazo breve” (SOUZA, 1983b, p. 112).

Entendo que essa vontade de intervenção no mundo ou, melhor, na natureza, para evitar o sofrimento, a dor e a tristeza possa ter uma explicação embasada nas raízes da psicanálise e, neste momento, pode ser fértil para a análise no que tange uma história dos sertões. Sigmund Freud, conhecido, grosso modo, como criador da psicanálise, entende que o sofrer humano advém de três fontes, a saber, a deterioração do corpo diante do tempo, do mundo da vida; os desencontros das relações humanas em sociedade; e por fim, sua postura de impotência em relação ao descontrole da natureza (FREUD, 2011, p. 30). Esta última assertiva é essencial nesta conjuntura. Pois, justamente, é o reflexo de significativo trabalho da experiência política moderna, manifestando-se de maneira igual na Primeira República, ecoando em discursos na voz e pesquisa de homens como Eloy de Souza. A fala do recifense vai de encontro a essa vontade, o ímpeto de controlar e superar a natureza pelo agir humano. O problema começa pela pertença do corpo humano à natureza. Há uma questão holística nesse debate. Considero que a compreensão do que possa ser a natureza para Freud é bem ampla, mas entendo que o meio físico, o mundo para além do sujeito, está englobado neste conceito. Então, a partir das fontes, a vontade de controle colocaria a ideia de sertão e as secas neste orbital. Nas palavras de Sigmund Freud:

Nunca dominaremos completamente a natureza, e nosso organismo, ele mesmo parte dessa natureza, será sempre uma construção transitória, limitada em adequação e desempenho. Tal conhecimento não produz um efeito paralisante; pelo contrário, ele mostra à nossa atividade a direção que deve tomar. Se não podemos abolir todo o sofrer, podemos abolir parte dele, e mitigar outra parte — uma experiência milenar nos convenceu disso (FREUD, 2011, p. 30).

Progresso e ciência direcionados para o controle. A vontade de domínio, de ter poder sobre o mundo para além do sujeito é uma força presente nas fontes. Souza manifesta esse interesse. Seus escritos apontam esse elemento *pari passu* ao afeto de angústia, que é uma consequência das mudanças, mas sobretudo das mortes pela seca. O sertanejo é vítima da força climática. O sertão provoca mal-estar para o profissional da política e/ou para o intelectual, em suma. É desconcertante. A solução seria tecnológica. Uma atuação propriamente humana para combater esse sertão-problema. A escala é tamanha que a própria noção de Nordeste é levada junta com a noção de seca sertaneja. Em resposta a Clodomiro Silva, Eloy de Souza comenta:

Pedimos licença ao sábio mestre para ponderar que sem os açudes não haveria mais nordeste. Eles são fontes de vida e de progresso e nunca de decadência e morte. A aspiração máxima do sertanejo é poder dotar a sua propriedade com esse benefício, que não só é suprimento d'água para todos os fins pastoris e de uso da casa, como é também garantia de prosperidade e abundância (SOUZA, 1983b, p. 48).

De que maneira é estruturado esse texto com a argumentação exposta? A narrativa de Souza está pautada na querela, no *topos* da disputa pela legitimação do conhecimento. Respondendo a Silva, o autor busca adentrar num esquema de consagração dos saberes para solucionar a questão das secas. É uma postura política, mas também uma performance como ato prático no jogo intelectual. O ponto crucial aqui é perceber a representação de sertão. Este universo engloba completamente o Nordeste. O litoral que configura a clássica dicotomia *sertão-litoral* é **engolido na narrativa**. A *seca*, de acordo com Souza, devastaria tudo. Sendo assim, tem-se uma margem considerável de que o sertão enquanto produtor de um *mal-estar*, mas também o próprio *mal-estar* para os homens da política, como é construído discursivamente no caso de Eloy de Souza, apresenta-se como um problema, uma questão a ser resolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos escritos de Eloy de Souza, em específico as obras *Cartas de um Sertanejo* e *O Calvário das Secas*, fica claro uma construção discursivo-imagético do universo sertanejo a partir de duas representações dominantes. Uma representação com base no princípio da saudade, de um sertão da infância, da meninice. O sertão, neste primeiro caso, é resgatado através da memória. No entanto, salta aos olhos outra perspectiva deste universo. Este segundo é um constructo simbólico e historiográfico ligado à imagem do deserto, com a rispidez - o mundo sertanejo seco. Uma caracterização clássica do sertão que se tornou estereótipo, é verdade, todavia Souza leva essa representação para outro lugar: a dimensão de superação desse espaço pela via tecnológica como projeto político-intelectual.

A discussão feita aqui leva em conta um fator ético que considero ser de suma importância no que diz respeito aos estudos de história dos sertões. Tendo em vista o contexto da especificidade capitalista que forma nossa atual sociedade - sem contar o incentivo ao consumismo, à agropecuária e ao desmatamento em larga escala — cogito que trazer a ideia de sertão como mal-estar, ou mesmo como terra a ser controlada, promove refletir a importância dos sertões como tema que deve estar presente nos debates sobre como queremos que seja a nossa sociedade no futuro.

A ideia de mal-estar não nega o fato das mortes dos sertanejos ao longo de décadas e seus efeitos, por exemplo, a fome. Todavia, como o pensamento analisado foi o de Eloy de Souza, ou seja, alguém de uma classe social mais favorecida, um participante do ambiente político e letrado, cabe, portanto, o alerta para a desconfiança de certas narrativas. Sobremaneira, levantar dúvidas a respeito de discursos que impõem medidas como essenciais e únicas. A obra do sócio do IHGRN não acaba por aqui. Através de seus escritos pode-se pensar muito a respeito do sertão, até porque resolvi apenas focar em um argumento

ligado ao âmbito da psicanálise. O que se pode tirar de proveito disso tudo é o peso de projetos políticos que visem a superação dos problemas relacionados à natureza. Esses ideários e narrativas precisam ser objetos de problematização, em razão que os sertões (nordestino, amazônico etc.) marcam presença nas discussões sobre produção econômica, capitalismo e agropecuária. O sertanejo, o quilombola e o indígena são partes essenciais em qualquer debate sobre esse universo. Sendo assim, ressalto a importância de se atentar para determinados argumentos e representações sobre o sertão que o coloque como espaço passivo, incontrolado, atrasado e bárbaro, pois essas nomeações partem de posições e espaços sociais interessados em poder e legitimidade. Este artigo apontou que o conjunto de técnicas e as relações de poder providas de um agente social, com relativa autonomia para falar sobre o sertão, advém em muito de uma questão psicanalítica, que é a proximidade da ideia de natureza e sertão, uma proximidade que apresenta como adversário, como inimigo da vida.

REFERÊNCIAS

Fontes analisadas

PEREIRA, Francisco das Chagas. *In*: SOUZA, Eloy de. **Cartas de um sertanejo**. Brasília: O Autor, 1983.

SOUZA, Eloy de. **Cartas de um sertanejo**. Brasília: O Autor, 1983a.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL; Natal: Fundação José Augusto, 1983b.

Bibliografia complementar

FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Eloy de. **Memórias**. 2. ed. Natal; Senado Federal: DF, 2008.

SANTOS, Evandro. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas”

epistemologias. **SÆCULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, jul. 1994.

Escravidão negra de origem africana no Brasil setentrional

Caridade, humanitarismo e liberdade: a retórica feminina do abolicionismo belenense (1882-1888)

Carlos Denizar de Souza Machado¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute como a década do abolicionismo na capital da província do Pará discutindo como uma das facetas do processo de extinção do escravismo perpassava pela compreensão do universo de ações coletivas, tais como bazares de caridade, reuniões, comemorações em teatros, praças e clubes. Essa mobilização interligava sociedades e clubes emancipacionistas e abolicionista e agregavam uma variedade de ações que associavam ideias subscrição popular, ato de caridade e filantropia num discurso de “regeneração social” do “redentor” que beneficiava o redimido, empregado pelo caráter amistoso e até mesmo piedoso, o que Seymour Drescher classificou como “batismo da liberdade” (DRESCHER, 2011, p. 136).

Conforme aponta Angela Alonso, o repertório moral contra o escravismo fortaleceu com retórica de compaixão e humanismo, porém não apresentou uma relação direta institucional com a Igreja Católica, diferentemente, por exemplo, das ações norte-americanas

¹ Doutorando do Programa de pós-graduação em história social da Amazônia (PPHIST-UFPA), professor da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PARÁ) e Historiador da Secretaria de Cultura e Desportos de Bragança (SECULD-PMBRAG), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM).

que associaram a luta antiescravista ao protestantismo. Alonso compreende o abolicionismo brasileiro como uma ação “anti-igreja”, de progresso e de caráter científico. No entanto, o discurso criado em prol da liberdade na capital do Pará, aliava o ideal de caridade, portanto, aproximava-se do ideário religioso, ato de amor à humanidade, compaixão ao próximo.

O “BAZAR DA CARIDADE”: AS MULHERES, A QUESTÃO DA LIBERDADE COMO CAUSA HUMANITÁRIA

Foi singular a organização por um grupo de mulheres livres de um “Bazar da Caridade”, em 1882. Basicamente, o evento contou com a organização de senhoras, em geral, esposas e filhas dos membros dos clubes e associações emancipacionistas ou clubes patrióticos, além de estudantes que apelavam à caridade pública para angariar óbolos. Segundo Adam Hochschild (2007, p. 189-190), o movimento de emancipação criou retórica humanitária e caridosa que envolveu campanha de sensibilização cujo envolvimento agregava mulheres, comerciantes, jornalistas, trabalhadores que estavam em comitês para campanhas de donativos para assistência aos libertos que estavam na Inglaterra, mobilizava desde a nobreza até políticos.

A experiência de envolvimento das mulheres no processo de liberdade em Belém não pode ser descartada e demonstrava seu papel de proeminência nas organizações e mobilização de ações em favor da causa da emancipação, fato também observado no Ceará, por Carlos Caxilé (2005, p. 39-56), que ao analisar o processo de liberdade alencarina, destaca atuação das senhoras cearenses vinculadas à *Sociedade Cearense Libertadora*.

As atividades de bazares da caridade da *Sociedade Libertadora Cearense* e da *Confederação Abolicionista* eram divulgadas por meio

dos periódicos da capital, tal qual *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará* e *Diário de Notícias* em ressonância ao movimento de emancipação de outras províncias. Em 1881 a *Libertadora Cearense* organizou “prendas para o bazar expositor” (LIBERTADOR, 1881, p. 1) e previa formação de comissões de festejos cuja finalidade era realizar a “libertação de tres adultos, sendo: uma mãe com trez filhos, uma mulher e um homem e mais que tudo a inscrição de 225 socios” (LIBERTADOS, 1881, p. 5). Essa experiência proporcionava a circularidade das ideias de auxílio na questão emancipacionista, o que provavelmente inspirou os emancipacionistas de Belém a organizarem seus bazares, provavelmente também espelhados nas festas de caridade realizadas desde a década de 1870 pelas diversas lojas maçônicas de Belém, conforme indica Elson Luiz Rocha (2016, p. 73-144).

A ideia do *Bazar da Caridade* belenense era juntar uma “relação de donativos” para promover o máximo de libertações. Assim, José Henrique Cordeiro de Castro, maçom e curador de órfãos da capital e membro de diversas sociedades libertadoras em Belém para articulação e na mobilização de diversos segmentos sociais, especialmente as mulheres, numa ação que em “diversos meios se há lançado mão entre nos, do assumpto que nos ocupamos, o *Bazar da Caridade* esta demonstrando altamente que nunca é em vão o apelo em nome da liberdade” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Esta proposta foi apresentada em abril de 1882 quando em uma conferência pública, que lotou a plateia e camarotes do *Teatro da Paz* com a presença de bandas de música tocando no terraço e com a presença de muitas famílias no qual foram articuladas as primeiras ações do Bazar.

Segundo Bezerra Neto, era de praxe do movimento de emancipacionismo e abolicionismo a realização de cerimônias públicas como parte de conjunto de ações articuladas como “bazares, quermesses, manifestações e passeatas públicas, espetáculos teatrais e *meetings*” (BEZERRA NETO, 2009, p. 330) Para Angela Alonso, o movimento abolicionista foi marcado por diversidade social (ALONSO, 2015,

p. 90) que aliava forte retórica de compaixão em relação à causa emancipadora. Estes eventos ocorriam com certa regularidade e davam notoriedade a figuras proeminentes das ciências, causas sociais como socorro contra as epidemias, socorro aos desvalidos e também emancipação/abolição ou mesmo a questão da política.

O lançamento do Bazar da Caridade ocorreu por meio de conferência e teve como orador o literato Paulino de Brito ¹ reconhecido missivista que circundava clubes e associações emancipacionistas e que também militava na imprensa periódica paraense, em especial, contribuindo com crônicas, romances e poesias. Foi numa “conferencia abolicionista” que destacou um dos motes que marcou o ideal de liberdade do movimento emancipador belenense, cujo discurso girava em torno da tese que o movimento era:

[...] para demonstrar que a escravidão é contraria á razão, ao direito, á religião catholica.

Crhisto, disse elle, foi o maior de todos os abolicionistas (grifo meu), porque proclamou a igualdade de todos os homens.

[...] é preciso dizer a verdade: os escravos de hoje são brasileiros e compatriotas.

Se faça em larga escala a emancipação, solicitou desde já concurso da população de Belem para os bazares que a Associação Emancipacionista de escravos promover em prol das grandes causas.

[...] a mais importante provincia do imperio [...] não sera aquella que apresentar a maior somma de progresso material, mas aquella que primeiro poder soltar este pregão — não alimentando mais escravos em seo seio!” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 1)

1 Paulino de Brito foi redator, ao lado de Marques de Carvalho, de um impresso denominado “Revista Familiar- Periodico dedicado ás familias”, que basicamente era uma de publicação de variedade voltado ao público feminino e em suas seções eram encontrados alguns versos ou notícias de caráter abolicionista. CF: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/revista-familiar>.

Esse discurso de Paulino de Brito se assemelhava com as ideias empregadas pela *Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos*², retomada em setembro de 1881, durante as celebrações do decenário da “lei áurea de 28 de Setembro” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 3). Como indica Angela Alonso, a religião católica não foi fator de arregimentação política como foco de ativismo, o que caracterizava o movimento abolicionista em outro sentido, ou seja, pelo caráter progressista e científico. Não por acaso, havia algumas referências de apelo ao ideal cristão associado a ideia de caridade, seja nos escritos e discursos, seja nas simbologias das procissões das efemérides cívicas ou abolicionistas.

As associações entre compaixão cristã, emanada de discurso de caridade em torno da liberdade marcaram a retórica adotada nos discursos pró-libertação. O referencial cristão (ALONSO, 2015, p. 127) de amor ao próximo, compaixão e humanismo e doação são elementos que não se pode perder de vista no contexto dos festejos patrióticos e abolicionistas paraense, na compreensão do eixo que girava a organização dos festejos: Quermesses, bazares, doações, subscrições e óbolos em demonstrações públicas de doação e zelo.

Conforme identificou Bezerra Neto:

A emancipação constituía-se, portanto, em ato de fé cristã dos homens livres para com seus semelhantes submetidos a condição servil, desde que fosse realizada dentro dos preceitos do cristianismo, como fazia questão de lembrar o presidente da Associação Emancipadora: a emancipação dos escravos devia ser lenta e gradual, constituindo-se em “revolução paciente e moderada cujos resultados são sempre mais seguros, do que o das grandes catástrofes políticas” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3).

2 Doravante, APEE.

Dessa forma, a campanha enquanto ideal de altruísmo encontrou no *Bazar da Caridade* seu elemento de convergência de diferentes sujeitos que doaram, entre os quais, mulheres, trabalhadores urbanos, pequenos produtores da agricultura, artesãos, políticos e comerciantes de progressivo capital. Esta ação ocorreu por volta de três meses (junho, julho e agosto de 1882), no qual as notas de alguns periódicos, especialmente, *A Província do Pará*, registravam listas de donativos contendo os nomes dos concorrentes que ajudaram na campanha informada na secção “Sollicitados” que registrava “relação de donativos enviados ao Bazar da Caridade da Associação Philantropica de Emancipação de Escravos” (*A Província do Pará*, 1882, p. 3). Nela, divulgavam a variedade de objetos ofertados dimensionando a diversidade social que foi entrelaçada em torno da causa.

A projeção do bazar e o quantitativo de arrecadação dos donativos foram direcionados para realização de leilões dos objetos doados, aproximando a festa da caridade aos leilões paroquiais comuns nas festividades religiosas. Vejamos alguns donativos ofertados para o Bazar:

Bazar da Caridade

Exma sras. dd. Thereza de Castro — Uma cesta com misangas com a palavra- Abolicionista (Grifo meu).

— Emilia Rosa Cabral Pinto- Uma bacia e jarro pintados. Illmo Sr. José Nicolau do Rego- uma almofada bordada á lã e seda e um quadro bordado a missanga.

José Borges Pacheco- Um cachorrinho de molas.

Tenente Coronel João Diogo Clemente Malcher- Estatística das arvores silvestres do Pará (10 exemplares)

Dr. Fermino Lopes de Castro- Uma bolsa (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 1882, p. 3).

A compreensão do articulista de *A Província do Pará* era de que o bazar contribuía “em favor da grandiosa obra da emancipação do elemento servil” (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 1882, p. 2). A nota destacava a presença de senhoras e cavalheiros que participavam da “festa da civilização” (*A Província do Pará*, 1882, p. 2), no qual demonstravam o sentimento que a sociedade paraense nutria pela

“nobre e humanitaria idéa da abolição” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 2) Para Seymour Drescher (DRESCHER, 2011, p. 374) a Inglaterra foi modelo para emancipação ocorrida no Brasil por ter extinguido o trabalho servil sem revolução ou guerra. O caráter não violento e festivo, identificado também por Joaquim Nabuco, demarcaram as balizas que se desejava ao movimento brasileiro de libertação, que ganhava contornos de ações com o cunho de filantropia e caridade, um ato humanitário e altruísta.

Além desse bazar da *APEE*, outra associação denominada *Clube Abolicionista Patroni* também concorreu com a mesma finalidade, ou seja, articular campanha de donativos para promoção de bazares e leilões beneficentes. Na reunião da associação foi destacado que “em breve, pois teremos o prazer de invocar sentimentos generosos e beneficentes das exmas. senhoras e em geral do povo paraense, para em seu concurso auxiliarem o Club Patroni” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 1). A nota destacava também que era uma “missão toda de amor e caridade, do qual constitue seu fito principal a de abolir a escravatura nesta provincia” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 1), o que demonstra que ações como as que envolviam o *Bazar da Caridade* permite-nos referências para compreender o exercício pedagógico denotado ao processo de liberdade. Alguns donativos doados para os leilões faziam a temas fraternos ou correlatos ao objetivo do bazar, tais como a doação da “sra. Maria Amalia R. de Abreo Maciel- uma carteira bordada á missangas com a palavra - Amôr” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3.). A senhora Amelia Lima de Carvalho Braga contribuiu com “primorosa bolsa para tabaco com palavra ‘Liberté’” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3.). As noivas libertas, Maria José e Libania, doaram “dois *bouquets*, um com a palavra ‘liberdade’ e outro registrado ‘amor’ (A Província do Pará, 1882, p. 3). Por sua vez, o senhor José Braule Freire da Silva, simbolicamente remete ao bazar “Um quadro com o retrato à crayon do immortal Visconde do Rio Branco, desenho de Angelo Agostinho” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3).

A concorrência ao Bazar foi bastante heterogênea quanto aos grupos sociais que prestaram assistência aos chamados da *APEE* e do *Clube Patroni*. Organizado e reverberado pelas mulheres, porém não significava que se restringiam a mimos e *souvenirs* comprados, confeccionados ou doados por estas. Analisando as listagens de produtos, encontramos ofertas diversificadas, que nos possibilitam pensar a diversidade dos sujeitos, bem como o cotidiano de trabalho e seu lar, suas perspectivas de mundo, a sua cultura material e especialidades.

Foi o caso dos donativos encaminhados por “Francisco José de Souza Junior que contribuiu com “meio alqueire de farinha secca. José Apollinario, Uma gallinha. José P. de Menezes, uma quarta de farinha d’gua. Antonio Canudo Ferreira, Um gallo. Mariano Antonio Pastana, uma quarta de farinha” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Além destes singelos donativos, foram ofertadas pelas “Illustres filhas do exm. sr. Dezembargador Delfino A. Cavalcante D’Albuquerque- Uma rica bilheteira de prata electrica [...] A gentil menina Amy Elisabeth Sesselberg — uma caixa japoneza para luvas, um tinteiro de Crystal e dois lindos porte-cartes de visite” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Na mesma listagem foram doadas pela “Symphatica menina Maria Amelia Cordeiro de Castro um lindo chacrasinho com uma moeda de ouro de 20 francos” (*Idem*). Já o senhor Luis Bentes doou “Um rico quadro a óleo trabalhado de uma interessante menina de illustre familia de Amsterdam, representando o amor e a inocência” (*Idem*).

Algumas ofertas para o leilão poderiam ser artigos, um tanto quanto exóticos, ou mesmo relíquias e até objetos mais sofisticados de significativo valor monetário. O senhor Luiz Augusto da Silva contribuiu com “um vidro com tatús conservados em álcool” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Já as ofertas de Francisco de Farias Ribeiro e Dionisio Antonio Lopes, foram, respectivamente, “cinco moedas portuguesas sendo tres de prata e duas de cobre” e “uma moeda de

ouro antiga (1770) do valor de 8\$000, dinheiro portuguez“ (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3) enquanto que Luiz José Martins de Albuquerque doou “um licoreiro de prata electrica de aprimorado trabalho“ (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Por outro lado, Évêrdosa & Irmão, cuja companhia enviaram uma “uma machina de preparar cafe, novo e aperfeiçoado systema — *Pennant*“ (*Idem*). Enquanto que Eduardo Augusto Pinto ofertava “Um rico porta relógio de veludo bordado á ouro” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3)

Essas doações se adequavam ao propósito da realização do bazar cujo produto da subscrição era adquirir cartas de liberdade, isto é, angariar fundos pecuniários e a promoção de alforrias que seriam celebradas e entregues em muitos festejos numa perspectiva harmônica e legalista. Essas demonstrações de empatia e abnegação da *APEE* e do *Club Abolicionista Patroni* não se restringiam aos moradores da capital paraense. Para angariar donativos para o bazar da caridade de outros pontos da província, foi colocada à disposição da *APEE* e do *Club Patroni* pelos “Srs. Martinho Guimarães e Visconde de Santo Elias, proprietarios, aquelle do vapor ‘S. Miguel’ e este do ‘Elias’ offereceram transporte gratuito para todos os objectos destinados ao bazar de caridade e que sejam remetidos das localidades“ (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Além de receber as doações dos locais da escala dos navios a vapores no interior da Amazônia foi autorizada, a pedido da associação, a instalação de “uma caixa libertadora para ser colocada a bordo do vapor“ (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3). Para Angela Alonso o abolicionismo expandia em redes de sociabilidades que envolvia negócios e política, o que podemos considerar o abolicionismo como um negócio, pois em meios a deslocamentos marítimos (ALONSO, 2015, p. 231) e recepção de agentes em portos e cais abrangia muitas companhias de navegação e seus trabalhadores eram envolvidos nas campanhas.

A realização do leilão dos donativos ao bazar e a possibilidade de colaboração por meio das “caixas libertadoras” que circulavam nos vapores ou que estavam em pontos fixos da capital são manifestações de como a mobilização social atingia diversos grupos e em diferentes modalidades. Jose Henrique Cordeiro de Castro expandiu a ideia de caixas libertadoras móveis e fazia pedido formal à municipalidade para “fazer colocar no mercado público, nas ruas e praças da capital, caixas com a denominação de *libertadoras (grifo meu)*, com o fim de aumentar o fundo libertador” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 1). A essência da proposta do Bazar da Caridade foi expandida para o cotidiano, a causa não era esquecida, possibilitando a gente comum, os trabalhadores, feirantes, escravizados e libertos fazerem a sua contribuição em uma subscrição heterogênea e anônima em caixas libertadoras fixas, ainda que seus nomes não estivessem registrados nas seções dos periódicos.

Toda mobilização era voltada a realização de dois leilões no salão do *Grêmio Literário Português*. Foi destacado que nessas doações havia conseguido “Uma variadíssima coleção de objectos de apreço [...] e o primeiro leilão já effectuado afirmou mais uma vez a generosidade do digno concurso de pessoas que affluiram” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3).

A nota ainda explicitava que:

Convem notar que entre os objetos expostos ao pregão do leiloeiro, em favor da manumissão dos escravos, há grande numero de reconhecidas utilidades ao sexo feminino, que, tambem por sua parte, muito ha ocorrido para o bom resultado obtido.

Animem as famílias tambem com seu concurso a *feira da caridade (grifo meu)*, que farão assim, mais jus as benções dos que tiverem de gosar dentro em pouco da liberdade de que hoje se veem tolhidos (PROVÍNCIA DO PARÁ, 1882, p. 3).

O Bazar era denotado como ação harmônica e de cunho familiar marcada pela participação feminina muito simbólica como retórica emancipacionista revestida de piedade e compreendida como uma resposta emocional contra aviltação e o sofrimento. Essa alegoria feminina de apelo humanitário fora adotada como estratégias de convencimento dos escritos nos jornais ou mesmo nas falas e discursos ou mesmo nas cerimônias festivas. Como percebeu Adam Hochschild a luta antiescravista foi marcada pela questão do gênero e o abolicionismo em razão da inserção e atuação política das mulheres na formação de sentimento de repulsa que por meio de discursos contrário à escravidão ou promovendo reuniões para debate, além da propaganda que criavam imagens que mostravam a condição de sofrimento, tais como africanos ajoelhados ou então frases de efeito como “Não sou um homem e irmão” (HOCHSCHILD, 2007, p. 177) que apelavam para o sentimentalismo numa retórica de drama e solidariedade (ALONSO, 2015).

A presença da mulher escravizada ou liberta, era registrada em menor proporção. Ações cíveis de liberdade, como processo que envolvia a escravizada Leopoldina que, em 1884, requereu a liberdade na justiça contra o senhor João Dias Guerreiro não teve a mesma notabilidade quanto o *Bazar da Caridade*. Por certo, eram mais divulgados ações que tratavam de atos que demonstravam harmonia, registros principalmente pelos periódicos, que devam mais visibilidades as ações de liberdade que entrelaçava causa humanitária e, conseqüentemente, civilizatória, correlacionado a imagem da mulher e de suas virtudes como o amor, compaixão, zelo e labor e suas virtude e autoridade moral (COWLING, 2018).

Foi com simbologia análoga que a comissão de vinte e oito estudantes do curso normalista dirigiu-se à residência de José Henrique Cordeiro de Castro, membro da APEE e da *Liga Redentora da Província* para “entregar-lhe um lindo tinteiro de Crystal embutido com ouro e assentado uma linda concha de pérolas sobre o qual pousava um mimoso

passarinho [...] presa por dois lacinhos de roseu fita uma custosa caneta de ouro com pena de igual metal esmeradamente trabalhada” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 2). O ato da entrega realizada pelas estudantes teve como relatora a senhora Esther Gusmão que discursou assim:

Eis o que 28 alumnas pobres e em grande numero orphãs, poderam obter por meio de minguido fructo do seu trabalho para o “Bazar da Caridade”, desejando todas que seu diminuto valor seja centuplicado em favor daqueles que pedem o pão ao espirito da liberdade.

Assim, fazendo em vista temos, como humildes operarias do progresso, secundar em generosidade as distinctas senhoras que com tanto afam tem concorrido com suas prendas ao aumento do ‘bazar da caridade’” (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 2)

A professora fazia parte do grupo de educadoras normalistas que participaram da mobilização de estudantes que angariavam donativos aos bazares, entre as quais:

Catharina Gurjão, Izabel Arruda, Ernestina Dias, Orminda Almeida, Maria Philo-Creão, Marianna Chaves, Anna Siqueira, Joanna Siqueira, Luiza Hannsler, Esmeralda Truta, Luiza Andrade, Idalina Alfaia, Julia Milagre, Martinha Barata, Antonia Bentes, Agostinha Sá, Joana de Souza, Rita passos, Córa Aranha, Rosa Lopes, Innocencia Rocha, Carlota Barbosa, Estephania Costa, Rufina Frazão, Francisca Reis e Luiza Rothschild (O LIBERAL DO PARÁ, 1882, p. 2).

No século XIX e boa parte do século XX as professoras normalistas (HAHNER, 2010) indica que eram alunas habilitadas nos cursos denominados no magistério do “primeiro grau” para lecionar nas séries iniciais numa proposta pedagógica que compreendia como fundamental o papel das mulheres na questão moral, como mães e orientadoras de bons cidadãos. Conforme identificou Angela Alonso (2015), o abolicionismo articulou uma rede de ativismo que mobilizou diversos segmentos sociais, tais como os professoras e professores, artistas, jornalistas e estu-

dantes. Não por acaso, em muitas festas e cerimônias de caráter emancipacionista ou abolicionista, eram regulares a presença de mulheres, cuja relação era estabelecida com a questão moral, da segurança da família e no potencial poder de educação, inclusive para libertados; Adiciona-se as estudantes que declamavam poesias e fazia discursos pró-liberdade ou então consorciavam com pavilhões em quermesses, realizando subscrições para angariar recursos e promover libertações.

Como notou Adam Hochschild (2007), a presença das mulheres no abolicionismo inglês foi significativa na construção de uma rede de ativismo em diversas circunstâncias, desde boicote à compra de açúcar cultivado por escravos, realização de debates sobre emancipação, além da criação de sociedades femininas contra a escravidão. A presença feminina tornou-se essencial não só como retórica da piedade e compaixão, mas também como articuladoras, pois influenciavam, organizavam, discursavam e movimentavam a campanha nos clubes, teatros, praças e quermesses. Em Belém a presença de uma sociedade feminina denominada “*Libertadora Visconde do Rio Branco*” (VASCONCELOS DOS SANTOS, 2014, p. 204) demonstrava o papel de protagonismo das mulheres no abolicionismo belenense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abolicionismo belenense investiu numa retórica feminina no qual o foi associado ao ideal da liberdade como ação caridosa e humanitária. O referencial cristão de amor ao próximo, compaixão e humanismo e doação são elementos que não se pode perder de vista no contexto dos festejos patrióticos e abolicionistas paraense, na compreensão do eixo que girava a organização dos festejos: Quermesses, bazares, doações, subscrições e óbolos em demonstrações públicas de doação e zelo.

Os apontamentos em torno do processo Muitas ações de rua buscaram agregar repertório variado, em geral, alinhava diversas comemorações que entrelaçavam a questão patriótica, por meio de

efemérides, bem como a questão da emancipação em festejos que caracterizavam-se, em boa parte, por solenidades oficiais com referência cristã, como o toque dos sinos das igrejas, cerimônia do *Te-déum* e cortejo com o uso da efígie do imperador, além da escrita de editoriais que ressaltavam a importância dessas comemorações e suas alegorias ao ideal de liberdade.

Outro fator foi associação do abolicionismo com elementos da religiosidade cristã. A “Redenção de Belém” termo usado para marcar o processo de desmantelamento do escravismo na capital apresentava o tom à religiosidade. Ficava evidente que o processo de liberdade ficava atrelado à retórica do cristianismo, que foi evoluindo da ideia de caridade, causa humanitário, progressista, redentora, por tanto, moldava a representação idealizada ao abolicionismo belemense.

Em 1888, durante as comemorações em regozijo ao “Treze de maio”, como era de praxe em muitos discursos dos abolicionistas, a extinção da escravidão foi interpretada como ação fraterna, missão amorosa e emanada como piedade cristã. Para reforçar o caráter piedoso e de irmanação era comum nas celebrações emancipadoras e abolicionistas e entonação do *Te-déum* e repiques dos sinos das igrejas da capital. Na Igreja da paróquia da Trindade, durante o *Te-déum* da missa de 13 de Maio, foi lida uma “oração abolicionista” ao público. Como era de praxe em muitos discursos dos abolicionistas, a extinção da escravidão foi interpretada como ação fraterna, missão amorosa e emanada como piedade cristã.

Durante a celebração religiosa em honra a “redenção da capital”, numa das partes foi citada e interpretada a passagem bíblica “*Ascendens christus in altum, captivum duxit captivitatem-Jesus Cristo subindo ao céu levou cativo o próprio cativo*” (*A Província do Pará*, 1888, p. 2) versava como discurso de “nobre intuito” dos que trabalharam pela abolição, ou seja, dos piedosos abolicionistas que numa ação fraternal e de caridade, em nome da religião cristã, tornou o escravo cidadão livre.

Como identificou Angela Alonso (2015, p. 298), a criação de repertório moral antiescravista que condenava a instituição em nome

da “civilização” e do “progresso” não estabelecia relação direta com a religião oficial do Estado monárquico, por isso, ora usavam o referencial cristão e intitulavam-se como “escolhidos” para propagar a ideia de “redenção”, ou seja, espalhariam a mensagem de liberdade e esperavam aceitação e boa receptividade aos “apóstolos da caridade”, numa retórica que associava suas peregrinações nas ruas como ato fraternal, cristão de libertação dos escravizados.

Nesse sentido, algumas inquietações apontam para a necessidade de compreender o papel da imprensa na representação da liberdade, que buscou pautar o caráter do movimento de libertação de Belém pelo tom amistoso, harmônico e piedoso. Não por acaso, o Bazar da Caridade teve ampla mobilização e ressonância dos diversos segmentos sociais e foi difundido pelos periódicos da capital. O discurso foi emanado pelo amistoso e festivo da liberdade, uma ação espiritual revestida de “compaixão”, ato de caridade, bondade ou até mesmo filantrópico. No imaginário social, buscou-se pautar o caráter de benevolência, evitando ou mesmo expurgando possíveis conflitos ou revoluções. Teciam um ideal de liberdade sob o aspecto harmônico, conciliativo e de empatia humana, como vaticinou Adam Hochschild (HOCHSCHILD, 2007, p. 463).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A teatralização da política: A Propaganda abolicionista. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2, 2012.
- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Cia das letras, 1ª edição. 2015.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios legítimos e legais**: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009.
- CAXILÉ. Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides**: Ser liberto no Ceará. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle-époque. 3ª edição- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 367.

DRESCHER, Seymour. **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, p. 736.

DRESCHER, Seymour. A sociedade civil e os caminhos para a abolição. DOSSIÊ: A escravidão e os novos mundos. **História** (São Paulo) v. 34, n. 2, p. 29-57, jul./dez. 2015.

HAHNER, June. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. **Niterói**, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010.

HOCHSCHILD, Adam. **Enterrem as correntes**: profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos; Tradução; Wanda Brunt. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

ROCHA MONTEIRO, Edson Luiz. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX** (1850-1900). Belém: Editora Açaí, 2016.

VASCONCELOS DOS SANTOS, Edilson. **Ativistas da liberdade**: uma história da Sociedade Abolicionista 28 de Setembro (Belém, 1883-1885). Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

FONTES IMPRESSAS

Centro de Memória da Amazônia (CMA). Ação de liberdade da escrava Leopoldina. 14ª vara cível. Cartório Leão. Ano: 1884.

JORNAIS

A Província do Pará (1882-1888)

Libertador - Ceará(1881)

O Liberal do Pará (1882-1888)

Literatura de viagem: o olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil¹

Aline Jeronimo Barros²

O olhar estrangeiro sobre a população brasileira, sobretudo a população negra e escrava, ajuda a quebrar o mito da “democracia racial” no Brasil, pois nesse tipo de narrativa é expressa, quase sempre, a experiência do viajante diante de uma sociedade desigual, preconceituosa e dessemelhante da sua. Não passa despercebida, portanto, do olhar e da pena dos viajantes, a população negra, seja ela africana, crioula, escrava ou livre. Em um estudo sobre as discussões parlamentares no Segundo Reinado do Brasil Imperial acerca do fim do tráfico de escravos, Jaime Rodrigues (2009) pontua que a “corrupção dos costumes” era sempre ressaltada como um malefício proveniente da entrada dos africanos no país.

A pesquisa voltada aos relatos de viagem do século XIX levanta algumas problemáticas. O interesse pelo Novo Mundo partia, inicialmente, do fato da América Portuguesa ser uma terra ainda “inexplorada”. Mas, mesmo após um longo período de colonização, o Brasil gerava curiosi-

1 O presente texto é parte constituinte da minha Dissertação de Mestrado defendida em 08/07/2020, no Programa de Pós-graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas — PROCADI, da Universidade de Pernambuco: BARROS, Aline Jeronimo. Literatura de viagem e escravidão no Recife Oitocentista: Henry Koster e olhar estrangeiro sobre a população negra no Brasil - 1808-1830. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas). Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2020.

2 Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas - PROCADI. Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6929783841781359>. E-mail: aline_jbarros@hotmail.com.

dade em grande parte da Europa. Vale lembrar que esses relatos se tornaram um gênero popular bastante comprado e lido no Velho Mundo. O desejo de obter mais informações sobre o lugar fez com que muitos viajantes se destinassem ao Brasil ao longo dos séculos. Tais relatos constituem-se em um vasto inventário documental tanto para a pesquisa histórica quanto etnológica. Obviamente, tais fontes estão carregadas de uma visão subjetiva, ligada ao lugar social de onde eram originários. Seus relatos são representações e como destaca Sandra Pesavento, “as representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Os relatos de viagem, portanto, são repletos de particularidades que devem ser levadas em consideração. A leitura e a interpretação dessas fontes devem ser minuciosas, atentando não só para as anotações dos diários e as representações por ele criadas, mas também para o contexto temporal em que o viajante viveu.

Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade*, afirma que “não há nada de inteiramente errado em utilizar tais fontes, porém é possível errar radicalmente ao interpretá-las” (CHALHOUB, 1990, p. 39). Essa colocação de Chalhoub surge a partir de uma interpretação equivocada de Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, ao exemplificar a “coisificação do negro escravizado” a partir da visão de Saint-Hilaire. Segundo Chalhoub, “é lógico, todavia, que a tentativa de Saint-Hilaire em adivinhar o pensamento dos escravos acaba sendo principalmente uma explicitação dos preconceitos culturais e do racismo do próprio viajante”. Esses viajantes tinham um olhar diferenciado, arraigado nos padrões culturais europeus, algo que condicionava as suas observações.

Dentre os passos para a utilização dos relatos de viagem está o levantamento bibliográfico dos viajantes. Ilka Boaventura Leite afirma que a sondagem desses relatos não pode ser definitiva, visto que a cada dia novas obras têm sido encontradas (LEITE, 1996, p. 23). É

necessário, dessa maneira uma avaliação das obras, analisando em que cada uma pode contribuir para o trabalho, de acordo com o tema escolhido na discussão. Sendo o viajante a peça chave na análise do relato, se faz importante compreender o seu perfil, que através das biografias pode se assemelhar ao de exploradores, que buscam pelo desconhecido e inexplorado Novo Mundo. O que diferencia e dá uma identidade ao viajante é o seu diário, que é construído entre a viagem e o texto. É nesse diário que se encontram as particularidades do viajante e da sociedade “forjada” por ele.

Percebe-se a importância dos relatos de viagem, enquanto fontes tão heterogêneas, nesse processo de construção da historiografia brasileira, preenchendo lacunas deixadas por outros documentos históricos. Diversos historiadores brasileiros têm trabalhado com os relatos de viagem como fontes para a escrita do passado. Dentre vários nomes, o de Jean Marcel Carvalho França (2012) tem sido uma grande referência no assunto. Mas o objeto discutido neste trabalho também desperta o interesse de antropólogos. É o caso dos trabalhos da já citada Ilka Boaventura Leite.

Em *Antropologia de Viagem: Escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX*, Ilka Boaventura (1996) trata os escritos dos viajantes como um tipo de produção pré-etnográfica, isto é, como textos que, apesar da ausência de traços metodológicos e científicos, já apresentavam características do que viria a ser a narrativa etnográfica. Tomando como recorte espacial e temporal a província de Minas Gerais oitocentista, a autora busca resgatar nos relatos de viagem elementos formadores da sociedade e da cultura brasileira. O exame crítico dos relatos de viagem por Ilka Boaventura em sua obra é justificado pela ampla utilização dessas fontes na pesquisa atual. As informações sobre os escravos, o sistema escravista e a sociedade de maneira geral, presentes nessas fontes, ajudam o pesquisador a entender uma história que não pode ser compreendida somente a partir de fontes “tradicionais” ou “oficiais”. Autores como Nina

Rodrigues, Gilberto Freyre, entre outros, considerados “pilares” do pensamento social brasileiro analisaram e utilizaram essa fonte em suas pesquisas, dando visibilidade aos relatos de viajantes como Jean Baptiste Debret, Charles Darwin, Louis-Léger Vauthier, entre outros, que apresentaram em seus diários uma representação do meio social que vivenciaram, tratando também do sistema escravista pelo qual o Brasil Império se mantinha economicamente.

Partindo desse pressuposto de utilização dos relatos como fonte, Ilka Boaventura propõe uma leitura crítica desse tipo de documentação, dando ênfase a população negra, escrava e liberta. A autora deposita nos viajantes a importante tarefa de contar uma parte significativa do nosso passado (LEITE, 1996, p. 22). Não deixando de lado a ideia de que os relatos são também uma representação, tratando assim os viajantes como “reinventores de realidades”. Além dos relatos serem um instrumento de dominação, como toda representação o é, a autora os vê como “veículo de expressão ou manifestação de uma cultura, enquanto tentativa de interpretar e compreender o Outro”.

Jean Marcel Carvalho França — historiador que aprofunda ainda mais os estudos com base nas descrições de viajantes — apresenta em sua obra, *A construção do Brasil na literatura de viagem*, a importância sociocultural que tiveram as narrativas de viagem para a construção de uma forma de pensar e ver o Novo Mundo. Além disso, o autor trabalha com uma antologia de textos que acompanham toda a construção do Brasil, no aspecto social, econômico, cultural e étnico. O trabalho de França, além de trazer novas perspectivas para a análise historiográfica desses tipos de narrativa, também está voltado para a tradução dessas obras, disponibilizando um acervo importantíssimo para a pesquisa através dessa fonte.

O relato de viagem consiste em um tipo de texto descritivo preenchido com atribuições de sentido cujo conteúdo é a narração de alguma viagem, que pode ser disposta em variados estilos, desde o

formato de um diário ou relatório até narrativas mais elaboradas. Em tese, o relato e a viagem não podem ser dissociados, pois é a viagem que dá as condições necessárias para a produção do texto. É claro que tal narrativa pode ser produzida sem que o autor tenha empreendido a viagem, mas, para isso, ele teria que consultar outros viajantes. Mantém-se, assim, a relação indissociável entre o relato e a viagem. O analista — historiador, antropólogo, literato — precisa ter em mãos essas e outras informações: o motivo da viagem e da escrita, se o viajante possui financiamento de alguma instituição etc. No século XIX, por exemplo, os Estados nacionais financiavam expedições que tinham como objetivo a verificação das possibilidades econômicas para o seu imperialismo mundo à fora.

Nos relatos de viagem também contam os conhecimentos prévios — muitas vezes carregados de pré-conceitos e estereótipos — que o viajante tem do seu lugar de destino. Antes que lá chegue, ele já possui em sua mente uma série de imagens a respeito do local, de seus habitantes e de seus costumes. Os viajantes também leem uns aos outros. Tudo isso afeta sua experiência de alteridade. Porém, mesmo nesses casos, é no ato da viagem que o sujeito confronta suas leituras, suas informações prévias, seus preconceitos e suas curiosidades com a sua vivência de fato. É preciso também saber quem é esse viajante, sua biografia — entendendo que o seu relato também constitui uma parte de sua trajetória de vida.

Apesar do caráter de testemunho ocular, os relatos de viagem não devem ser tomados como documentos objetivos, assim como qualquer outro tipo de fonte. Todo documento é uma construção que existe com o objetivo de perpetuar uma representação. Além de passar por um “filtro” cultural ou ideológico do escritor-viajante, o relato não é registrado de modo instantâneo (ainda que fosse isso não lhe garantiria mais objetividade). Um viajante bastante conhecido da primeira metade do século XIX, Louis-François Tollenare (1780-1853), por exemplo, organizava seu diário de viagem em notas do-

minicais. Muitas vezes, o viajante também registra sua experiência e suas observações após o término da viagem. Os relatos de viagem são também relatos de memória; eles respondem a demandas de leitura e não são narrativas desinteressadas. Assim como quaisquer fontes, eles devem ser criticados, contextualizados e interpretados.

Existe um Brasil construído nas páginas das narrativas de viagem: legado documental daqueles visitantes que escreveram e publicaram sobre suas impressões, sobre aquilo que viram e ouviram ou pensaram ter visto e ouvido. Portanto, existe uma imagem mais ou menos delimitada de um Brasil visto de fora. Por séculos, assim como ocorreu com a Ásia, a imagem que os europeus tinham do Novo Mundo vinha quase exclusivamente das narrativas de viagem, essas que criaram para o Velho Mundo um vocabulário sobre o Brasil (FRANÇA, 2012, p. 284).

Um dos caminhos apontados por Carvalho França para a leitura dos relatos de viagem é aquele da colocação contextual, através de uma análise sincrônica dos textos dos viajantes. Quer dizer: no seu livro *A construção do Brasil na literatura de viagem*, França não estava interessado em saber o “grau de verdade” contido nas narrativas de viagem, mas o quanto de verdade o público leitor lhes atribuiu. A busca foi para saber “em que medida as ‘imagens repetitivas’ que [a literatura de viagem] trouxe em suas páginas ganharam ‘ares de verdade’ e passaram a compor uma espécie de ‘senso comum’ do europeu sobre o Brasil e os brasileiros” (FRANÇA, 2012, p. 285). É evidente que esse não é o único modo de análise, pois é necessário, além de compreender o que os documentos significaram para as pessoas de seu tempo — que os produziram e que os receberam —, apreender as fontes através do tempo, buscando nelas algum tipo de verdade que possibilite a construção do conhecimento histórico.

Carvalho França também afirma que através dessas narrativas, com seus discursos, que exaltavam a beleza da terra e atestavam a decadência dos seus habitantes, os viajantes marcaram profunda-

mente “a imagem que os brasileiros, a partir das primeiras décadas do século XIX, passaram a construir de si próprios e do seu país” (FRANÇA, 2012, p. 286). Assim, antes mesmo da profusão das teorias raciais a partir do final dos oitocentos, a população negra e mestiça do Brasil já passava a ser vista como fator de atraso civilizatório e de decadência moral e étnica.

Os relatos de viagem oferecem ao leitor um esboço da América Portuguesa e dá-nos uma ideia razoável da imagem que os europeus estavam construindo sobre a colônia lusitana. Esse esboço de Brasil foi por séculos a única imagem sobre o país com a qual os europeus tiveram contato. França afirma que

As narrativas de viagem reinaram quase soberanas quando o que estava em causa era a construção intelectual daqueles novos mundos que a expansão marítima integrava ao Velho Mundo, sobretudo no tocante ao Brasil, cujas imagens que circulavam pela Europa durante três séculos saíram quase exclusivamente das narrativas legadas por estrangeiros (FRANÇA, 2014, p. 66).

Esses relatos contavam com um público leitor disposto a dar crédito a sua narrativa, o que teve um papel enorme nas imagens e discursos que circulavam sobre o Novo Mundo. Foi nesse esforço de representação e de invenção dos viajantes europeus que o Velho Mundo passou a conhecer o Brasil e as suas culturas. E foi também por meio desse discurso que o brasileiro sofreu um grande impacto na imagem que construía sobre si.

Entretanto, deve ficar claro que, durante os três primeiros séculos de colonização portuguesa, essas terras permaneceram “em grande parte, inexplorada[s] e desconhecida[s] aos olhos do exterior” (CRIBELLI, 2014, p. 72). Por isso, havia toda aquela aura de exotismo sobre aquelas terras tropicais. As poucas narrativas de viagem que haviam, eram produzidas por estrangeiros não-portugueses e se concentravam na descrição das áreas litorâneas,

pouco ou quase nada falando dos interiores. Parecia que Portugal escondia o Brasil, mantendo pouco interesse em divulgá-lo. Mas, à medida que se aproximava o fim do século XVIII, o desconhecimento dos estrangeiros em relação ao Brasil ia dissipando-se relativamente, juntamente com a possibilidade aumentada de conhecer em primeira mão aquelas terras descritas pelos viajantes. A própria expansão da colonização europeia trouxe consigo um maior número de viajantes para esta colônia tropical. O imperialismo da Grã-Bretanha e suas relações com Portugal, por exemplo, aumentaram consideravelmente o número de ingleses no Brasil.

A partir do início do século XIX, principalmente após 1808, “era impressionante o número crescente de estrangeiros caminhando pelas ruas do Rio, da Bahia e do Recife” (CRIBELLI, 2014, p. 74). Nessa época, havia uma quantidade imensa de estrangeiros dos mais diversos tipos: desde refugiados políticos até trabalhadores e gente interessada em angariar riquezas. No Velho Mundo, “onde o público estava faminto por notícias de terras distantes”, proliferavam com entusiasmo renovado inúmeras ilustrações e narrativas do Brasil (CRIBELLI, 2014, p. 75).

Segundo Teresa Cribelli, as descrições de viagem produzidas sobre o Brasil oitocentista podem ser divididas em dois momentos distintos. O primeiro seria entre 1808 e a década de 1830, quando chegaram as primeiras levadas maciças de viajantes, incluindo-se missões artísticas e expedições científicas, muitas delas ligadas aos interesses das Cortes de D. João VI e D. Pedro I. Já o segundo momento teria início nos anos 1840, quando houve a consolidação do Estado Nacional e a coroação de D. Pedro II. Além da maior estabilidade adquirida após as guerras de independência e as pacificações de várias revoltas provinciais, o Brasil também se esforçou para atrair imigrantes e investimentos exteriores. No século XIX, mais de 350 relatos de viajantes foram escritos, editados e publicados no exterior. De acordo com Cribelli, essa soma é quatro vezes maior do que a quantidade

publicada nos três séculos anteriores juntos (CRIBELLI, 2014, p. 76). Além disso, não só foram os europeus que escreveram sobre o Brasil nos oitocentos. Nesse século, houve uma quantidade crescente de visitantes norte-americanos, que também deixaram suas descrições do país — sejam verbais ou iconográficas. Aproveitando a menção das descrições iconográficas, é importante dizer que foi no século XIX que houve a proliferação de várias técnicas de reprodução imagética, como a xilogravura, a litografia e a fotografia. O Brasil Império não foi apenas escrito, mas desenhado, pintado e fotografado. Mas limitemo-nos as primeiras décadas dos oitocentos.

Até o início do século XIX, o Brasil era considerado inexplorado e desconhecido aos olhos dos estrangeiros não-lusitanos. Relatos de viagem como o de Hans Staden fascinavam as sociedades europeias, ao mesmo tempo em que as horrorizavam com tamanha estranheza e “primitivismo”. As práticas religiosas, o erotismo relacionado a mulher “brasileira” (negra e indígena), entre outros costumes foram alvo de grande especulação por parte dos viajantes. Entretanto, em meados do século XIX, com o número cada vez mais crescente dessas expedições e viagens ao Brasil, a falta de conhecimento e o estranhamento exacerbado foram cessando. Segundo Ilka Boaventura, os viajantes passaram de aventureiros e heróis para exploradores e cientistas, dotados de um saber adquirido durante a viagem (LEITE, 1996, p. 93). “A observação e a experiência passaram a ser valorizadas ainda mais enquanto veículo de produção de conhecimento”.

Foi a partir do ano de 1808, com a abertura dos portos às nações amigas, por D. João VI, que as expedições ao Brasil ganharam mais números, mudando também o interesse dos viajantes. Foram diversos os motivos das viagens ao Brasil, desde missões artísticas, tendo como exemplo a “missão artística francesa” com Jean Baptiste Debret em 1816, ou expedições científicas como as de Charles Darwin em 1831. Havia também viagens com interesses comerciais, que envolviam, entre outras coisas, o próprio tráfico de escravizados.

O conjunto dos relatos produzidos por viajantes que estiveram no Brasil no século XIX é muito utilizado por historiadores brasileiros e estrangeiros como fonte documental para se entender o período do Brasil oitocentista. Isso porque ela nos fornece elementos importantes para a compreensão da vida social, econômica, política e cultural da época. Esse conjunto é vasto e nos traz, por exemplo, informações preciosas sobre questões raciais presentes na construção do país. Para Ronaldo Vainfas, os relatos de viagem serviram, inicialmente, como fonte para a “redescoberta” do Brasil através do olhar estrangeiro e, principalmente, o olhar europeu, algo que aos poucos foi se intensificando, sobretudo após a independência, onde Portugal não interferia mais na chegada dos viajantes (VAINFAS, 2002, p. 711). De acordo com Ilka Boaventura Leite, em sua pesquisa sobre *escravos livres e libertos em Minas Gerais no século XIX*,

Pode-se constatar que os depoimentos deixados pelos viajantes do século XIX têm servido como sustentação das mais diferentes e até divergentes teorias acerca dessa população. Chamo a atenção, no entanto, para a importância, a frequência com que tais obras têm sido utilizadas, não apenas nesses estudos, mas no tratamento dos mais diversos temas relativos ao Brasil (LEITE, 1996, p. 20).

O trabalho com esses relatos específicos sobre o Império brasileiro em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais é importante para o entendimento desse período da história do Brasil. São textos escritos por aqueles que vivenciaram o cotidiano da sociedade brasileira do século XIX. A população negra, livre ou escrava, é frequentemente citada nos escritos desses viajantes. Portanto, o pesquisador tem em mãos um acervo diferenciado de fontes primárias para o estudo do cotidiano daquela sociedade visitada, levando em consideração seus costumes, memórias, crenças e culturas.

Assuntos como a escravidão, que teve seu auge em meados do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, Salvador e Recife,

principais portos importadores de mão-de-obra escrava, foram destacados nas obras de estrangeiros. Charles Darwin, ao aportar no Recife em 1831, deixou suas impressões sobre aquela sociedade, declarando que “o Recife é indissociável da escravidão” (CARVALHO, 2001, p. 02). Deixando o Brasil em 1836, o naturalista reafirma o desejo de nunca mais pisar em solo escravista, tamanho o incômodo que sentiu no país.

A inglesa, Maria Graham, chega ao Brasil pela primeira vez no período da revolução de 1817. A maioria dos viajantes estrangeiros que chegavam ao Brasil do século XIX tinham contatos direto com as autoridades locais, entretanto, devido os acontecimentos vigentes, Graham e seu marido Thomas Graham não tiveram essa recepção do atual governador da província de Pernambuco, visto que o Recife, onde aportou, estava sediado pelas tropas nacionalistas. Devido à não conversação direta com as autoridades, Graham “estendeu seus contatos a todas as classes da população, passeou pelos arredores do Recife, presenciou as primeiras lutas constitucionais e a organização da Junta de Goiana” (GOUVÊA, 2005, p. 67)

Além da Revolução Pernambucana de 1817, Graham esteve no Brasil no período da Confederação do Equador em 1824, o que dá ao seu diário uma especificidade a mais. Seu diário, assim como o do francês Tollenare, que também presenciou a Revolução de 1817 e dela fez anotações importantes, é “a descrição viva, movimentada, animada, cheia de interesse humano pela sorte das pessoas, dos bichos e das plantas, das coisas e de tudo que formava a paisagem e servia para agitar as cenas que assistiu” (GOUVÊA, 2005, p. 69).

Já os relatos de viagem deixados por Henry Koster, apresentam detalhes dos aspectos sociais e políticos da região. Koster chegou ao Brasil em um momento de instabilidades e mudanças na política interna e externa do país, que havia se tornado sede do governo português. Seus registros são referências para se entender a vida cidadina, o

meio rural, a economia dos engenhos entre outros temas que dizem respeito a cidade do Recife, e seus arrabaldes, no início do século XIX.

Durante sua estadia no Brasil, Koster demonstrou bastante curiosidade acerca de seus habitantes: comenta sobre negros livres e escravos, mulheres ricas e prendadas, comerciantes, políticos, sertanejos, africanos etc.. O inglês traz, entre outros pontos, um importante relato da sociedade recifense, assim como da estrutura física da cidade, fazendo um detalhamento de seus bairros e da arquitetura do lugar.

Mesmo elogiando a paisagem natural da cidade e seus arrecifes, o viajante demonstrou certo incômodo com as mulheres vendeiras, em sua maioria escravas, que ofereciam frutas, doces e outras mercadorias ecoando as vozes e gritos dentro de sua residência.

Tínhamos desembarcado no cais da Alfandega, em um dia de grande azáfama, e também de clamores e a agitação dos negros se faziam notar. A feia algazarra que fazem quando carregam algum fardo, os berros ditos em sua linguagem própria, algum verso no ritmo popular português, as numerosas perguntas que nos fazia a maior parte daqueles que deparávamos, só a visão de uma população que consiste principalmente em indivíduos de cor mais acentuada, acrescida ao som de um novo idioma, porque embora tivesse aprendido a língua, nunca mais, desde a distante juventude, estivéramos em país onde esta fosse geralmente falada, tudo se combinava para embaraçar-me e perturbar-me (KOSTER, 2003, p. 36).

Durante o século XIX, a maioria dos viajantes que passavam pelo Brasil se surpreendiam com o grande número de negros em relação aos brancos. Koster afirma que “os mestiços parecem ser os verdadeiros habitantes do país. As feições são frequentemente boas, e a cor, mesmo quando é desagradável nos climas europeus, não parece mal nesse ambiente” (KOSTER, 2003, p. 60).

A utilização do relato de viagem como fonte ainda é um desafio. Escrever sobre as viagens e os viajantes é esbarrar com uma fonte

múltipla com diversos narradores. Como afirma Maurício Parada (2014, p. 130) “a heterogeneidade dessa documentação é um desafio para todo e qualquer historiador, pois os olhares se somaram e se multiplicaram ao mesmo tempo”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aline Jeronimo. **Literatura de viagem e escravidão no Recife Oitocentista**: Henry Koster e olhar estrangeiro sobre a população negra no Brasil - 1808-1830. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas). Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2020.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CRIBELLI, Teresa. O Império das Palmeiras: os Estados Unidos descobrem o Império Brasileiro. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; CRIBELLI, Teresa; PARADA, Maurício (org.). **As descobertas do Brasil**: o olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 70-127.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. O Brasil que veio de fora. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; CRIBELLI, Teresa; PARADA, Maurício (org.). **As descobertas do Brasil**: o olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 18-69.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. Alguns Britânicos em Pernambuco. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Visão Política de Machado de Assis e outros ensaios**. Recife: CEPE, 2005, p. 47-96.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12. ed. Rio — São Paulo — Fortaleza: ABC Editora, 2003. v. 1 e v. 2.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

PARADA, Maurício. O Brasil sempre à vista — século XX: a era dos deslocados. In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; CRIBELLI, Teresa; PARADA, Maurício. **As descobertas do Brasil: o olhar estrangeiro na construção da imagem do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 128-200.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial. Vol. II (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2009.

TOLLENARE, Loius-François de. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978 (Coleção Pernambucana, Vol. XVI).

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

aboliconismo, 9, 378, 379, 383, 384, 385, 386

Açude Araras, 8, 161, 166, 167, 169, 170, 172

Ademar Vidal, 8, 268, 269, 271, 273, 274

agentes inquisitoriais, 339

agricultura, 5, 6, 8, 16, 32, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 54, 55, 56, 57, 59, 65, 66, 67, 71, 81, 123, 130, 131, 137, 138, 162, 167, 175, 176, 178, 225, 226, 229, 230, 233, 279, 296, 360, 366, 381

agronegócio, 6, 31, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 170, 233, 234, 236

Amazônia Legal, 224, 225, 227, 229, 235

Cangaceiros de Paulo Afonso, 9, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319

cangaço, 243, 248, 251, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319

capitanias do norte, 333, 337

Caridade, 9, 94, 178, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 385, 387

cartas, 140, 188, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 303, 304, 305, 356, 368, 383

Cartografia, 54, 258, 266

Ceará, 2, 3, 8, 11, 12, 13, 17, 18, 31, 35, 40, 41, 42, 69, 77, 78, 88, 89, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 159, 160, 161, 165, 167, 170, 173, 175, 176, 178, 181, 182, 195, 196, 198, 202, 205, 247, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 267, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 299, 301, 304, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 379, 388, 389

cidade, 17, 22, 23, 30, 31, 32, 59, 62, 76, 77, 81, 83, 95, 96, 98, 111, 116, 118, 120, 124, 129, 131, 134, 135, 138, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 184, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 221, 238, 239, 244, 247, 261, 263, 266, 268, 269, 274, 293, 296, 301, 304, 305, 307, 311, 312, 313, 316, 320, 325, 329, 346, 348, 349, 350, 397

ciência, 3, 11, 13, 14, 30, 307, 366, 373, 374

colônia agrícola, 8, 123, 125, 126, 129

colonização, 6, 8, 54, 55, 58, 64, 66, 73, 90, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 137, 142, 183, 222, 229, 230, 231, 232, 240, 241, 271, 282, 300, 310, 321, 323, 353, 356, 357, 360, 390, 394

comunidades rurais, 31, 41, 76

cotidiano, 8, 24, 26, 81, 94, 140, 147, 148, 150, 153, 156, 158, 159, 160, 169, 185, 199, 201, 204, 205, 263, 291, 292, 298, 313, 343, 346, 347, 365, 382, 384, 388, 396

desenvolvimento, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 39, 40, 42, 43, 44, 54, 55, 85, 111, 113, 119, 120, 123, 137, 145, 148, 153, 154, 183, 208, 215, 216, 220, 221, 224, 226, 230, 233, 236, 237, 238, 247, 259, 273, 274, 294, 343, 344, 345

discurso, 14, 20, 22, 26, 28, 29, 31, 37, 41, 57, 64, 83, 89, 92, 94, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 135, 162, 167, 170, 173, 176, 211, 221, 228, 232, 237, 240, 245, 247, 248, 261, 290, 291, 293, 352, 356, 367, 378, 380, 387, 394

domésticas, 8, 94, 99, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 350

Escravidão, 9, 96, 146, 353, 377, 378

espaços urbanos, 153, 238

Fiscalidade, 300

flagelados, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 136, 137, 141, 142, 173, 174, 180, 321

fontes, 3, 9, 30, 31, 67, 70, 82, 83, 85, 96, 111, 114, 115, 116, 120, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 170, 185, 200, 201, 208, 215, 243, 290, 291, 293, 295, 298, 328, 343, 345, 348, 355, 356, 358, 373, 374, 390, 391, 393, 394, 396

gênero, 2, 78, 145, 198, 208, 209, 214, 245, 252, 253, 292, 343, 352, 370, 384, 388, 390

governo militar, 223, 237

Guerra, 9, 19, 20, 23, 24, 26, 29, 41, 135, 144, 205, 223, 257, 285, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 345, 353, 358, 362, 366

Guia da Paraíba, 268, 270, 271, 272, 274

História dos Sertões, 20, 268, 290, 320, 355

Hospedaria Getúlio Vargas, 8, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 143

identidade social, 8, 161

IHGRN, 363, 364, 367, 373, 375

imperialismo, 209, 392, 394

imprensa, 21, 111, 112, 114, 115, 118, 142, 173, 177, 180, 187, 198, 199, 203, 204, 269, 291, 387

industrialização, 33, 44, 162, 170

Joaquim Antonio de Amorim, 8, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192

lazer, 148, 201

lei do boi, 8, 43

letrados, 9, 153, 158, 161, 163, 258, 322, 332, 367

liberdade, 9, 73, 76, 92, 227, 378, 379, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 398

Literatura de viagem, 9, 390, 398

Mato Grosso, 8, 80, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 220, 222, 225, 227, 229, 232, 234, 235, 236, 240, 241, 323, 330

memória, 3, 9, 76, 82, 111, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 171, 248, 270, 285, 292, 294, 295, 296, 299, 312, 314, 315, 317, 318, 319, 330, 343, 345, 365, 369, 370, 371, 375, 393

migração, 8, 13, 20, 29, 33, 34, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 84, 85, 123, 124, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 144, 161, 168, 175, 178, 223, 232, 234, 312

Migrações, 78, 86

moda, 8, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 369

modernização, 5, 8, 11, 12, 31, 33, 41, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 56, 161, 162, 168, 176, 178, 221, 227, 230, 237, 238, 240, 255, 256, 259, 263

Movimentos Populares, 71

multidão, 42, 144, 168, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 205

narrativa, 73, 81, 82, 90, 91, 111, 112, 117, 120, 174, 211, 212, 214, 280, 292, 294, 297, 311, 315, 321, 322, 328, 355, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 390, 391, 392, 394

Nordeste, 3, 6, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 34, 39, 41, 42, 54, 69, 72, 87, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 162, 163, 164, 167, 168, 171, 172, 173, 232, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 269, 277, 279, 282, 310, 311, 312, 314, 315, 317, 321, 323, 324, 326, 329, 341, 353, 373, 374, 399

orfandade, 92, 93, 95

paraibanidade, 268

Paulo Bezerra, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298

periferias, 197, 198, 200, 236, 342

pintura, 26, 244, 321, 329

pós-abolição, 145, 150

povos indígenas, 8, 110, 111, 112, 115, 117, 121, 220, 222, 225, 230, 235, 310

Prostituição, 9, 343

reforma agrária, 5, 44, 45, 72, 110, 118, 120, 133, 176, 178, 179, 228, 236

região, 8, 12, 14, 15, 20, 21, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 83, 88, 89, 92, 93, 95, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 161, 162, 165, 168, 174, 183, 184, 185, 187, 208, 210, 216, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 238, 243, 245, 246, 252, 259, 262, 263, 268, 269, 273, 274, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 292, 296, 298, 301, 311, 312, 314, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 344, 348, 349, 350, 351, 356, 369, 372, 397

representação, 27, 39, 44, 121, 166, 168, 178, 190, 193, 255, 261, 263, 293, 294, 297, 299, 326, 329, 345, 369, 371, 372, 374, 375, 387, 392, 393, 394

representações, 8, 9, 30, 51, 161, 164, 183, 185, 187, 234, 256, 259, 290, 291, 293, 294, 298, 299, 310, 320, 323, 324, 325, 328, 329, 338, 343, 346, 351, 352, 367, 375, 376, 390

reprodução social, 8, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 52

Retirantes, 8, 9, 123, 127, 128, 320, 321, 322, 325, 327, 330, 373

Roger Casement, 8, 207, 208, 209, 210, 211, 218

Santo Ofício, 332, 333, 334, 338, 339, 340

São Francisco, 14, 32, 85, 259, 260, 261, 262, 267, 282, 283, 303, 305, 306, 311, 312, 314, 319, 372

seca, 8, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 33, 34, 39, 42, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 154, 157, 163, 165, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 195, 196, 243, 245, 246, 248, 251, 260, 272, 273, 285, 288, 321, 325, 326, 327, 371, 372, 373, 374

secas, 8, 9, 21, 23, 25, 33, 34, 39, 123, 124, 134, 143, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 173, 174, 178, 180, 223, 225, 251, 274, 297, 324, 367, 369, 371, 372, 373, 374, 376

século XIX, 8, 33, 41, 54, 67, 73, 78, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 115, 123, 133, 137, 145, 148, 154, 157, 160, 183, 184, 185, 195, 196, 205, 209, 210, 223, 224, 225, 238, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 271, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 289, 311, 321, 322, 330, 335, 385, 388, 390, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

Seridó, 9, 131, 243, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298, 320, 326, 355, 357, 358, 361, 362, 364, 365, 367, 369

sertão, 8, 9, 16, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 123, 124, 129, 130, 162, 173, 182, 202, 224, 233, 243, 244, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 255, 265, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 309, 310, 311, 312, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 340, 343, 344, 345, 348, 353, 355, 356, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

sertão paraibano, 268, 271, 274, 343, 344, 345, 348

sertões, 6, 9, 27, 28, 130, 131, 132, 224, 246, 247, 251, 252, 253, 272, 278, 279, 283, 284, 286, 290, 291, 293, 295, 296, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 315, 320, 322, 323, 324, 326, 329, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 344, 355, 356, 357, 358, 359, 365, 366, 367, 369, 371, 372, 373, 375, 376

Siará Grande, 9, 300, 308, 331, 333, 334

Terra, 8, 19, 40, 70, 72, 76, 78, 79, 97, 147, 160, 171, 180, 218, 227, 241, 244, 309, 319, 322, 325, 328, 353, 364, 365

trabalhadores, 8, 21, 22, 25, 26, 29, 37, 48, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 195, 197, 198, 203, 204, 212, 213, 221, 289, 344, 345, 379, 381, 384, 388, 395

Trabalhadores Rurais, 50, 174, 180

trabalho, 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 29, 31, 33, 37, 38, 43, 44, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 119, 121, 125, 126, 130, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150,

151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 178, 182, 187, 188, 190, 195, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 222, 224, 226, 233, 234, 236, 237, 243, 244, 246, 248, 250, 268, 270, 280, 288, 289, 293, 313, 318, 323, 326, 328, 339, 343, 346, 347, 349, 350, 351, 353, 356, 366, 367, 368, 370, 372, 374, 378, 382, 383, 385, 391, 392, 396

trabalho escravo, 54, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 85, 222, 234

trabalho infantil, 88, 89, 94, 96

tutela, 43, 91, 93, 94, 96, 150, 264

Vale Amazônico, 21, 26, 28

Visconde de Monte Redondo, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192

vizinhança, 24, 90, 159, 200, 201, 202, 205

(Footnotes)

1 Os dados levantados foram reunidos a partir das cartas do governador-geral Matias da Cunha, considera-se que as ordens para o envio de tropas ser uma estimativa do contingente militar do Rio Grande para o combate na Guerra dos Bárbaros. Entretanto, ainda não foi encontrada documentação que demonstre de forma mais esquemática essas informações. Assim, esses indícios são tomados como referências iniciais de análise. O avanço da pesquisa poderá contribuir para uma análise mais detalhada da estrutura militar do Rio Grande no período da Guerra.

2 Nesse caso, a expressão utilizada pelo governador-geral foi “o maior número de gente capaz naquela jornada.” (CARTA, Vol. X, p. 251).

3 Os dados levantados foram reunidos a partir das cartas do governador-geral Matias da Cunha, considera-se que as ordens para o envio de valores ser uma estimativa. Dessa forma, esses indícios são tomados como referências iniciais de análise. O avanço da pesquisa poderá contribuir para o conhecimento aprofundado da situação fiscal e financeira das Capitânicas do Norte no período da Guerra.

Realização




Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 569 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA



Livro com artigos apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia. Os trabalhos aqui reunidos fizeram parte dos Simpósios Temáticos “História agrária e deslocamentos: terra, trabalho e migrações”, “Trabalho, cultura e migrações (Norte, Nordeste e Centro-Oeste)”, “Amazônia, migrações e trabalho”, “História e Historiografia dos Sertões em múltiplas leituras” e “Escravidão negra de origem africana no Brasil setentrional”. Através dos textos aqui reunidos, o/a leitor/a poderá fazer uma longa imersão temporal e espacial, com foco nas regiões Norte e Nordeste do país. Perscrutando os séculos XIX, XX e XXI, há estudos que contemplam as diferentes formas de acesso e uso da terra, bem como a variedade de tipos de trabalhos e conflitos no meio rural.